

**19**

2 0 1 9

**Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Página deixada propositadamente em branco)



**CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA**

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
PEST-OE/HIS/UI0311/2013



Governo da República  
Portuguesa

## Estado editorial / Editorial guidelines

*A Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Antiguidade à Época Contemporânea), noticiário de atividades científicas e resenhas críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem atividades em rede com o referido Centro de investigação.

*The Journal of History of Society and Culture*, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Antiquity until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Center for the History of Society and Culture, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Center.

## Director / Director

Irene Vaquinhas – CHSC da U. Coimbra / irenecmv@fl.uc.pt

## Conselho Editorial / Editorial Board

Ana Maria Jorge [CEHRU, U. Católica Portuguesa (Portugal), secretariado.cehr@fl.lisboa.ucpp.pt]; António Oliveira [CHSC, U. Coimbra (Portugal), 0312925901@netcabopt]; Fernando Catroga [CHSC, U. Coimbra (Portugal), fcatroga@hotmail.com]; Fernando de Sousa [CEPESE, U. Porto (Portugal), cepese@cepepe.pt]; Irene Vaquinhas [CHSC, U. Coimbra (Portugal), irenecmv@fl.uc.pt]; João Paulo de Oliveira Costa [CHAM, U. Nova de Lisboa (Portugal), cham@fcsih.unl.pt]; Mafalda Soares da Cunha [CIDEHUS, U. Évora (Portugal), cidehus@uevora.pt]; Maria Manuela Tavares Ribeiro [CEIS XX, U. Coimbra (Portugal), ceis20@ci.uc.pt]; Maria Alegria Marques [CHSC, U. Coimbra (Portugal), mfm@fl.uc.pt]; Maria Helena Coelho [CHSC, U. Coimbra (Portugal), coelho@fl.uc.pt]; Maria José Azevedo Santos [CHSC, U. Coimbra (Portugal), mazevedo\_santos@yahoo.com]; Zulmira Santos [U. Porto (Portugal), zcoelho@letras.up.pt].

## Avaliadores externos / External referees

Adeline Rucquoi [École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (França), rucquoi@free.fr]; Alice Raviola [U. Turim (Itália), aliravi@yahoo.it]; Ana Isabel Buescu [U. Nova de Lisboa (Portugal), anabuescu@netcabopt]; Ana Leonor Pereira [CEIS XX, U. Coimbra (Portugal), aleop@ci.uc.pt]; Ângela Barreto Xavier [ICS, Lisboa (Portugal), angela.xavier@ics.ul.pt]; Avelino Freitas Meneses [U. Açores (Portugal), ameneses@ua.pt]; Bernardo Vasconcelos e Sousa [U. Nova de Lisboa (Portugal), bves@fcsih.unl.pt]; Cristina Scheibe Wolff [U. Federal Santa Catarina (Brasil), cristinawolff@gmail.com]; Domingo González Lopo [U. Santiago de Compostela (Espanha), domingoluis.gonzalez@usc.es]; Evergton Sales Souza [U. Federal da Bahia (Brasil), evergtons@yahoo.com.br]; Fernanda Rollo [U. Nova de Lisboa (Portugal), fernandarollo@netcabopt]; Fernando Bouza Alvarez [U. Complutense, Madrid (Espanha), ortegal@eucmax.sim.ucm.es]; Francisco Contento Domingues [U. Lisboa (Portugal), fcdomingues@mac.com]; Francisco Garcia Fitz [U. Cáceres (Espanha), dirdptohist@unex.es]; Helena Maria Gomes Catarino [U. Coimbra (Portugal), hcatarino@ci.uc.pt]; Hermínia Vasconcelos Vilar [U. Évora (Portugal), hmav@uevora.pt]; Inês Amorim [U. Porto (Portugal), inesamorimflup@gmail.com]; Isabel dos Guimarães Sá [U. Minho (Portugal), isabelsa@ics.uminho.pt]; Isabel Drummond Braga [U. Lisboa (Portugal), isabeldrummondbraga@hotmail.com]; João Paulo Avelãs Nunes [U. Coimbra (Portugal), jpavelas@fl.uc.pt]; João Rui Pita [U. Coimbra (Portugal), jrppita@ci.uc.pt]; Jorge Alves [U. Porto (Portugal), jorge.alves@sapo.pt]; José Augusto Pizarro [U. Porto (Portugal), pizarro@letras.up.pt]; José M. Amado Mendes [U. Coimbra (Portugal), jamendes@universidade-autonoma.pt]; Laura Mello e Souza [U. São Paulo (Brasil), laurams@usp.br]; Luís Miguel Duarte [U. Porto (Portugal), lduarte@letras.up.pt]; Luís dos Reis Torgal [U. Coimbra (Portugal), lrtorgal@netcabopt]; Luísa Trindade [U. Coimbra (Portugal), trindade.luisa@gmail.com]; Magda Pinheiro [ISCTE-IUL, (Portugal), magda.pinheiro@iscte.pt]; Manuel Ferreira Rodrigues [U. Aveiro (Portugal), mfr@ua.pt]; Maria Amélia Polónia [U. Porto (Portugal), amelia.polonia@gmail.com]; Maria de Fátima Nunes [U. Évora (Portugal), mfn@uevora.pt]; Maria Helena Santana [U. Coimbra (Portugal), mahesa@netcabopt]; Maria João Vaz [ISCTE-IUL (Portugal), maria.vaz@iscte.pt]; Maria José Moutinho Santos [U. Porto (Portugal), mjsantos@letras.up.pt]; Maria Marta Lobo [U. Minho (Portugal), martalobo@ics.uminho.pt]; Maria Rita Robles Monteiro Garnel [UNL (Portugal), rgarnel@netcabopt]; Mário Jorge Barroca [U. Porto (Portugal), mbarroca@letras.up.pt]; Nuno Gonçalo Monteiro [ICS, Lisboa (Portugal), Nuno.Monteiro@iscte.pt]; Paula Pinto Costa [U. Porto (Portugal), gfec@letras.up.pt]; Paulo Almeida Fernandes [CEAUCP-CAM (Portugal), paulojorgefernandes@sapo.pt]; Ramon Villares [U. Santiago de Compostela (Espanha), hmrvap@usc.es]; Raquel Henriques [U. Nova de Lisboa (Portugal), raquelhs10@gmail.com]; Rui Bebbiano [U. Coimbra (Portugal), ruibebbiano@gmail.com]; Stéphane Boisselier [U. Poitiers (França), stephane.boisselier@univ-poitiers.fr]; Stuart Schwartz [U. Yale (EUA), stuart.schwartz@yale.edu]; Susana Serpa Silva [U. Açores (Portugal), sserpasilva@sapo.pt].

## Coordenador científico do volume / Volume editor

Jaime Ricardo Gouveia / jaim.ricardo@gmail.com

## Coordenação Editorial / Editor Coordinator

Sónia Nobre [CHSC, U. Coimbra (Portugal)] / sonianobre@uc.pt

## Propriedade / Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura

## Endereços / Address

Arquivo da Universidade de Coimbra, Rua São Pedro, nº 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

Normas para a submissão de artigos: <http://chscuc.pt/publicacoes/revista-de-historia-da-sociedade-e-da-cultura/normas-de-edicao/>; <http://chscuc.pt/en/publications/journal-of-the-history-of-society-and-culture/editorial-norms/> • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

Edição: Universidade da Universidade de Coimbra – IUC

Design e paginação: Fig - Indústrias Gráficas, S.A.

Depósito legal: 168142/01 • ISSN 1645-2259

## Direitos de autor / Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

[https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_19](https://doi.org/10.14195/1645-2259_19)

19

2 0 1 9

Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Página deixada propositadamente em branco)

# Índice

Editorial ..... 9

## Artigos

Le corpus des manuscrits et des chartes en écritures wisigothique et caroline en Espagne

The corpus of manuscripts and charters in visigothic and caroline writings in Spain. .... 13

JESÚS ALTURO I PERUCHO

A universidade medieval portuguesa e os problemas do seu financiamento [II]: os conflitos entre *studium* e Igreja durante o século XIV

The Portuguese medieval university and the problems of its funding [II]: the conflicts between studium and Church during century 14th century .... 41

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO

Agentes de povoamento e evangelização, mentores do crescimento paroquial, entre o Côa e o Távora – séculos XIII e XIV

Agents of population and evangelization, mentors of parish growth, between the Côa and Távora rivers – 13th and 14th centuries ..... 63

LUCIANO MOREIRA

A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia

The conquest and the destruction of Anafé (Casablanca) by the infant D. Fernando (1468) – Considerations on a little known amphibian operation. . 97

FERNANDO PESSANHA

Os estatutos universitários manuelinos (c. 1503) e a “arca” do estudo. Administração e finanças universitárias no reinado de D. Manuel I

The university statutes of D. Manuel (c.1503) and the “ark” of the study. Administration and university finance in the reign of D. Manuel I ..... 125

ARMANDO NORTE

O abastecimento de carne e sal em Coimbra: os contratos de obrigação da câmara municipal (1641-1721)

The supply of meat and salt in Coimbra: the city's hall contracts of obligation (1641-1721) ..... 145

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA

Parenética na Igreja do Loreto: os sermões em honra dos Sumos Pontífices (séculos XVII-XVIII)

Parenetic in the Church of the Loreto: the sermons in honor of the Supreme Pontiffs (XVII-XVIII centuries) ..... 175

ISABEL DRUMOND BRAGA

O Retábulo do Convento da Madre de Deus de Sá. Conjunto de Retábulo e Sacrário em Exposição – Museu de Aveiro, Santa Joana

The Altarpiece of the Convent of “Madre de Deus de Sá”. Retable and Tabernacle Ensemble in Permanent Exhibition, Aveiro Museum, Santa Joana 199

MARIA DA LUZ NOLASCO CARDOSO

O sertão e os sertões na história luso-brasileira

The Brazilian hinterlands in the Luso-Brazilian History ..... 225

RONALDO VAINFAS

Os caminhos de ferro do Oeste português: instrumentos de apropriação territorial

Western railways of Portugal: tools of territorial appropriation ..... 247

HUGO SILVEIRA PEREIRA

Ferro e manganês do Cercal – Odemira: entre especulação e (des)ilusão (1870s-1912)

Iron and manganese of Cercal – Odemira: between speculation and (dis)illusion (1870s-1912) ..... 273

JOSÉ MANUEL BRANDÃO e JOSÉ M. LEAL DA SILVA

Os socialistas perante o infanticídio e o aborto

The socialists, infanticide and abortion ..... 297

BEATRIZ PERALTA GARCÍA

<b>Caderno Temático Religiões e Normatividades</b> .....	317
Introdução .....	319
JAIME RICARDO GOUVEIA	
Wine, bread, and water, between doctrine and alternative. Norms and practical issues concerning the Eucharist and baptism in thirteenth-century Europe .....	323
ANDREA MARASCHI	
Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar Normativity, unanimity and reform in the medieval codices of Alcobaça: from primitive times to the abaciado of Frei Estêvão de Aguiar .....	345
CATARINA FERNANDES BARREIRA, JOÃO LUÍS FONTES, PAULO CATARINO LOPES, LUÍS MIGUEL RÊPAS e MÁRIO FARELO	
Quando foi criada a Inquisição de Lisboa? – explorando hipóteses When was the Inquisition of Lisbon created? – exploring hypotheses ..	379
DANIEL GIEBELS	
Casuística nos Trópicos: a pragmática teológico-moral de Francisco Rodrigues na Ásia portuguesa (séculos XVI e XVII) Casuistry in the Tropics: the moral-theological pragmatics of Francisco Rodrigues in Portuguese Asia (sixteenth and seventeenth centuries).....	399
RÔMULO DA SILVA EHALT	
Os regimentos dos tribunais episcopais de Évora no contexto político e religioso do século XVI The regiments of the episcopal courts of Evora in the political and religious context of the sixteenth century.....	419
FÁTIMA FARRICA	
Os Conhecimentos do Budismo Sínico do Jesuíta Português Tomás Pereira The understanding of Chinese Buddhism of the Portuguese Jesuit Tomás Pereira.....	445
MINFEN ZHANG	
<b>Recensões</b> .....	471

<b>Notícias</b> .....	521
Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2019. Breve descrição das atividades desenvolvidas .....	543
Provas de Qualificação, Teses de Doutoramento e/ou 3º Ciclo e Dissertações/Relatórios de Mestrado e/ou 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por investigadores integrados do CHSC em 2018-2019.....	547

## Editorial

Desde o ano 2000 a Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultural tem divulgado temas da maior relevância e, nos últimos anos, tem apostado em dossiers temáticos de grande atualidade que entrecruzam leituras interdisciplinares, procurando revisitar, de forma crítica, o passado e o presente da nossa modernidade.

Neste novo número, relativo ao ano de 2019, mantém-se o formato editorial a que a revista já nos habituou, com uma secção pluritemática de doze artigos, apresentados sequencialmente, em termos cronológicos, e que, neste volume, se estendem do século IX ao século XX, e um dossier, com seis artigos, subordinado ao tópico Religiões e Normatividade. Coordenado cientificamente pelo Doutor Jaime Gouveia, proponente deste caderno, conta com a colaboração de investigadores oriundos de diversos países e nele se analisa a normatividade religiosa em diferentes espaços, sociedades, cronologias e latitudes. Vários investigadores e colaboradores do CHSC têm vindo a produzir e a concentrar as suas pesquisas nesta área do conhecimento, pelo que se afigura da mais elementar justiça enquadrar, em contextos bem alargados, a sua problematização no âmbito da Revista de História da Sociedade e da Cultura, assegurando a partilha científica e uma leitura atual e crítica sobre o que se vai pesquisando neste território historiográfico.

Completa o volume uma secção de Recensões a obras recentes, em número de dez, elaboradas, maioritariamente, por jovens investigadores colaboradores do CHSC, e outra de Notícias, sobre assuntos diversos, dando visibilidade a algumas iniciativas científicas realizadas no âmbito desta unidade de I&D ou a atividades em que participaram ativamente os seus investigadores.

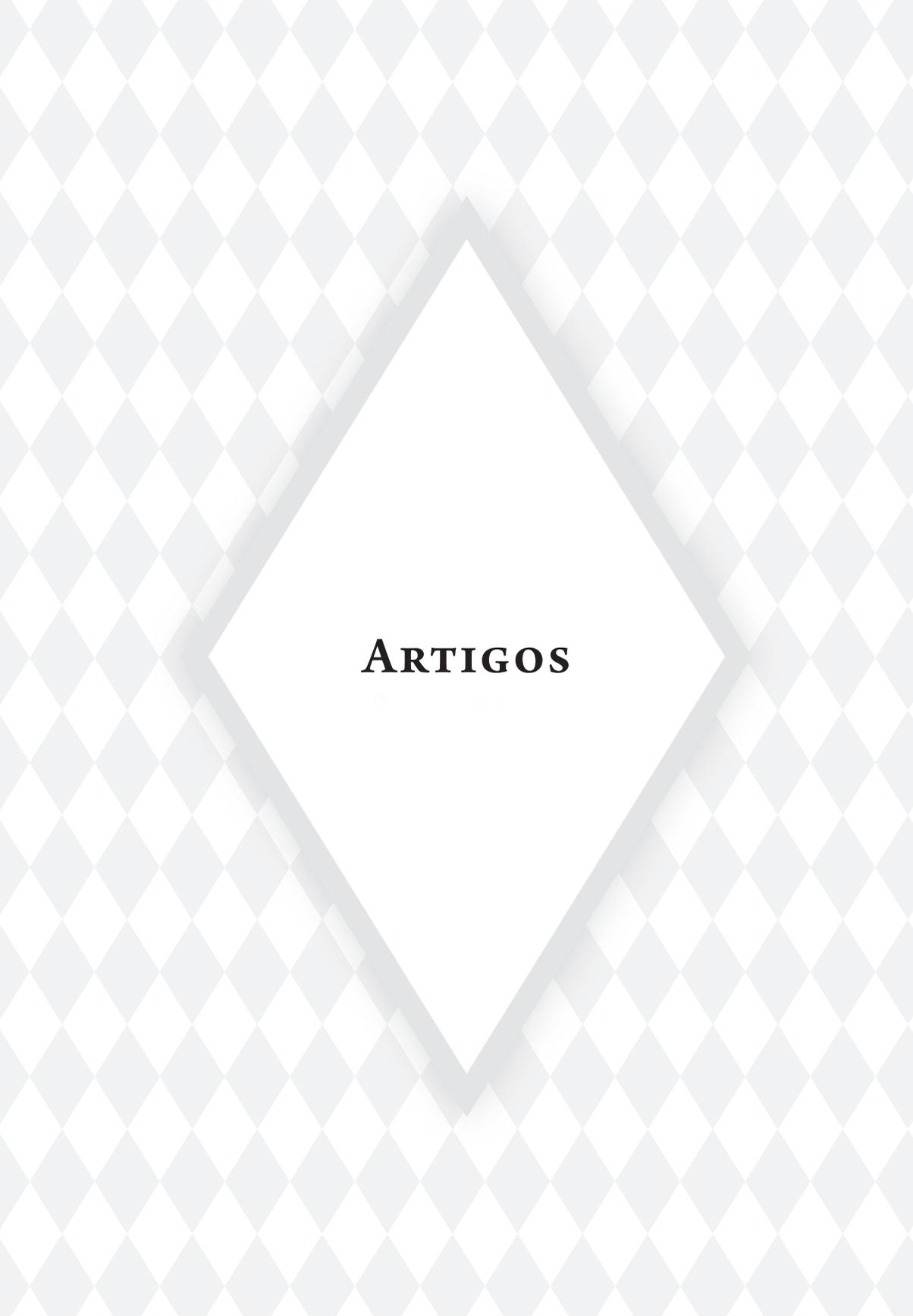
Do esforço de todos resultou mais este número da Revista, o qual contempla uma grande diversidade de assuntos, de cronologias, de problemáti-

cas, de áreas geográficas, sendo os estudos redigidos em várias línguas (português, francês, inglês e italiano) e por investigadores de várias universidades ou instituições da China, do Japão, do Brasil, de Espanha, de Itália, para além, naturalmente, de Portugal. Sem o seu contributo - do coordenador científico, dos autores e dos revisores que, graciosamente, contribuíram para o apuramento dos textos finais - este volume não seria possível e a quem endereçamos uma palavra de gratidão. Esta é, ainda, extensível a todos os membros que compõem o Conselho Editorial da Revista, na certeza de que o sucesso da publicação depende do envolvimento de todos e de cada um.

A Revista de História da Sociedade e da Cultura teve também, no final do ano de 2018, o reconhecimento da sua qualidade editorial e científica, passando a integrar os índices Scopus e Web of Science, este último nas categorias de Arts & Humanities. Continuaremos a desenvolver esforços no sentido de garantir essa posição que tanto honra esta Unidade de I&D e que constitui um sinal da sua abertura e internacionalização.

*Irene Vaquinhas*

Coordenadora Científica do CHSC



# **ARTIGOS**

(Página deixada propositadamente em branco)

# Le corpus des manuscrits et des chartes en écritures wisigothique et caroline en Espagne\*

## *The corpus of manuscripts and charters in visigothic and caroline writings in Spain*

JESÚS ALTURO I PERUCHO

Universitat Autònoma de Barcelona

jesus.alturo@gmail.com

Texto recibido em / Text submitted on: 11/12/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 11/05/2019

**Résumé.** La Paléographie est une discipline essentiellement visuelle. L'histoire des écritures ne peut pas se comprendre sans montrer de bons exemples graphiques de leurs caractéristiques et évolution. D'où l'intérêt porté par les paléographes pour améliorer la reproduction des images des exemples graphiques. Les collections de planches, de fac-similés et de photographies se sont succédées jusqu'à arriver au développement des publications électroniques. Mais, étant donné la fragilité des ressources numériques, une disparition complète des publications traditionnelles sur papier ne serait pas souhaitable. Car il s'agit non seulement de faciliter l'étude des caractéristiques et de l'évolution de l'écriture, il faut, en outre, contribuer à la conservation des monuments graphiques. On suscite quelques interrogations concernant la méthode d'élaboration des catalogues de monuments copiés en écriture wisigothique et caroline en Espagne, et, après plusieurs réflexions sur le sujet, on propose aussi l'élaboration d'autres catalogues possibles.

**Mots-clés.** Paléographie, Reproduction et Conservation des monuments graphiques, Méthode paléographique, Écriture wisigothique, Écriture caroline, Catalogues d'écritures médiévales.

**Abstract.** Palaeography is essentially a visual discipline. It is difficult to explain the history of writing without a good collection of facsimiles of their characteristics and evolution. Therefore the interest of paleographers improving reproduction of images of these graphic examples. The collections of plates, facsimiles and photographs have succeeded each other until the development of the electronic publishing. But, given the fragility of the computer systems, the complete disappearance of the traditional publications in paper would not be desirable. In fact, it is not only necessary to facilitate the study of the characteristics and evolution of the script, but also to contribute to the conservation of this graphic monuments. This paper raises several questions about the cataloging method related to monuments copied in Visigothic and Caroline script from Spain, the author proposes several reflections regarding this matter, and at the same time presents other possible catalogues.

**Keywords.** Palaeography, Reproduction and Conservation of Graphic Monuments, Palaeographical Method, Visigothic Script, Caroline Script, Medieval Writing Catalogues.

---

\* Cet article reprend, avec quelques modifications, le texte d'une conférence prononcée au Colloque International "Formes graphiques et statut de l'écrit dans l'Europe médiévale," bilan et perspectives des Monumenta Palaeographica Medii Aevi, Paris, Institut de France, 20–21 septembre 2012.

*Rectius docent specimina quam verba.* Ce principe énoncé par Jean Mabillon reste d'une validité permanente et plus particulièrement dans le domaine de la paléographie, qui n'est pas en vain une discipline essentiellement visuelle. Pour cette raison, avant même la naissance du terme de «paléographie», les diplomates, dont la matière contenait déjà la nôtre, s'évertuaient de se procurer de bons exemples graphiques pour illustrer leurs explications sur les caractéristiques et l'évolution des alphabets qu'ils commentaient. Des copistes tels que F. Palomares faisaient montre d'une authenticité frisant la perfection. L'apparition de la photographie représenta malgré tout une avancée spectaculaire dans ce sens, car elle permettait l'exactitude mécanique des images, perfectionnée peu après par l'incorporation de la couleur. De nos jours, avec les technologies de l'information et de la communication, TIC,

nous sommes parvenus à obtenir des images d'une fidélité absolue.

Ainsi, la science paléographique a depuis toujours développé les collections de planches, de fac-similés et de reproductions en général des témoignages écrits qui constituaient son objet d'étude. Sans établir une liste exhaustive de ces échantillonnages, présents à l'esprit de tous, il suffit de rappeler l'avancée que représenta l'apparition de la *Paléographie des classiques latins*, Paris 1884–1900, d'E. Chate-lain ou encore son *Uncialis scriptura codicum Latinorum novis exemplis illustrata*, Paris 1901, ainsi que les *Specimina codicum latinorum Vaticanorum*, Bonn 1912, de F. Ehrle et P. Liebaert, et plus tard *L'écriture latine de la capitale*

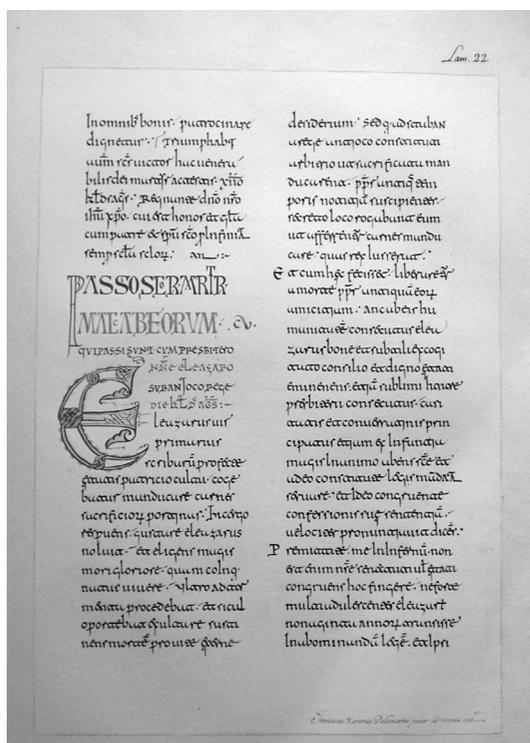


Planche 1. Copie du *Passionarium* ms. Ib.4 de San Lorenzo de El Escorial. Francisco Javier de Santiago Palomares, *Polygraphia gótico-española: origen de los caracteres, o, letras de los godos en España*, 1764. Madrid, Real Academia de la Historia, Ms. Sign. 12-23-1a; A. núm. 2, f. 123 © Reproducción, Real Academia de la Historia.

romaine à la minuscule, Paris 1939, de J. Mallon, R. Marichal et Ch. Perrat. Plus proches encore de l'objet qui est le nôtre, nous nous devons de citer les *Exempla scripturae visigoticae XL tabulis expressa*, Heidelberg 1883, de P. Ewald et G. Loewe; la *Paleographia Iberica. Facsimilés de manuscrits espagnols et portugais (IX<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles) avec notices et transcriptions*, 3 fasc., Paris 1912-1925, de J. M. Burnam; la *Collectanea hispanica*, Paris 1920, de Ch. U. Clark; l'album de la *Paleografía española*, Madrid 1923, de Z. García Villada; les *Exempla scripturarum latinarum in usum scholarum*, 2 vols., Zaragoza 1966-1974, 2<sup>ème</sup> éd., d'A. Canellas; le troisième volume du *Tratado de paleografía española*, Madrid 1983, 3<sup>ème</sup> éd., d'A. Millares Carlo, ou encore la *Colectánea Paleográfica de la Corona de Aragón*, 2 vols. Barcelona 1980-1991, de J. et M. D. Mateu Ibars.

En plus de ces contributions qui ont perduré jusqu'à l'actualité, les trois principaux projets qui se poursuivent de nos jours dans le seul domaine de la paléographie latine sont logiquement le catalogue de manuscrits datés, les *Chartae Latinae Antiquiores*, avec les *Codices Latini Antiquiores*, et les *Monumenta Palaeographica Medii Aevi*. Peut-être est-ce donc une bonne occasion d'évaluer le fruit de ces apports et l'actualité de la méthodologie qui y est utilisée.

\* \* \*

Afin de réaliser une telle évaluation, nous devons bien évidemment nous demander en premier lieu ce que l'on recherche à travers la reproduction d'images. Les objectifs essentiels semblent être au nombre de deux: tout d'abord faciliter l'étude des caractéristiques et de l'évolution de l'écriture, et contribuer à la conservation des témoignages graphiques. Le patrimoine bibliographique de l'Occident européen bénéficie par conséquent de ce travail, ainsi que la connaissance des divers alphabets et systèmes d'écriture, même si nous devons ici nous limiter à l'abécédaire latin. Cependant, comme nous le verrons par la suite, les collections graphiques de monuments écrits peuvent aussi fournir une meilleure connaissance d'autres disciplines en relation avec l'histoire de la culture en général.

Nous disions donc que le premier bénéficiaire est le patrimoine bibliographique et documentaire qui, avec les reproductions, est formellement sauvegardé, d'autant plus qu'il est actuellement possible de reproduire non seulement des fac-similés identiques aux originaux dans toutes leurs caractéristiques formelles, mais aussi de conserver leur image virtuelle, quel que soit leur support, avec en outre la possibilité de réaliser autant de copies exactes que l'on souhaite, et ce à moindre coût.

Ajoutons à cela l'avantage que les images puissent être manipulées, en agrandissant les détails sans perdre la qualité ou en supprimant des aspects ou des impuretés indésirables, ce qui facilite grandement le travail du chercheur et même la perception du simple intéressé.

En fait, dans les bibliothèques et les archives, la numérisation des fonds et leur diffusion sur la Toile sont déjà assez répandues. On notera que ces téléchargements devraient toujours être réalisés d'une manière ordonnée et en classant bien les documents, car plus la classification sera méthodique, plus facile sera l'étude de ces documents par les spécialistes, ce qui offrira de meilleures garanties pour une conservation adéquate. Le dépouillement brut des données épargne aux archivistes et aux bibliothécaires de nombreux efforts, mais il ne devrait pas, comme cela arrive souvent, les exempter de leur obligation de cataloguer et de classer, facilitant de cette manière le travail des chercheurs.

L'explosion de l'information numérique dans les collections des bibliothèques de la dernière décennie nous a apporté de grands bénéfices, plus particulièrement en ce qui concerne leur accès, leur emmagasinage et leur utilisation. Cependant, la fragilité des ressources numériques est un fait largement constaté. À titre d'exemple, un disque optique quelconque, conservé à une température constante de 20°C avec une humidité relative de 40% pourrait en toute certitude survivre cinq ans, et seulement les disques fabriqués selon certains paramètres de qualité pourraient arriver à trente ou cinquante ans maximum (Van Bogart 1995; Ross and Gow 1999 ; International Association 2005).

En ce qui concerne les pages web, leur nature changeante ne facilite pas non plus une conservation permanente. En 2004, on évaluait à quarante-quatre jours la moyenne de durée de vie de ces ressources<sup>1</sup>. Mais pour illustrer la rapide obsolescence des ressources numériques, il n'est que de citer le BBC Domesday Project. Ainsi, en 1986, pour célébrer les neuf cents ans du Domesday Book, le principal recensement de l'Angleterre terminé en 1086 à la demande du roi Guillaume I<sup>er</sup>, on prépara et on commercialisa un laserdisc en polymère, dont les fournisseurs garantissaient une durée de vie de plus de cent ans. Mais en réalité, en 2002 les disques ne pouvaient déjà plus être visionnés. Ce n'est qu'en janvier 2011 que The National Archives mit finalement à la disposition du public la version électronique du document consultable sur Internet (Harvey 2005: 31). Ainsi, nombre des questions

---

<sup>1</sup> Le UK Web Archiving Consortium fixait en 2004 la durée de vie moyenne d'une page web à 44 jours: <http://www.webarchive.org.uk/wayback/archive/20080404162651/http://info.webarchive.org.uk/pressrelease21-06-04.html>. [Consultation: 8 mai 2019].

concernant la préservation à long terme de ces ressources restent sans la certitude d'une réponse (Keefer 1999: 27-41).

Pour cette raison, alors que les organismes nationaux et internationaux responsables de la politique bibliothécaire et d'archives développent des stratégies pour résoudre cette problématique et assurer la compilation, le traitement, la préservation et la diffusion de la production bibliographique sur Internet, la publication en format livre de nos *Monumenta Palaeographica*, ainsi que celle des autres principales collections mentionnées se révèle aujourd'hui absolument nécessaire, et ce, comme nous l'avons déjà souligné, pas uniquement pour la minorité croissante des amateurs de livres publiés sur papier de qualité, dans le format adéquat et avec des reliures agréables aux mains qui les caressent. Pour toutes ces raisons, la double publication électronique et traditionnelle semble du moins pour le moment indispensable.

\* \* \*

Afin de faciliter plus concrètement une meilleure connaissance des écritures, il me faut parler en premier lieu des monuments copiés en écriture wisigothique. Comme tout le monde le sait, la fragmentation graphique de l'alphabet latin après la chute de l'empire romain entraîna l'apparition des écritures dites nationales, c'est-à-dire particulières à chacun des divers nouveaux royaumes romano-barbares, et qui coïncident –parfois à grands traits– avec certains États modernes. De ce phénomène découle probablement l'intérêt «national» à mieux connaître cette caractéristique considérée comme idiosyncrasique et si importante que constitue l'apparition d'une écriture originale, véhicule d'une culture particulière. C'est le cas de l'écriture wisigothique pour l'Espagne, bien que son usage s'étende aussi au Portugal et en Septimanie. De toute manière, il est certain que l'on a tenté à plusieurs reprises de constituer un corpus de codex en écriture wisigothique.

Ce projet avait déjà été envisagé par le grand paléographe espagnol A. Millares Carlo, qui y avait travaillé avec la capacité et l'abnégation qui le caractérisaient sans parvenir à en voir le jour. Sa *Contribución al "Corpus" de códices visigóticos*, publiée à Madrid en 1931 marque le début de son projet, seulement complété partiellement dans les listes postérieures de manuscrits en écriture wisigothique inventoriés dans son *Tratado de paleografía española*, dans la version de 1932 comme dans la version posthume de 1983, qui remonte elle aussi à son étude *Manuscritos visigóticos. Notas bibliográficas* (Barcelone–Madrid 1963). C'est justement à la suite d'un congrès organisé en son honneur à Las Palmas de Gran Canaria en 1993 que l'idée surgit de

publier les documents qu’il avait recueillis, documents qui virent le jour en 1999 grâce aux professeurs M. C. Díaz y Díaz, A. M. Mundó, J. M. Ruiz Asencio, B. Casado et E. Lecuona, et dans lesquels 352 items furent présentés (Millares Carlo 1999).

Avant le congrès de Las Palmas et quelques années auparavant, diverses réunions avaient déjà été organisées avec une très large participation de paléographes de toute l’Espagne et de deux spécialistes étrangers d’importance comme le sont le professeur J. Vezin et le regretté professeur H. Atsma, dans l’objectif d’élaborer un corpus de codex wisigothiques complet. Le professeur Díaz y Díaz a justement évoqué ce projet plus ambitieux dans la rencontre de Las Palmas que nous venons de mentionner (Díaz y Díaz 1993; “Boletín Millares Carlo”, 1994: 21-37).

On en arriva même à distribuer les fonds des diverses bibliothèques qui conservaient des manuscrits en écriture wisigothique aux différentes équipes pour que ces dernières réalisent leur catalogage en suivant des normes générales préalablement discutées et accordées (Díaz y Díaz 1993: 36). Mais il faut dire que la possibilité de publier peu de temps après le corpus compilé par Millares eut l’effet de ralentir ce projet plus ambitieux. Malgré tout, mon amie et collègue Isabel Velázquez me dit que les codex en écriture wisigothique conservés à Madrid sont déjà tous décrits et sur le point d’être publiés. D’autre part, je sais aussi que la préparation du volume consacré aux fragments de codex en écriture wisigothique dont s’occupe mon autre amie et collègue Carmen del Camino est très avancée.

Entre le corpus de Millares et ces publications imminentes, en 2002 est apparu un livre qui décrit six codex datés originaires de La Rioja – bien que je ne sois pas sûr que les folios transmis par le glossaire du codex Aemilianensis 24 de la Real Academia de la Historia de Madrid le soient. Je me réfère bien évidemment à *Los manuscritos visigóticos: Estudio paleográfico y codicológico. I. Códices riojanos datados* (publié à Logroño, avec l’antécédent Díaz y Díaz, 1979). Cet autre projet vit le jour lors d’une rencontre à l’université de la Rioja entre le professeur C. García Turza et moi-même. García Turza, alors directeur du Département de Recherche Philologique de la Fundación San Millán de la Cogolla, avait la possibilité de financer le corpus de codex wisigothiques, mais lors des réunions qui suivirent, auxquelles se joignirent les professeurs Manuel C. Díaz y Díaz, J. M. Ruiz Asencio et J. A. Fernández Flórez, il fut décidé de commencer par les manuscrits wisigothiques de La Rioja en accordant la préférence, comme critère maximal, à ceux qui étaient datés. Cependant, il n’y a pour le moment pas eu à ma connaissance de continuité après ce premier volume.

L'œuvre maîtresse d'Isabel Velázquez sur les ardoises wisigothiques, ses *Documentos de época visigoda escritos en pizarra (siglos VI-VIII)*, 2 vols., paru en 2000, incorpore très judicieusement la publication de monuments transmetteurs de textes paralittéraires, qui étaient exclus dans les autres projets. Les *Chartae Latinae Antiquiores*, et plus particulièrement leur élargissement au IX<sup>ème</sup> siècle, aidaient d'une certaine manière à éviter partiellement cet inconvénient.

Le professeur G. Cavallo me proposa il y a quelques années de me charger de l'édition des *Chartae Hispaniae*, mais diverses obligations m'ont seulement permis de préparer la publication des *Chartae Latinae Antiquiores Cataloniae*. Toutefois, Maria J. Sanz, Maria L. Pardo, Pilar Ostos et Miguel Calleja se sont occupés parallèlement, avec leur implication habituelle, de celles du reste de l'Espagne et de Portugal, et les *Chartae Latinae Antiquiores* viennent d'être publiées (Alturo, Alaix 2017a; Calleja et. al. 2018).

Elles sont toutes écrites en alphabet wisigothique, excepté celles de la Catalogne, qui le sont seulement en partie, car comme vous le savez déjà, l'écriture caroline fut introduite à partir de 880 sur les terres catalanes. Cette introduction fut graduelle et la nouvelle écriture continentale ne se consolida qu'après un processus de transition wisigothico-caroline parfaitement visible dans les *chartae* et plus particulièrement dans les témoignages écrits de la décennie 870-880, qu'ils soient diplomatiques, codicologiques ou épigraphiques (Alturo 1991a: 273-280 ; Alturo 1991b: 33-44, 298), ce qui permet de préciser au passage que l'ardoise d'Andorre – jusqu'à présent unique témoignage catalan d'écriture sur ce type de support – est clairement de la fin du IX<sup>ème</sup> siècle, peut-être de la dernière décennie<sup>2</sup>.

Comme on peut le voir dans le cas des monuments graphiques hispaniques, bien que ce qui reste à l'état de projet surpasse de beaucoup ce qui a déjà été réalisé (car on ne doit ajouter aux apports mentionnés précédemment que la publication de la collection épigraphique de Zamora (Zamora 1997), qui inaugure le nécessaire *Corpus Inscriptionum Hispaniae Mediaevalium*), certaines considérations concernant plus particulièrement le processus peuvent être formulées.

En premier lieu, il est clair que le projet du *Corpus Codicum Visigoticorum*, tel qu'il est envisagé, concerne seulement, comme son nom l'indique, l'écriture wisigothique des codex. Celui qui a probablement le plus médité sur les critères qui devraient présider à l'élaboration de ce corpus est le professeur Díaz y Díaz. Ce dernier, considérant la dénomination de wisigothique et

---

<sup>2</sup> Voir la planche n. 153 d'I. Velázquez, *Documentos de época visigoda cit.*, t. 2, 151.

constatant que cette qualification est erronée parce que l'on «peut attribuer le terme 'wisigothique' en partant d'un point de vue historique, ou sous l'angle du système graphique qui y est employé», concluait: «Il semblerait inutile d'insister sur le fait que nous comprenons traditionnellement que nous nous référons à l'écriture, entre autres raisons parce que tous les précédents ont été établis par des paléographes et que leur compilation a été initiée comme répertoire de témoignages de l'emploi de cette même calligraphie».

Mais il semble par la suite infirmer ce critère en se demandant : «Devrons-nous étendre notre concept de codex wisigothique à des manuscrits qui présentent seulement des traces postérieures à cette écriture? Et dans ce cas, quel type de traces? Parmi nos listes de codex wisigothiques, on trouve un manuscrit comme celui du médecin Oribasio-Rufo à Paris-Berne, ou le ms. 107 d'Autun, pour la seule raison qu'ils présentent des notes marginales, ou *probationes* en écriture wisigothique». Son opinion est clairement négative, car il considère que l'existence de notes marginales en écriture wisigothique dans un codex comme le ms. Ripoll 168, «n'est pas suffisante pour pouvoir envisager pour cette seule raison de l'incorporer au corpus des Codex Wisigothiques» (Díaz y Díaz 1993: 27).

Il est pourtant évident que si l'objectif fondamental est d'établir une base solide d'exemples d'écriture wisigothique, il ne serait pas logique de dédaigner ces échantillons, si petits soient-ils. La nécessité de procéder à une description détaillée de toutes les caractéristiques du codex entier est une autre question. Je reviendrai plus tard sur ce point.

D'autre part, il importe peu, selon moi, que certains codex présentent seulement une trace d'écriture wisigothique et qu'ils soient plus importants pour d'autres motifs. Il faut évidemment aussi inclure ces échantillons, comme le fit A. Millares, bien qu'il s'agisse d'exemplaires comme le palimpseste juridico-biblique de León qui, selon M. C. Díaz y Díaz, «entreraient dans notre corpus de codex wisigothiques de par leur fade copie de l'Histoire ecclésiastique d'Eusèbe et non pas pour la véritable et extraordinaire richesse que représentent les textes de par leur graphie primitive, qui est ipso facto reléguée à la simple condition de texte inférieur» (Díaz y Díaz 1993: 27). Rassembler, finalement, les notes marginales en écriture wisigothique dans des codex copiés en d'autres alphabets me semble d'un intérêt culturel (et non seulement graphique) de grande importance.

Parmi ses corpus de codex wisigothiques, Millares eut, à mon avis, la bonne idée d'inclure aussi les cartulaires, codex que le professeur Díaz y Díaz voulait laisser de côté à cause de leur caractère non littéraire (Díaz y Díaz 1993: 33). Pourtant, comme je l'ai déjà manifesté à diverses reprises, s'il

s'agit –comme je le crois– de confectionner un corpus d'exemples d'écritures wisigothiques, il faudrait inclure des échantillons de *tous* les codex intégraux ou fragmentaires connus, en admettant bien sûr les cartulaires, et même les chartes et les inscriptions. Ce travail et cette publication sont parfaitement réalisables, étant donné que je ne crois pas qu'on surpasserait un demi-millier d'exemples même en y ajoutant les fragments en nombre croissant de codex qui sont récupérés. Au demeurant, vu leur abondance, il serait seulement nécessaire d'offrir une *sélection* de prototypes d'écritures diplomatiques, épigraphiques et de tout autre nature, comme les téfilines des œuvres d'art.

Adopter ce critère résoudrait peut-être certains doutes soulevés par le professeur Díaz y Díaz, et cela soulagerait éventuellement le désarroi que ce dernier ressentait (Díaz y Díaz 1993: 31). Il est clair que cette méthode impliquerait que la description codicographique des manuscrits fût simplement secondaire en paléographie; on pourrait même complètement s'en passer dans les cas où l'écriture wisigothique serait seulement marginale, de même que dans les diplômes, évidemment.

N'oublions pas d'autre part que dans le domaine de la paléographie wisigothique, on trouve nombre de cas d'excellents copistes qui nous ont laissé de bons exemples de leur travail de copie de codex et d'écriture de diplômes. Il suffit de rappeler les noms de Florencio de Valeránica, «prince des calligraphes espagnols», heureux surnom attribué par Gómez Moreno, ou encore de Vigila de Albelda, entre autres. Ne serait-il pas souhaitable de réunir la production graphique de ces professionnels de la calligraphie, dont l'œuvre est généralement parfaitement datée et indique encore les centres d'origine, pour constituer ainsi, en analysant leurs caractéristiques formelles et brachygraphiques, un ensemble solide de données parfaitement situées dans l'espace et dans le temps, puis, grâce aux analyses statistico-comparatives, situer selon ces mêmes données les écritures qui se présentent dans des contextes plus évasifs? Ce serait l'unique manière de passer, avec certaines garanties, du sûr au probable, sans avoir nécessairement recours à l'intuition subjective, fréquente chez les paléographes et souvent proche de la divination.

Par ailleurs, comme je l'ai aussi indiqué à plusieurs reprises, je ne crois pas qu'il faille oublier le fait que la copie des codex se réalisait souvent en collaboration et que les copistes étaient non seulement nombreux mais aussi divers en âge, en formation, et par conséquent en style. Il est donc nécessaire de présenter, pour chaque codex, autant d'échantillons d'écriture que de mains identifiées, comme les trois mains que j'ai distinguées dans le ms P. I. 8 de la bibliothèque de San Lorenzo de L'Escorial (Alturo 1994: 33-64 ; Alturo,

Alaix 2019a: 127-139 ; Alturo, Alaix 2019b; Alturo, Alaix 2019c; Alturo, Alaix 2019d).

En outre, pour des raisons pratiques, on a choisi – sauf pour le cas des codex de La Rioja – de répartir le travail de description des manuscrits entre des équipes qui s’occupent des fonds conservés dans une même bibliothèque ou une même ville. On accorde ainsi la priorité au regroupement par provenance plutôt que par origine, avec les dangers évidents de décontextualisation que ce procédé peut impliquer. Il est clair que le mieux est souvent l’ennemi du bien, et si nos projets sont déjà légèrement en retard, obliger les membres d’une même équipe à des déplacements qui permettraient la description de codex conservés dans des bibliothèques de diverses localités mais originaires d’un même scriptorium induirait des délais supplémentaires pour l’obtention de résultats et de conclusions, auxquels on peut toujours parvenir *a posteriori*, une fois que tous les exemples graphiques réunis ont été publiés et étudiés.

Le fait de consacrer un ou plusieurs volumes des *Monumenta* à la publication de fragments et de *membra disiecta* de codex, ce qui revient à les éloigner encore plus de leur contexte d’origine, n’est pas forcément la meilleure option méthodologique. Mais là encore, le mieux pourrait être l’ennemi du bien, d’autant plus que, grâce à l’excellent travail de Carmen del Camino, cette tâche est déjà sur le point d’être publiée.

Ainsi, en résumé, dans le cas concret des monuments copiés en écriture wisigothique, ma proposition serait de passer du *Corpus Codicum Visigoticorum* au *Corpus Scripturarum Visigoticarum*, qui fournirait un exemple de toutes les mains livresques identifiées et une sélection des autres, en les regroupant dans la mesure du possible par centres d’origine, et disposées en ordre chronologique pour favoriser de cette manière l’étude de leurs particularités dans un temps et un espace délimités, ainsi que leur développement en facilitant leur comparaison avec les caractéristiques synchroniques et diachroniques de toute autre variante régionale d’écriture wisigothique. Inutile de rajouter qu’il faudrait inclure dans ce corpus les manifestations d’écriture mixte de transition wisigothico-caroline ou wisigothico-gothique<sup>3</sup>.

En ce qui concerne la compilation des *Chartae Latinae Antiquiores*, je ne peux m’empêcher de formuler la même objection autour de son regroupement par provenances et non pas par origines, bien que dans ce cas cette manière de procéder soit, en fin de compte, moins contre-productive parce que la majorité des diplômes sont encore conservés sur leur lieu d’origine (Alturo, Alaix 2017a: 5).

---

<sup>3</sup> Je diffère donc, sur ce point aussi, de l’avis du Prof. Díaz y Díaz 1993: 30.

Si nous considérons maintenant les codex et diplômes hispaniques en écriture caroline, le nombre de témoignages augmente de manière spectaculaire. Il suffit de rappeler que pour la seule origine catalane nous disposons d'une centaine de diplômes originaux du IX<sup>ème</sup> siècle, en grande partie écrits, comme je l'ai dit, en minuscule caroline; que leur quantité passe à plus de 7000 documents pour le X<sup>ème</sup> siècle, avec une progression géométrique pour les XI<sup>ème</sup> et XII<sup>ème</sup> siècles, et que tous ces monuments sont copiés dans la nouvelle écriture continentale. Pour cette raison, vu l'abondance extraordinaire de ces témoignages et étant donné que d'un point de vue méthodologique la considération de tous les supports s'impose, il faut se limiter –et encore plus dans ce cas– à une sélection de monuments graphiques toujours regroupés par origines de territoires et présentant une unité historico-culturelle.

D'autre part, la variété des typologies documentaires augmente en même temps que le nombre de témoignages, et pour cette raison on assiste à une multiplication des possibilités de diversification des objectifs à l'intérieur des *Monumenta Palaeographica*, où ont déjà pris place de magnifiques volumes consacrés à des catégories spéciales, comme les tablettes de cire sous la responsabilité de Madame le professeur E. Lalou (Sarrazin 2003) ou les rouleaux des morts, avec de remarquables exemples d'origine catalane, sous la responsabilité du professeur J. Dufour (*Les rouleaux* 2009). Il semble tout à fait souhaitable de conserver ces compilations singulières d'un point de vue typologique dans les MPMA. Cela est d'autant plus vrai pour la *Series Hispanica*, car malgré certaines pertes lamentables, l'abondance de la documentation encore conservée permet en Espagne non seulement la compilation d'importantes collections diplomatiques sur la base de la documentation générée ou conservée par les grandes cathédrales et de puissants monastères, comme c'est habituellement le cas, mais aussi par de simples églises ou de petits villages<sup>4</sup>, et même par de simples particuliers, qu'il s'agisse de personnages importants (Junyent 1992; Martí Bonet 2003) ou secondaires (Ruiz-Domènec 1999), ce qui n'est pas si habituel. Ou bien ces diplomataria ont déjà été réalisés, ou bien ils sont heureusement en cours de réalisation. Il est cependant regrettable que dans les publications

<sup>4</sup> J'ai déjà eu il y a quelques années l'occasion de constituer le diplomatarium d'une petite localité proche de Barcelone, Polinyà del Vallés, comprenant 124 documents seulement du X<sup>ème</sup> au XII<sup>ème</sup> siècle (Alturo 1985). Actuellement, je prépare avec Tània Alaix, une deuxième édition pour les MPMA, dans laquelle nous voulons inclure la reproduction de tous les monuments paléographiques de ce village. Voir aussi Alturo, Alaix, 2016.

de ces sources on omette presque toujours la reproduction graphique des documents, étant donné que leur inclusion augmente de beaucoup le coût de l'édition.

Toujours en ce qui concerne le domaine exclusif de l'histoire de l'écriture, il faut par ailleurs rappeler que dans la riche documentation espagnole il est non seulement possible d'illustrer par d'abondants témoignages un type déterminé d'écriture ou l'écriture de documents graphiques produits dans un seul centre, mais aussi de montrer à la perfection l'activité d'un seul amanuensis, encore plus que dans le cas de l'écriture wisigothique, car on peut à maintes reprises trouver des centaines de diplômes en écriture caroline, et parfois certains codex produits sous la plume d'un seul scribe. Rappelons par exemple le cas de Bonsom de Barcelone (étudié par A. M. Mundó in Alturo et. al., 2003) ou celui d'Ermemir Quintila de Vic, auxquels on pourrait ajouter une multitude d'exemples, avec l'avantage supplémentaire que comme ils étaient généralement les personnages les plus cultivés de leur époque, ils fournissent aussi par leurs écrits des données qui enrichissent ce que nous pourrions qualifier, au sens large, de littérature ; ce serait par exemple le cas du juge et chanoine de la Seo de Urgel Ermengol Bernat, bon copiste et meilleur lettré encore, sur lequel je prépare un livre où je l'étudie en tant que copiste, après m'y être attaché en tant qu' «écrivain», cas dans lequel il ne serait pas correct d'exclure les images des importants diplômes qu'il a laissés par écrit (Alturo 1998: 395-417; Alturo, Alaix 2019e)<sup>5</sup>.

\* \* \*

L'histoire de l'art est une autre discipline dont les *Monumenta Palaeographica* peuvent tirer grand profit, et pas seulement en matière de miniatures et d'ornement des codex. Il est par ailleurs normal que les représentations picturales, l'orfèvrerie et, dans une moindre mesure, les œuvres sculptées soient accompagnées d'inscriptions, dont les caractéristiques graphiques, si elles sont contemporaines de l'œuvre d'art comme c'est généralement le cas, peuvent aider à préciser leur datation et, le cas échéant, l'origine de l'œuvre – sans omettre l'intérêt qu'elles peuvent aussi présenter pour une connaissance plus précise de l'utilisation,

---

<sup>5</sup> Je prépare aussi la publication d'études allant dans le même sens appliquées à d'autres copistes comme Desideri, Eroig Marc, Marc Bonfill, Pere de Corró (père et fils) et Ponç, tous de Catalogne, et Velasco, de l'Aragon. M. C. Díaz y Díaz s'est occupé aussi de plusieurs copistes-écrivains (Díaz y Díaz 1979; Díaz y Díaz 1981a: 60-92; Díaz y Díaz 1981b: 71-81; Díaz y Díaz 1989: 47-102; Díaz y Díaz 1991: 221-232; Díaz y Díaz 1996: 281-296.

de la fonction et des caractéristiques de l'écriture du moment (Alturo, Alaix 2013a: 247-257; Alturo, Alaix 2013b: 17-37). D'autre part, les majuscules jouent ici un rôle déterminant, et sans aucun doute, les études paléographiques devraient s'attacher davantage à leur considération individualisée. La compilation systématique de ces alphabets majuscules est une nécessité impérieuse et je les prendrai très certainement en compte dans le *Catalogue d'écritures datées de Catalogne* que je prépare avec Tània Alaix dans le Séminaire de Paléographie, Codicologie et Diplomatique de mon université.

Mais dans le seul domaine de l'histoire de l'art, les manuscrits illustrés ont toujours joui d'une prédilection particulière, plus spécialement parmi ses historiens, comme c'est bien naturel. Il n'en va pas de même des diplômes exécutés avec certains ornements ou accompagnés de bonnes miniatures<sup>6</sup>. Malgré tout, il n'est pas nécessaire d'attendre les excellentes bulles pontificales d'Avignon pour trouver de magnifiques exemples de miniatures sur des diplômes<sup>7</sup>. Effectivement, on trouve déjà dès le Haut Moyen Âge – bien qu'en nombre réduit – ces exemples, dont la finalité est de rendre les actes décrits dans ces

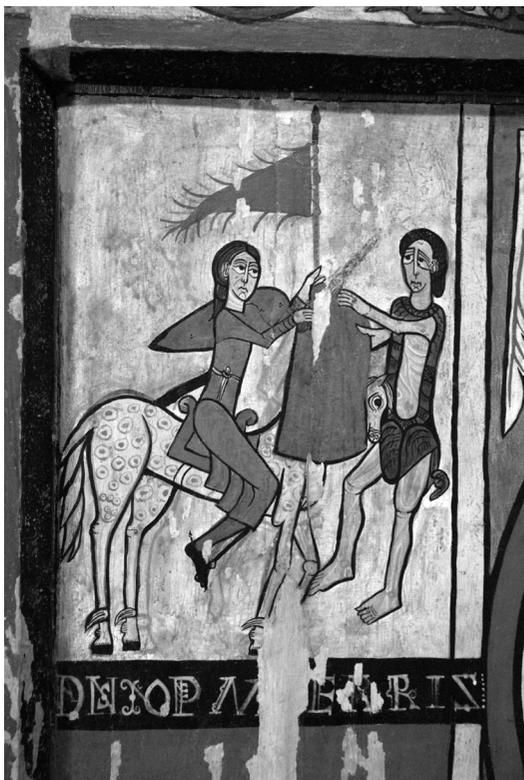


Planche 2. Fragment du frontal d'autel de Sant Martí de Puigbò, premier quart du XII<sup>e</sup> siècle. MEV 9, Museu Episcopal de Vic, Catalogne. © Museu Episcopal de Vic.

<sup>6</sup> Voir, par exemple, Ciccarelli 2002; Brunel et. al. 2013; Roland, Zajiz 2013: 241-432.

<sup>7</sup> Et comme celle d'un document de l'église paroissiale de Burghondo, de 1340, diffusée par Domínguez 1933: 11, avec des représentations de la Majesté du Seigneur, des apôtres et des saints, et le Christ sur la croix entre la Vierge et Saint Jean. On peut voir aussi Cheney 1979: 353-374; García Larragueta 1989: 334; Gomes 2003: 75-84.

diplômes plus solennels, en même temps que de réaffirmer l'autorité de celui qui les émet et, le cas échéant, l'importance de celui qui les reçoit. Examinons-en quelques-uns.

La dotation du monastère de San Salvador de Villacete (actuellement Belver de los Montes, près de Rioseco) par ses fondateurs Oveco Munioz, sa femme Marina Vimaraz et leurs enfants date du 17 septembre 1042. On ne conserve pas ce diplôme dans son format original, mais on en conserve une copie ultérieure, autour de l'année 1080, qui est particulièrement remarquable de par son écriture wisigothique livresque, mais tardive, et surtout pour deux miniatures qui l'accompagnent. En effet, dans la partie inférieure, du côté droit de la première colonne de signataires correspondant aux auteurs de la donation, on a représenté le Christ en majesté aux côtés de ce même couple en attitude de prière, identifiés par la légende OVEKUS MONNIVZ MARINA SUNT. Et au-dessous de la deuxième colonne où signent les évêques, à gauche de l'abbé Pelayo, mandataire de la copie, on a représenté ce dernier avec une crosse et un nimbe, et la légende identificatoire PELAGIVS ABBA (Gutiérrez del Arroyo 1959: 7-19; García 1999: 9-21).

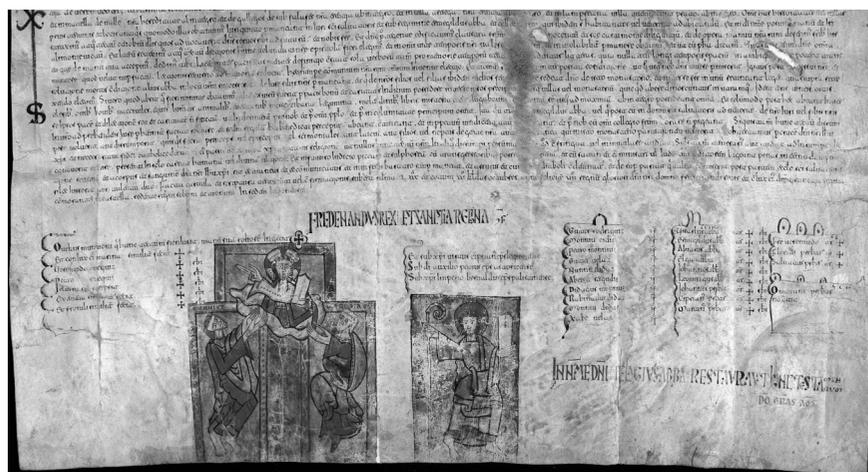


Planche 3. Dotation de San Salvador de Villacete, Madrid, Archivo Histórico Nacional, Fondos de Sahagún, carp. 879, parch. 20. © Archivo Histórico Nacional.

On conserve aussi, à la Real Academia de la Historia de Madrid, l'acte de fondation du monastère de Santa María de Nájera, par le roi García Sánchez de Navarre, en 1052. Bien qu'il s'agisse d'une copie de 1054 en mauvais état de conservation, il est possible de percevoir « dans le diplôme des représentations

très intéressantes de l'Annonciation et des rois García et Estefanía» (Fita 1985: 155-193; Díaz Bordona 1933b: 358)<sup>8</sup>.



Planche 4. Fondation de Santa María de Nájera, Madrid, Real Academia de la Historia, parch. s/n. © Reproducción, Real Academia de la Historia.

Dans les Archives de la Cathédrale de Huesca et Jaca sont conservés plusieurs copies des actes du Concile de Jaca en écriture wisigothique, où on a représenté le roi Ramiro I<sup>er</sup> et son fils Sancho en attitude de prière avec cinq évêques assis au-dessous. Je crois qu'il s'agit d'une copie des premières années du XII<sup>ème</sup> siècle.

<sup>8</sup> Le Cartulaire de Santa María de Nájera, conservé dans les Archives de l'Hôpital de Tavera (Toledo), Cartulaire I, fols. 25r-32r, reproduit aussi ces miniatures. Voir aussi une copie dans les Archives de la Cathédrale de Calahorra, perg, sign. 1.

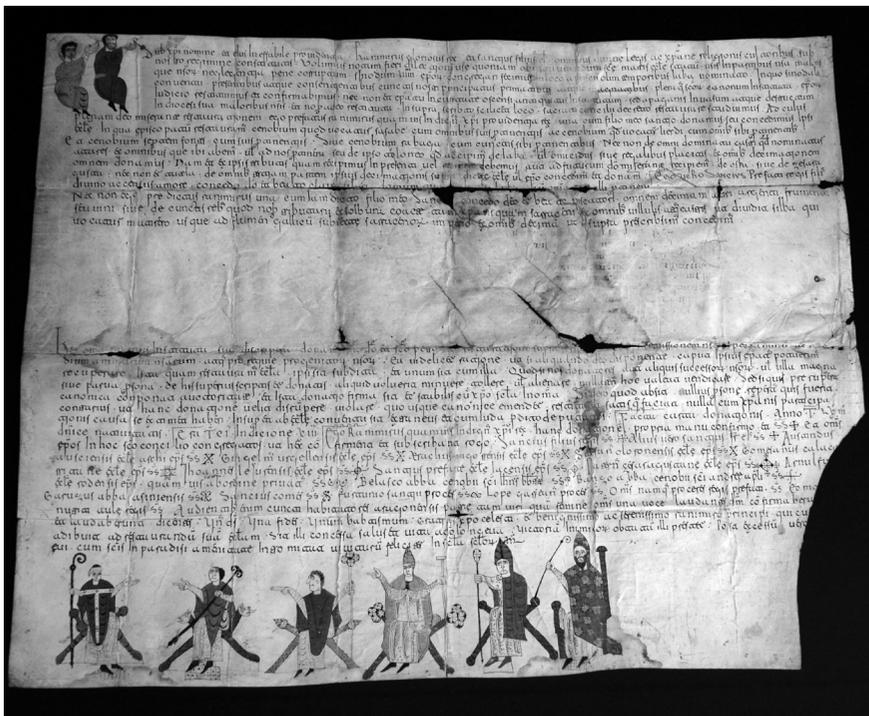


Planche 5. Actes du Concile de Jaca. Huesca, Archivo de la Catedral, parch. 2-47.

Dans ces mêmes archives est conservée une autre copie de ces mêmes actes en écriture protogothique avec quelques réminiscences d'écriture wisigothique. Ramiro I<sup>er</sup> y apparaît à nouveau, accompagné cette fois de ses deux fils et de divers évêques et abbés. Il me semble que cette copie date de la moitié du XII<sup>ème</sup> siècle.

On représente encore une fois le roi Ramiro I<sup>er</sup> avec ses deux fils et douze évêques et abbés dans les Archives de la Cathédrale de Jaca, dans un autre exemplaire des actes de ce même concile.

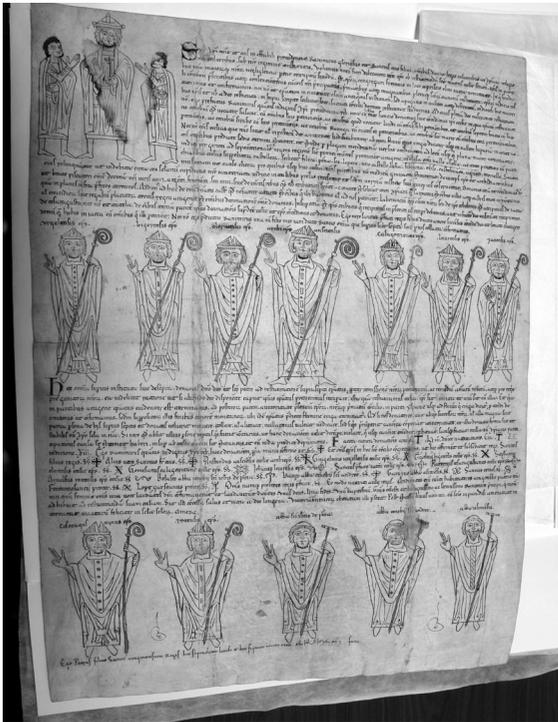


Planche 6. Actes du Concile de Jaca. Jaca, Archivo de la Catedral, parch. 1.

Ce document comporte une autre copie, dans ces mêmes archives, avec les mêmes représentations bien que dans un style différent.

Dans les mêmes archives de Jaca, une donation de Ramiro I<sup>er</sup>, de l'an 1063, représente le roi et son fils Sancho Ramírez et dans une autre de Pedro I<sup>er</sup> datée de 1098 apparaissent l'effigie assise du roi et un prélat.

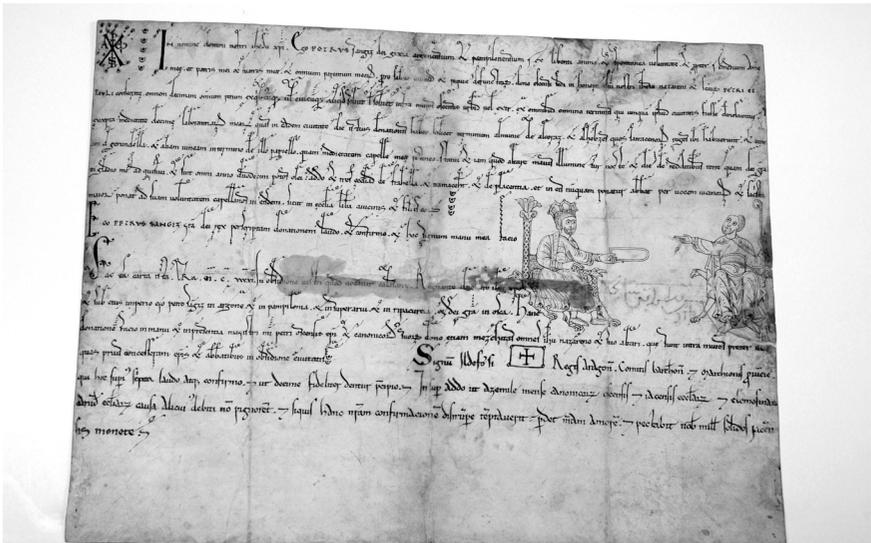


Planche 7. Donation de Ramiro I. Jaca, Archivo de la Catedral, parch. 10.

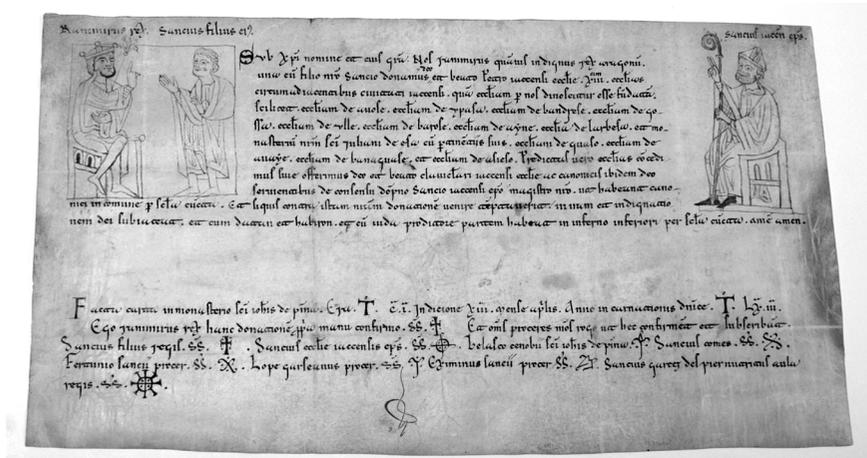


Planche 8. Donation de Pedro I. Jaca, Archivo de la Catedral, parch. 3.

Parmi les exemples de diplômes catalans présentant aussi des miniatures, il faut souligner la fondation de la Confrérie de Sant Martí del Canigó de 1195 (Blancard 1881: 5-7; Delcor 1981: 49-77; Stirnemann 1993: 171-178; Alturo, Alaix 2017b: 20-23; Alturo 2017: 1-12).

La charte de fondation de la Confrérie de la Virgen María y Santo Domingo de Tàrrega, remonte déjà à l'an 1269, mais son grand intérêt artistique nous oblige à la mentionner. Cédée par l'évêque de Vic, Ramon, elle représente une Vierge assise donnant le sein à l'enfant Jésus, siégeant sur les genoux de sa Mère, environné des quatre évangélistes et des quatre archanges – Saint Michel, Saint Gabriel, Saint Raphaël et curieusement aussi Saint Uriel. C'est là peut-être le plus ancien exemplaire daté de cette représentation (Farré-R. Miarnau 2007: 86-102; Alturo, Alaix 2019f).

Tout en m'éloignant encore une fois de l'époque qui m'occupe, je ne puis éviter de me référer à la concession d'indulgences à la Confrérie de la Vierge de la Rodona, de l'an 1342, avec une magnifique représentation de la Vierge et de l'Enfant entre l'Annonciation et le Calvaire (Vic) (Alturo 2000: 245).

À Pampelune, dans les Archives de la Cámara de Comptos, on conserve un document probablement daté de 1226, écrit par le prêtre Sebastián et dont le centre représente un Calvaire dessiné à la plume (Domínguez Bordona 1933: 120–121).

Dans les mêmes archives et encore une fois du XIII<sup>ème</sup> siècle, on conserve le Statut de la Confrérie de San Agustín de Tudela, avec le fragment d'un chrisme et la représentation d'un prélat. Dans la partie supérieure, on a dessiné des arcatures (Verástegui 1989).

Parmi les signes rodados, on peut souligner le diplôme dans lequel Sancho IV ordonne d'être enterré dans la cathédrale de Tolède et où il est représenté en train de remettre son ordonnance à l'évêque. Il est daté de 1285.

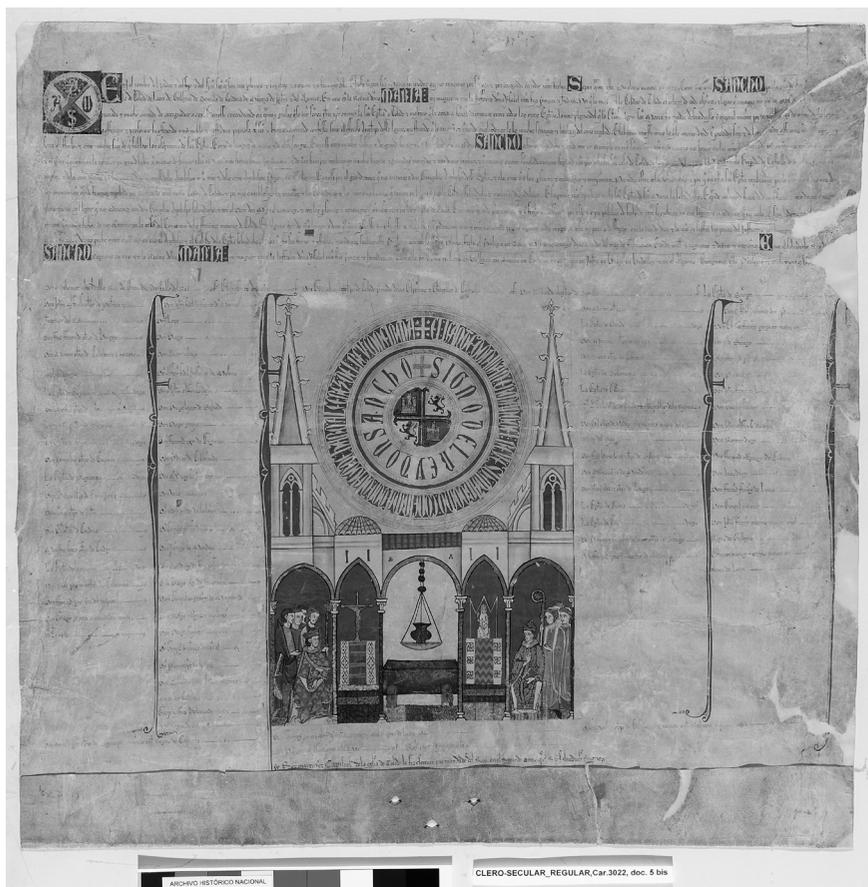


Planche 9. Signo rodado de Sancho IV, 1285. Madrid, Archivo Histórico Nacional, Clero Secular Regular, Carp. 3022, parch. 5 bis © Archivo Histórico Nacional.

En ce qui concerne les cartulaires, nous ne pouvons pas oublier l'authentique œuvre d'art que représente le *Liber testamentorum*, célèbre cartulaire de la cathédrale d'Oviedo, dont la réalisation fut commandée par l'évêque Pelayo entre 1126 et 1129, et où sont magnifiquement représentés Alfonso II, Ordoño I<sup>er</sup>, Alfonso III, Ordoño II, Fruela II, Bermudo II et Alfonso V, accompagnés d'autres personnages, des pontifes et d'autres hauts dignitaires ecclésiastiques (Sanz Fuentes 1995; Fernández Conde 1971).

Le *Liber feudorum maior* de l'Arxiu de la Corona d'Aragó, de Barcelone, qui est justement un cartulaire de la fin du XII<sup>ème</sup> siècle – plus concrètement de 1192 (Mundó 1980: 119-129; Kosto 2001: 1-22; M. E. Ibarburu 1992: 196-202) -, nous offre d'excellents échantillons de miniatures avec de notables scènes de vasselage féodal. Les miniatures comprises dans le *Liber feudorum Ceritanie*, du début du XIII<sup>ème</sup> siècle, présentent aussi un grand intérêt (M. E. Ibarburu 1992: 202-204).

Dans les Archives de la Cathédrale de Léon, on conserve un autre cartulaire magnifique, dénomé *Libro de las estampas* à cause des représentations sur une page entière des rois Ordoño II, Ordoño III, Ramiro III, Bermudo II, Fernando I, Alfonso V, Alfonso VI et de la comtesse Sancha (Fernández Alonso 1981; Galván Freile 1997)<sup>9</sup>.

Le Tumbo menor de Castilla, du XIII<sup>ème</sup> siècle, provient du couvent de l'Orden de Santiago de Uclés et commence par une représentation d'Alfonso VIII et de doña Leonor avec le maître D. Pedro Fernández (Pérez Monzón 2002: 19-41).

Le Cartulaire du monastère de Leire, XII<sup>ème</sup>–XIII<sup>ème</sup> siècles, présente de grossiers dessins à la plume de diverses personnes référencées dans les documents (Duque 1983; Verástegui 1989).

Dans la cathédrale de Tortosa, un cartulaire du XIII<sup>ème</sup> siècle contient une représentation d'un monarque et de la trêve accordée par Alfonso I<sup>er</sup> et d'autres, du XII<sup>ème</sup>–XIII<sup>ème</sup> siècles, avec des lettres capitales enluminées et des tableaux généalogiques ainsi que le plan du temple de Salomon.

Parmi les autres diplômes et livres non littéraires présentant des miniatures, rappelons enfin que dans la Biblioteca Nacional de España, le Fuero de Alcaraz, écrit en 1296 par Bartolomé de Uzeda, contient quelques miniatures, à vrai dire un peu sommaires, de même que le Fuero de Uclés, dans la même bibliothèque et du même siècle (Díaz Bordona 1933b: 307).

Dans cette même bibliothèque, l'*Ordenamiento de Alcalá*, écrit et enluminé par Nicolás González, calligraphe de Pedro I<sup>er</sup> de Castilla, présente une grande initiale avec l'effigie assise d'Alfonso X sur le premier folio, et une autre initiale avec le buste d'Alfonso XI sur le folio 25v (Díaz Bordona 1933b: 355).

Un Pantocrator et un Calvaire sont représentés sur une page entière dans le statut de la Confrérie de San Benito de Tulebras, du XIII<sup>ème</sup> siècle (Verástegui 1989).

---

<sup>9</sup> Dans les Archives Historiques Nationales de Madrid, le cartulaire de Tojos Outos, bien que du XIV<sup>ème</sup> siècle, contient aussi diverses représentations de rois, d'autres dignitaires et du Christ sur la Croix en première page. Parmi les représentations de souverains, nous ne pouvons pas oublier non plus le rouleau généalogique de Poblet.

On trouve de nombreux exemples de diplômes contenant un dessin en guise de simple croquis ou de *probatio pennae* pour se détendre un moment, ou encore comme manifestation de la capacité artistique du copiste. Comme exemple du premier cas, nous pourrions évoquer un saint dessiné au verso d'un parchemin du monastère de Sant Cugat del Vallés, qui contient les conditions sacramentelles de Giscafredo écrites par le prêtre Gelmiro, en bonne lettre caroline, le 4 novembre de l'an 929 (ACA, Sant Cugat, parchemin 73), ou encore l'ange dessiné lui aussi au verso d'un autre diplôme, qui parle d'une vente le 1<sup>er</sup> février de l'an 972 (ACA, Sant Llorenç del Munt, parchemin 14) (Alturo 2000: 122).

Comme exemple du deuxième cas, nous pourrions citer une tête, peut-être un autoportrait du scribe, Sancho, qui transcrivit une donation de l'an 1116.

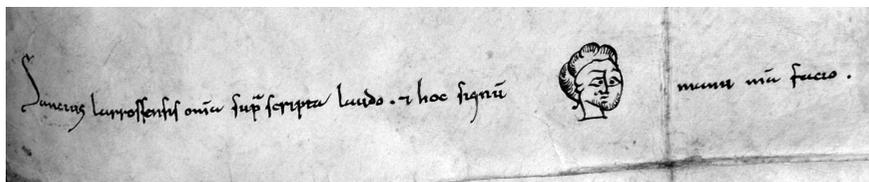


Planche 10. Donation. Huesca, Archivo de la Catedral, parch. 2. 8. 490.

Certains documents contiennent simplement de magnifiques initiales, de la même qualité ou d'une qualité supérieure à celle des codex. Citons un seul exemple : l'acte de dotation de la cathédrale de Roda.

Le contrat d'arrhes de Ramon Berenguer III ne présente pas de miniatures mais contient une jolie bordure multicolore. Elle est datée de l'an 1111 (Udina 1985: 72).

Les contrats de mariage de doña Catalina de Aragón et du Prince de Galles, aujourd'hui aux Archives de Simancas, s'inscrivent dans cette tradition et présentent une jolie bordure en couleur et en or, représentant des roses avec leurs tiges (Díaz Bordona 1933b: 345).

Le fait que le magnifique contrat d'arrhes du Comte Rodrigo Martínez à Urraca Fernández en 1129 avec une belle représentation des deux contractants soit aujourd'hui perdu parmi les fonds des Archives de la Cathédrale de Valladolid montre clairement qu'il est indispensable de recueillir ces précieux témoignages d'époque médiévale (*Las edades* 1990: 232-233).

Inutile de souligner qu'il est nécessaire de compiler systématiquement ces manifestations artistiques dans les diplômes, travail dont nous nous occupons actuellement Tània Alaix et moi-même. Ce répertoire constituerait

peut-être un beau volume de la série hispanique de nos *Monumenta*.

Jusqu'à présent, nous avons vu des exemples de possibles corpus pour les MPMA concernant seulement des écritures réalisées à la main, à quoi nous pourrions ajouter un catalogue de palimpsestes hispaniques, ou celui de codex – et diplômes – avec une notation musicale, par exemple, ainsi que la continuation du corpus d'inscriptions médiévales. Mais à l'époque du Moyen Âge, l'écriture était aussi gravée. Ainsi, comment oublier les sceaux et les pièces de monnaie, si souvent accompagnés de splendides images artistiques? Les MPMA peuvent ici encore rendre un service inestimable pour une meilleure connaissance et une conservation plus sûre du patrimoine culturel européen.



**Planche 11.** Revers d'un denier carolingien de Louis le Pieux (814-840). Barcelona, Gabinet Numismàtic de Catalunya, GNC 62805 © Gabinet Numismàtic de Catalunya.

Dans le domaine de la sigillographie, des œuvres comme celle de Ferran de Sagarra (*Sigillografia* 1915-1932) par exemple n'ont jamais été surpassées et ne le seront peut-être jamais. Mais il ne serait pas inutile de compléter son magnifique corpus avec de nouvelles découvertes et en profitant en même temps des technologies modernes.

Les pièces de monnaie, certaines d'une grande beauté, montrent aussi dans leurs inscriptions et leur iconographie, tout comme le font les sceaux, des exemples de particularités graphiques et de styles artistiques, avec par exemple un traitement particulier des abréviations et des liens, que l'espace disponible réduit et la forme arrondie du support rendaient obligatoires (Alturo, Alaix 2013c: 111-139).

Les inscriptions gravées sur les objets somptuaires revêtent également de l'importance, comme celles de l'Arca Santa de Oviedo, du début du XII<sup>ème</sup> siècle, dans laquelle nous pouvons contempler diverses scènes de l'enfance de Jésus, parmi lesquelles une Nativité avec un bœuf qui semble sortir tout droit des mains de Picasso, ou encore celles du trésor de cette même cathédrale, le diptyque roman de la même époque qui serait le point de départ idéal du corpus souhaitable de reliures.



Planche 12. Sceau de Pere I de Catalunya, 1212. Jaca, Archivo Municipal, parch. s/n.



Planche 13. Plat d'un livre des Paralipomènes, 1065-1066, avec une aigle dessinée par incision. Vic, Arxiu i Biblioteca Episcopal, ms. 6.

\* \* \*

En conclusion, selon moi les *Monumenta Palaeographica Medii Aevi* devraient chercher à assumer la plénitude d'objectifs ici proposés, avec la certitude qu'ils rendent un énorme service à la communauté scientifique ainsi qu'au patrimoine bibliographique et documentaire de notre civilisation.

## Bibliographie

- ALTURO, J. (1985). *Diplomatari de Polinyà del Vallès del segle x al XII: aproximació a la història d'un poble*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- ALTURO, J. (1991a). “Els manuscrits i documents llatins d’origen català del segle IX”, in *Actes del I Symposium internacional sobre els orígens de Catalunya (Segles VIII-XI)*, Barcelona, 273–280.
- ALTURO, J. (1991b). “Escritura visigòtica y escritura carolina en el contexto cultural de la Cataluña del siglo IX”, *Memoria Ecclesiae*, 2, 33–44 et 298.
- ALTURO, J. (1994). “La escritura visigòtica de origen transpirenaico: una aproximación a sus particularidades”, *Hispania Sacra*, 46, 33–64.
- ALTURO, J. (1998). “Escritores latinos de Catalunya: el canónigo y juez Ermengol Bernat de la Seu d’Urgell (s. XI)”, *Humanitas* (Miscelánea em honra do Doutor José Galdes Freire), L/1, 395–417.
- ALTURO, J. (2000). *El llibre manuscrit a Catalunya. Orígens i esplendor*. Barcelona.
- ALTURO, J. (2017). “Non nobis, sed uobis: el P. Cebrià Baraut més enllà de les seves aportacions”, *Església d’Urgell*, 462 (2017), cahier central, 1-12.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2013a). “El Baldaquí de Ribes i les seves inscripcions: origen i noves propostes d’interpretació”, *Ausa*, 26/172, 247-257.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2013b). “L’antependi de Sant Joan de les Abadesses», *Annals del Centre d’Estudis Comarcals del Ripollès*, 17-37.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2013c). “Les inscripcions, figures i símbols en les monedes catalanes medievals”, *Gaceta Numismática*, 186, 111–139.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2016). *L’església de Sant Salvador de Polinyà i les seves pintures*. Barcelona.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2017a). Spain I–II, 2 vols., *Chartae Latinae Antiquiores* 112–113, Urs Graf Verlag.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2017b). “L’acta de consagració de l’església ribagorçana de Sant Climent de Rallui i les seves miniatures”, *Nabius*, 15 (décembre), 20-23.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2019a). “L’escriptori de la catedral de Vic des dels seus inicis fins a l’esplendor del segle XI”, in CRISPÍ, Marta, FUENTES, Sergio, URBANO, Judith, *La catedral de Sant Pere de Vic*, Vic, 127-139.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2019b). “Categories of patrons and categories of writings: the free will of the scribes, cause of formal graphic differences, in Scribes and the presentation of texts (from antiquity to c. 1550: 20<sup>th</sup>)”, *Colloque international de paléographie latine, Bibliologia*, Turnhout, sous presse.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2019c). “La documentazione privata catalana del periodo carolingio come riflesso del livello culturale di una società”, in *Privaturkunden und Dokumentationspraxis im langen 10. Jahrhundert*, Wien, sous presse.

- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2019d). “Del catàlego de còdices fechados al catàlego de escrituras fechadas”, *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, sous presse.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2019e). “Arnau de Coll, escriba i poeta”, *Arxiu de Textos Catalans Antics*.
- ALTURO, J.; ALAIX, T. (2019f). *Nova lectura de l'acta de fundació de la Confraria dels mercaders de Tàrrega*, sous presse.
- ALTURO, J.; BELLÈS, J.; FONT, J. M.; GARCÍA, Y.; MUNDÓ, A. M. (2003). *Liber iudicum popularis*. Ordenat pel jutge Bonsom de Barcelona, Barcelona.
- BLANCARD, L. (1881). «Rôle de la Conférie de Saint-Martin du Canigou», *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 42, 5–7.
- BRUNEL, G.; SMITH, M. (2013). «Les chartes ornées dans l'Europe romane et gothique», *Bibliothèque de l'École de Chartes*, 169, Paris.
- CALLEJA, M.; OSTOS, P.; PARDO, M. L.; SANZ, M. J. (2018). “Spain III”, *Chartae Latinae Antiquiores 114*, Urs Graf Verlag.
- CHENEY, Ch. R. (1979). “Illuminated Collective Indulgences from Avignon”, in *Palaeographica Diplomatica et Archivistica. Studi in onore Giulio Battelli*, 2, Roma, 353–374.
- CICCARELLI, D. (2002). *Segni manuali e decorazione nei documenti siciliani*. Palermo.
- Boletín Millares Carlo* (1994). 13, 21-37.
- DELCOR, M. (1981). «Quelques grands étapes de l'histoire de Saint-Martin-du-Canigou aux XI<sup>e</sup> et XII<sup>e</sup> siècles (Documents et monuments)», *Les cahiers de Saint-Michel de Cuxa*, 12, 49–77.
- DÍAZ BORDONA, J. (1933a). *Manuscritos con pinturas. Notas para un inventario de los conservados en colecciones públicas y particulares de España*, 1, Madrid.
- DÍAZ BORDONA, J. (1933b). *Manuscritos con pinturas. Notas para un inventario de los conservados en colecciones públicas y particulares de España*, 2, Madrid.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1979). *Libros y librerías en la Rioja altomedieval*. Logroño 1979.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1981a). “Vigilán y Sarracino. Sobre composiciones figurativas en la Rioja del siglo x”, in *Lateinische Dichtungen des x. und xi. Jahrhunderts: Festgabe für Walther Bulst*, Heidelberg, 60–92.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1981b). “El cultivo del latín en el siglo x”, *Anuario de Estudios Filológicos*, 4, 71–81.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1989). “El testamento monástico de san Rosendo”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 16, 47–102.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1991). “La cultura escrita en la Rioja del siglo x”, *Semana de Estudios Medievales de Nájera*, 2, 221-232.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1993). “El corpus de còdices visigòtics”, en *Actas del Congreso Agustín Millares Carlo: maestro de medievalistas (1893–1993)*. Las Palmas de Gran Canaria, 18–21 de mayo.

- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1996). “La cultura medieval y los mecanismos de producción literaria”, *Semana de Estudios Medievales de Nájera*, 7, 281–296.
- DUQUE, A. M. (1983). *Documentación medieval de Leire (siglos IX a XII)*. Pamplona.
- FARRÉ-R. MIARNAU, M. A. (2007). “El pergamí de la fundació de la Confraria dels mercaders de Tàrraga, 1269: context històric, anàlisi documental i estudi iconogràfic”, *Urtx*, 20, 86–102.
- FERNÁNDEZ ALONSO, A. (1981). *El Libro de las Estampas*. León.
- FERNÁNDEZ CONDE, F. J. (1971). *El Libro de los testamentos de la Catedral de Oviedo*. Roma.
- FITA, F. (1895). “Santa María la Real de Nájera. Estudio crítico”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 26, 155–193.
- GALVÁN FREILE, F. (1997). *La decoración miniada en el Libro de las Estampas de la Catedral de León. Testamentos de los reyes de León*. 2 vols., Universidad de León.
- GARCÍA, Ch. M. (1999). “El magnate, la mujer y el abad. Iconografía y “memoria” de los antepasados en el territorio de la actual Zamora (siglos XI-XII)”, *Studia Zamorensia*, 2a etapa, 5, 9-21.
- GARCÍA LARRAGUETA, S. (1989). “Cartas de indulgencia”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 16, 334.
- GOMES, S. A. (2003). “Uma “littera indulgentiarum” avinionense de 1356 na Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém (Portugal)”, *Faventia*, 25/2, 75–84.
- GUTIÉRREZ DEL ARROYO, C. (1959). “Sobre un documento notable del monasterio de San Salvador de Villacete”, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 57/1, 7-19.
- HARVEY, R. (2005). *Preserving digital materials*. Munich.
- IBARBURU M. E. (1992). *Catalunya romànica 20. El Barcelonès, el Baix Llobregat, el Maresme*. Barcelona, 196-202.
- International Association of Sound and Audiovisual Archives Technical Committee, IASA-TC 03, *The Safeguarding of the Audio Heritage: Ethics, Principles and Preservation Strategy*, Version 3, Amsterdam 2005.
- JUNYENT, E. (1992). “Diplomatari i escrits literaris de l'abat i bisbe Oliba”, in MUNDÓ, A. M., Barcelona 1992.
- KEEFER, A. (1999). “La preservació digital”, *Item*, 25, 27–41. <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/18996/1/515452.pdf>. [Consultation: 8 mai 2019].
- KOSTO, A. J. (2001). “The LFM of the Counts of Barcelona. The Cartulary as an Expression of Power”, *Journal of Medieval History*, 27, 1–22.
- Las edades del hombre. Libros y documentos en la Iglesia de Castilla y León* (1990). Burgos.
- Les rouleaux des morts* (2009), publiés par J. Doufour. MPMA, Series Gallica, Turnhout.
- MARTÍ BONET, J. M. (2003). *Oleguer, servent de les esglésies de Barcelona i Tarragona*. Barcelona.

- MILLARES CARLO, A. (1999). *Corpus de còdices visigòtics*. 2 vols., Las Palmas de Gran Canaria.
- MUNDÓ, A. M. (1980). “El pacte de Cazola del 1179 i el Liber Feudorum Maior. Notes paleogràfiques i diplomàtiques”, in *Jaime I y su época, Actas del x Congreso de Historia de la Corona de Aragón*, Zaragoza, 119-129.
- PÉREZ MONZÓN, O. (2002). “Iconografía y poder real en Castilla: las imágenes de Alfonso VIII”, *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, XIV, 19–41.
- ROLAND, M., ZAJIZ, A. (2013). “Illuminierte Urkunden des Mittelalters in Mitteleuropa”, *Archiv für Diplomatik*, 59, 241-432.
- ROSS, S.; GOW, A. (1999). *Digital archaeology: rescuing neglected and damaged data resources, a JISC/NPO study within the electronic libraries (eLib) programme on the preservation of electronic materials*. London 1999.
- RUIZ-DOMÈNEC, J. E.; CONDE, R. (1999). *R. Conde, Ricard Guillem: Un sogno per Barcellona*. Napoli.
- SAGARRA, F. de (1915-1932). *Sigillografia catalana: inventari, descripció i estudi dels segells de Catalunya*. Barcelona.
- SANZ FUENTES, M. J. (ed.) (1995). *Liber testamentorum ecclesiae Ovetensis*. Barcelona 1995.
- SARRAZIN, J. (2003). *Les comptes sur tablettes de cire*. MPMA, Series Gallica, Turnhout.
- SILVA, S. de (1989). *La miniatura medieval en Navarra*. Pamplona.
- STIRNEMANN, P. (1993). «L'illustration du cartulaire de Saint-Martin-du-Canigou», in *Les cartulaires: actes de la Table ronde organisée par l'École normale des chartes et le G. D. R. 121 du CNRS (Paris 5-7 décembre 1991)*, réunis par O. Guyotjeannin, M. Parisse et L. Morelle, Genève et Paris, 171–178.
- UDINA, F. (1982). *Documents cabdals de la història de Catalunya*. Barcelona, vol. 1, 72.
- VAN BOGART, J. W. C. (1995). *Magnetic tape storage and handling: a guide for libraries and archives*. Washington, DC: The Commission on Preservation and Access and National Media Laboratory.
- GUTIÉRREZ, M. (1997). *Zamora*. Colección epigráfica, MPMA, Series Hispanica, Turnhout–León.

(Página deixada propositadamente em branco)

# A universidade medieval portuguesa e os problemas do seu financiamento [II]: os conflitos entre *studium* e Igreja durante o século XIV<sup>1</sup>

*The Portuguese medieval university and the problems of its funding [II]: the conflicts between studium and Church during 14<sup>th</sup> century*

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO

CH – Universidade de Lisboa / CEHR – Universidade Católica Portuguesa

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 18/07/2019

**Resumo.** O presente estudo visa compreender como se processava o financiamento da universidade medieval portuguesa durante o século XIV, dando a conhecer a conflitualidade crescente entre o *studium* e a Igreja – conflitualidade essa relacionada com a alocação de rendas oriundas de diversos benefícios eclesiásticos, e que constituíam a principal fonte de sustento da universidade, desde a sua fundação nos últimos anos da centúria anterior. Além disso, procuraremos também analisar o impacto que as sucessivas deslocalizações do estudo geral entre as cidades de Lisboa e Coimbra tiveram na universidade medieval, com as consequentes alterações das igrejas designadas pela Coroa para o sustento dos lentes, mestres e do próprio *studium*, criando um foco de instabilidade e até de conflito na relação entre estas duas instituições de natureza eclesiástica – Igreja e universidade.

**Palavras-chave.** Estudo geral português; financiamento universitário; rendas eclesiásticas; padroado régio; deslocalização da universidade.

**Abstract.** This paper aims to understand the funding of the Portuguese medieval university during the fourteenth century, revealing the growing conflict between *studium* and church, related with the allocation of revenues from several ecclesiastical benefices – which had been the main source of university funding since the foundation of the Portuguese *studium generale*, in the last years of the twelfth century. In addition, I will also try to analyse, on the one hand, the impact of the relocations of the university between the cities of Lisbon and Coimbra and, on the other hand, how the constant change of the churches designated by the Portuguese Crown to fund the *magistri* and the *studium* itself led to an emergent conflict between these two institutions, both ecclesiastical in their nature – the Church and the *studium*.

**Keywords.** Portuguese *Studium generale*; university funding; ecclesiastical revenues; royal patronage; university relocation.

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto PTDC/EPH-HIS/3154/2014: *ŒCONOMIA STUDII. Funding, management and resources of the Portuguese university: a comparative analysis (13th-16th centuries)*, financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P./Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (FCT/MCTES) e co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE).

## 1. Introdução

A Universidade medieval portuguesa, constituindo uma das últimas fundações universitárias do século XIII, enquadra-se tipologicamente na segunda vaga de estudos gerais, fundados por vontade expressa de um poder político (as chamadas fundações *e priuilegio*, lideradas por reis, pelo imperador ou pelo papa). Nesse sentido, é congénere de *studia* como os de Palência – criado por Afonso VIII de Castela entre 1208 e 1212, com uma existência efémera –, Salamanca – que, embora remonte ao reinado de Afonso IX de Leão (1218), só viria a receber do seu neto, Afonso X de Castela, a sua Magna Carta (1254) –, Nápoles – instituído pelo imperador Frederico II Hohenstaufen, na sua qualidade de rei da Sicília, em 1224 – ou ainda Toulouse – estabelecido por ordem do papa Gregório IX nas terras occitanas na sequência da cruzada albigense, em 1229 (Verger 2003: 54-55).

Apesar disso, as universidades são estabelecimentos que, no quadro da sociedade de ordens medieval, emergem no âmbito da instituição eclesíastica, desfrutando dos privilégios, liberdades e garantias dos clérigos e que, do ponto de vista do financiamento, dependem em grande medida de rendas de natureza eclesial. No caso português, mesmo sendo a fundação da universidade uma manifestação inequívoca da vontade régia, o monarca irá dotá-la com recurso a bens de várias igrejas oriundas do padroado régio. Para o efeito, vinte e sete eclesiásticos reuniram-se em Montemor-o-Novo em novembro de 1288, para decidirem, de comum acordo com o soberano, usarem parte das rendas das suas igrejas – entre as quais se contavam a abadia cisterciense de Alcobaça e os conventos agostinianos de Santa Cruz de Coimbra e de São Vicente de Fora – em prol da nascente universidade portuguesa, estabelecida em Lisboa entre aquela data e Março de 1290 (vejam-se, a esse propósito, as considerações que tecemos em Leitão 2018: 17-23). Ao longo dos séculos seguintes, como nos recorda Armando Martins, “as rendas das igrejas serão sempre o esteio principal de financiamento da universidade na Idade Média em Portugal” (Martins 2013: 43).

A universidade medieval portuguesa distingue-se, no conjunto dos outros estudo gerais da Cristandade, por uma característica peculiar que a individualiza face às demais, como logo observou Hastings Rashdall (1895: 103-104) na sua já clássica obra sobre as universidades europeias: uma série de deslocalizações<sup>2</sup> entre as cidades de Lisboa e de Coimbra ao longo de todo o

---

<sup>2</sup> Assumiremos, ao longo do presente estudo, o termo *deslocalização ou realocização* (de cariz neutro), para obviar ao incómodo que a escolha de uma qualquer outra terminologia – *transferência* ou *(re)fundação* – poderia acarretar, tendo em vista a polémica – algo bizantina, na expressão de Hermenegildo Fernandes (2013:

século XIV (em 1308 para Coimbra, em 1338 para Lisboa, em 1354 de novo para Coimbra e em 1377 novamente para Lisboa), cujas causas ainda não entendemos completamente, e que parecem ter contribuído para uma série de conflitos que irão opor o estudo geral às diferentes igrejas do padroado real que, a seu tempo, foram sendo designadas como financiadoras da universidade.

Embora neste contexto tenhamos considerado pertinente estabelecer um estudo comparado entre a universidade portuguesa e outros estudos gerais da Cristandade medieval, tendo em vista perceber, por um lado, modelos comuns de financiamento e, por outro, de que forma se repercutiram os efeitos da grande crise do século XIV na vivência das instituições universitárias da época, tomámos a decisão de explorar apenas o modelo português, deixando a abordagem comparativa para um momento ulterior.

## 2. Fontes e conspecto historiográfico

Como já tivemos ocasião de demonstrar em artigo anterior (Leitão 2018: 16), são escassas as fontes respeitantes à temática do financiamento da universidade portuguesa no século XIV. A maior parte dos diplomas relevantes para compreender as questões aqui elencadas encontram-se compilados no único cartulário original da universidade portuguesa, o *Livro Verde* (Velo 1992), no qual foi transcrito um significativo conjunto de documentos que nos permite – embora com bastantes lacunas – reconstituir uma panorâmica do que era o financiamento do estudo e, sobretudo, os problemas que o mesmo suscitava.

Além deste cartulário do século XV (Leitão 2019), importa destacar também o *Chartularium Universitatis Portugalensis* (CUP), compilação dada à estampa por Artur Moreira de Sá a partir de 1966, e onde foram publicados vários diplomas ausentes do *Livro Verde*, dispersos por distintos fundos documentais, muitos dos quais averbando também valiosas informações económicas e financeiras sobre o *studium generale* português (Sá 1966-1968).

Por outro lado, são também relativamente poucos os estudos estritamente relacionados com esta temática; na verdade, uma parte muito substantiva dos textos sobre a história da universidade medieval portuguesa tem-se focado nas problemáticas da fundação e das deslocalizações do século XIV, sendo a questão do financiamento do estudo geralmente relegada para segundo pla-

---

25) – acerca das sucessivas deslocalizações do estudo geral entre Lisboa e Coimbra ao longo do século XIV, bem como a derradeira, operada já no segundo quartel do século XVI (1537).

no, com a notável excepção da *História da Universidade em Portugal*, onde um capítulo inteiro, da autoria de Maria Helena da Cruz Coelho, é dedicado às finanças universitárias no período medieval (Coelho 1997: 39-67).

### 3. A primeira deslocalização para Coimbra e a génese do conflito

Em 1308 (ou, com grande probabilidade, ainda em 1307<sup>3</sup>), D. Dinis terá solicitado ao papa a mudança do estudo geral, até então instalado em Lisboa, para Coimbra, alegando “grauiam dissentiones et scandala exorta postmodum inter ciues Ciuitates eiusdem ex parte una et scolares ibidem studentes ex altera nequerit nec esse possit comode in eadem ciuitate studium supradictum” (CUP, I, n.º 22). Os diplomas que até nós chegaram desta primeira fase da vida do estudo, então sediado em Lisboa, se por um lado não nos permitem compreender com precisão a natureza destas “dissensões e escândalos” entre os estudantes e os habitantes da cidade, parecem revelar-nos, por outro, uma certa conflitualidade entre o *studium* e as autoridades municipais de Lisboa (Leitão 2015: 174; Norte e Leitão 2018: 522). Sendo a universidade, como já foi dito, uma instituição de cariz eclesial, competia, por isso, à Santa Sé aprovar esta mudança, pelo que D. Dinis expediu uma súplica ao papa, pedindo-lhe que confirmasse a deslocalização da universidade para Coimbra.

Desconhecemos a localização e conteúdo de tal súplica, mas sabemos que, em 26 de fevereiro de 1308, Clemente V encarregou o arcebispo de Braga, D. Martinho de Oliveira, e o bispo de Coimbra, D. Estêvão Anes Brochado, de proceder à translação do estudo – pela bula *Profectibus publicis ex debito* (CUP, I, n.º 23) – e, bem assim, de consignar os rendimentos de seis igrejas do padroado régio à universidade agora transladada, a fim de serem aplicados no pagamento dos salários dos mestres – através da bula *Porrecta nuper nobis* (CUP, I, n.º 22).

Como escreveu Armando Martins, “ignoramos, porém, se tal se deveria entender em substituição ou em reforço das rendas que haviam sido afectadas por Nicolau IV em 1290 e constantes da súplica de Montemor-o-Novo, em 1288” (Martins 2013: 51-52). Nenhum testemunho coevo nos diz que as igrejas que até então financiavam o estudo foram desobrigadas (conhecemos tão-somente, em data posterior, diplomas referindo outras igrejas – algumas das quais não mencionadas na súplica original – às quais fora cometida essa

---

<sup>3</sup> De acordo com Vasconcelos (1987: 88-89), o oratoriano seiscentista Odorico Rinaldi (1652: 39) dava conta de que esta súplica havia chegado à Santa Sé antes de Clemente V expedir a bula pela qual criava a Universidade de Perugia, em 8 de setembro de 1307.

função). Parece-nos, contudo, que esta deslocalização terá constituído um pretexto para os abades e priores que haviam subscrito a súplica de 1288 se eximirem ao pagamento das contribuições devidas para o sustento da universidade, como escreveram José Maria de Abreu (1854: 28), José Silvestre Ribeiro (1871: 427), o visconde de Vila Maior (1878: 24), Teófilo Braga (1892: 115) ou Joaquim de Carvalho (1929: 607-608). Esta questão parece ir ao encontro da velha (e debatida) polémica de saber qual a natureza das sucessivas deslocalizações do estudo geral entre Lisboa e Coimbra – se transferências, se fundações *ex nouo*; em face do exposto, parece-nos bastante plausível encarar a deslocalização de 1308 como uma (re)fundação, mais do que uma mera transferência – ainda que o papa se lhe refira expressamente como tal, tanto na bula *Profectibus publicis ex debito* (“transferamus eidem Colimbriensis studio”: *CUP*, I, n.º 23) como na *Porrecta nuper nobis* (“translationis dicti studij”: *CUP*, I, n.º 22).

Em circunstância alguma são referidas quais as novas igrejas que deveriam passar para a dependência da universidade em 1308. Porém, em fevereiro de 1321, data em que, no âmbito da definição dos valores das dízimas a aplicar às diversas igrejas do reino pelos coletores apostólicos (Leitão 2018: 23), se procedeu à taxação das paróquias da diocese de Coimbra, já as igrejas de Pombal e de Soure tinham sido anexadas à universidade, como se infere do texto do “rol das igrejas” do reino de Portugal, onde se diz que aquelas duas igrejas – então comendas da Ordem de Cristo – não foram taxadas por estarem anexas ao estudo; ainda assim, num dos dois manuscritos onde se conserva o “rol”, alude-se a um valor de 800 libras, entretanto riscado, que deveria ser taxado a cada uma destas comendas. No entanto, apesar de isentas, as rendas destas igrejas deveriam ser das mais elevadas da diocese de Coimbra, como o demonstram os valores taxados às comendas daquelas mesmas igrejas. Assim, a de Soure estava taxada em 1500 libras, e a de Pombal, “cum expensis conventus extracta collecta domni infantis”, estava taxada em 1870 libras; a título de comparação, veja-se que outras igrejas da Ordem de Cristo situadas no arcediagado de Penela (a de Santa Maria de Ega, taxada em 280 libras, e a sua comenda em 1860 libras; e a de Santa Maria da Redinha, taxada em 400 libras, com a correspondente comenda em 650 libras), parecem ser mais baixas; nas restantes igrejas do arcediagado, as taxas em raras ocasiões ultrapassam as 300 libras (Almeida 1971: 125; Boisselier 2012b: 177-178).

Recordemos que as igrejas de Soure e Pombal haviam sido doadas à Ordem do Templo nos alvares da nacionalidade – com efeito, fora na região compreendida entre os castelos de Abiul, Ega, Pombal, Redinha e Soure que os Templários haviam tido um dos seus mais importantes redutos, desde a

primitiva doação do castelo e terra de Soure pela infanta-rainha D. Teresa à Ordem do Templo (1128) – e terão sido, por força da bula *Porrecta nuper nobis*, em data compreendida entre 1308 e 1321, designadas pelo bispo de Coimbra para delas se tirar o sustento para os lentes do estudo, conforme se colhe da carta de D. Dinis de 18 de janeiro de 1323 (*CUP*, I, n.º 59). Contudo, como sabemos, Clemente V decretou a extinção da Ordem do Templo em 1312, tendo D. Dinis, por seu turno, “nacionalizado” os bens da ordem em território português, convertendo-os em património da nova Ordem de Cristo, entretanto confirmada pelo novo pontífice, João XXII (pela bula *Ad ea ex quibus*, de março de 1319). Durante este período poder-se-á ter gerado um conflito jurisdicional em torno daquelas igrejas – conflito esse de que algumas das cartas que dizem respeito às rendas destinadas por estas igrejas ao estudo parecem fazer eco, muito embora não nos seja possível compreender a dimensão do mesmo na sua totalidade.

De facto, tendo a anexação sido levada a cabo em data incerta antes de 1321, o rei revogaria essa decisão por carta de 6 de maio de 1322 (*CUP*, I, n.º 57); D. Dinis parece ter recuado na sua posição inicial e ordenado que aquelas igrejas retornassem aos bens da Ordem de Cristo, aparentemente por pressão do seu mestre, D. João Lourenço, que se vira desapossado daquelas duas tão importantes (e ricas) comendas.

O teor da carta de 18 de janeiro de 1323 (*CUP*, I, n.º 59) parece confirmar esta ideia; no texto destoutro diploma, o monarca reitera a concessão das prebendas das igrejas de Soure e Pombal à dita ordem, mas obriga D. João Lourenço e seus sucessores a subsidiarem a manutenção de seis mestres e dos dois conservadores do estudo geral, num total de 1755 libras, devendo os valores ser pagos à universidade duas vezes por ano: a 24 de junho (festa de São João Baptista) e a 18 de outubro (festa de São Lucas).

Mais tarde, em 16 de agosto de 1326, D. João Lourenço estabelece qual o valor que os comendadores de ambas as igrejas deveriam pagar anualmente (a saber, 1800 libras pela igreja de Pombal e 1200 libras pela de Soure), desta feita, às terças do ano (Natal, Páscoa e São João), o que foi de pronto confirmado pelo monarca (*CUP*, I, n.º 72). Porém, apenas dois anos volvidos, em 15 de julho de 1328, D. Afonso IV ordenava ao conservador do estudo, Francisco Anes, que compelissem os comendadores daquelas igrejas a pagar os montantes devidos para os salários dos lentes, o que parece claramente demonstrar que os comendatários da Ordem de Cristo não estariam a cumprir com o acordado anteriormente. De notar que, nesta última data, a carta menciona apenas 1500 libras para a igreja de Pombal, ao invés das 1800 registadas em 1326 (*CUP*, I, n.º 79). Ignoramos se, neste último registo, se trata de

um *lapsus calami* do amanuense, ou de uma revisão da renda daquela igreja; tendemos para a primeira hipótese, pois como teremos ocasião de verificar mais adiante, as rendas aplicadas ao estudo geral parecem ter-se fixado, a partir desta época, no valor global de 3000 libras anuais.

Para melhor compreendermos a evolução dos rendimentos destas igrejas ao longo da década de 1320, veja-se de seguida a Tabela I:

**Tabela I.** Valores taxados às igrejas de Pombal e Soure na década de 1320

Igreja (orago)	1320-21	1326	1328	Variação 1320-21/26	Variação 1326/28	Variação global
Pombal (S. Martinho)	800 lbs.	1 800 lbs.	1 500 lbs.	+ 1 000 lbs.	- 300 lbs.	+ 700 lbs.
Soure (Santiago)	800 lbs.	1 200 lbs.	1 200 lbs.	+ 400 lbs.	0 lbs.	+ 400 lbs.
<b>Total</b>	<b>1 600 lbs.</b>	<b>3 000 lbs.</b>	<b>2 700 lbs.</b>	<b>+ 1 400 lbs.</b>	<b>- 300 lbs.</b>	<b>+ 1 100 lbs.</b>

#### 4. O regresso a Lisboa e o agravamento das tensões entre Igreja e *studium*

Não dispomos de mais informações acerca da relação destas duas igrejas com o estudo geral; certo é que este retornou a Lisboa em 17 de agosto de 1338 (*CUP*, I, n.º 109), invocando D. Afonso IV como justificação para a realocização a necessidade de disponibilizar aos seus oficiais pousadas adequadas em Coimbra, razão pela qual havia por vezes querelas entre os seus homens e os membros do estudo: “[...] como as pousadas que son dentro na çerca dessa vila<sup>4</sup> em que sooem de pousar os scolares que stan no meu studo general que ata ora foy en essa vila aadur podem auondar pera os meus offizaaes e pera os que uiuem na mha mercee e como per Razom dessas pousadas recreçen aas uezes uoltas e peleias grandes antre eles” (*CUP*, I, n.º 109).

Ao contrário do que sucedera em 1308, ignora-se qualquer confirmação papal da deslocalização operada por D. Afonso IV. De igual forma, não há qualquer notícia sobre quais as igrejas que deveriam contribuir com as suas rendas para o novo estudo de Lisboa até meados da década seguinte. Atendendo ao precedente que já se verificara em 1308, é bastante plausível pensar que, ante uma nova realocização da universidade, os comendatários das igrejas de Soure e de Pombal, situadas na diocese de Coimbra (que sempre

<sup>4</sup> Coimbra, na qualidade de sede de bispado, tinha inequivocamente o estatuto de cidade, pelo que esta referência à «çerca dessa vila» deverá constituir um *lapsus calami* (Norte e Leitão, 2018: 523).

se sentiram forçados a financiar o estudo com parte das suas rendas), se julgassem agora desobrigados da vinculação ao *studium* que voltava à diocese de Lisboa (Ribeiro 1871: 435; Carvalho 1929: 610; Brandão e Almeida 1937: 89).

Somente em 10 de janeiro de 1345 (*CUP*, I, n.º 132), cerca de seis anos e meio depois da deslocalização, D. Afonso IV impetraria de Clemente VI a autorização para consignar 3000 libras de moeda portuguesa (o mesmo valor que o estudo detivera pelo usufruto das comendas de Soure e Pombal) das rendas de várias igrejas, colegiadas e abadias do padroado régio aos salários dos mestres e doutores da universidade, o que lhe foi concedido pela bula *Dum sollicite considerationis* (expedida pela chancelaria apostólica na mesma data), pela qual o papa permitia a anexação de seis igrejas, a serem designadas pelo monarca, ao *studium generale* “in Ciuitate vlixbonensi in Regno suo Portugalie consistente in qua in utriusque iuris et alijs scientijs uiget” (*CUP*, I, n.º 133), sendo cometida a execução desta bula aos bispos de Lisboa e de Évora.

Embora o texto da bula fosse omissivo, como sucedeu em anteriores ocasiões, sobre quais as igrejas do padroado régio de onde saíam as rendas para a universidade, remetia a designação das mesmas para um futuro próximo; no entanto, tal só viria a acontecer quase quatro anos mais tarde (20 de dezembro de 1348), data em que o bispo de Évora determinou a anexação de cinco igrejas da diocese de Lisboa à universidade (Santa Maria da Azambuja, Santa Maria de Sacavém, Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, Santa Maria de Óbidos e Santiago de Óbidos), cujos rendimentos seriam destinados “pro sallarijs conferendis dumtaxat magistris bachallarijs et alijs ad opus ipsius studij necesarijs” (*CUP*, I, n.º 162); as rendas assim consignadas deveriam ser pagas às terças do ano (na Meia-quaresma, em 1 de junho e em 1 de dezembro).

A fim de traçarmos uma panorâmica global dos rendimentos destas igrejas no período em causa, vejamos a Tabela II, na qual comparamos os valores consignados nas letras do bispo de Évora de 1348 (*CUP*, I, n.º 162) com as dízimas registados no “rol” de 1320-21 (Boisselier 2012b: 109-203) e, bem assim, com os valores constantes de um documento da contabilidade régia relativo às igrejas do padroado real, datado criticamente de antes de 1336 (Boisselier 2012a: 217-235):

**Tabela II.** Valores taxados (em 20 de dezembro de 1348) às igrejas anexadas ao estudo geral, por bula de 10 de janeiro de 1345, e sua comparação com os valores do “rol” de 1321 e os valores estimados das igrejas do padroado real (*ante* 1336)

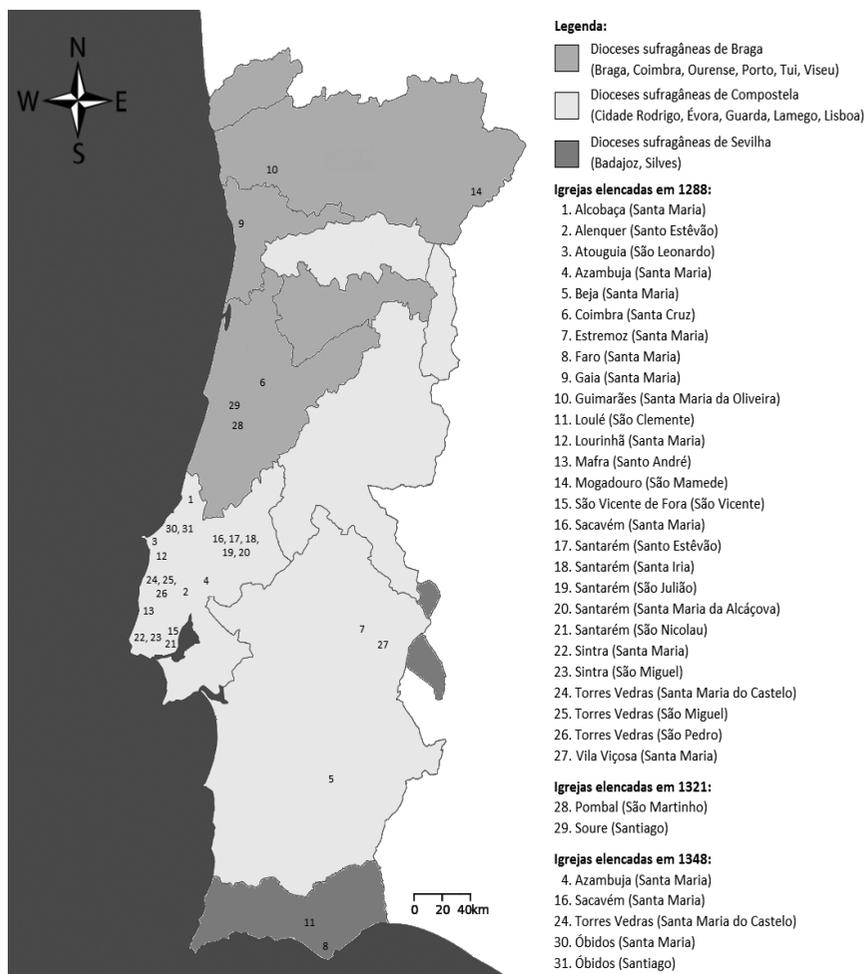
Igreja (orago)	1320-21	<i>ante</i> 1336	1348	Varição 1320-21/36	Varição 1336/48	Varição global
Torres Vedras (Sta. Maria do Castelo)	700 lbs.	1000 lbs.	800 lbs.	+ 300 lbs.	- 200 lbs.	+ 100 lbs.
Óbidos (Sta. Maria)	500 lbs.	600 lbs. <sup>5</sup>	750 lbs.	+ 100 lbs.	+ 150 lbs.	+ 250 lbs.
Sacavém (Sta. Maria)	650 lbs.	1200 lbs.	650 lbs.	+ 550 lbs.	- 550 lbs.	0 lbs.
Azambuja (Sta. Maria)	500 lbs.	800 lbs.	500 lbs.	+ 300 lbs.	- 300 lbs.	0 lbs.
Óbidos (Santiago)	450 lbs.	500 lbs.	300 lbs.	+ 50 lbs.	- 200 lbs.	- 150 lbs.
<b>Total</b>	<b>2800 lbs.</b>	<b>4100 lbs.</b>	<b>3000 lbs.</b>	<b>+ 1300 lbs.</b>	<b>- 1100 lbs.</b>	<b>+ 200 lbs.</b>

Ainda que na bula se mencionassem seis igrejas do padroado real, acabaram por ser apenas cinco as paróquias anexadas ao estudo. Uma vez que o valor das rendas dessas cinco igrejas perfazia o total de 3000 libras definidas na bula, julgamos que tal pode explicar o motivo pelo qual ficou por designar uma sexta igreja face ao teor do privilégio de Clemente VI<sup>6</sup>.

É de notar que três destas igrejas constavam originalmente na súplica de 1288 (as da Azambuja, Sacavém e Santa Maria do Castelo de Torres Vedras); além disso, o estudo adquiria duas novas igrejas contribuintes, situadas numa importante vila estremenha, onde os reis (e, sobretudo, as rainhas) detinham significativos bens e rendimentos (Silva 1997). Neste sentido, é importante analisar o Mapa 1, que nos permite observar a distribuição geográfica das igrejas originalmente designadas para financiar o estudo, em 1288, e compará-la com a daquelas sobre as quais irá recair esse ónus em 1321 e em 1348, respectivamente.

<sup>5</sup> Na transcrição, Boisselier enumera, entre as paróquias de Alenquer, uma igreja de Santa Maria; deve, no entanto, tratar-se da de Santa Maria de Óbidos, visto as igrejas desta vila aparecerem, na listagem, imediatamente antes das de Alenquer. De resto, logo após esta igreja de Santa Maria, surge a de Santa Maria de «Toriana» (Triana), uma das paroquiais de Alenquer (Boisselier 2012a: 229-230).

<sup>6</sup> Segundo Maria Helena Coelho (1997: 45), a sexta igreja seria a colegiada de Santa Maria de Guimarães, que não teria sido taxada. Tal proposta – que poderia encontrar algum eco na bula de *Ad ea ex apostolice seruitutis* de Clemente VII, datada de 7 de junho de 1380 (CUP, II, n.º 352), e onde se referem os frutos das igrejas das dioceses de Lisboa e Braga com os quais se sustentaria o estudo geral – parece-nos, contudo, equivocada; muito embora o bispo de Évora mencionasse aquela igreja nas letras de anexação de 1348, esta referência prende-se com o facto de o único pároco das igrejas anexadas que sobreviveu ao surto de peste negra (João Afonso, o anterior prior da Azambuja) ter sido provido como prior da colegiada de Guimarães («ecclesiam sante marie de azambuja vacantem per prouisionem factam Johani Alfonso de ecclesia sante marie vimaranis»: CUP, I, n.º 162). De resto, nenhum outro documento alude à colegiada de Nossa Senhora da Oliveira como financiadora do estudo geral, salvo a súplica de 1288.



**Mapa 1.** Distribuição das igrejas financiadoras do estudo em 1288, 1321 e 1348, e sua divisão por dioceses.

Se num primeiro momento, o referido financiamento parece ser uma tarefa delegada a igrejas de todas as dioceses do reino (ainda que num claro predomínio do Sul), com as deslocalizações do estudo ao longo do século XIV reforça-se a tendência de as suas fontes ficarem confinadas à diocese onde, num dado momento, está instalada a universidade portuguesa. De facto, como nos recorda Oliveira Marques – depois de falar da questão das deslocalizações do século XIV – o financiamento da universidade sempre foi problemático, destacando o facto de, até começos do século XV, a maior parte dos rendimentos provirem:

“em esmagadora maioria, de igrejas do Sul do País, pertencentes aos bispados de Lisboa e Évora. [...] Em 1308 tentou-se fazer participar todo o País na obra da universidade, cometendo aos vários bispados a indicação de igrejas paroquiais de onde saíssem as necessárias rendas. Sem resultado, já que o Sul continuou a pesar. [...] A partir de 1345-48, seis [*sic*] igrejas do padroado régio (mas sempre do Sul) passaram a contribuir decisivamente, com um total de 3000 libras anuais: as de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, de Santa Maria de Óbidos, de Santiago de Óbidos, de Santa Maria de Sacavém e de Santa Maria da Azambuja. A crise fez baixar os rendimentos de todas as igrejas e, com eles, os da universidade, já que algumas se recusavam ou demoravam a pagar o montante das contribuições respectivas. [...] A tomada de posse, pela universidade, de todas estas igrejas e suas respectivas rendas, arrastou-se por dezenas de anos, pontuada de resistências e pleitos em justiça” (Marques 1987b: 410-411).

Num século pautado, *grosso modo*, por períodos de depressão económica, a tendência de crescimento manifestada na década de 1330 será logo contrariada pela quebra dos rendimentos propiciada pela emergência do surto de peste negra, no final da de 1340. De facto, constata-se, no arrolamento da década de 1330, o aumento dos rendimentos das paróquias face aos valores de 1320-21 (variando entre um acréscimo de 50 libras em Santiago de Óbidos, e 550 libras em Sacavém, que quase duplicou a sua riqueza neste curto período de tempo); por seu turno, à data da anexação ao estudo, em 1348, houve um decréscimo generalizado face à década anterior (apenas a igreja de Santa Maria de Óbidos mantém uma tendência de crescimento lento, mas constante). Ainda assim, em comparação com os valores de 1320, verifica-se uma relativa estabilidade nos valores apresentados, sendo que, em termos de longa duração, num período de pouco mais de um quarto de século, o coeficiente aumentou em duas das igrejas (Santa Maria de Óbidos e Santa Maria do Castelo de Torres Vedras), manteve-se idêntico noutras duas (Azambuja e Sacavém) e diminuiu numa (Santiago de Óbidos), com um incremento de apenas 200 libras no cômputo global das cinco igrejas.

A observação desta realidade económica é tanto mais importante quando, volvidos pouco mais de três decénios sobre a anexação, a igreja de Santa Maria de Óbidos pediu a redução do coeficiente a pagar, alegando falta de receitas, e a querela com a igreja de Sacavém, na década de 1380, se centrou, precisamente, na impossibilidade manifestada pelo seu prior em pagar os ré-

ditos destinados ao financiamento do estudo. Com efeito, apesar de não dispormos de quantitativos para a segunda metade do século XIV, certamente que a falta de mão-de-obra e a depressão económica que se fizeram sentir após a peste negra fizeram baixar os valores das dízimas cobradas nestas igrejas (Marques 1987a: 92-93), invertendo assim a tendência de subida que se verificara na década de 1330.

A execução da bula de Clemente VI de janeiro de 1345, a que atrás aludimos, “não iria ser fácil, pois o bispo de Lisboa encontrava-se longamente ausente em Montpellier e foi necessário esperar a vacância das igrejas indicadas” (Martins 2013: 59). A ausência do bispo de Lisboa explica-se facilmente por, nestes anos, a diocese lisiponense andar nas mãos de prelados de origem francesa – tais os casos de Estêvão de la Garde, entre 1344 e 1348, Teobaldo de Castillon, de 1348 a 1356, e ainda Reginaldo de Maubernard, entre 1356 e 1358 (Fontes 2018: 299-328) –, nomeados pela cúria avinhonense e que praticamente nunca se deslocaram à sé episcopal para a qual foram nomeados, tendo-se feito representar, ao invés, através de vigários capitulares.

Assim, passaram-se perto de quatro anos quando, finalmente, o bispo de Évora deu cumprimento à bula de Clemente VI, publicando as letras de anexação daquelas cinco igrejas do padroado régio, sitas na diocese de Lisboa, em 20 de dezembro de 1348 (*CUP*, I. n.º 162). Deve-se sublinhar o facto de ter sido o bispo de Évora – D. Afonso Dinis, que já fora bispo da Guarda e desempenhara ainda funções de físico régio (Meirinhos 2007) – a proceder à anexação, ao invés do de Lisboa (D. Teobaldo), a quem, na qualidade de antístite da diocese à qual pertenciam as igrejas em causa, competia a designação das mesmas (esta será, de resto, uma das justificações apresentadas pelo prior de Sacavém para recusar o pagamento das rendas da sua igreja, na década de 1380).

Julgamos lícito especular sobre as razões da demora que teve lugar entre a expedição da bula e a execução da mesma, volvidos praticamente quatro anos. Talvez que a publicação da bula não fosse do agrado dos clérigos das igrejas do padroado régio que o rei eventualmente considerasse anexar ao estudo; com efeito, já Leitão Ferreira havia chamado a atenção para o facto, ao escrever que “a demora de quasi quatro anos, que mediarão entre a graça do papa, e a execução do Bispo, devia proceder de algumas controvérsias com os Piores das ditas Igrejas anexadas, as quaes para se superarem, dariao motivo a tanta dilação” (Ferreira 1729: 126); de idêntica opinião são, por exemplo, José Maria de Abreu (1854: 28), Teófilo Braga (1892: 115), Mário Brandão e Lopes de Almeida (1937: 90) ou Maria Helena Coelho (1997: 46). Sobre uma eventual contenda entre o rei e os priores, nos anos que antecederam

esta anexação, porém, não nos ficou qualquer testemunho coevo no cartulário do estudo, o *Livro Verde*, nem nos fundos documentais das igrejas em causa.

Atente-se, pois, na data da sua execução – em dezembro de 1348, pouco depois de se ter declarado em Portugal a peste negra (em finais de setembro desse ano); a grande “mortindade” causada pela “pestenença” deixou vagas quatro das cinco igrejas paroquiais anexadas – o que é expressamente afirmado na carta do bispo D. Afonso, segundo a qual faleceram os reitores de Santa Maria de Óbidos (Gil Eanes), Santiago de Óbidos (Estêvão Rodrigues), Sacavém (Fernando Fernandes) e Torres Vedras (Fernando da Guarda), enquanto o prior da Azambuja, João Afonso, foi transferido para a colegiada de Santa Maria de Guimarães. A jogada do rei parece revestir algum calculismo – quando não mesmo um certo maquiavelismo *avant la lettre* –, pois aproveitando-se da morte de quatro priores em circunstâncias funestas, bem como da transferência de um outro, conseguiu manobrar para, na qualidade de padroeiro, anexar as igrejas em causa ao estudo, dando como consumado um facto que teria contado, por certo, com a oposição dos reitores, caso estes ainda estivessem vivos.

## 5. As deslocalizações da segunda metade do século XIV

Embora dos anos imediatos à peste pouco saibamos sobre a vida da universidade, esta não teria, aparentemente, deixado de laborar<sup>7</sup>; no entanto, D. Afonso IV, pródigo nas deambulações do “seu” estudo entre Lisboa e Coimbra, fê-lo retornar a esta última cidade antes do final de 1354 – motivado talvez pelos surtos de peste, como propõe Mário Farelo (1999) –, data em que confirmou uma vez mais, ao estudo de Coimbra, todas as graças e privilégios que haviam sido concedidos por seu pai ao de Lisboa (*CUP*, I, n.º 197). Tal como na anterior deslocação do estudo entre as duas cidades, o rei parece não ter pedido a aprovação pontifícia da deslocalização; limitou-se tão-só a solicitar ao sumo pontífice (Inocência VI) que confirmasse a concessão das rendas de várias igrejas para o pagamento dos salários aos professores da universidade de Coimbra, o que lhe foi concedido através da bula *Sincere deuotionis affectus*, de 2 de maio de 1355, pela qual o papa mandava aos bispos

---

<sup>7</sup> Uma súplica de mestre Pierre de Corbigny (professor de *utroque iure* no estudo de Lisboa e conselheiro de D. Afonso IV) em favor do seu sobrinho Guido Inffardi, com data de 7 de novembro de 1350, parece demonstrar que a universidade – ou melhor, os seus lentes – continuaram a exercer as suas funções neste período sombrio, não obstante o evidente decréscimo populacional (*CUP*, I, 179).

de Lisboa e Évora que lhe confirmassem as 3000 libras, decretadas dez anos antes por Clemente VI, para esse efeito (*CUP*, I, n.º 201). Uma vez mais não se nomeiam quaisquer igrejas na bula, pelo que não é possível determinar se se mantinham aquelas designadas em 1348 ou se houve lugar a alterações na lista de contribuintes; contudo, a documentação que chegou até nós – e particularmente a relativa às disputas entre a igreja de Sacavém e o estudo, no final do século XIV – dá-nos a entender que todas as igrejas adstritas à universidade por força da bula de 10 de janeiro de 1345 continuavam, por esta época, anexas à mesma.

A conjuntura depressiva que se fez sentir após a peste, propiciada pela elevada mortalidade, conduziu a uma diminuição dos rendimentos, causada pelo desajustamento entre o valor taxado a cada igreja e o valor real da dízima cobrada (dado ter havido uma evidente quebra da força laboral, sendo a dízima um imposto *per capita*, tal contribuía para a redução generalizada da capacidade das igrejas de acumularem o valor taxado); apesar de a calamidade se ter estendido a todos os sectores produtivos, tendo causado fomes, depredações e guerras, os seus efeitos repercutiram-se com especial intensidade “ao nível da agricultura e dos rendimentos da terra. A falta crónica de mão-de-obra veio provocar um enorme desajuste entre salários, preços e rendimentos, deixando muitas terras por cultivar. A catástrofe deve ter, pois, gravemente atingido os rendimentos recebidos pelo estudo, embora não conheçamos nenhum diploma de quantificação a este respeito” (Martins 2013: 60).

Um indício dos efeitos da crise na segunda metade do século XIV é colhido, por exemplo, na resposta dada pelo rei D. Fernando a um pedido apresentado pelos Povos nas cortes celebradas em Lisboa em agosto de 1371, onde a questão das rendas é aflorada, ainda que de forma marginal. Tendo os procuradores dos concelhos solicitado que a universidade fosse reformada em vários pontos, sobretudo para evitar que os escolares portugueses tivessem de se deslocar ao estrangeiro para aprenderem as ciências que se ministravam no estudo, afirmava o monarca que “noso talante he dauer leentes em no estudo cada que os podermos auer taaes com que os escolares posam profeijtar” (*CUP*, I, n.º 276), acrescentando que, para tal, se comprometia a nunca negar as “rendas das egreias que som emneijxas para el e do noso quando comprir assij o entendemos de fazer” (*CUP*, I, n.º 276). A necessidade sentida pelo soberano em prover a universidade com o necessário financiamento leva-nos a supor que quisesse repor os valores anteriores à quebra das rendas nos meados da centúria, algo que se tornava tanto mais urgente quanto maior a complexificação do estudo, ao qual pareciam acorrer um maior número tanto de

alunos como de mestres<sup>8</sup>.

Por tudo isto, não é de admirar que, alguns anos volvidos sobre esta reunião das cortes, o vigário paroquial da igreja de Santa Maria de Óbidos, Gonçalo Peres, pedisse ao papa a diminuição do valor da renda que pagava ao estudo, invocando “plures mortalitates, guerre et alie tribulatione a tempore assignationis” que, tendo efeitos imediatos na capacidade de gerar riqueza da paróquia, levavam a que os “fructus, redditus et prouentus [...] dicte ecclesie [...] adeo diminuti existunt” (*CUP*, I, n.º 288); tal diminuição impedia-o – bem como a oito porcionários perpétuos que aí eram raçoeiros – de recolher o valor do seu prestimónio, bem como de satisfazer convenientemente as necessidades do estudo geral. Embora desconheçamos a súplica, o seu teor pode ser reconstituído através da bula *Dudum felicitis recordationis*, de 15 de fevereiro de 1376 (*CUP*, I, n.º 288), pela qual Gregório XI ordenava ao bispo de Lisboa que fizesse decrescer a contribuição devida por aquela igreja, então taxada no valor de 700 libras (e não as 750 a que se refere a bula de 1345 – ignoramos se se tratou, uma vez mais, de um lapso do escrivão, ou se o novo valor traduziria antes uma reforma da renda). No entanto, nesta bula o papa parece não ter fixado um novo valor para a contribuição a ser paga pela igreja. Assim – ainda que não disponhamos de fontes que permitam sustentar esta hipótese – seria possível admitir que, mantendo-se o coeficiente global de 3000 libras anuais para financiar o estudo, a importância agora subtraída a Santa Maria de Óbidos tenha sido redistribuída pelas restantes igrejas, sendo o valor total das rendas consignadas ao estudo pago com recurso ao aumento da contribuição devida pelas igrejas remanescentes? Dada a conjuntura da época, esta hipótese afigura-se-nos de difícil concretização, dado que todas as igrejas elencadas se debateriam também, por certo, com severas dificuldades financeiras.

De facto, o teor da bula de Gregório XI revela bem os problemas com que igrejas e universidade se deparavam para fazer face aos compromissos previamente assumidos; a diminuição da contribuição de Santa Maria de Óbidos deve ter constituído um grave constrangimento económico para o estudo geral. Em nosso entender, D. Fernando estaria a par dos problemas causados pela falta de liquidez das igrejas que financiavam a universidade e tinha consciência da necessidade de resolver uma situação que, a breve trecho, se pode-

---

<sup>8</sup> A partir dos meados do século XIV começamos a conhecer os nomes de alguns dos lentes do estudo geral português (Farelo 2013: 359-373) e, bem assim, de alguns estudantes do mesmo (Leitão 2013: 374-389). Tratam-se, evidentemente, de poucos nomes, representando um incremento face ao período imediatamente anterior, mas ainda assim longe dos quantitativos averbados para o século XV e, sobretudo, XVI; convém lembrar, no entanto, que esta amostragem se encontra deformada pelas próprias condições de preservação do arquivo.

ria tornar explosiva, originando demandas de parte a parte. Talvez por isso o monarca endereçasse ao recebedor das rendas do estudo, Gonçalo Abril, em 25 de fevereiro de 1378, uma carta na qual se registava que “aconteçia muytas vezes dauer suas demandas e preytos sobre algũas pessoas sobre alguas coussas que pertenciam a esse estudo e onyversydade e pedjom nos por merçee que uos mandassemos que quando taaes preytos e demandas acontecesem ao dicto estudo e onyversydade que pagassedes as despessas que se fezesem em taes demandas e preytos das Rendas das Eigreias que son aneyxadas a esse Estudo”, mandando o soberano que o recebedor pagasse as custas dos processos e demandas com recurso às rendas que recebesse (CUP, II, n.º 307).

Entretanto, em junho de 1377, o mesmo D. Fernando tinha voltado a trazer o estudo geral para Lisboa, alegando que os mestres estrangeiros que pretendia chamar à universidade portuguesa não queriam ensinar se não nesta cidade (CUP, I, n.º 299). Ignora-se, como nas duas anteriores deslocalizações (1338 e 1354), a existência de uma súplica a pedir a necessária autorização papal<sup>9</sup>. No entanto, com a morte de Gregório XI em março do ano seguinte, tal súplica, a ter existido, poderia ter ficado sem resposta; além disso, o início do Cisma do Ocidente, pouco tempo volvido após a eleição de Urbano VI, não seria de todo propício à resolução imediata desta questão. O rei, titubeadando na sua obediência entre o pontífice romano e o antipapa avinhonense, declara-se, em inícios de 1380, favorável a este último, enviando o bispo de Lisboa, D. Martinho Anes de Zamora, como seu embaixador a Avinhão e, em 7 de junho de 1380 (três anos depois de o estudo ter iniciado os seus trabalhos em Lisboa) obtém finalmente do antipapa Clemente VII duas bulas – uma primeira, *In superne dignitatis* (CUP, II, n.º 351) autorizando a deslocalização da universidade (ou, melhor, a refundação do estudo na cidade de Lisboa)<sup>10</sup>, e uma outra, *Ad ea ex apostolice seruitutis* (CUP, II, n.º 352), endereçada ao bispo de Lisboa e ao deão de Coimbra, pela qual mandava reverter para o

<sup>9</sup> Apesar disso, na bula *Accepimus propitia diuinitate*, que Gregório XI expediu em 7 de outubro de 1377 (CUP, II, n.º 301), já o pontífice se refere ao «studium Ulixbonense», autorizando-o a conferir as insígnias de bacharel, licenciado, mestre e doutor nas faculdades ditas «lícitas», demonstrando assim que, nesta altura, o papa continuava a reconhecer a universidade entretanto deslocalizada para Lisboa como *studium generale* (a este propósito, vide *infra*, nota 10).

<sup>10</sup> Na bula em que autoriza a fundação de uma universidade em Lisboa (CUP, II, n.º 351), o antipapa Clemente VII refere-se ao estudo que então existia na cidade não como geral, mas apenas como particular (Denifle 1885: 531; Rashdall 1895: 104), dando assim a entender que a deslocalização da universidade em 1377 (e, provavelmente, as operadas anteriormente em 1354 e 1338), por não ter tido sanção apostólica, tinha tornado nulos os feitos aí praticados, inviabilizando assim o reconhecimento dos graus académicos conferidos pela universidade, ao contrário do estipulado na bula *Accepimus propitia diuinitate*, do seu antecessor Gregório XI (vide *supra*, nota 9). No entanto, este não reconhecimento do *studium* deve provavelmente ser lido à luz do próprio cisma, com muitas decisões do papa de Roma a não serem acatadas pelo antipapa avinhonense e vice-versa.

estudo os “fructibus, redditibus et proventibus Brachareñ et Ulixboneñ ac aliarum cathedralium et colegiatarum ecclesiarum, monasteriorum et prioratum et aliorum beneficiorum ecclesiasticorum, in dicto regno consistentium” (note-se, uma vez mais, que o texto da bula não refere nenhuma igreja, apesar de aludir distintamente a benefícios nos bispados de Lisboa e Braga, muito embora se situassem na diocese de Lisboa as cinco igrejas referidas como anexas à universidade, neste período, na documentação que chegou até nós, donde resulta invulgar esta referência à arquidiocese de Braga<sup>11</sup>). É neste contexto que se irá iniciar um dos conflitos mais duradouros envolvendo o estudo geral português – aquele que o opôs à igreja de Santa Maria de Sacavém (1382-1388) e que, pela sua dimensão, será alvo de análise em outro contexto.

## 6. Considerações finais

Ao longo destas linhas, procurámos reconstituir uma panorâmica do que foi a atribulada existência do estudo geral português, bem como os problemas do seu financiamento, ao longo do século XIV. Num contexto de sucessivas deslocalizações do estudo entre Lisboa e Coimbra, e perante a necessidade de prover às rendas essenciais para o sustento dos seus lentes, a Coroa Portuguesa, enquanto instituição fundacional e tutelar do estudo, procurou resolver o problema com recurso a um conjunto de igrejas do padroado régio, tendo para isso pedido, repetidas vezes, a confirmação das mesmas ao sumo pontífice.

A crescente importância do estudo geral no contexto do reino português a partir do século XIV (exigindo um cada vez maior esforço monetário para fazer face ao seu crescimento), levou a que – ante uma provável recusa das igrejas e abadias que haviam subscrito a súplica de 1288 em continuar a subsidiar a existência do estudo em Coimbra – o rei tenha designado duas igrejas dessa diocese (Pombal e Soure), ambas comendas da Ordem de Cristo, para o seu financiamento, gerando-se assim um conflito jurisdicional em torno das rendas das mesmas.

Mais tarde, a partir da segunda existência do estudo em Lisboa (1338-1354), Pombal e Soure escusaram-se ao pagamento das rendas, tendo-se procedido então à incorporação de várias igrejas situadas na diocese de Lisboa, a saber: Azambuja, Santa Maria e Santiago de Óbidos, Sacavém e Santa

---

<sup>11</sup> A este propósito, vide *supra*, nota 6.

Maria do Castelo de Torres Vedras; o cumprimento desta bula, pouco após a terrível peste de 1348, levou-nos a encarar o contexto da anexação como uma manobra do rei para fazer face a uma mais que previsível resistência dos priores destas igrejas à sua vinculação ao estudo geral.

A crise do século XIV, pautada pelas pestes, fomes e guerras que, a partir da segunda metade do século, se tornaram endémicas no Ocidente europeu, contribuiu, em grande medida, para a ruína económica do país e, por arrasto, do seu estudo geral. Disso também acabou por se ressentir o prior de Óbidos, que impetrou do papa, com sucesso, a redução da contribuição devida para a manutenção da universidade. Este seria o primeiro de vários conflitos que, durante o final do século XIV e ao longo do século XV, viriam a opor a universidade às igrejas suas sufragâneas.

## Abreviaturas

CUP – *Chartularium Universitatis Portugalisensis*  
lbs. – libras

## Fontes

- ALMEIDA, Fortunato de, ed. (1971). “Catálogo de todas as igrejas, comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarve, pelos annos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas. Anno de 1746”, in *História da Igreja em Portugal*, vol. IV. Porto: Livraria Civilização Editora, 90-144.
- BOISSELIER, Stéphane, ed. (2012a). “Estimation des églises du patronage royale de [ante 1336]”, in *La construction administrative d’un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIV<sup>e</sup> siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 217-235.
- BOISSELIER, Stéphane, ed. (2012b). “Registre de l’assiette de la décime de 1320”, in *La construction administrative d’un royaume. Registres de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIV<sup>e</sup> siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 109-203.
- FERREIRA, Francisco Leitão (1729). “Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra escriptas pelo beneficiado [...]. Primeira parte que comprehende os annos que discorrem desde o de 1288 até principios do de 1537”, in *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que neste anno de 1729. se compuzerão*. Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva.

- RINALDI, Odorico (1652). *Annales ecclesiastici ab anno MCXCVIII ubi Card. Baronius desinit Auctore [...]* Tarusino Congregationis Oratorii presbytero, tomus XV. Romæ: Sumptibus Iohannis Casonis.
- SÁ, Artur Moreira de (1966-1968). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vols. 1 e 2. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e História da Filosofia.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre, ed. (1992). *Livro Verde da Universidade de Coimbra. Transcrição*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

## Bibliografia

- ABREU, José Maria de (1853-1854). “Memorias historicas da Universidade de Coimbra”, in *O Instituto. Jornal scientifico e litterario*, I, 192-194, 202-204, 242-244, 252-255; II, 14-15, 27-29, 56-58, 73-76, 89-92, 173-176, 194-197, 223-225.
- BRAGA, Teófilo (1892). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, vol. I. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BRANDÃO, Mário e ALMEIDA, Manuel Lopes de (1937). *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*. Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- CARVALHO, Joaquim de (1929). “Instituições de cultura – período medieval”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do oitavo centenário da fundação da nacionalidade*, vol. II. Barcelos: Portucalense Editora, 599-615.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1997). “As finanças”, in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I (1288-1536). Lisboa/Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Universidade de Coimbra, 39-67.
- DENIFLE, Heinrich (1885). *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400*, Berlin: Weidmannsche Buchhandlung.
- FARELO, Mário (1999). *La peregrinatio academica portugaise vers l’Alma mater parisienne. XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*. Dissertação de Mestrado, Université de Montreal.
- FARELO, Mário (2013). “Lentes”, in FERNANDES, Hermenegildo (dir.), *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 359-373.
- FERNANDES, Hermenegildo (2013). “Introdução”, in FERNANDES, Hermenegildo (dir.), *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 21-37.
- FONTES, João Luís Inglês, dir. (2018). *Bispos e arcebispos de Lisboa*. Coord. de António Camões GOUVEIA, Maria Filomena ANDRADE e Mário FARELO. Lisboa: Livros Horizonte.

- LEITÃO, André de Oliveira (2013). “Estudantes”, in FERNANDES, Hermenegildo (dir.), *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 374-389.
- LEITÃO, André de Oliveira (2015). “Cidade e universidade. Poderes em conflito no Portugal baixo-medieval”, in *Roda da Fortuna. Revista eletrônica sobre antiguidade e medievo*, 4, 1/1, 164-181. Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/3fdd18\\_2f89320b5f43470db839966e6b3466f7.pdf](http://media.wix.com/ugd/3fdd18_2f89320b5f43470db839966e6b3466f7.pdf)
- LEITÃO, André de Oliveira (2018). “A universidade medieval portuguesa e os problemas do seu financiamento [I]: os prolegómenos (séculos XIII-XIV)”, in *Revista de história da sociedade e da cultura*, 18, 13-31. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/44924>
- LEITÃO, André de Oliveira (2019). “O Livro Verde da Universidade de Coimbra: o cartulário medieval da universidade portuguesa”, in FURTADO, Rodrigo; MOSCONE, Marcello (eds.), *From charters to codex. Studies on cartularies and archival memory in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 279-308.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987a). “A propriedade fundiária e a produção”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IV (*Portugal na crise dos séculos XIV e XV*). Lisboa: Editorial Presença, 76-122.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987b). “Os valores culturais e artísticos”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IV (*Portugal na crise dos séculos XIV e XV*). Lisboa: Editorial Presença, 400-463.
- MARTINS, Armando (2013). “Lisboa, a cidade e o estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência”, in FERNANDES, Hermenegildo (dir.), *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XIII-XVI)*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 41-88.
- MEIRINHOS, José (2007). “Afonso Dinis de Lisboa: percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV”, in *Península. Revista de estudos ibéricos*, 4, 47-64. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4193.pdf>
- NORTE, Armando; LEITÃO, André de Oliveira (2018). “Violence and conflict in the Portuguese medieval university: from the late-thirteenth to the early-sixteenth century”, in PIMENTEL, Maria Cristina; RODRIGUES, Nuno Simões (eds.), *Violence in the ancient and medieval worlds*. Leuven/Paris/Bristol, CT: Peeters, 513-527.
- RASHDALL, Hastings (1895). *Universities of Europe in the Middle Ages*, vol. 2, part 1 (*Italy – Spain – France – Germany – Scotland, etc.*). Oxford: Clarendon Press.
- RIBEIRO, José Silvestre (1871). *Historia dos estabelecimentos scientificos, literarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, tomo I. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- SILVA, Manuela Santos (1997). *Óbidos medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*. Cascais: Patrimonia.

- VASCONCELOS, António de (1987). *Escritos vários relativos à universidade dionisiana*, vol. I. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- VERGER, Jacques (2003). "Patterns", in RÜEGG, Walter (ed.), *A history of the university in Europe*, vol. I (*Universities in the Middle Ages*). Cambridge: Cambridge University Press, 35-74.
- VILA MAIOR, Visconde de [Júlio Máximo de Oliveira Pimentel] (1878). *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia historica deste estabelecimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Agentes de povoamento e evangelização, mentores do crescimento paroquial, entre o Côa e o Távora – séculos XIII e XIV<sup>1</sup>

*Agents of population and evangelization, mentors of parish growth, between the Côa and Távora rivers – 13th and 14th centuries*

**LUCIANO MOREIRA<sup>2</sup>**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
lucrdp@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 06/05/2019

**Resumo.** O presente trabalho aborda as problemáticas relacionadas com a evolução da rede paroquial, desde o século XIII até ao século XIV, no território situado entre os rios Távora e Côa que foi um dos quatro distritos do bispado de Lamego. Procurámos identificar e elencar condicionalismos e intervenientes que possibilitaram o povoamento desta zona, a partir do período pós-reconquista cristã, nomeadamente a sua localização geoestratégica. O fato de ser uma zona de fronteira exigiu medidas, com vista ao seu povoamento, por parte da monarquia e casas senhoriais presentes no território, através da outorga de instrumentos de fixação da população (cartas de foral). Após a reconquista cristã, a rede paroquial deu os primeiros passos e foi evoluindo de acordo com as decisões e orientações da Igreja Católica. O conhecimento da evolução da rede paroquial foi feito a partir das fontes disponíveis, permitindo-nos elencar os vários agentes responsáveis pela ereção canónica, crescimento, manutenção e trâmites da mesma.

**Palavras-chave.** Povoamento, Evangelização, Rede Paroquial, Côa e Távora.

**Abstract.** The present work deals with the problems related to the evolution of the parish network, from the 13th to the 14th century, in the territory between the Távora and Côa rivers, which was one of the four districts of the bishopric of Lamego. We sought to identify and list constraints and intervenients that enabled the settlement of this area, from the post-Christian reconquest period, namely its geostrategic location. The fact that it is a frontier zone required measures, with a view to their settlement, by the monarchy and manor houses present in the territory, through the granting of instruments of fixation of the population. After the Christian reconquest, the parish network takes its first steps and evolves according to the decisions and guidelines of the Catholic Church. The

<sup>1</sup> Este artigo é o resultado de uma versão abreviada da 3ª parte da minha tese de mestrado. Para um aprofundamento da temática aqui apresentada ver: Moreira 2017. Abreviaturas usadas: ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; AUC: Arquivo da Universidade de Coimbra; BMV: Biblioteca Municipal de Viseu; Chanc.: Chancelaria; CSLM: Cabido da Sé de Lamego; doc. documento; gav.: gaveta; Leituário: ANTT, CSLM, Censual: lv. 155; lv.: livro; mç.: maço; PMH: *Portugaliae Monumenta Historica*.

<sup>2</sup> Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bolseiro da FCT.

knowledge of the evolution of the parish network was made from the available sources and allowed us to list the various agents responsible for canonical erection, growth, maintenance and procedures.

**Keywords.** Population, Evangelization, Parish Network, Côa and Távora.

## 1. O Entre o Côa e o Távora – geografia do espaço

Situado no interior norte de Portugal, nas atuais regiões da Beira Alta e do Alto Douro vinhateiro, o território entre o Côa e o Távora, com uma área de 1 268.12 km<sup>2</sup>, foi durante quase três séculos um dos distritos eclesiásticos da diocese de Lamego. É delimitado geograficamente: a norte pelo rio Douro, a nascente pelo rio Côa, a partir de Ervedosa de Pinhel até desaguar no rio Douro junto das freguesias de Vila Nova de Foz Côa e Castelo Melhor; a poente o rio Távora que nasce perto de Trancoso e vai desaguar no Douro, junto das freguesias de Valença do Douro e Adorigo, ambas do concelho de Tabuaço. Na parte sul os limites que confrontam de nascente para poente são: entre o rio Côa e a ribeira do Massueime, a freguesia de Ervedosa com as freguesias do Bogalhal e Santa Eufémia. Do rio Massueime ao rio Távora temos os seguintes limites: do lado norte, as freguesias de Coriscada, Rabaçal, Carvalhal, Casteição, Prova, Arnas, Sebadelhe da Serra, Reboleiro e Palhais. Do lado sul, as freguesias de Cótimos, Valdujo, Moreira de Rei, Torre do Terrenho, Terrenho, Castanheira e Rio de Mel, onde entra o rio Távora novamente como fronteira natural. Ambos os rios fazem parte da bacia hidrográfica do rio Douro e correm de sul para norte.

Na atual divisão administrativa, estão inseridos neste território três concelhos na sua totalidade, Mêda, Penedono e São João da Pesqueira, e cinco têm nele freguesias: Tabuaço, Vila Nova de Foz Côa, Sernancelhe, Pinhel e Trancoso, inseridos em dois distritos, Guarda e Viseu. Faziam parte deste território 75 freguesias, que passaram a 63 pela reforma administrativa das freguesias de 2013, quando 18 delas foram anexadas.

Ao nível da administração eclesiástica atual contam-se neste território 80 paróquias, repartidas pelas dioceses de Lamego (73 paróquias) e da Guarda (7 paróquias), sendo que 5 paróquias não são freguesias. Ao longo dos séculos, muitas outras paróquias foram erigidas neste vasto território. De algumas ainda existe a igreja matriz; outras são hoje meras capelanias anexas a outra paróquia; de outras apenas se guarda o lugar, não existindo sequer vestígios da igreja matriz e da povoação que ali esteve edificada<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver em anexo mapas 1 a 3 e quadro 1.

A paisagem é marcada pela cultura agrícola da vinha, amendoeira e oliveira junto ao rio Douro, em socacos onde predomina o xisto, com as manchas de carvalho, pinheiro, castanheiro e macieira, em terras de maior altitude e marcadas pelo granito da Beira. A paisagem agrária e o clima quente do verão e muito frio no inverno condicionaram também a rudeza das suas gentes, que viveram ao longo dos séculos da agricultura, da pastorícia e da caça.

## **2. Elementos necessários para a criação/ereção de uma paróquia no período pós-reconquista até ao século XVI**

Ainda que possamos dispor de vários indicadores que nos forneçam dados que tornem possível datar a existência de algumas paróquias (documentos escritos, epígrafes, estilo arquitetónico da igreja, orago etc.), nem sempre é possível saber as razões e os trâmites que levaram a que elas fossem criadas num determinado espaço e ao serviço de uma comunidade.

Dos vários estudos já realizados sobre a realidade paroquial em Portugal, em quase todos é ponto assente a existência de vários elementos que, unidos, tornam possível a criação ou ereção de uma paróquia: a população, a existência de uma igreja onde são administrados os sacramentos com pia batismal e um espaço para o enterramento dos defuntos, um dote que possibilite meios de subsistência aos ministros do culto, a manutenção e reparação do templo e o pagamento dos respetivos direitos à igreja catedral a que a paróquia está unida (Oliveira 1950; Costa 1997-2000; Mattoso 2001: 31-45; Rodrigues 2006: 71-83; Reis 2013: 297-307)<sup>4</sup>.

O elemento mais evidente para que uma paróquia fosse erigida era a população; era ela que condicionava a sua criação ou a sua extinção. A comunidade dos cristãos unidos a uma igreja, os *filii ecclesiae* que aí recebem os sacramentos, é a razão da existência e desenvolvimento da própria paróquia. O clima de estabilidade que se começava a viver no período pós-reconquista e as medidas régias e senhoriais de povoamento, através da outorga de forais, iriam ajudar a que a população se fixe e aumente.

---

<sup>4</sup> Para um melhor conhecimento dos estudos realizados sobre este tema versando a diocese de Lamego ver: Moreira 2007: 40-41.

### 3. A paróquia ibérica nos séculos XI-XII – novos paradigmas

Os séculos XI e XII ditariam uma série de transformações na realidade eclesial e paroquial na Península Ibérica, ultrapassando as influências romano-visigóticas e moçárabes existentes. O período da reconquista e do início da nacionalidade insere-se dentro do movimento reformador que a Igreja Católica estava a operar por toda a Cristandade. A reforma gregoriana, iniciada pelo papa Gregório VII, chegou, nos inícios do século XII, à Península Ibérica, graças ao empenho e proteção de Afonso VI. Posteriormente, no condado portugalense, o conde D. Henrique ditaria novos moldes para a vivência religiosa das populações. A nomeação de bispos franceses e a influência que se começou a sentir por parte das ordens religiosas de Cluny e, depois, de Cister, iriam conduzir à reforma litúrgica, com a implantação do rito romano e a supressão do rito hispânico, implantando uma nova organização eclesial (Bragança 1973: 133-156).

Neste contexto reformista, iriam também surgir novos moldes para a organização paroquial, tendo por base, sobretudo, as deliberações do concílio de Coiança (1055) e dos dois concílios de Compostela (1059 e 1063). Neles ficariam configuradas as linhas gerais da organização paroquial que perduram até à atualidade (De La Fuente 2006: 195-288; Alcina 2009: 57-75):

- a sagração das igrejas como competência exclusiva do bispo;
- a consolidação da jurisdição episcopal sobre a igreja paroquial;
- a afirmação da jurisdição eclesiástica sobre os bens das igrejas;
- os direitos dos leigos sobre os bens das igrejas passam a ser controlados (mantém-se o direito de padroado);
- a necessidade de delimitar o território de cada paróquia (pertença de todos os leigos a uma paróquia como forma de promover a recolha de dízimos);
- o reforço na ação pastoral paroquial pela cura de almas (formação sacerdotal, o celibato obrigatório e a residência na paróquia). O pároco é o responsável pela saúde espiritual dos *fili ecclesiae* ou fregueses da sua paróquia: deve administrar os sacramentos e ensinar a doutrina cristã (pelo menos o Credo e o Pai-nosso);
- a escolha de um orago que se assume como modelo a seguir, protetor e elo de ligação entre os fiéis e Deus.

#### 4. A génese da rede paroquial no Entre o Côa e o Távora – séculos XI a XIII

A localização dos castelos, das *penelas* e das *populaturas* (PMH *Diplomata*: 51, 262), bem como os primeiros atos administrativos conhecidos para o Entre Côa e Távora são os melhores indicativos de que se dispõe para a formulação e localização da primitiva rede paroquial (Moreira, 2017: 94-98).

A existência de comunidades cristãs nesta zona deve remontar ao século VII, mas a existência de comunidades paroquiais organizadas é mais tardia e deve ter tido o seu ponto de partida com a conquista destas terras aos mouros durante a presúria do conde Odoário nos finais do século IX e, numa segunda fase, com a ação de Fernando Magno, durante a campanha das Beiras (1055-64), o início do reinado de D. Afonso Henriques e a autonomia do reino de Portugal (Moreira, 2017: 63-75).

A ação de povoamento levada a cabo por Fernando Magno, Egas Gosendes de Baião, Fernão Mendes de Bragança e D. Afonso Henriques, com a outorga de nove forais nesta zona, não pode ser descurada (mapa 6). Na falta de outra documentação indicativa da existência de paróquias, a atribuição de um foral a um núcleo populacional já existente, ou a ser criado pelo ato foraleiro, é indicativo da presença de uma estrutura eclesial: uma igreja/paróquia.

Partindo da velha máxima *nulla villa sine ecclesia*, podemos formular algumas questões: surgem primeiro os concelhos e depois as paróquias ou terá sucedido o contrário? Terão sobrevivido à invasão muçulmana alguns locais de culto do período suevo-visigótico? As campanhas arqueológicas no território em estudo, até ao presente, apenas lograram identificar dois locais de culto neste período: a basílica do Prazo, em Freixo de Numão (Coixão 1999: 52-125; Real 2013: 65-100) e na Ervamoira, em Muxagata (Guimarães 2000: 617-631). No entanto, não podemos afirmar se nos séculos XI-XIII ainda estariam a exercer funções.

Do período da reconquista chegaram até nós oragos, ainda que na atualidade sejam patronos de simples capelas (que não guardam testemunhos arquitetónicos daquela época), mas que deixam antever a existência de templos pré-nacionais. É o caso de Santo Tirso em Penela da Beira, São Paio em Trevões (Moreira 2015), São Gens em Ferreirim, Arnas (Costa 2007: 60-61) e Sebadelhe da Serra. Também o hagiotopónimo Santa Comba - concelho de Vila Nova de Foz Côa, cuja paróquia em 1321, aparece citada como *ecclesiam Sancte Columbe*, guarda, possivelmente, a memória de um templo pré-nacional que ali terá existido, dedicado a esta virgem mártir (Velo 2008/2009: 251-271). A estes exemplos não podemos deixar de acrescentar

que, em grande parte dos templos pré-nacionais, foram escolhidos como oragos a invocação da Mãe de Deus com o título de Santa Maria, o precursor João Batista, os apóstolos Pedro e Tiago, o arcanjo São Miguel e o apóstolo das Gálias São Martinho.

Ainda que a existência de necrópoles com sepulturas escavadas na rocha não seja forçosamente, indicativo da existência de comunidades paroquiais ou monacais no período da reconquista, estas não podem ser descuradas (Lopes 2002). A terem existido templos cristãos nos locais onde se encontram estas sepulturas, qual seria a sua real função? Seriam igrejas, capelas ou simples oratórios? Públicos ou privados? Seriam paroquiais ou monacais? Quem seriam os seus padroeiros iniciais? Seriam eles de fundação real, laical, senhorial, episcopal ou monástica? Quais seriam os seus oragos? São perguntas que aqui formulamos e para as quais não temos resposta.

Tendo como base os testemunhos arquitetónicos nas construções das igrejas paroquiais que subsistiram até à atualidade, dentro do estilo próprio dos séculos IX-XIII, estes também são muito poucos. Apenas a capela de São Pedro, do mosteiro velho de São Pedro das Águias, e as igrejas de Sernancelhe, Fonte Arcada e Santa Maria de Numão apresentam traços arquitetónicos que caracteriza as igrejas construídas neste período e tão presentes noutras regiões, a que podemos juntar alguns apontamentos nas igrejas de Trevões, Longroiva e São Pedro de Marialva (Barroca 2000: 374-375; Almeida 2001: 126-130; González 2010: 125-138; 259-268).

## **5. A malha paroquial nos inícios do século XIII – paróquias-base ou paróquias-mãe**

Os textos dos forais e a documentada sagração de, pelo menos, seis igrejas paroquiais (Fonte Arcada, Numão, Penela, Penedono, Longroiva e Trancoso), em meados do século XII, por parte do arcebispo de Braga D. João Peculiar, são os primeiros indicativos que possuímos sobre a existência de igrejas e comunidades cristãs organizadas, no século XII, no Entre Còa e Távora, mas outras igrejas já deviam estar erigidas na altura, até porque o arcebispo de Braga na mesma data, consagrou várias igrejas nas dioceses de Lamego e Viseu (Marques 1997: 75-76).

É já do início do século XIII a primeira fonte escrita que nos permite hoje, à distância de quase oito séculos, conhecer a malha paroquial que já estava estabelecida na nossa zona de estudo. A chamada Lista das Igrejas de 1220-29 (Boissellier 2012: 85-89) apresenta, nas terras Entre o Còa e o Távora,

24 paróquias distribuídas por 17 núcleos populacionais, visto que em quatro localidades existe mais do que uma paróquia.

Havia duas em Casteiçã (Santa Maria e São Pedro) e duas em Numão (Santa Maria dentro do castelo e São Pedro fora do castelo). Na vila de Marialva, estavam erigidas três paróquias (São Tiago e São João, dentro do núcleo muralhado, e São Pedro, fora das muralhas). Na vila de Penedono, existiam outras três paróquias (São Pedro, São Salvador e Santa Maria). Os restantes 13 núcleos populacionais estavam distribuídos na forma que a seguir se segue. Atuais terras do concelho de Mêda: Longroiva (Santa Maria); Mêda (São Bento); Ranhados (São Martinho e nas suas proximidades Santa Maria *de Fontarcadelina*); Vale Flôr (São Pedro); e em Paipenela (São Silvestre). Terras do atual concelho de Penedono: além das três paróquias da sede do concelho, existia Penela da Beira, uma das igrejas sagradas por D. João Peculiar com orago de *Santa Maria*, e o Souto (São Pedro). Terras do concelho de São João da Pesqueira: São João da Pesqueira (São João); Paredes da Beira (São Bartolomeu); e Trevões (Santa Marinha). Terras do atual concelho de Sernancelhe: Sernancelhe (São João) e Fonte Arcada (Santa Maria). Terras do atual concelho de Trancoso: Sebadelhe da Serra (Santa Maria)<sup>5</sup>.

Estes 17 núcleos populacionais, onde foram erigidas estas 24 paróquias, apresentam características que nos permitem afirmar que, em meados do século XII ou princípios do século XIII, estavam já erigidas aquelas que iremos chamar de *paróquias-mãe* (mapa 4). Ou seja, paróquias que estavam à cabeça de uma vila ou concelho, com uma vasta área territorial e a partir das quais, nos séculos seguintes, se vão criar novas paróquias, a que demos o nome de *paróquias-filiais* ou anexas.

## 6. O crescimento da rede paroquial – século XIII e XIV. Agentes de povoamento e evangelização – mentores do crescimento paroquial

Todo o século XIII é marcado pelo aparecimento de novos núcleos populacionais e novas paróquias, erigidas graças ao empenho de várias instituições.

No espaço de 60 anos, da primeira fonte escrita, a *Lista das Igrejas dos bispados de 1220-29* (Boissellier 2012: 85-89), para a segunda, o *Leituário da Sé de Lamego de 1282-86* (Leituário), às 24 paróquias anteriormente citadas juntam-se mais 17, erigidas entretanto em outros tantos núcleos

---

<sup>5</sup> Ver em anexo mapa 4.

populacionais: Santa Maria do Aveloso e Santa Maria de Vila Maior (Mêda); São Miguel de Riudades e Santa Maria de Soutelo (São João da Pesqueira), São Miguel e Santa Maria nas Antas (Penedono); Santa Maria de Cedovim, São Pedro de Freixo, São Mamede de Numão, São Lourenço de Vale de Bois, Santa Maria da Veiga, Aldeia Nova e Santa Maria do Azinhate (Vila Nova de Foz Côa). A igreja de Santa Maria de Ponte Távora (Vila da Ponte – Sernancelhe), apesar de não aparecer citada no *Leituário*, foi doada no ano de 1261, pelo rei D. Afonso III, à Sé de Lamego, (Ventura, Oliveira 2006: 279-280)<sup>6</sup>.

Nos termos do concelho de Pinhel, no território entre o rio Côa e a ribeira do Massueime, recolhemos um primeiro testemunho referente à ereção de uma paróquia nesta zona da doação que Domingos Gil, reitor da igreja do Azevo, faz ao cabido da Sé de Lamego, no ano de 1273 (ANTT, CSLM, Doações, mç. 1, 10). Nas proximidades do Azevo, o *Leituário* assinala que, no Vieiro, tem o cabido de Lamego a receber *a terça do pão do vinho e do linho e de todo o género de dízimas* (Leituário: 15). Esta coleta deve referir-se à contribuição da *ecclesiam Sancti Vicencii de Veeyro*, assim citada na *Lista das Igrejas de 1321* (Boissellier 2012: 167).

Se a responsabilidade do povoamento e evangelização pela ereção da malha paroquial no Entre Côa e Távora, ao longo dos séculos XI e XII, assentou sobretudo na ação régia e de algumas casas senhoriais (Baião e Bragança), pela outorga de forais, procurando dessa forma a fixação e crescimento da população nesta zona tão importante para a defesa do reino (mapa 6), a partir do século XIII, além da ação da coroa, outros intervenientes aparecem com um papel de extrema importância neste âmbito (Moreira 2017: 63-75).

A mitra e o cabido de Lamego irão ser responsáveis pelo aparecimento e crescimento de uma série de comunidades, juntando-se a eles o mosteiro cisterciense de São Pedro das Águias, no território do seu couto, e as ordens militares do Templo e do Hospital, a primeira em terras de Longroiva, Mêda e Muxagata e a segunda em terras de Sernancelhe.

### 6.1. A ação régia – séculos XIII-XIV

O Entre Côa e Távora, durante o século XIII e a exemplo do que aconteceu na centúria anterior, foi muito marcado pela ação régia de povoamento, particularmente pelo rei D. Dinis, que outorgou vários instrumentos de

---

<sup>6</sup> Ver em anexo mapas 5, 7 e 8.

povoamento (cartas de foral a Ranhados e Fonte Arcadinha, Póvoa da Veiga e Vila Nova de Foz Côa).

O vasto concelho de Numão começa neste século a ser retalhado por novos polos populacionais que, entretanto, vão ganhando autonomia municipal. É o que acontece a oriente deste concelho, onde a *póvoa da Veiga de terra de Santa Maria* e a *póvoa de Vila de Foz de Côa* ganham autonomia em relação ao concelho de Numão, com a outorga de forais por parte do rei D. Dinis (ANTI, Chanc. de D. Dinis, lv. 1, fl. 88-90; lv. 4, fls. 13v-14, 71v).

O aumento da população dentro da área do concelho de Numão é refletido na necessidade de erigir, pelo menos, seis novas paróquias: São Pedro em Freixo de Numão, São Mamede em Numão, São Lourenço em Vale de Boi, Santa Maria da Veiga, Santa Maria de Aldeia Nova e Santa Maria de Azinhate (ambas em Foz Côa). Possivelmente, a construção das igrejas paroquiais nestas três comunidades deve ter assentado sobre templos mais antigos que ali teriam já existido, como testemunham os vários vestígios arqueológicos encontrados nos seus adros.

João Soalheiro aponta a criação da paróquia de São Pedro de Freixo como possível fator que terá levado ao abandono da comunidade cristã existente no Prazo (Freixo de Numão). Neste local existia uma comunidade eclesial desde o século VII, tal como prova a existência de uma basílica paleocristã em ruínas, entre muitos outros vestígios de ocupação humana ali encontrados (Soalheiro 2000: 51).

A comunidade de Cedovim, a quem o rei D. Afonso III outorga carta de povoamento no ano de 1271, tinha já no ano de 1244 erigido a paróquia de Santa Maria, pois o abade Mendes João, *prelatus* da igreja de Cedovim, doa parte de uma vinha que tinha em Armamar ao mosteiro de São João de Tarouca (Fernandes 1991: 574).

## 6.2. A ação da mitra e cabido da Sé de Lamego – séculos XIII-XVI

O bispado de Lamego, ao ser restaurado pelo ano de 1147 e ao ser eleito para seu bispo D. Mendo, pela ação e persistência do rei D. Afonso Henriques, recebe uma série de privilégios do monarca que permitem a sustentabilidade da diocese restaurada (Costa 1979: 89-125; Saraiva 2003: 1887-199).

Mas outros privilégios e benefícios foram adquiridos pela Sé de Lamego, ao longo dos séculos, por doações régias, particulares e por compras de património que os bispos iam fazendo. Sob seu domínio direto, a Sé de Lamego, além dos coutos da Sé e Bagaúste, detinha as seguintes localidades:

Vila Seca - Armamar; Parada - Lamego; Trevões e Soutelo - São João da Pesqueira; Aveloso e Vila Maior - Mêda; Vila da Ponte - Sernancelhe; Ourozinho - Penedono e Canelas e Poiães - Peso da Régua.

Para este trabalho, interessa apenas saber da presença e da influência que a Sé e o cabido de Lamego tiveram entre o Côa e o Távora e que domínios é que estiveram sob o seu controlo direto, para, dessa forma, compreendermos a sua ação de povoamento e o papel que tiveram na ereção de algumas paróquias<sup>7</sup>.

As inquirições de 1258 e 1290 são as primeiras fontes que ajudam a perceber a presença e a ação da mitra lamecense na zona Entre o Côa e o Távora, no século XIII, em terras da Pesqueira, Trevões, Aveloso, Penedono, Marialva, Casteição e Sernancelhe.

Assim, segundo o testemunho do pároco de São João da Pesqueira aos inquiridores da terceira alçada do rei D. Afonso III, a aldeia de Soutelo, no termo da mesma vila, havia sido doada pelo rei Afonso II ao bispo de Lamego D. Paio (PMH *Inquisitiones*: 1098).

De facto, D. Maria Mendes, mãe do bispo de Lamego D. Paio Furtado, era natural deste lugar, onde possuía boas herdades que, ao morrer, legou ao cabido da Sé de Lamego (Fonseca 1789: 22). O rei Afonso II, ordena aos juizes de São João da Pesqueira pelo seu porteiro, Domingos da Barca, que entregassem a aldeia de Soutelo ao bispo e ao cabido de Lamego (ANTI, CSLM, padroado, mç 1, nº 1). Os homens inquiridos em 1258, guardam memória disso mesmo (PMH *Inquisitiones* 1936: 1098). No ano de 1246 é o bispo D. Paio Furtado que doa os bens de que dispunha, em Soutelo, ao cabido da Sé de Lamego (ANTI, CSLM, Testamentos, mç. 1, nº 2).

Apesar de ter ficado exarado na doação que *Et addit etiam quod, quando concilium dedit istam hereditatem de Sautelo episcopo de Lameco, dedit ei illam pro ad sex jugatas bouum tantum, et non pro ad plus* (PMH *Inquisitiones* 1936: 1098), a Sé de Lamego desempenhou, nesta aldeia de Soutelo, uma grande ação de povoamento. Passados 60 anos, segundo o testemunho das inquirições do rei D. Dinis, *o bispo dom Paayo de Lamego em tempo del Rey dom Sancho prestumeiro veo pedir ao conçelho de Sanhoane de Pesqueira huum herdamento hu fezerom essa aldeya em que lhy morassem seis homeens e o conçelho deulho e estenderonsse tanto dessa aldeya pello regueengo del Rey que moravam la hy bem çinquenta homees* (PMH *Inquisitiones* 2015: 635). Este crescimento populacional foi o suficiente para erigir a *Ecclesia de Sancta Maria* de Soutelo, segundo o testemunho do *Leituário* de 1282-86. Fez também a mitra de

---

<sup>7</sup> Ver em anexo mapa 9.

Lamego, na aldeia de Soutelo, uma *honrra que nom peitam a el Rey vooz nem cooima nem by dam a parada e trage hy o bispo seu juiz e seu chegador e assy o dizem outras testemunhas ca ho ouvirom dizer aos homeens vedros (ibidem:)*. Face a isto, o rei D. Dinis ordena que *Seja toda devassa e entre ai moordomo del Rey por seus dereitos e yam ende ao juizo do juiz de Sam Joham ((PMH Inquisitiones 2015: 636)*. O que veio a acontecer de facto e só no ano de 1335 é que o cabido da Sé de Lamego volta a recuperar a jurisdição de Soutelo (ANTT, CSLM, Padroados, lv. 57, fls. 4v-5v).

Ainda dentro dos termos do concelho de São João da Pesqueira, durante o reinado de D. Sancho II, a Sé de Lamego recebeu, por uma doação de Pedro Lamelas, *tria casalia foraria Regis in termino Sancti Johannis de Pescaria in loco qui dicitur Vilaroco (PMH Inquisitiones 1936: 1098)*. Embora no Vilarouco a Sé de Lamego nunca tenha conseguido alcançar a jurisdição cível do lugar, vai conseguir dispor do direito de padroado da igreja de São Bartolomeu.

Também por uma doação, a vila de Trevões e, no seu termo, a localidade de Várzea, passam para a tutela da Sé de Lamego. As inquirições de D. Afonso III referem que esta doação foi outorgada por D. Afonso Henriques (PMH *Inquisitiones 1936: 1095*), mas já segundo as de D. Dinis terão sido os Braganções: *Toda a vila de Trovoens he Varzea que jaz em seu termo he da See da Lameguo e tragena por honrra que nom entra hy mordomo del Rey nem peitam vooz nem coima. E dizem as testemunhas que ouvirom dizer que foy dos Bragançaãos e que a mandarom a se de Lamego (PMH Inquisitiones 2015: 637)*.

Em Várzea de Trevões ou do *Bispo*, como também era conhecida, a ação de povoamento da mitra foi meritória (Costa 1979: 211). No final do século XIII seriam 22 os casais que habitavam a terra: *Esta he a renembrança dos Cazaes, quo o Bispo de Lamego ha em Trevoes em termo de Varzeas. Sunt vinte e dous Cazaes e rendem vinte e dous moyos de pam em cada hv anno, senaõ ouverem milho darem oito por elle, e este foro deve á ser recebido nas Eiras e vinte e dois moyos de vinho no Lagar, e por a festa do Natal hum porco, e hum meravidim velho e vinte e duas gallinhas e trinta ovos e hum alqueire de manteiga e hua reste de alhos e outra de sebolas, senhos almudes de trigo e senhos de sevada e senhos de centeye e senhos de vinho e outros senhos por foro de Trevões (Leituário: 3v)*.

O lugar do Aveloso e a zona envolvente junto à ribeira Teja tiveram também uma forte presença da mitra de Lamego. Estas terras situadas nos termos do concelho de Penedono, devem ter sido doadas à mitra de Lamego durante o reinado de D. Afonso II ou de D. Sancho II, a pedido do bispo D. Paio. Segundo o testemunho das inquirições de 1288, *a aldeya que chamam o Avelaoso he em termo de Pena de Dono. E dizem as testemunhas d'ouvida que o bispo dom Payo veo pedir ao concelho huum herdamento em que lhy lavrasem*

*duas jugadas de bois e deron-lho. E os outros bispos acrecentarom tanto que moram ora hi bem çinquenta homens e tragen 'o por honrra.* (PMH *Inquisitiones* 2015: 637). Com a presença de tão numerosa população, na aldeia do Aveloso estavam lançadas as bases para que, sob o patrocínio da Sé lamecense, fosse erigida a paróquia de *Santa Maria do Aveloso* (Leituário: 9v).

Nas vilas de Trevões e do Aveloso, a mitra lamecense, como forma de afirmar a sua jurisdição territorial, edificou câmara eclesiástica e residência episcopal, oferecendo, assim o necessário suporte logístico às deslocações dos prelados e dos seus mandatários nas visitas pastorais e afirmando a sua jurisdição territorial.

Ainda nos termos do concelho de Penedono, por algum ato régio que desconhecemos ou até do próprio concelho, talvez pela incapacidade deste em povoar uma área tão vasta, entre a margem do rio Torto (desde A-do-Bispo) e a ribeira Teja, detinha a mitra, segundo o testemunho das inquirições de 1280, *outros herdamentos que am ende Eirosiom*” (PMH *Inquisitiones* 2015: 637). Ou seja, entre a atual freguesia do Ourozinho e sua anexa Telhal. No ano de 1282, os inquiridores do *Leituário*, ao chegarem ao Ourozinho, encontraram *dezasete casais dos quais deve ter o Bispo anualmente pela festa da beata Maria de agosto um moio de centeio e um quartoiro de milho ou de cevada pela forma que se contém na sua Carta* (Leituário: 26v).

A distribuição do povoamento da atual freguesia do Ourozinho (formada por pequenos núcleos populacionais: Valongo, Cerro, Fiarresga, Telhal, Quinta do Vale Outeiro, Quinta do Videiro, Quinta do Folecho etc.), ajuda a compreender a possível distribuição destes 17 casais, já na citada data. Presumimos que estes moradores, numa primeira fase, tenham procurado assistência religiosa na paróquia do Aveloso, ou em São Miguel das Antas, o que irão fazer na centúria seguinte, como veremos, mas não devem ter demorado a construir edifícios próprios para neles receberem os sacramentos e o apoio espiritual necessário. Chegou até aos dias de hoje, ainda que sem marcas arquitetónicas da época, a capela de Santiago, cujo orago pode ser o mais válido testemunho deste primitivo povoamento. A referência única que encontramos da existência de um templo com funções paroquiais surge no testemunho dos homens inquiridos em 1558, a mando da Universidade de Coimbra, que *Loguo disseram que a Igreja da Madanella do Ourozinho segundo fama própria dos antigos fora igreja paroquial com pia de bautismo*, portanto com funções paroquiais (AUC, IV-1ª E-17-5-34, fl. 33v).

Mas a ação de povoamento da mitra lamecense não ficou por aqui, transpôs a margem direita da ribeira Teja e, nos terrenos férteis dos termos do concelho de Casteição, nas bases de uma antiga *villae* romana (de onde

possivelmente herdara o nome), estabeleceu um núcleo populacional: *O logar que chamam Vila Maior que he hua casa e seus casaes do bispo da Lamego. Dizem as testemunhas que o gaanhou o bispo dom Paayo em tempo del Rey dom Sancho tio deste Rey do concelho de Crasteiçom que he todo Regeengo e foreiro del Rrey e des entom tronxero-no por onrra e assi ho tragem ora* (PMH *Inquisitiones* 2015: 640). Os mesmos inquiridores do *Leituário*, no ano de 1282, encontram em Vila Maior tulhas na Igreja com pão que Pelágio Pedro possui ao seu cuidado (Leituário: 27). Este pequeno núcleo populacional, local onde a mitra tinha algumas tulhas e celeiro para recolha de dízimos, dispunha da igreja de *Sancta Maria* para o cumprimento dos preceitos cristãos dos seus habitantes, cuja renda era de todas as dízimas a terça para o bispo, menos do seu herdamento (Leituário: 9v).

Os testemunhos recolhidos no *Leituário* deixam antever o posterior declínio do lugar. A paróquia de Vila Maior, ao não ser citada na *Lista das Igrejas de 1321* (Boissellier 2012: 165-168), já estaria extinta ou em fase disso, pois os anos que se seguiram, com guerras e peste, foram pródigos para os pequenos núcleos paroquiais.

No termo do concelho de Marialva, junto da paróquia de Vale de Ladrões, hoje Valflor, possuiu também a Sé de Lamego a *quintãa de Pousada jaz em seu termo e foy de Meen Joannes creligo e mandou a See da Lamego e tragea ende Afonso Lopez Gato emprazada e trage-a por honrra* (PMH *Inquisitiones* 2015: 639-640). Esta quintã foi adquirida pelo bispo D. Egas, no ano de 1260, juntamente com o Campo de Fernão Mendes (ANTI, CSLM, Doações, mç. 1, nº 24). No dito campo, que possivelmente fora uma propriedade de Fernão Mendes de Bragança II, assim o indica o nome, segundo o testemunho do procurador João Eanes, no ano de 1282, “tinha o Bispo lamecense doze casais dos quais deve ter o Bispo a nona parte do pão e do linho e do vinho” (Leituário: 28v). Desconhecemos, até ao presente, a existência de algum edifício de culto neste lugar, ou até de algum núcleo paroquial apoiado por uma igreja ou capela.

Também do ano de 1282, recolhemos a informação, no *Leituário*, da existência de uma quintã pertença do cabido lamecense, no termo do concelho de Numão, *com a igreja de São Mamede e com dez e seis casais que estão junto da mesma, e com bons arredores e bons cortiços e com uma bouça que se chama Sebadelhe* (Leituário: 24v). Poderá ter acontecido o mesmo em Campo de Fernão Mendes, ou noutros lugares onde a mitra e o cabido detinham propriedades e era necessário providenciar a assistência espiritual dos seus caseiros e familiares.

O mesmo pode ter acontecido nos termos do concelho de Pinhel já

citados, onde a mitra e o cabido lamecense detinham bastantes bens nos arredores da paróquia do Azevo (*Eusebio, Ozebio, Ousebio* ou *Osevho*), particularmente no lugar do Juízo, onde o mesmo procurador João Eanes, no ano de 1282, afirma *que o Bispo tem aí dezoito courelas das quais deve ter o Bispo a sétima parte do pão vinho, linho e dos legumes salvo a dízima. Item deve ter o Bispo de qualquer courela um almude de trigo, e um almude de cevada na arca pelo mordomo do Bispo. Item, deve ter o Bispo de qualquer courela desde o 1.º dia de Março até à festa do Santo Espírito um quarto de carneiro e pelo Natal uma galinha com vinte ovos, voz e coima pelo foro de Pinhel segundo se contem na sua carta* (Leituário: 28v-29).

No ano de 1292, a mitra de Lamego volta a ser agraciada com uma doação régia por parte do rei D. Dinis. Recebe o pequeno povoado de *Ponte de Távora* (Vila da Ponte). Esta doação resulta de um ato de gratidão do rei para com o bispo de Lamego, D. João, pela sua ação na resolução das querelas que o rei mantinha com a Igreja em Portugal (Pizarro 2008: 112-113). Mas já D. Afonso III, no ano de 1261, havia doado à Sé de Lamego na mesma *Ponte de Távora* a igreja e uma albergaria (Ventura, Oliveira 2006: 279-280).

Outras doações régias que a mitra e o cabido lamecense vão receber referem-se ao direito de padroado em várias igrejas.

Ao longo dos séculos XIV a XVI são conhecidas várias demandas entre a mitra de Lamego e o seu cabido com a casa dos Coutinhos/Marialva. Além das apropriações indevidas que a casa de Marialva foi fazendo na zona de Lamego (particularmente no seu couto de Leomil), temos que registar no Entre Côa e Távora a apropriação do couto do Aveloso, da Aldeia da Ponte e de Trevões, que eram de jurisdição episcopal (ANTT, Chanc. de D. João I, lv. 4, fl. 10-10v; ANTT, CSLM, Inquirições, mç. 1, nº 17; Moreno 1985: 172-208; Ventura 1997: 126-127, 146-150, 219-240).

No contexto da reforma dos forais, levada a cabo por D. Manuel I no início do século XVI, a vila do Aveloso recebe foral a 21 de abril de 1514. Este documento, também conhecido como *foral da mitra de Lamego*, apresenta características muito próprias. No seu conteúdo, além de confirmar os deveres dos moradores da vila do Aveloso, enumera uma série de vilas, concelhos, lugares ou apenas propriedades que estavam sob a jurisdição da mitra de Lamego. No Entre Côa e Távora, além do Aveloso, as comunidades de Valongo dos Azeites, Vale de Ladrões, Trevões, Várzea e Vilarouco são também contempladas com este documento, a que se juntam as de Pendilhe, Parada do Bispo e Canelas (ANTT, Coleção de Forais, lv. 38).

### 6.3. A presença e ação das ordens religiosas e militares – séculos XII-XVI

Ao longo do século XII, várias são as instituições que irão marcar presença na zona Entre o Côa e o Távora. Entre as ordens religiosas, é Cister que irá impor-se no seu vasto couto de São Pedro das Águias e no couto da Touça (Fernandes 1974: 279-282; Soalheiro 2000: 35). Quanto às ordens militares, será a ordem dos Templários a implementar-se na zona de Longroiva e Mêda e, na primeira metade do século XIII, a ordem do Hospital na zona de Sernancelhe<sup>8</sup>.

#### A) A ordem de Cister

A entrada da ordem de Cister em Portugal, na primeira metade do século XII (1138-1140), pela ação de D. Afonso Henriques, insere-se nos seus planos de povoar o território e encontrar apoios para o reconhecimento de Portugal como reino independente.

Entre os primeiros mosteiros cistercienses edificados em Portugal, alguns situavam-se nos limites territoriais da diocese de Lamego, que seria restaurada na sua dignidade episcopal pelo ano de 1147. Foram o mosteiro de São João Tarouca, fundado ainda antes da restauração da diocese de Lamego (1140-1144), a que se seguiu, no ano de 1156, o mosteiro de Santa Maria de Salzedas e, em 1170, o mosteiro de São Pedro das Águias (Marques 1998: 25). Os lugares escolhidos para a implantação destes mosteiros integram-se no espírito cisterciense que buscava a comunhão com a natureza, o isolamento e o afastamento do rebuliço das cidades, reproduzindo a imagem e o espírito do mosteiro de Claraval de cujo ramo provêm, definindo, assim, uma tipologia do lugar. Todos eles devem ter sido fundados sobre cenóbios beneditinos já existentes.

Estes primeiros mosteiros gozaram desde os seus primórdios de proteção régia e senhorial. Pelas mais variadas doações e isenções que receberam, rapidamente conseguiram o domínio e posse de um vasto território na diocese de Lamego. Uma série de terras junto ao rio Varosa foram coutadas e entregues aos mosteiros de São João de Tarouca e de Salzedas, ambos construídos nas suas margens. Ao mosteiro de São Pedro das Águias foi doado um extenso couto, já dentro do território Entre o Côa e o Távora, na

---

<sup>8</sup> Ver em anexo mapa 10.

margem direita do rio Távora até ao lugar onde este desagua no rio Douro, embora o mosteiro tenha sido implantado na margem esquerda, já fora do território em estudo (na atual paróquia de Granjinha-Tabuaço).

Não caberá aqui discutir sobre a data de fundação do mosteiro de São Pedro das Águias, quais os seus fundadores e o primitivo local de construção (Fernandes 1963: 129-136; Fernandes 1970: 145-160). Conhece-se, porém, um documento que revela um mosteiro seguidor da regra beneditina, no ano de 1170, e só no ano de 1205, pela primeira vez é nomeado, nas decisões do capítulo geral da ordem de Cister (Marques 1998: 57-58).

O primitivo cenóbio construído na margem esquerda do rio Távora, que devia seguir a regra beneditina, teria a posse de um pequeno couto que abrangeria o território das atuais freguesias de Távora, Paradela e Granjinha, doado pelo conde D. Henrique, como sugere a inquirição de 1258 (PMH *Inquisitiones* 1936: 1095). O couto foi aumentando por sucessivas doações reais e particulares de terras na margem direita do rio Távora. No ano de 1290, aquando da inquirição de D. Dinis, já faziam parte do couto as seguintes povoações: Espinhosa, Pereiro, Castanheiro, Paço, Desejosa, Balsa, Valença, Casais, Sarzedinho, Ventozelo, Roriz e Ervedosa (Inquirições: 1-2)

O mosteiro de São Pedro das Águias, apesar de nunca ter alcançado o esplendor de outros mosteiros cistercienses, teve uma ação importantíssima no povoamento do seu vasto couto, dando carta de foro ao Sarzedinho em 1227, a Valença do Douro em 1269, a Ervedosa em 1274 e aos Casais em 1289. Deu também o mosteiro carta de povoação à Espinhosa, em 1222, Desejosa, no ano de 1275 e Balsa em 1352. Sob ação deste mosteiro, foram construídas igrejas e capelas e erigidas paróquias, formando assim um espaço *nullius diocesis*, do qual pouco se sabe, dado que o cartório do mosteiro foi incendiado no ano de 1836 pelo povo, de forma a que a documentação dos foros desaparecesse, já depois de ter sido nacionalizado no ano de 1834 e os monges terem sido expulsos (Duarte 2013: 309). Podemos recolher algumas informações destes atos e dos documentos existentes no cartório de São Pedro das Águias nas obras de Viterbo, tanto no *Elucidário*, como no manuscrito *Provas e Apontamentos da História de Portugal* (Viterbo 1965: 116, 119, 475, 505; BMV, Viterbo, fl. 91-92). Quanto à ereção de paroquiais neste espaço, segundo o testemunho de uma visitação ao mosteiro datada do ano 1533, nas quatro já erigidas (Valença, Castanheiro, Espinhos e Ervedosa), estavam as igrejas em estado lastimável, sendo os próprios monges que nelas prestavam assistência religiosa (Gomes 1998: 329-336).

## B) Ordens Militares - séculos XII-XVI

### B.1. Ordem do Templo/Ordem de Cristo

O primeiro testemunho que se conhece da presença dos cavaleiros templários em terras Entre o Côa e o Távora é a doação do castelo de Longroiva, que D. Fernão Mendes de Bragança II, sua esposa e filhos, a 10 de Junho de 1145, lhes fazem, e que Viterbo, no seu *Elucidário*, transcreve na íntegra (Viterbo 1966: 587).

Com esta doação do castelo de Longroiva, a ordem dos templários irá também receber o controlo eclesiástico de um vasto território inserido nas atuais freguesias/paróquias de Longroiva, Mêda, Fonte Longa, Santa Comba, Muxagata e Chãs. Este território assenta também em, pelo menos, três dos antigos castelos de D. Flâmula (*Longobria, Vacinata, Amindula*), que na margem esquerda do Côa, com Trancoso, Moreira e Marialva, servem de tampão defensivo a possíveis invasões nesta zona de fronteira e terra de *Extremadura* (Moreira 2017: 47-62).

As doações e os direitos que os templários adquiriram nas terras de Longroiva, ainda antes da restauração da diocese de Lamego, serão, posteriormente, questionados pela mitra lamecense, que se irá sentir lesada nos seus direitos nessas paróquias. As desinteligências do bispo de Lamego com a ordem dos templários estão registadas na bula papal *Significavit nobis*, de 12 de Março de 1216, por causa dos direitos episcopais em Longroiva (Costa, Marques 1989, 374). Esta questão, que ainda se arrastou por alguns anos, foi apenas solucionada no ano de 1254, com a assinatura de um contrato entre o bispo de Lamego, D. Egas Mendes, o seu cabido e o mestre da ordem do Templo, sobre os direitos episcopais das igrejas que pertenciam a Longroiva e à Mêda (ANTT, gav. 7, mç. 12, n.º 12; Viterbo 1966: 587).

Aos inquiridores do rei D. Dinis, pelo ano de 1288, segundo as sentenças de 1290, foi dito pelas testemunhas interrogadas *que Longrouha e Moxagata e Meda e outros logares que som termo de Longrouha que he herdamento do Temple e tragem todo por honrra*”. As mesmas testemunhas, quando lhes foi perguntado como é que a ordem do Templo as tinha obtido, respondem *que ouirom dizer que foy herdamento de dom Fernam Mendez e que o mandou ao Temple* (PMH *Inquisitiones* 2015: 639).

Nos finais do século XIII, a ordem dos Templários vai passar por uma série de problemas em toda a Europa, que vão levar à sua extinção, no concílio de Viena (1312) (Carreiras 2012). O monarca então reinante em Portugal aquando destes acontecimentos, D. Dinis, temendo que os bens dos

templários fossem integrados no património da Ordem do Hospital e que, por via desta incorporação de bens, se viesse a desenvolver no reino um poder de expressão internacional que, alheio à autoridade régia, desequilibrasse a estrutura político-social portuguesa, conseguiu, com grande esforço diplomático junto da cúria papal, a criação de uma nova ordem militar, a exemplo do que havia feito o rei de Aragão, em 1317, com a criação da Ordem de Montesa (Oliveira, Olival 2010: 564).

A bula *Ad ea ex quibus cultus augeatur*, do Papa João XXII, que institui a Ordem de Cristo e lhe doa os bens dos extintos Templários, tem o cuidado de citar *Longroviam* entre as terras onde a ordem do Templo estava presente, sendo que já em junho de 1321, pela ordenação feita pelo primeiro mestre da Ordem de Cristo, frei Gil Martins, e com a aprovação do rei D. Dinis, estavam constituídas as quatro comendas em terras de Longroiva. À frente de cada uma delas encontrava-se um comendador cavaleiro (*Monumenta Henricina* 1960: 99-110, 157). As mesmas comendas são citadas com as igrejas paroquiais que lhes estavam anexadas na *Lista das Igrejas de 1321* (Boissellier 2012: 168).

Apesar de a ordem de Cristo pretender a jurisdição civil nas vilas das comendas de Longroiva, Mêda e Muxagata, esta sempre se manteve na posse da Coroa. O infante D. Henrique ainda o tentou, no ano de 1457, mas tal não lhe foi permitido (ANTI, gav. 12, mç, 1, 9; *Monumenta Henricina* 1971: 101-102). O texto dos três forais manuelinos outorgados às vilas de Longroiva, Mêda e Muxagata deixa antever as desinteligências que existiam entre a comenda de Cristo e a jurisdição concelhia das mesmas, sobre os direitos que uns e outros detinham. Serviram os forais novos como instrumentos para acabar com algumas contendas existentes (ANTI, Leitura Nova lv. 46, fls. 29 v-30v; 155-156v).

## B.2. Ordem do Hospital/Ordem de Malta

A presença da ordem do Hospital, por terras de Sernancelhe, deve remontar ao reinado de D. Sancho I. Aquando das inquirições de 1258, dispunha já a ordem do Hospital de várias propriedades na vila de Sernancelhe e nos seus termos (Cunha, Granjal e Sebadelhe da Serra), graças a várias doações testamentárias (*PMH Inquisitiones* 1936: 1102-1103).

A posse destes bens irá levar, futuramente, à constituição de uma comenda, pela necessidade de os gerir, sendo que os mesmos irão servir para marcar influência junto do poder régio, para uma futura doação mais significativa, que irá permitir uma rápida e sólida implantação nesta zona. O que realmente vai acontecer, quando, nos finais do século XIII, a ordem do

Hospital recebe no ano de 1297 do rei D. Dinis a doação do padroado das igrejas paroquiais de São João de Marialva e São João de Sernancelhe (ANTI, Chanc. de D. Dinis, lv. 2, fl. 133-134v).

A partir desta doação, na igreja de São João em Sernancelhe irá ser criada a comenda do Hospital, mais tarde de Malta (Costa 1999/2000: 100-1017) que irá controlar e administrar os bens materiais que a ordem ali detinha e que irão aumentar significativamente ao longo dos séculos e marcar os destinos eclesiásticos, não só desta igreja, mas também de uma série de igrejas filiais fundadas sob a sua tutela (São Facundo da Cunha, Santa Maria Madalena do Seixo, Santo António da Tabosa da Cunha, Nossa Senhora da Conceição das Arnas, Santa Luzia da Sarzeda, Santa Catarina do Reboleiro, Santo António de Palhais, Santa Maria Madalena de Sebadelhe, São Pedro de Guilherme e Nossa Senhora do Hospital do Granjal).

O mesmo não irá acontecer em Marialva e nos seus termos, apesar de serem conhecidas algumas doações à Ordem por estas terras e a doação do padroado da igreja de São João (*Livro dos forais, escripturas, doações...* 1946: 163).

Possivelmente, por razão que nos é desconhecida, a ordem do Hospital nunca chegou a ver efetivada esta doação. O facto é que, na paróquia de *Sanctus Johannes De Marialba* já citada em 1220-29 (Boissellier 2012: 88), são conhecidas várias apresentações régias posteriores ao ano da doação do padroado à ordem do Hospital (ANTI, gav. 19, mç. 14, n.º 3, fl. 9v). Não deixa de ser também significativo que, na *Lista das Igrejas de 1321*, ainda durante o reinado de D. Dinis, a igreja de João Marialva seja apresentada pela coroa (Boissellier 2012: 167). Ora, se esta fosse do padroado da ordem do Hospital, seria excluída, pelo facto da mesma ordem ter ficado isenta da contribuição para o rei, por se dedicar à luta armada contra os muçulmanos. Pelo contrário, tal exclusão acontece com a igreja de São João de Sernancelhe e suas anexas, que não são contempladas nesta listagem.

## Conclusão

Datará do século VI a existência de comunidades cristãs rurais na zona do Entre o Côa e o Távora, possivelmente em pequenos núcleos familiares, tendo em consideração documentos tão significativos como o chamado *Parochiale suevo*, ou a *Divisio Wambe*. Apesar das poucas fontes documentais de que dispomos para ilustrar, ou densificar, o cenário referido, a existência de comunidades paroquiais organizadas em torno de uma igreja para celebração dos sacramentos, a que presidem ministros do culto, sob autoridade episcopal,

deve ter tido nesta região desenvolvimento próprio no quadro do movimento de reconquista cristã, no atual território nacional, iniciado nos finais do século IX e, numa segunda fase, na ação do rei Fernando Magno, durante a chamada campanha das Beiras (1055-64).

Testemunho certo de organização e rede paroquial no Entre o Còa e o Távora, com a existência de igrejas e união a uma diocese, retiramo-lo da presença do arcebispo de Braga, D. João Peculiar, a sagrar, pelo menos, seis igrejas paroquiais neste território (Fonte Arcada, Numão, Penela, Penedono, Longroiva e Trancoso).

A tutela da administração eclesial da rede paroquial que se espraia por parte significativa do Entre o Còa e o Távora é entregue à diocese de Lamego após a sua restauração, pelo ano de 1147.

Versando este estudo a evolução da rede paroquial, temos a dizer que, além do papel dos agentes de povoamento e evangelização, cuja ação identificamos, é a população o motor principal que condiciona a criação e ereção de novos núcleos paroquiais. Com o seu aumento, são criadas novas paróquias, com a sua diminuição as mesmas são extintas, quase sempre refletindo a estrutura organizacional os movimentos demográficos de refluxo ou de expansão.

Podemos constatar um primeiro momento de crescimento da rede paroquial ao longo do século XII e até à primeira metade do século XIV. É dos anos 1220-29 a primeira fonte escrita que nos permite conhecer as paróquias já erigidas. Contavam-se, neste marco cronológico, 24 paróquias, distribuídas por 17 núcleos populacionais, dado que em quatro núcleos se conhece mais do que uma paróquia.

A localização destes núcleos paroquiais assenta, numa primeira fase, nas vilas que receberam cartas de foral dos vários intervenientes com responsabilidade no povoamento deste território (a coroa e diversas casas senhoriais outorgaram 16 cartas de foral e duas de aforamento). Estas primeiras paróquias, a que demos o nome de paróquias-mãe ou matrizes, irão ser a base para a constituição e ereção de novos núcleos paroquiais ao longo dos séculos XV, XVI e XVII.

O século XIII é marcado pela entrada de novas instituições, a mitra de Lamego e a ordem militar do Templo, que, na dinâmica do povoamento, acabam por erigir novas paróquias. O destaque vai para a mitra e o cabido de Lamego, a que se deve, pelos menos, a ereção de seis paróquias. Outras terão sido erigidas, apesar delas não se guardar memória material, mas cuja existência podemos entrever pela leitura das fontes documentais.

Por sua vez, a ordem do Templo/Cristo, sediada no concelho de Longroiva, irá impulsionar a ereção de três novas paróquias.

É graças ao impulso de todos estes agentes de povoamento e evangelização que, no espaço de cerca de 60 anos, da primeira fonte escrita de que nos servimos, a *Lista das Igrejas de 1220-29*, para a segunda, o *Leituário de 1282-86*, o número de paróquias cresce de 24 para 40, número que se mantém na *Lista das Igrejas de 1321*, ainda que com algumas alterações no seu conteúdo.

Com presença mais tardia na zona que estudamos, apenas no final do século XIII, a ordem do Hospital, sediada na vila de Sernancelhe, além de chamar a si a administração da antiga paróquia de Santa Maria de Sebadelhe, vai impulsionar a ereção de nove núcleos paroquiais.

Em relação à ordem de Cister, que marca a sua presença na zona territorial do vasto couto de São Pedro das Águias, são muito fragmentárias as informações de que dispomos. Certo é que o mosteiro de São Pedro das Águias outorgou cartas de foro a seis núcleos populacionais, onde posteriormente serão eretas outras tantas paróquias.

Após terem sido ultrapassadas as várias crises que marcaram os séculos XIV e XV e que levaram a que uma série de paróquias se extinguíssem, a partir do século XVI, até aos finais do século XVIII, deu-se um novo crescimento da malha paroquial na zona em estudo, com a ereção de uma série de capelanias das paróquias-mãe, em paróquias filiais ou anexas. Nesta segunda fase, os principais mentores e dinamizadores do crescimento da rede paroquial, foram os habitantes desses espaços, que mesmo suportando os encargos extra, passam a ter assistência religiosa mais próxima (exemplo disso são as paróquias da Touça e Chãs).

## BIBLIOGRAFIA

### Manuscritos

- ANTI, Cabido da Sé de Lamego, Censual: lv. 155; Padroados CSLM, mç. 1; lv. 57; Doações, cartas e mercês régias, mç. 1; Inquirições, mç. 1.
- ANTI, Coleção de Forais - Foral do Aveloso, lv. 38.
- ANTI, Leitura Nova - lv. 3; lv. 42.
- ANTI, Chanc. - D. Dinis, lv. 1; lv 2; lv. 4; D. João I, lv. 4.
- ANTI, gav. nº 7, mç. 12; nº 12, mç. 1; nº 19, mçs., 1, 9, 14.
- AUC, IV-1<sup>a</sup>-E-17-5-34 - *Inventário dos bens, passais, ornamentos e alfaias de culto das igrejas da Universidade no bispado de Lamego e do Porto.*
- BMV, 20-I-20 - VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Provas e Apontamentos da História de Portugal.*

## Monografias

- ALCINA, Fernando López (2009). “Da protoparroquia ou parroquia antiga altomedieval à parroquia clássica em Galicia”, in *A Parroquia en Galicia*. Xunta de Galicia, 57-75.
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de (2001). *História da Arte em Portugal - O Românico*. Lisboa: Presença.
- BRAGANÇA, Joaquim de Oliveira (1973). “Influência religiosa da França no Portugal Medieval”, in *Didaskalia*, vol. 3, 133-156.
- BARROCA; Mário Jorge (2000). *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. vol. II, t. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- BOISSELIER, Stéphane (2012). *La construction administrative d'un royaume*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- CARREIRAS, José Albuquerque (ed.) (2012). *A extinção da Ordem do Templo*. Tomar: Instituto Politécnico.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (1999). *Rituais e cultos da morte na região de entre Douro e Còa*. Freixo de Numão: ADR.
- COIXÃO, António Sá; Cruz, Ana Brígida; Simão, Paulo Vaz (2009). *Carta arqueológica do concelho de Mêda*. Mêda: Câmara Municipal.
- COSTA, António (2007). *Carta arqueológica de Sernancelhe*. Sernancelhe: PROGRIDE, D.L..
- COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1989). *Bulário português: Inocêncio III: 1198-1216*. Coimbra: INIC, 1989.
- COSTA, Manuel Gonçalves da (1977-1992). *História do Bispado e Cidade de Lamego*. VI. Lamego: (s. ed.).
- COSTA, Avelino de Jesus da (1997-2000). *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. 2. ed. refundida e ampliada. II vol. Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COSTA, Paula Pinto (1999/2000). “A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade”, in *Militarium Ordinum Analecta*, nº 3/4, 16-592.
- DE LA FUENTE, Carlos Manuel Reglero (2006). “Los obispos y sus sedes en los reinos hispánicos occidentales (mediados del siglo XI-mediados del siglo XII): tradición visigoda y reforma romana”, in *La reforma gregoriana y su proyección en la cristiandad occidental. Siglos XI-XII*. Pamplona: Institución Príncipe de Viana, 195-288.
- DUARTE, Joaquim Correia (2013). *História da Igreja de Lamego*. Lamego: Diocese de Lamego, 2013.
- FERNANDES, A. de Almeida (1960). *Acção das linhagens no repovoamento e na fundação da nacionalidade*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- FERNANDES, A. de Almeida (1963). *As origens nas igrejas da Diocese Lamecense*. I. Porto: Boletim da Casa Regional da Beira-Douro.

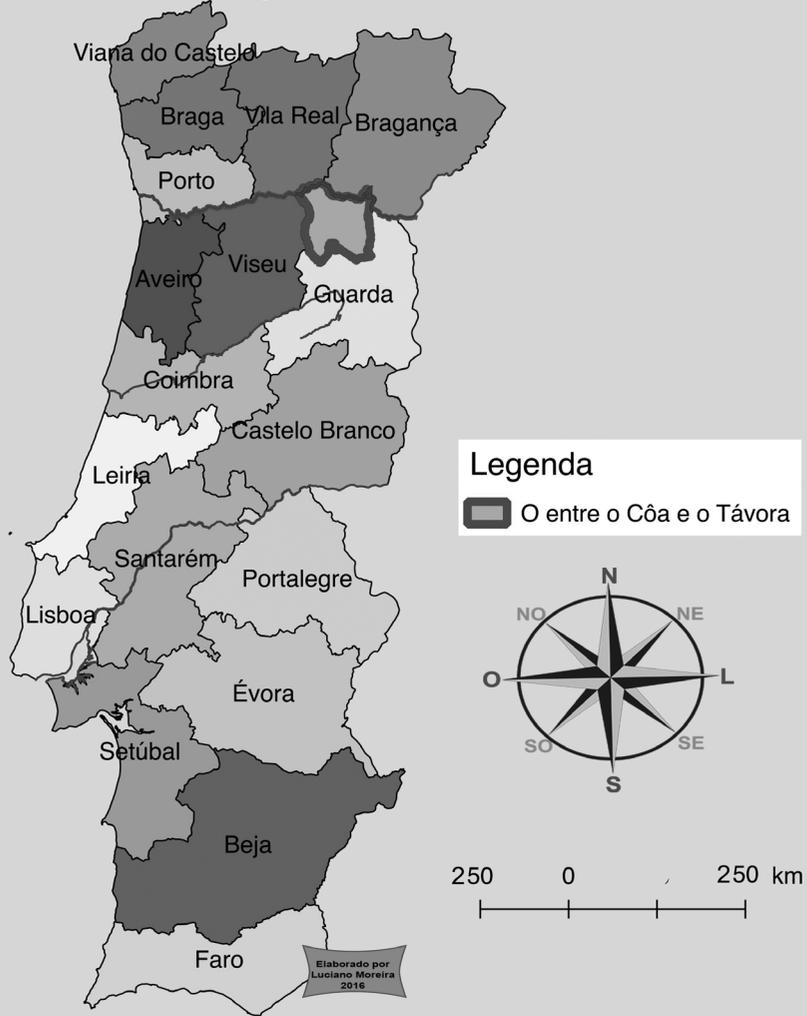
- FERNANDES, A. de Almeida (1970). *Esparços de história (séc. XII e XIII)*. Porto: (s. ed.).
- FERNANDES, A. de Almeida (1974). *Acção dos Cistercienses de Tarouca: as granjas nos sécs XII e XIII*. Guimarães: Companhia Editora do Minho - Barcelos.
- FERNANDES, A. de Almeida (1991). *Taraucae monumenta histórica*. Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- FONSECA, João Mendes da (1789). *Memória Chronologica*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo.
- GOMES, Saúl António (1998). *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR.
- GONZÁLEZ, José María Pérez (dir.) (2010). *Arte românica em Portugal*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real.
- GUIMARÃES; J. A. Gonçalves (2000). “Vestígios paleocristãos de Ervamoira. Vale do Côa”, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. vol. 6. Porto: ADECAP - UTAD, 617-631.
- Livro dos forais, escripturas, doações, privilegios e, inquirições* (1946). Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- LOPES, Isabel Alexandra (2002). *Contextos materiais da morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior*. II Vols. Porto: Faculdade de Letras.
- MARQUES, Maria Alegria (1997). “A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela”, in *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*. vol. 4. Guimarães: Câmara Municipal, Universidade do Minho, 49-84.
- MARQUES, Maria Alegria (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- Monumenta Henricina* (1960, 1971). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- MATTOSO, José (2001). *Portugal Medieval - Novas Interpretações. Obras Completas*. vol. 8. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- MOREIRA, Luciano Augusto (2015). *Capela do Mártir Santo Tirso*. Penela da Beira: Paróquia de Penela da Beira.
- MOREIRA, Luciano Augusto (2017). *A evolução da rede paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI*. Tese de mestrado orientada pela Doutora Maria Alegria Fernandes Marques. II Volumes. Coimbra: Faculdade de Letras.
- MORENO, Humberto Baquero (1985). *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*. Lisboa: Presença.
- OLIVEIRA, Miguel de (1950). *As Paróquias Rurais Portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; OLIVAL, Fernanda (2010). “Cristo, Ordem de”, in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Dicionário histórico das Ordens e Instituições*. (s.l.): Gradiva, 564-574.

- PIZARRO, José Augusto (2008). *D. Dinis*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae* (1868-1869). Olisipone: Typis Academicis.
- Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones* (1936). Olisipone: Ex Typographia Nationali.
- Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones - Inquirições gerais de D. Dinis de 1284*. introd., leitura e índices por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. (2015). vol. IV/2. Lisboa: Academia das Ciências; Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- REAL, Manuel Luís (2013). “O Significado da basílica do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), na alta Idade Média duriense”, in *Atas das 1as Conferências - Museu de Lamego*. Lamego: Museu de Lamego; Direção Regional de Cultura do Norte, 65-100.
- REIS, António Matos (2013). “Linhas gerais de um estudo sobre as origens das freguesias”, in *Revista de Administração Local*, n.º 255, 297-307.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2006). “A Formação da rede paroquial no Portugal medievo”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. vol. I Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 71-83.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2003). *A Sé de Lamego na Primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno.
- SOALHEIRO, João (2000). “Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa, Diocese de Lamego”, in SOALHEIRO, João (coord.), *Foz Côa Inventário e Memória*. Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 30-56.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre (2008/2009). “O culto de Santa Comba e o (re) povoamento do Vale do Dão (sécs. X-XI)” in *Revista Portuguesa de História*, t. XL, 251-271.
- VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (2006). *Chancelaria de D. Afonso III*. I vol. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VENTURA, Margarida Garcez (1997). *Igreja e poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1966). *Elucidário das palavras termos e frases*. Edição crítica de Mário Fiúza. B-Z. Porto, Lisboa: Libreria Civilização.

## Anexos

<b>Quadro nº 1 - Alguns dados sobre o território entre o Côa e o Távora no ano de 2016</b>	
Área	<b>1 268.12 Km<sup>2</sup></b>
Concelhos totalmente inseridos	<b>3</b>
Concelhos parcialmente inseridos	<b>5</b>
Concelhos do distrito de Viseu	<b>4</b>
Concelhos do distrito da Guarda	<b>4</b>
Freguesias (antes de 2013)	<b>75</b>
Freguesias (depois 2013)	<b>63</b>
Freguesias (unidas em 2013)	<b>18</b>
Freguesias do distrito de Viseu (antes de 2013)	<b>37</b>
Freguesias do distrito da Guarda (antes de 2013)	<b>38</b>
Paróquias	<b>80</b>
Paróquias da diocese de Lamego	<b>73</b>
Paróquias da diocese da Guarda	<b>7</b>
Paróquias que não são freguesias	<b>5</b>
Paróquias extintas	<b>25</b>

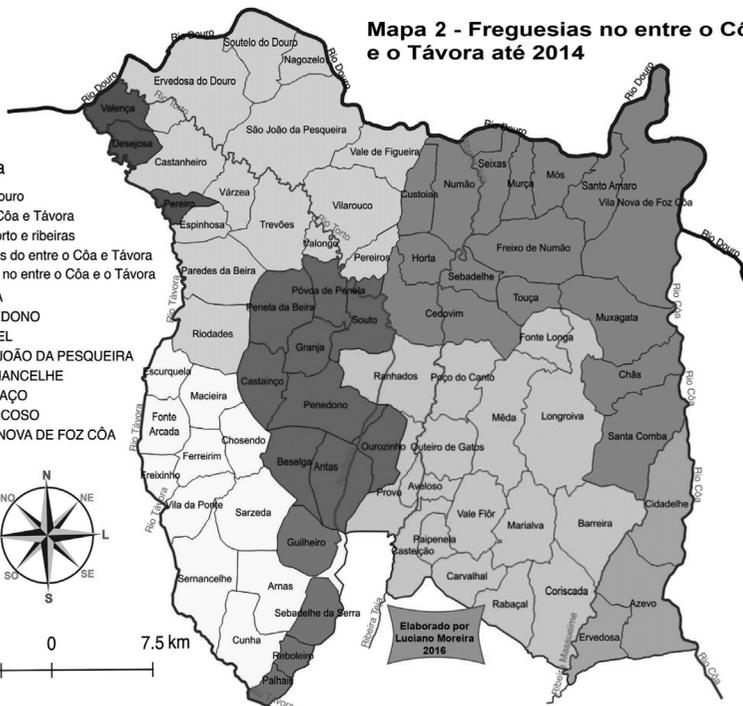
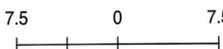
# Mapa 1 - Localização do entre o Côa e o Távora no mapa de Portugal



**Mapa 2 - Freguesias no entre o Côa e o Távora até 2014**

**Legenda**

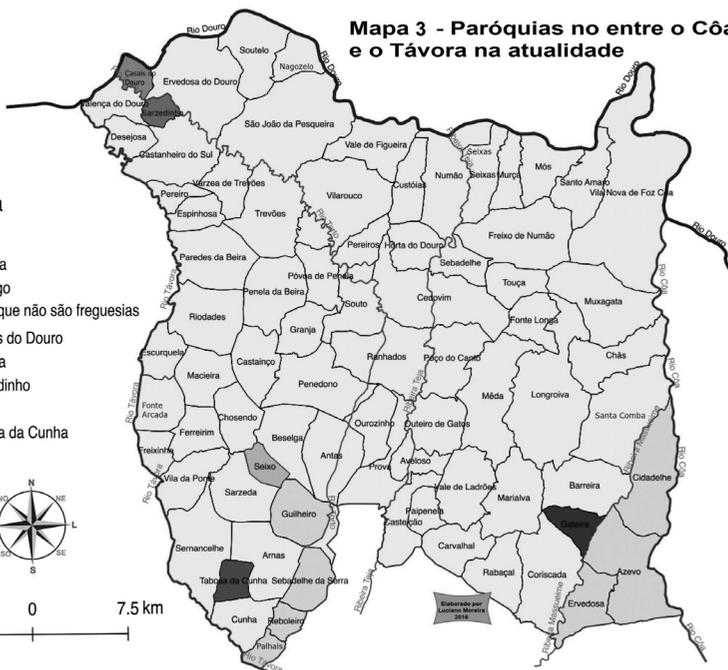
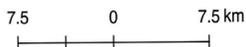
- Rio Douro
- Rios Côa e Távora
- Rio Torto e ribeiras
- Limites do entre o Côa e Távora
- Cencilhos no entre o Côa e o Távora
- MÉDA
- PENEDONO
- PINHEL
- SÃO JOÃO DA PESQUEIRA
- SERNANCELHE
- TABUAÇO
- TRANCOSO
- VILA NOVA DE FOZ CÔA



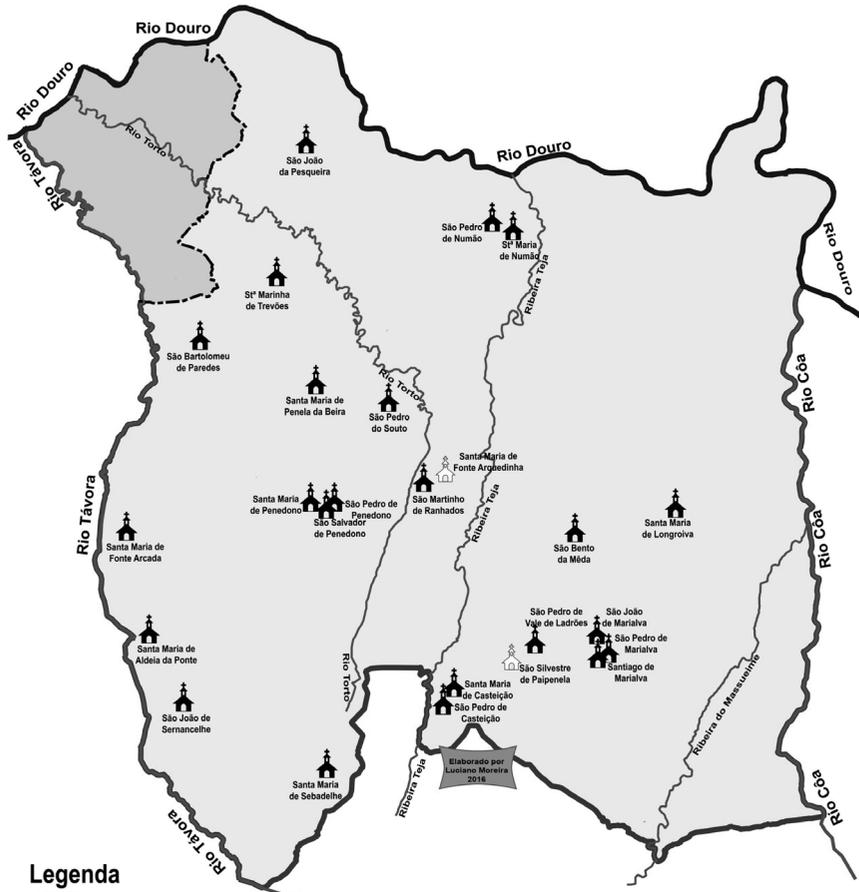
**Mapa 3 - Paróquias no entre o Côa e o Távora na atualidade**

**Legenda**

- Dioceses
- Guarda
- Lamego
- Paróquias que não são freguesias
- Casais do Douro
- Gateira
- Sarzedinho
- Seixo
- Taboas da Cunha

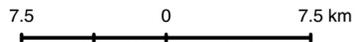
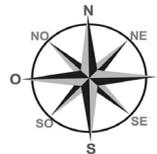


**Mapa 4 - A rede paroquial entre o Côa e o Távora nos inícios do século XIII**



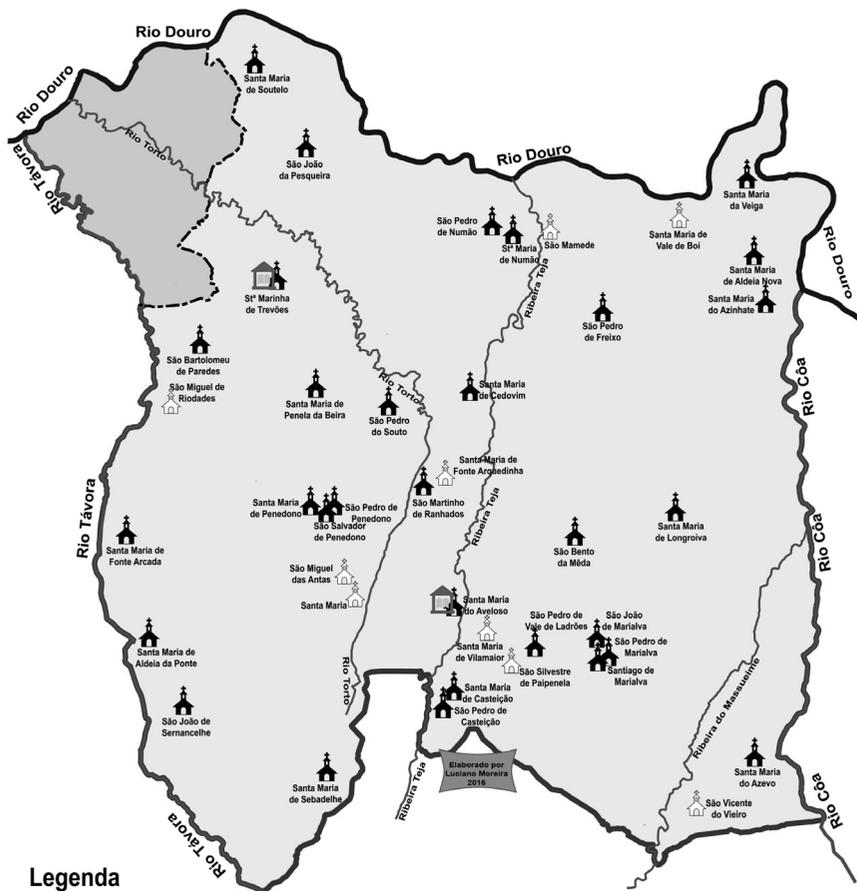
**Legenda**

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águias
-  Matriz
-  Filial



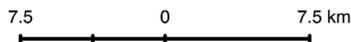
Elaborado por  
Luís de Morais  
2014

## Mapa 5 - A rede paroquial entre o Côa e o Távora nos finais do século XIII

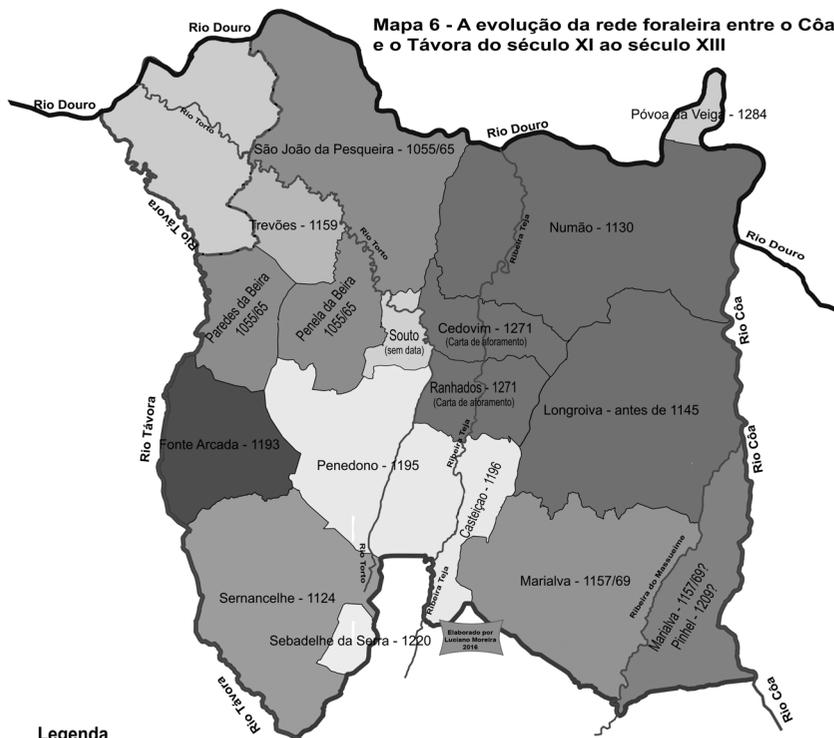


### Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águas
-  Matriz
-  Filial
-  Câmara Eclesiástica



**Mapa 6 - A evolução da rede foraleira entre o Côa e o Távora do século XI ao século XIII**



**Legenda**

- Limites entre o Côa e o Távora
- Limites do Couto de São Pedro

**Autorgantes**

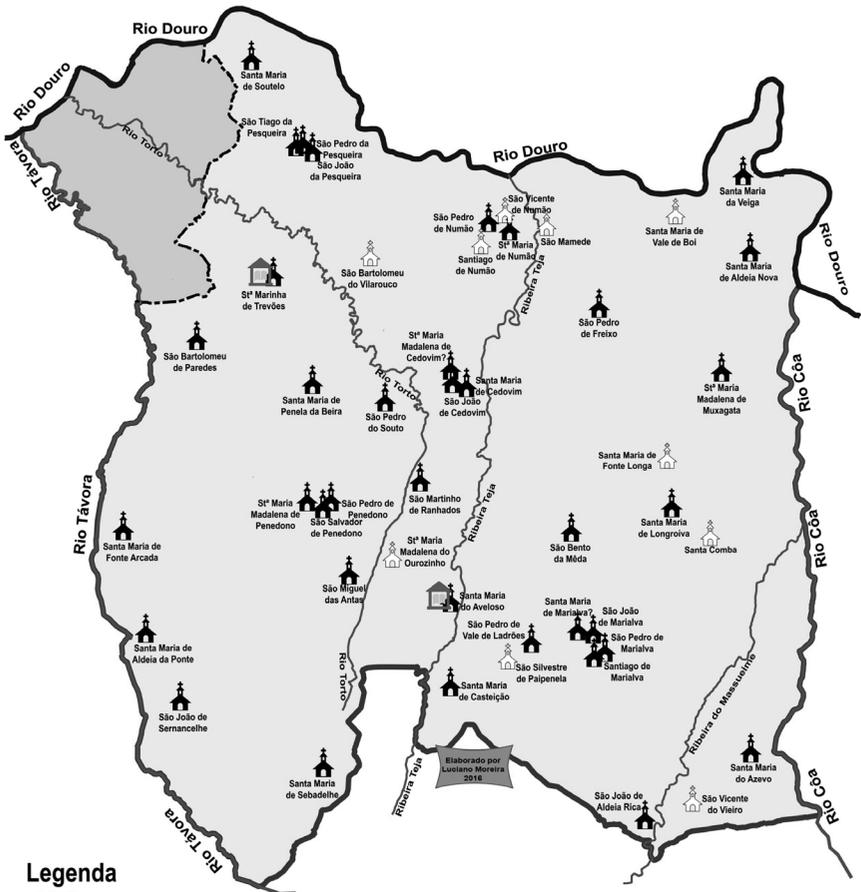
- D. Afonso Henriques
- D. Afonso Henriques e Fernão Mendes de Bragança
- D. Afonso Henriques?
- D. Afonso II
- D. Afonso III
- D. Dinis
- D. Fernando Magno
- D. Sancho I
- Egas Gosendes e João Viegas
- Fernão Mendes
- Sancha Bermudes
- D. Afonso Henriques? D. Sancho I?



7.5 0 7.5 km

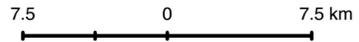
Elaborado por  
Luciano Mendes  
2019

## Mapa 7- A rede paroquial entre o Côa e o Távora na primeira metade do século XIV



### Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águas
-  Matriz
-  Filial
-  Câmara Eclesiástica

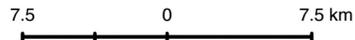


## Mapa 8 - A rede paroquial entre o Côa e o Távora nos inícios do século XVI

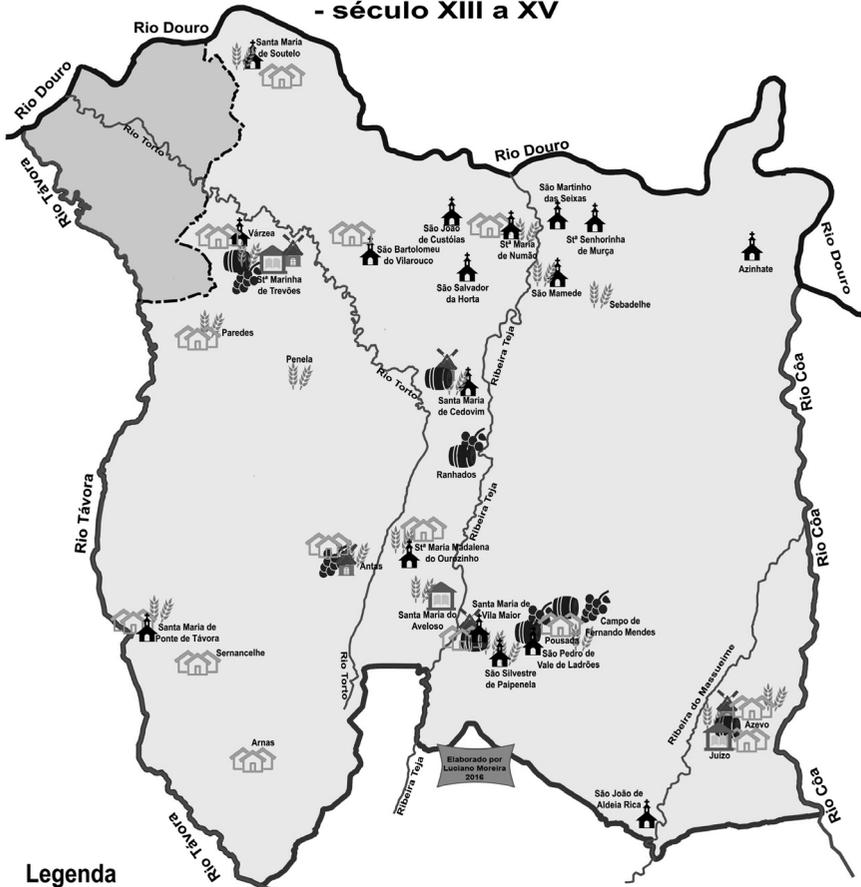


### Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águas
-  Matriz
-  Filial
-  Capela
-  Câmara Eclesiástica

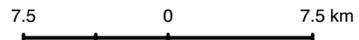


## Mapa 9 - Direitos e bens da mitra, cabido e chantrado da Sé de Lamego entre o Côa e o Távora - século XIII a XV

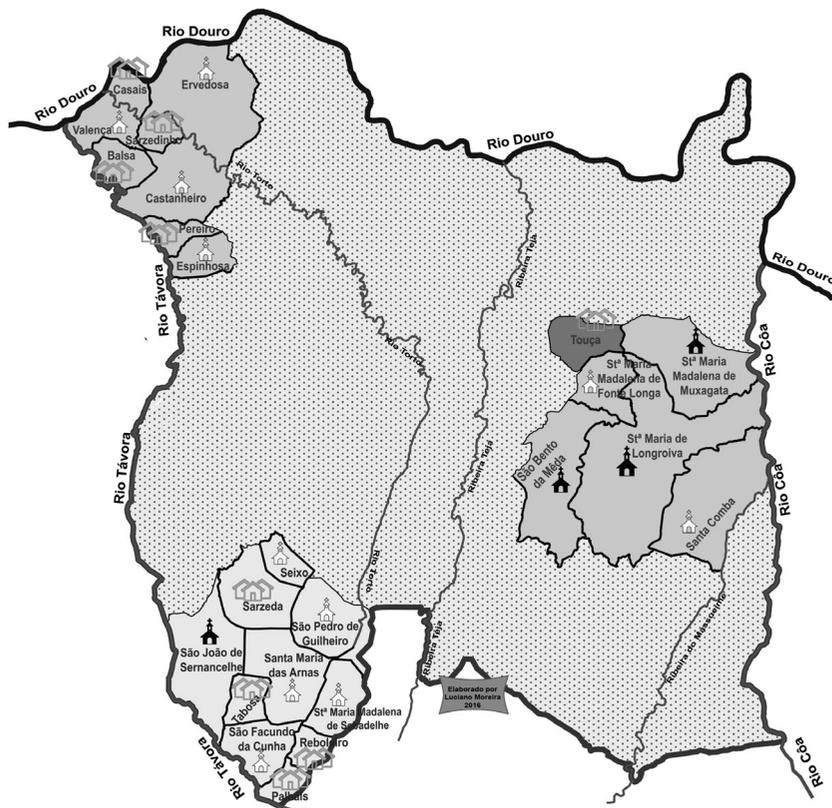


### Legenda

-  Limites entre o Côa e o Távora
-  Limites do Couto de São Pedro das Águias
-  Igreja e padroado
-  Câmara Eclesiástica
-  Casais / Casas
-  Quinta / herdade / vinha
-  Celeiro / adegas

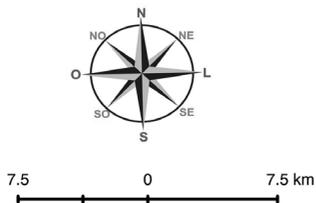


## Mapa 10 - A presença das ordens religiosas e militares entre o Côa e o Távora - séculos XII-XV



### Legenda

-  Limites do entre o Côa e Távora
-  Ordens religiosas e militares
-  Couto do Mosteiro de São João de Tarouca
-  Couto do Mosteiro de São Pedro das Águas
-  Ordem do Hospital/Malta
-  Ordem dos Templários/Cristo
-  Paróquia própria
-  Paróquia Filial
-  Núcleos populacionais



# A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia

*The conquest and the destruction of Anafé (Casablanca) by the infant D.Fernando (1468) – Considerations on a little known amphibian operation*

**FERNANDO PESSANHA<sup>1</sup>**

Arquivo Histórico Municipal de Vila Real de Santo António  
fernando.pessanha@cm-vrsa.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 17/05/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 04/08/2018

**Resumo.** As operações anfíbias portuguesas adquiriram o seu *cursus honorum* ao longo da centúria de quatrocentos, nomeadamente, através da experiência acumulada com os ataques a várias posições no Norte de África. Este *know how*, catapultado para os mares do Oriente na centúria seguinte, foi alicerçado por empreendimentos que marcaram a expansão quatrocentista portuguesa, como a conquista de Ceuta, em 1415, ou a conquista de Arzila, em 1471. Porém, outras acções não tão mediáticas revestem-se de particular interesse, na medida em que reflectem a adopção de diferentes estratégias em função de diferentes objectivos. É nesse sentido que, passados 550 anos sobre a conquista e destruição Anafé (Casablanca) pelo infante D. Fernando, torna-se pertinente analisarmos este empreendimento militar no contexto das operações anfíbias quatrocentistas, identificando os motivos que desencadearam tal operação e enquadrando o perfil social e militar de D. Fernando no quadro da política expansionista portuguesa do séc. XV.

**Palavras-chave.** Operações anfíbias, Guerra Naval, Norte de África, Expansão Portuguesa.

**Abstract.** Portuguese amphibian operations acquired their *cursus honorum* during the fourteen hundreds namely through the experience accumulated from the attacks on various positions in North Africa. This know how, transferred to the Orient seas in the following century, was strengthened by ventures that marked the fifteenth century Portuguese Expansion, such as the conquest of Ceuta, in 1415, or the conquest of Arzila, in 1471. However, other not so famous actions are of particular interest, in that they reflect the adoption of different strategies in order to achieve different objectives. This is why 550 years since the conquest and destruction of Anafé (Casablanca) by the infante D. Fernando, it is pertinent to analyse this military enterprise in the context of the fifteenth century amphibian operations, identifying the reasons that led to such operation and bearing in mind the social and military profile of D. Fernando, according to the portuguese expansionist political aims in the 15th century.

**Keywords.** Amphibian Operations, Naval War, North Africa, Portuguese Expansion.

---

<sup>1</sup> Doutorando na Universidade de Huelva.

## Introdução

É do conhecimento comum que a publicação de estudos sobre a guerra portuguesa no Norte de África é consideravelmente inferior ao volume de publicações dedicadas a outros espaços do Império Português, como o Oriente. É certo que, nos últimos anos, têm surgido contributos de grande interesse, que passaram pela publicação de fontes relativas ao Norte de África<sup>2</sup> e, principalmente, de investigações acerca do papel da nobreza na gesta marroquina<sup>3</sup>, para além da publicação de estudos não só no âmbito da História da Arte<sup>4</sup>, da Arquitectura Militar<sup>5</sup> e da Arqueologia<sup>6</sup>, como também no domínio da organização militar<sup>7</sup> ou da reavistação historiográfica das campanhas norte-africanas<sup>8</sup>.

Ainda assim, verifica-se uma enorme escassez de estudos relativos à guerra naval no golfo luso-hispano-marroquino, também conhecido por Mar das Éguas (Riley 1998: 139-142). De facto, à excepção de *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XVII)*, têm sido raras as análises ou considerações estratégicas quanto à importância da guerra naval no espaço norte-africano, constatação que se torna alarmante se atendermos à precoce expressão que a guerra de corso teve em Portugal - já que D. Dinis, ao contratar o almirante genovês Manuel Pessanha (Maia & Soares coord. 2017), lançou as bases para que se criasse o primeiro dispositivo oficial de guerra naval – ou a intensa actividade corsária desenvolvida

---

<sup>2</sup> De salientar que a História da Expansão beneficiou do labor de vários investigadores sob a égide de um projecto financiado pela FCT, “Portugal e o Sul de Marrocos. Contactos e Confrontos, séculos XV a XVIII”, com coordenação científica de Maria Augusta Lima Cruz, destacando-se algumas iniciativas de grande interesse, como a transcrição paleográfica de fontes inéditas, a criação de uma base de dados de referência documental ou a digitalização de fontes impressas, como *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*.

<sup>3</sup> Sobre o papel da nobreza na gesta marroquina vejam-se, a título de exemplo, Oliveira & Rodrigues 1989: 77-114; Oliveira 1999; Ribeiro 2000:143-159; Teixeira 2000: 159-207; Teixeira 2004: 109-174; Rodrigues 2004: 177-80; Lacerda 2010: 117-140; Dávila 2011: 69-74; Pessanha 2018: no prelo.

<sup>4</sup> Moreira 1989; Dias 1996: 10-22; Dias 2000; Dias 2004: 126-134; Dias 2008.

<sup>5</sup> Têm sido vários os trabalhos desenvolvidos e orientados por Jorge Correia no âmbito da arquitectura militar portuguesa no Norte de África. Na impossibilidade de aqui enumerar todos, refira-se a sua tese de doutoramento, Correia 2008. Vejam-se também, a título de exemplo, Lopes 2009; Cruz 2015.

<sup>6</sup> Vejam-se, a título de exemplo, Karra 2010: 85-95; Paredes, Ruiz & Padilla 2011: 131-163; Chemsí 2011: 165-175; Karra & Teixeira 2011: 177-197; Benlabbah & El Boudjaj (coord.) 2012; Chaves 2015. *Cerâmicas Medievais e Modernas de Azamor (Marrocos) – Análise textural, mineralógica e química*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Conservação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Destaque-se ainda o projecto *Espaços e vivências urbanas do período português no Norte de África: arqueologia em torno do Estreito de Gibraltar (séculos XV a XVII)*, que tem André Teixeira como investigador principal.

<sup>7</sup> Rodrigues 2001: 157-168; Rodrigues 2004: 185-195; Costa & Rodrigues 2007; 185-195; Sousa 2008.

<sup>8</sup> Vejam-se, a título de exemplo, algumas dissertações apresentadas às universidades portuguesas, nomeadamente, Hugo Moreira (2009). *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Dias 2015. Ver também outro tipo de artigos, como Monteiro 2017: 63-78.

por D. Pedro de Meneses após a conquista de Ceuta (Cruz 2003: 57-99; Campos 2004), uma vez que a actividade bélica desenvolvida a partir de 1415 acabou por ter mais impacto no mar do que em terra.

A escassez de estudos sobre a guerra naval na política expansionista portuguesa torna-se ainda mais estranha se tivermos em consideração que a maioria das grandes acções militares que tiveram lugar no teatro de operações magrebino foram lançadas a partir do mar. Com efeito, o processo expansionista não pode ser compreendido circunscrevendo o objecto de estudo às entradas e algomavarias lançadas no interior marroquino a partir das praças de guerra localizadas na costa atlântica<sup>9</sup>. Antes de mais, devemos ter em consideração que o próprio processo de conquista implicou a existência de uma força naval incumbida de transportar tropas, equipamentos bélicos e mercadorias indispensáveis à realização de acções militares cujos desembarques, em circunstâncias tendencialmente hostis, constituíam autênticas operações anfíbias.

Com efeito, a definição de “operação anfíbia” deixa de fazer sentido sem a indispensável contextualização histórica. É nesse sentido que este tipo de operação militar, para a referida centúria quatrocentista, reveste-se de particularidades que se prendem com a realidade cultural, estratégica e tecnológica inerentes à época em questão. Tendo como finalidade o desembarque de tropas, equipamentos bélicos e mercadorias num teatro de operações tendencialmente hostil, o objectivo final da operação anfíbia prende-se com a ocupação cirúrgica de uma zona costeira à qual se segue uma acção ofensiva contra um alvo específico. De facto, a complexidade de uma operação anfíbia e a delicada posição de vulnerabilidade a que as forças são submetidas implicam, desde logo, um planeamento meticuloso executado por forças treinadas, organizadas e equipadas com distintas funções de combate. Assim sendo, trata-se de uma operação que exige, desde logo, um excepcional grau de unidade, esforço e coerência operacional, já que todo o processo de desembarque poderá ter lugar debaixo de fogo de artilharia e com a agravante de a área de desembarque poder estar sob ocupação de forças adversárias de infantaria e de cavalaria.

De facto, foi ao longo do séc. XV que Portugal alicerçou a sua experiência anfíbia contra posições no Norte de África. Este conhecimento empírico, catapultado para os mares do Oriente na centúria seguinte<sup>10</sup>, foi

---

<sup>9</sup> Sobre as estratégias e táticas de guerra usadas pelos portugueses no Norte de África vejam-se Fontoura 1998: 25-34; Duarte 2003: 409-413; Amaral 2007: 187-202; Teixeira 2010: 97-116; Rodrigues 2011: 75-82; Fernando Pessanha (2012), *As guarnições militares nas praças portuguesas da região da Duquela, no Algarve Dalém-mar*, Dissertação de Mestrado em História do Algarve apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

<sup>10</sup> Segundo Vitor Gaspar Rodrigues, “os portugueses deram início à prática de operações anfíbias no Oriente, tática de combate naval em que eram exímios, dada a longa experiência que haviam adquirido em Marrocos, onde eram constantes os assaltos e desembarques nos principais centros costeiros em poder dos muçulmanos”.

consubstanciado através de intervenções que marcaram a História da Expansão de forma indelével, como a conquista de Ceuta, em 1415, ou a conquista de Arzila, em 1471. No entanto, a experiência de guerra anfíbia desenvolvida no teatro de operações norte-africano não se pode restringir aos grandes feitos de armas immortalizados pelos cronistas régios. É nesse contexto que a análise de empreendimentos menos conhecidos se reveste de particular interesse, na medida em que reflecte a adopção de diferentes considerações estratégicas em função de diferentes objectivos. Numa altura em que passam 550 anos sobre a conquista e destruição de Anafé (Casablanca), considerámos que seria pertinente abordar esta operação anfíbia, analisando de que modo as tácticas, os meios e os efectivos foram estrategicamente utilizados em função das características de que este alvo se revestiu.



**Fig.1.** O topónimo Anafé na carta náutica de Zuane Pizzigano, de 1424. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Pizzigano.jpg> (consultado em 9 de Maio de 2018).

tulano Albino Canepa, de 1489; ou a carta náutica de Jorge Aguiar, de 1492<sup>11</sup>. Referências que, desde logo, atestam a importância de Anafé no contexto das cidades norte-africanas do séc. XV.

Ver Rodrigues 2004: 199.

<sup>11</sup> Sobre a cartografia dos séculos XIV, XV e XVI veja-se Alegria, Garcia, Relação 1998: 12-61; Guerreiro, 1999: 239-265.

## 1. Anafé (Casablanca)

A Anafé das fontes portuguesas corresponde à actual Casablanca. O topónimo assumiu diferentes formas ao longo dos tempos, aparecendo referido pelos cartógrafos dos séculos XIV, XV e XVI com outras designações, como Anafee, Anfa, Anafil, Danifee, Niffe, Anafa ou Nafé. Refira-se, aliás, que são várias as obras cartográficas quatrocentistas, correspondentes à balizagem cronológica estabelecida para o presente trabalho, que referem o topónimo de Anafé e de onde destacamos a carta náutica de Zuane Pizzigano, de 1424; a carta náutica anónima de “Circa”, de 1471; o portulano Albino Canepa, de 1489; ou a carta náutica de Jorge Aguiar, de 1492<sup>11</sup>.

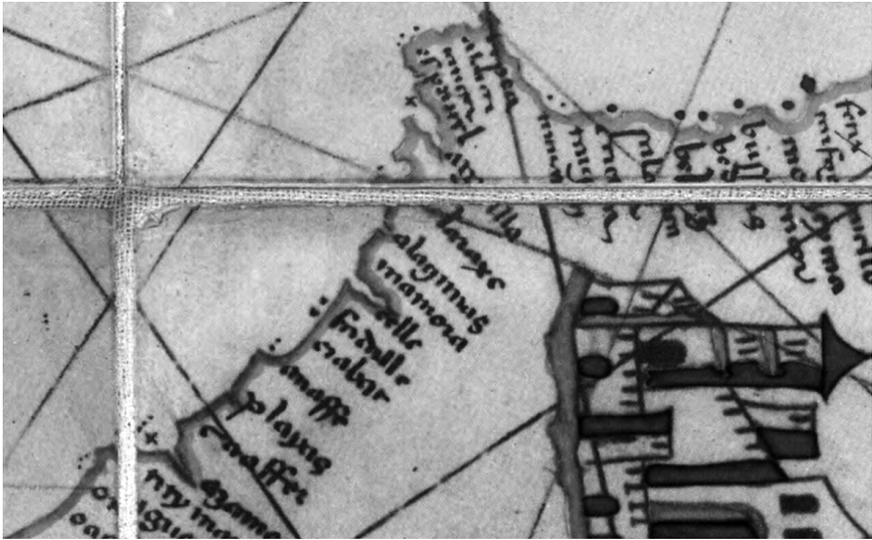


Fig.2. O topónimo Anafé na carta náutica anónima de “Circa”, de 1471. Disponível em: <http://nla.gov.au/nla.obj-233244836/view> (consultado em 9 de Maio de 2018).



Fig.3. O topónimo Anafé no portulano Albino Canepa, de 1489. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/Portolan\\_chart\\_by\\_Albino\\_de\\_Canepa\\_1489.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/Portolan_chart_by_Albino_de_Canepa_1489.jpg) (consultado em 9 de Maio de 2018).



Fig.4. O topónimo Anafé na carta náutica de Jorge Aguiar, de 1492. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Jorge\\_Aguiar\\_1492\\_MR.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Jorge_Aguiar_1492_MR.jpg) (consultado em 9 de Maio de 2018).

O topónimo de Anafé deriva do Árabe *Anf*, que significa nariz, bico ou promontório, ou do amazigh *Anfa*, que significa colina, outeiro ou cume. De resto, *Anfa* é ainda hoje um importante bairro de Casablanca. A designação de Anafé foi utilizada até ao século XVIII, altura em que os portugueses lhe passaram a chamar *Casa Branca*, nome que seria adaptado para Casablanca por comerciantes espanhóis, que nela se fixaram no período da reconstrução da cidade, durante o reinado do Sultão Sidi Mohammed ben Abdellah, na segunda metade da centúria setecentista. O nome árabe é *Dar Al-Beida*, que significa literalmente *Casa Branca* (AAVV 1964: 56).

A prosperidade de Anafé, denunciada pela existência de palácios, construções nobres e por uma população culta e sofisticada, parece prender-se com uma exportação de base agrícola cuja riqueza assentava na fertilidade dos seus solos (Pereira, E.S.O., XVI: 27) e que permitia a venda de frutas e legumes para o reino de Fez, o comércio marítimo mantido com mercadores portugueses e ingleses (Africano, D.G.Á., III: 211-212) e a exportação de trigo para Granada (Zurara, C.C.P.M., XXI: 312; Mascarenhas, H.C.C., 28: 114). Aliás, a cidade era conhecida pelo trigo de qualidade que a sua comarca produzia, sendo em Portugal conhecido o designado trigo anafil, proveniente de Anafé (Leão, C.V.R.P. XXXVIII: 281). Por sua vez, a cidade recebia seda fina, roupa e moedas de ouro e prata provenientes do reino de Granada (Zurara, C.C.P.M., XXXIII: 315). Duarte Pacheco Pereira, que regista a “bondade danifee & properidade sua” (Pereira, E.S.O., XVI: 28) refere a grande participação da população da cidade na Batalha do Salado, em 1340, onde D. Afonso IV de Portugal e D. Afonso XI de Castela destroçaram as forças de Abul Hassan, rei de Fez, e Yusef I, rei de Granada. Desta referência depreendemos, portanto, que muita gente de Anafé terá integrado o exército merínida enviado para reconquistar a Península Ibérica aos cristãos. Finalmente, diz-nos Damião de Góis que a cidade era “entre os Mouros muy nomeada (...) da qual fermosura, e grandeza daõ testemunho alguns edificios, que ainda hoje em dia se ahi vem” (Góis, C.P.D.J., XVII: 82).

## **2. Motivações para uma intervenção militar**

### **2.1. Um ninho de corsários e piratas**

Segundo Miguel Luís Duarte, “só com muito boa vontade podemos descortinar neste episódio (conquista e destruição de Anafé) qualquer desígnio estratégico” (Duarte 2003: 429). Porém, uma análise mais apro-

fundada permitir-nos-á compreender que esta poderá ser uma afirmação algo precipitada.

Como adiante veremos, as operações militares lançadas contra alvos no Norte de África, como Anafé, estavam sujeitas a diferentes estratégias, que variavam em função de diferentes objectivos. Com efeito, seria metodologicamente incoerente abordar o ataque anfíbio lançado contra esta cidade circunscrevendo-o no tempo e no espaço. De facto, qualquer consideração sobre uma acção militar não pode ser compreendida sem a devida contextualização geo-estratégica, atendendo às implicações políticas, económicas e sociais que lhe são inerentes. É nesse sentido que se torna fundamental avaliar qual a conjuntura que então se vivia, contextualizando este empreendimento no quadro de operações que tiveram lugar no decurso da centúria quatrocentista e identificando as motivações que os desencadearam. É no seguimento desta linha de pensamento que se torna pertinente a analogia entre o caso de Alcácer Ceguer e o caso de Anafé, quer pela proximidade cronológica que os une, quer pelos motivos que terão desencadeado tais ofensivas.

Parece ser unanimemente aceite que a operação anfíbia resultante do empreendimento militar contra Alcácer Ceguer, em 1458, atendeu a um objectivo por demais evidente: a segurança da navegação no Estreito através da conquista e ocupação de um porto de piratas que atacava as costas do Algarve e da Andaluzia. É Damião de Góis que, ao referir-se a Alcácer Ceguer, revela tratar-se de uma vila de

“homens de guerra, principalmente no negócio do mar, no qual erao muy exercitados, e acostumados a fazer mal, e dano aos Christãos da Hespanha, e a outros que navegavam para aquelle Estreyto” (Góis, C.P.D.J., XI: 43).

Porém, Alcácer Ceguer não era o único ninho de corsários e piratas da costa norte-africana. Segundo Leão-o-Africano, a razão para Anafé cair em desgraça prende-se com dois motivos: por pretender viver em liberdade sem dispor de meios para tal, e porque no porto da cidade eram armadas fustas, com as quais os seus habitantes atacavam a península de Cádiz e toda a costa portuguesa (Africano, D.G.Á., III: 212). Por outras palavras, um ninho de piratas que o próprio rei de Portugal mandou destruir. Com efeito, nem Rui de Pina nem Damião de Góis referem qual o motivo que levou o infante D. Fernando, governador da Ordem de Santiago, da Ordem de Cristo e herdeiro do infante D. Henrique, a atacar Anafé. Porém, não temos motivos para du-

vidar do escritor e viajante mourisco. Aliás, também Duarte Nunes de Leão, seguramente apoiado em Leão-o-Africano, refere o seguinte:

“Dizem os Escritores dos Arabes que a tenção del Rey mandar sobre esta cidade, foi por as entradas, que della faziaõ os Mouros na costa de Castella, e Portugal, com galeões, e fustas, que tinhaõ bem armadas, de que os Christaõs recebiaõ muito dano” (Leão, C.V.R.P.D., XXXVIII: 280-281).

Vemos deste modo que, tal como Alcácer Ceguer, também Anafé funcionava como uma importante base de corso e pirataria de onde partiam galés e fustas armadas para assaltar as costas portuguesas. De resto, esta acção pirática não só causava danos seguramente significativos, como ainda tornava insegura a navegação no Estreito de Gibraltar e no designado Mar das Éguas. Dadas as circunstâncias, motivos mais que suficientes para legitimar uma ofensiva militar contra esta cidade norte-africana<sup>12</sup>.

## 2.2. O belicoso infante D. Fernando

Como anteriormente referimos, o ataque a Anafé foi comandado pelo infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V e filho adoptivo do infante D. Henrique<sup>13</sup>. Diz-nos Rui de Pina que D. Fernando era homem de “mui nobre coração, de que nunca sahia um “louvado desejo d’acrecentar sua honra e estado, especialmente na guerra dos mouros, que lhe já vinha por legitima sobcessão” (Pina, C.D.A.V, CLX: 53). De facto, as crónicas quatrocentistas e quinhentistas apresentam-no como um indivíduo cujo perfil corresponde ao protótipo medieval de cavaleiro cruzadístico, ansioso por façanhas militares na guerra contra os mouros. A análise que João Paulo Oliveira e Costa faz da posição do infante face à guerra no Norte de África conclui, porém, que a postura de D. Fernando era bem mais complexa, ou seja, uma posição doutrinária, que passava por um modelo de guerra que permitisse conquistar novas praças para Portugal, ainda que sem a intervenção sistemática do

<sup>12</sup> Sobre a legitimidade das acções militares no contexto do imaginário, dos valores e dos ideais da guerra na Idade Moderna veja-se Bebiano 2004: 52-62.

<sup>13</sup> Nascido em Almeirim, em 17 de Novembro de 1433, o infante D. Fernando foi perfilhado por seu tio, o infante D. Henrique, em 7 de Março de 1436, tornando-se seu herdeiro. Ao longo da sua vida, acumulou ou títulos de duque de Viseu e de Beja, condestável do reino, senhor da Covilhã, Moura, Serpa e Lagos, senhor dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e governador da Ordem de Santiago e da Ordem de Cristo. Sobre o infante D. Fernando veja-se Costa 2011: 42-60; Sousa, H.G.C.R.P., Tomo II, Livro III, Capítulo VIII: 499-508.

monarca português em Marrocos, salvo se se reunissem as condições para a realização de um ataque imparável (Costa 2011: 53-57).

Seja como for, as participações de D. Fernando nas campanhas norte-africanas começaram desde muito cedo. Finalizava o ano de 1452 quando o infante, então com 18 anos, “desejando acrescentar seu nome e honra na guerra d’África” (id. CXXXIV: 129). mandou aparelhar uma caravela na foz do Guadiana<sup>14</sup> e rumou a Ceuta, onde aspirava envolver-se em grandes feitos, mesmo sem a aprovação do irmão. D. Afonso V, preocupado com a sua impulsividade, veio ao seu encalço até Castro Marim e Tavira, mas era demasiado tarde. O infante acabou por ser interceptado no Estreito de Gibraltar pelo conde de Odemira, capitão de Ceuta. Após visitar a praça norte-africana, D. Fernando foi conduzido a Castro Marim, onde o esperava o infante D. Henrique. D. Fernando acabaria, finalmente, por regressar ao Norte de África para acompanhar D. Afonso V na conquista de Alcácer Ceguer, onde se distinguiu. Diz-nos Rui de Pina que, achando-se o infante com “grande doença de febre” antes da partida da armada, chegou a dar instruções para que mesmo assim o levassem e “assi doente em um leito o metessem no mar” (Pina, C.D.A.V, CXXXVIII: 144-145) pormenor que bem reflecte a obstinação de D. Fernando em passar à África, fosse em que circunstâncias fosse.

Com a morte do infante D. Henrique, em 1460, D. Fernando herdou o governo da Ordem de Cristo, passando a ficar responsável pelas conquistas e pelas viagens de exploração da costa africana. Porém, os seus sonhos passavam pela realização de feitos de armas na guerra contra os mouros. Em 1463 e 1464, D. Fernando tentou vários escalamentos a Tânger. Falhada a primeira tentativa, notou-se o pesar do monarca<sup>15</sup>, que contrastava com a impetuosa impaciência do infante, que logo se apressou a fazer uma entrada na serra de Banaminir com os senhores da sua hoste (Pina, C.D.A.V, CL: 27-28). O monarca ainda autorizou o irmão a preparar novo escalamento de Tânger, com a condição de o manter informado do plano do novo empreendimento militar. O infante, porém, ordenou o ataque sem o consentimento do rei, resultando a iniciativa noutra fracasso. Sobre este episódio diz-nos Rui de Pina que “o infante não pôde escapar a uma grave e áspera repreensão que El-Rey seu irmão lhe fez pela perigosa ousadia que sem sua licença e contra seu mandato cometera”<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Sobre as ligações da foz do Guadiana às praças norte-africanas veja-se Pessanha 2014: 44-107; Pessanha 2017: 113-179; Pessanha 2018: 63-94.

<sup>15</sup> São várias as fontes a referir o pesar do monarca. Vejam-se Pina, C.D.A.V, CXLIX: 26-27; Meneses, H.T. D.D.P, I: 42; Sousa, A.P, VI: 57-58.

<sup>16</sup> Também este episódio é referido por várias fontes. Vejam-se Pina, C.D.A.V, III, CLII: 36; Meneses, H.T. D.D.P, I: 42-43; Sousa, A.P, VI:58.

Não se dando por vencido, D. Fernando planeou novo escalamento de Tãnger. Em 18 de Janeiro de 1464, partiu com a sua hoste e quatro escadas de assalto, no entanto, o ataque, mal coordenado, não podia ter corrido pior para os que nele participaram. Os primeiros dois “escaladores e guiadores” subiram à barbacã seguidos por cerca de sessenta soldados que, por disputas pessoais, não mantiveram o plano, condenando-o ao fracasso. Sem comando forte e carismático, o assalto acabou por resultar numa refrega com uma das sentinelas que, ao cair da muralha, alertou as vigias da cidade. Foi assim que estes portugueses foram rapidamente cercados e chacinados. O infante, ao aperceber-se da situação em que os seus homens se encontravam, “arremetteu a uma escada de troços que mandara armar, e quizera por ella subir dizendo que o que fosse de tao bons criados e servidores como já dentro eram, seria d’elle até com eles morrer”<sup>17</sup>.

Mas o conde de Odemira e o comendador-mor da Ordem de Cristo demoveram-no do gesto suicida, assim evitando que “Tangere fosse tantas vezes sepultura de Yfantes de Portugal”<sup>18</sup>. A impulsividade e a obstinação manifestadas por D. Fernando nestas campanhas norte-africanas denunciam, desde logo, que o infante vivia com a ânsia de ser o protagonista de alguma façanha militar na guerra contra os mouros. Objectivo que, como vimos, fez com que várias vezes agisse por iniciativa própria e à revelia do próprio rei. Os fracassos verificados nos ataques a Tãnger sob seu comando terão, certamente, sido motivo de grande frustração para o já inquieto espírito de D. Fernando. Dadas as circunstâncias, não será de estranhar que, ao ser concebida uma ofensiva contra um ninho de corsários que atacava as costas do Algarve, o infante apareça como comandante desse empreendimento militar. Apresentava-se assim a grande oportunidade para o “exilente Príncipe” conseguir a tão almejada “vitoria e honra” (Pereira, E.S.O., XVI: 27).

### 3. A acção de espionagem

À excepção de Rui de Pina, que situa a expedição contra Anafé em 1469 (Pina, C.D.A.V, CLX: 53), os cronistas remetem esta operação militar para 1468<sup>19</sup>. Porém, e independentemente do ano em que se deu a ofensiva portuguesa, importa salientar que Anafé não foi um alvo escolhido aleatoriamente, nem semelhante

---

<sup>17</sup> O escalamento de Tãnger de 1464 é descrito pelas fontes com maior pormenor. Veja-se Pina, C.D.A.V, CLIII: 41; Meneses, H.T.D.D.P., I: 43-44; Sousa, A.P.,VI: 58-62.

<sup>18</sup> Foram contabilizados, entre mortos e cativos, mais de trezentos portugueses e uma elevada factura no campo da alta nobreza. Ver Gomes 2009: 242.

<sup>19</sup> Veja-se, a título de exemplo, Góis, C.P.D.J., XVII: 81.

aos assaltos descritos por Gomes Eanes de Zurara na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Pelo contrário. Tratou-se de uma operação que, apesar de não ter merecido grande atenção por parte da cronística<sup>20</sup>, revela ter sido meticulosamente preparada, tal como atesta a missão de espionagem descrita pelos cronistas portugueses. Refira-se que as missões de espionagem só faziam sentido contra alvos que o justificassem, uma vez que a recolha dissimulada de informações implicava um planeamento cuidado cujo cumprimento podia implicar perigos, gastos e meios logísticos. É nesse sentido que a acção de espionagem que antecedeu o ataque a Anafé remete-nos para o zelo régio manifestado na célebre missão que precedeu a conquista de Ceuta, levada a cabo pelo prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, e pelo capitão Afonso Furtado<sup>21</sup>, ou para missões de espionagem que antecederam outros empreendimentos militares que tiveram lugar ao longo da restante centúria quatrocentista, como os vários escalamentos a Tãnger, em 1463-1464 (Pina, C.D.A.V, CXLVII: 21), a conquista de Arzila, em 1471 (id. CLXII: 56), ou o ataque e destruição de Targa, em 1490 (Pina, C.D.J.II, XLI: 80-81).

De facto, ao seguirmos as crónicas de Damião de Góis e Duarte Nunes de Leão, apercebemo-nos de que o infante D. Fernando mandou Estêvão da Gama a Anafé, com o objectivo de recolher informações sobre a cidade. Fazendo-se passar por mercador, este fidalgo da casa do infante D. Fernando rumou à cidade norte-africana num navio carregado de figos passados do Algarve. E foi assim que Estêvão da Gama, disfarçado de marinheiro e com as “pessas de figos, e passas às costas”, percorreu a cidade enquanto vendia a mercadoria, de modo a “notar o que nella havia, e a Fortaleza que tinha, e a gente que era necessária para a tomarem”. (Góis, P.D.J., XVII: 82; Leão, CV.R.P., XXXVIII: 280-281). Deste modo, o espião enviado a Anafé pôde verificar *in loco* qual o local apropriado para o desembarque das tropas, assim como avaliar as fortificações e o tecido urbano da cidade, identificando potenciais fragilidades nas estruturas defensivas e estimando os quantitativos humanos necessários à sua conquista.

A alusão a Estêvão da Gama levou-nos a procurar determinar a identidade do indivíduo incumbido de tal missão. Foi então que, ao confrontarmos as informações facultadas pela bibliografia especializada<sup>22</sup> com vários estudos

---

<sup>20</sup> Manuel de Faria e Sousa, por exemplo, nem sequer refere o ataque a Anafé em *Africa Portuguesa*. D. Fernando de Meneses, por seu lado, faz uma brevíssima referência. Ver Meneses, H. T.D.D.P., I: 45.

<sup>21</sup> Gomes Eanes de Zurara descreve esta missão em pormenor. Ver Zurara, C.T.C., XV: 50. Vejam-se também Duarte 2003: 397-398; Monteiro 2017: 64-65; Pinto 2015: 45- 67.

<sup>22</sup> Fonseca 1998: 16-20; Subrahmanyam 1998: 37, 46, 81-83, 90, 202; Santos & Silva 1999: 197-198. Segundo alguns, teria sido Estêvão da Gama o primeiro escolhido para capitanear a viagem do descobrimento da Índia, cargo que não veio a desempenhar por ter falecido cerca de 1495. Ver Serrão (coord.) s/d III: 100.

genealógicos<sup>23</sup> concluirmos tratar-se do pai de Vasco da Gama, criado do infante D. Fernando, alcaide-mor de Sines, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador do Cercal. Por outras palavras, um homem da confiança do infante D. Fernando e que já o tinha acompanhado noutras operações no Norte de África, nomeadamente, na conquista de Alcácer Ceguer<sup>24</sup> e no escalamento de Tãnger de 1464 (Pina, C.C.D.M., CXLVI: 354). De resto, é interessante notar que o disfarce de Estêvão da Gama em Anafé não parece ter levantado suspeitas, o que pode indicar que a cidade estaria acostumada a receber comerciantes portugueses e mercadorias do Algarve (cf. Godinho, 1947: 81).

#### 4. Recursos em combate

Bem sabemos que a cronística dos séculos XV e XVI é pautada por uma preocupação em apresentar números alegadamente aproximados para cada combate com os mouros, sejam estes relativos a mortos, feridos, cativos ou a quantitativos relativos às forças em confronto, ou seja, número de tropas, embarcações, armamento, etc. Esta condição iniciada com Zurara nas suas crónicas relativas à Expansão para o Norte de África e que teve repercussões em cronistas como Rui de Pina ou Garcia de Resende (Serrão 1989; Cruz 2001: 51-59) permite-nos, no entanto, problematizar a importância estratégica atribuída às operações militares, ainda que os esforços quantitativos dos cronistas tenham sido, naturalmente, condicionados pela natureza política de que se revestem e pela tendência estilizada em exaltar os feitos de armas da nobreza. Em última instância, a afirmação da acção deste grupo social enquanto braço cumpridor da vontade régia (cf. Vicente 2009: 347; Vicente 2011: 347-352).

Torna-se difícil determinarmos as forças utilizadas na operação anfíbia contra Anafé, em 1468. Ainda assim, o confronto entre as várias fontes permite-nos fazer uma reconstituição aproximada. Rui de Pina, por exemplo, não faz qualquer alusão aos recursos utilizados nesta operação, assim como Duarte Pacheco Pereira, que apenas refere a utilização de uma grande frota e de muita gente. Porém, Damião de Góis, baseando-se nos “Escritores Arabios”, menciona o emprego de dez mil homens (Góis, C.P.D.J., XVII: 81), enquanto Leão-o-Africano refere uma armada de quase cinquenta navios, munida de gente de guerra e artilharia (Africano, D.G.Á, III: 212). Seriam,

<sup>23</sup> Veja-se, a título de exemplo, Gayo, N.F.P., XV: 75.

<sup>24</sup> D. Fernando de Meneses inclui Estêvão da Gama entre os portugueses célebres que estiveram na conquista de Alcácer Ceguer. Ver Meneses, H.T.D.D.P., I: 23, nota do tradutor.

porém, estes recursos apropriados para tomar uma cidade como Anafé?

Antes de respondermos a esta questão importa determinarmos quais os objectivos que se terão prendido com uma acção bélica contra a cidade, ou seja: passaria a estratégia por uma conquista seguida de ocupação militar? Ou limitar-se-ia a uma acção meramente punitiva? Como anteriormente referimos, as fontes atestam que, tal como Anafé, também Alcácer Ceguer funcionava como uma base de corso de onde partiam ataques dirigidos às costas portuguesas, provocando danos seguramente significativos. Foi nesse sentido que, face à impossibilidade que constituía a conquista de Tânger, a operação contra Alcácer Ceguer teve por objectivo a erradicação de um ninho de piratas e corsários através da sua conquista e ocupação. Seria este o objectivo da acção contra Anafé? Vejamos o que nos dizem os recursos utilizados. Segundo Rui de Pina, o empreendimento que resultou na conquista e ocupação de Alcácer contou com vinte e cinco mil homens de armas embarcados em duzentas e vinte velas (Pina, C.D.A.V, CXXXVIII: 146), não obstante tratar-se de uma vila de pequenas dimensões<sup>25</sup>. Damião de Góis, por seu lado, contabilizou vinte e seis mil homens distribuídos por duzentas e oitenta e nove naus, galés e outros navios de carga (Góis, C.P.D.J., X: 41). É certo que a acção contra Alcácer contou com os recursos disponibilizados por D. Afonso V, de modo a responder ao apelo de cruzada invocado pelo papa Calisto III, após a queda de Constantinopla. Ainda assim, apresenta-se simplesmente abismal a desproporção verificada entre os recursos disponibilizados para campanhas como a de Alcácer Ceguer ou a de Arzila<sup>26</sup> e os recursos disponibilizados para Anafé. De facto, os quantitativos colocados à disposição do infante D. Fernando aproximam-se mais dos números utilizados para acções de retaliação ou para a destruição de bases corsárias. É o que se verifica, por exemplo, para a acção punitiva lançada nas proximidades de Anafé, em 1487<sup>27</sup>, e que contou com “trinta navios onde foram cento e cinquenta de cavalo (...) e com eles mil homens de pé, entre espingardeiros, besteiros e lanceiros de elite, e mil de infantaria, besteiros e espingardeiros” (Pina, C.D.J.II, XXVII: 59; Resende, C.D.J.II e M., LXVII: 58).

Também em 1490, as “cinquenta velas (...) bem armadas no Algarve” que rumaram a Ceuta, foram depois usadas no ataque comandado por D. Fernando

<sup>25</sup> Sobre a Alcácer Ceguer anterior à conquista portuguesa, veja-se Correia 2008: 142-149.

<sup>26</sup> Rui de Pina contabilizou quatrocentos e setenta e sete navios e trinta mil homens. Ver Pina, C.D.A.V, CLXIII: 59. Damião de Góis, por seu lado, contabilizou trezentas e trinta e oito velas e vinte e quatro mil homens. Ver Góis, P.D.J., XXI: 97. Sobre os recursos usados contra Arzila veja-se Dias 2015: 60-79.

<sup>27</sup> Rui de Pina justifica esta acção alegando que os habitantes de Anafé estavam em desobediência para com “Muley Befageja, seu rei, com quem el rei tinha então paz”. Ver Pina, C.D.J.II, XXVII: 59.

de Meneses a Targa - na altura uma base de corsários (Africano, D.G.Á., III: 308) - sendo utilizados dois mil homens, dos quais cento e cinquenta a cavalo<sup>28</sup>. Vemos, portanto, que os recursos usados no empreendimento militar contra Anafé aproximam-se mais dos quantitativos normalmente usados para iniciativas militares cujos objectivos se prendiam com acções punitivas ou com a destruição de bases corsárias. Ainda assim, como adiante veremos, é possível que D. Fernando tenha deixado as possibilidades em aberto quanto a uma eventual ocupação militar de Anafé.

Refira-se, por fim, que pouco se sabe sobre a identidade dos indivíduos que integraram este empreendimento militar. À excepção do infante D. Fernando e de Estêvão da Gama, que protagonizou a acção de espionagem que antecedeu o ataque a Anafé, apenas encontramos referência à participação de João de Sousa nesta campanha, tal como podemos ler na gravação da sua pedra tumular (Freire, 1921, I: 229). Uma referência, porém, muito interessante, se tivermos em consideração o elo de ligação entre estes indivíduos. Ora, como vimos, o infante D. Fernando foi o governador da Ordem de Santiago<sup>29</sup> e Estêvão da Gama, criado da sua Casa, cavaleiro e comendador da mesma Ordem<sup>30</sup>. Foi, portanto, sem grande surpresa que constatámos que também João de Sousa era criado da Casa do infante D. Fernando, no posto de capitão dos seus ginetes, para além de também professar na Ordem de Santiago, onde deteve as comendas de Ferreira, Represa e Alvalade, com as rendas da aldeia de Coles (Freire 1921: 228). Encontramo-lo, aliás, entre os homens que acompanharam D. Fernando no malogrado escalamento de Tãnger de 1464<sup>31</sup>, o que quer dizer que era um homem próximo do infante e bastante experimentado nas guerras do Norte de África, como provam os seus muitos serviços em Ceuta, Alcácer Ceguer, Tãnger (Freire, 1921, I: 229). Vemos, como seria expectável, que o infante D. Fernando envolveu a Ordem de Santiago (e muito provavelmente a Ordem de Cristo) no ataque a Anafé, rodeando-se da rede clientelar que compunha a sua Casa. Porém, e ainda que identificados três professores da Ordem de Santiago no ataque a Anafé, não pudemos deixar de reparar no silêncio dos cronistas

---

<sup>28</sup> Baseámo-nos em Garcia de Resende. Rui de Pina, por outro lado, refere serem cento e trinta de cavalo. D. Fernando comandou de tal forma o desembarque das tropas que estas, devidamente organizadas, tomaram a vila rapidamente e sem resistência. Muitos mouros, apercebendo-se das intenções da armada, abandonaram a vila, procurando refúgio na serra. Porém, alguns foram mortos e cativos. A vila, por seu lado, foi totalmente saqueada, incendiada e destruída. Sobre os motivos que estiveram na origem do ataque a Targa veja-se Pessanha 2018.

<sup>29</sup> Sousa, H.G.C.R.P., Livro III, VIII: 501; Costa 2011: 44-46.

<sup>30</sup> Gayo, N.F.P., XV: 75; Fonseca 1998: 16.

<sup>31</sup> João de Sousa foi o homem que combateu contra o sentinelado mouro que caiu do muro, denunciando a presença dos portugueses que se encontravam a escalar as muralhas da cidade. Pina, C.D.A.V, CLIII: 38-39.

quanto ao envolvimento da Ordem neste e noutros empreendimentos militares que marcaram o século XV português. Esta evidência pode parecer ainda mais estranha se atendermos ao forte envolvimento das Ordens Militares na expansão quatrocentista. Ordens Militares, sublinhe-se, que tiveram como governadores figuras destacadíssimas da família real, como o infante D. Henrique ou o infante D. Fernando. Todavia, há que ter em consideração que documentos como a *Chrónica d'El-Rei D. Affonso V* ou a *Chronica do Principe Dom Joam* não são fontes sobre qualquer uma das Ordens, razão pela qual se torna compreensível a ausência de referências mais completas relativamente aos intervenientes no processo de expansão. Aliás, a intenção subjacente à produção de obras como a *Chrónica d'El-Rei D. Affonso V* não passa por apresentar informação detalhada sobre as individualidades que participaram no processo expansionista, mas antes colocar em evidência o protagonismo da monarquia portuguesa no processo expansionista<sup>32</sup>.

## 5. A operação anfíbia em Anafé (1468)

Como anteriormente vimos, as operações anfíbias têm como finalidade o desembarque de tropas, equipamentos bélicos e mercadorias, tendo como objectivo final a ocupação de uma zona costeira à qual se segue uma acção ofensiva contra um alvo específico. No que se refere ao ataque a Anafé, as fontes pouco nos dizem sobre a operação anfíbia. Ainda assim, o confronto entre a cartografia náutica quatrocentista e a descrição que Duarte Pacheco Pereira faz da baía da cidade poderá facultar-nos algumas pistas:

“ha baya da Cidade danifée nordest & sudeste & tem na Roota sinco léguas; & todo este caminho som barrocas de pedra ao longuo da Costa & pouca praya & ho fundo sujo; & a conhecensa desta Cidade danifée a qual aquy posemos pintada do natural he huma grande baya que tem hum arrecife de pedra perto da terra o qual tem uma boca pequena da banda do nordest & da parte do sudeste tudo he cerrado & aleem da conhecensa sobredita pella mesma Cidade & por huma grande torre que tem se pode bem conhecer” (Pereira, E.S.O., XVI: 27).

O navegador e cosmógrafo português prossegue a sua narrativa

---

<sup>32</sup> O mesmo modelo haveria de ser herdado nas décadas seguintes, durante o processo que veio a originar a fundação do Estado da Índia. Ver Silva & Pimenta, 2004: 349-361.

destacando como o infante D. Fernando “com grande frota & muita gente em pessoa foy sobre esta cidade & por forsa de armas há entrou & destroyo” sem, no entanto, referir que os habitantes da cidade, assim que avistaram a aproximação da frota portuguesa, fugiram para Rabat e Salé levando consigo os seus bens mais preciosos. Diz-nos Leão-o-Africano que o capitão da armada, desconhecendo a fuga da população “se apressou a entrar em batalha” (Africano, D.G.Á., III: 212). Porém, à sua chegada, já a população se tinha evadido, tal como é atestado pelos cronistas portugueses. De resto, é possível que tenha sido a grande torre referida por Duarte Pacheco Pereira a dar o alerta da aproximação da frota portuguesa.

Não sabemos exactamente onde se terá dado o desembarque das tropas. Ainda assim, as fontes poderão facultar-nos algumas pistas. Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão fazem uma brevíssima referência às “praias” onde a frota aportou (Pina, C.D.A.V, CLX: 53; Leão, C.V.R.P.D, XXXVIII: 280). Ora, sabendo nós que a grande baía de Anafé apresentava condições de ancoradouro não muito favoráveis, uma vez que era pedregosa e tinha pouca praia e fundo sujo, considerámos, numa primeira fase, que a frota teria fundeado nas proximidades do “arrecife” situado a alguma distância de terra, a nordeste da baía, uma vez que, tal como nos diz o *Esmeraldo de Situ Orbis*, “da parte do sudeste tudo he cerrado” (Pereira, E.S.O., XVI: 27). Deste modo, o desembarque em batéis poderia ter sido feito através da referida boca pequena, contigua ao arrecife, que dava acesso à costa. Porém, a referência de Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão às “praias” levou-nos a analisar a cartografia náutica quatrocentista, onde nos deparámos com este topónimo localizado a sudoeste de Anafé<sup>33</sup>. Quer isto dizer que a frota, oriunda de Portugal, teve forçosamente de passar ao largo da cidade antes de proceder ao desembarque nas “praias”. De resto, é esta manobra que nos permite compreender o relato de Leão-o-Africano, nomeadamente, sobre como pôde a população tomar conhecimento da aproximação da armada e ter tido tempo para recolher os seus pertences e pôr-se em fuga, tomando a direcção contrária, rumo a Salé: “ao vê-la os da cidade, recolheram os seus bens mais preciosos, fugiram para Rabat e Salé e assim abandonaram a sua terra” (Africano, D.G.Á., III: 212).

Uma vez que a população se evadiu da cidade, a operação anfíbia ter-se-á dado em condições de segurança, uma vez que não há registo de o desembarque se ter efectuado debaixo de fogo de artilharia nem dificultado por forças estacionadas da praia, tal como aconteceu na conquista de Arzila,

---

<sup>33</sup> Vejam-se, a título de exemplo, a carta náutica de Zuane Pizzigano, de 1424; a carta náutica anónima de “Circa”, de 1471; o portulano Albino Canepa, de 1489; ou a carta náutica de Jorge Aguiar, de 1492.

onde muita gente de cavalo defendia a praia<sup>34</sup> ou na conquista de Alcácer Ceguer, onde quinhentos cavaleiros e muitos soldados de pé defendiam o areal, resistindo tenazmente ao desembarque dos portugueses (Pina, C.D.A.V, CXXXVIII: 147; Góis, C.P.D.J., XII: 48). Do mesmo modo, também não há registo de o desembarque em Anafé ter sido condicionado por condições meteorológicas adversas, tal como aconteceu em Arzila, onde a agitação marítima arremessou várias embarcações contra um “arrecife de pedra”, provocando a morte a aproximadamente duzentos homens (Pina, C.D.A.V, CLXIV: 59-60). Com efeito, os cronistas portugueses são praticamente unânimes quanto à oposição encontrada pelos portugueses. Enquanto Rui de Pina diz que a cidade foi tomada “sem muita resistência” (id. CLX: 53), Damião de Góis e Duarte Nunes de Leão (que praticamente transcreveu Góis *ipsis verbis*), referem que “sem nenhuma resistência” (Góis, C.P.D.J., XVII: 81; Leão, C.V.R.P. XXXVIII: 280).

Feito o desembarque, tomada e saqueada a cidade, D. Fernando parece ter considerado qual o destino a dar a Anafé. De acordo com Rui de Pina, o infante ainda pretendeu manter o “castello” com uma guarnição de fronteiros, uma vez que o perímetro amuralhado do tecido urbano era demasiado grande para ser defendido integralmente. Certamente que a ideia de conquistar uma praça norte-africana para a Coroa portuguesa apresentar-se-ia altamente tentadora para o infante, principalmente depois dos desaires resultantes dos escalamentos a Tãnger, poucos anos antes. Caso o plano passasse pela ocupação de Anafé, parece claro que a estratégia assentaria na construção de um atalho selectivo, excluindo toda a restante área urbana<sup>35</sup>. Porém, a armada não ia preparada para a deixar em estado de defesa, já que “não ia gente e mantimentos que podessem leixar e soprir á deffensão da cidade” (Pina, C.D.A.V, CLX: 54) e, por outro lado, o seu isolamento face às suas congéneres setentrionais (Ceuta e Alcácer Ceguer) dificilmente permitiria assegurar o seu socorro e abastecimento em tempo útil. Dadas as circunstâncias, os portugueses optaram por destruir a cidade, seguindo o que certamente seria o plano original. As palavras de Leão-o-Africano e a representação desta cidade publicada no *Civitates Orbis Terrarum*,

---

<sup>34</sup> Rodrigues, A.A., I, Apêndice I: 98. Ainda que Bernardo Rodrigues tenha escrito esta obra em meados do século XVI, após o abandono de Arzila, em 1549-1550, o seu relato sobre a conquista da cidade merece crédito, uma vez que o autor demonstra não só conhecer a crónica de Rui de Pina, mas também ter recolhido testemunhos junto de pessoas mais velhas e que terão participado na conquista de 1471. Ver Rodrigues, A.A., I, Apêndice I: 95.

<sup>35</sup> Segundo Jorge Correia, o processo teria, provavelmente, conduzido a uma apropriação semelhante a cidades como Ceuta, Tãnger ou Arzila – uma redução do perímetro e superfície urbanos de modo a rentabilizar os meios humanos e militares disponíveis, materializada na estrutura de um castelo/vila, como a que a vizinha Azamor acabaria por desenvolver já no início do século XVI. Ver Correia, 2008: 318.

de Georg Braun, demonstram em que estado os portugueses deixaram a cidade: “assaltaram a cidade com tanto ímpeto que a saquearam e a explodiram inteira em apenas um dia, queimando casas, derrubando muralhas por uma infinidade de sítios; ainda hoje continua espovoadada, e quando a visitei não pude conter as lágrimas. A maior parte das casas, as lojas e as mesquitas continuam em pé e ferem os olhos com a sua ruína, oferecendo um espectáculo do mais triste”<sup>36</sup>.



© The Hebrew University of Jerusalem & The Jewish National & University Library

Fig.5. Representação de Anafé no *Civitates Orbis Terrarum*, de Georg Braun (1572). Disponível em: [http://historiccities.huji.ac.il/morocco/casablanca/maps/braun\\_hogenberg\\_I\\_57\\_1\\_b.jpg](http://historiccities.huji.ac.il/morocco/casablanca/maps/braun_hogenberg_I_57_1_b.jpg) (consultado em 20 de Maio de 2017).

Como vimos, a estratégia passou por arruinar Anafé, de modo a torná-la inabitável. Para tal, optou-se por incendiar as casas e destruir as muralhas em pontos cirúrgicos. Naturalmente que a destruição da “grande cerca e tamanhas paredes”, referidas por Rui de Pina (Pina, C.D.A.V, CLX: 54), só seria possível mediante o uso da “nutrida artilharia” a que Leão-o-Africano fez alusão. Recorde-se que a rendição de Alcácer Ceguer se deu em virtude dos estragos causados pela bombardagem grossa que o infante D. Henrique mandou apontar contra um muro da fortaleza<sup>37</sup>, tal como sucedeu na conquista de Arzila, onde as “bombardas desfizeram dois lanços dos muros até o meio” (Pina, C.D.A.V, CLXIV: 60). Vemos, deste modo, que a destruição da grande

<sup>36</sup> Tradução do castelhano para português por Fernando Pessanha. Ver Africano, D.G.Á., III: 212.

<sup>37</sup> Pina, CXXXVIII: 148. Como Vítor Gaspar Rodrigues bem observou, a conquista de Alcácer Ceguer, dez anos antes, marcou o momento em que a artilharia pirobalística portuguesa se sobrepôs aos sistemas defensivos marroquinos, iniciando-se assim uma nova era, marcada pela crescente utilização das armas de fogo no Norte de África. Ver Rodrigues 2017: 41.

muralha de Anafé implicou, desde logo, a utilização de bocas-de-fogo de grande calibre, o que vem demonstrar que, para além dos berços e falcões que costumavam artilhar as caravelas latinas<sup>38</sup>, a frota comandada por D. Fernando tinha sido fortemente armada, nomeadamente, com bombardas grossas capazes de derrubar panos de muralha.

## 6. Depois da destruição de Anafé

Terminado o feito “com muita vitoria e honra” (Pereira, E.S.O., XVI: 27), o infante regressou ao reino, onde veio a falecer em Setembro de 1470. O seu filho primogénito, D. João, herdou o ducado de Viseu e de Beja, os senhorios da Covilhã e de Moura, e o cargo de condestável de Portugal, sendo que, em Julho de 1472, o monarca recompensou o sobrinho pelos serviços do infante D. Fernando em Anafé, doando-lhe a cidade e o seu termo com toda a jurisdição e senhorio (Sousa, H.G.C.R.P., III, VIII: 509). Em Dezembro de 1473, D. Afonso V concedeu à cidade os mesmos privilégios de que gozavam os outros lugares de África nestes termos:

“a nós praz e temos por bem que os que estiverem ou morarem na dita cidade hajam todas as liberdades, graças e privilégios que hão os que estão e moram nos logares dalém-mar e por conseguinte o alcaide e capitão que em ela estiver haja aquela mesma liberdade e poder que temos dado aos outros nossos capitães dos ditos logares”<sup>39</sup>.

Porém, parece não ter havido capitão português em Anafé, até porque pouco depois faleceu D. João, o herdeiro do infante D. Fernando. Vemos, portanto, que apesar da doação régia se ter dado no rescaldo das conquistas de Arzila e Tânger, Anafé nunca foi efectivamente ocupada pelos portugueses que, aliás, voltaram a castigar os habitantes da respectiva comarca em 1487<sup>40</sup>. A cidade manteve-se despovoada durante muitos anos. Valentim Fernandes, que escreveu sobre ela entre 1506 e 1507, disse que “Anaffee cidade despouorada, de fremosos edificios e muy fremosa e de boom parecer. E foy em outro tempo mut poderosa e agora he feita habitaçam de bestas feras e

<sup>38</sup> Sobre o uso de artilharia nas embarcações veja-se Domingues 2004: 161-164; Domingues 1999: 221.

<sup>39</sup> Transcrito de Lopes 1931 III: 537.

<sup>40</sup> Rui de Pina justifica esta acção alegando que os habitantes de Anafé estavam em desobediência para com “Muley Befageja, seu rei, com quem el rei tinha então paz”. Ver Pina, C.D.J.II, XXVII: 59.

lyões<sup>41</sup>. Ainda assim, a cidade nunca esteve completamente abandonada, já que a documentação indica breves e pontuais ocupações por parte de tribos nómadas, de corsários, ou de contingentes mouros que nela encontravam refúgio durante as suas deslocações<sup>42</sup>.

A terceira e última vez que se pensou em ocupar Anafé foi em 1515<sup>43</sup>. Nesse verão, D. Manuel I enviou uma armada com muita gente, de modo a edificar a fortaleza de Mamora. O projecto previa que, terminada esta empreitada, D. Nuno Mascarenhas partisse com três mil homens para Anafé, de modo a ali construir uma fortaleza, nela ficando como capitão: “acabada a fortaleza da Mamora, dom Antonio lhe desse nauios, & tres mil homens pera ir fazer outra fortaleza em Anafe a qual desejava el Rei tanto tella naquellas partes” (Góis, C.S.R.D.M., LXXVI: 427). No entanto, o desastre de Mamora não permitiu que se construísse a fortaleza de Anafé. Segundo Damião de Góis, D. Manuel I ainda pretendeu manter o seu projecto para esta cidade, de modo a mostrar aos mouros que não tinha ficado abatido com o desastre de Mamora. Para tal, decidiu enviar D. Vasco Coutinho, conde de Borba, que tinha sido capitão de Arzila durante muitos anos. Porém, após alguns preparativos, o monarca terá acabado por abandonar definitivamente o projecto.

## 7. Considerações finais

Antes de concluirmos o presente trabalho, importa reforçar algumas das ideias anteriormente defendidas. Antes de mais, devemos ter em consideração que seria cientificamente incoerente tecer qualquer análise ou consideração estratégica quanto à conquista e destruição de Anafé circunscrevendo-a no tempo e no espaço, ou seja, sem a problematização deste empreendimento militar no quadro das operações anfíbias quatrocentistas. Com efeito, a identificação de Anafé nas fontes e a sua posterior contextualização no quadro da política expansionista portuguesa face ao Norte de África permite-nos concluir que, tal como verificado no empreendimento militar dirigido contra Alcácer Ceguer, também a acção militar dirigida contra Anafé teve por origem

---

<sup>41</sup> Valentim Fernandes, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal* par Valentim Fernandes (1506/1507), transcrito de Correia 2008: 318, nota 492.

<sup>42</sup> Em 1513, por exemplo, D. João de Meneses refere a presença de dois alcaides mouros em Anafé. Ver carta de D. João de Meneses a D. Manuel I, em Dezembro de 1513. Cenival, *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LXXXIV, 466.

<sup>43</sup> Veja-se, a título de exemplo, a carta de D. António de Noronha, conde de Linhares, a D. Manuel I sobre a conversa que tivera com Afonso Lopes da Costa acerca da oportunidade de se edificar a fortaleza de Anafé. Cenival 1934: 717.

a erradicação de um ninho de piratas que atacava as costas portuguesas, nomeadamente as costas do Algarve. O caso de Anafé, porém, reveste-se de outras características quando comparado com o de Alcácer Ceguer, em que a estratégia passou pela conquista e ocupação da vila. De facto, a contabilização dos recursos utilizados em combate, quando cotejados com outras acções militares que tiveram lugar durante a centúria quatrocentista, permite-nos perceber que o objectivo deste empreendimento passou pela conquista e destruição deste ninho de piratas, ainda que o número de homens e de embarcações ultrapassasse os recursos normalmente disponibilizados para acções punitivas contra bases de corso, como as verificadas em Anafé, em 1487, ou em Targa, em 1490. De resto, a identificação dos protagonistas neste empreendimento militar, nomeadamente o comando do infante D. Fernando, que tanto ansiava por um feito de armas na guerra contra os mouros – principalmente depois dos fracassos verificados nos ataques a Tânger sob seu comando e o envolvimento de cavaleiros da Ordem de Santiago pertencentes à sua rede clientelar, permitem-nos perceber o reforço do número de homens, embarcações e armamento utilizados, quando comparados com empreendimentos como o de Targa, em que o comando esteve entregue a um membro da Casa de Vila Real, ou seja, de condição hierárquico-social manifestamente inferior à do infante.

Por fim, os preparativos que antecederam este empreendimento revelam tratar-se de uma operação meticulosamente preparada, tal como atesta a missão de espionagem descrita pelos cronistas portugueses e que nos remete para o zelo manifestado na célebre missão de espionagem que precedeu a conquista de Ceuta, ou para missões de espionagem que antecederam outras acções militares que tiveram lugar ao longo da restante centúria de Quatrocentos, como os vários escalamentos de Tânger ou a conquista de Arzila. Uma vez que a população da cidade se pôs em fuga ao se aperceber da aproximação da frota portuguesa, concluímos que a operação anfíbia decorreu sem resistência, ao contrário do verificado em Alcácer Ceguer ou em Arzila, onde a artilharia e as forças colocadas nas praias dificultaram as condições de desembarque. Constatando a insuficiência das suas forças para ali deixar uma guarnição militar, o infante optou por destruir a cidade, regressando depois ao reino. Deste modo, o infante D. Fernando eliminava uma base activa de corso e conseguia o tão almejado feito de armas nas guerras do Norte de África.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Impressas

- AFRICANO, Juan León (2004). *Descripción General del África*. Granada: Fundación El Legado Andalusi.
- CENIVAL, Pierre de (1934). *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*. Vol. I, Paris: Paul Geuthner.
- GAYO, Felgueiras (1938). *Nobiliário das famílias de Portugal*. Tomo XV, Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso (ed.).
- GÓIS, Damião de (1724). *Chronica do Principe Dom Joam*. Lisboa: Na Oficina da Musica.
- GÓIS, Damião de (1749). *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1780). *Chronicas e vidas dos Reys de Portugal D. Duarte, undécimo, e D. Affonso o V, duodécimo*. Tomo II, Lisboa: Na offic. de Joze de Aquino Bulhoens.
- MASCARENHAS, Jerónimo de (1918). *Historia de la Ciudad de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- MENEZES, D. Fernando de (1732). *História de Tãnger Durante la Dominacion Portuguesa*. Lisboa Occidental.
- PEREIRA, Duarte Pacheco (1892). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PINA, Rui de (1902). *Chrónica d'El-Rei D. Affonso V*. 3 Vols, Lisboa: Escriptorio.
- PINA, Rui de (1989). *Crónica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa.
- RESENDE, Garcia de (2004). *Crónica de D. João II e Miscelânia - Biografias da História de Portugal*. Volume XXIX, Matosinhos: QuidNovi.
- RODRIGUES, Bernardo (1915-1919). *Anais de Arzila*, 2 Vols., Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- SOUSA, António Caetano de (1736). *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, Lisboa: Lisboa Occidental.
- SOUSA, Manuel de Faria e (1681). *Africa Portuguesa*. Lisboa: a costa d'Antonio Craesbeeck de Mello Impressor de Su Alteza.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1992). *Crónica da Tomada de Ceuta*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1978). *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Edição Diplomática, Universidade Nova de Lisboa/FCSH.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1988). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Ed. Facsimilada da ed. do Abade Correia da Serra, de 1792, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa/Porto: PNECDP.

## Estudos

- AAVV (1964). *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 2, Lisboa: Editorial Verbo.
- ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc, (1998). “Cartografia e Viagens”, in *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencout & Kirti Chaudhuri (dirs.), Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 26-59.
- AMARAL, Augusto Ferreira do (2007). *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, Lisboa: Tribuna da História.
- BEBIANO, Rui (2004). “A legitimidade da guerra”, in *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (dirs.), Vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 52-62.
- BENLABBAH, Fatiha & EL BOUDJAY, Abdelatif (coord.) (2012). *Ksar Seghir. 2500 ans d'échanges intercivisationnels en Méditerranée*, – Agdal / Rabat: Institut des Etudes Hispanos-Lusophones / Université Mohammed V.
- CAMPOS, Nuno Silva Campos (2008). *D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta*. Lisboa: Sete Caminhos.
- CAMPOS, Nuno Silva (2011). *Don Pedro de Meneses y la fundación de la Casa de Vila Real*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.
- CHAVES, Rute Correia (2015). *Cerâmicas Medievais e Modernas de Azamor (Marrocos) – Análise textural, mineralógica e química*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Conservação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- CHEMSI, Said (2011). “Castello Novo, approche historique & architecturale”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCEM, 165-176.
- CORREIA, Jorge (2008). *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*. Porto: FAUP.
- COSTA, João Paulo Oliveira e & RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2007). *A Batalha dos Alcaides - 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*. Lisboa: Tribuna da História.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (2011). *D. Manuel I. 1469 – 1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates.
- CRUZ, Abel dos Santos (2003). “A guerra de corso e pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 57-99.
- CRUZ, João Braga da (2015). *O castelo português de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI*. Dissertação de Mestrado em História da Arquitectura apresentada à Universidade do Minho.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2001). “Os cronistas do império: da gesta das armas aos heróis do mar”, in RODRIGUES, Ana Maria; BRITTO, Joaquim Soeiro de (coords.), *Outro mundo novo vimos*. Lisboa: CNCDP.

- DÁVILA, Maria (2011). “O Conde de Arraiolos e a política expansionista em Marrocos”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCM, 69-74.
- DIAS, Paulo Alexandre Mesquita (2015). *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, Pedro (1996). “As fortificações portuguesas na cidade magrebina de Safi”, in *Oceanos*, 28, Lisboa: CNCDP, 10-22.
- DIAS, Pedro (2000). *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*. Coimbra: Minerva.
- DIAS, Pedro (2004). “As Construções Portuguesas na Cidade Magrebina de Azamor”, in *Revista Camões*, 17-18, Coimbra: Universidade de Coimbra, 126-134.
- DIAS, Pedro (2008). *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- DUARTE, Luís Miguel (2003). “África”, in BARATA, Manuel Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 392-441.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1999). “A construção naval portuguesa (séculos XV–XVI)”, in *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 211-233.
- DOMINGUES, Francisco Contente (2004). “Armamento naval”, in BARATA, Manuel Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 161-164.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1921). *Brasões da Sala de Sintra*. Livro Primeiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FONSECA, Luís Adão da (1998). *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*. Lisboa: Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1947). *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra Editora.
- FONTOURA, Otilia Rodrigues (1998). *Portugal em Marrocos na Época de D. João III – Abandono ou Permanência?* Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GUERREIRO, Inácio (1999). “A Cartografia Portuguesa dos séculos XV e XVI”, in *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- GOMES, Saul António (2009). *D. Afonso V*. Lisboa: Temas & Debates.
- KARRA, Azzeddine, (2010). “Note sur les ruines de la cathédrale Portugaise de Safi”, in CRUZ, Maria Augusta Lima; LOUREIRO, Rui (coords.), *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 85-96.
- KARRA, Azzeddine; TEIXEIRA, André (2011). “Fouilles archéologiques à Azemmour (2008): Questions historiques et premières constatations”, in *Portugal e o Magrebe*.

- Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCEM, 177-198.
- LACERDA, Teresa (2010). “D. João de Meneses, um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 117-140.
- LOPES, Ana (2009). *(A)cerca de Azamor. Estruturas militares ao manuelino*. BRAGA: Dissertação de Mestrado em História da Arquitectura apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.
- LOPES, David (1931). “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e de D. João II”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*. Vol. III. Porto: Portucalense Editora, 433-452.
- LOPES, David (1931). “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*. Vol. III. Porto: Portucalense Editora, 453-544.
- MAIA, José dos Santos; SOARES, Luís Couto (coords.) (2017). *700 anos Almirante Pessanha*. Lisboa: Academia de Marinha.
- MONTEIRO, João Gouveia (2017). “A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 17. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 63-78.
- MOREIRA, Hugo (2009). *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval e do renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MOREIRA, Rafael (dir.) (1989). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmim (1989). “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação da 2.ª dinastia” in *Revista de História Económica e Social*, 22. Lisboa: Sá da Costa, 77-114.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (1999). *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia.
- PAREDES, Fernando Villada; RUIZ, Jose M. Hita; PADILLA, José Suárez (2011). “Vestígios arqueológicos del periodo português (1415-1668) en Ceuta”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga, CHAM / CITCEM, 131-151.
- PESSANHA, Fernando (2012). *As guarnições militares nas praças portuguesas da região da Duquela, no Algarve além mar*. Dissertação de Mestrado em História do Algarve apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- PESSANHA, Fernando (2014). *Os 500 anos da fundação de Arenilha – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

- PESSANHA, Fernando (2017). “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”, separata das *XXI Jornadas de História de la muy noble y leal Ciudad de Ayamonte*. Vila Real de Santo António: Editora Guadiana, 113-179.
- PESSANHA, Fernando, (2018). “Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha”, in *Anais do Município de Faro*, XL. Faro: Câmara Municipal de Faro, 63-94.
- PESSANHA, Fernando, (2018). *D. Fernando de Meneses – Capitão de Ceuta, 1º Conde de Alcoutim e 2º Marquês de Vila Real*. Olhão: Gente Singular, no prelo.
- PINTO, Vítor Manuel da Silva Viana (2015). *De Olhar atento e Ouvidos à escuta... A espionagem militar na cronística portuguesa de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*. Dissertação de Mestrado em História Militar apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, Madalena (2000). “O Conde D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer e Arzila”, in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*. Cascais: Patrimonia Historica, 143-159.
- RILEY, Carlos (1998). “O corso no Mar das Éguas”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 139-142.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2004). “As Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Império Manuelino”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: CHAM / IICT, 177-80.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2004). “O estabelecimento dos portugueses no Índico: o início de uma nova era na guerra naval”, in BARATA, Manuel Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 198-200;
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2004). “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos Reinados de D. Manuel I e D. João III”, in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002)*. Lisboa. CHAM-CEPCEP, 185-195.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2001). “Organização Militar e Práticas de Guerra dos Portugueses em Marrocos no Século XV, Princípios do Século XVI: sua Importância como Modelo Referencial para a Expansão Portuguesa”, in *Anais de História de Além-Mar*, 2. Lisboa: CHAM, 157-168.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2011). “Techniques et pratiques militaires portugaises au Maroc: adaptations et inovations”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCM, 75-82.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2017). “A coabitação das armas de propulsão neurobalística e das armas de fogo na primeira fase do processo expansionista

- português em Marrocos (1415-1458)”, in *e-Stratégica – Revista da Associação Ibérica de História Militar (séculos IV-XVI)*, 1, Cernache, 39-61.
- SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel Azevedo e (1999). *Vasco da Gama. A honra, o proveito, a fama e a glória*. Porto: Editora Ausência.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989). *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa, Bertrand.
- SERRÃO, Joel (coord.) s/d. *Dicionário de História de Portugal*. vol. 3. Porto, Figueirinhas.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa; PIMENTA, Maria Cristina (2004). “As ordens de Santiago e de Cristo e a fundação do Estado da Índia. Uma perspectiva de estudo”, in COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coords.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: UNL / CHAM, 349-361.
- SOUSA, Luís Costa e (2008). *A Arte na Guerra – A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Tribuna da História.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1998). *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP.
- TEIXEIRA, André (2000). “Nuno Fernandes de Ataíde o nunca esta quedado capitão de Safim”, in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*. Cascais: Patrimonia Historica, 159-207.
- TEIXEIRA, André (2004). “Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia”, in COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coords.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: UNL / CHAM, 109-174.
- TEIXEIRA, André (2010). “Nuno Fernandes de Ataíde et l’intervention portugaise à l’intérieur des terres du Maroc”, in CRUZ, Maria Augusta Lima; LOUREIRO, Rui Manuel (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 97-116.
- VICENTE, Paulo (2009). *A violência na cronística sobre Marrocos nos séculos XV e XVI*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- VICENTE, Paulo (2011). “Falar de Violência em Marrocos nos Séculos XV-XVI. A Perspectiva dos Cronistas Portugueses”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCEM, 347-352.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Os estatutos universitários manuelinos (c. 1503) e a “arca” do estudo. Administração e finanças universitárias no reinado de D. Manuel I<sup>1</sup>

*The university statutes of D. Manuel (c.1503) and the “ark” of the study. Administration and university finance in the reign of D. Manuel I*

**ARMANDO NORTE**

CHSC – U. Coimbra; Centro de História da Universidade de Lisboa  
armandonorte@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 19/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 15/05/2019

**Resumo.** Este artigo pretende estudar as finanças do estudo geral português, ao tempo de D. Manuel I (1495-1521), propósito que se inscreve no âmbito de pesquisas mais vastas sobre a economia e finanças da universidade portuguesa no período medieval, correspondentes ao projeto de investigação pós-doutoral do autor, que, por sua vez, segue de perto a investigação coletiva desenvolvida pelo projeto *Oeconomia Studii*. As notícias a apresentar têm origem numa fonte documental: os estatutos manuelinos sobre a reforma universitária, datados do início do século XVI (c. 1503), envolvendo variáveis muito diversificadas. Incluem, sem que nelas se esgotem: salários de lentes e de oficiais; despesas com atos universitários; posse de edifícios e outras construções; subvenções e mantimentos; custos com celebrações litúrgicas; cobrança de coimas, etc. Dessas medidas emergem fenómenos dirigidos, relacionados com as políticas régias universitárias, e espontâneos, associados ao quotidiano dos membros da corporação.

**Palavras-chave.** História das universidades; Universidade portuguesa; Finanças universitárias; Reinado de D. Manuel I.

**Abstract.** This article aims to study the finances of the Portuguese general study, at the time of D. Manuel I (1495-1521), an objective that is part of a wider research on the economics and finances of the Portuguese university in the medieval and modern period, corresponding to the postdoctoral dissertation of the author, who, in turn, follows the collective research developed by the *Oeconomia Studii* project. The results to be here presented originates from a concrete source: the statutes of D. Manuel on university reform, dating from the early sixteenth century (c.1503), involving diversified variables. They include, among others: salaries of teachers and officials; expenses with university acts; buildings and other constructions; subsidies and supplies; costs of liturgical celebrations; fines, etc. These measures stand for phenomena related to the university

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos *Debuerit et habuerit*. Património, receitas e despesas da universidade portuguesa no período medieval e moderno (Ref. FCT: SFRH/BPD/115857/2016) e *Oeconomia Studii*. Financiamento, gestão e recursos da universidade portuguesa (sécs. XIII-XVI) (Ref. FCT: PTDC/EPHIS/3154/2014)

policies of the king and associated with the daily life of the members of the corporation.  
**Keywords.** History of universities; Portuguese university; University economics and finance; Reign of D. Manuel I.

Com aproximadamente um século de intervalo, publicaram-se, em Portugal, duas obras de referência na área da História das Universidades que continuam a constituir, até hoje, importantes marcos neste específico campo de estudos: a *Historia da Universidade de Coimbra na suas relações com a instrução publica portugueza*, da autoria de Teófilo Braga, publicada em 1892 (Teófilo Braga 1892); e a obra coletiva, intitulada *História da Universidade em Portugal*, saída do prelo em 1997 (AA. VV. 1997), declaradamente inspirada na tetralogia coordenada por Walter Rüegg, editada apenas cinco anos antes, sob o nome *A History of the University in Europe (A History of the University in Europe 1992)*, que conheceu tradução portuguesa, em 1996 (*Uma História da Universidade na Europa 1996*).

Tanto o trabalho de Teófilo Braga como a obra coletiva do final do século XX surgiram num contexto bem preciso, a celebração das efemérides da fundação da universidade portuguesa. Um estabelecimento de ensino implantado em Lisboa, por iniciativa do rei D. Dinis (António Domingues de Sousa Costa 1991: 82), sob o apelo das mais importantes casas monásticas do reino, no que foram acompanhadas por um amplo conjunto de igrejas e colegiadas (Artur Moreira de Sá 1966, 1: 1288-1377:6-7), e cujos privilégios foram rapidamente ampliados pelo monarca, logo em 1290 (Artur Moreira de Sá 1966, 1: 1288-1377:10-11), beneficiando nessa concretização da sanção pontifícia conferida pelo papa Nicolau IV (Artur Moreira de Sá 1966, 1: 1288-1377:12-14).

Sem que isso subtraia crédito a qualquer das obras, fruto do contexto do seu tempo, algumas importantes diferenças as separam. Enquanto o trabalho pioneiro do historiador de novecentos procurava reconstituir, de forma cronológica e sequencial, as várias etapas da história da universidade portuguesa, segundo uma abordagem política e institucional, com alguma carga ideológica à mistura, ao invés, o esforço produzido no final do século XX, valorizou sobretudo os enfoques temáticos e a importância das contribuições múltiplas e altamente especializadas, com o que se perdeu alguma da unidade e da coerência formal visíveis na construção de Teófilo Braga, mas ganhando-se indiscutivelmente na complementaridade de visões e na multiplicação dos ângulos de enquadramento do fenómeno. Esse gosto pelos estudos compósitos e pelas múltiplas abordagens convergindo num comum objeto de estudo tinha já, de resto, sido ensaiado com proveito

assinalável, por ocasião de um Congresso realizado em 1991, na génese de quatro volumes de Atas (AA. VV. 1991), movido exatamente pelas mesmas preocupações comemorativas que transparecem do estudo de Teófilo Braga e da edição portuguesa de 1997.

Entre os dois marcos historiográficos, ao longo da primeira metade do século XX, o filão de investigação proporcionado pelo estudo da História da Universidade em Portugal permaneceu quase praticamente inexplorado, com poucas exceções. Só após os anos 60 se assistiu a um recrudescer do interesse nesse campo de estudos. Uma nova vaga que teve duas facetas, bem distintas e complementares: a edição de fontes e um novo surto de estudos em seu redor. A publicação de fontes teve o seu zénite no aparecimento de duas grandes compilações: os 15 volumes do *Chartularium Universitatis Portugalensis* (CUP) (Artur Moreira de Sá e Francisco da Gama Caeiro 1966) e os três volumes do *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis* (ACUP) (Artur Moreira de Sá 1973), ambas impulsionados por Artur Moreira de Sá, e por duas reedições quase sucessivas da documentação sobrevivente do cartulário original da universidade medieval portuguesa, conhecido por *Livro Verde* (Manuel Augusto Rodrigues e Maria Teresa Nobre Veloso 1990; Maria Teresa Nobre Veloso 1992), que já tinha sido alvo de um esforço semelhante, no final dos anos 40, devido a António da Rocha Madahil (Antonio da Rocha Madahil 1940).

Quanto aos estudos efetuados em torno da história das universidades que tiveram lugar na mesma época foram corporizados por alguns nomes bem conhecidos da historiografia portuguesa, sobretudo medieval. A maior parte desses autores ocuparam-se da História do Ensino e da Educação, surgindo a História das Universidades com uma extensão e decorrência daquela, com preocupações distribuídas fundamentalmente por quatro áreas de estudos: as instituições de ensino, a mobilidade dos escolares, as áreas de estudo e a reconstituição de trajetos individuais de mestres e escolares portugueses de renome, como Pedro Hispano (o papa João XXI), Fernando de Bulhões (Santo António de Lisboa), João de Deus, mestre Silvestre Hispano e mestre Vicente Hispano. A geração historiográfica na base destes estudos teve como protagonistas o referido Artur Moreira de Sá, compilador inicial do CUP; Francisco da Gama Caeiro, que lhe sucedeu na finalização dessa tarefa e que foi autor de várias obras sobre a rede de escolas medievais (Francisco da Gama Caeiro 1966, 1968b, 1984, 1968a, 1977); e Joaquim Veríssimo Serrão, responsável pela edição de uma pequena obra de síntese sobre a história das universidades (Joaquim Veríssimo Serrão 1983) e por vários importantes trabalhos dedicados à circulação universitária de mestres e escolares

portugueses, com estâncias em universidades ibéricas e gaulesas (Joaquim Veríssimo Serrão 1978, 1962, 1970, 1971, 1953a, 1953b).

Beneficiando desse ambiente fecundo, visível no final do século XX, e sob o impulso de uma nova efeméride, assistiu-se ao lançamento de mais uma obra historiográfica comemorativa, compreendendo três volumes, publicados no início da segunda década deste século. Desta vez, o pretexto foi a criação da republicana Universidade de Lisboa, e a comemoração dos seus cem anos de existência, em 2011, que coincidiu com a fusão entre a Universidade de Lisboa (dita Clássica) e a Universidade Técnica de Lisboa. O primeiro volume incidiu na época medieval, lembrando as origens remotas da universidade portuguesa, fundada precisamente em Lisboa, até ao momento da sua fixação definitiva, em Coimbra, em 1537 (Hermenegildo Fernandes 2013). Um largo espaço de tempo, muito marcado por uma existência itinerante da universidade portuguesa, com várias estâncias, mais ou menos demoradas, nas duas cidades (Pedro Dias 1997: 33). Os dois restantes volumes foram consignados à existência da Universidade de Lisboa, durante o período republicano, até ao momento da fusão (Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos de Ó 2013).

A criação de uma equipa de trabalho para desenvolver estes estudos comemorativos fez germinar, pelo menos em torno do volume medieval, um ambiente extremamente fecundo, que já originou uma tese de doutoramento sobre letrados e cultura letrada em Portugal, concluída em 2013 (Armando Norte 2013a), uma tese, em fase final, sobre a *peregrinatio* académica na Idade Média<sup>2</sup>, um projeto de investigação coletiva financiado por fundos públicos motivado por uma abordagem económica e financeira à vida universitária, que nunca fora antes tentada de forma sistemática<sup>3</sup>, um projeto individual de pós doutoramento, igualmente financiado<sup>4</sup>, e mais duas teses de doutoramento também elas aceites para financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, iniciadas em 2019 – uma atenta à reforma Manuelina da universidade portuguesa<sup>5</sup> e a outra ao poder da escrita em contexto universitário<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Escolares portugueses na *Christianitas* (séculos XII e XV): circulação, redes e percursos (Ref. FCT: SFRH/BD/77835/2011)

<sup>3</sup> *Oeconomia Studii*. Financiamento, gestão e recursos da universidade em Portugal (séculos XIII-XVI) (Ref. FCT: PTDC/EPHHS/3154/2014).

<sup>4</sup> *Debuerit et habuerit*. Património, receitas e despesas da universidade portuguesa no período medieval e moderno (Ref. FCT: SFRH/BPD/115857/2016).

<sup>5</sup> A Reforma Manuelina da Universidade: cultura letrada e sociedade política no Renascimento. (Ref. FCT: SFRH/BD/135867/2018).

<sup>6</sup> A cidade de Lisboa e a Universidade: o tabelionato régio e o poder da escrita, 1377-1438 (Ref. FCT: SFRH/BD/137506/2018).

É à luz desse renovado interesse pela história da universidade que acompanha o que sucede em outras geografias (Luis E. Rodríguez-San Pedro Bezares e Juan Luis Polo Rodríguez 2011), que se devem considerar as observações e reflexões expostas de seguida sobre os estatutos manuelinos com vista à reforma universitária, datados do início do século XVI (c. 1503). Um estudo, por sinal, inscrito no âmbito dessas pesquisas mais vastas, já em curso, sobre a economia e finanças da universidade portuguesa no período medieval, em que vem ganhando relevância o enfoque económico, num campo dominado até aqui pelas abordagens institucionais, sociais e culturais, de que as mais notáveis exceções são um estudo pioneiro sobre as finanças da universidade portuguesa de Maria Helena da Cruz Coelho (Maria Helena da Cruz Coelho 1997), para a época medieval, e a tese de doutoramento de Fernando Taveira da Fonseca, para o período moderno (Fernando Taveira da Fonseca 1995).

Na prática, a legislação manuelina utilizada como fonte para este estudo (D. Manuel I 1503, f. 1r-10v) corresponde apenas ao terceiro documento com essas características referente ao período medieval (Manuel Augusto Rodrigues 1991, IX–XIX). Os estatutos de D. Manuel seguem-se à carta magna de privilégios emitida por D. Dinis, em 15 de fevereiro de 1309 (Artur Moreira de Sá e Francisco da Gama Caeiro 1966: 43–47), e aos estatutos de D. João I, datados de 16 de julho de 1431 (Artur Moreira de Sá 1966, 1: 1288-1377:15–19). Mais ou menos informais, verdadeiros estatutos ou simplesmente proto estatutos, como será mais prudente classificar o documento dionisino, estes três diplomas mostram-se de enorme utilidade para a reconstituição de muitos aspetos da universidade medieval, pois ajudam a iluminar sobre a orgânica, competências e funções dos corpos universitários, as formas de eleição dos órgãos académicos, as cátedras ensinadas, a extensão dos planos de estudo previstos, a forma de organização das lições, os graus de ensino atribuídos, a regulamentação das provas académicas, a calendarização de rituais e atos solenes, fornecendo ainda pistas significativas sobre a gestão e administração financeira da instituição.

Em concreto, os estatutos de D. Manuel I, também conhecidos simplesmente por estatutos manuelinos, do ponto de vista documental e arquivístico consubstanciam-se num livro de 19 fôlios, composto em papel e pergaminho, com data de produção estimada para o ano de 1503, correspondente à última estância do estudo geral em Lisboa, tendo o volume sido transferido juntamente com o restante cartório para Coimbra, aquando da realocização definitiva da universidade, em 1537. O propósito na base da sua redação é inofismável, expresso com toda a clareza no próprio

documento, logo nas linhas iniciais: para que “ha universidade do nosso estudo de Lixboa seja regida e governada per estas ordenanças” (D. Manuel I 1503, f. 1v).

Uma redação que, apesar de simples na sua formulação, espelha bem o impulso reformador de D. Manuel e, nessa medida, mostra a reforma universitária como parte do extenso programa reformista que marcou indelevelmente o reinado do monarca e de que as ordenações manuelinas são talvez o maior e melhor exemplo (João José Alves Dias 2002), mas que teve outras expressões, inclusivamente artísticas, plásticas e arquitetónicas. De facto, a reforma do estudo geral não foi um ato isolado, antes se inscreveu numa política global desenhada por D. Manuel visando não apenas a reforma de instituições, mas a reforma do próprio reino. Culturalmente, a atenção posta na reforma do estudo geral pelo rei encontra eco, por exemplo, na multiplicação de bolsas de estudo dadas a escolares portugueses para frequentarem a universidade de Paris, primeiro rumando ao colégio de Montaigu e mais tarde ao colégio de Santa Bárbara (João Paulo Oliveira e Costa 2007: 214); na fundação do colégio de S. Tomé, no mosteiro de S Domingos de Lisboa, destinado ao sustento de vinte frades, dominicanos e jerónimos, estudantes de Teologia e de Artes Liberais (João Paulo Oliveira e Costa 2007: 295); mas é igualmente visível no programa artístico conhecido justamente por *manuelino* (Reinaldo dos Santos 1952), como na crescente abertura da corte a letrados: sábios, poetas ou dramaturgos.

Considerando somente as marcas económicas e financeiras detetáveis no diploma estatutário, as informações transmitidas pela fonte manuelina revelam-se frutíferas. O texto alude a modalidades de financiamento universitário, aos recursos da instituição e a despesas inerentes ao seu funcionamento, em alguns casos com considerável detalhe. De forma complementar, embora mais fugaz, os estatutos também projetam uma visão dos encargos e receitas associados aos corpos universitários. Deles transparecem, por exemplo, certos custos relacionados com o quotidiano e a frequência universitária dos escolares, assim como alguns privilégios concedidos pelo rei aos membros da corporação universitária, nas suas diferentes qualidades de mestres, escolares e oficiais.

O prólogo clarifica uma das principais motivações do soberano, que era a de intentar a reforma do estudo, na prática: estabelecer “lex justas onestas posivees proveitosas aas almas corpos honrras e fazendas de todo seu povoo e senhorio” (D. Manuel I 1503, f. 1r). Ou seja, o esforço reformador da universidade impulsionado pelo rei teve subjacente a ideia de um investimento com retorno, benéfico para o reino a vários níveis: necessariamente, no plano

espiritual e cultural; mas também no plano material, o que significa que o rei atribuía um efetivo valor económico à universidade portuguesa e a encarava como um fator reprodutivo de riqueza.

Não obstante a extensão dos planos reservados por D. Manuel à instituição e independentemente das expectativas depositadas pelo soberano na sua reforma, durante toda a época medieval esta nunca dispôs de escala assinalável, reduzida a um baixo número de alunos, que dificilmente terá superado as muito poucas dezenas de matrículas simultâneas, e a um ainda menor número de mestres, responsáveis por ministrar as cátedras ensinadas. Tratou-se, pois, de uma infraestrutura ligeira, circunstância que permitiu a insistente flutuação entre as duas cidades do reino que a alojam, à vez: Lisboa e Coimbra. Fundado, no essencial, para prover de funcionários a burocracia régia e para alimentar alguns setores eclesiásticos, em resposta aos encargos significativos que impediam ou dificultavam a saída dos escolares para estudos superiores e refém de uma situação geográfica híper-periférica no contexto europeu e mesmo ibérico, o estudo geral português revelou efetivamente, até ao século XVI, uma baixa capacidade de atração e conservação em termos do recrutamento de escolares e mestres. Nessa medida, a universidade portuguesa mostrou-se sempre incapaz de travar, competir ou sequer mitigar tendências de longa duração reveladas pelos escolares do reino, pré-existentes à criação do estudo geral do reino (Armando Norte 2013a). Com efeito, os letrados portugueses desde sempre apontaram à frequência de estudos superiores no estrangeiro, revelando uma notável preferência pelos estudos jurídicos, favorecidos pela universidade de Salamanca, fruto em grande medida da proximidade geográfica, e pela de Bolonha, que constituiu sempre a escola de referência nesse campo de estudos, desde os primórdios universitários, ambas comprometidas com o ensino do Direito, tal como sucedia no caso português (Antonio García y García 1992).

A exiguidade e reduzida força gravitacional da universidade portuguesa na sua longa experiência medieval não dispensaram, no entanto, a presença de um conjunto de funcionários encarregues da sua gestão e administração, desejavelmente habilitados a lidar com as receitas e despesas por ela geradas, por mais ou menos significativas que fossem. Ao encontro dessa necessidade orgânica, os estatutos de D. Manuel dispuseram claramente sobre os funcionários dotados dessas competências, delimitando com rigor as suas funções (D. Manuel I 1503, f. 1v). A pequena máquina financeira prevista, encarregue da gestão universitária foi composta, por determinação régia, por órgãos colegiais e por órgãos singulares: os deputados, que, juntamente com o reitor e os conselheiros, constituíam o que se pode designar por órgãos de

governo da instituição; o bedel, que acumulava simultaneamente o ofício de escrivão do estudo; o recebedor, coadjuvado pelo sacador; e os taxadores das casas.

Em matéria financeira, aos deputados mandatados anualmente, em número de dez, formados por cinco lentes e por igual número de pessoas honradas da universidade, competia, entre outras prerrogativas, darem pareceres em matéria de foros e aforamentos e sobre a aquisição e manutenção de edifícios, sendo ainda chamados a pronunciarem-se acerca de gastos expressivos da instituição (D. Manuel I 1503, f. 4r). No que se refere aos contratos enfiteuticos, o diploma manuelino também determinou com assinalável rigor a modalidade da sua intervenção, obrigando à presença de dois deputados, de entre os que eram lentes, para acompanharem as licitações lançadas sobre as propriedades arrendadas pela universidade no ato da sua arrematação em hasta pública (D. Manuel I 1503, f. 5r).

Entre o corpo de servidores, o bedel era o funcionário que tinha o papel mais relevante em termos de assegurar o bom funcionamento institucional, ao ponto de estar constringido a habitar nas próprias instalações universitárias, numa casa destinada ao efeito (D. Manuel I 1503, f. 5v). Este importante oficial do estudo detinha um amplo leque de competências administrativas, correlacionadas com a sua natureza de escrivão do estudo, mas também financeiras. Como tal, era ele quem recebia anualmente as propinas resultantes dos atos de matrículas dos escolares, a que todos estes estavam obrigados (D. Manuel I 1503, f. 3r). Por mando do reitor, o bedel estava também encarregue de reduzir a escrito os contratos de arrendamentos celebrados pela universidade com enfiteutas, ou arrendatários (D. Manuel I 1503, f. 6r). Gozava ainda de capacidades de confisco e embargo de bens, fossem eles armas (D. Manuel I 1503, f. 4v) ou peças de vestuário de uso considerado impróprio por membros da academia (D. Manuel I 1503, f. 5r). Finalmente e muito importante, ao nível do controle contabilístico interno e externo, era-lhe exigido, na sua qualidade de escrivão, que mantivesse um registo corrente das receitas e despesas universitárias e ainda que redigisse as cartas de quitação das propriedades aforadas, ou seja, que fizesse a emissão de documentos comprovativos dos pagamentos e recebimentos de contratos celebrados pela universidade com terceiros (D. Manuel I 1503, f. 6r).

Quanto ao recebedor, este tinha de prestar contas das receitas obtidas pelo estudo geral e respetivos encargos, junto do reitor em funções e de dois professores expressamente indicados para o efeito, com periodicidade anual (D. Manuel I 1503, f. 5r). Competia-lhe também proceder ao pagamento dos lentes e oficiais do estudo geral, assim como realizar os gastos correntes, a

mando do bedel, ratificados pelo reitor, segundo o parecer dos conselheiros (D. Manuel I 1503, f. 5r). Tinha igualmente de tomar parte na hasta pública das propriedades arrendadas que integravam o património universitário, monitorizando todo o processo (D. Manuel I 1503, f. 5r). Nas suas funções, o recebedor era coadjuvado pelo sacador das rendas (D. Manuel I 1503, f. 1v), que, como o título sugere, estaria diretamente envolvido na cobrança das rendas dos aforamentos devidos à universidade.

Sobre os taxadores das casas conhece-se a sua existência estatutária, assim como o número de funcionários que, com esse título, exerciam a função, em simultâneo: dois, ao tempo de D. Manuel (D. Manuel I 1503, f. 1v). Todavia, os estatutos não esclarecem os limites das suas atribuições, ao contrário dos que sucedia em relação aos restantes os oficiais universitários munidos de competências financeiras. Presumivelmente, deveriam colaborar com populares indigitados pelos municípios no tabelamento dos preços de aluguer de habitações a escolares, com o objetivo de favorecer a sua fixação e impedir práticas especulativas por parte dos proprietários das casas, no que era um procedimento abusivo e frequente, ao ponto de exigir regulamentações e cuidados específicos (Armando Norte 2013b: 183).

Por comodidade de tratamento e de sistematização, e considerando-se a universidade como um agente económico de pleno direito, i.e., uma entidade autónoma, capaz de realizar operações económicas e detentora de valor económico, as notícias sobre despesas e receitas universitárias do regimento manuelino podem ser decompostas em correntes e extraordinárias. Por despesas e receitas correntes entendem-se todas aquelas que apresentariam um carácter regular e previsível, numa classificação incluindo tanto os custos e os proveitos diretamente ligados à atividade principal da instituição (no caso, o ensino), ou seja, resultantes da sua operação, sendo por isso chamadas operacionais; assim como os custos e proveitos decorrentes de atividades indiretas, geradoras de um serviço de dívida ou de retorno, por isso tomando o carácter de despesas e receitas financeiras. Por seu turno, consideram-se despesas e receitas extraordinárias o fruto de atividades económicas que se verificavam de forma aleatória ou sem qualquer previsibilidade, mas que seriam igualmente produtoras de custos e proveitos para a instituição. De umas e de outras – despesas e receitas correntes e despesas e receitas extraordinárias – se encontram numerosos exemplos nos estatutos manuelinos.

Na prática, o principal quinhão das despesas universitárias concentrou-se, do ponto de vista operacional, no pagamento de salários dos professores e dos oficiais, para os quais se conhecem outras referências avulsas na documentação universitária, relativas a épocas anteriores. No que se refere aos

salários dos mestres, observam-se diferenças na massa salarial oferecida aos titulares das várias cátedras, traduzindo com relativa fidelidade a hierarquia do saber medieval (marcada pela precedência da Teologia sobre o Direito, do Direito sobre a Medicina e desta sobre as Artes Liberais), ao mesmo tempo retratando a importância das aulas diárias, regidas segundo o ritmo das horas canônicas, com as aulas mais importantes a serem ministradas na hora de prima, seguidas pelas aulas das horas de véspera e, finalmente, pelas aulas das horas de terça. Assim, de acordo com este esquema de importância relativa, o titular da cadeira de prima de Teologia era remunerado com 12 marcos de prata lavrada, seguindo a legislação henriquina anterior, equivalendo a 30.000 reais, enquanto o titular da cadeira de véspera de Teologia recebia 20.000 reais. Quantias semelhantes eram usadas para pagar aos professores de Cânones (Direito Canônico) e de Leis (Direito Civil), recebendo 30.000 reais o responsável pela cadeira de prima, 20.000 reais o responsável pela cadeira de véspera, mas apenas 10.000 reais o responsável pela cadeira de terça. Quanto ao ensino da Medicina, o lente da cadeira de prima beneficiava de uma retribuição de 20.000 reais, ao passo que o da cadeira de véspera era compensado com 15.000 reais. No campo das Artes Liberais, os serviços do professor da cadeira de Filosofia Natural eram remunerados com 20.000 reais e o de Metafísica com um pouco mais, 23.000 reais. Tanto a cadeira de Lógica como a de Gramática rendiam aos respectivos titulares 10.000 reais, correspondendo aos salários mais baixos praticados (D. Manuel I 1503, f. 2r).

Com a exceção do valor pago ao professor de Teologia, imutável desde o período em que D. Henrique tinha atuado como protetor do estudo, a maior parte destes valores refletiu o esforço de aumento remuneratório do desempenho das funções magistrais envidado por D. Manuel, algo revelado pelos estatutos logo no prólogo que antecede as prescrições, sinalizando uma vontade do rei em valorizar a própria instituição (D. Manuel I 1503, f. 1r).

Não se limitando a estipular a tabela salarial dos lentes, os estatutos tornam-se mais pormenorizados ao disporem supletivamente em relação à substituição temporária ou definitiva dos professores e acerca do seu regime de aposentação. Especificam que a ausência dos lentes tinha de ser autorizada e devidamente justificada, não podendo ultrapassar um período máximo de quatro meses, mesmo quando a justa causa para as faltas lhes era reconhecida. A não comparência do lente após esse período resultava na privação da cadeira, mas enquanto a ausência se verificasse e a justa causa vigorasse, haveria lugar à sua substituição, recebendo o substituto apenas uma terça parte da remuneração do titular da cadeira, com os dois terços remanescentes a reverterem para a arca da universidade. Finda a justa causa,

impunha-se o retorno do professor às suas obrigações, o que, a não ocorrer, era sancionado com o despedimento. Já nas situações de falta injustificada, os estatutos impunham que esta não poderia ultrapassar os quinze dias, o que a acontecer resultaria imediatamente na vacância da cátedra.

Em particular, as faltas por doença foram objeto de uma regulamentação específica prevendo também uma substituição do lente, nessas circunstâncias cabendo ao próprio indicar e remunerar o seu substituto, ficando na posse do valor sobranse. Não achando o lente substituto, a responsabilidade de prover o lugar transitava então para a universidade, com o seu substituto a receber um terço da remuneração, sendo que neste caso os restantes dois terços beneficiariam o titular da função, e não o estudo geral.

Nas circunstâncias em que a ausência do lente se devesse a uma requisição do monarca e tratando-se de um lapso inferior a um ano, aplicava-se então a referida regra dos dois terços salariais em benefício do docente, com o valor restante a reverter em favor do suplente. Diferentemente, em situações em que o destacamento superasse um ano, consumava-se a entrada do lente no serviço régio, devendo o rei notificar a instituição para que esta pudesse atuar em conformidade, substituindo-o, ou então cessava a requisição, com o lente a reassumir as funções docentes temporariamente interrompidas (D. Manuel I 1503, f. 2v-3r).

Por outro lado, ao nível da aposentação dos lentes, o diploma manuelino contemplava a sua jubilação, significando a manutenção dos privilégios universitários e o pagamento de metade do salário da cátedra exercida àqueles que a tivessem assegurado continuamente por um período de vinte anos (D. Manuel I 1503, f. 10v).

Ainda no plano dos encargos salariais, a universidade tinha de considerar os custos operacionais com o oficialato, que constituíam igualmente um valor expressivo, apesar de nem todos os oficiais receberem retribuição pelos serviços prestados. Pela letra dos estatutos estava apenas assegurado o mantimento anual ao conservador (6.000 reais), ao recebedor (6.000 reais), ao síndico (3.000 reais), ao guarda das escolas (6.000 reais), ao solicitador (6.000 reais) e ao sacador do recebedor (3.000 reais). Um pouco diferente era a situação do bedel que tinha uma remuneração fixa de 3.000 reais, a que acrescia uma remuneração de 100 reais, pagos por cada lente, e que lhe eram devidos pela redação dos alvarás dos salários. Excluía-se, por conseguinte, da folha de pagamentos o desempenho das funções de reitores, conselheiros, chanceler, inquiridor, taxadores e escrivães (D. Manuel I 1503, f. 1v-2r). Note-se, de novo, o esforço feito pelo rei, declarado no próprio texto estatutário, em aumentar o salário dos oficiais, em linha com o observado para os docentes,

com o mesmo propósito de dignificar a universidade (D. Manuel I 1503, f. 1r).

Para fazer face aos pesados encargos salariais, o estudo geral do reino beneficiou de um mecanismo essencial para a sua manutenção: um fluxo aparentemente contínuo de rendimentos eclesiásticos (nem sempre reconstituível de forma inteiramente satisfatória, muito mutável nas suas origens e difícil de caracterizar em termos da sua dimensão e regularidade), proveniente das igrejas que lhe foram sendo anexas ou cujas rendas os monarcas lhe destinavam, em processos nem sempre isentos de polémica. O prólogo dos estatutos é, de resto, bastante explícito a respeito dessa longa e constante dependência, quando nele se invocam as rendas e privilégios com que os antecessores de D. Manuel dotaram o estudo geral do reino, desde a sua fundação (D. Manuel I 1503, f. 1r), e que lhe foram sendo consecutivamente renovados, amplificados ou modificados pelos sucessivos soberanos, como é visível da leitura das várias cartas régias, constantes do CUP, promovendo ou sancionando as várias realocações da universidade, registadas em 1290, 1309, 1338, 1354 e 1377 (Artur Moreira de Sá 1966, 1: 1288-1377:10-11, 43-47, 131-32, 209, 1968, 2: 1377-1408:5-8).

As fontes de financiamento externas, sendo decisivas para a sobrevivência da universidade, coexistiram, todavia, com outras receitas, menos impactantes, mas igualmente efetivas, também elas geradoras de capitais, com destaque para as estratégias de autofinanciamento. Mais uma vez, os estatutos exarados por D. Manuel ajudam a atestar e a identificar várias dessas modalidades e a melhor conhecê-las. Atente-se, por exemplo, no aforamento de propriedades pertencentes ao património do estudo geral que parece constituir uma interessante fonte de receitas para a vida da instituição, porventura com um impacto mais significativo do que usualmente vem sendo assinalado pela historiografia, e para o que apontam certos resultados preliminares do projeto *Oeconomia Studii*. Na realidade, o facto de os estatutos manuelinos se preocuparem explicitamente com a necessidade de regulamentar os contratos de arrendamento e aforamento de propriedades pertencentes ao estudo, detalhando com um apreciável apuro de rigor os mecanismos desse processo e prevendo a sua fiscalização atenta (D. Manuel I 1503, f. 5r), parece ser sintomático da importância efetivamente tida, ou adquirida de forma gradual, por essas rendas.

Outra prática visando o arrecadamento de receitas próprias foi a cobrança de emolumentos, ou seja, encargos fixos relativos a determinados processos ou atos académicos, associados a matrículas, exames, cerimónias de graduação e outros cerimoniais, como procissões universitárias. Entre

os tipos de emolumentos discriminados no texto estatutário sobressai a cobrança de propinas, que não resulta invulgar ou surpreendente por ser uma medida comum a todos os estabelecimentos europeus congêneres, sem exceção (Rainer Christoph Schwinges 1992: 177-182). Para os escolares frequentadores da universidade portuguesa o valor da propina, ao tempo de D. Manuel, cifrou-se em 13 reais, pagos ao escrivão do estudo, todos os anos, no momento da sua matrícula (D. Manuel I 1503, f. 3r).

A par das propinas, cobradas como valor de admissão, há ainda a considerar o pagamento de outros emolumentos, como por exemplo a redação de aforamentos feitos pelo bedel a universitários, fossem eles professores, oficiais ou escolares, que constringia ao pagamento de 10 cruzados de ouro ao tesouro do estudo pelas partes envolvidas (D. Manuel I 1503, f. 5r). De modo análogo, a emissão de cartas de concessão de graus pelo bedel, enquanto escrivão, implicava o pagamento de 1 real de prata aos interessados (D. Manuel I 1503, f. 6r). Também a obtenção dos graus propriamente ditos representava custos de examinação que robusteciam o erário universitário. Assim, os candidatos a bacharéis nas várias ciências estavam obrigados a satisfazer os cofres do estudo com o pagamento de 1 dobra de ouro de banda (D. Manuel I 1503, f. 6r-6v); os que se apresentavam a exames de licenciatura 3 dobras de ouro de banda (D. Manuel I 1503, f. 6v-7r); e os que pretendiam obter graus de mestre e doutor tinham de despende 5 dobras de ouro de banda (D. Manuel I 1503, f. 8r). Talvez mais invulgar do que os pagamentos anteriores era a obrigação que recaía sobre os escolares e lentes portugueses de contribuírem para a manutenção da confraria do mosteiro de S. Salvador, pagando para tal 10 reais à universidade, por ocasião da procissão que se realizava entre a igreja de S. Gião e o referido mosteiro, concluída com uma missa (D. Manuel I 1503, f. 4r-4v).

A par das referidas receitas correntes, a universidade portuguesa foi beneficiada, pontualmente, por receitas extraordinárias. Neste particular, há que contabilizar as doações, embargos e confiscações, bem como coimas e multas, que transparecem dos estatutos manuelinos. Ao nível das doações são incontornáveis as concessões de edifícios destinados ao funcionamento do estudo geral, que parecem ter sido desde o início uma incumbência assumida pelos reis portugueses ou, no seu lugar, por de membros da casa real (Rui Lobo 2013). O diploma estatutário manuelino, de resto, refere-se inequivocamente a duas sucessivas sedes do estudo: uma que por conveniência se pode chamar henriquina, por ter origem numa cedência do infante D. Henrique, tio do rei, doando ao estudo geral “casas em que leessem” e que tinha funcionado até ao reinado de D. Manuel (D. Manuel I 1503, f. 1r); e a outra, feita pelo próprio

autor dos estatutos, fazendo “doçam aa dicta universidade doutras casas em lugar que parece mais convenientemente edificadas em forma e disposiçam de scollas geraees” (D. Manuel I 1503, f. 1r), desse modo procurando melhorar, de forma substancial, as condições logísticas ao dispor da corporação de mestres e escolares.

Sabe-se, no entanto, que as doações régias não configuravam as únicas ofertas visando a instituição. Há testemunhos materiais de doações feitas por particulares com o mesmo destino, seja por iniciativa de antigos alunos do estudo geral, seja por pessoas eclesiásticas, como sucedeu com o bispo de Lisboa Domingos Eanes Jardo, no final do século XIII (Artur Moreira de Sá 1966, 1: 1288-1377:16–20), ou com a vultuosa doação de Diogo de Mangancha, incluindo vários bens, nomeadamente prédios rústicos e urbanos (Artur Moreira de Sá 1985, 9: 1491-1500:387, 424; Francisco da Gama Caeiro 1995, 12: 1521-1525:125,130, 154, 173, 1999, 13: 1526-1529:177, 185, 187), ambos com o propósito de instituir dois raros colégios detetáveis na história da instituição portuguesa nos anos medievais, nisso divergindo grandemente de outras tradições universitárias europeias (Bernabé Bartolomé Martínez 1995).

Além das doações, uma outra fonte de receitas para a universidade, com impacto muito difícil de contabilizar devido à imprevisibilidade das ocorrências e à sua frequência, eram os ganhos obtidos com a cobrança de multas e penalidades por infrações às normas académicas. O texto estatutário explicita algumas das situações em que havia lugar ao pagamento de coimas: a negligência do capelão do estudo na realização ou condução das missas, punida com um valor arbitrário, que dependeria naturalmente da gravidade e frequência das infrações (D. Manuel I 1503, f. 4r); a ausência injustificada dos bacharéis no acompanhamento de procissões, penalizada com o pagamento de 3 dobras de ouro (D. Manuel I 1503, f. 4r-4v); a prática de mancebia com mulheres suspeitas, custando aos infratores 1.500 reais, dos quais 1.000 reais seriam destinados à fazenda universitária e 500 reais ao delator da prática (D. Manuel I 1503, f. 5r); o suborno promovido pelos candidatos em concursos de recrutamento de lentes, condenado com o pagamento de 20 cruzados de ouro (D. Manuel I 1503, f. 9v-10r); ou o exercício das atividades de lente, procurador ou curador de almas, por estudantes que não fossem bacharéis, custando o pagamento de 10 cruzados de ouro aos que incorressem em tais práticas (D. Manuel I 1503, f. 10v).

Com afinidades ao pagamento de multas, por resultarem de procedimentos não tolerados pela universidade, os estatutos admitiam também confiscos e embargos. O porte de armas era uma das situações que caía nessa alçada,

estando proibido aos escolares entrarem nos espaços da universidade com armas (“offenssivas nem deffenssivas”), ficando sujeitos à sua apreensão, metade das quais seriam entregues ao bedel e as restantes ao guarda das escolas (D. Manuel I 1503, f. 4v). Também o trajar de forma imprópria era sancionado pelos regulamentos, que exigiam aos escolares que andassem devidamente vestidos e calçados, ou seja “nom tragam pellotes, nem capuzes, nem barretes, nem gibõees vermelhos nem amarellos nem verdegay, nem cimtos lavrados d’ouro”. O incumprimento dessa prescrição significava o confisco das peças proibidas, as quais, tal como sucedia com o arresto das armas, ficavam sob custódia do bedel e do guarda das escolas, em igual medida (D. Manuel I 1503, f. 5r).

Posto isto, uma vez anotados os principais indicadores económicos e financeiros achados nos estatutos manuelinos de reforma da universidade, conclui-se que o diploma, motivado sobretudo por propósitos ordenadores e reguladores, se constitui como um precioso repositório de informações desse teor, vertidas num documento que reconhece o atraso endémico do estudo português, mas que parece apostado em o superar. De facto, o seu conteúdo, as prescrições e especificações estabelecidas, e os temas alvo da sua atenção, refletem e aclaram muitos traços concretos da dimensão económica da vida universitária do início do século XVI.

Agente cultural por vocação e agente económico por necessidades operacionais, a universidade portuguesa viu consagrada estatutariamente a existência de órgãos com responsabilidades efetivas na gestão da fazenda universitária – um corpo restrito de servidores, nos quais o rei concentrou, em exclusivo ou em acumulação, a incumbência de gerir os interesses financeiros institucionais.

Por outro lado, a letra do texto evidencia que a reforma manuelina da universidade tomou lugar num amplo programa reformista régio. O estudo geral parece ter assumido na visão do soberano um papel instrumental como produtor direto e indireto de riqueza, com potencial para dinamizar a sociedade portuguesa: ora abastecendo a coroa com funcionários régios bem treinados; ora fornecendo-lhe médicos e eclesiásticos respetivamente aptos a tratarem das maleitas físicas dos súbditos e atender à sua salvação espiritual; ora dinamizando a vida cultural do reino, de acordo com as aspirações próprias de um príncipe renascentista; ora ainda, talvez – e valerá a pena insistir, no futuro, nesta linha de pesquisas –, projetando nela a capacidade de dotar o reino com um lote de matemáticos, geógrafos e astrónomos de excelência, capazes de responder às exigências do processo de expansão e descobrimentos. A essa luz melhor se compreende o investimento feito pelo monarca na instituição, visível na melhoria das condições salariais de lentes e

de oficiais, na concessão de melhores instalações, na ratificação e ampliação de privilégios aos corpos universitários.

Bem diferente é saber se o investimento régio consistiu numa aposta com continuidade e retorno. Na verdade, por si só, o diploma estatutário está longe de proporcionar um retrato acabado da vida económica do estudo português. Do texto manuelino apenas transparecem, naturalmente, as preocupações mais prementes do tempo que o produziu e as realidades que reclamavam regulação, fosse por omissão, por obsolescência ou por confusão normativa. A visão que o diploma conjura é, portanto, parcial, logo incompleta e insatisfatória. E é-o, parcial, a vários títulos, em primeiro lugar porque nele predomina o lado económico da instituição, deixando numa relativa obscuridade a vida financeira dos escolares, ainda que pontualmente se vislumbrem aspetos das suas condições de vida. Mas nada há no diploma manuelino a respeito de bolsas de estudo, do preço de manuais escolares, dos custos de alojamento, de despesas com trajos académicos, ou de gastos com viagens, para dar tão-só alguns exemplos.

Por outro lado, os estatutos universitários, como todas as normas, são por definição prescritivos – têm uma intencionalidade e buscam um fim –, mas quedam-se naturalmente mudos acerca da sua concretização; resultam em grande parte silenciosos em relação à sua consumação prática. Para isso faltam várias peças do puzzle, algumas das quais restam desconhecidas ou perdidas: livros de matrículas, registos de graduação, folhas de receitas e despesas, inventários de bens, arrolamentos de propriedades, transmissões e doações de bens e tantos outros documentos. Nessa medida, compulsar a documentação sobrevivente em busca de respostas, procurando determinar a sua transposição para o plano da realidade, isto é, aferir a adoção efetiva das normas prescritas ou a existência de eventuais resistências à sua aplicação, afigura-se como uma interessante proposta de investigação a desenvolver futuramente, como complemento a este estudo. De facto, essa aferição muito contribuiria para melhor quantificar e pormenorizar a realidade económica do estudo e para a melhor compreender.

Contudo, ainda que insatisfatórios, ainda que incompletos, o carácter ordenador e a índole sistemática dos estatutos manuelinos fazem deles uma peça indispensável para a caracterização social e económica da instituição, permitindo conjurar um quadro com razoável nitidez dos principais núcleos das suas receitas (rendas eclesíásticas, doações, aforamentos, emolumentos, multas, confiscos) e despesas (salários de mestres e oficiais, espaços de funcionamento), quer correntes quer extraordinárias.

Ao fazê-lo, já conseguem algo de notável. Mostram a universidade no seu

pulsar quotidiano, em pleno labor: recrutando mestres, cooptando servidores e a fazer aquilo para que estava destinada: ensinar alunos. Mas mostram mais: um rei, o seu protetor, a dotá-la das regras, dos meios e de mecanismos de controlo necessários para enfrentar os custos da sua sobrevivência. Como mostram, a outro nível, maior, o desígnio de uma monarquia, empenhada na preservação e beneficiação daquele que foi o estudo geral do reino. Mostram, afinal, um programa cultural vertido em letra de forma, cuja execução exigia condições materiais de funcionamento. Condições materiais de funcionamento essas que o rei rodeou de garantias e às quais conferiu inequívoca força de lei.

## Bibliografia

- A History of the University in Europe* (1992). 4 vols. Cambridge - New-York - Melbourne - Sidney: Cambridge University Press.
- AA. VV. (1991). *Universidade(s): História, memória, perspectivas: Congresso de História da Universidade (no 7º centenário da sua fundação, 5 a 9 de março de 1990)*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso.
- AA.VV. (1997). *História da Universidade em Portugal*. 2 vols. Coimbra - Lisboa: Universidade de Coimbra - Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARTOLOMÉ MARTÍNEZ, Bernabé (1995). “Las universidades medievales, los primeros colegios universitarios”, in MARTÍNEZ, Bernabé Bartolomé (ed.), *Historia de la acción educadora de la Iglesia en España. 1: Edades antigua, media y moderna*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 326–73.
- BEZARES, Luis E. Rodríguez-San Pedro, e Polo Rodríguez, Juan Luis, eds. (2011), *Historiografía y líneas de investigación en Historia de las Universidades: Europa mediterránea e Iberoamérica. Miscelánea Alfonso IX*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca.
- BRAGA, Teófilo (1892). *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa*. 4 vols. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- CAEIRO, Francisco da Gama (1966). “As escolas capitulares no primeiro século da nacionalidade portuguesa”, *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 1–2, 1–48.
- CAEIRO (1968a). “A organização do ensino em Portugal no período anterior à fundação da Universidade”, *Arquivos de História de Cultura Portuguesa*, 2/3, 1–23.
- CAEIRO (1968b). “As instituições do ensino no primeiro século da nacionalidade portuguesa”, in *Actas do Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais: comemoração do XI centenário da presúria de Portugal por Vimara Peres*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CAEIRO (1977). “Para uma história das instituições universitárias: uma contribuição portuguesa fundamental”, *Revista de História - São Paulo*, 111, 263–70.
- CAEIRO (1984). “Ensino e pregação teológica em Portugal na Idade Média: algumas

- observações”, *Revista Española de Teología*, 44, 113–35.
- CAEIRO ed. (1995). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 12: 1521-1525. 15 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- CAEIRO ed. (1999). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 13: 1526-1529. 15 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1997). “As finanças”, in *História da Universidade em Portugal*, 1, t. 1: 1290-1536. Coimbra - Lisboa: Universidade de Coimbra - Fundação Calouste Gulbenkian, 39–67.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1991). “Considerações à volta da fundação da universidade portuguesa no dia 1 de março de 1290”, in *Congresso de história da Universidade de Coimbra. Actas*, 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 71–82.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (2007). *D. Manuel I (1459-1521): um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates.
- D. Manuel I (1503). “Estatutos de D. Manuel I”. AUC- V-3.<sup>a</sup>- Cofre - n.º 16. *Arquivo da Universidade de Coimbra*. <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=272468>.
- DIAS, João José Alves, ed. (2002). *Ordenações manuelinas*. 5 vols. Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, Pedro (1997). “Espaços escolares”, in *História da Universidade em Portugal*, 1, t. 1: 1290-1536. Coimbra - Lisboa: Universidade de Coimbra - Fundação Calouste Gulbenkian, 33–38.
- FERNANDES, Hermenegildo, ed. (2013). *A Universidade Medieval em Lisboa: séculos XII-XVI*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- FONSECA, Fernando Taveira da (1995). *A Universidade de Coimbra 1700-1771: estudo social e económico*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.
- GARCÍA Y GARCÍA, Antonio (1992). “The Faculties of Law”, in RIDDER-SYMOENS, Hilde (ed.), *A history of the university of Europe*, 1. Cambridge University Press, 388–408.
- LOBO, Rui (2013). “As quatro sedes do Estudo Geral de Lisboa (1290-1537)”, in FERNANDES, Hermenegildo (ed.), *A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 267–304.
- MADAHIL, Antonio da Rocha (1940). *Livro verde da Universidade de Coimbra, cartulário do século XV*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MATOS, Sérgio Campos; Ó, Jorge Ramos de, eds. (2013). *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX-XX*. 2 vols. Lisboa: Tinta-da-China.
- NORTE, Armando (2013a). *Letrados e cultura letrada (sécs. XII-XIII)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- NORTE (2013b). “Processos de institucionalização do Estudo Geral português”, in

- FERNANDES, Hermenegildo (ed.), *A universidade medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*. Lisboa: Tinta-da-China, 149–86.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, ed. (1991). *Os primeiros estatutos da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, e Veloso, Maria Teresa Nobre (1990). *Livro verde da Universidade de Coimbra: cartulário do século XV*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- SÁ, Artur Moreira de, ed. (1966). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 1: 1288-1377. 15 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SÁ ed. (1968). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 2: 1377-1408. 15 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SÁ (1973). *Auctarium chartularii Universitatis portugalensis*. 3 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SÁ ed. (1985). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Vol. 9: 1491-1500. 15 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SÁ, Artur Moreira de, e Caeiro, Francisco da Gama, eds. (1966). *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. 15 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SANTOS, Reinaldo dos (1952). *O estilo manuelino*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- SCHWINGES, Rainer Christoph (1992). “Admission”, in RIDDER-SYMOENS, Hilde (ed.), *A history of the university of Europe*, 1. Cambridge University Press, 171–94.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1953a). “Escolares portugueses nas universidades do sul da França (1350-1400)”, *Ocidente*, 45, 105–12.
- SERRÃO (1953b). «Les étudiants portugais dans les Universités du midi de la France à la fin du XIVe siècle», *Bulletin Philologique et Historique (jusqu'en 1715) du Comité des travaux historiques et scientifiques*, 265–72.
- SERRÃO (1962). *Portugueses no estudo de Salamanca: (1250-1550)*. Lisboa : Coimbra.
- SERRÃO (1970). *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII-XVII siècles)*. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português.
- SERRÃO (1971). *Les portugais à l'Université de Montpellier (XIIe-XVIIe siècles)*. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian.
- SERRÃO (1978). “Contributo para o estudo dos portugueses na Universidade de Alcalá”, *Revista Portuguesa de História*, 17, 37–54.
- SERRÃO (1983). *História das Universidades*. Porto: Lello & Irmão.
- Uma História da Universidade na Europa* (1996). 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre (1992). *Livro verde da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

(Página deixada propositadamente em branco)

# O abastecimento de carne e sal em Coimbra: os contratos de obrigação da câmara municipal (1641-1721)

*The supply of meat and salt in Coimbra: the city's hall contracts of obligation (1641-1721)*

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA<sup>1</sup>

CHSC - U. Coimbra  
jlsb101088@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 29/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 16/06/2019

**Resumo.** O presente trabalho pretende estudar o abastecimento de carne e sal em Coimbra entre 1641 e 1721, através da análise dos contratos de obrigação, à guarda do Arquivo Histórico Municipal da cidade. Sem perder de vista a conjuntura política e económica de então, procura-se, de um modo geral, examinar a estrutura dos contratos, a sua evolução ao longo do tempo, as garantias que eram dadas aos arrematantes e as suas obrigações; a intervenção da câmara no abastecimento, ao nível da obrigação de venda, fixação de preços e criação de monopólios; a evolução das quantidades exigidas para abastecimento e a evolução dos preços negociados; o perfil dos arrematantes, sócios e fiadores, e de que forma as suas atividades profissionais complementavam o exercício do abastecimento.

**Palavras-chave.** Abastecimento; Contratos de obrigação; Carne; Sal; Arrematantes.

**Abstract.** This paper intends to study the supply of meat and salt in Coimbra between 1641 and 1721, through the analysis of the *obligation* contracts, currently in the custody of Municipal Historical Archive of Coimbra. Considering the political and economic conjunctures, the general aim of this article is to examine the structure of the contracts and its evolution over time, the guarantees that were given to the bidders and their obligations; the intervention of the city hall in supply, through the obligation of sale, price fixing and creation of monopolies; the evolution of the quantities required for supply and the evolution of market prices; finally, what was the profile of the bidders, partners and bailman, and how their professional activities complemented the exercise of supply.

**Keywords.** Supply; Obligation contracts; Meat; Salt; Bidders.

## Introdução

O presente artigo pretende contribuir para um melhor conhecimento do abastecimento urbano de carne e de sal na Época Moderna, a partir da análise dos contratos de obrigação da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1641-1721. A

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

escolha recaiu nestes produtos pela sua importância económica e na alimentação das populações, mas também porque são os únicos artigos mencionados regularmente nos contratos<sup>2</sup>. Pretende-se realizar um estudo de longa duração, sustentado em dados quantitativos, que aspira responder às seguintes questões: como eram estruturados os contratos e se se alteraram ao longo do tempo; de que forma a Câmara intervinha no abastecimento e nos preços dos produtos; de que forma as conjunturas políticas e económicas influenciaram os abastecimentos; que garantias e privilégios eram dados para cativar os arrematadores a assinar os contratos; a evolução das quantidades fornecidas e dos preços tabelados (estes em comparação com os preços médios da carne e do sal praticados em Coimbra, Reis 2009); quem eram os arrematadores dos contratos, se se formaram monopólios individuais ou coletivos duradouros e de que forma as suas atividades profissionais se articulavam com o exercício da obrigação do fornecimento dos produtos.

A conjuntura em que este estudo se insere é uma das razões que justifica a cronologia escolhida, por esta se iniciar com o eclodir da Guerra da Restauração, terminando alguns anos após o fim da Guerra de Sucessão Espanhola, o que nos permite avaliar de que forma estes conflitos possam ter perturbado o abastecimento. Por outro lado, tendo em conta que António de Oliveira estudou os abastecimentos até ao ano de 1640 (na obra *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*), pretende-se continuar onde o seu estudo terminou.

Esta temática não tem sido devidamente explorada pela historiografia portuguesa. A já referida obra de António de Oliveira constitui-se como um dos grandes estudos sobre abastecimento urbano para a Época Moderna. O autor dedicou todo um capítulo a esta questão, avaliando de que forma a Câmara intervinha no abastecimento. Através da análise dos contratos e dos vários produtos que abasteciam a cidade, o autor apresentou um panorama bastante elucidativo do abastecimento de Coimbra para o séc. XVI e XVII (apesar dos normais condicionalismos relacionados com a qualidade ou falta de fontes), em particular a total dependência da cidade relativamente ao seu termo e, para alguns produtos, a necessidade de se importarem alimentos de outras províncias. O estudo não se circunscreveu à câmara municipal, abordando também os açougues da universidade e do cabido (Oliveira 2016).

Em 1985, Alberto Vieira publicou um artigo em que aborda a questão cerealífera nos Açores, mais especificamente a produção e exportação do trigo e a inserção desse comércio nos circuitos mais alargados do reino e da Europa. Um aspeto interessante da sua investigação prende-se com a análise das estratégias usadas para combater a escassez, como as obrigações de entrega de partes da

---

<sup>2</sup> As referências a outros produtos são raríssimas. Para o abastecimento de pão, por exemplo, foi assinado apenas um contrato, em 1663. O abastecimento do bacalhau também o foi por uma ocasião, em 1655.

produção aos celeiros das câmaras municipais (Vieira 1985).

Joaquim Romero Magalhães estudou a carência de pão e as dificuldades de abastecimento no Algarve. O autor concluiu que a região não era autossuficiente e, por essa razão, o provimento diário estava no centro das atenções das câmaras. Os constrangimentos atingiam a ação dos intermediários dos fornecimentos, tanto os grandes produtores como as padeiras que vendiam diariamente o pão. A venda forçada, a limitação de mobilidade de produtos e a imposição de preços eram estratégias que os municípios usavam de forma a garantir um controlo mais eficaz do mercado (Magalhães 1993b).

No mesmo ano, Francisco Ribeiro da Silva estudou esta temática para o caso do Porto, entre 1580 e 1640. O autor analisou a importância do termo para o abastecimento da cidade e as estratégias camarárias para a atração de fornecedores, ao mesmo tempo que se estabeleciam medidas que visavam proteger o consumidor. Pela análise dos manifestos do pão, ficou evidente a importância dos mercadores estrangeiros no fornecimento daquele. O abastecimento da carne era organizado por intermédio de contratos de obrigação e provinha das regiões vizinhas do Entre Douro e Minho, conhecidas pela grande produção de gado (Silva 1988).

A obra de Eduardo Mota, *Administração Municipal de Gouveia*, constituiu outro importante contributo para esta temática. A partir de um estudo exaustivo das fontes locais, o autor concluiu que, apesar deste concelho não ter carências ao nível de alguns alimentos, isso não impediu a câmara de legislar relativamente à proteção dessas culturas. A intervenção municipal também se sentiu ao nível do abastecimento das carnes, por intermédio dos marchantes, e no abastecimento de produtos manufacturados, ao nível da qualidade que estes produtos deveriam ter (Mota 1990).

Jaime Ferreira apresentou um estudo que aborda várias questões em torno do abastecimento do pão. Parte de uma análise mais circunscrita nos municípios para um exame às políticas de abastecimento que emanaram do poder central, passando pelos debates de ideias que ocorreram entre os fisiocratas dos finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX. O autor demonstrou que a viragem do século trouxe profundas alterações na forma de conceber e realizar o abastecimento, pressionadas pelo aumento da população e da taxa de urbanização, o que obrigou o Estado a intervir de uma forma mais assertiva numa área cuja responsabilidade esteve, durante muito tempo, quase exclusivamente do lado dos municípios (Ferreira 1995).

Mais recentemente, Francisco Mangas elaborou uma investigação sobre o Terreiro do Trigo de Lisboa no século XVI. Usando uma abordagem comparativa com outros casos europeus, o autor estudou as dinâmicas de abastecimento da

cidade a partir do mercado controlado pela câmara, analisou a legislação e os agentes que regularam o abastecimento e as representações dos contemporâneos sobre o Terreiro do Trigo. Abordou ainda de forma minuciosa as duas formas de abastecimento da cidade: pela terra, onde se inclui o “trigo de Castela”; e pelo mar, que representa a importação do cereal estrangeiro (Mangas 2016).

## **1. A conjuntura política e económica e o abastecimento municipal**

O séc. XVII correspondeu a um período de forte atividade militar em Portugal e no seu império. Em 1621 reacendeu a Guerra dos Trinta Anos e terminaram as tréguas com a Holanda, o que levou o reino a recrutar soldados e a cobrar novos tributos para ajudar ao esforço de guerra espanhol. A década de 30 ficou particularmente marcada por inúmeras revoltas populares anti tributárias, tendo as maiores ocorrido em 1637 e 1638. As sublevações decorreram em paralelo com dissidências dentro da política portuguesa, com a criação de uma facção de oposição à política de Olivares, que considerava a situação insustentável e aspirava a independência política (Costa et. al. 2010: 145-149 e Monteiro 2015c: 281-294).

Nos finais de 1640 Portugal revolta-se contra Espanha e inicia-se o mais longo conflito militar da História de Portugal, terminando em 1668. O início da Guerra da Restauração não melhorou a situação económica e financeira do reino, levando até a um aumento da carga fiscal, conforme o demonstra o imposto da décima, que incidia sobre salários, lucros, rendas e juros, e abrangia grupos sociais tradicionalmente isentos, como a nobreza e o clero (Costa et. al. 2010: 151-152).

O recrutamento para o exército retirou força de trabalho aos campos, o que afetou as receitas de tributação do trabalho agrícola. As colheitas tornaram-se mais irregulares, o que se refletiu nos preços dos cereais, e o clima de incertezas prejudicou muito o mercado de contratação das rendas (Barbosa 2018: 22, 51-66). As movimentações das tropas inimigas em solo português tiveram um grande impacto junto das populações fronteiriças, em particular no Minho, Beira e, de forma mais severa, no Alentejo, o principal palco de operações do conflito (Monteiro 2004: 275-281).

Com o fim da guerra com a Espanha e Holanda, Portugal conheceu um período de maior estabilidade. Na segunda metade do séc. XVII os efetivos populacionais recuperaram a um ritmo superior à média europeia (0,43% ao ano) (Costa et. al. 2010: 167-172, citando Rodrigues 2009: 17). A partir da década de 70 e 80 surgem sinais fortes de recuperação no setor produtivo, acompanhando o aumento das rendas dos senhorios. Os preços dos cereais também aumentaram

a um ritmo mais acelerado a partir de 1670, culminando na alta de 1711-12, o que penalizou mais os trabalhadores do que os detentores dos direitos, porque os salários não acompanharam a subida dos preços, ao contrário do que se sucedeu com as rendas (Godinho, 1970: 170-182, Valério 1997: 9-16 e Costa et. al. 2010: 174-178).

A viragem do século foi um período difícil para a agricultura. Uma sucessão de maus anos agrícolas, causados pelos invernos rigorosos e pela Guerra de Sucessão Espanhola, afetou seriamente as colheitas, provocando carências nos alimentos e o já referido aumento dos preços. A partir de 1712 o panorama geral é de expansão agrícola, o que conduziu a uma baixa nos preços, em contraste com o período anterior (Serrão 2005: 155). De acordo com Vitorino Magalhães Godinho, os preços dos cereais vão manter-se estáveis até às décadas de 50 e 60. Os preços do trigo em Lisboa, Évora e Porto atingem o valor mais baixo do século em 1755-56 (Godinho 1970: 170-182).

Desde a Idade Média que o medo das carestias e fomes levou as urbes citadinas europeias a intervirem na organização e vigilância do comércio local, em particular no abastecimento das cidades (Braudel 1979: 15-16). Em Portugal, as câmaras municipais, enquanto instituições de poder local, tinham responsabilidades no que tocava ao abastecimento de produtos essenciais à vida das comunidades e na regulamentação das atividades económicas.

Uma das principais preocupações passava por garantir o abastecimento dos produtos que escasseavam no concelho, ao mesmo tempo que se impedia a saída dos frutos da terra<sup>3</sup>. Estes constrangimentos eram colocados aos vendedores e produtores, ficando estes proibidos de vender os seus artigos para fora do termo, ou a pessoas de fora deste. Para tal, a ação dos almotacés era vital, enquanto agentes de fiscalização ao serviço da câmara (Magalhães 1993b: 240-241, Magalhães 1993c: 179-180).

Os concelhos próximos de regiões produtoras eram mais facilmente abastecidos, mas até nesses os senados concelhios tomavam medidas que visavam minorar a exposição a maus anos agrícolas, em particular o impedimento da saída de víveres. Por essa razão, os concelhos situados em zonas de passagem, ou em regiões de grande produção, aceitariam mais facilmente uma maior liberdade de circulação dos cereais (Mota 1990: 70-73 e Ferreira 1995: 34). Ainda assim, as câmaras tentavam armazenar cereais para os períodos de maior carência, assim como tabelavam constantemente os preços<sup>4</sup>,

---

<sup>3</sup> Por exemplo, as *Ordenações Filipinas* impunham um grande controlo sobre os gados. Era proibido leva-los para fora do reino e, quem o fizesse, era degredado para o Brasil e perdia todos os seus bens (*Ordenações Filipinas*, L.V, t. 88).

<sup>4</sup> O tabelamento de alguns preços estava proibido por lei, como por exemplo a proibição de se taxar o pão, vinho

não só para os cereais, mas também para a carne (Monteiro 1993: 318-319).

## 2. Os contratos de obrigação da Câmara Municipal de Coimbra<sup>5</sup>

O método usado pela Câmara Municipal de Coimbra para garantir o abastecimento de carne (para os açougues da cidade<sup>6</sup>) e sal para a cidade consistiu na assinatura de contratos de obrigação de venda desses produtos. Neste capítulo vamos analisar o processo de arrematação e a estrutura do contrato. As quantidades fornecidas e os preços serão tratados nos subcapítulos seguintes.

O processo de arrematação iniciava-se com o lançamento do pregão pelo porteiro do bordão pelas ruas da cidade. Como se tratava de contratos de abastecimento de alimentos, o lanço vencedor era aquele que apresentasse o preço mais baixo<sup>7</sup>. Após o lançamento de todas as ofertas, o pregão era finalizado na data limite:

“(…) foi dito em voz alta e intelegível no meio de pessoas se havia quem quizesse obrigar as carnes dos açougues (…) que menos não achava se menos achava menos tomava a quem deu uma e duas e duas e meia e por não achar quem por menos de vinte e dous reis quizesse dar a dita carne (…) lhe deu os três e lha arrematou no sobredito preço e lhe entregou o ramo verde que na mão trazia (…)” (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 3).

Pelas informações um pouco dispersas pelas fontes, sabemos que os contratos não eram muito concorridos. Em 1706, a obrigação de carne de vaca foi disputada entre António Ribeiro, marchante das carnes de Coimbra, e Manuel Álvares, marchante do Porto (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 13). No livro de *Arrematações e arrendamentos 1* constam três documentos raros, designados *Autos de Lanço*, que nos permitem acompanhar outro leilão de um contrato. Trata-se do registo dos lanços que foram realizados aquando do

---

e azeite a partir de 1533, apesar de nem sempre ter sido acatada (Magalhães 1993c: 179-180).

<sup>5</sup> A designação presente nas fontes varia entre contrato de obrigação, de obrigação e fiança e contrato de arrematação. Na viragem para o séc. XVIII, alguns contratos determinavam que os arrematantes deveriam abastecer também o açougue dos mesteres. Esses contratos são designados obrigação dos açougues da cidade e dos mesteres (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 29).

<sup>6</sup> Para além destes, existiam também açougues da Universidade, Inquisição e Mesteres.

<sup>7</sup> Processo idêntico ao realizado noutras localidades, como por exemplo em Gouveia (Mota 1990: 73-83) e Porto (Silva 1988: 729-730).

concurso para o fornecimento de carne de vaca em 1720. Nestes constam apenas três lanços: um de António Sousa, no valor de 30 réis o arrátel; o segundo de José Álvares, de 29 réis; e, por fim, o lanço vencedor de João Simões Viegas, valendo 28 réis o arrátel. A única ocasião em que não houve lanços ocorreu em 1647, o que obrigou a câmara a contratar um tosador, a quem emprestou 400 000 réis, para se deslocar à região do Entre Douro e Minho para adquirir gado (Loureiro 1960: 159).

Com o término do pregão, o arrematante necessitava de assinar o contrato de obrigação e fiança. O local mais usado para a assinatura era a “moradia” ou “pousadas” do escrivão da câmara (AHMC, Notas, L. 9, fl. 63v). O arrematante deslocava-se a casa daquele, declarando, na presença de testemunhas, que havia arrematado um contrato e as condições do mesmo (AHMC, Notas, L. 12, fl. 182v). A partir da década de 90 do séc. XVII os contratos passam a ser assinados nas Casas da Câmara<sup>8</sup>. As obrigações presentes nos livros de *Arrematação e Arrendamentos* já referem este local em praticamente todos os contratos. Outros lugares foram usados esporadicamente, nomeadamente a Rua da Calçada (AHMC, Notas, L. 9, fl. 25v) e o Hospital Real (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 13v).

A estrutura do documento não se mantém igual ao longo da cronologia em análise. Contudo, algumas informações constam em praticamente todos os contratos (tanto para a carne como para o sal): data e local de assinatura, o(s) arrematante(s), o preço estabelecido para o produto e a quantidade mínima a ser vendida pelo arrematador. Outras aparecem esporadicamente, como o nome dos oficiais da câmara presentes, o(s) fiador(es)<sup>9</sup>, o montante emprestado aos arrematantes, os bens dados como garantia e outras cláusulas e penas por incumprimento (AHMC, Notas, L. 11, fl. 71).

Os contratos tinham, geralmente, uma curta duração, de sensivelmente um ano<sup>10</sup>. A título de exemplo, refira-se o contrato de obrigação da carne de carneiro, assinado a 13 de abril de 1641, deveria durar entre a véspera de Páscoa desse ano até ao dia correspondente de 1642 (AHMC, Notas, L. 9, fl. 1v). O contrato assinado a 25 de maio de 1657 deveria iniciar no dia do Espírito Santo desse ano, até ao mesmo dia no ano seguinte (AHMC, Notas, L. 11, fl. 52). Alguns contratos

---

<sup>8</sup> Que se situava por cima dos açougues da cidade, na Praça de S. Bartolomeu, atual Praça do Comércio (Barbosa 2018: 31-32).

<sup>9</sup> Muitos contratos não contêm a informação sobre os fiadores e os bens abonados, mas indicam que o arrematante estava obrigado a dar fiança no prazo de 8 dias (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 59).

<sup>10</sup> Em conformidade com os contratos das rendas da câmara, cuja duração variava entre 1 e 2 anos (Barbosa 2018: 51). No caso do Porto, entre 1580 e 1640, os contratos duravam, em média, 3 ou 4 anos. Os contratadores evitavam contratos muito longos, pois as variações de preços poderiam significar prejuízos a médio prazo (Silva 1988: 730-731).

podiam ter uma duração inferior. A obrigação do sal de 14 de fevereiro de 1647 duraria apenas dessa data até ao dia de S. João (24 de junho), porque “é quando as marinhas voltam a fazer o sal” (AHMC, Notas, L. 9, fl. 126).

Em alguns anos ocorreu a assinatura de vários contratos do mesmo produto separados por alguns meses, semanas ou até mesmo dias. Visto que na sua maioria tinham uma duração de um ano, estes contratos sucessivos podem revelar, por um lado, o incumprimento do abastecimento estipulado, assinando-se nova obrigação com um novo arrematante; por outro, no caso do novo contrato ser assinado pela mesma pessoa, pode indicar que se tratou de uma atualização das cláusulas de abastecimento relativamente ao acordo anterior<sup>11</sup>.

Estas cláusulas contratuais determinavam obrigações a serem cumpridas pelo arrematante ou visavam dar-lhe algumas garantias ou privilégios. Os contratadores das carnes deveriam dar, em todos os sábados, um lombo para o corregedor, para o provedor, para cada um dos oficiais da câmara e outro para dividir pelos dois mestres da mesa<sup>12</sup> (AHMC, Notas, L. 9, fls. 21v, 115v). Estavam proibidos de vender outros tipos de carne para além da que lhes havia sido obrigada, como demonstra a proibição de venda de carne de cabra feita ao marchante Manuel Simões, em 1641 (AHMC, Notas, L. 9, fls. 21v) e deviam manter os açougues sempre limpos de “imundices” (AHMC, Notas, L. 10, fl. 60v). A obrigação da carne de carneiro de 1656 permitiu ao marchante vender carne de capado, além de poder pastar os animais nos olivais da cidade, livre de condenações (AHMC, Notas, L. 10, fl. 124).

Os contratos de obrigação serviam ainda para monopolizar o abastecimento à cidade por parte do arrematante<sup>13</sup>. Assim, este comprometia-se a fornecer a cidade nas quantidades acordadas, não enfrentando a concorrência de outros vendedores<sup>14</sup>. Este monopólio só seria interrompido caso o arrematante falhasse com as quantidades acertadas com a câmara<sup>15</sup>, reservando-se a esta o direito de

<sup>11</sup> Por exemplo, a 20 de agosto de 1695, a câmara volta a lançar pregão da renda das carnes (AHMC, Vereações, L. 57, fl. 122), após ter assinado contrato a 2 de agosto com Manuel Rodrigues (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 6). É provável que o novo obrigado, Domingos Álvares, possa ter entrado em incumprimento ou desistido do contrato, porque a 1 de outubro de 1695, nova obrigação e fiança é assinada, desta feita com João Rodrigues Velho (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 6v).

<sup>12</sup> Em conformidade com as propinas e mercês em género que eram atribuídas aos oficiais da câmara, escrivão e mestres da Câmara de Coimbra no séc. XVII (Barbosa 2018: 32-39, 94-95). Contudo, nem sempre foi cumprida. A vereação de 2 de abril de 1649 determinou que um vereador pudesse mandar prender um carneiro que não desse a carne prevista aos oficiais da câmara (Loureiro 1960: 191).

<sup>13</sup> A obrigação do sal de 5 de janeiro de 1650 garantia que nenhuma pessoa podia vender o produto além do arrematante Leonardo Rodrigues, mas que este tinha de se comprometer a não vender para fora da cidade (AHMC, Notas, L. 10, fl. 4v). Situação idêntica vivia-se no Porto (Silva 1988: 731).

<sup>14</sup> Foram várias as posturas camarárias que visavam impedir que carneiros pudessem vender carne na cidade sem se obrigarem na câmara (Loureiro 1960: 158).

<sup>15</sup> “Obrigavam-se a não largar nem encampar enquanto durar o dito contrato, por nenhum caso frutuito, ou não

colocar as arrematações novamente em pregão (AHMC, Notas, L. 12, fl. 109). Para que o abastecimento nunca faltasse, e como forma de auxiliar os arrematantes, a câmara disponibilizava um crédito para que estes comprassem “toda a carne” possível (AHMC, Notas, L. 12, fl. 172), que deveria ser liquidado antes do fim do contrato (AHMC, Notas, L. 10, fl. 101v).

O não cumprimento das normas do contrato já referidas, como a venda acima do valor estipulado, faltar com as quantias negociadas ou atravessar o produto, levava à aplicação de uma pena de 6 000 réis pagos da cadeia, sendo que metade era para o acusador e outra metade para as despesas da câmara<sup>16</sup> (AHMC, Notas, L. 12, fl. 152).

## 2.1 Os contratos de obrigação da carne

Os contratos da carne eram assinados, por norma, entre março e julho (74,17% do total), sendo maio o mês mais representado, com cerca de 25%. Dos restantes meses, apenas agosto e outubro têm uma representação superior a 5%. Isto sugere que os contratos eram assinados tendo particular preocupação com o abastecimento no inverno, período mais crítico, devido à diminuição de pastagens disponíveis<sup>17</sup>. Os contratos lavrados no início do ano poderiam ter uma duração superior ao normal, para que desta forma todo o inverno ficasse abrangido. Por exemplo, a obrigação de 1665 previa que o abastecimento durasse desde a data de assinatura (27 de fevereiro) até à Páscoa do ano seguinte (AHMC, Notas, L. 11, fl. 34), o que é atestado pelas provisões camarárias presentes no *Livro da Correia* (Livro I da Correia 1938: §1188). Estes dados vão ao encontro do que fora avançado por António de Oliveira sobre o consumo mensal de carne em Coimbra, entre 1624 e 1634. Segundo o autor, era geralmente nos meses mais frios que se adquiria mais carne (Oliveira 2016: 843).

---

frutuoso...” (AHMC, Notas, L. 12, fl. 177).

<sup>16</sup> O contrato do sal de 1677 determina que o arrematante, de cada vez que faltasse o sal, deveria pagar 6 000 réis da cadeia, não podendo ser ouvido em juízo sem que pagasse primeiro essa quantia (AHMC, Notas, L. 11, fl. 138).

<sup>17</sup> Essa era também uma dificuldade com que se deparava a câmara do Porto. Apesar da carência de gado não ser comum, tendo em conta situar-se nas proximidades de uma região com grande produção animal, foram as faltas de pastagens que motivaram as maiores perdas de gado (Silva 1988: 724).

**Tabela I** – Total de contratos de arrematação das carnes por mês 1641-1721

Mês	Nº contratos (sem cancelamentos)	%	Nº contratos (total) <sup>1</sup>	%
Janeiro	3	2,50%	3	2,42%
Fevereiro	3	2,50%	4	3,23%
Março	17	14,17%	17	13,71%
Abril	14	11,67%	14	11,29%
Maiο	31	25,83%	33	26,61%
Junho	13	10,83%	13	10,48%
Julho	14	11,67%	14	11,29%
Agosto	7	5,83%	8	6,45%
Setembro	3	2,50%	3	2,42%
Outubro	7	5,83%	7	5,65%
Novembro	5	4,17%	5	4,03%
Dezembro	3	2,50%	3	2,42%
Total	120	100,00%	124	100,00%

<sup>1</sup> Inclui os contratos cancelados antes do seu término.

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

As fontes fazem referência a três tipos de carne (vaca, carneiro e porco) sendo que esta última é referida em apenas três contratos de obrigação (1690, 1691 e 1719). Os contratos indicam que a província do Entre Douro e Minho era a principal fornecedora de carne de vaca<sup>18</sup> (AHMC, Notas, L. 10, fl. 37 e Notas L. 11, fl. 71). Na vereação de 25 de fevereiro de 1654, a câmara ordenou ao mester Francisco Pires a deslocar-se ao “Porto e Entre Douro e Minho” para encontrar marchantes para o fornecimento de carnes à cidade (Loureiro 1960: 251). No ano seguinte, uma provisão datada de 13 de janeiro de 1655 ordenou ao procurador Luís Álvares a deslocar-se “à cidade do Porto, Guimarães e Entre Douro e Minho e mais partes que necessarias forem” para encontrar obrigados das carnes locais para abastecerem a cidade, oferecendo-se a estes as mesmas regalias que se davam aos marchantes de Coimbra (AHMC, Notas, L. 10, fl. 95-95v)<sup>19</sup>.

O abastecimento de gado bovino vindo do Entre Douro e Minho não

<sup>18</sup> Esta era uma região de grande produção de gado, que também abastecia a cidade do Porto (Cf. Silva 1988: 724-725). António de Oliveira concluiu, para o período entre 1537 e 1640, que a carne de vaca que abastecia os açougues da Universidade podia vir também da província da Beira e arredores de Aveiro e Coimbra (Oliveira 2016: 855).

<sup>19</sup> As *Ordenações Filipinas* determinavam que um carneiro que fosse buscar carne fora teria de pedir uma carta de vizinhança na câmara, em que declarava a obrigação que lhe era passada pelos Juizes e Vereadores, indicando o ano em que iria cumprir e o gado que deveria comprar (Ordenações Filipinas, L.V, t. 89, §14).

implicava que todos os arrematantes fossem dessa região. De facto, até 1667, todos os obrigados da carne de vaca (atuando individualmente ou em sociedade) eram de Coimbra. Entre 1667 e 1721, 57,14% dos contratos foram assinados por arrematadores dos arredores do Porto (um dos quais era de Penafiel), enquanto 30,95% eram de Coimbra. Esta inversão pode justificar-se com a maior facilidade no abastecimento, promovida pelo melhor posicionamento dos obrigados junto dos locais de criação de gado.

Sobre a proveniência da carne de carneiro temos menos informações. A julgar pela residência dos arrematantes, o abastecimento seria realizado a partir dos arredores de Coimbra, em Penacova, Carvalho e Ançã, ou em locais mais afastados, como Aguiar da Beira (Guarda) e Jaca, Couto de Pedroso, termo do Porto. Já os arrematantes da carne de porco eram todos de Coimbra, sendo provável que o abastecimento desta também se realizasse nas suas imediações<sup>20</sup>.

As quantidades de animais fornecidos são igualmente difíceis de determinar. Os contratos obrigavam ao abastecimento de um número mínimo de reses que os arrematadores deveriam entregar por semana, mas nem todos os contratos indicavam esse valor. Entre 1641 e 1655, para o carneiro, e 1665, para a carne de vaca, a câmara indicou, para alguns anos, a quantidade mínima obrigatória a ser abastecida (v. Tabela II).

**Tabela II** – Mínimo de reses a ser abastecido pelos arrematantes por semana (1641-1721)

Ano	Vaca	Ano	Carneiro
1641	35	1641	20
1644	35	1643	16
1645	4 <sup>2</sup>	1644	25
1647	20	1646	16
1648	31	1647	16
1651	40	1648	16
1654	40	1651	16
1656	45	1651	10
1657	45	1655	12
1658	40		
1662	40		
1664	40		
1665	40		

<sup>2</sup> É provável que este número se trate de um lapso do escrivão, fazendo referência às reses que deveriam ser entregues no período da quaresma. O abastecimento durante este período requeria uma atenção particular por parte da câmara e do arrematante. Em 1647, o obrigado Domingos João, de Penacova, deveria fornecer, durante a quaresma, 4 carneiros ao sábado e 3 à terça-feira (AHMC, Notas, L. 9, fl. 136v). Em 1709, o escrivão refere ainda que na quaresma se deve dar a carne “na forma costumada” (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 59v).

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

<sup>20</sup> António de Oliveira faz referência à criação de porcos em Coimbra e no seu termo, mas realçou que a oferta era inferior à procura, o que obrigava à compra de suínos no Alentejo (Oliveira 2016: 856).

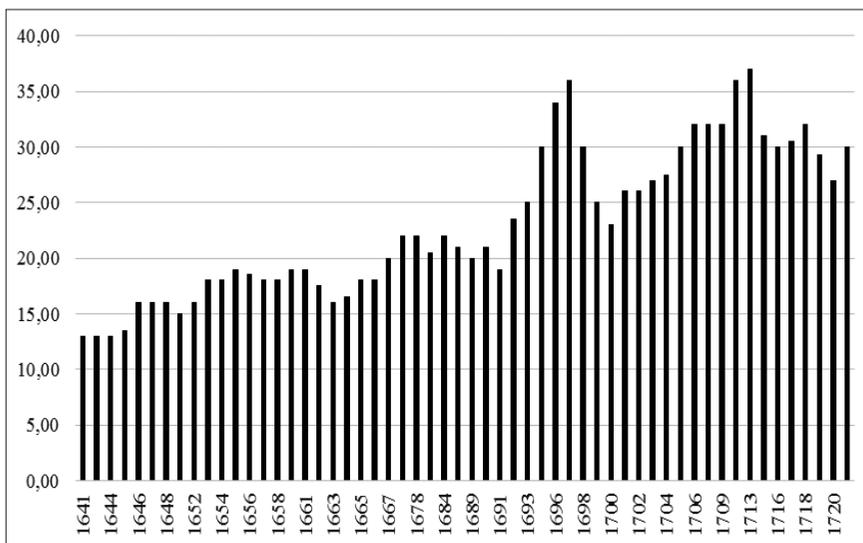
A partir dessas datas a quantidade mínima exigida passou para “em abundância”, “em abastança todos os dias”, “sem falta alguma de sol a sol”, “que baste ao povo”, etc. Parece-nos que a explicação para esta inversão está nas dificuldades que a guerra colocou ao abastecimento de carne, melhorando a partir das décadas de 50 e 60. A quantidade de carne fornecida seguiu uma tendência de aumento ao longo do séc. XVI e de estagnação nos inícios do séc. XVII, com alguns períodos de recessão, em particular na década de 30. Entre 1627 e 1640, o fornecimento médio de carne de vaca variou entre 14 e 20 reses por semana (Oliveira 2016: 837-838). Os dados que temos disponíveis para 1641-1721 revelam que as quantidades fornecidas foram quase sempre superiores a esse período anterior, passando em 1651 a valer mais do dobro. Para a carne de carneiro a tendência foi decrescente, mas o limite mínimo imposto pela câmara terminou 10 anos mais cedo relativamente à carne de vaca.

As fontes também não deixam dúvidas relativamente às dificuldades que se encontravam no abastecimento até às décadas de 50/60, em particular da carne de vaca. Conforme já foi referido, em 1647 ninguém ofereceu um lanço pelas carnes de bovino, levando a câmara a procurar obrigados na província do Entre Douro e Minho, enquanto se proibiam os carneiros de vender carne para fora do termo (Loureiro 1960: 159, 161 e 251). Em 1655, a carestia foi tal que a câmara ordenou a cada juradia a entrega de duas cabeças de gado para se matar nos açougues da cidade<sup>21</sup> (Loureiro 1960: 269).

---

<sup>21</sup> Não se sabe, contudo, se as ordens foram acatadas. Coimbra teria, em 1655, 107 juradias (Soares 2001: 45). Se tivessem cumprido com o ordenado, teriam entrado nos açougues da cidade 214 cabeças de gado, que, divididas por 52 semanas, corresponde a 4 reses por semana. Não temos disponíveis os valores relativos à carne de vaca nesse ano, mas sabemos que em 1654 e 1656 os valores semanais foram de 40 e 45 reses, respetivamente. Para o caso de carneiro, correspondiam a 16. Esta ajuda estaria, portanto, longe dos valores normais de abastecimento.

**Gráfico I** – Evolução do preço da carne de vaca nos contratos de obrigação 1641-1721 (réis por arrátel)



**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

Os preços apresentados refletem os valores negociados entre a câmara e os obrigados<sup>22</sup>. Muitos contratos estão em falta, principalmente para a década de 70 e 80 do séc. XVII, o que torna a série incompleta. Ainda assim parece-nos seguro afirmar que o aumento dos preços foi gradual ao longo do período em análise. Houve essencialmente dois momentos de grande aumento dos preços da carne de vaca: o primeiro, que corresponde praticamente à década de 90, em que o preço do arrátel passa de 19 réis em 1691 para 36 em 1697, sendo possível que os maus anos agrícolas entre 1693 e 1697 tenham ajudado a tal subida (Reis 2009: “Chronology Calamities” 22); o segundo período inicia-se em 1702, acompanhando o conflito militar que lavrou na Europa até 1714 – o valor mais elevado foi atingido em 1713, custando 37 réis o arrátel. Comparando estes dados com os preços praticados na cidade de Coimbra, presentes em *Prices, Wages and Rents* (PWR), constatamos que as diferenças não eram muitas. Contudo, devemos realçar que a natureza dos preços em comparação não é a mesma: as importâncias apresentadas no PWR são valores aproximados de venda, enquanto aquelas por nós apresentadas correspondem a preços

<sup>22</sup> Todos os preços das carnes apresentados já incluíam 2 réis que se pagavam para o Real d'Água (AHMC, Notas, L. 10, fl. 60v).

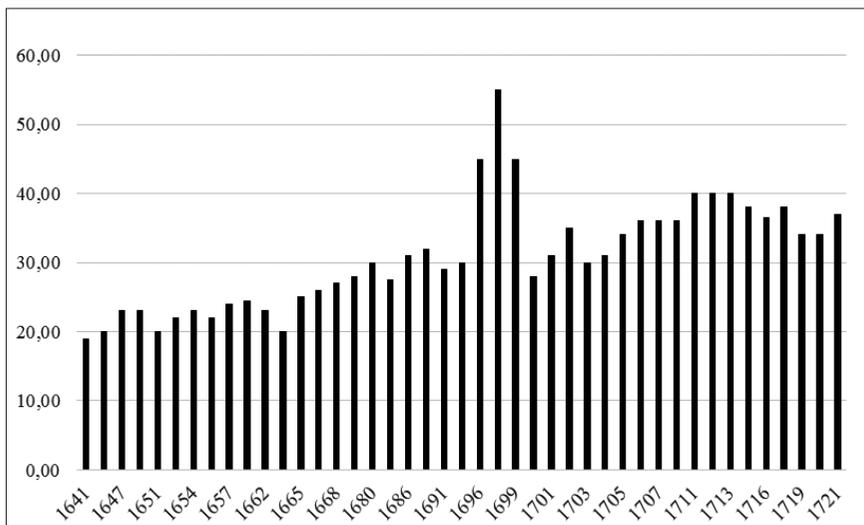
máximos permitidos, havendo a possibilidade de se ter vendido abaixo desse valor.

**Tabela III** – Preços da carne de vaca nos contratos de obrigação e os preços praticados na cidade 1641-1721 (em réis por arrátel)

Ano	Preço	Preços (PWR)	Ano	Preço	Preços (PWR)	Ano	Preço	Preços (PWR)
1641	13,00	13,01	1667	20,00	19,29	1693	25,00	20,16
1643	13,00		1668		20,72	1695	30,00	
1644	13,00		1669	22,00	21,58	1696	34,00	
1645	13,50	13,80	1670		19,97	1697	36,00	
1646	16,00	15,37	1671		20,59	1698	30,00	
1647	16,00	16,00	1672		21,07	1699	25,00	
1648	16,00	15,97	1673		20,56	1700	23,00	23,00
1650		17,00	1674		20,00	1701	26,00	23,00
1651	15,00	15,60	1675		21,08	1702	26,00	
1652	16,00		1678	22,00	19,78	1703	27,00	24,52
1653	18,00	17,99	1679		19,15	1704	27,50	
1654	18,00	18,05	1680	20,50	19,34	1705	30,00	
1655	19,00	18,33	1681		20,00	1706	32,00	30,00
1656	18,50	18,88	1682		20,09	1707	32,00	30,00
1657	18,00	18,28	1683		20,37	1709	32,00	
1658	18,00	18,00	1684	22,00	20,00	1711	36,00	
1659		17,90	1685		20,00	1713	37,00	
1660	19,00	18,69	1686	21,00	20,00	1714	31,00	
1661	19,00		1687		20,54	1716	30,00	
1662	17,50		1688		20,22	1717	30,50	
1663	16,00		1689	20,00	20,00	1718	32,00	
1664	16,50	16,00	1690	21,00	20,00	1719	29,30	
1665	18,00	17,38	1691	19,00	19,45	1720	27,00	
1666	18,00	18,01	1692	23,50	18,82	1721	30,00	

Fonte: AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos; Reis 2009.

**Gráfico II** – Evolução do preço da carne de carneiro nos contratos de obrigação 1641-1721 (réis por arrátel)



**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

O preço do carneiro apresenta também um aumento ao longo de todo o período, com um grande pico nos anos de 1696, 1697 e 1699, provavelmente pelas mesmas razões apontadas para a carne de vaca. Da mesma forma, os valores presentes no PWR são muito próximos aos valores dos contratos de obrigação, salvo para os anos de 1699, 1707, 1709 e 1713.

**Tabela IV** – Preços da carne de carneiro nos contratos de obrigação e os preços praticados na cidade 1641-1721 (em réis por arrátel)

Ano	Preço	Preços (PWR)	Ano	Preço	Preços (PWR)	Ano	Preço	Preços (PWR)
1641	19,00	19,19	1669	28,00	26,57	1696	45,00	41,72
1644	20,00	20,00	1670		27,05	1697	55,00	
1645		20,00	1671		25,39	1699	45,00	31,73
1646		21,88	1672		25,95	1700	28,00	
1647	23,00	22,61	1673		27,95	1701	31,00	
1648	23,00	23,01	1674		26,51	1702	35,00	
1649		20,00	1675		28,81	1703	30,00	
1650		21,96	1678		27,57	1704	31,00	
1651	20,00	21,45	1679		28,51	1705	34,00	
1652	22,00	21,78	1680	30,00	28,73	1706	36,00	
1653		22,91	1681	27,50	27,26	1707	36,00	25,00
1654	23,00	22,97	1682		27,56	1708		25,00
1655		22,96	1683		29,02	1709	36,00	25,00
1656	22,00	22,36	1684		30,34	1710		32,45
1657	24,00	23,78	1685		28,54	1711	40,00	36,00
1658	24,50	24,41	1686	31,00	30,00	1712	40,00	
1659		24,17	1687		31,57	1713	40,00	25,00
1660		25,68	1688		31,11	1714		36,00
1662	23,00		1689	32,00	31,60	1715	38,00	34,34
1664	20,00	23,00	1690		32,66	1716	36,50	37,94
1665	25,00	24,68	1691	29,00	29,69	1717	38,00	38,00
1666		23,24	1692		28,00	1719	34,00	
1667	26,00	25,34	1693	30,00	27,88	1720	34,00	
1668	27,00	26,15	1695		37,50	1721	37,00	

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos; Reis 2009.

Para a carne de porco, os preços podiam ser apresentados com a distinção entre o preço do arrátel “normal” e o preço do lombo “limpo”: em 1690 foram de 32 e 40 réis, respectivamente; em 1691, 22 e 40 réis; em 1719, apenas 35 réis o arrátel (AHMC, Notas, L. 12, fls. 118 e 124v e Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 66v).

As dificuldades no mercado de abastecimento ocasionaram algumas tentativas de alteração das importâncias praticadas durante a vigência do

contrato. Em 1646, os elevados preços praticados pelos produtores e a falta de carne no mercado levaram a câmara a aumentar o valor da carne de 14 (que se mantinha desde o ano anterior) para 15 réis o arrátel, em virtude da reclamação do marchante, mas determinou igualmente que quem transgredisse o preço pagaria uma coima de 50 cruzados (20 000 réis) (Loureiro 1960: 141).

Na vereação de 5 de abril de 1653 foi dito que os marchantes das carnes não aceitaram o aumento de dois réis por arrátel que a câmara propôs sobre o valor em negociação (desconhece-se esse montante), alegando que só venderiam a 20 réis. A câmara preferiu comprar, abater e vender o gado por sua conta, vendendo a carne a 15 réis (Loureiro 1960: 240). Contudo, a 18 de abril, a câmara chegou a acordo com o marchante Manuel Francisco, de Coimbra, pelo preço de 18 réis (AHMC, Notas, L. 10, fl. 60v).

A venda de carne pela câmara foi um procedimento raro, ocasionado essencialmente pelas dificuldades no estabelecimento de um preço “justo”, ou seja, acessível para o povo. A vereação de 4 de dezembro de 1655 determinou que se registassem as contas de receita e despesa da aquisição de gado que a câmara realizou à sua custa. A única conta apresentada revelou um prejuízo de 94 170 réis, que foi liquidado com dinheiro emprestado do cofre do Real d'Água. (Loureiro 1960: 270-271).

A câmara disponibilizava dinheiro para se emprestar aos arrematantes, sem juros, para os ajudar na aquisição das carnes, oriundo geralmente do cofre do Real d'Água<sup>23</sup> ou do donativo de D. Afonso de Castelo Branco<sup>24</sup>. Muitos contratos não fazem referência a estes valores, por omissão ou porque os obrigados rejeitavam o empréstimo (Oliveira 2016: 821). Os montantes para a carne de vaca oscilaram entre 200 000 e 500 000 réis, enquanto que para a carne de carneiro, variaram entre os 10 000 e 50 000 réis. Para a carne de porco, o valor foi sempre de 100 000 réis. O valor do empréstimo tinha de ser devolvido até ao final do contrato. Caso os arrematantes não conseguissem pagar, o fiador tinha de intervir, como ocorreu em 1648, quando Gabriel Rodrigues, fiador do marchante Domingos João, entregou 10 000 réis do valor do empréstimo que a câmara fizera ao arrematante (AHMC, Notas, L. 9, fl. 136v e Loureiro 1960: 172).

---

<sup>23</sup> Em algumas ocasiões o empréstimo podia ter origem noutras fontes. Em 1656, emprestou-se aos obrigados da carne do carneiro 20 000 réis das suas rendas (Loureiro 1960: 274). A Câmara Municipal do Porto disponibilizou empréstimos idênticos que eram retirados do cofre da Imposição do Vinho (Silva 1988: 732).

<sup>24</sup> O donativo de D. Afonso de Castelo Branco consistia no rendimento de um juro de 6 000 cruzados que estava consignado à Câmara Municipal para gastos nas obras das calçadas e fontes e com as levas de soldados e presos. A doação manteve-se em vigor entre 1591 e 1848 (Cf. Brito 1943: 81-82 e Barbosa 2018: 124).

## 2.2. Os contratos de obrigação do sal

Os contratos do sal eram assinados, geralmente, em janeiro (34,21%) e fevereiro (26,32%). Abril é o terceiro mês mais representado (10,53%) e os restantes meses nunca ultrapassam os 5,26%. Ao contrário dos contratos da carne, estes aparentam garantir o abastecimento contínuo ao longo do ano, não focando um período específico e tinham, geralmente, a duração de um ano.

**Tabela V** – Total de contratos de arrematação do sal por mês 1641-1721

Mês	Nº contratos (sem cancelamentos)	%	Nº contratos (total) <sup>3</sup>	%
Janeiro	13	34,21%	13	33,33%
Fevereiro	10	26,32%	11	28,21%
Março	0	0,00%	0	0,00%
Abril	4	10,53%	4	10,26%
Maiο	1	2,63%	1	2,56%
Junho	0	0,00%	0	0,00%
Julho	2	5,26%	2	5,13%
Agosto	1	2,63%	1	2,56%
Setembro	2	5,26%	2	5,13%
Outubro	1	2,63%	1	2,56%
Novembro	2	5,26%	2	5,13%
Dezembro	2	5,26%	2	5,13%
Total	38	100,00%	39	100,00%

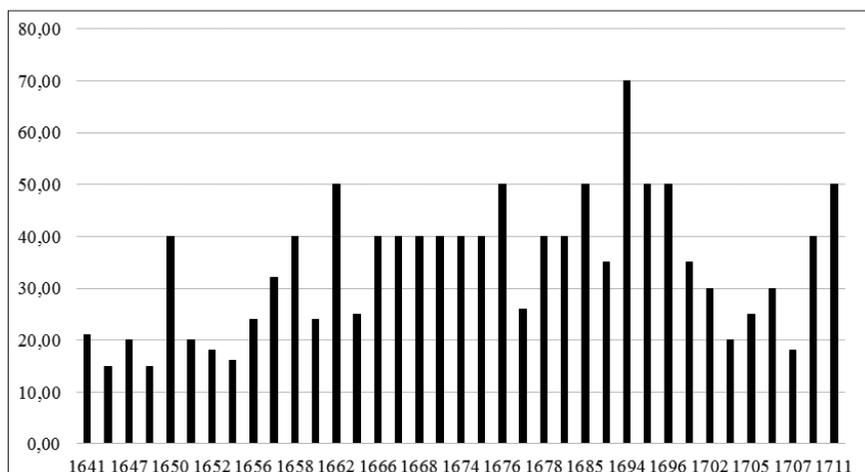
<sup>3</sup> Inclui os contratos cancelados antes do seu término.

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

O sal era fornecido por barqueiros e era provável que a maioria destes homens se fosse abastecer fora do termo de Coimbra. No séc. XVI, o sal provinha de Aveiro e Buarcos, o que é confirmado na segunda metade do séc. XVII, quando a Câmara ordenou que se anunciasse nessas terras e em Vagos para se trazer sal à cidade (Loureiro 1960: 286 e Oliveira 2016: 934). A proveniência dos obrigados não nos ajuda à análise, visto a esmagadora maioria ser natural de Coimbra.

Durante toda a cronologia em análise, a quantidade acordada entre os barqueiros e a câmara foi sempre a mesma: sal em abundância e sem falta alguma. Isto pode revelar, juntamente com a ausência de reclamações relativamente à falta do produto, que não houve grandes dificuldades em garantir o seu abastecimento.

**Gráfico III** – Evolução do preço do sal nos contratos de obrigação 1641-1721 (réis por alqueire)



**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

Os preços negociados nos contratos apresentam uma evolução diferente comparativamente aos preços da carne: mantêm-se sensivelmente baixos até 1654 (exceto 1650), aumentando gradualmente após 1656; até 1689 mantêm-se relativamente estáveis, atingindo os 50 réis por alqueire em três anos; em 1694, o preço do sal atinge o valor mais elevado de toda a série (70 réis), decrescendo depois, até atingir os 20 réis em 1703; com o início do conflito, o seu preço aumenta gradualmente até 1711, exceto no ano de 1707. Sobre o preço do sal incidia um tributo conhecido como o *usual*, que até 1689 correspondia a 20 réis (AHMC, Notas, L. 11, fl. 138) e a partir de 1694 a 30 réis (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 2, fl. 221v), não se sabendo se depois da guerra se regressou ao valor anterior ou se deixou de ser cobrado (os preços apresentados no gráfico e tabela não incluem este valor).

Em comparação com os preços do PWR, constatamos que as variações tendem a acompanhar-se, mas há grandes divergências em alguns anos. Desconhecemos se alguns dos preços do PWR incorporaram o valor do *usual*.

**Tabela VI – Preços do sal nos contratos de obrigação e os preços praticados na cidade 1641-1721 (réis por alqueire)**

Ano	Preço	Preços (PWR)	Ano	Preço	Preços (PWR)	Ano	Preço	Preços (PWR)
1641	21,00		1667	40,00	40,00	1689	35,00	42,38
1644		10,00	1668	40,00	40,00	1690		41,28
1645	15,00	15,10	1669		36,00	1691		54,67
1646		15,00	1670	40,00	26,00	1692		46,08
1647	20,00	18,55	1671		35,71	1693		65,31
1648	15,00	16,22	1672		39,48	1694	70,00	88,78
1649		21,75	1673		40,00	1695	50,00	72,54
1650	40,00	40,00	1674	40,00	44,00	1696	50,00	80,00
1651	20,00	26,15	1675	40,00	56,67	1697		70,00
1652	18,00		1676	50,00		1699	35,00	27,50
1654	16,00		1677	26,00		1702	30,00	25,00
1656	24,00		1678	40,00	60,00	1703	20,00	25,00
1657	32,00	31,73	1679		60,00	1705	25,00	
1658	40,00	37,26	1680	40,00	55,71	1706	30,00	
1659		48,53	1681		100,00	1707	18,00	
1660	24,00	48,00	1682		40,00	1710	40,00	67,10
1661		20,00	1683		34,92	1711	50,00	67,10
1662	50,00		1684		20,00	1715		38,26
1663	25,00		1685	50,00	69,00	1716		38,26
1664		20,05	1686		44,00	1721		52,50
1665		30,15	1687		48,56			
1666	40,00	41,75	1688		42,00			

Fonte: AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos; Reis 2009.

Se as quantidades do produto não geraram problemas, os conflitos entre a câmara e os arrematantes pelos preços foram frequentes. Em janeiro de 1642 a câmara permitiu ao obrigado do sal elevar o preço do alqueire para 13 réis, mas teria de pagar 50 000 réis imediatamente para as despesas da câmara (Loureiro 1960: 48)<sup>25</sup>. Em janeiro de 1657 a câmara proibiu a passagem do sal para “cima da ponte”<sup>26</sup> e estabeleceu o preço do alqueire nos 18 réis, alegando que os barqueiros

<sup>25</sup> Este montante não deu entrada nos livros de receita e despesa, pelo que se pode ter prescindido desse valor ou o acordo não foi adiante.

<sup>26</sup> Em 1659, a pena para esta transgressão era de 100 cruzados (40 000 réis) (Loureiro 1960: 305).

estavam a abusar do seu estatuto de monopólio para praticar preços muito altos (Loureiro 1960: 286). No mesmo ano constatou-se que os comerciantes não queriam vender ao preço estabelecido pela câmara, pelo que açambarcaram todo o sal nas marinhas e estavam a expedi-lo para fora da cidade durante a noite. O senado decidiu intervir, aplicando as penas previstas para as transgressões e ordenando a colocação de travessas nas portas de todas as casas que tivessem o produto, impedindo que este saísse sem licença da câmara (Loureiro 1960: 287-288). A 30 de junho de 1708, um ano após o sal ter atingido um dos valores mais baixos da série, as vendedoras da cidade queixam-se dos preços muito elevados e nas dificuldades que têm em vender, o que constituiu um indicador da grande volatilidade a que os preços estavam sujeitos (AHMC, Vereações, L. 59, fl. 168v)

Quanto ao montante emprestado pela câmara para a aquisição do produto, este aparece referido nas fontes apenas uma vez, no valor de 50 000 réis (AHMC, Notas, L. 11, fl. 131).

### 3. Os arrematadores das rendas

Neste capítulo pretendemos analisar o perfil social dos obrigados e fiadores. A maioria dos arrematantes dos contratos da carne de vaca eram naturais do termo de Coimbra, enquanto cerca de 29 % eram do termo do Porto. Das profissões que foram identificadas, a maioria era marchante das carnes, sendo as restantes profissões menos representadas.

**Tabela VII – Morada e profissão dos obrigados da carne de vaca 1641-1721<sup>27</sup>**

Morada	N.º Obrigados	Perc.	Profissão	N.º Obrigados	Perc.
Coimbra	23	56,10%	Não indicado	19	46,34%
Porto	12	29,27%	Marchantes	15	36,59%
Não indicado	4	9,76%	“Viúva”	2	4,88%
Lisboa	1	2,44%	Procurador	1	2,44%
Penafiel	1	2,44%	Vendeiro	1	2,44%
Total	41	100,00%	Cordoeiro	1	2,44%
			Arrieiro	1	2,44%
			Ajudante	1	2,44%
			Total	41	100,00%

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

<sup>27</sup> A categoria “viúvas” refere-se a mulheres que assumiram o contrato após a morte dos seus maridos.

Os fiadores, por seu turno, eram na sua totalidade de Coimbra. As suas profissões eram mais variadas, destacando-se atividades que se podiam articular com o exercício da obrigação da carne, nomeadamente o escoamento do produto (mercador, vendeiro e cortador de carne) ou ajudando no transporte dos animais (ferrador, serralheiro e correeiro).

**Tabela VIII – Morada e profissão dos fiadores da carne de vaca 1641-1721**

Morada	N.º Fiadores	Perc.	Profissão	N.º Obrigados	Perc.
Coimbra	25	92,59%	Não indicado	13	48,15%
Não indicado	2	7,41%	Mercador/vendeiro/ cortador de carne	4	14,81%
Total	27	100,00%	Sapateiro/curtidor	4	14,81%
			Ferrador	1	3,70%
			Serralheiro	1	3,70%
			Estalajadeiro	1	3,70%
			Tanoeiro	1	3,70%
			Correeiro	1	3,70%
			Barqueiro	1	3,70%
			Total	27	100,00%

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

Os obrigados da carne de carneiro eram, na sua maioria, provenientes de Coimbra e arredores, numa proporção superior aos obrigados da carne de vaca, apesar das moradas dos arrematantes ser mais variada. A única profissão que foi possível identificar foi marchante das carnes.

**Tabela IX – Morada e profissão dos obrigados da carne de carneiro 1641-1721**

Morada	N.º Obrigados	Perc.	Profissão	N.º Obrigados	Perc.
Coimbra	26	72,22%	Não identificado	27	75,00%
Porto	4	11,11%	Marchante	9	25,00%
Não identificado	2	5,56%	Total	36	100,00%
Lisboa	1	2,78%			
Guarda	1	2,78%			
Aveiro	1	2,78%			
Viseu	1	2,78%			
Total	36	100,00%			

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

Tal como ocorre para os contratos da vaca, os fiadores são todos naturais de Coimbra e as suas atividades profissionais são variadas, podendo também complementar-se com o exercício da obrigação do fornecimento de carne, ao nível do transporte dos animais (ferrador), mas principalmente enquanto escoador do produto (sapateiro, mercador, curtidor e luveiro).

**Tabela X** – Morada e profissão dos fiadores da carne de carneiro 1641-1721

Morada	N.º Fiadores	Perc.	Profissão	N.º Obrigados	Perc.
Coimbra	14	82,35%	Não indicado	7	41,18%
Não identificado	3	17,65%	Marchante	3	17,65%
Total	17	100,00%	Alfaiate	1	5,88%
			Sapateiro	1	5,88%
			Ferrador	1	5,88%
			Tanoeiro	1	5,88%
			Mercador	1	5,88%
			Curtidor	1	5,88%
			Luveiro	1	5,88%
			Total	17	100,00%

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

Os contratadores do sal também eram, na sua maioria, barqueiros de Coimbra, com uma pequena presença de obrigados da Figueira da Foz e que trabalhavam no transporte do sal pelo rio Mondego.

**Tabela XI** – Morada e profissão dos obrigados do sal 1641-1721

Morada	N.º Obrigados	Perc.	Profissão	N.º Obrigados	Perc.
Coimbra	20	68,97%	Barqueiro	20	68,97%
Não identificado	6	20,69%	Não identificado	5	17,24%
Figueira da Foz	3	10,34%	Marchante	1	3,45%
Total	29	100,00%	Mercador	1	3,45%
			Sirgueiro	1	3,45%
			"Viúva"	1	3,45%
			Total	29	100,00%

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

As atividades profissionais dos fiadores podiam proporcionar o fornecimento de barcos (carpinteiros) e escoamento e compra do produto, por serem barqueiros e comerciantes.

**Tabela XII – Morada e profissão dos fiadores do sal 1641-1721**

Morada	N.º Fiadores	Perc.	Profissão	N.º Obrigados	Perc.
Coimbra	7	87,50%	Barqueiro	3	37,50%
Não identificado	1	12,50%	Carpinteiro	2	25,00%
Total	8	100,00%	Tratante de vinhos	1	12,50%
			Mercador	1	12,50%
			Não identificado	1	12,50%
			Total	8	100,00%

**Fonte:** AHMC, Notas e Arrematações e arrendamentos.

Alguns arrematantes não se cingiram aos contratos de obrigação, participando noutros negócios da câmara. Por exemplo, em 1668, Manuel Luís, “o Siriga”, participou na renda do Real d’Água enquanto fiador de Luís Ferraz (AHMC, Notas, L. 11, fl. 64). Manuel Pinheiro, barqueiro, arrematou a renda da almotaçaria em 1670, tendo como fiador o mesmo Manuel Luís, “o Siriga” (AHMC, Notas, L. 11, fl. 79).

A concorrência limitada e uma maior capacidade financeira levou a que alguns arrematantes conseguissem garantir para si, ou para a sua família, o monopólio do abastecimento durante alguns períodos. Entre 1663 e 1667, Bento Fernandes Carvalho, marchante das carnes de Ançã, dominou o abastecimento de carne de vaca. Entre 1684 e 1691 foi a vez de Domingos Álvares, do Couto de Pedroso, termo do Porto, usufruir do monopólio do mesmo contrato. Entre 1709 e 1720, António Álvares, Manuel Álvares e José Álvares, todos familiares, do mesmo lugar e termo, participaram em 8 contratos. As obrigações de carne de carneiro foram mais disputadas. Contudo, entre 1691 e 1701, António Ribeiro, da Rua das Azeiteiras, Coimbra, obrigou-se a 6 contratos, usufruídos de forma intermitente. Entre 1713 e 1721, Jerónimo da Costa, de Coimbra, assinou 5 obrigações. Os contratos do sal foram igualmente disputados, não resultando em grandes períodos de domínio por parte do mesmo arrematante. Entre 1705 e 1712, Pascoal da Costa, barqueiro de Coimbra, assinou 4 obrigações.

As ligações familiares foram raras. Pelas fontes identificamos apenas cinco, mas admitimos que tenham sido mais, atendendo ao facto de que muitos dos contratos não fornecem as informações completas sobre os

rendeiros e fiadores - para alguns casos temos apenas a indicação do rendeiro. As ligações familiares podiam ocorrer em duas circunstâncias: quando uma pessoa era fiadora de um familiar, como ocorreu em 1641, quando João António, de Arregaça foi fiador de sua irmã, Maria das Neves (AHMC, Notas, L. 9, fl. 21v), e em 1680, quando Diogo Fernandes fiou Domingos Afonso, seu cunhado, no contrato das carnes de carneiro (AHMC, Notas, L. 12, fl. 45); a segunda circunstância ocorria quando dois rendeiros se faziam sócios, como por exemplo em 1662, ano em que os irmãos António Martins e Simão Martins assinaram o contrato das carnes de carneiro em conjunto (AHMC, Notas, L. 11, fl. 2v), e em 1695, quando Domingos Álvares e o seu filho Manuel Álvares assinaram um contrato de fornecimento de carne de vaca como sócios (AHMC, Arrematações e arrendamentos, L. 1, fl. 6).

## Conclusão

Os contratos de obrigação foram instrumentos importantes ao serviço da Câmara Municipal de Coimbra para garantir o abastecimento de produtos necessários ao quotidiano da cidade, nomeadamente a carne e sal. Pelos contratos de arrematação ficamos a conhecer os preços dos produtos e as quantidades abastecidas, quem procedia ao abastecimento, a sua naturalidade, profissão, garantias dadas e as regalias que usufruíam. Para alguns casos sabemos quem eram os fiadores e sócios do arrematante.

As regalias oferecidas pela câmara, em particular algumas liberdades na circulação (para pessoas e animais), isenções de condenações, empréstimos sem juros e a proibição de venda por parte de outros mercadores concorrentes, parecem não ter sido suficientes para motivar uma concorrência maior ao nível dos lanços apresentados à obrigação das carnes, o que também ajudou à formação de monopólios. Os contratos não eram muito concorridos porque os preços impostos não garantiam grandes lucros aos obrigados das rendas em períodos de maiores dificuldades. O tabelamento das importâncias de venda teve assim um efeito contrário ao pretendido pela câmara: baixar os preços para facilitar a compra por parte do povo desmotivou os arrematantes, o que prejudicou o abastecimento. Num ano em que não se apresentaram lanços para a venda do gado, a câmara tentou realizar um abastecimento próprio, mas o prejuízo foi tal que desmotivou novas tentativas.

Os contratos da carne visavam garantir o abastecimento durante o ano todo, mas em particular no inverno. A vaca era adquirida no Entre Douro e Minho, o carneiro nos arredores de Coimbra e Guarda e a carne de porco

provinha essencialmente do termo. Os contratos do sal eram assinados no início do ano, servindo para se garantir o abastecimento para todo o período, sendo transportado provavelmente de Aveiro, Vagos e Buarcos. Aparentemente não houve dificuldades na obtenção das quantidades desejadas para o abastecimento da cidade e termo, mas os preços não agradavam, ora ao povo, ora aos obrigados, o que provocou vários conflitos e casos de atravessamento.

A conjuntura política e económica influenciou particularmente o abastecimento da carne. A Guerra de Restauração provocou dificuldades ao nível do acesso a animais para abate, devido ao seu uso pelo exército. O fim da guerra permitiu um abastecimento mais regular e facilitado, que levou os oficiais da câmara a não impor um valor mínimo a abastecer por semana, mas exigindo, por outro lado, que a carne nunca faltasse nos açougues. Os contratos não referem dificuldades no abastecimento durante a Guerra de Sucessão Espanhola, mas, por outro lado, foi durante este conflito que ocorreu um grande aumento dos preços. Os maus anos agrícolas na década de 90 do séc. XVII podem ter sido outro fator de pressão sobre o valor da carne.

As melhorias conjunturais e o consequente aumento do volume de abastecimento a seguir à Guerra da Restauração não provocaram uma baixa nos preços. Os picos atingidos nos finais do séc. XVII e inícios do XVIII podem justificar-se com a guerra e com os maus anos agrícolas, mas é necessário levar em conta que, conforme foi referido no primeiro capítulo, o período em análise correspondeu a um aumento geral das rendas agrícolas e dos preços (em particular dos cereais) até 1711-1712, em parte pressionado pelo crescimento populacional, que motivou uma maior procura de alimentos. Em comparação com os dados fornecidos pelo projeto *Prices, Wages and Rents*, constatamos que as importâncias determinadas pela câmara não estavam muito longe dos preços de mercado.

A maioria dos arrematantes era de Coimbra e arredores, mas havia um grupo muito forte do Porto, que surgiu a partir da década de 70 do séc. XVII, associado ao fornecimento de gado bovino, proveniente da província do Entre Douro e Minho. Os fiadores eram residentes em Coimbra e, tal como os obrigados, podiam exercer profissões que se articulavam com o fornecimento dos víveres, nomeadamente auxiliando na sua compra e escoamento, ou no seu transporte para a cidade. Alguns dos contratados participaram noutros negócios com a câmara, nomeadamente na arrematação de rendas, contudo foi uma prática pouco comum. A fraca concorrência a que as obrigações estavam sujeitas propiciaram a afirmação de monopólios que perduraram durante alguns anos, por parte de arrematantes com maior capacidade

económica. A inserção de familiares nos contratos, sócios e fiadores, foi esporádica, apesar de admitirmos que a omissão de informações nas fontes pode ter-nos privado de uma análise mais aprofundada a este nível.

Concluimos que o processo de arrematação demonstra a influência e o poder que a câmara tinha na regulação das atividades económicas. O senado estabelecia monopólios de distribuição, impunha uma quantidade mínima de abastecimento, tabelava preços e determinava a qualidade do produto. Em caso de incumprimento podia condenar os infratores com coimas e penas de prisão.

## Fontes manuscritas

PT- Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC):

Arrematações e Arrendamentos: 1 B43/4(1691-1746), 2, B43/5 (1694-1727).

Notas: 8, B2/8 (1632-1642); 9, B2/9 (1641-1648); 10, B2/10 (1650-1662); 11, B2/11 (1662-1692); 12, B2/12 (1673-1700); 13, B2/13 (1700-1721); 14, B2/14 (1721-1744).

Vereações: 53, B0/53 (1663-1671); 54, B0/54 (1671-1680); 55, B0/55 (1680-1686); 56, B0/56 (1686-1691); 57, B0/57 (1691-1696); 58, B0/58 (1696-1702); 59, B0/59 (1702-1710); 60, B0/60 (1710-1716); 61, B0/61 (1716-1722).

## Fontes publicadas

*Livro I da Correea: legislação quinhentista do município de Coimbra, transcrição de José Pinto Loureiro* (1938). Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal.

*Livro 2º da Correea: cartas, provisões e alvarás régios registados na Câmara de Coimbra: 1273-1754* (1958). Leitura e notas de José Branquinho de Carvalho. Coimbra: Biblioteca Municipal de Coimbra.

*Ordenações Filipinas online* (1870). Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, disponível online em:

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> (acedido em 28-11-2018).

## Bibliografia

BARBOSA, José Luís dos Santos (2018). *As finanças da Câmara Municipal de Coimbra: estrutura e evolução (1601-1660)*. Coimbra: Dissertação de mestrado em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- BRAUDEL, Fernand (1979). *Civilização material, economia e capitalismo séculos XVI a XVIII: o jogo das trocas*. Lisboa: Teorema.
- BRITO, A. da Rocha (1943). *As finanças quinhentistas do município Coimbra*. Coimbra: Biblioteca Municipal.
- COSTA, Leonor; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch (2010). *História Económica de Portugal 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- COSTA, Patrícia (2014). *Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777): do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas*. Porto: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1995). *A dessacralização do pão (políticas de abastecimento no Antigo Regime: do concelho ao estado iluminista)*. Porto: Campo das Letras.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1970). *Introdução à História Económica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOUREIRO, José Pinto (1960). *Anais do Município de Coimbra (1640-1668)*. Coimbra: Biblioteca Municipal.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993a). “As estruturas da produção agrícola e pastoril”, in MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 243-282.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993b). *O Algarve económico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993c). “Os concelhos”, in MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1820)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 175-185.
- MANGAS, Francisco Duarte Ferreira (2016). *Segurar a Fome: O Terreiro do Trigo de Lisboa no século XVI*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História da Época Moderna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1993). “Os concelhos e as comunidades”, in MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 303-331.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1996). “A sociedade local e os seus protagonistas”, in OLIVEIRA, César (ed.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 29-77.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2004). “A Guerra da Aclamação”, in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (ed.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 268-281.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2015a). “A Monarquia e as Conquistas (1481-1557)”, in RAMOS, Rui (ed.), *Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2015), História de Portugal*. 8ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 199-294.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2015b). “A Restauração (1640-1668)”, in RAMOS, Rui (ed.), *Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2015), História de Portugal*. 8ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 295-329.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2015c). “Portugal na Monarquia dos Habsburgo (1580-1640)”, in RAMOS, Rui (ed.), *Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (2015), História de Portugal*. 8ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 272-289.
- MOTA, Eduardo (1990). *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*. Gouveia: Gaudela, cop.
- OLIVEIRA, António de (2016). *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640, edição digital*. Coimbra: Palimage.
- REIS, Jaime et al (ed.) (2009). *Prices, Wages and Rents, in Portugal 1300-1910*. (<http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>, consultado em 2018.11.08).
- RODRIGUES, Teresa (2009). *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.
- SERRÃO, José Vicente (2005). “A agricultura”, in LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira (eds.), *História Económica de Portugal 1700-2000*. Volume I: O Século XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 145-175.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988). *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto: Arquivo Histórico do Porto.
- SOARES, Sérgio Cunha (2001). *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Geografia do Poder Municipal*, 3 Vols. Coimbra: CHSC.
- VALÉRIO, Nuno (1997). “Um indicador da evolução dos preços em Portugal nos séculos 16 a 19”, *Gabinete de História Económica e Social, Documento de Trabalho/ Working Paper*, 4, 1-17.
- VIEIRA, Alberto (1985). “A Questão Cerealífera nos Açores nos Séculos XV-XVII (Elementos para o seu estudo)”, *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores, História e Filosofia*, 7, nº 1, 123-201.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Parenética na Igreja do Loreto: os sermões em honra dos Sumos Pontífices (séculos XVII-XVIII)

*Parenetic in the Church of the Loreto: the sermons in honor of the Supreme Pontiffs (XVII-XVIII centuries)*

**ISABEL DRUMOND BRAGA**

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras e CIDEHUS-UE  
isabeldrumondbraga@hotmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 18/04/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 16/05/2018

**Resumo.** As cerimónias por ocasião das exéquias e das eleições papais deram origem à pregação de sermões na igreja de Nossa Senhora do Loreto, de Lisboa. Partindo desse corpo parenético pretende avaliar-se de que modo a parénese constitui um momento de reflexão e uma abordagem de teoria política.

**Palavras-chave.** Igreja do Loreto, Lisboa, Papado, Sermões.

**Abstract.** The ceremonies on the occasion of the funeral and the papal elections gave rise to the preaching of sermons in the church of Our Lady of Loreto, in Lisbon. Using this parenetic corpus, we will try to evaluate how the sermons constitute a moment of reflection and an approach of political theory.

**Keywords.** Loreto church, Lisbon, Papacy, Sermons.

1. A colónia italiana em Lisboa, ou mais corretamente, a presença significativa de pessoas oriundas da península itálica, motivou a criação de estruturas de apoio à comunidade<sup>1</sup>, as quais se tornaram claras, por exemplo, com a ereção da igreja de Nossa Senhora do Loreto, cuja construção teve início em 1518. Provenientes de vários pontos do espaço que no século XIX se unificou sob a designação de Itália, foram chegando a Portugal pessoas de estatutos sociais diversificados e por diversos motivos, em especial,

<sup>1</sup> As realidades políticas e religiosas da Europa Moderna implicaram uma instabilidade fronteiriça sem paralelo em Portugal, um dos primeiros Reinos a definir claramente as suas fronteiras. Territórios que foram sendo anexados ou que se desmembraram foram uma constante por toda a Europa. A existência de espaços como o Sacro Império Romano-Germânico, o nascimento dos Países Baixos, o agrupamento de diversos Reinos sob a mesma monarquia, ou a tardia unificação da Itália, com Vitor Manuel I (1861), implicam a necessidade de ponderar as corretas designações destes povos. Assim, no que se refere à Península Itálica, na Época Moderna, não devemos referir Italianos mas sim Genoveses, Florentinos, Milaneses, Venezianos, Napolitanos, Sicilianos e outros mas torna-se evidente que, para uma maior comodidade de exposição, se utiliza a designação genérica: Italianos. Isto é, a Península Itálica, realidade geográfica mas não política, era constituída por diversos territórios independentes e rivais, a par de outros que foram pertença ou objeto de disputa entre a França e o Império. Isto significa que o termo "Italianos" constitui uma designação abusiva, que esconde diferenças substanciais, mas que se utiliza por comodidade. Sobre as divisões internas deste espaço e a consciência dos contemporâneos dos acontecimentos cf. Moreno 1984.

sobretudo a partir do século XV. As principais justificações para se instalarem em Portugal encontram-se na necessidade sentida no reino de artífices e de gente ligada à guerra e também no interesse despertado pelo comércio e pelos Descobrimentos, entre os súbditos de outros Reinos<sup>2</sup>. Na guerra, no comércio e nos ofícios, os estrangeiros e designadamente os Italianos conviveram com os Portugueses, nem sempre de modo pacífico<sup>3</sup>.

Tendo-se verificado, desde cedo, a abertura dos portos portugueses à navegação italiana, rapidamente foi possível criar bases para uma colaboração intensa e diversificada, traduzida na afluência de mercadores provenientes de diversas zonas e também no estabelecimento de casas comerciais (Verlinden 1957, Rau 1968, 1971, 1973, 1984, Rosário 1983, Fonseca 1989, Cardini 1991, Radulet 1991, 1992, Santos 1994, Oliveira 2000). As questões relativas aos Descobrimentos portugueses foram seguidas de perto, em determinadas zonas da Península Itálica, mormente em Veneza e em Roma. As influências culturais de Itália foram marcantes, sobretudo ao nível da formação intelectual de muitos estudantes e ainda dos contactos com o humanismo e a arte transalpinos. Com Roma, os contactos foram anteriores e muito próximos, desde a formação do Reino. As embaixadas e os contactos com aquela cidade mantiveram-se de forma regular, sendo o leque de assuntos tratados tão diversos como as divisões administrativas eclesiásticas, a apresentações de bispos, a instauração de novas ordens religiosas e a participação portuguesa no Concílio de Trento, para não referir contendas pontuais e negociações que se arrastaram conhecendo avanços e recuos, como por exemplo as que foram relativas ao estabelecimento do Santo Ofício da Inquisição (Castro 1939, Wright 2000, Russo 2012).

Não foram numericamente muito significativas as alianças matrimoniais estabelecidas entre Portugal e os estados italianos. Se bem que tenham começado com o primeiro monarca português – D. Afonso Henriques casou com D. Mafalda, filha do conde de Saboia, em 1146 (Ercole 1940, Corte-Real 1997, Marques 2012, Marques 2012<sup>a</sup>) – será só no século XVI que se voltará a tal prática, nomeadamente com os enlaces de D. Beatriz, filha de D. Manuel I, com o duque de Saboia, Carlos III, em 1521 (Claretta 1863, Viterbo 1908, São Payo 1930, Buescu 2012) e o de D. Maria, filha do infante D. Duarte e neta do mesmo monarca português, com Alexandre Farnese, duque de Parma, em 1565 (Fardilha 1999, Bertini, 1999, Bertini 2000, Bertini, Jordan 1999, Jordan

---

<sup>2</sup> Sobre os estrangeiros em Portugal faltam estudos de conjunto. Para uma introdução ao tema veja-se, para a Idade Média, Marques 1987: 40-44, e para a Época Moderna, Braga 1998: 232-237; Braga 2002.

<sup>3</sup> Basta pensar nas questões patentes nas cartas de perdão e nos processos do Santo Ofício, documentos que não raramente evidenciam enorme conflituosidade entre as populações. Cf., respetivamente, Braga 1998, Braga 1996, 2002, 2015a.

2000). No período pós Restauração, será D. Maria Francisca Isabel de Saboia a contrair matrimónio primeiro com D. Afonso VI, em 1666, e, posteriormente, em 1668, com o antigo cunhado, D. Pedro, futuro D. Pedro II, num contexto de grande instabilidade política (Braga, Braga 2011, Braga 2012a).



**Fig. 1.** Armas papais no portal principal da igreja de Nossa Senhora do Loreto (Lisboa). A escultura foi realizada no século XVII e limpa depois do terramoto de 1755. Tem sido atribuída a diversos escultores, tais como Bernini, Borromini, Canova e Bigg, sem que haja consenso. Foto de IDB.

A nação italiana foi crescendo de tal modo que, no século XVI, sentiu necessidade de construir uma igreja paroquial própria em Lisboa. Teve uma confraria obrigatoriamente administrada por transalpinos e Lucas Giraldi, um mercador florentino residente em Lisboa, pagou a construção da capela-mor (Alessandrini 2007, 2011, 2018a). A igreja de Nossa Senhora do Loreto, construída junto da cerca fernandina, abriu ao culto em 1522. Havia conseguido, logo em 1518, a isenção jurisdicional do bispo de Lisboa e, em 1551, foi constituída sede de freguesia, com jurisdição paroquial sobre todos os italianos residentes em Lisboa. Antes, já fora eclesiasticamente anexa a San Giovanni in Laterano, a matriz papal. A paróquia da nação italiana persistiu até 1698, data em que foi integrada na de Nossa Senhora da Encarnação. Um incêndio em 1651 destruiu uma parte significativa do templo, que sofrerá, no século seguinte, um novo fogo, ocorrido dois dias após o terramoto de 1755<sup>4</sup>.

Dos púlpitos desta igreja apenas encontrámos referências relativas às obras que sofreram na segunda metade do século XVIII, as quais foram confiadas pelo provedor a Domingos Baptista Lima, que recebeu do tesoureiro António Murta 280\$000 réis, em 17 de agosto de 1780. Nos móveis litúrgicos foram

<sup>4</sup> A bibliografia sobre a igreja não é particularmente vasta. Refiram-se, por ordem cronológica, os trabalhos seguintes, uns focados na história da igreja propriamente dita, outros com ênfase especial nas matérias de história da arte ligadas à construção do templo. Cf. Igreja do Loreto 1957; Ataíde, Meco 1986, Filippi 2013, Alessandrini 2007, 2018a, 2018b e Serrão 2018.

gastos, de entre outros bens, uma viga de castanho, uma prancha de vinhático e dois arrátéis de grude (ANSL, ISSIL, HI, Mç Ca II D, doc. 2). A madeira foi vendida por Inácio Damásio de Aguiar a pedido de Francesco Maria Rossi (Filippi 2013: 121).



Fig. 2. Imagem atual de um dos púlpitos da igreja de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa. Foto de IDB.

2. É na igreja de Nossa Senhora do Loreto que a comunidade italiana irá celebrar diversos momentos relacionados com o Papado, designadamente as subidas ao trono e as mortes dos pontífices. Estas duas ocasiões motivaram sempre o recurso à parenética, embora poucos tenham sido os sermões publicados que chegaram até ao presente, o que não exclui a existência de alguma produção manuscrita eventualmente conservada ou integralmente desaparecida. Tenhamos presente que era comum a publicação de sermões<sup>5</sup>, quer avulsos quer em conjunto, o que poderia traduzir não só o interesse por este tipo de textos entre a população culta como, e sobretudo, ser entendido como sintoma de crise e de alteração política (Marques 1998: 162). Por outro lado, essas publicações, de custo acessível, não deixavam de ser procuradas pelos próprios pregadores que assim se muniam de exemplos de fácil imitação. Se tivermos em conta os anúncios de livros aparecidos na *Gazeta de Lisboa*, entre 1715 e 1750, podemos verificar que das 2094 obras a que o periódico fez referência 224 eram sermões (entre espécimes avulsos e sermonários), o que representou 18,3 por cento dos livros de temática religiosa e 10,7 por cento do total das obras publicitadas (Braga 2001).

A pregação ultrapassava a área espiritual e religiosa, havendo que distinguir as prédicas das ações missionárias, evangélicas e penitenciais destinadas a pessoas pouco catequizadas e analfabetas e a oratória culta, cidadina, cortesã, de carácter mais político, a qual estava muitas vezes a cargo do pregador

<sup>5</sup> Vejam-se alguns estudos sob a ótica da literatura sobre os sermões portugueses dos séculos XVI e XVII, tais como os de Pontes 1953, 1961, Mendes 1989, Castro 2008, Pereira 2012, de entre outros.

régio, um profissional preparado para desempenhar tais funções<sup>6</sup>. O sermão enquanto instrumento de utilidade catequética ou política era um importante meio de propaganda e de ataque, daí o interesse em ser publicado, uma vez que assim chegava também aos que o não tinham ouvido<sup>7</sup>. O conteúdo dos sermões continuava, deste modo, a ser objeto de discussão por parte dos leitores cultos. A parenética era, nas palavras de alguns (Bolzoni 1984: 1065), um elemento da vida social e um sucedâneo da educação doutrinal (di Filippo 2008: 337).

Não esqueçamos que o sermão integrou um dos mecanismos pedagógicos de disciplinamento social<sup>8</sup>. Na verdade, se tivermos em conta o posicionamento de Erminia Ardissimo, que defende a educação dos fiéis como o mais ambicioso projeto da Igreja após o Concílio de Trento, não poderemos estranhar que a pregação tenha assumido um papel relevante. Nela se depositaram esperanças de renovação da vida espiritual e, para tal objetivo ser atingido, recorreu-se aos instrumentos de persuasão clássicos, humanísticos e até os que eram produtos da nova cultura. A oratória permitiu, assim, dar ordem e certeza ao mundo e coerência ao dogma. Se excetuarmos a confissão e a catequese, era o único meio de ouvir a palavra de Deus em língua vulgar, conseqüentemente uma poderosa arma para a conquista da mente e uma importante via de formação da consciência e da espiritualidade dos fiéis (Ardissimo 2001: 10-17).

João Francisco Marques tipificou a parenética, considerando a pregação ordinária ou pastoral, de carácter pedagógico, dirigida à educação para a fé, que estava a cargo de bispos e párocos no exercício das suas atividades de pastores e que tinha como subgéneros o sermão catequético e o sermão homilético e a pregação extraordinária que compreendia o sermão propriamente dito com os subgéneros: encomiástico (panegírico e oração fúnebre), deprecatório (prece), eucarístico (ação de graças) e gratulatório (regozijo) (Marques 2001: 471). Ora, as homilias, as missões do interior, as exéquias, as ações de graças, os panegíricos dos santos e da Virgem, as canonizações, os aniversários da fundação de casas conventuais, as tomadas de hábito, os autos da fé, as procissões de resgate de cativos, os atentados a grandes figuras, as várias efemérides relativas à família real e bem assim todas as festas religiosas e litúrgicas, davam origem a sermões, o que explica a abundância deste tipo

<sup>6</sup> Sobre os diferentes tipos, cf. Ambrasi 1996: 347-389 e Marques 2001: 470-510.

<sup>7</sup> É importante realçar essa realidade para os sermões pregados em conjunturas políticas adversas. Para Portugal, vejam-se os trabalhos de Marques 1986, Marques, 1989.

<sup>8</sup> Sobre este conceito, cf. Schulze 1992, Reinhard, 1994, Schilling, 1994, 2007, Prosperi, 1994, Prosperi 1996, Palomo 1997, Brambilla 2006.

de textos, muitos dos quais tiveram honras de impressão, em especial durante os séculos XVII e XVIII<sup>9</sup>, o que não deve fazer esquecer a significativa, abundante e muito dispersa produção concionatória manuscrita.

Apesar das preocupações e das exigências com a formação dos pregadores, da vigilância exercida sobre os mesmos e até do castigo de alguns prevaricadores e, não obstante, a regulamentação das matérias e das formas de levar a efeito a parénesis, incluindo as indicações sobre as fontes autorizadas – as Sagradas Escrituras, os comentários bíblicos, os Padres da Igreja e alguns textos de espiritualidade –, e tudo o que deveria ser obrigatoriamente banido – anedotas, fábulas, historietas humanas e até disputas sobre heresias mesmo que com o fim de as combater<sup>10</sup> – as fontes indiciam interpretações claras e interpretações erróneas por parte dos fiéis, muitas vezes bastante ignorantes mas nem sempre isentos de alguma argúcia intelectual<sup>11</sup>.

Se, como Federico Palomo chamou a atenção, a parenética estava sobretudo vocacionada para a difusão dos princípios doutrinários e morais da Igreja, também é certo que as questões políticas não ficavam alheias aos pregadores, constituindo uma arma valiosa que poderia encaminhar as populações num determinado sentido. O debate sobre a governação, a *res publica* e a imagem da monarquia nunca foram os principais objetivos da parenética (Palomo 2006: 78) mas acabaram por estar presentes, fortalecendo a imagem da Coroa. Não esqueçamos que os sermões foram um discurso ao serviço do poder real e, simultaneamente, utilizado pelo mesmo poder até porque alguns dos seus autores eram pregadores régios, conseqüentemente estavam ao serviço da monarquia<sup>12</sup>. É neste quadro que se pretende analisar e interpretar a parenética pregada por ocasião das eleições e das exéquias dos pontífices – conseqüentemente sermões gratulatórios, pregados em momentos de regozijo, e sermões encomiásticos, no caso das orações fúnebres –, tentando perceber se esta parénesis veicula o mesmo tipo de discurso que era comum nas cerimónias do poder real, uma vez que, neste contexto, estamos perante a figura máxima da igreja católica.

A partir das existências da Biblioteca Nacional de Portugal, podemos

---

<sup>9</sup> Alguns destes tipos de sermões deram origem a trabalhos da autoria de historiadores. Sobre sermões por ocasião de resgates, cf. Braga 2012. Sobre sermões de autos da fé e acerca de matérias relativas ao Santo Ofício, cf. Pires 1996, Oliwa 2011, Braga 2015, 2017 e Braga, Braga 2017. Sobre sermões no ato de profissão de freiras, cf. Braga 2013. Sobre sermões por ocasião de atentados, cf. Braga 2015b.

<sup>10</sup> Sobre estas questões, cf. Marques 2001: 486.

<sup>11</sup> Encontram-se exemplos bem documentados destas questões. Cf. Braga, 1997: 327, Marques 2001, 488 e Paiva 2009: 42-43.

<sup>12</sup> Sobre os sermões pregados por ocasiões relevantes para a família real, cf. Griné 1997, Petey-Girard 2006, Braga 2015c, 2015d.

verificar que o número de sermões pregados na igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa relacionados com os sumos pontífices foi escasso e limitado aos séculos XVII e XVIII. Dois foram proferidos por ocasião das eleições de Clemente XIII e de Bento XIV e outros dois pelas exéquias de Inocêncio XI e de Inocêncio XII. Encontrou-se ainda um sermão de ação de graças, impresso em 1711, para celebrar o bom regresso a Roma por parte do cardeal de Conti. Este sermão foi pregado por frei Francisco de Brito, um eremita de Santo Agostinho, e oferecido ao próprio, isto é, ao núncio em Lisboa entre 1698 e 1706, Michelangelo Conti (1655-1724), que, em 1721, ostentará a coroa papal sob o título de Inocêncio XIII. Limita-se a agradecer a Nossa Senhora do Loreto a boa viagem de regresso a Roma, sem referências a nenhum pontífice (Brito 1711).

**Quadro** – Sermões impressos pregados pelos Sumos Pontífices na Igreja de Nossa Senhora do Loreto

Pregador	Frade	Data da publicação	Ocasião	Tamanho
Fr. Francisco da Natividade	Carmelita	1689	Exéquias de Inocêncio XI	32 pp.
D. Gaspar da Encarnação	Agostinho	1706	Exéquias de Inocêncio XII	58 pp.
Fr. Joaquim de Santa Ana	Paulino	1711	Eleição de Clemente XIII	30 pp.
D. Caetano Gouveia	?	1740	Eleição de Bento XIV	22 pp.

O carmelita frei Francisco da Natividade (1648-1714) foi autor do sermão pregado no Loreto por ocasião do falecimento do Papa Inocêncio XI. Ofereceu-o a D. Livio Odescalchi (1655-1713), sobrinho do falecido e importante colecionador de antiguidades romanas. À pregação esteve presente o núncio em Lisboa, Francesco Niccolini. Frei Francisco da Natividade realçou que a morte era justa na igualdade, não perdoando a ninguém. Em seguida, comparou Inocêncio XI a São Pedro, salientando que ambos haviam sido sustentáculos da Igreja (Natividade 1689: 12), e também o comparou com o rei David, com Jó e com o profeta Ezequiel, para elucidar os ouvintes acerca do zelo pela causa de Deus. Das atividades do pontífice realçou os cuidados para com os pobres e a construção de um hospital para soldados. Não deixou de enfatizar diversas outras qualidades, a saber: um homem justo, humilde – tendo demonstrado desapego da carne e do sangue –, inocente (no sentido de viver na verdadeira religião) e reto, cujo melhor epitáfio para o definir seria clemente.

A morte de Inocêncio XII (1615-1700) deu ensejo à oferta do sermão pregado no Loreto pelo cônego regular de Santo Agostinho D. Gaspar da

Encarnação, ao já referido nuncio Michelangelo Conti, futuro Papa Inocêncio XIII. Nesta peça parenética, o autor fez amplas menções quer à família de origem do pontífice quer aos cargos que o Papa desempenhou antes de ter ascendido à cadeira de São Pedro. Natural de Nápoles e membro da família Pignatelli, Antonio foi educado num colégio de jesuítas. Em Roma, foi referendário da assinatura da graça e da justiça. Posteriormente, foi vigário de Urbino, inquisidor de Malta, nuncio em Florença, Varsóvia e Viena, bispo de Lecce, secretário da congregação dos bispos, mestre de câmara do Papa, arcebispo de Nápoles, cardeal e, finalmente, Papa.

D. Gaspar da Encarnação considerou Inocêncio XII “um pontífice que só deixou aos futuros que imitar e não que exceder” (Encarnação 1706: 8). Entendeu que Antonio Pignatelli havia possuído os três tipos de bens que vulgarmente se designavam por fortuna, a saber, nascer ilustre, ocupar grandes cargos e fazer obras magníficas. Porém, tornou claro que o antigo Papa nascera bem mas “fez melhor o bem de ter nascido ilustre porque o fazer-se preclaro é sempre melhor que nascer soberano” (Encarnação 1706: 10), para continuar referindo que fora “ilustre em nascimento e mais ilustre nas obras com que um e outro fez esclarecida a sua origem” (Encarnação 1706: 12). A enumeração dos cargos e a ideia de que serviu a cinco Papas, isto é, Alexandre VII, Clemente IX, Clemente X, Inocêncio XI e Alexandre VIII, levou-o, em seguida, a tecer diversos elogios tais como “serviu a igreja e não se serviu dela” ou “do berço até ao sepulcro conservou sua santidade e seu património de que foram herdeiros os pobres e por conta dos bens próprios foram sempre as despesas da pessoa e dos lugares” (Encarnação 1706: 14-15), ressaltando a faceta de esmoler.

Como feitos relevantes durante o pontificado, D. Gaspar da Encarnação ressaltou as dádivas aplicadas na luta contra os infieis, a edificação de três hospícios (para órfãos, enfermos e pobres), a edificação do tribunal da cúria romana, as obras em Civitavechia e a escolha acertada dos cardeais. Por tudo isto, não se estranha que tenha comparado Inocêncio XII a São Pedro, mas também aos personagens bíblicos Abraão e Jacob, lembrando sempre os que têm fé. Rematou o seu elogio considerando que:

A mansidão sofredora dos trabalhos, a reta distribuição dos lugares, a piedosíssima paternal compaixão dos pobres, dos órfãos, dos enfermos, dos desamparados, virtudes que serão agora luz nas sombras da morte, porque foram sombras que seguiram tanta luz na vida (Encarnação 1706: 28).

As duas peças parenéticas em estudo abordaram alguns temas em comum, como seria de esperar. Assim, encontram-se reflexões sobre as biografias dos Papas, elogios às suas famílias de sangue, as principais realizações que levaram a cabo durante os seus pontificados e as qualidades que, como Papas, apresentaram. No caso de Inocêncio XI: os cuidados com o louvor a Deus e com os pobres, a par de qualidades como justo, humilde, inocente e reto. No caso de Inocêncio XII, o louvor a Deus, o facto de ter sido esmoler e justo foram as mais citadas. Foi ao fazer o elenco das qualidades dos chefes supremos da Igreja católica que a adjectivação se manifestou de forma mais significativa, ao mesmo tempo que se tornaram visíveis as qualidades que quem detinha o poder papal deveria possuir.

Nestas ocasiões era comum recorrer-se a construções de arte efémera para assinalar as exéquias dos Papas, tal como também acontecia com as pessoas reais<sup>13</sup>. Eram programas ornamentais nos quais se recorria a caveiras, a foices, a ossos, a relógios de areia e a inscrições latinas retiradas das Sagradas Escrituras, para relembrar a fragilidade da condição da vida humana<sup>14</sup>. Lamentavelmente, no arquivo da igreja de Nossa Senhora do Loreto, há informações desse teor mas para cerimónias envolvendo outros pontífices. Por exemplo, em 1740, pela morte de Clemente XII, os gastos importaram em mais de 60\$000 réis. Com esta quantia foram pagos os materiais, tais como gesso, cola, tinta e ouro, a par das jornas de seis oficiais e de seis dias de trabalho do pintor Carlo Antonio Leoni, estes no valor de 7\$200 réis. Caetano de Sousa e Carias recebeu 30\$000 réis por armar a igreja com panos (ANSL, ISSIL, HI, Mç Ca II D, doc. 26).

O florentino Carlo Antonio Leoni (c. 1745-1774) foi um retratista da família real portuguesa, pintor de vitrais e desenhador que atuou quer em Lisboa quer no Norte do país, designadamente no Porto e em Braga (Oliveira 1996). A sua passagem ao serviço de Nossa Senhora do Loreto não terá deixado a melhor das impressões pois, em 1740, exatamente após ter realizado a pintura do funeral do pontífice, o mordomo da irmandade do Santíssimo Sacramento daquela casa religiosa não deixou de registar um comentário pouco abonatório<sup>15</sup>:

<sup>13</sup> Sobre a arte efémera em Portugal, em especial ligada à Casa Real portuguesa, cf. o catálogo *Arte Efémera em Portugal* 2000.

<sup>14</sup> A bibliografia sobre esta matéria é vasta, cf. Tedim 1989, 1990, 1991, 2000; Alves 2001, 2001a; Milheiro 2003:187-195, 237-263; Lourenço 2003; Oliveira 2008.

<sup>15</sup> Não obstante, em 1743, voltou a prestar serviço na igreja, desta feita na qualidade de arquiteto. Cf. Serrão 2018: 161.

visto a teima dezarrezoada deste pintor Carlo António Leão em se não contentar com as quatro moedas que se lhe mandavam dar por pagamento para evitar suas importunações ainda que não tivesse sido julgado não merecer duas pela pouca obra que fez em que gastou muitos dias em damno da igreja do que podia ser feito em hum so (ANSL, ISSIL, HI, Mç Ca II D, doc. 26).

Numa outra cerimónia, desta feita por ocasião do passamento do Papa Clemente XIV, em 1774, as despesas com os músicos e os cantores importaram em cerca de 75\$000 réis, distribuídos entre 32 pessoas que cantaram e assistiram ao ofício (ANSL, ISSIL, HI, Mç Ca II G, doc. 5) e um número não identificado de músicos que recebeu 64\$200 réis (ANSL, ISSIL, HI, Mç Ca II G, doc. 6).

Mais tarde, em 1799, a morte de Pio VI, em Valence-sur-Rhône, na condição de prisioneiro de Napoleão, depois de se ter recusado a renunciar ao poder temporal<sup>16</sup>, levou D. João, príncipe regente, a conceder uma audiência ao nuncio no palácio de Queluz, a declarar luto durante um mês e a encerrar-se com a princesa D. Carlota Joaquina, durante três dias (*Suplemente à Gazeta de Lisboa*, 39, 27-09-1799). A nação italiana residente em Lisboa encarregou o arquiteto e pintor romano Vincenzo Mazzoneschi (1747-1806), então a viver na capital portuguesa e a trabalhar no teatro de São Carlos, depois de ter regressado do teatro de São João do Porto (Arnal Ferrándiz 2015: 58), a organizar a função fúnebre no Loreto. Sabe-se que no fundo da igreja foi erigido um coreto onde se instalaram os cantores e os instrumentistas. O arquiteto fez preparar armações de luto guarnecidas com galões de ouro, cobrir os dois púlpitos com figuras de vários anjos que sustentaram inscrições alusivas ao Papa defunto, construir um monumento de pedra em honra de Pio VI e preparar um mausoléu adornado. À função, realizada a 2 de dezembro, assistiram D. João, príncipe regente e D. Carlota Joaquina os quais “mostraram a maior edificação a todos os concorrentes e deram os mais vivos sinais de sentimento pela morte de um pastor tão exemplar” (*Exéquias... 1800*: p. n. num.), bem como o cardeal patriarca, diversos bispos, o corpo diplomático, os grandes do Reino e diversos outros nobres.

Da função de exéquias de Pio VI, nascido Giovanni Angelo Braschi, não se encontrou o sermão pregado na igreja de Nossa Senhora do Loreto, a cargo do reverendo padre mestre doutor frei José Maria, religioso da congregação

---

<sup>16</sup> Na *Gazeta de Lisboa* pode ser lida a notícia da morte e das cerimónias fúnebres do Papa realizadas em várias partes da Europa. Cf. *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, 38, 29-09-1799; *Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, 43, 26-10-1799; *Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, 52, 28-12-1799.

de São Paulo. Sabe-se, porém, segundo fonte anónima, que a missa foi celebrada pelo núncio, monsenhor Bartolommeo Pacca (1756-1844), e que a oração fúnebre foi apreciada por ter sido “cheia de eloquência e erudição, que pelo seu merecimento a nação italiana determinou imprimir à sua custa” (*Exéquias...* 1800: p. n. num.). A música, uma composição do já falecido Niccolò Jommelli (1714-1774), que trabalhara em Portugal nos reinados de D. João V e de D. José I (Brito 1989: 39-51, *passim*), foi cantada por professores da capela do príncipe e por Girolamo Crescentini (1726-1846), um *castrato* que atuou em Portugal, no teatro e também na capela real e na patriarcal. Sobre este, a mesma fonte anónima foi clara ao elogiar o cantor: “soube bem mostrar que o seu talento não era só para o teatro, mas também para os templos e tanto para as funções festivas como fúnebres, levando consigo outros cantores do real teatro de São Carlos” (*Exéquias...* 1800: p. n. num.).

Monsenhor Bartolommeo Pacca, núncio em Portugal de 1794 a 1808, não deixou de referir estes acontecimentos nas suas memórias, considerando que, no Loreto, a função das exéquias papais fora feita “com pompa veramente straordinaria”. Sobre a sua atuação propriamente dita, recordou que “Io cantai la messa assistito da quattro vescovi per le consuete assoluzioni, e vi su su l’elogio funebre in lingua portoghese” (Pacca 1836: 85).

Se a morte dos Papas era o momento em que fazia sentido proceder a um balanço dos pontificados, já a eleição dos chefes da Igreja permitia expressar desejos, que se assumiam como certezas, do que se poderia esperar do desempenho do cargo nos anos seguintes. Eis o que acontecerá nos sermões pregados pelas escolhas de Bento XIV e Clemente XIII, ambos eleitos ao fim de dois longos conclaves. De novo o elenco das qualidades pessoais e pastorais dos bispos à frente das suas dioceses permitiram percecionar a imagem ideal de um sumo pontífice.

A eleição de Bento XIV foi noticiada na *Gazeta de Lisboa Occidental* como uma “feliz notícia” (*Gazeta de Lisboa Occidental* 36, 08-09-1740), enquanto o clérigo regular D. Caetano Gouveia (1696-1768), no seu sermão pregado na igreja de Nossa Senhora do Loreto, teceu amplas referências à biografia do cardeal Prospero Lambertini, arcebispo de Bolonha (1675-1758). Por ela, fica a saber-se que frequentou o colégio Clementino, em Roma, onde se formou em teologia e em direito, ficando desse modo apto a desempenhar diversos cargos na cúria, dos quais se destacou o de secretário da Congregação do Concílio. Conhecedor e adepto da simplificação da legislação pós tridentina, o futuro Bento XIV trabalhou na congregação dos ritos e ascendeu a bispo de Teodósia, em 1724. Três anos depois, foi arcebispo de Ancona e, em 1728,

cardeal e arcebispo de Bolonha, a cidade onde nascera. Muito ativo enquanto reformador, de acordo com o espírito tridentino, e com ampla experiência pastoral, foi autor de diversas obras, tendo o autor do sermão destacado uma sobre as questões da canonização, *De servorum Dei beatificatione et beatorum canonizatione*, texto que resultou de uma longa maturação de ideias entre 1712 e 1721 (Saccenti 2011).

D. Caetano Gouveia fez questão de referir que o novo Papa era oriundo de uma das mais antigas e ilustres famílias bolonhesas, que integravam mesmo o senado (Gouveia 1740: 6). Porém, esclareceu de imediato que “a verdadeira glória não consiste nem no esplendor do nascimento, nem na abundância das riquezas mas na ciência e na erudição” (Gouveia 1740: 9). E essas qualidades não lhe faltavam, tendo ficado claras durante o desempenho das várias funções que servira. Referiu-se, em especial, à restauração do seminário de Bolonha, onde “buscou os mais peritos e ótimos mestres para nele ensinarem as virtudes, as ciências e os ritos sagrados à mocidade daquela diocese” (Gouveia 1740: 16). Consequentemente, poder-se-ia esperar um pontificado no qual reinaria a boa administração, gerida por um pastor sábio, prudente, vigilante e bendito, tal como o nome que escolhera (Gouveia 1740: 6, 18). Comparado ao rei David, mas também a Santo Agostinho e ao imperador Constantino, fazendo lembrar que ambos tinham nascido no mesmo dia, Bento XIV constituía uma esperança, sob a ótica da reforma, tal como acontecera na arquidiocese de onde vinha:

vereis o clero sábio e disciplinado, vereis no povo desterrados os vícios e abraçadas as virtudes, mais por efeito da santidade do seu exemplo, que da eficácia da sua doutrina, porque se com a voz arguia os erros e repreendia os vícios com a santidade da sua vida e com a pureza dos seus costumes persuadia o exercício de todas as virtudes (Gouveia 1740: 6).

Finalmente, frei Joaquim de Santa Ana (1720-1783), da Ordem de São Paulo, doutor pelas universidades de Coimbra e de Évora, qualificador do Santo Ofício, examinador das três ordens militares, acadêmico da Academia Litúrgica Pontifícia de Coimbra<sup>17</sup> e secretário e cronista da Ordem de São Paulo, pregou um sermão acerca da escolha do novo pontífice, Clemente XIII, nascido Carlo della Torre-Razzonico, que dedicou ao secretário de

---

<sup>17</sup> Sobre esta instituição dedicada ao estudo da liturgia, cf. Cabecinhas 2010.

Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal. Antes, já a *Gazeta de Lisboa* noticiara que a eleição do novo sumo pontífice fora festejada em Lisboa com repiques e luminárias (*Gazeta de Lisboa*, 31, 03-08-1758).

A morte de Bento XIV deixara o “rebanho de Cristo sem pai, sem cabeça, sem pastor” (Santa Ana 1758: 2), durante 63 dias, até que o conclave elegeu o cardeal Carlo della Torre-Rezzonico (1693-1769), que governará os católicos sob o nome de Clemente XIII. Natural de Veneza nascera numa família de patrícios, estudara no colégio de São Francisco Xavier, em Bolonha, e formara-se na Universidade de Pádua. A sua carreira começou em 1716 como governador em Rieti, depois, em 1721, desempenhou iguais funções em Fano. Em 1723, tornou-se membro da Sacra Consulta e, em 1729, integrou a Sacra Rota, onde foi auditor. Em 1737, foi feito cardeal diácono sob o título de San Nicola in Carcere e nos anos seguintes foi membro de várias congregações: Sacro Concílio, Propaganda Fide, Visita Apostólica, Bispos e Regulares e Fábrica de São Pedro. Tornou-se bispo de Pádua, em 1743, e, finalmente, Papa, em 1758, depois de ter mudando de título: de San Nicola in Carcere (1737-1747) a Santa Maria in Ara Coeli (1747-1755) e, em seguida, a San Marco (1755-1758).

Como seria expectável, frei Joaquim de Santa Ana deu a conhecer ao auditório do Loreto e, mais tarde, aos leitores, o *curriculum* de Carlo della Torre-Rezzonico. Salientou as suas qualidades pastorais e pessoais, considerando-o zeloso da honra de Deus e da Igreja, digno, culto, virtuoso, inocente e combatente empenhado contra as heresias e os pecados. Alguém que “aspirava a constituir-se varão perfeito, esclarecido e benemérito” (Santa Ana 1758: 9). Os encómios foram no sentido de considerar que nascera “para oráculo do mundo e astro maior de toda a Igreja” (Santa Ana 1758: 10).

O pregador enalteceu a família de nascimento do recém-eleito chefe da Igreja católica e não escamoteou o enorme tempo para se ter concretizado a eleição, que justificou pregando “não são descuidos são mistérios, não são tardança mas providência” (Santa Ana 1758: 5), tanto mais que se tornou uma escolha feita “com vagar, com madureza e com ponderação e por isso com ilustração especial do Divino Espírito” (Santa Ana 1758: 6).

A obra realizada enquanto bispo de Pádua, em especial o empenho nas visitas pastorais, um dos mais relevantes mecanismos de disciplinamento e de controlo social da Época Moderna, bem como a restauração do seminário e a reforma do clero, levaram o pregador a compará-lo a Carlo Borromeo (1538-1584), arcebispo de Milão, canonizado por Paulo V em 1610, um

dos mais atuantes prelados na aplicação das diretrizes tridentinas<sup>18</sup>. Outras qualidades como o facto de ter sido um grande esmoler, de ter protegido órfãos e donzelas e de ter consulado os aflitos, sendo sempre um benemérito, foram aspetos igualmente salientados no discurso parenético.

De um bispo virtuoso – zeloso, culto, modesto, sóbrio, cumpridor, ... – restava esperar um sumo pontífice clemente, como a escolha do nome indiciava, mas também um grande chefe da Igreja: “que progressos não promete à Igreja católica um tão grande pastor! Que adiantamento terá a propagação da fé, que corte a heresia, que dissipação os vícios, que confusão os hereges, que reforma o clero, que proteção a virtude e que segurança o cristianismo” (Santa Ana 1758: 21). Para concluir ainda que “temos um pai, um pastor, um pontífice que nos ama como a filhos, guarda-nos como a ovelhas e intercede por nós como necessitados, fazendo como suas as nossas pretensões e sentindo como próprias as nossas misérias” (Santa Ana 1758:21).

3. Os sermões de exéquias patentearam as características dos defuntos, que apareceram sempre retratados como um modelo de virtudes. No caso da parenética relativa à morte dos sumos pontífices, as características apresentadas permitiram reflexões do âmbito da teoria política, tal como aconteceu com os sermões por morte dos monarcas, dos bispos ou dos inquisidores-gerais. Estamos perante textos laudatórios, exagerados e por vezes não isentos de imprecisões e de omissões<sup>19</sup>. O cuidado em louvar o defunto não raras vezes se sobrepõe à verdade. Mas, tal como na parenética relativa à família real<sup>20</sup>, as reflexões do âmbito da teoria política estiveram presentes sempre que se qualificaram as ações dos Papas. As características que estavam ou deveriam estar presentes nos chefes da Igreja católica, patenteadas pela sermonística – designadamente, e de entre outras, benevolência, caridade, força, gravidade, justiça, piedade, prudência, valor e vigilância – integravam o conjunto das qualidades que o Papa deveria possuir para bem governar a Igreja, o qual encontra paralelo nos textos de teoria política da Época Moderna, destinados aos futuros monarcas. Isto é, textos cujas fontes e modelos eram as Sagradas Escrituras, os autores clássicos e a tradição aristotélico-medieval, nos quais se procuravam evidenciar as qualidades necessárias ao bom governante, fazendo um elenco das virtudes e apresentando características pedagógicas e

---

<sup>18</sup> Sobre este antístite, cf. Zardin 2010.

<sup>19</sup> Sobre a oratória fúnebre em outros espaços europeus, cf., por exemplo, Allemanno 1968: 423-433, Petey-Girard 2006: 169-182, Shami 2011: 155-177.

<sup>20</sup> Sobre a parérese relativa à família real e às causas da Coroa portuguesa, cf. Marques 1986, Marques 1989, Cerdan 1992, Griné 1997, López-Salazar 2008, Braga 2015c, 2015d.

didáticas. São textos que apresentam uma forte correlação com as obras de carácter catequético (Soares 1994, Buescu 1996, Abreu 2000).

O bom rei a governar o seu reino para bem dos seus vassallos, o Papa à frente da cúria para extirpar as heresias, divulgar a palavra de Deus, reformar o clero e, em última instância, os fiéis, um exemplo a seguir por parte de todos os católicos. A parénese produzida por ocasião quer da morte quer da eleição papais referiu matérias que serviam os propósitos comuns na época, isto é, a condução dos povos no sentido desejado, fortalecendo a imagem da coroa pontifícia. A parenética era então um instrumento tradicional<sup>21</sup> entre outros que ganhavam cada vez mais terreno, pensemos nos panfletos e nas artes visuais, designadamente nos desenhos de alegorias.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo de Nossa Senhora do Loreto (ANSL)

Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Loreto, HI, MçCa II D, doc. 26.

Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Loreto, HI, MçCa II G, doc. 5.

Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Loreto, HI, MçCa II G, doc. 6.

Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja do Loreto, HI, MçCa II M, doc. 2.

### Fontes impressas

BRITO, Fr. Francisco de (1711). *Sermam de Aççam de graças à virgem Nossa Senhora de Loreto pelo bom successo da jornada, que com o seu favor conseguiu o eminentissimo senhor cardinal de Conti, indo desta corte de Portugal para a curia de Roma*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal.

ENCARNAÇÃO, D. Gaspar da (1706). *Oração fúnebre nas honras posthumas que dedicou a irmandade dos italianos da sua casa do Loreto às cinzas do santissimo padre Innocencio XII com huma deploração historial da vida, morte e exequias em metro latino a que se acrescentou humas reflexoens sobre as circunstancias mais especiaes no exaltação do santissimo Papa nosso senhor Clemente XI*. Coimbra: Oficina de António Simões.

*Exéquias Pio VI na Igreja do Loreto em Lisboa* (1800). Lisboa: Tipografia Nunesiana.

*Gazeta de Lisboa*, 31, 03-08-1758.

*Gazeta de Lisboa Occidental*, 36, 08-09-1740.

---

<sup>21</sup> Cf. as observações de Ihalainen 2011.

- GOUVEIA, D. Caetano (1740). *Oração em acção de graças pela felicissima exaltação ao trono do santissimo padre Benedicto XIV, celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Loreto da nação italiana de Lisboa Occidental a 12 de setembro de 1740*. Lisboa Occidental: Oficina de António Isidoro da Fonseca.
- NATIVIDADE, Fr. Francisco da (1689). *Oraçam panegyrica e funeral em as exéquias do beatissimo padre Innocencio XI celebradas em o templo do Loreto desta cidade de Lisboa*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes.
- PACCA, Bartolomeo (1836). *Notizie sul Portogallo con una breve relazione della nunziatura di Lisboana dall'anno 1795 fino all'anno 1802*. 2.<sup>a</sup> ed., Velletri: Domenico Ercole.
- SANTA ANA, Fr. Joaquim de (1758). *Oração gratulatoria, historica e panegyrica na acção de graças que na igreja do Loreto desta corte e cidade de Lisboa celebrou a nação italiana em 11 de agosto de 1758 pela exaltação ao pontificado do eminentissimo senhor cardeal Carlos Rezzonico, agora nosso santissimo padre e senhor Clemente XIII*. Lisboa: Oficina patriarcal de Francisco Luís Ameno.
- Suplemento à Gazeta de Lisboa*, 39, 27-09-1799.

## Estudos

- ABREU, Ilda Soares de (2000). *Simbolismo e ideário político: a educação ideal para o príncipe ideal Seiscentista*. Lisboa: Estar.
- ALESSANDRINI, Nunziatella (2007). “A alma italiana no coração de Lisboa: a igreja de Nossa Senhora do Loreto”. *Estudos Italianos em Portugal*, 2, 163-184.
- ALESSANDRINI, Nunziatella (2011). “Contributo alla Storia della Famiglia Giraldi, Mercanti Banchieri Fiorentini alla Corte di Lisbona nel XVI secolo”. *Studia Storiaca*, 3, 377-407.
- ALESSANDRINI, Nunziatella (2018a). “La Chiesa di Nostra Signora di Loreto: scrigno della memoria”. Carlo Pelliccia (dir.). *Mnemotopie: itinerari, luoghi e paesaggi della lingua portoghese e nelle culture lusofone*. Viterbo: Sette Città, 109-144.
- ALESSANDRINI, Nunziatella (2018b). “La Chiesa di Nostra Signora di Loreto e la nazione italiana di Lisbona (sec. XVI-XVIII)”, in ALESSANDRINI, Nunziatella; BARTOLOMEI, Teresa (dir.), *Chiesa di Nostra Signora di Loreto 1518-2018: una chiesa italiana in terra portoghese*. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 181-192.
- ALLEMANO, Romano (1968). *Oratori Sacri del Seicento. Antologia di Temi e di Motivi dell'Eloquenza Religiosa Barroca*. Turim: Tesi di Laura in Letteratura Italiana, Università degli Studi di Torino, Facoltà di Lettere e Filosofia.
- ALVES, J. J. B. F. (2001). “Cerimónias fúnebres no Porto por D. José (1761-1788), Príncipe do Brasil”. *Genealogia & Heráldica*. 5/6, I, 471-495.

- ALVES, J. J. B. F. (2001<sup>a</sup>). “Cerimónias fúnebres por D. Pedro III (1786)”. *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, 1. Porto: Universidade do Porto, 439-455.
- AMBRASI, Domenico (1996). “Panegirici e Panegiristi a Napoli tra Seicento e Settecento”, in MARTINA, Giacomo; DOVERE, Ugo (dir.), *La Predicazione in Italia dopo il Concilio di Trento tra Cinquecento e Settecento*. Roma: Edizioni Dehoniane, 347-389.
- ARDISSIMO, Erminia (2001). *Il Barroco e il Sacro. La Predicazione del Teatino Paolo Aresi tra Letteratura, Immagini e Scienza*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.
- ARNAL FERRÁNDIZ, Mariana (2015). *Luigi Manini (1848-1936) en el teatro de São Carlos de Lisboa, o un futuro incerto para la herencia de los Bibiena*. Madrid: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade Complutense de Madrid.
- Arte Efémera em Portugal* (2000). Coordenação de João Castel-Branco Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ATAÍDE, M. Maia, Meco, José (1986). *A Igreja de Nossa Senhora do Loreto*. Lisboa: Embaixada de Itália, Instituto Italiano de Cultura.
- BERTINI, Giuseppe (1997). *Le Nozze di Alessandro Farnese: feste alle Corti di Lisbona e Bruxelles*. Milão: Skira.
- BERTINI, Giuseppe (1999). “L’ Entrata Solenne di Maria di Porttgallo a Parma nel 1566”, *D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu Tempo. As Relações Culturais entre Portugal e a Itália na segunda metade de Quinhentos*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, Instituto de Cultura Portuguesa, 69-84.
- BERTINI, Giuseppe (2000). “The Marriage of Alessandro Farnese and D. Maria of Portugal in 1565: Court Life in Lisbon and Parma”, in LOWE, K. J. P. (dir.), *Cultural links between Portugal and Italy in the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 45-59.
- BERTINI, Giuseppe, Jordan, Annemarie (1999). *Il Guardaroba di una Principessa del Rinascimento. L’ Inventario di Maria di Portigallo, Sposa di Alessandro Farnese*, Parma: Il Cavaliere Azzuro, Guaraldi/ Gu.Fo.
- BOLZONI, Lina (1984). “Oratoria e Prediche”, in ROSA, Alberto Asor (dir.), *Letteratura Italiana*. Vol. 3, Turim: Einaudi, 1060-1070.
- BRAGA, Isabel Drumond, Braga, Paulo Drumond (2011). *Duas Rainhas em Tempo de Novos Equilíbrios Europeus. Maria Francisca Isabel de Saboia. Maria Sofia Isabel de Neuburg*, [Lisboa]: Círculo de Leitores.
- BRAGA, Isabel Drumond, Braga, Paulo Drumond (2017). “As Virtudes do Inquisidor Geral: os sermões de exéquias e a imagem dos dirigentes do Santo Ofício no século XVII”, in ASSIS, Angelo Adriano Faria de; MUNIZ, Pollyanna Gouveia de Mendonça; MATTOS, Yllan de (orgs.) (2017). *Um Historiador pelos seus pares: trajetórias de Ronaldo Vainfas*. São Paulo: Alameda, 23-41.
- BRAGA, Isabel M. R. Drumond (1998). “Os Estrangeiros e a Justiça Civil Portuguesa durante o século XVI (1521-1578)”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. 37. Lisboa, Paris, 333-365.

- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (1996). “A Circulação e a Distribuição dos Produtos”, in DIAS, João José Alves (coord.), *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* (Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.). *Nova História de Portugal*. 5), Lisboa: Presença, 232-237.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2001). “As Realidades Culturais”, in MENESES, Avelino de Freitas de (coord.), *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil* (Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) *Nova História de Portugal*. 7). Lisboa: Presença, 465-565.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2002). *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Hugin Editores.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2012a). “D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683), Rainha de Portugal”, in RAVIOLA, Maria Antónia Lopes e de Blythe Alice (coord.), *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias. Nove Séculos de Relações Dinásticas e Destínos Políticos (XII-XX)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 167-210.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2012b). “Eloquência, Cativo e Glorificação. O Sermão de frei José de Santa Maria por ocasião do Resgate Geral de Cativos de 1655”, in DURAN, Maria Renata (coord.), *Triunfos da Eloquência Sermões Reunidos e Comentados 1656-1864*. Niterói: Editora da UFF, 11-40.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2013). “Parenética e profissão de religiosas em Seiscentos: a glorificação da vida fora do século”, *Opsis*, 13, 2, 419-447.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2015a). “Os Italianos e a Inquisição Portuguesa: os Homens, as Ideias e as Mercadorias (séculos XVI-XVII)”, in ALESSANDRINI, Nunziatella; MATEUS, Susana Bastos; RUSSO, Mariagrazia; SABATINI, Gaetano (org.). *Con Gran Mare e Fortuna. Circulação de Mercadorias, Pessoas e Ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» da Universidade de Lisboa, 179-195.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2015b). “Eloquência e Poder Político: o Púlpito Madeirense ao Serviço do Marquês de Pombal”, in FRANCO, José Eduardo; COSTA, João Paulo Oliveira e (dirs.), *Diocese do Funchal. A Primeira Diocese Global. História, Cultura e Espiritualidades*. 1, Funchal: Diocese do Funchal, 503-515.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2015c). “A Parenética Franciscana ao Serviço da Monarquia por Ocasião do Nascimento de D. Maria Teresa de Bragança (1793)”, *Paralellus*, 6, 12, 119-138.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2015d). “Chorar uma Rainha em Portugal e no Brasil: os Sermões por Ocasião da Morte de D. Maria I”, *Anais do I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões – Religiões e Espiritualidades, Culturas e Identidades*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- BRAGA, Paulo Drumond (1997). *A Inquisição nos Açores*. Ponta Delgada: Instituto

Cultural de Ponta Delgada.

- BRAGA, Paulo Drumond (2015). “Ataques às heresias e defesa da Inquisição. Sermões em honra de S. Pedro Mártir (Séculos XVII-XVIII)”, *Anais do I Congresso Lusófono de Ciência das Religiões – Religiões e Espiritualidades, Culturas e Identidades*, 3. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 26-37.
- BRAGA, Paulo Drumond (2017). “Sermões setecentistas portugueses de autos-da-fé”. *LibrosdelaCorte.es* [em linha]. 6. 223-232. [disponível em <https://revistas.uam.es/librosdelacorte/issue/viewIssue/745/412>].
- BRAMBILLA, Elena (2006). *La Giustizia Intolerante. Inquisizione e Tribunali Confessionali in Europa (secoli IV-XVIII)*. Roma: Carocci Editore.
- BRITO, Manuel Carlos de (1989). *Opera in the Portugal Eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUESCU, Ana Isabel (2012). “A Infanta Beatriz de Portugal e o seu Casamento na Casa de Sabóia (1504-1521)”, in LOPES, Maria Antónia; RAVIOLA, Alice (coord.). *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias. Nove Séculos de Relações Dinásticas e Destínos Políticos (XII-XX)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 51-100.
- BUESCU, Ana Isabel (1996). *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa: Cosmos.
- CABECINHAS, Carlos (2010). “A ciência litúrgica como disciplina universitária: Manuel de Azevedo S.J. (1713-1796) e as primeiras cátedras de ciência litúrgica”, *Didaskalia*. Lisboa, 40, 2, 113-133.
- CARDINI, Franco (1991). “I Fiorentini e l’espansione europea”, *Mare liberum*, 2, 31-36.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (2008, 2.ª ed.). *Retórica e teorização literária em Portugal do humanismo ao neoclassicismo*. Lisboa: INCM.
- CASTRO, José de (1939). *Portugal em Roma*. 1. Lisboa: União Gráfica.
- CERDAN, Francis (1992). “L’Oraison Funébre du Roi Phillippe II de Portugal (Philippe III d’Espagne) par Frei Baltasar Paez en 1621”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, 31, Lisboa, Paris, 151-170.
- CLARETTA GAUDENZIO (1863). *Notizie Storiche Intorno alla Vita et al Tempi di Beatrice di Portogallo, Duchessa de Savoia*, Turim, [s.n.]
- CÔRTE-REAL, Manuel (1997). “As Alianças Matrimoniais dos Filhos de D. Afonso Henriques na Política Externa Portuguesa”, *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*. 2 Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, [1997], 447-454.
- DI FILIPPO, Claudia (2008). “Pastorale Tridentina ed Educazione degli Adulti nelle Zone Retiche e Ticinesi all’Epoca di Carlo Borromeo”, in BAGLIANI, Agostino Paravicini; RIGOSO, Antonio (dirs.), *La Comunicazione del Sacro (secoli IX-XVIII)*. Roma: Herder, 309-348.

- ERCOLE, Francesco (1940). “Mafalda di Savoia Prima Regina di Portogallo”, *Relazioni Storiche fra l’ Italia e il Portogallo. Memorie e documenti*. Roma: Reale Accademia d’Italia, 87-89.
- FARDILHA, Luís F. de Sá (1999). “A Celebração Poética em Portugal do Casamento de Maria e Alexandre”, *D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu Tempo. As Relações Culturais entre Portugal e a Itália na segunda metade de Quinhentos*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, Instituto de Cultura Portuguesa, 29-48.
- FILIPPI, Sergio (2013). *La Chiesa degli Italiani: cinque secoli di presenza italiana a Lisbona nell’archivio della Chiesa di Nostra Signora di Loreto*. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto.
- FONSECA, Luís Adão da (1989). “Alguns contributos acerca das relações comerciais e marítimas de Portugal com Génova na Baixa Idade Média”, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. 3, Porto: Universidade do Porto, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 635-644.
- GRINÉ, Euclides dos Santos (1997). *A Construção da Imagem Pública do Rei e da Família Real em Tempo de Luto (1649-1709)*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Igreja do Loreto* (1957). Lisboa, Porto: Tipografia a Desportiva.
- IHALAINEN, Pasi (2011). “The Political Sermon in an Age of Party Strife, 1700-1720: Contributions to the Conflict”, in McCULLOUGH, Peter; ADLINGTON, Hugh; RHATIGAN, Emma (dir.), *The Oxford Handbook of the Early Modern Sermon*. Oxford: Oxford University Press, 495-513.
- JORDAN, Annemarie (2000). “A Masterpiece of Indo-Portuguese Art: the Mounted Rhinoceros Cup of Maria of Portugal, Princess of Parma”, *Oriental Arts*, 46, 3. 48-58.
- LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel (2008). “May de Lisboa e dos Portuguezes Todos. Imagens de Reinas en el Portugal de los Felipes”, *Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: La Casa de Las Reinas (siglos XV-XIX)*. 3. Madrid: Polifemo, 1749-1776.
- LOURENÇO, M. P. M. (2003). “Morte e Exéquias das Rainhas de Portugal (1640-1754)”, *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Universidade do Porto, 579-591.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). Joel Serão e A. H. de Oliveira Marques (dir.). *Portugal na Crise dos séculos XIV a XV (Nova História de Portugal*. 4), Lisboa: Presença. 40-44.
- MARQUES, João Francisco (1986). *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARQUES, João Francisco (1989). *A Parenética Portuguesa e a Restauração (1640-1668)*. 2 v. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica.

- MARQUES, João Francisco (1998). “Lisboa Religiosa na Segunda Metade do século XVII”, *Bento Coelho e a Cultura do seu Tempo. 1620-1708*. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 139-169.
- MARQUES, João Francisco (2001). “Oratória Sacra ou Parenética”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. 4. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 470-510.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2012). “Mafalda de Mouriana e Sabóia (1130/1133-1158)”, in LOPES, Maria Antónia; RAVIOLA, Alice (coords.), *Portugal e o Piemonte: a Casa Real Portuguesa e os Sabóias. Nove Séculos de Relações Dinásticas e Destinos Políticos (XII-XX)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 15-50.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2012). “Mafalda de Mouriana”. *As Primeiras Rainhas. Mafalda de Mouriana. Dulce de Barcelona e Aragão. Urraca de Castela. Mecia Lopes de Haro. Beatriz Afonso*. Lisboa: Círculo de Leitores, 13-104.
- MENDES, Margarida Vieira (1989). *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989.
- MILHEIRO, M. M. de C. (2003). *A Cidade e a Festa no Século XVIII*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- MORENO, Humberto Baquero (1984), “Uma Carta do Cardeal Alpedrinha ao Príncipe D. João sobre a Situação Política da Itália de 1480”, *Revista de História*, 1, 195-204.
- OLIVEIRA, Aurélio de (1996). “Artista Italiano no Barroco Bracarense: o pintor Carlos António Leoni”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.ª série, 13, 365-385. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/8602>.
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira de (2000). *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua História*. Lisboa: INCM.
- OLIWA, Dominika (2011). “Defending the Catholic Faith or Spreading Intolerance? The Sermon Delivered during the Auto-da-Fé in 17<sup>th</sup> century Portugal as an Example of Anti-Jewish Literature”, *Scripta Judaica Cracoviensia*, 10, 71-83.
- OLIVEIRA, R. P. de (2008). “Cerimónias Fúnebres por Inquisidores Gerais no século XVIII”, *Revista de Portugal*, 5, 21-30.
- PAIVA, José Pedro (2009). “Episcopado e Pregação no Portugal Moderno: Formas de Actuação e de Vigilância”, *Via Spiritus*, 16, 42-43.
- PALOMO, Federico (1997). “‘Disciplina Christiana’ Apuntes Historiográficos en torno a la Disciplina y el Disciplinamento Social como Categorías de la Historia Religiosa de la Alta Edad Moderna”, *Cuadernos de Historia Moderna*, 18, 119-136.
- PALOMO, Federico (2006). *A Contra-Reforma em Portugal. 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes (2012). *Retórica e eloquência em Portugal na Época do Renascimento*. Lisboa: INCM.

- PETHEY-GIRARD, Bruno (2006). “Parler des Morts, Parler de Soi. Remarques sur la Place du Sujet dans les Harangues Funèbres”, EICHEL-LOJKINE, Patricia (dir.), *De bonne vie s’ensuit bonne mort : récits de mort, récits de vie en Europe (XV<sup>e</sup>- XVII<sup>e</sup> siècle)*. Paris : Honoré Champion, 169-182.
- PIRES, Maria Lucília Gonçalves (1996). *Xadrez de Palavras. Estudos de Literatura Barroca*. Lisboa: Cosmos.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior (1953). *Frei António das Chagas: um homem e um estilo do século XVII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior (1961). *A Oratória Sacra em Portugal no século XVII, segundo o Manuscrito 362 da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Coimbra: [s.n.].
- PROSPERI, Adriano (1994). “Riforma Cattolica, Contrariforma, Disciplinamento Sociale”, in ROSA, Gabriele De; GREGORY, Tulio (dirs.), *L’Età Moderna*. Roma: Bari, Laterza, 3-48.
- PROSPERI, Adriano (1996). *Tribunali della Coscienza. Inquisitori, Confessori, Missionari*. Turim: Einaudi.
- RAU, Virginia (1968). *Estudos de História: mercadores, mercadorias, pensamento económico*. Lisboa: Verbo.
- RAU, Virginia (1971). “Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni mercador-banqueiro florentino ‘estante’ em Lisboa nos meados do século XV”, *Do tempo e da história*, 4, 97-117.
- RAU, Virginia (1973). *Portugal e o Mediterrâneo no século XV: alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*. Lisboa. Centro de Estudos da Marinha.
- RAU, Virginia (1984). *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Presença.
- REINHARD, Wolfgang (1994). “Disciplinamento Sociale, Confessionalizzazione, Modernizzazione. Un Discorso Storiografico”, in PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coords.), *Disciplina dell’Anima, Disciplina del Corpo e Disciplina della Società tra Medioevo ad Età Moderna*. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 101-123.
- ROSÁRIO, Francisco Morais do (1983). *Privilégios dos Genoveses em Portugal*. Lisboa: [s.n.].
- RUSSO, Mariagrazia (2012). “Relações Interculturais Luso-Italianas no século XVI através da Nunciatura Apostólica de Lisboa”, in ALESSANDRINI, Nunziatella; RUSSO, Mariagrazia; SABATINI, Gaetano; VIOLA, Antonella (orgs.), *Di Buon Affetto e Commercio. Relações Luso-Italianas na Idade Moderna*. Lisboa: CHAM, 41-68.
- SACCENTTI, Riccardo (2011). “Il De Servorum Dei beatificatione et beatorum canonizatione di Prospero Lambertini, papa Benedetto XIV: materiali per una ricerca”, in FATTORI, Maria Teresa (dir.), *Le fatiche di Benedetto XIV: saggi sulla trattadistica di Papa Lambertini*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 121-152.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1994). “As relações entre Portugal e a Itália no século XV”. *Álvares Pires de Évora: um pintor português na Itália do quattroceto*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- SÃO PAYO, Conde de (1930). *Os que foram para Sabóia com a Infanta Duquesa*. Lisboa: [s.n.].
- SCHILLING, Heinz (1994). “Chiese Confessionali e Disciplinamento Sociale. Un Bilancio Provvisorio della Ricerca Storica”, PRODI, Paolo; PENUTI, Carla (coords.), *Disciplina dell’Anima, Disciplina del Corpo e Disciplina della Società tra Medioevo ad Età Moderna*. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 125-160.
- SCHILLING, Heinz (2007). “L’Europa delle Chiese e delle Confessioni”, VISCEGLIA, Maria Antonietta (dir.), *La Radici Storiche dell’ Europa. L’Età Moderna*. Roma:Viella, 69-81.
- SCHULZE, Winfried (1992). “Il Concetto di ‘Disciplinamento Sociale nella prima Età Moderna’ Gerhard Oestreich”, *Annali dell’Istituto Storico Ítalo-Germanico in Trento*, 18, 371-411.
- SERRÃO, Vítor (2018). “A pintura antiga na igreja de Nossa Senhora do Loreto”, *Chiesa di Nostra Signora di Loreto 1518-2018: una chiesa italiana in terra portoghese*. Lisboa: Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, 147-180.
- SHAMI, Jeanne (2011). “Women and Sermons”, in McCULLOUGH, Peter; ADLINGTON, Hugh; RHATIGAN, Emma (dirs.), *The Oxford Handbook of the Early Modern Sermon*. Oxford: Oxford University Press, 155-177.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro (1994). *O Príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- TEDIM, J. M. (1989). “Teatro da Morte e da Glória. Representações Fúnebres nas Exéquias de D. João V na Sé de Braga”, *Revista de Ciências Históricas*, 4, 281-292.
- TEDIM, J. M. (1990). “Festas Barrocas no Brasil Colonial. Exéquias de D. João V em S. Salvador da Baía e S. João d’El-Rei”, *Relaciones artísticas entre la Península Ibérica y América. Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte*, Valladolid, 273-276.
- TEDIM, J. M. (1991). “Carlo Fontana e as Exéquias de D. Pedro II na Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma”, *I Congresso Internacional do Barroco: actas*. 2. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 503-518.
- TEDIM, J. M. (2000). “Aparatos Fúnebres, Ecos Saudosos nas Exéquias de D. Pedro II e D. João V”, *Arte Efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, 237-279.
- VERLINDEN, Charles (1957). “La colonie Italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitaine et coloniale portugaise”, *Studi in Onore di Armando Saponi*. Milão: Istituto Editoriale Cisalpino, 615-628.
- VITERBO, Sousa (1908). “Do Dote de D. Beatriz de Portugal, Duquesa de Sabóia”, *Archivo Historico Portuquez*, 6, 118-120.
- WRIGHT, A. D. (2000). “The Interaction of the Portuguese and Italian Churches in the Counter-Reformation”, in LOWE, K. J. P. (dir.), *Cultural links between Portugal and Italy in the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 61-74.
- ZARDIN, D. (2010). *Carlo Borromeo: cultura, santità, governo*. Milano: Vita e Pensiero.

(Página deixada propositadamente em branco)

# O Retábulo do Convento da Madre de Deus de Sá. Conjunto de Retábulo e Sacrário em Exposição – Museu de Aveiro, Santa Joana

*The Altarpiece of the Convent of “Madre de Deus de Sá”. Retable and Tabernacle Ensemble in Permanent Exhibition, Aveiro Museum, Santa Joana*

**MARIA DA LUZ NOLASCO CARDOSO**

Conservadora do Museu de Aveiro / Santa Joana  
mlnolasco@cm-aveiro.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 16/10/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 06/07/2019

**Resumo.** No século XVII o lugar de Sá era um território sob jurisdição civil da comarca de Ílhavo e resultava de uma extensão natural das terras de Ílhavo, como se de um enclave se tratasse, por entre as “agras da *Villa de Aveiro*”. É do Mosteiro da Madre de Deus de Sá, casa das Religiosas da Ordem Terceira de São Francisco, que nos propomos falar usando como metodologia a leitura visual e presencial do conjunto retabular e sacrário em exposição no Museu de Aveiro, Santa Joana. Pese embora este retábulo não subsista na sua totalidade, cruzaremos a leitura dos elementos remanescentes do conjunto retabular, com o contrato de obra para pintura, estofa e douramento do retábulo-mor do Mosteiro de Sá assinado entre o Pintor Pedro Monteiro Ferreira, morador na cidade do Porto e as Religiosas de Sá, em 1688.

**Palavras-chave.** Retábulo, Sacrário, Contratos, Apontamentos e Riscos.

**Abstract.** In the seventeenth century, the place of Sá was a territory under the civil jurisdiction of the Comarca de Ílhavo and resulted from a natural extension of those lands, as if it was an enclave, between the agricultural areas of the *Villa de Aveiro*. It is from the Monastery of Madre de Deus de Sá, house of the Religious of the Third Order of San Francisco, that we propose to speak using as a methodology the visual and face-to-face reading of the retabular and sacral assembly on display at the Aveiro Museum, Santa Joana. Although, this altarpiece does not subsist in its entirety. We will cross the reading of the remaining elements of the retable set, with the work order for painting, upholstery and gilding of the main altarpiece of the Monastery of Sá signed between the Painter Pedro Monteiro Ferreira, of Porto and the Religious of Sá, in 1688.

**Keywords.** Retable, Tabernacle, Contracts, Notes and Risks.

## Introdução

Para melhor compreendermos a produção artística de encomenda religiosa que integrava os ambientes monásticos do período de Setecentos em Aveiro, teremos necessariamente de nos socorrer de diversas fontes

documentais que confirmam a encomenda de bens materiais de manifesto valor patrimonial e artístico, e que apontam para um número rico e variado de detalhes acerca da geografia física do lugar de Sá<sup>1</sup>. Segundo um documento datado de 3 de abril de 1309, nomeadamente, a carta de D. Dinis ordenando a demarcação de Esgueira e de Sá, é confirmada a entidade do Vale dito de Sá como lugar bem demarcado da *Villa* de Esgueira. A partir de dados colhidos na obra de Francisco Messias Trindade Ferreira, no Tombo da Confraria dos Pescadores e Mareantes de Santa Maria de Sá, retiramos o seguinte:

“este pequeno lugar encastrado entre os concelhos medievais de Aveiro e Esgueira é, de alguma forma, profusamente referido na documentação medieval. (...) Era dito estas terras serem, para a época, “solos de qualidade para a agricultura, e a proximidade do mar com conseqüente potencial necessário para a arte da pesca e uma fronteira alagadiça que possibilitaria a prática de exploração salícola” (Ferreira 2009:15-16).

A esta divisão correspondiam oito marcos bem precisos, sendo o oitavo marco “o que passa por divisão de pedra do canto que há sobre o moinho que de parte o termo ante Aveiro e Esgueira”<sup>2</sup> (Madail 1959:116). O Vale de Sá, de acordo com a demarcação territorial contida na referida Carta de D. Dinis de 1309, foi à época alvo de confirmação por inquirição previamente realizada no mesmo ano de Trezentos em Aveiro (ANTT, Estremadura, L II, fl.307), sendo esta referida como “Aveiro e em eesa terra de marínha” e o valle que “chamam de saa que antre saa e Jsgueira” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Estremadura, Liv.II, fl. 307, in Milenário de Aveiro, 1959). Eram, na época de 1234, um encadeado de esteiros que iam da Foz Velha a Sá, terra de lezírias e terra de alguma indefinição de limites (Gautier Neto 2009: 44-45). Fernando Neto expõe num artigo sobre “As barras da Ria de Aveiro até o século século XVII”, publicado na Revista Municipal “SAL” a localização das barras e sua evolução na cartografia dos séculos XVI ao XVIII, documentando aspetos da “economia local e do estatuto do sal que tornou a vila, a partir de meados do século XIV, no centro fornecedor de sal no Norte do reino” (Neto 2009: 43-46).

Acrescentamos ao singular valor da geografia física do *Valle* de Sá a distinta geografia humana, ou seja, a que estabelece o valor da interação entre

---

<sup>1</sup> Obra da autoria de Francisco Messias Trindade Ferreira, de 2009, dito Tombo da Confraria dos Pescadores e Mareantes de Santa Maria de Sá.

<sup>2</sup> Milenário de Aveiro- coletânea de documentos históricos entre 959 e1516.

a sociedade e o território e que na época em que situamos o objeto do nosso estudo nos ajuda a entender a identidade de Sá e das suas comunidades. Mandado realizar por D. Dinis a “Inquirição da terra do Vouga no ano de 1282 fica-se a saber o seguinte: “que o lugar tomou o nome de Santa Maria de Sá (em 1275); que havia quatro casais e que todos eles foram pertença de el-rei” (Madahil, 1959). A assinalar a importância da Confraria dos Pescadores e Mareantes, o Tombo original, iniciado em 1577 (ADA, Confraria de Santa Maria de Sá de Aveiro, 1393-1855, Tombo, L 1), encontra-se no cartório paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, sede da atual freguesia da Vera Cruz. A documentação relativa à Confraria de Santa Maria de Sá de Aveiro foi depositada no Arquivo Distrital de Aveiro, ao abrigo do protocolo estabelecido entre este e o Arquivo Diocesano de Aveiro para tratamento, organização, descrição e difusão da documentação e respetiva digitalização (PT/ADAVR/DIO/CSMSAVR12). O Tombo estruturava-se em quatro temas e um sumário relativo ao Hospital, sendo verdade que: “numa época em que a assistência estava a cargo de mosteiros e Igrejas e nada existia fora disso, a intervenção de confrarias (...) único recurso à disposição das populações mais carenciadas e desprotegidas” (Ferreira 2009: 36-37). É neste contexto temporal, com uma geografia física e humana característica do local, que o nosso objeto de estudo se situa e, que ao dar entrada no Museu, se perpetua. (Figura 1)

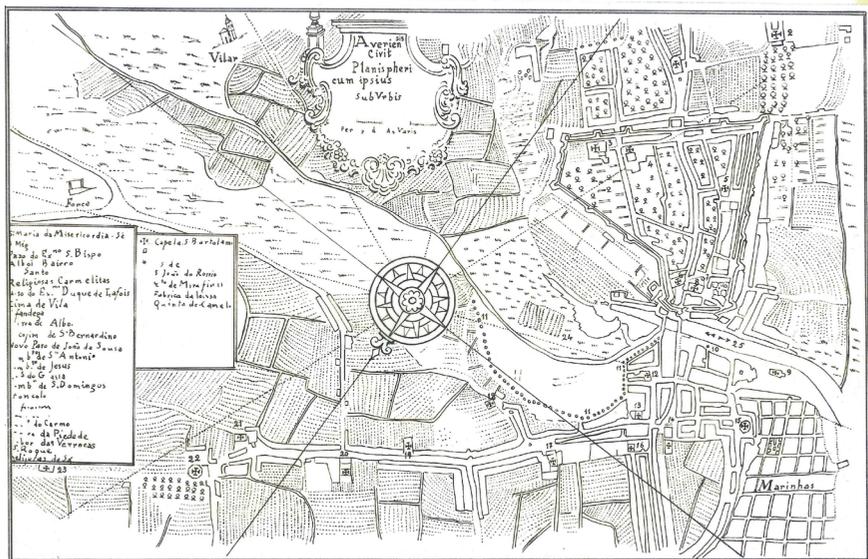


Fig. 1. Gravura AVEIRO séc. XVIII, Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses pelo General João de Almeida, 1946.

## **1. O Mosteiro da Madre de Deus de Sá – amortização dos bens e direitos prediais**

Deste período histórico em que situamos o Mosteiro da Madre de Deus de Sá, desde a sua fundação em 1644 até à sua extinção em 1885, muitas foram as transformações sociais, políticas e económicas refletidas na vida deste mosteiro. Após a extinção das Ordens Religiosas, emanada pelo Decreto de 30 de maio de 1834, os bens do Convento da Madre de Deus de Sá foram incorporados na Fazenda Pública ficando o Convento funcional até à morte da última freira. A última abadessa do Convento de Sá e última freira Ana Benedita de São Miguel recebeu o subsídio mensal, com direito à soma de todos os meses em débito desde a extinção do convento decretada a 25 de junho de 1885, na importância de quarenta mil reis (Pina 1886: 5; Rocha 2009: 94-97). Este subsídio destinava-se à sua sustentação, já que terá sido obrigada a sair do Convento de Sá para Fermelã, onde faleceu a 29 de setembro de 1889, na freguesia de São Miguel de Fermelã (Pina, 1886: 91-92). Esta saída terá sido forçada após o incêndio ocorrido no Convento na noite de 11 para 12 de janeiro de 1882 (Rocha 2009: 96).

No entanto, as vicissitudes sucedidas naquele convento ao longo do período de oitocentos foram sucessivas: destacamos o incêndio ocorrido no imóvel em 1882 e ainda a sua demolição decretada em 1885, ao que se lhe seguiram as obras para construção do novo quartel do Regimento de Cavalaria nº. 10 de Aveiro, tendo-se-lhe dado o nome de “Quartel do Infante D. Augusto”. Foram dadas ordens de transferência ao referido regimento na manhã de 8 de setembro de 1888. O traçado e delineamento foram da responsabilidade de António Ferreira de Araújo e Silva, então diretor das obras públicas do Distrito de Aveiro (Marques Gomes 1899: 316).

## **2. Comissão Organizadora do Museu Regional de Aveiro, no ano de 1911-12**

Entretanto, no que reporta ao arrolamento dos bens móveis que pertenceram ao extinto Convento de Sá sabemos que foram descritos numa relação exaustiva sob disposição da Direção Geral da Fazenda Pública, e que por determinação do reverendíssimo Senhor Bispo Conde, D. Manuel de Bastos Pina, à data de 1885, foram estes bens entregues em depósito ao arcipreste do distrito eclesiástico de Aveiro (ANTT, Direção Geral da Fazenda Pública, Processo 37096 – S, Caixa nº 3). Constavam desta lista, entre outros,

três altares de talha dourada e um de talha pintada; uma tribuna dourada com os competentes pedestais de pedra lavrada e respetivo Sacrário, todo dourado; uma porção de madeira de castanho do teto da Igreja e florões do mesmo (...) e quatro imagens em castanho de Nossa Senhora da Conceição, São Francisco de Paula, Senhora do Rosário e São José (...) <sup>3</sup>, entre outros. No que se reporta ao caso concreto dos bens supra mencionados sabemos documentalmente que estes ficaram durante anos (25 anos) na posse da Junta de Paróquia da Freguesia da Vera Cruz que os recebeu por depósito da autoridade eclesiástica não lhes dando a aplicação que desejavam numa nova Igreja a (re) construir na Vera Cruz <sup>4</sup>

À Comissão Organizadora do Museu Regional de Aveiro, no ano de 1911-12, interessava coletar o maior número de objetos de valor histórico e artístico a par com outros bens provenientes de extintas casas religiosas e estabelecimentos públicos (Portaria do Ministério do Interior de 11 de Junho de 1912, em Diário do governo nº 135), para assim constituírem o acervo do museu. Motivados pelo valor patrimonial dos bens em reserva provenientes do Convento de Sá, foi redigido pelo Aveirense Jaime Magalhães Lima um documento reclamando a transferência destes bens do Convento de Sá para o museu. Magalhães Lima apresentou-se na condição de presidente da Comissão local encarregada de organizar no extinto Convento de Jesus de Aveiro um Museu, reclamando o direito aos objetos que haviam pertencido ao Convento de Nossa Senhora da Madre de Deus de Sá por estes serem igualmente pertença do Estado português, e por se encontrarem em depósito na paróquia da Vera Cruz, arrecadados em más condições e em degradação. A petição da sua inclusão no património do Museu Regional de Aveiro foi redigida e enviada a 28 de junho de 1912, tendo sido positivamente aceite, resultando na incorporação de grande parte destes bens no acervo museológico (Direcção-Geral da Fazenda Pública (1840-1958); (PT/TT/MF-DGFP).

### 3. Documentos e fontes gráficas: olhares e lugares

É necessário recuar ao século XVII, período cronológico da fundação do Convento da Madre de Deus de Sá, e pesquisar diversas fontes arquivísticas

---

<sup>3</sup> Relação de objetos conforme Inspeção de Finanças do Distrito de Aveiro (documento fotocopiado); datado de 24 de Julho de 1912, e assinado pelo 2º Oficial Viriato Ferreira de Lima.

<sup>4</sup> O Arquivo da Confraria foi relacionado pela Junta de Paróquia da Vera Cruz de Aveiro em 1874-01-01 (Vd: Junta de Paróquia da Vera Cruz, Série Inventário: PT/ADAVR/DIO/PAVR12-JPRQ/004/00001).

com informação sobre obras de talha, douramento, ensamblagem e pintura. Em complemento também se pesquisarão obras e estudos, teses e ensaios recentes, que se encontram publicados em torno do património religioso e monástico, ou que estão acessíveis em plataformas documentais digitais e que, neste formato, ampliam o leque qualificado de investigação no campo das ciências sociais, da história e das humanidades.

Acerca da volumetria arquitetónica do espaço Monástico e da envolvente, existem algumas imagens, do passado recente, recuperadas num antigo acervo doado pelo António Campos Graça<sup>5</sup> à imagoteca municipal. São registos fotográficos da época de Oitocentos, com especial destaque para o cliché de 1880, no qual se inscreve uma vista panorâmica a partir da Capela do Senhor das Barrocas abrangente a toda a zona das Agrads, ou mais corretamente, à das Granjas (Figuras 2 e 3).



**Fig. 2.** Lugar de Sá e Barrocas, Aveiro, em 1880; imagem de arquivo de António Graça. IMAGOTECA / CMAveiro.



**Fig. 3.** Rua de Sá, Aveiro, em 1880; imagem de arquivo de António Graça IMAGOTECA / CMAveiro.

<sup>5</sup> António Campos Graça (Aveiro, 1903-1991), sapateiro, músico, membro de associações culturais e colecionador de fotografias de Aveiro, entre 1880-1888.

Atendendo a que o Mosteiro foi demolido em 1889 (Quadros 1905: 192-194), é de especial relevo termos presente imagens de uma memória recente provida por clichés de finais do século XIX e por postais ilustrados, registando o imóvel após a sua adaptação a um serviço militar, o quartel “Regimento de *Cavalaria nº 10*” criado em 1833, visível nos fotogramas e demais documentos gráficos constantes do acervo da atual Imagoteca Municipal de Aveiro.

A par dos documentos gráficos os inventários das irmandades e ordens religiosas são basilares para a identificação dos bens e do património artístico proveniente dos processos de desamortização dos bens da Igreja<sup>6</sup>, tendo sido legalmente decretada a incorporação dos bens das instituições religiosas na esfera das Ordens Regulares em Portugal na Fazenda Nacional. Mas, entre outros suportes documentais, a evidência material de maior relevo é a obra em si mesma, sobrevivente e paradigma do impulso de sobrevivência que a memória coletiva reclama e que o museu expõe.

#### 4. Paradigma do impulso de sobrevivência – o retábulo de Sá

Partindo do “objeto” ao “museu” e perante os testemunhos visuais ainda remanescentes, nomeadamente, as estruturas retabulares da Igreja da Madre de Deus de Sá que se encontram na exposição permanente do Museu de Aveiro, Santa Joana, propomos fazer a leitura visual das peças que integraram na origem o retábulo da capela-mor e o sacrário da Igreja das Religiosas de Sá, conduzindo o olhar do observador pela análise e leitura textual do contrato de obra que serviu de base à conceção do retábulo. Pretende-se descobrir, em simultâneo, através deste paralelo de leituras, o que motivou e ditou o risco das obras, bem como a mestria técnica que capacitou os artistas transformarem a matéria em bruto, a madeira, em composições cenográficas com narrativas específicas e integradoras do vocabulário religioso na arquitetura sacra e no quotidiano das comunidades.

Sendo os testemunhos do retábulo-mor provenientes do Convento da Madre de Deus de Sá profusamente entalhados mas sem acabamento a dourado, a verdade histórica e documental é que, por norma, uma obra de talha produzida no período barroco em Portugal era destinada continuamente a ser dourada, que neste estudo de caso é confirmado pelo contrato existente de 1688. No entender da investigadora Sílvia Ferreira, “os casos em que tal situação não ocorreu apresentaram-se como exceções no panorama geral da

---

<sup>6</sup> Lei emanada no decreto de 30 de Maio de 1834 e da Lei de Separação do Estado da Igreja de 20 de abril de 1911.

sua produção, sendo usualmente causados pela falta de condições económicas dos comitentes da obra. O elevado custo que a execução da talha comportava, obrigava, bastas vezes, ao adiar do seu douramento” (Ferreira 2015:13). Acresce ainda que a este conjunto retabular pertence um sacrário que chegou até nós dourado, policromado e estofado de acordo com que é mencionado no contrato atrás referido: “Apontamentos da forma que se ha de dourar e estofar o Retabollo e sacrario e tribuna da capella mor das Relegiozas do mosteiro de Sá desta Villa de Aveiro” (Brandão 1984: 656-657).

A existência do contrato, materializado em escritura lavrada em Aveiro a 16 de agosto de 1688, celebrado com o pintor Pedro Monteiro Ferreira, morador na cidade do Porto, na Rua de Sobre o Muro da Lada, designado como pintor de óleo num espaço de tempo compreendido entre 18 de outubro de 1672 a 3 de março de 1678 (Ferreira Alves 1989: 378 e 692), reforça a conclusão de que as colunas de fuste espiralado (torso) com seus capiteis compósitos foram na origem dourados. Esse douramento terá sido posteriormente retirado, o que no contexto do processo de musealização destes bens patrimoniais se entende ter sido resultante do mau estado de conservação em que alguns elementos do retábulo de Sá se encontravam após a extinção da Ordem Terceira das Madres de Deus de Sá. Tal como já referido, estes bens foram arrolados em 1885, tendo sido depositados sem o devido acondicionamento durante 25 anos, e entregues à Junta da Paróquia da Vera Cruz. Acresce a esta mencionada degradação<sup>7</sup> a hipótese de uma tendencial opção de época. Como afirmou a Conservadora Maria Conceição Casanova:

“Em termos de filosofia e prática da conservação, compara-se a realidade Nacional e Internacional. Em Portugal, a valorização do estado original das obras de arte, a par da ambição do resta-belecimento da harmonia do conjunto, resultou na reconstituição e prática do restauro mimético” (Casanova 2014: 58).

O contributo que se pretende com este estudo de caso do Retábulo da Madre de Deus de Sá, de Aveiro, é o da observação minuciosa com recurso ao laboratório de conservação e restauro a fim de empreender uma análise das peças em causa e aferir as implicações desta última fase de douramento, permitindo refletir sobre as questões do legado e da sua fruição estética. Dir-se-ia, na atualidade: reflexões sobre a fruição “imersiva” do património artístico nacional.

---

<sup>7</sup> É assim mencionada na petição escrita, redigida e enviada por Jaime Magalhães Lima a 28 de Junho de 1912 (doc. fotocopiado e existente no Arquivo do MA).

#### 4.1. Conceção e encomenda do conjunto Retabular e do Sacrário – o contrato de 1688

Através do contrato que serviu de base ao douramento do retábulo, sacrário e tribuna da capela-mor do convento das Religiosas de Sá é possível entender detalhes da sua conceção e encomenda, que permitem analisar as fases do douramento da obra reatualizando o sentido do léxico de palavras e expressões antigas usadas nos *apontamentos* do pintor. Por não termos tido acesso ao contrato de construção dos conjuntos retabulares do Mosteiro de Sá resta-nos fazer um levantamento dos entalhadores que laboravam em Aveiro na época compreendida entre 1650 e 1699, servindo-nos da lista de profissionais elencada por Natália Marinho Ferreira Alves (Ferreira Alves 1989: 341- 378) cruzando-a com os contratos para a execução das obras de talha dourada no território de Aveiro, para este mesmo período, constantes da documentação reunida pelo Bispo Auxiliar do Porto, Domingos de Pinho Brandão (Brandão 1984: 339-397).

A possibilidade de algum paralelismo formal entre as obras realizadas pelos entalhadores que laboraram em Aveiro e as existências do retábulo da Madre de Deus de Sá determina que se crie um confronto analítico entre as várias obras de talha dourada. Entre 1650 e 1699 a maioria dos mestres entalhadores que laboravam em Aveiro residiam no Porto. Registam-se alguns deles: Roque Nunes, entalhador e escultor, morador na Rua da Ponte Nova; Domingos Lopes, mestre de arquitetura, escultor e ensamblador, morador na Rua da Ponte Nova; Pedro de Oliveira, oficial de ensamblador, morador na Rua de Belmonte; António Gomes, ensamblador, mestre de arquitetura, entalhador e mestre de carpintaria, morador na Rua das Flores; Tomé Coelho Ferreira, dourador, morador na Rua Cima do Muro; Pedro Monteiro Ferreira, pintor, morador na Rua de Sobre o Muro da Lada. O mestre entalhador António Gomes realizou a obra de talha para a Igreja de Jesus das Dominicanas de Aveiro, conjuntamente com o mestre entalhador José Correia, mas em data posterior, entre 1725-1728 (Brandão 1984: 474).

Os mestres António Gomes e Domingos Nunes contrataram em 1679 o retábulo-mor do Convento de Santo António de Aveiro, extramuros, não correspondendo este ao atual retábulo-mor. O mestre António Gomes fez diversas empreitadas em Coimbra durante a 1ª metade de setecentos, quer para a Universidade de Coimbra quer para a Igreja do Convento de Santa Clara-a-Nova. Nestes precisos retábulos é visível um idêntico formulário decorativo e um análogo traço dos elementos estruturais: as colunas de fuste espiralado com recamo de parras, uvas e pequenas aves, encimadas por

capitéis onde assentam segmentos de entablamento com mísulas pequenas em “s” invertido, pontuando a divisão entre o corpo central e o ático.

No retábulo de Sá a escala das colunas ultrapassa a de qualquer um dos exemplos referidos, mas o formulário repete-se; os painéis relevados e figurativos que se expõem no Museu de Aveiro / Santa Joana provenientes de Sá têm idêntico detalhe nas composições figurativas dos quatro painéis retabulares de Santa Clara de Coimbra. Destaque para os elementos da natureza no tratamento das copas das árvores, dos panejamentos, das arquiteturas e das faces humanizados dos santos representados, por exemplo, o da Rainha Santa Isabel (Brandão 1984: 754). Ainda no plano do paralelismo formal, ao referirmos o caso do Padre Sebastião Dinis da Fonseca que fez o retábulo e sacrário para o altar do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de S. Miguel de Aveiro em 1691 (Pinho Brandão 1984: 735), podemos pressupor que tenha sido no contexto destas relações entre oficiais de um mesmo regimento profissional, que presumivelmente se encontraria o autor do risco e/ou mestre entalhador responsável pela obra de talha do Convento da Madre de Deus de Sá.

Outra particularidade do contrato é a apresentação de fiadores por parte do contratante. António Marques da Fonseca, morador na vila de Aveiro e um dos oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de São Miguel em 1691, serviu de testemunha e fiador, assinando o contrato da obra de talha para o retábulo desta Igreja com o padre Sebastião Dinis da Fonseca. Fonseca serviu aliás de representante legal na escritura do contrato de douramento do Convento de Sá em 1688 com o pintor Pedro Monteiro Ferreira. Será oportuno destacar, neste contexto, a tese que o investigador Francisco Lameira tem documentalmente sustentado, no que reporta à produção artística e aos profissionais que concebiam o risco ou a traça dos retábulos, propondo três situações distintas: profissionais que concebiam o risco e tinham formação erudita – arquitetos, engenheiros e mestre-de-obras reais; os que adquiririam conhecimentos através do velho sistema corporativo, ou seja, os mestres responsáveis por oficinas, tais como os pedreiros, entalhadores, pintores, douradores, imaginários, entre outros; e finalmente os curiosos, que tanto poderiam ser nobres, clérigos ou mercadores (Lameira, 2005).

Ilustra este último caso, o dos “curiosos”, o padre Sebastião da Fonseca, prior de Codal, Macieira de Cambra, que contratou *na forma de hus apontamentos e declarassois feitos e assinados pelo dito Reverendo* a obra do retábulo e sacrário para o altar do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de São Miguel de Aveiro, em 1691 (Pinho Brandão 1984: 735). Parece que à força dos vínculos corporativos se associava, em alguns casos, a dos

laços identitários e de pertença a grupos de interesse tais como a ordens e confrarias fomentando uma rede de proximidade.

## 5. Análise técnica, morfológica e simbólica do retábulo e do sacrário de Sá

Far-se-á agora uma análise mais interactiva, de observação direta das peças e da respetiva avaliação material, técnica, morfológica e simbólica. O entendimento da obra a partir da sua valia técnica implica observar os modos de execução: à técnica está associada a opção formal do desenho e o método de conceção da peça. Perante a obra o observador terá a oportunidade de se familiarizar com o objeto e com a prática do ofício; o do mestre entalhador e do conjunto de ofícios inerentes a esta prática tais como o labor do carpinteiro, do marceneiro, do ensamblador, entre outros, articulados segundo uma hierarquia laboral e corporativa de saberes e de responsabilidades face ao mester que desenvolviam.

Aliar à observação das obras em talha os seus utensílios e matérias-primas é também elucidativo do método de conceção da peça. A técnica e o material condicionam a forma, logo a autonomia da talha em Portugal dita também o avanço que este mester adquiriu pela acessibilidade na época em obter madeiras de especial qualidade, desde a madeira de castanho (*castanea sativa*), carvalho (*quercus robur*), cedro (*juniperux oxycedros*), e bordo (*acer pseudoplatanus*), em detrimento de outros materiais presentes em exemplares de finalidade idêntica. O presente caso de estudo é testemunho da talha e da sua tecnicidade aplicada na madeira de castanho.

No caso concreto do retábulo-mor e do sacrário do Convento de Sá é de relevar a análise do valor formal do conjunto explicado pela conceção e proporções canónicas, tendo em conta o risco do retábulo (Figuras 4 e 5). A composição advinda dos finais de Seiscentos é confirmada pelo contrato de douramento do retábulo mor de Sá, correspondendo a encomenda do seu douramento a 1688.

A escala e ordem arquitetónica ditada pelas colunas espiraladas marcam o período do barroco Nacional ou Pedrino, definindo o risco de um retábulo com arcos triunfais correspondente a um vão de grandes dimensões ostentado uma ampla boca de tribuna em cujo interior se integraria um sacrário monumental de carácter individualizado. Tipologicamente este sacrário tem a estrutura tripartida com dois corpos sobrepostos, de nível e com secção em trapézio; a faixa da base, mais baixa, funciona como uma predela, à qual

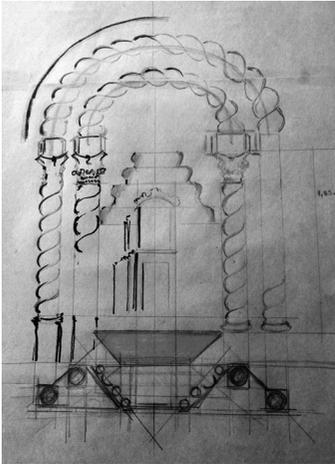


Fig. 4. Desenho do Retábulo do Convento da Madre de Deus de Sá, a partir das peças expostas no percurso permanente do MA/SJ. 2017, MLNC, © Arquivo Museu de Aveiro.



Fig. 5. Colunas torsas com capitéis coríntios do Retábulo da Capela-mor da Capela-mor da Madre de Deus de Sá, Aveiro. 2017, MA / SJ © Arquivo MA.

se colocaram acrescentos de época avançada. As ilhargas cortam em ângulo convexo o tramo central a que nos referimos; o corpo intermédio contém a caixa onde se guardam as hóstias sagradas e o corpo superior integra um nicho (Figuras 6 e 7). Reportando ao contrato de 1688, o sacrário será:

“todo dourado do dito ouro burnido e sobido e as imagens que estão nelle serão estofadas de borcado com suas pedras pelas ourelas e a senhora será estofada da mesma forma e os cabelos serão dourados e por cima se lhe dará huma Cor e os pasaros e frutos que vão neste sacrário serão estofados como também a pianha que fica no ssima e o Christo sera estofada a capa delle e por detrás da Senhora será dourado e estofado de borcado” (Pinho Brandão 1984:657- 658).(Figuras 8 e 9)

Nos apontamentos do mestre pintor não nos é dado colher a raiz da sua inspiração ou os modelos pelos quais rege o vocabulário decorativo aplicado. Destacamos a singularidade dos pequenos “atlantes” que ladeiam a porta do sacrário onde se destaca a figura relevada, dourada e estofada do “Cristo Bom Pastor”, que na iconografia cristã reporta ao Evangelho de João, o Bom Pastor, reforçando o sentido cristo-cêntrico e caritativo das religiosas de Sá.



Fig. 6. Sacrário do Retábulo-mor do Convento da Madre de Deus de Sá, Aveiro. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



Fig 7. Porta do Sacrário de Sá, integrada no 1º corpo do tramo central. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



Fig. 8. Detalhe com cariátide figurativa na lateral à porta do Sacrário de Sá. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



Fig. 9. Representação de Cristo o Bom Pastor, entalhado, dourado, estofado e policromado. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.

Estes pequenos “homens angélicos” exibem um colar de contas vermelhas desenhado em redor do pescoço, e os membros inferiores fecham num acanto trilobado com perlado ao centro imitando rubis de cor carmim; a cabeça ampara o enrolamento abalaustrado que emoldura na vertical a porta do sacrário (Figuras 10 e 11).



Fig. 10. Anjos e bouquet de flores em arco; composição entalhada, dourada e policromada com aplicação de glasis sobre pigmento carmim. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



Fig. 11. Destaque de prismas angulares, brilhantes e de cor vermelha - os glasis - que na talha imitam pedras preciosas, tais como rubis. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.

## 6. Documento sobre obra de pintura, estofe e douramento do Retábulo-mor da Igreja do Mosteiro de Sá, datado de 16 de agosto de 1688

A apropriação pela Igreja Católica de uma iconografia simbólica que recupera motivos clássicos da Grécia Antiga, símbolos pagãos, e, simultaneamente, motivos figurativos icónicos e simbólicos provenientes de diferentes culturas e aos quais vai atribuir novos significados à luz da teologia cristã (Bazim 1953:16), origina uma multitude de elementos inspiradores de composições artísticas, que a arte da escultura, pelo entalhamento na madeira, consegue reproduzir e erguer em estruturas retabulares à escala da arquitetura que lhes dá suporte.

Assim, é dito quando da “Escritura de contrato e obrigação que fazem António Marques da Fonseca, morador nesta *Villa*” (Aveiro), com Pedro Monteiro Ferreira, pintor morador na Cidade do Porto, que serão “estofadas” as dianteiras dos *pedrestrais* (pedestais ou mísulas que suportam as colunas) os *meos relevos* (meios relevos) os *coais* se farão no estofe de brocado da china (Brandão 1984: 655 e ss.).

A partir da obra maior de Pintura e Desenho coordenada pelos investigadores do Centro dos Monumentos Nacionais de Paris (Langle, Curie 2009) concluímos que a camada pictórica correspondente ao “estofe” pode comportar uma utilização de metais preciosos como o ouro e a prata, tradição que se mantém da Idade Média ao período do Barroco e que em Portugal, através do tratado de pintura *Arte da Pintura, Symmetria, e Perspectiva* de Filipe Nunes, datado de 1615, é definido como “estofar ou guarnecer de

estofado” como sendo tarefa específica dos douradores que intervêm depois dos douradores e dos encarnadores (Figura 12).



Fig. 12. Detalhe do trabalho de estofado aliado à técnica do meio relevo, imitando brocado da China. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.

dão origem a superfícies texturadas e relevadas imitando um material têxtil que pode ser simulado por *esgrafito* de linhas, riscas paralelas, invocando-se assim, a textura dos fios metálicos usados nos bordados a fio de ouro e /ou prata.

O método dito “à sgraffito” nasce em Itália no século XV, tendo migrado para os Países-Baixos meridionais nos finais de quinhentos, tendo sido amplamente usado nas oficinas de Anvers e de Malines (Seruya et all 2002: 144). Este sistema decorativo, tido como um método tradicional de decoração policroma, seria abandonado nestes territórios a Norte durante os séculos XVII e XVIII, mas, contrariamente, manter-se-ia na Península Ibérica onde se continuaria a expandir de modo excecional durante todo o período barroco (Seruya et all 2002: 144 -145).

No caso do contrato em análise o pintor Pedro Monteiro Ferreira obrigava-se fazer no estofado o “de brocado da China aonde pedirem as Roupas dos Santos” bem como se comprometia a meter “nas ourelas das Roupas” (...) “algumas pedras com *batume*” (Brandão 1984: 657 e seguintes). (Figura 13).



Fig. 13. Escultura de vulto de N. S. da Conceição integrada no nicho central do Sacrário de Sá. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.

cão por cima destas colunas serão todos dourados e lho (?) se vera de estofado *algus sarafins* que nelles estão” (Brandão 1984:657). O brocado volta a referir-se na seguinte passagem do contrato: “as Asas dos sarafins e se lhe meterão *Alguns Rubins* aonde melhor couberem como também os levarão em toda a mais obra adonde ella o pedir, o sacrário será todo dourado do dito ouro *bornido e sobido* e as imagens que estão nelle serão estofadas de brocado com suas pedras pelas ourelas” (Pinho Brandão 1984: 657). (Figuras 14 e 15)

Sobre a aplicação da folha de ouro é necessário considerar a importância do “bolo” ou “argila” que misturada com um ligante aquoso constitui a base essencial para a aderência da folha de ouro ao suporte. O vocábulo empregue de “boles” ou “bolo” tem origem numa argila proveniente da Arménia e vendida na Grécia sob a forma de um bolo. É um material natural de tom vermelho, podendo assumir outros tons dependendo da natureza da argila (Garcia 2002: 238).

Os referidos “rubins” remetem para a aplicação de pedras preciosas, os rubis, de cor vermelha, que na talha dourada surgem como pequenos apontamentos monocromáticos de intenso brilho obtido pela camada transparente de um *glacis* que, tecnicamente, permite obter “um papel de purificador ótico

O brocado da China corresponde a uma técnica que pretende imitar os brocados, evocando também outros materiais como as sedas e os veludos bordados a ouro (Peinture & Dessin 2009, 1066). Concretamente a palavra brocado evoca em linguagem corrente o “estofado”, precioso bordado a ouro ou a prata envolvendo uma técnica mista que não é estritamente uma estampagem (impressão) mas é sim uma modelação em sulcos e linhas paralelas e cruzadas seguida de uma aplicação da folha de ouro. De acordo com o contrato as colunas “serão todas douradas o que se vir do dito ouro *bornido e sobido* e lho se estofarão os *pasaros* que nellas estão e os *frizos* que fi-



Fig. 14. Museografia da sala 7 onde se integra o conjunto retabular do Convento da Madre de Deus de Sá, de Aveiro. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



Fig. 15. Ave mítica, a fénix, debicando vagos de uva; elemento entalhado ao qual foi retirada a folha de ouro de origem. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.

e de intensificador de tom: o *glacis* suprime as cores vizinhas e evidencia a cor que subjaz” (Langle 2009: 738). Neste caso concreto o *glacis* aplicado sobre o vermelho que cobre o fundo pintado corresponde a uma certa quantidade lumínea transmitida pelo glaci somada à quantidade lumínea refletida pelo tom de fundo resultando num tom intenso de vermelho, imitando o Rubi. Em suma, a particularidade de aplicar *glacis* permite ao

pintor fazer a seleção dos radiantes cromáticos mais adequados aos efeitos que este pretende obter.

Há pigmentos que permitem obter uma camada verdadeiramente

transparente e vibrante, por exemplo: as lacas vermelhas de “Kermès”<sup>8</sup>, de “Garanaza”<sup>9</sup>, de madeira do Brasil / pau Brasil, de “cochenilha”<sup>10</sup> que simulam os vermelhos vibrantes por ação do já referido índice de refração que a camada pictórica de fundo permite adicionar à radiação própria do glaciis que se lhe sobrepõem. O rubi exige um acabamento brilhante que se destaca por entre a folha de ouro, também esta “brunida”, sendo o artifício do brilho obtido pelo polimento efetuado com pedra de Ágata, dita, de brunidura sobre o ouro.

O valor da obra foi estabelecido no contrato de Pedro Monteiro Ferreira. Esta foi ajustada tomando como premissas o valor do trabalho do mestre pintor, acrescido do valor das “tintas e parelhos” na medida requerida pela obra de talha. No contrato era requerido com igual detalhe o ajuste em relação ao ouro, estando registado nos apontamentos do mestre o seguinte: “*pagando me o milheiro della (obra) em sete mil Reis e assim coantos milheiros de ouro levar tantos sete mil Reis se me ha de dar e demais se me hão de dar as pedrarias ou o pagar o custo dellas*” (Brandão 1984: 657-658). Das religiosas de Sá seria, ainda, obrigação “*dar Casas aonde se recolha o dito Pedro Monteiro Ferreira, no tempo que for nesario e assistir na tal obra e cama e lenha para queimar e pessoa que lhe fassa de Comer*” (Brandão 1984:659). Os mestres deveriam dar as obras feitas e acabadas dentro dos prazos firmados em contrato e caso não o cumprissem seriam penalizados, patrimonial e monetariamente.

## 7. O retábulo e o Sacrário – tipologia e morfologia

Esta cumplicidade artística entre a arquitetura e a composição globalizante do espaço assumida pelas estruturas retabulares contribui para

<sup>8</sup> *Kermès*, nome masculino; significado em Zoologia: género de inseto da família das cochenilhas.

<sup>9</sup> *Garança* ou ruiva: corante vegetal vermelho mais importante foi sem dúvida a garança ou ruiva (em inglês madder), extraída da *Rubia tinctorum*, planta conhecida pelos nomes de ruiva dos tintureiros, garança ou ainda granza. A arte de tingir com a garança parece ter tido origem no oriente e, através dos impérios egípcio e persa, ter atingido a civilização greco-romana. Várias espécies de ruiva podem ser utilizadas em tinturaria mas a mais popular é a *Rubia tinctorum*, que se encontra no estado selvagem na Palestina e no Egípto, e que é muito abundante também na Ásia e na Europa. O corante está concentrado nas raízes da planta principalmente nas raízes mais antigas. Esta eram arrancadas da terra, secas e cortadas em pequenos pedaços. O corante era extraído com água e separado da solução. Em seguida era seco. (Maria Eduarda M. Araújo, “Corantes naturais para têxteis – da antiguidade aos tempos modernos”, Curso de Mestrado em Química Aplicada ao Património Cultural [www.dqb.fc.ul.pt](http://www.dqb.fc.ul.pt) (DQB, 2005). <http://www.dqb.fc.ul.pt/docentes/earaujo/>

<sup>10</sup> A espécie *Dactylopius coccus* – cochenilha - vive principalmente em catos do género *Opúncia* e mede de 2 a 5 milímetros de comprimento. Este inseto produz o ácido carmínico, uma hidroxiantapurina glucídica vermelha (...). O ácido carmínico é extraído do corpo e dos ovos do inseto e é utilizado para a produção do famoso corante carmim de cochenilha, utilizado em larga escala pela indústria cosmética.

o que então se designaria por *bel composto* quando o revestimento das Igrejas, Capelas, Ermidas e/ou Oratórios, se faziam compor por uma especial complementaridade artística entre vários domínios expressivos: os da talha, da cerâmica de revestimento ou da azulejaria, da pintura e da escultura, da paramentaria e da ourivesaria. Nestes interiores os retábulos adquirem várias escalas, morfologias e tipologias.

### **7.1. Tipologias e modelos compositivos**

As tipologias correspondem às características morfológicas de cada retábulo sendo definidas a partir da estruturação ou composição arquitetónica, ou seja, a tipologia retabular é definida através da relação corpo/tramo podendo existir várias tipologias possíveis<sup>11</sup>.

#### **7.1.1. Um corpo – um tramo**

Correspondem a esta tipologia os retábulos colaterais do extinto Convento da Madre de Deus de Sá (n.º inv. 26/M e 38/M), de menor escala que o retábulo-mor da referida Igreja da Madre de Deus, estando estes retábulos próximos do arco cruzeiro da referida Igreja da Madre de Deus de Sá (Quadros 1905: 164). Estes conjuntos retabulares, as esculturas adstritas e ainda outros objetos e alfaias litúrgicas, objetos sacros e outros pertences das religiosas de Sá fazem parte dos vários registos efetuados e dos inventários de bens do extinto Convento de Sá de Aveiro. Um deles é o inventário datado de 2 de fevereiro de 1859, cujos originais se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.H.M.F – convento da Madre de Deus de Sá, Aveiro, caixa 1853/ capilha 2). Existem ainda outros, da Direção Geral da Fazenda Pública, secção dos Próprios Nacionais (Convento da Madre de Deus de Sá, Aveiro, caixa 1853, Capilha 3, A.H.M.F.), além de documentos emitidos pela Repartição de Fazenda do Distrito de Aveiro com relato manuscrito dos “Termos de verificação e inventariação das alfaias, vasos sagrados e mais objetos do culto, pertencentes ao suprimido Convento da Madre de Deus de Sá, em Aveiro, em 27 de Março de 1885”.

#### **7.1.2. Um corpo único e três tramos**

Corresponde a esta tipologia o retábulo mor; com planta reentrante ou côncava, fechando a composição tripartida em arco de volta perfeita composto

---

<sup>11</sup> Francisco Lameira faz a evolução do retábulo português a partir da definição de tipologias adequando exemplares ímpares e ilustrativos desta classificação. Ver Lameira 2005: 30-45.

por três arcos de fuste espiralado e sobrepostos, cobertos de folhagens, com uvas, onde se vêem aves debicando cachos de uvas por entre folhas de parra e anjos; os arcos são presos em três pontos radiais e a eixo segundo três aduelas: uma ao centro e duas laterais” (Quadros 1905: 163). Neste conjunto retabular integra-se um sacrário apoiado sobre o embasamento, corpo inferior sobre o qual se apoiam as colunas retabulares e subsequentemente toda a estrutura de fecho. O sacrário fica “embutido na parte inferior” (Quadros 1905: 163) da estrutura retabular mas em plano avançado em relação à abertura do camarim<sup>12</sup>. A divisão superior do sacrário remata com um nicho onde se expõe a escultura votiva da Senhora da Conceição, constante da lista arrolada pela Fazenda Pública em 1885<sup>13</sup>. Foi descrito ainda por Rangel de Quadros que “por detrás e sobre o arco, de que fallei, elevava-se o throno, cujos degraus eram de variado feitio e enfeitados com talha simples” (Quadros 1905: 163). Confirma-se a tipologia dos três tramos e risco de planta côncava, pelo facto de Rangel de Quadros reforçar que “entre duas das columnas salomónicas, em que assentavam aquelles tres arcos e um pouco mais abaixo, ficava, do lado do Evangelho, a imagem de São Pedro, a que fazia symetria a de São Paulo” (Quadros 1905: 163). Esta composição delinea a morfologia do retábulo eucarístico, sediado na cabeceira da capela-mor da igreja do Convento de Sá.

### 7.1.3 - Um cadeirado

Podemos ainda aferir que os painéis relevados que se expõem enquadrados entre os dois pares de colunas de fuste espiralado (sala 7) no Museu de Aveiro, Santa Joana são painéis que constituiriam, hipoteticamente, a zona do espaldar do cadeirado de Sá. Pelo documento elaborado em 11 de julho de 1912 por Jaime Magalhães Lima, presidente da Comissão encarregada de organizar o Museu Regional de Aveiro, sabe-se que este reclama a entrega ao Museu de um cadeirado: “o cadeirado do coro, e imagens e outros objetos que pertenceram ao Convento da Nossa senhora da Madre de Deus de Sá”<sup>14</sup> (Direção Geral da Fazenda Pública, Proc.º: 2739 / 22, de 2 de Julho de 1912).

Este cadeiral estaria na posse da Junta de Paróquia da Freguesia da Vera Cruz, e terá sido entregue à Comissão do Museu de Aveiro em 12 de outubro de 1912 (Rocha 2009: anexo C). Ensaíamos uma composição

<sup>12</sup> O camarim é o espaço correspondente ao vão ou abertura central do retábulo, enquadrando-se esta abertura pelas colunas e arcos de fecho que compõem o ático do retábulo.

<sup>13</sup> Termo de Verificação e Inventário dos Bens Pertencentes ao Suprimido Convento de Sá, de Aveiro, em 27/3/1885/H.H.M.F./ Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>14</sup> Documento fotocopiado da carta escrita por Jaime Magalhães Lima e assinada por este em 28 de junho de 1912, Aveiro, in Arquivos da Direção Geral da Fazenda Pública, Proc: 2739 / 22, de 2 de Julho de 1912.

possível de união entre elementos verticais, pilastras de fuste relevado e seção quadrangular intercalando com painéis relevados, figurativos, em alto-relevo, que poderiam ter formado o espaldar do cadeiral do coro alto do Convento de Sá (Figuras 16, 17, 18, 19 e 20).



**Fig. 16.** Espaldar de cadeiral com painéis relevados, entalhados e, originalmente, dourados. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



**Fig. 17.** Entalhe figurativo de painel constitutivo de espaldar do cadeirado. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



**Fig. 18.** Representação do Agnus Dei, figuração patente num dos painéis de espaldar do cadeirado. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



Fig. 19. Representação de São João Baptista, integrada nos painéis de espaldar do cadeirado. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.



Fig. 20. Detalhe do friso que corre no topo dos painéis onde se denota a aplicação, a posteriori, de vieux-chêne sobre a madeira. 2017, MLNC, ©Arquivo MA.

## 8. Teto da capela-mor da Igreja do Convento da Madre de Deus de Sá

A Igreja do Convento de Sá, a principal do templo, apresentava, regra geral, para além do altar e das suas imagens, o teto pintado. Por tal razão se associa ao contrato do retábulo-mor datado de 16 de agosto de 1688, um outro subsequente e datado de 14 de novembro de 1689, este último dedicado à escritura de contrato e obrigação celebrado entre a Madre Abadessa e mais religiosas do Convento de Deus de Sá, extra muros, e o Pintor Thomé Coelho Ferreira da Cidade do Porto, no qual este pintor se compromete “a dourar e pintar o teto da capela-mor da Igreja” do Convento da Madre de Deus de Sá pelo preço de 150 mil reis. Neste contrato constam os apontamentos segundo os quais a obra se iria desenvolver, desde o começo: “Sendo começada a dita obra logo se darão ao dito Thomé Coelho Ferreira sessenta mil Reis em dinheiro de contado para ajuda de seus ingredientes e os noventa mil Reis se lhe hirão dando pello discurso de três anos” (Brandão 1984: 693).

A obra prosseguiria com o assentamento e acabamento. Da redação do contrato retiramos um trecho em que o dito Pintor Tomé Coelho Ferreira se comprometia a começar a dita obra pela “pascoa de flores, que embora vem de seis centos e noventa, a coal dará acabada dentro em sinco ou seis meses seguintes” (Brandão 1984: 692-693). O valor estabelecido naquele contrato foi dividido em duas parcelas: a inicial de 60.000 Reis e a final de 90.000 Reis, esta última paga ao longo de três anos. Os mestres deveriam dar a obra feita e acabada até ao Outono do ano de 1690, ou seja, esta levaria o período compreendido entre a Páscoa e finais de Verão, e em menos de um ano estaria a obra feita.

## Conclusão

Tal como se pode confirmar pela leitura dos contratos anteriormente referidos, a versatilidade artística dos pintores douradores neste período, do final do século XVII ao XVIII, em Portugal, está documentada nos contratos de obra e nos livros de contas das várias irmandades, confrarias, misericórdias, ordens religiosas entre outros encomendantes. Foram, pois, casos similares os que neste estudo tentamos tratar na presença das encomendas lavradas em escritura de contrato e obrigação e que às datas de 1688 e 1689 foram então celebrados com os pintores Pedro Monteiro Ferreira e Tomé Coelho Ferreira, ambos moradores na Cidade do Porto, e que à data souberam ter a capacidade de resposta suficiente para se cumprirem os desígnios do programa artístico consentâneo com os propósitos monásticos das Religiosas da Madre de Deus de Sá. Por tal razão surge associado aos contratos e demais fontes documentais um manancial de estudos que dão sempre lugar a novas interpretações que emergem em paralelo com a observação direta, estética e figurativa, dos testemunhos materiais. No aspeto da valorização da obra de arte é crucial o confronto analítico entre as obras, analisando as possibilidades de algum paralelismo formal entre os itens em estudo e validar as semelhanças, estabelecer quadros dinâmicos de formas e de estéticas cruzando diversas épocas, mesmo que se trate de obras realizadas em materiais distintos. Quanto ao *artifício* dos mestres na ótica do que nos é possível observar nas obras de arte expostas nos museus, paralelamente ao que se extrai das várias fontes documentais e dos contratos que fomos analisando, destacamos a tecnicidade destes mestres entalhadores, de ensamblagem, de escultura e de pintura, e, de entre todos os ofícios salientamos o modo como a folha de ouro era usada, o nível técnico e artístico da sua aplicação sobre a madeira esculpida e entalhada. Deste especto singular e inovador da arte portuguesa cumpre dar-se o devido reconhecimento, abrindo caminho a novas interpretações, a novos estudos.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Natália Marinho Ferreira (1989). *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela - Materiais e Técnica)*. Vols. I-II, ed. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- BRANDÃO, Domingos Pinho (1984). *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto*. Volumes I e IV, Documentação

- I séculos XV a XVII e Documentação IV (1751-1775). Porto: Oficinas Gráficas Reunidas, Diocese do Porto.
- CAPELO, L. C. (2013). “Inventário do Mosteiro da Madre de Deus de Sá de Aveiro”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 26, 39-64.
- CERQUEIRA, Eduardo (1976). “Inconvenientes de uma aparente incongruência – O Aveirense Lugar de Sá, no Concelho de Ílhavo, até 1835”, ADA., Vol. XLII, Arquivo Distrital de Aveiro.
- CORREIA, Porfírio António; FERREIRA, Francisco Messias Trindade (dirs.) (2016). *Memórias Gráficas de Antigos Conventos e Mosteiros de Aveiro*. Aveiro: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/ Arquivo Distrital de Aveiro.
- FERREIRA, Francisco Messias Trindade (2009). *O Tombo da Confraria dos Pescadores e Mareantes de Santa Maria de Sá*. Aveiro: Junta de Freguesia da Vera Cruz.
- FERREIRA, Sílvia (2015). “Dourar e pintar: a polivalência artística dos mestres douradores de Lisboa na época barroca”, in *Conservar Património*, 22, 7-16 (<http://revista.arp.org.pt>)
- GOMES, Marques (1899). “Subsídios para a História de Aveiro”, ed. fotocopiada a partir da impressa, Aveiro: *Typographia* do Campeão das Províncias, 316.
- GOMES, Paulo Varela (1988). *A cultura arquitetónica e artística em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Editorial Caminho.
- GOMES, João Augusto Marques (1899). *Subsídios Para A História de Aveiro*. Aveiro: *Typographia* do Campeão das Províncias.
- GONZÁLEZ-ALONSO MARTÍNEZ, E. (1997). *Tratado del Dorado, Plateado y Su Policromía. Tecnología, Conservación y Restauración*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia
- Inventário de extinção do Convento da Madre de Deus, de Sá, Aveiro*, (DC). Código: PT/TT/MF-DGFP/E/002/00002. Descrição em linha (acessível em 15 de fevereiro de 2018). <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224347>
- LAMEIRA, Francisco (2004). “O contributo da arquitetura italiana para a génese e evolução do retábulo barroco português (1619-1750)”, in *Atas do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro, 221-240.
- LAMEIRA, Francisco; e Serrão, Victor (2003). “O Retábulo proto-barroco da capela do antigo Paço Real de Salvaterra de Magos (c. 1666) e os seus autores”, in *Atas do II Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto, 215-226.

- LAMEIRA, Francisco (2005). “O retábulo em Portugal: das origens ao declínio”, in *Promontoria Monográfica*, n.º1, ed. Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Loulé; ed. Centro de História da Arte da Universidade de Évora.
- LAMEIRA, Francisco e Serrão, Vítor (2005). “O retábulo em Portugal: o Barroco Final (1713-1746)”, in *Promontoria Monográfica - História da Arte*, ano 3, Número 3, ed. Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve, Loulé, 287-315.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha (1959). *Milenário de Aveiro - coletânea de Documentos Históricos*. Vol.I- 959-1516, Câmara Municipal de Aveiro.
- NETO, F.E.G. (2009). “As Barras da Ria de Aveiro até ao início do século XVII”, in *Sal Aveiro: Boletim Municipal da Cultura*, Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, 43-60.
- NUNES, Philipe (1982). *Arte da Pintura, symmetria e perspectiva. Estudo introdutório de Leontina Ventura*. Porto: Editorial Paisagem  
*Peinture & Dessin Edições do património*. Paris: Centre des Monuments Nationaux, 2009.
- PEREIRA, José Fernandes e Pereira, Paulo (1989). *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- PINA, Manuel Correia de Bastos (1886). *A Extinção do Convento de Sá em Aveiro e Os Jornaes Portuguezes Religioso-Políticos, Carta ao excelentíssimo e reverendíssimo senhor Vicente Vanutelli, Arcebispo de Sardia*. Coimbra: Imprensa Universitária.
- PINA, Manuel Correia de Bastos (1886). “A Extinção do Convento de Sá em Aveiro – e os Jornaes Portuguezes Religioso – Políticos”, Ed.Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 91-92.
- QUADROS, J. Rangel de (1905). “O Mosteiro da Madre de Deus”, in *Aveiro – Apontamentos Históricos*. Vol. V, Cap. 5, Coletânea de recortes de jornais policopiados.
- ROCHA, Hugo Calão (2009). *O Convento da Madre de Deus de Sá em Aveiro: dos objetos às devoções: um espólio do Museu de Aveiro*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: tese de Mestrado em História e Património.
- LANGLE, Ségolène Bergeon Langle; CURIE Pierre (2009). *Peinture et Dessin – vocabulaire Typologique et Technique*. Ed. Patrimoine, Centre des Monuments Nationaux, France.
- SMITH, Robert Chester (1963). *A Talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERUYA, Ana Isabel *et. al* (2002). “Policromia: a escultura policromada religiosa dos séculos XVII e XVIII: estudo comparativo das técnicas,

alterações e conservação em Portugal, Espanha e Bélgica”, in *Atas do Congresso internacional [29, 30 e 31 de outubro]*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro.

# O sertão e os sertões na história luso-brasileira

## *The Brazilian hinterlands in the Luso-Brazilian History*

**RONALDO VAINFAS**

Professor Titular de História moderna da Universidade Federal Fluminense (retired)

e Professor Visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

rvainfas@terra.com.br

Texto recebido em / Text submitted on: 25/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2019

**Resumo.** Este artigo analisa o conceito de *sertão* na cultura brasileira, particularmente no período colonial. Compara o modelo de sertão formulado pela intelectualidade brasileira baseado na obra de Euclides da Cunha, com o modelo plural de sertões presente na obra de Capistrano de Abreu, entre fins do século XIX e inícios do XX. Examina as ideias de sertão formuladas pelos agentes históricos no processo de expansão territorial no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Questiona a ideia de sertão colonial enquanto terra vazia e assustadora, inventariando os aspectos atrativos da conquista dos sertões para os colonizadores portugueses, especialmente a busca de ouro, prata e pedras preciosas, bem como a escravização dos índios. Relaciona os sertões coloniais ao conceito de *fronteira*, tal como formulado por Sérgio Buarque de Holanda, e ao conceito de *periferia*, seguindo o modelo de Russel Wood.

**Palavras-chave.** Modelo clássico de Sertão no Brasil – Sertões coloniais - Expansão territorial no Brasil – Fronteira – Periferias do império português.

**Abstract.** This article analyzes the concept of *hinterland* in Brazilian culture, particularly in the colonial period. It compares the hinterland model formulated by the Brazilian intelligentsia, based on the work of Euclides da Cunha, with the plural model of hinterlands present in the work of Capistrano de Abreu, between ends of century XIX and beginning of the XX. It examines the ideas of hinterland formulated by the historical agents in the process of the Portuguese territorial expansion in Brazil among the XVI and the XVIII centuries. It questions the idea of colonial hinterlands as an empty and frightening land, commenting the attractive aspects of the conquest of the hinterlands for the Portuguese settlers, especially the search for gold, silver and precious stones, as well as the enslavement of the Indians. It relates the colonial wilderness to the *frontier* concept, as formulated by Sérgio Buarque de Holanda, and to the concept of *periphery*, following the model of Russell Wood.

**Keywords.** Classic Hinterland model in Brazil – Colonial Hinterlands - Territorial Expansion in Brazil – Frontier – Portuguese Empire's peripheries.

O tema deste artigo remete às relações entre memória e história, entre história e geografia, entre historiografia e literatura; entre ficção e realidade. Reúno, aqui, algumas reflexões que podem ser úteis para pensar

nos *vários Brasis*, e não apenas nos “dois Brasis” que Jacques Lambert, nos idos de 1960, afirmou existirem no mesmo país, o pobre e o rico (Lambert 1962). Podem ser úteis, ainda, para refletir sobre as relações entre Portugal e o Brasil, não apenas na chave metrópole *versus* colônia, senão no espaço mais amplo do império marítimo português, conforme o conceito de Charles Boxer inclusivamente a Índia e demais conquistas lusitanas no Oriente, bem como na África costeada pelo Atlântico ou pelo Índico (Boxer 1969). As reflexões que ora apresento podem contribuir, enfim, para o enquadramento do mundo luso-brasileiro na estrutura dos impérios marítimos e coloniais da Época Moderna, de que Portugal foi modelo, fixando pontos de contacto, áreas de produção e de comércio, em suma, uma “colonização feitorial”, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (Holanda 1976: 31-36).

### Sertão: modelo tradicional

Nosso assunto, porém, é o *sertão*, na língua portuguesa, ou os *sertões* – e faz grande diferença o uso do singular ou do plural. Começemos com Euclides da Cunha, autor de um livro clássico *Os sertões*, publicado no limiar do século XX. Os *sertões* de Euclides, apesar do título, não são vários, senão um conceito abstrato de *sertão*, baseado em parte nas suas anotações de viagem para Monte Santo, no interior baiano, na expedição que destroçou o arraial de Canudos, em 1897. O *sertão* de Euclides, como se sabe, é uma terra dessolada de clima árido; da caatinga; do juazeiro. O *sertão* é um deserto pontilhado por vilas paupérrimas dispersas na paisagem. A imensa maioria da população formada por variados mestiços de índios e negros: cafuzos, mulatos, cabras. Jagunços ou vaqueiros a serviço de potentados rurais, criadores de gado, que Euclides contrasta com os gaúchos. Euclides caracterizou os últimos como intrépidos na montaria, fortes como touros, formados na terra exuberante do sul. Os sertanejos, segundo o autor, mal sabiam encilhar o cavalo, quanto mais montá-los com destreza. Mais humildes que os arrogantes gaúchos – o que Euclides considera uma qualidade – pois conheciam como poucos a dureza de um cotidiano sofrido. Homens fortes, endurecidos pela hostilidade do meio. Mas também vocacionados a um servilismo quase absoluto (Cunha 1987).

Euclides escreveu o que viu, mas o fez a partir de um modelo de *sertão* vulgarizado desde o último quartel do século XIX. O *sertão* tremendamente árido, em parte inspirado pela trágica seca de 1877, em parte pelo mal-estar

das elites nordestinas com a decadência de sua região, berço do Brasil nos séculos coloniais. O sertão hostil e miserável que levaria à fundação da Inspetoria de Obras contra as Secas, em 1909, órgão federal reivindicado pelos políticos “nortistas” do país. Euclides era natural do Rio de Janeiro, mas se afinava, neste ponto, com o pensamento das elites nortistas. Foi mesmo um dos fundadores deste modelo do sertão, no campo sociológico e literário, que seria adensado e adornado por grandes escritores brasileiros do Nordeste.

Entre outros, *O Quinze*, de Raquel de Queiróz, publicado em 1932, cujo enredo é protagonizado por uma família de Quixadá flagelada pela seca. Um drama referido a uma seca histórica no início do século XX, ocorrida no ano que dá título ao livro (Queiróz 1982). *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, é outro monumento da literatura brasileira, publicado em 1938, ambientando no sertão nordestino, com foco na miséria dos refugiados da seca (Ramos 2003). Inspirou Portinari no famoso quadro *Retirantes*, obra de 1944.



Fig.1. Candido Portinari, *Retirantes*, óleo sobre tela, 1944. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

Raquel, cearense; Graciliano, alagoano, ambos intelectuais da esquerda brasileira nos anos 1930, militantes do Partido Comunista. Portinari, aliás, também o era. Mas, nesta altura, este modelo de sertão, urdido no seio das elites nordestinas, estava consagrado na cultura literária e mesmo na cultura política brasileira. Não é de surpreender que o mineiro Guimarães Rosa tenha publicado o romance *Grande Sertão Veredas*, em 1956, para muitos a obra magna sobre o sertão na literatura

brasileira. Mas não deixa de ser surpreendente o fato de que esta literatura denunciadora da miséria da população nordestina, produzida com brilho por intelectuais de esquerda tenha caminhado ao encontro do pensamento das oligarquias tradicionais do Nordeste, que apostaram neste modelo de sertão

como evidência de uma região pauperizada, carente de proteção do governo brasileiro.

Para compreender a construção deste modelo de sertão, o livro-chave é o clássico de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999), ora na quinta edição e traduzido para o inglês. Tudo o que expus até aqui sobre a construção de um certo modelo de sertão na cultura literária brasileira se inspira no que Albuquerque escreveu sobre a construção de um modelo sociocultural produzido no Brasil acerca do Nordeste. Poderia mesmo dizer que o tal *modelo de sertão* se construiu em sintonia e estreita conexão com o *modelo de nordeste* oitocentista. Longe de negar o flagelo da seca e o sofrimento dos retirantes, como é óbvio, o autor considera o tema e a imagem do sertão como parte integrante da *invenção do Nordeste*, na virada do século XIX para o XX. Um *constructo* discursivo das elites nordestinas, em franca decadência, empenhadas em, por meio dele, buscar recursos para a região junto ao governo nacional.

Vale acrescentar, no entanto, que muito antes dos debates contemporâneos sobre o significado do sertão no pensamento social brasileiro, ninguém menos do que Gilberto Freyre levantou questão central, que vale citar:

“A palavra ‘nordeste’ é hoje uma palavra desfigurada perla expressão ‘obras do nordeste’ que quer dizer: ‘obras contra as secas’. É quase não sugere senão as secas...Mas este Nordeste de figuras de homens e bichos de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-pança pelo mel do engenho...” (Freyre 1989: 41).

O questionamento frontal de Freyre, em livro publicado em 1945, custou muitas décadas a ser incorporado pelos historiadores. Talvez esses tenham alcançado tal questionamento por caminhos próprios, desconhecendo o que Freyre havia antes colocado, o que se explica pelas posições politicamente à direita que Freyre assumiu, quer no golpe militar brasileiro (em 1964), quer na sua adesão ao salazarismo português (desde a década de 1950, senão antes). Freyre ainda hoje é anatematizado no *establishment* acadêmico brasileiro e português, em detrimento de sua obra, malgrado a oscilação interpretativa da mesma.

O fato é que, no decurso do século XX, intelectuais, partidos e políticos de esquerda se ancoraram no modelo de um nordeste miserável, nas figuras

de El Greco ou de Portinari, tanto faz, de que o *sertão* dava prova, para lutar por uma revolução socialista no Brasil. Pela direita, o mesmo modelo foi base para crescentes reivindicações de elites regionais sobremodo arcaicas, cujas práticas políticas visavam a reproduzir hierarquias tradicionais e, decerto, angariar recursos raramente distribuídos pelas populações despossuídas e carentes. Embora frontalmente opostos, os coronéis mordestinos, de um lado, e os intelectuais de esquerda, de outro, compartilhavam a mesma imagem do *sertão* paupérrimo. Uma espécie de país da Cocanha ao inverso (Franco Jr. 1998).

### **Sertões históricos: Capistrano de Abreu**

Este modelo de *sertão* construído a partir de fins do século XIX nada tem a ver com os “sertões” do período colonial, sob nenhum ponto de vista. Nem na geografia, nem na etnografia, nem na documentação. Nas fontes do período, seculares, eclesiásticas ou inquisitoriais de todo tipo, jamais encontrei uma referência a este “sertão imaginário”, seco e infértil, construído a partir do final do Oitocentos. Como bem sabem os estudiosos do período colonial, naquele tempo não havia “o sertão”, mas os “sertões”. Assim como não havia o Nordeste, mas o Norte. Capitânias do Norte, Repartição do Norte. O que hoje chamamos de Norte, abrigava o território que, separado do Estado do Brasil, sediado em Salvador, na Bahia, foi agregado no Estado do Maranhão e Grão Pará. Uma decisão da Coroa portuguesa no tempo dos Filipes, em 1621, que foi retomada pela Casa de Bragança após a Restauração de 1640. Outra lógica, portanto. A lógica da metrópole, hispânica ou lusitana em tempo de expansão territorial, para além da demarcação do Tratado de Tordesilhas (1494), cuja fronteira fora atropelada pela dinâmica histórica no tempo da União Ibérica (Vainfas 2017).

O autor que bem pode servir de guia para refletir sobre nosso tema, no período colonial, é mestre Capistrano de Abreu, autor de *Capítulos de história colonial*, original de 1907. Capistrano era natural de Maranguape, no interior do Ceará, nascido no seio de família de pequenos proprietários rurais, em 1853. Estudou no Recife, Pernambuco, transferiu-se para o Rio de Janeiro, integrou o quadro de funcionários da Biblioteca Nacional, publicou inúmeros artigos na imprensa, alcançou o posto de catedrático de História do Brasil e Corografia Brasileira no prestigioso Colégio de Pedro II, em 1883, com tese sobre o *Descobrimento do Brasil*. Tese em que sustentou terem sido os portugueses, do ponto de vista *sociológico*, os autênticos descobridores de

território brasileiro, malgrado as expedições de navegadores “estrangeiros”, como Vicente Pinzón, que apenas tocaram o litoral do futuro Brasil. Isto porque, argumenta Capistrano, tais navegadores não deixaram rastro ou marca, ao contrário dos portugueses, que o povoaram e colonizaram.

Mas Capistrano longe estava de ser lusófilo – ou deixou de sê-lo. No citado livro *Capítulos*, propôs um modelo de história do Brasil diferente, senão oposto, ao modelo construído por Francisco Adolpho de Varnhagen - este sim, lusófilo e litorâneo - no clássico *Historia Geral do Brasil*, publicado em cinco volumes entre 1854 e 1857 (Varnhagen 1981). É verdade que o modelo de Capistrano foi apenas esboçado, ficou aquém do que ele mesmo pretendia. Mas Capistrano fundou, de todo modo, um enfoque de nossa formação histórica a **partir do interior** – e não do litoral. Já na abertura do capítulo *O Sertão*, um dos mais originais da obra, Capistrano escreveu:

“A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra, a todos os respeitos, o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o ténue fio litorâneo” (Abreu 1976: 98)

Capistrano exagerou ao considerar a ocupação da costa como um “ténue fio”, quase um acidente, de uma história de conflitos políticos, religiosos e comerciais europeus. Rivalidades entre a República dos Países Baixos, calvinista, e a Espanha católica dos Hasbsburgos. Disputa pela supremacia marítima e comercial na Europa e no além-mar. Guerra pelo controle da produção e comercialização do açúcar produzido no Brasil. A conquista do nordeste açucareiro pelos neerlandeses, sob a liderança dos holandeses, certamente não foi mero acidente de percurso. Mas o fato é que, nesta passagem de *Capítulos*, Capistrano expõe uma profissão de fé, enquanto historiador, para usar as palavras de Lucien Febvre, pois estava menos interessado nas motivações mercantilistas da colonização europeia do que na história da formação do território brasileiro. Do povo brasileiro.

O *sertão* é, para Capistrano, conceito-chave para o estudo da história do Brasil. Debrucei-me sobre esta hipótese em alguns textos sobre a historiografia brasileira, publicados na altura do ano 2000, quinto centenário do descobrimento comandado por Pedro Álvares Cabral, ao tempo de d. Manuel I como rei de Portugal<sup>1</sup>. Investigações relativamente recentes têm aprofundado o sentido da obra de Capistrano na historiografia brasileira, a

---

1

exemplo de *O velho vaqueano* (2013), de Rebeca Gontijo - análise primorosa da correspondência de Capistrano publicada por José Honório Rodrigues.

Tratar do *sertão* colonial põe em xeque o modelo *euclidiano* que mencionei no início deste artigo. Antes de tudo porque Capistrano, embora use *sertão* no singular, concebe o conceito de *sertão* no plural e, vale dizer, não apenas na região nordestina. Os *sertões* de Capistrano estão em toda parte, ele que bem conhecia os cronistas da “terra brasílica”, a exemplo de Pero de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Souza, Ambrósio Fernandes Brandão e muitos outros. Alguns foi ele mesmo, Capistrano, que os havia descoberto, entre manuscritos portugueses até então desconhecidos. Capistrano também conhecia a documentação inquisitorial produzida na primeira visitaçãodo Santo Ofício ao nordeste, entre 1591 e 1595 - riquíssima, vale sublinhar, para se conhecer, entre outros tópicos, aspectos da territorialidade brasílica no século XVI.

O texto fundamental de *Capítulos* para o tema que nos interessa tem por título “Sertão”. Título até certo ponto paradoxal. Capistrano de Abreu usa o singular para tratar de uma realidade histórica que ele demonstra ser plural, enquanto Euclides da Cunha, alguns anos antes, tinha publicado *Os Sertões*, fazendo uso do plural para expor, no entanto, uma realidade unívoca. Capistrano seguiu, portanto, na contracorrente da intelectualidade brasileira ao pensar o *sertão* em sua diversidade geográfica e histórica. O seu entendimento do que eram os *sertões* coloniais nada tem a ver com o conceito euclidiano. São florestas, matas dominadas por grupos indígenas, terras a desbravar. Para Capistrano - e farta documentação o confirma -, os *sertões* coloniais indicam áreas de expansão territorial, ora movida com apoio da Coroa, ora por iniciativa espontânea dos colonos.

O *Sertão* de Capistrano trata dos caminhos do povoamento do interior, os fluxos da ocupação, os pontos de partida e de chegada, as motivações econômicas das rotas. São as terras desbravadas pelos paulistas desde o século XVI, rumo ao Mato Grosso; rumo aos Campos Gerais, no atual Paraná; rumo à região platina também, porque os paulistas atropelaram, desde cedo, os limites do Tratado de Tordesilhas. A epopeia paulista alcançou os *sertões* das Minas Gerais, futura capitania do ouro que, por isso mesmo, deixou de ser chamada de “*sertão*”. Segundo Capistrano, os *sertões* são, ainda, as terras desbravadas pelos luso-baianos, alcançando o *Siará Grande*, por dentro, e as mesmas Gerais, pelo centro, do que resultaria a Guerra dos Emboabas nos primeiros anos do século XVIII. Os *sertões* em causa são, ainda, as terras desbravadas pelos luso- pernambucanos, ao norte, com a expedição de Jerônimo de Albuquerque Maranhão contra a *França Equinocial* de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière.

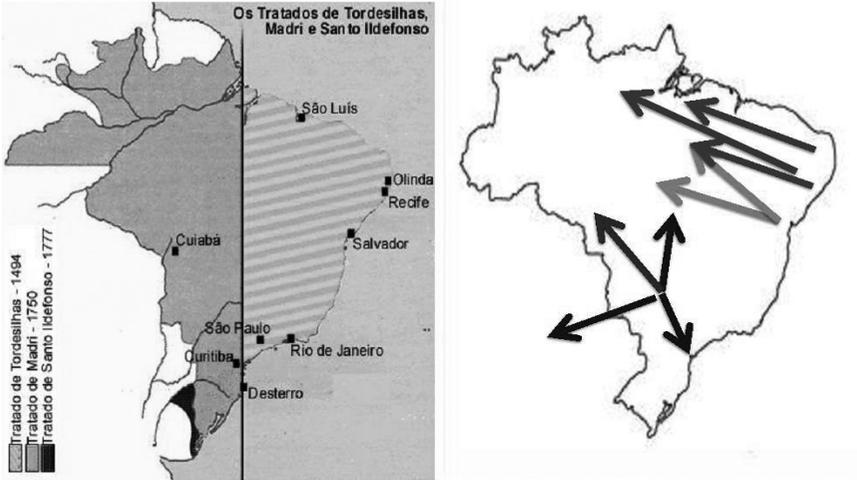


Fig. 2. Expansão para os sertões segundo Capistrano de Abreu.



Fig. 3. Os “sertões de fora” e os “sertões de dentro” segundo Capistrano de Abreu.

Vale dizer, porém, que, os sertões de Capistrano mais citados na bibliografia brasileira são os *sertões de dentro e de fora*, embora ele tenha escrito poucas linhas sobre ele:

“Se a Bahia ocupava os **sertões de dentro**, escoavam-se para Pernambuco os **sertões de fora**, começando pela Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana.

A estrada que partia da ribeira do Acaraú atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe...” (Abreu 1976: 129-130).

Diversos historiadores brasileiros adotaram esta tipologia dos sertões coloniais que, quase invariavelmente, constam nos capítulos sobre a história do Brasil nos livros de ensino fundamental e médio. Uma sólida

evidência de que os sertões de Capistrano de Abreu foram recriados ou distorcidos. Apropriação incorreta dos sertões de Capistrano para adaptá-los ao modelo oposto de Euclides da Cunha. Valeria indagar, sem dúvida, a razão desta apropriação e, mais, o porquê de os “sertões de dentro e de fora” terem se transformado em uma espécie de antecedente colonial do modelo tradicional de sertão? A resposta é simples: porque tais sertões são *nordestinos* e, portanto, localizados na região que deu base à construção do sertão tradicional brasileiro enquanto modelo de inospitalidade, aridez e pobreza. Esta imagem do sertão jogou papel essencial, como demonstrou o já citado Durval Albuquerque, para a construção de um modelo mais amplo de *Nordeste* (brasileiro): pobre, flagelado pela seca e carente de recursos financeiros do governo central, fosse no tempo do Império, fosse na República. Um modelo autovitimizador, de início apoiado pelas elites decadentes da região, como tem sido até a atualidade; logo incorporado pelo pensamento da esquerda brasileira com o mesmo vigor e longevidade. Nos dois extremos do espectro político, um modelo de sertão conveniente para atrair recursos sob o pretexto de aliviar ou amenizar a miséria da população regional – os nordestinos, os sertanejos.

### Sertões coloniais entre representações e práticas

Oposto ao modelo euclidiano, o modelo de Capistrano de Abreu se coaduna, perfeitamente, com a realidade geohistórica dos sertões coloniais. Coaduna-se, aliás, com o significado da palavra *sertão* na língua portuguesa da época. Bluteau, em seu *Vocabulário*, define o sertão como “uma região apartada do mar e, por todas as partes, metida entre terras” (Bluteau 1728, v7: 613). No *Dicionário* de Antônio Morais, sertão é “o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo e à costa” (Morais, 1813, v2: 693).

Em livro recente, Kalina Wanderlei dá conta dos múltiplos significados que a palavra sertão adquiriu nos primeiros séculos coloniais, cada vez mais associada “à ideia de grandes vazios incultos e desabitados”: *solidões vastas e assustadoras*, para usar a expressão do capuchinho Martinho de Nantes, que nossa autora adotou como título de seu livro. Analisando diversos cronistas, a autora sugere que a palavra *sertão* deriva do antigo *desertão*, “não o deserto físico, mas o espaço onde havia um vazio de súditos da Coroa portuguesa” (Wanderley 2012: 112). No cotidiano da colonização, a palavra teria oscilado entre a designação de lugares vagos e a de matas mais ou menos divisadas pelos colonos, localizados pela proximidade de algum rio ou povoado

distante de determinada vila litorânea.

Não é de surpreender, portanto, que as nomeações dos sertões coloniais fossem tão variadas quanto a diversidade de matos contíguos às escassas povoações litorâneas que os portugueses custaram a desbravar. Frei Vicente do Salvador, franciscano que escreveu a primeira *História do Brasil* com este título, em 1627, queixava-se desta obsessão litorânea dos portugueses:

“Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (Frei Vicente 1975: 59).

Relevemos o exagero de frei Vicente que, estante no convento de Salvador na década de 1590, não poderia desconhecer a *entrada* chefiada por Gabriel Soares de Sousa, dono de terras e engenho na capitania que, por volta de 1591, adentrou os sertões baianos do rio Paraguaçu em busca de ouro, entre as várias ocorridas na mesma época. A expedição de Gabriel Soares se tornou célebre por ter sido ele o autor do precioso *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, eclipsando outras entradas nos sertões da Bahia. Exageros à parte, frei Vicente tocou em aspecto importante, ao se queixar da morosidade da expansão portuguesa para os sertões que, no final dos quinhentos, apenas começava.

Começava a expansão, porém, com alguma sistemática ou frequência, como pude constatar na pesquisa que realizei sobre um movimento indígena ocorrido na Bahia, na década de 1580, conhecido como *Santidade* (Vainfas 1986). Movimento que agregou índios fugitivos da escravidão litorânea ou dos aldeamentos jesuíticos, liderados aliás, por um nativo de nome Antônio, trãnsfuga do aldeamento da capitania de Ilhéus, ao sul da Bahia atual. Movimento formado por nativos do grupo *tupinambá*, responsável por diversos assaltos a engenhos e igrejas do recôncavo, incendiando alguns. Refugiavam-se os rebeldes nos sertões do rio Jaguaribe, sul do recôncavo baiano, onde erigiram uma *seita* que, embora renovasse crenças e ritos tradicionais, incorporou elementos do catolicismo que suas lideranças haviam aprendido com os jesuítas. O chefe rebelde, por exemplo, embora fosse considerado como encarnação de Tamandaré, ancestral-mor dos tupinambás, segundo a mitologia dos nativos, se autointitulava de “o verdadeiro papa” e nomeava seus principais guerreiros com nomes de santos, São Paulo, São Luiz, e havia mesmo um deles chamado *Santíssimo*. A principal de suas esposas, tomada

segundo as regras tupinambás, e não católicas, ostentava o pomposo nome de “Mãe de Deus”.

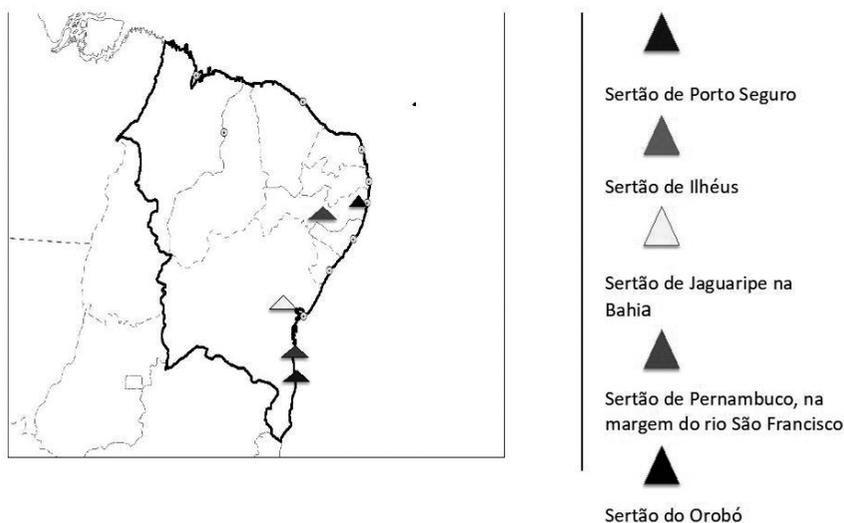
Não é o caso, aqui, de esmiuçar a fascinante história desse movimento que, afinal, acabou destrozado por expedição enviada pelo governador Manuel Teles Barreto, em 1585, largamente engrossada por tropas senhoriais. A *Santidade* indígena havia se tornado um flagelo para o ainda jovem sistema escravista da Bahia, na época baseado na escravidão indígena muito mais do que na africana (Schwartz 1988:58). O que interessa destacar, acerca desse episódio é justamente a composição das tropas senhoriais enviadas para atacar a Santidade em vários momentos até a sua derrocada final. Eram quase sempre chefiadas por um oficial português, mas compostas por “índios flecheiros” e mamelucos, isto é, mestiços de portugueses com índias.

Os assuntos relativos à *Santidade*, na década de 1580, foram registrados com a chegada do primeiro visitador do Santo Ofício às *partes do Brasil*. Tanto na Bahia como em Pernambuco ou Paraíba, o visitador inquisitorial ouviu denúncias ou confissões envolvendo os ditos mamelucos, desde a culpa de comer carne no sertão em dias defesos pela Igreja até praticar “gentilidades”, a exemplo de participar das danças indígenas, viver desnudos “ao modo gentílico”, guerrear ao lado dos nativos (em geral contra inimigos também nativos, por vezes contra os colonizadores) e, *last but not least*, participar de cerimônias antropofágicas.

Os processos inquisitoriais contra os mamelucos do Brasil, além de ricos sobre a identidade ambivalente desses homens meio-portugueses, meio-tupinambás, oferecem registros minuciosos sobre as diversas expedições enviadas aos sertões no primeiro século da colonização. Expedições não tão célebres como a de Gabriel Soares de Sousa, em 1591, porém mais documentadas sobre como eram feitas, quem delas participava, como viviam os expedicionários ao adentrarem os sertões, os nomes pelos quais tais lugares eram chamados e, afinal, como tais sertões eram pensados e definidos pelos agentes da colonização. Dezenas de mamelucos foram processados nesta visitação, de que dei conta no citado livro *A heresia dos índios*, dentre eles um certo Domingos Fernandes Nobre, d’alcunha Tomacaúna. Limito-me a citar este caso porque Tomacaúna foi um *sertanista* memorável, o que se pode constatar pelo extenso relato que fez ao visitador de sua carreira e porque foi ele o líder dos mamelucos enviados, em certa ocasião, para derrotar os nativos enfiados no sertão de Jaguaripe. Possuía esposas à moda indígena em várias aldeias do interior, lutou em várias guerras, participava de inúmeras cerimônias tupinambás, embora fosse, também, por outro lado, em outras ocasiões, adjutor de capitães portugueses em entradas para diversos sertões.

Homem corpulento, riscado nas coxas, nádegas e braços por feitos de bravura entre os índios, Tomacaúna citou pelo menos cinco sertões em sua confissão de 1592: o sertão de Porto Seguro; o de Ilhéus; o de Jaguaripe, no recôncavo baiano; o de Pernambuco, na margem do São Francisco; o de Orobó ou Arabó, também pernambucano, ainda não desbravado em 1592 (Vainfas 1996: 143-146). Vale rascunhar um mapa com tais registros:

**Sertões do norte na Confissão de Domingos Fernandes, o Tomacaúna, ao Visitador do Santo Ofício, em 11 de fevereiro de 1592**



**Fig. 4.** Sertões do norte na Confissão de Domingos Fernandes, o Tomacaúna, ao visitador do Santo Ofício, em 11 de fevereiro de 1592.

A nomenclatura dos sertões coloniais no primeiro século, e ainda no decorrer do seguinte, exprimia o pragmatismo de uma expansão territorial vacilante, que apenas esboçava a interiorização.

Por outro lado, os sertões eram mais atraentes do que as terras “vastas e assustadoras” que o capuchinho Bernardo de Nantes descreveu no século XVII. Os sertões, em especial à medida em que eram geograficamente identificados, embora de modo impreciso, indicavam terras por desbravar e conquistar.

Antes de tudo porque os portugueses acreditaram, desde o século XVI, que poderiam encontrar minas de ouro ou repositório de pedras preciosas nos

sertões do Brasil, do mesmo modo que os castelhanos os haviam encontrado no interior do continente. Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Visão do Paraíso*, menciona certo trecho de Pero de Magalhães Gandavo, autor de Tratado da Província de Santa Cruz “quando alude às novas levadas a Porto Seguro por certos índios, de muitas pedras verdes encontradas numa serra fermosa e resplandecente, muitas léguas terra dentro”. O historiador esmiúça esta imagem, relacionando-a a *Itaberaboçu*, no interior paulista, mais tarde chamada de *Sabaraboçu*. Nada menos do que a “serra resplandecente” de que falava Gandavo; nada menos do que o lugar sofregamente buscado pelo bandeirante Fernão Dias Paes, na segunda metade do século XVII, conhecido como o “caçador de esmeraldas” (Holanda 1977: 37). Fernão Dias, Antônio Raposo Tavares e muitos outros paulistas multiplicaram bandeiras para o sul e para oeste em busca de minas auríferas ou argentíferas, assim como Gabriel Soares de Sousa fizera, nos sertões baianos, na década de 1590.

Tais expedições se inspiravam, em parte, no imaginário contido na invenção literária dos “motivos edênicos” da expansão ibérica, nos quais a narrativa bíblica se mesclava com reminiscências clássicas: mito da idade de Ouro, do Jardim das Delícias, na geografia fantástica medieval, ainda forte nas representações cartográficas na época dos Descobrimentos. Em apoio a essa reflexão, vale citar o artigo clássico de Jacques Le Goff sobre a construção do imaginário medieval acerca do Oriente: um lugar de perigos e atrativos, monstros e riquezas (Le Goff 1993: 265). Um repositório de lendas que, segundo Sérgio Buarque, migraria lentamente, do Oriente para o Novo Mundo.

É certo que as narrativas castelhanas sempre foram mais fabulosas, se comparadas às portuguesas, bem como mais presentes nas expedições hispânicas. Prova-o a sôfrega busca do Eldorado nas expedições quinhentistas de Francisco de Orellana e Pedro de Ursua, no século XVI, que, partindo do Peru, adentraram a floresta amazônica, cujo nome, aliás, deriva de outra lenda clássica: o mito das amazonas, mulheres guerreiras, que frei Gaspar de Carvajal, cronista de Orellana, julgou ver na ribeira do caudaloso rio explorado nos anos 1540.

As narrativas portuguesas pouco se apegaram a semelhante fabulário, em especial aos que associavam riqueza material com paraíso terreal. Não se encontra algo parecido, entre os portugueses, com a narrativa de Cristovão Colombo que, escrevendo das Antilhas, julgava-se próximo de alcançar o paraíso terrestre após atravessar uma “floresta espessa e divina”, parecendo inspirar-se na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri; ou com *El paraíso en el Nuevo Mundo* (1656), de Antonio de León Pinelo, que vislumbrou indícios

do paraíso terreal na floresta amazônica. Os registros edenizadores dos portugueses foram escassos, mas não de todo ausentes. O jesuíta Simão de Vasconcelos, afirmou que o paraíso terreal se encontrava no Brasil (Vasconcelos 1977: 50), escrevendo nos seiscentos, e um certo Pedro de Rattes Henequim afirmou que o Éden ficava em Minas Gerais, sustentando esta e outras heresias diante do Santo Ofício de Lisboa, no século XVIII, o que o levaria à morte na fogueira (Gomes 1997: 121).

Em todo caso, os *sertões* brasílicos, embora pouco edenizados e muito temidos, sempre foram vistos como território de riquezas a descobrir. Sertões temidos. Por que? Antes de tudo porque eram desconhecidos, e nisto a expansão portuguesa pelas matas brasílicas reeditava a expansão por mares nunca dantes navegados, o medo do mar, de monstros marinhos, tempestades incontornáveis, como a do Cabo das Tormentas. Camões dramatizou este medo n'Os *Lusíadas*, evocando personagem da mitologia grega, Adamastor, gigante que provocava tormentas impedindo a ultrapassagem do famigerado cabo até o feito de Bartolomeu Dias, em 1488. Um adágio português o mesmo temor, de forma menos épica e com bom humor: “se queres aprender a rezar, arrisca-te no mar”. O medo do mar era, aliás, um poderoso sentimento coletivo dos europeus do século X, afirma Delumeau com boas provas, mas não há como negar – reconheça-se – que os portugueses eram os menos timoratos dentre eles, ao desbravarem os oceanos (Delumeau 1989: 41-52).

Em terra brasílica, porém, foram mais acanhados, como escreveu o já citado frei Vicente do Salvador, em 1627, que reprovou a negligência dos portugueses neste ponto. Juízo passível de restrição, a meu ver, pois antes de negligentes, os portugueses eram poucos, e haviam se espalhado pela Ásia, África e Brasil. Os castelhanos, por sua vez, eram muitos, e se logo adentraram o continente que lhes cabia, foi porque desde cedo tomaram conhecimento dos tesouros e minas nas montanhas do México e do Peru. Mas, voltando aos *sertões* brasílicos, não faltava motivo para os portugueses temerem aventurar-se nas matas tropicais. Bastaria percorrer a crônica do primeiro século, a correspondência jesuítica, os relatórios de entradas nos *sertões*. Era terra indômita, morada de feras e cobras de todo tipo e tamanho, boa parte peçonhenta, viveiro de insetos variegados, alguns também venenosos. Há farta notícia de exploradores que sucumbiram aos flagelos dos *sertões*. Além disso, neles se abrigavam grupos de índios chamados *hostis*, em geral associados aos *tapuias* – palavra tupi que não designa qualquer grupo etnológico senão os falantes de línguas não tupis. Em geral eram nômades, destros em guerrear nos matos, concentrados nas várias florestas por terem sido expulsos do litoral pela migração dos índios tupis, por volta do século

XV (Fausto 1992: 386). Na Bahia, o grande flagelo dos colonizadores eram os aimorés, várias vezes registrados na crônica e na correspondência dos governadores, obstáculo considerável para a expansão territorial portuguesa. Não por acaso, autoridades coloniais recorreram ao auxílio de grupos tupis para combater os aimorés, como fez o governador Diogo Botelho, que contratou os potiguares do Rio Grande para esta empreitada, sob o comando do chefe Zorobabé, nos primeiros anos do século XVII. Muito antes disso, Martim Afonso de Sousa valeu-se do auxílio dos tupiniquins, em São Vicente, para combater os guaianases.

Além da forte resistência dos *soi disant* tapuias, os sertões brasílicos foram, por assim dizer, repovoados por grupos tupis que fugiam da colonização portuguesa, sobretudo no meado dos quinhentos. Fugiam dos aldeamentos, fugiam do cativeiro, fugiam das epidemias, sobretudo delas, em especial a da varíola (Manchester 1980: 68-88). Basta lembrar a Santidade indígena, de que tratei acima, nos sertões de Jaguaripe, no recôncavo baiano, formada por grupos de origem tupi, ou da grande migração de tupinambás de Pernambuco para o Maranhão registrada pelos franceses, a exemplo de Claude d'Abbeville, no início do XVII (Abbeville 1874).

Se os portugueses desenvolveram as tecnologias necessárias para a expansão marítima, no caso das bandeiras ao sertão brasílico tiveram que se valer da tecnologia indígena. Quem o demonstra com brilho é outra vez Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, dedicado à expansão paulista nos séculos XVII e XVIII. O ensaio “Índios e mamelucos” nele contido, escrito nos anos 1940, mostra como e o por quê da supremacia tecnológica indígena ou mestiça neste processo. Eram eles que conheciam as trilhas na floresta; as circunstâncias em que os felinos atacavam; as ervas que se podia usar para neutralizar a peçonha de algumas cobras ou as infecções causadas pela picada de insetos; a melhor maneira de se conseguir alimento, quando os suprimentos escasseavam; as frutas que se podia comer, as que deviam ser evitadas; a maneira de se pescar no rio, com suas lanças de madeira. O arco e a flecha, em resumo, é um exemplo da melhor eficácia do *modus vivendi* indígena para lidar com os sertões. Sem eles – índios e flechas a seu favor - os portugueses não dariam um passo, e se o dessem, seriam tragados pelas matas (Holanda 1957: 16-179).

De sorte que os indígenas foram peça-chave, para não dizer protagonistas, em todas as expedições portuguesas aos sertões desde o século XVI. Neste ponto só foram superados pelos mamelucos, a um só tempo indígenas e portugueses, homens que conheciam as duas culturas, as duas línguas, os dois modos de pensar, o espaço do litoral e o do interior. Diria que a expansão

territorial portuguesa pelo interior foi, antes de tudo, obra dos mamelucos, e o caso de Tomacaúna, a que me referi anteriormente, sintetiza muitas trajetórias.

Mas o mesmo Tomacaúna, em sua carreira de sertanista, ilumina outro atrativo fundamental para a incursão nos sertões de norte a sul do Brasil. Refiro-me à escravização dos índios para os chamados *descimentos*, a saber, remessa deles para a economia colonial, sobretudo para as lavouras de cana e engenhos açucareiros. Os *paulistas* ficaram celebrizados por esta atividade, mas isto se deu em toda parte, com destaque para os mamelucos nas tratativas a este respeito. Como já mencionei, eles mantinham vínculos em várias aldeias indígenas, inclusive alianças matrimoniais, conheciam a língua e os costumes, sabiam como adquirir prisioneiros indígenas em troca de armas de ferro ou de fogo, cavalos e utensílios variados. A mão de obra indígena se transformou em um grande atrativo para as entradas e bandeiras dirigidas aos sertões, para além da busca de metais, incerta, e da aquisição de territórios – neste caso, mais uma consequência da expansão do que motivação dela.

## Sertões coloniais entre periferias e fronteiras

Kalina Wanderley afirmou que não há um sertão, senão muitos sertões, com o que estou de acordo, ao esposar o modelo de Capistrano de Abreu para a história do Brasil Colonial. As ideias de Capistrano sobre os sertões praticamente reaparecem no texto final do seus *Capítulos*, quando afirma que, no final do século XVIII havia:

“cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português uma aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis, em suma, ao que se reduziu a obra de três séculos” (Abreu 1976: 213)

Capistrano encerra seu livro condenando a colonização portuguesa por não ter promovido a unidade nacional. Se avançasse um pouco mais no tempo, contemplando as ações do período joanino, talvez mudasse de ideia. De todo modo, apostou na hipótese de que a história colonial do Brasil só poderia ser alcançada “por dentro”, isto é, pelos sertões, ao invés do litoral, e pelo

protagonismo dos brasileiros, e não dos portugueses, Capistrano reconstruiu um Brasil esgarçado cultural e territorialmente. Nisso reside o mérito e, ao mesmo tempo, a inconsistência de sua obra. A valorização histórica que fez dos sertões coloniais, diversos e plurais, tem grande valor, ainda que só esboçada. A preocupação com a nacionalidade ou a brasilidade, por outro lado, prejudica a interpretação de conjunto, embora se possa compreendê-la à luz do contexto da época, a passagem do Império para a República.

Do ponto de vista histórico e historiográfico, no entanto, penso que o melhor é relacionar os diversos sertões coloniais de Capistrano ao *hinterland*, para citar o artigo clássico de Russel-Wood sobre os centros e periferias no mundo luso-brasileiro. Em Russel Wood, também os conceitos de *centro* e *periferia* são concebidos no plural, pois ele considera a fluidez e a instabilidade de uns e outras no processo histórico. O centro de uma periferia podia funcionar, ao mesmo tempo, como periferia de algum outro centro. As periferias de algum centro podiam, do mesmo modo, centralizar outras periferias, desde a metrópole portuguesa aos *sertões* do Brasil profundo, sem falar nos *sertões* africanos e asiáticos (Russel-Wood 1998). Ampliam-se, a partir dessa chave, os horizontes de investigação, longe de nacionalismos ou regionalismos, muitas vezes disfarçados, os últimos, de *case studies*.

Estudar os sertões brasílicos no período colonial conduz, portanto, a refletir sobre o conceito de *fronteira*. O que nos leva ao primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque, “Fronteiras da Europa” (Holanda 1976). Neste caso, são os reinos ibéricos, periferia do Velho Mundo, que haveriam de ser as metrópoles ou *centros* da América do Sul no século XVI. Cerca de dez anos depois de *Raízes*, Sérgio Buarque escreveu o citado *Caminhos e Fronteiras* sobre a expansão paulista nos sertões do sul e do oeste, explorando o hibridismo cultural inerente ao movimento, entre portugalidades e tradições indígenas, que considera dominantes. Em *Raízes*, Portugal é fronteira da Europa, encabeça fronteiras litorâneas e molda a cultura brasileira. Em *Caminhos*, a fronteira paulista o é da fronteira litorânea, mas esta periferia impõe sua marca, sujeitando a portugalidade aos usos e costumes indígenas.

Autores clássicos à parte, nos últimos anos aumentou consideravelmente, em quantidade e qualidade, a pesquisa sobre a história dos vários sertões brasileiros, da qual o citado livro de Kalina Wanderley dá exemplo singular. Para o pesquisador interessado em se aventurar pelos sertões coloniais vale indicar a edição especial publicada em *The Americas*, “Rethinking Bandeirismo in Colonial Brazil”, em particular o balanço realizado por Russel-Wood, *New Directions in Bandeirantismo Studies in Colonial Brazil* (2005: 353-371).

O incremento das pesquisas vem, certamente, acompanhado de aprofundamentos conceituais. Neste sentido, conceitos como *frontier* ou *wilderness* que, de vários modos, influenciaram a historiografia brasileira, têm sido abandonados. O primeiro fora celebrizado no livro *The significance of Frontier in American History* (1893) de Frederick Jackson Turner, abandonado pelo seu comprometimento ideológico com a doutrina do *Destino Manifesto*, plena de preconceitos raciais. Também entre os brasileiros houve quem propusesse o contraste entre o significado da fronteira norteamericana e a brasileira, como Viana Moog, em *Bandeirantes e Pioneiros* (1955). O mesmo valeria para *wilderness*, espécie de terra selvagem, de *no men's land*, igualmente detratada, por omissão ou preconceito, dos povos nativos que habitavam o interior das terras conquistadas pelos europeus.

Em contraposição, conceitos como *borderlands* ou *hinterlands* ganham operacionalidade, revitalizando-se. O conceito de *bordeland*, significando a um só tempo um lugar e uma metodologia, creio que se aplicaria pouco à realidade histórica dos sertões coloniais, pois implica disputa por territórios entre entidades politicamente estruturadas, como sugere Kathleen Duval: “as a methodology, *borderlands* studies question what happens when distinct societies rub against each other or contest lands in between” (Oxford Bibliography: Atlantic History – Borderlands, 2018). Na realidade é conceito tradicional da história diplomática ou militar, na qual fronteira é região limítrofe entre países ou impérios. Na história lusobrasileira valeria, quiçá, para as terras em disputa entre Portugal e Espanha no século XVIII, como as da região platina ou da amazônica.

O clássico conceito de *hinterland*, que se traduz em português como interior, me parece mais operativo. Susanne Lechenicht busca valorizá-lo por meio de questionamento interessante:

“hinterlands are more often than not understood as tributary regions, the *backcountry* or *Umland* (“land around”) of a port, town or city, or the *periphery* of a larger region. However, hinterland – or *backcountry* as an alternative term is a relational concept: hinterland (or *backcountry*) from whose perspective, for whom and whose activities?” (Lachennicht 2018).

No entanto, convenhamos, esta dimensão relacional de *hinterland* já havia sido farta e brilhantemente problematizada por Russell-Wood em artigo de 1998.

De maneira que, aos jovens pesquisadores, recomendo a leitura de

textos conceituais, como os acima citados, alertando, porém, para o caráter “novidadeiro” de diversas teorizações, nada mais do que reiterações, com outras palavras, de questões levantadas faz tempo por outros historiadores. É um pecado de nossa disciplina, mas vamos em frente.

A melhor inspiração reside nas pesquisas com base empírica, ancorada em documentação primária, nas quais o referencial teórico-metodológico funciona como coordenada, não como um fim em si mesmo. Assim, grande peso deve ser dado ao aspecto regional e cronológico. Os sertões coloniais nunca foram estáticos, como é óbvio. Com exceção da estreita faixa litorânea mal ocupada pelos portugueses no século XVI, todo o restante do Brasil era um grande sertão. O que não impediu, porém, que um mameluco baiano, d’alcunha Tomacaúna, nomeasse diversos *sertões* em sua confissão ao Santo português em 1592, como vimos acima. Sertões ao sul ou centro-oeste, como os desbravados pelos paulistas, que resultaram na descoberta de minas auríferas nas Gerais. Sertões no extremo-norte, terra de coleta de “drogas” com base no trabalho indígena, atividade combatida sem tréguas por Antônio Vieira no meado do XVII, e descrita em pormenores pelo seu colega Andreoni, em *Grandeza e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, bem como pelo também inaciano João Daniel, já nos meados do XVIII, em *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Sertões variados no tempo e no espaço.

A história colonial dos sertões brásílicos implica, portanto, como toda a história, o estudo de particularidades, não de modelos ideológicos ou de ficções literárias. Tampouco deve implicar um laboratório de paradigmas teóricos, exceto se consideramos a disciplina como proponente de um conhecimento abstrato.

## Bibliografia

- ABBEVILLE, Claude (1874). *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*. São Luiz: Typografia de Frias.
- ABREU, J. Capistrano (1976). *Capítulos de história colonial*. 6ª.edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz (2009). *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª.edição. São Paulo: Cortez.
- BLUTEAU, Raphael (1728). *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 8 volumes.
- BOXER, Charles (1969). *O império colonial português (1415-1815)*. Lisboa: Edições 1970.

- CUNHA, Euclides de (1987). *Os sertões*. 33ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DUVAL, Kathleen (2017). “Borderlands”, in *Oxford Bibliography: Atlantic History – Borderlands*,  
<https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199730414/obo-9780199730414-0010.xml>
- FAUSTO, Carlos (1992). “Fragmentos da história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etnohistórico”, in CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FRANCO Jr, Hilário (1998). *Concanha: história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras 1999.
- SALVADOR, Frei Vicente do (1975). *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos/MEC.
- FREYRE, Gilberto (1989). *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 6ª.edição. Rio de Janeiro: Record.
- GOMES, Plínio (1997). *Um herege vai ao paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GONTIJO, Rebeca (2013). *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro, Sete Letras.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1957). *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1976). *Raízes do Brasil*. 9a.ed., Rio de Janeiro: José Olympio.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1977). *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LACHENICHT, Susanne (2018). “Hinterlands”, in *Atlantic World, Oxford Bibliography: Atlantic History - Borderlands*.  
<https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199730414/obo-9780199730414-0290.xml>
- LAMBERT, Jacques (1962). *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LEAL, Vitor Nunes (1948). *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense.
- LE GOFF, Jacques (1993). “O ocidente medieval e o oceano índico: um horizonte onírico”, in *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa.
- MANCHESTER, Alexander (1980). *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2a. edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- QUEIROZ, Raquel (1982). *O quinze*. 28ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RAMOS, Graciliano (2003). *Vidas secas*. 89ª.edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

- RUSSEL-WOOD, John (1998). “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1800”, *Revista Brasileira de História*, 36.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid= S0102-01881998000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010)  
/consultado em 2118 25-11)
- RUSSEL-WOOD, John. (2005). “New Directions in Bandeirantismo Studies in Colonial Brazil”, *The Americas: A Quarterly Review of Latin American History*, 61, 3: 353-371.
- SCHWARTZ, Stuart (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, António de Moraes (1789). *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 2 vols.
- VAINFAS, Ronaldo (1813). *A heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VAINFAS, Ronaldo (2017). “Tempo dos Filipes”, *Revista Maracanan*, 16.  
[https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/ 27118](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/27118) onsul-  
ta do em 2018.25.17)
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (1981). *História Geral do Brasil*. 10ª. edição. Belo Horizonte, Itatiaia, 3 vols.
- VASCONCELOS, Padre Simão de (1977). *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes.
- WANDERLEY, Kalina (2010). *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Os caminhos de ferro do Oeste português: instrumentos de apropriação territorial<sup>1</sup>

## *Western railways of Portugal: tools of territorial appropriation*

**HUGO SILVEIRA PEREIRA**

CIUHCT – U. NOVA de Lisboa

Institute of Railway Studies – U. York

[hugojose.pereira@gmail.com](mailto:hugojose.pereira@gmail.com)

Texto recebido em / Text submitted on: 06/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 24/07/2019

**Resumo.** Quando Portugal começou a construir ferrovias, o principal objetivo era ligar Lisboa ao Porto e à fronteira leste pelo trajeto mais curto, o que deixava uma grande parte do Oeste afastada da rede. Assim que aqueles objetivos foram alcançados, o governo e investidores privados projetaram estender a malha às periferias. Uma vez que o Oeste já era servido pela linha do Norte, a construção teve que esperar até à década de 1880, embora diversas propostas tenham sido elaboradas desde os anos 1840. Neste artigo, analiso o processo de integração e apropriação territorial do Oeste promovido pela ferrovia, desde o incipiente planeamento aventado pelas primeiras propostas para a região até à efetiva inauguração dos caminhos de ferro do Oeste, Sintra e Cascais. Para tal, recorro a debates parlamentares, relatórios técnicos diversos, dados estatísticos da operação e a estudos recentes sobre o impacto de cada uma daquelas linhas.

**Palavras-chave.** Estremadura, Beira Litoral, circulação, transporte, Fontismo.

**Abstract.** When Portugal began building railways, the main goal was to connect Lisbon to Porto and the eastern frontier by the shortest route, which left a major part of the Portuguese Western regions away from the network. As soon as those goals were achieved, the Portuguese government and private investors tried to extend the network to the peripheries. Since the West was already served by the Northern line, construction had to wait until the 1880s, although different proposals were being submitted since the 1840s. In this paper, I analyse the process of integration and territorial integration of the West promoted by railways, from the embryonic planning embodied in the first projects to the opening of the Western, Sintra, and Cascais lines. To do so, I will use parliamentary debates, sundry technical reports, statistical data of the operation and recent studies on the impact of each one of those railroads.

**Keywords.** Estremadura, Beira Litoral, circulation, transport, Fontismo.

---

<sup>1</sup> Financiado por Fundos Nacionais: ref. SFRH/BD/46011/2008 no âmbito do CITCEM (UID/HIS/04059) e ref. SFRH/BPD/95212/2013 no âmbito do CIUHCT (UID/HIS/00286).

## 1. Introdução

A construção ferroviária em Portugal respondeu a objetivos diferentes de índole simbólico e material. O caminho de ferro era o mais eficaz veículo para concretizar as promessas do Saint-Simonismo (Vleuten 2006: 289-90), a ideologia que baseava a formação dos engenheiros portugueses, que com ela contatavam desde a década de 1820 (Macedo 2009: 5 e 110; Matos 2009: 180). Era ainda o representante do progresso e a bitola pela qual se media o valor de cada nação, remetendo para o opróbrio da periferia tecnológica os povos que dele não dispunham (Adas 1989: 134; Hobsbawm 2006: 57; Swartz 1997: 73).

Em termos materiais, esperava-se que a locomotiva ligasse Lisboa ao Porto e à fronteira com Espanha pelo trajeto mais curto, entre a Beira Alta e o Alto Alentejo, para atrair uma grande parte do tráfego que circulava entre o Novo e o Velho Mundo. Este objetivo deixava o Baixo Alentejo, o Algarve, o Minho, Trás-os-Montes e grande parte da Estremadura e da Beira Litoral muito afastadas das linhas mais próximas. Por outro lado, pretendia-se promover a aproximação das regiões do reino, separadas entre si por acidentes geográficos e por um arcaico sistema de transportes (Matos 1980). O caminho de ferro deveria favorecer o controlo político do território nacional (Rabinow 1986: 243-52) e concorrer para a sua apropriação, através do uso consistente e repetitivo das regiões atravessadas (Kärholm 2012: 137-8), pelo que, numa segunda fase, aquelas províncias viriam a ser dotadas de vias-férreas.

Neste artigo, analiso a implementação da ferrovia na região Oeste, compreendendo as antigas províncias da Estremadura e da Beira Litoral, como instrumento subsidiário da linha do Norte e de apropriação territorial com base em Lisboa, realçando o papel dos seus *system builders* (Hughes 1983: X e 5-7). Elenco as propostas iniciais que não se concretizaram, mas que constituíram um protoprojeto de apropriação da região, e avalio a intervenção do Estado na questão, tendo em conta o jogo político-partidário da época e a estratégia militar defendida para o reino. Para isto, recorro aos debates parlamentares, pareceres técnicos, relatórios militares, estatísticas de tráfego, além da bibliografia existente sobre as linhas da região, nomeadamente as teses de Ribeiro (2002), Trigo (2003) e Paulino (2015).

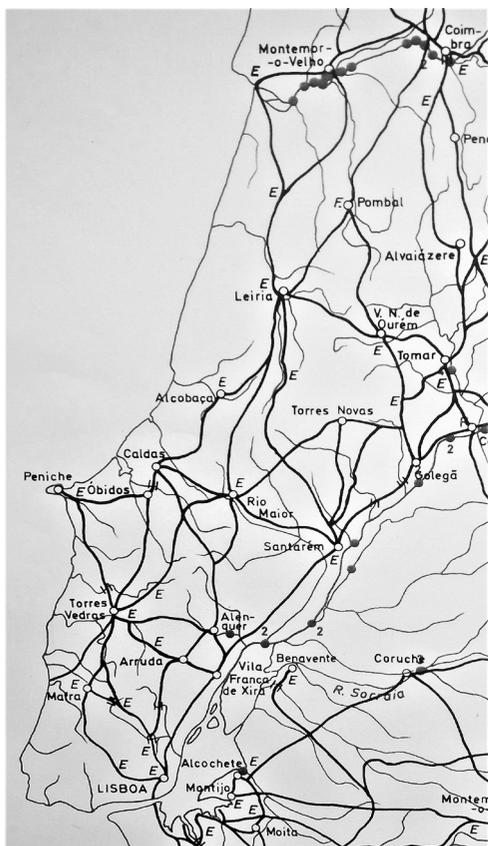
## 2. As primeiras propostas

A planificação da rede ferroviária do Oeste iniciou-se na década de 1840 para responder às dificuldades de transporte que existiam na região, que o

tornavam caro, moroso e perigoso (Trigo 2003: 15-23). Tal como acontecia um pouco por todo o país, os itinerários no Oeste eram de má qualidade e inseguros (mapa 1). Excetuava-se a estrada de Sintra, que, por servir os périplos de lazer das elites de Lisboa (Ribeiro 2002: 16-24), foi sempre bem conservada. Não surpreende que as tentativas para estabelecer carreiras regulares entre Lisboa, Mafra, Caldas da Rainha e Figueira da Foz tenham fracassado (Matos 1980: 29-30, 44 e 380-1). No sul da província, antes do caminho de ferro,

de Lisboa a Cascais viajava-se então em três horas, de carruagem (...), meio de transporte muito usado pelas famílias abastadas. O público em geral – o peão – ia de char-à-bancs, de diligência, de omnibus, em quatro horas (...). De carroça levavam-se oito ho-

ras a fazer o mesmo percurso – e um burro (...) passava o dia inteiro na viagem (apud Abragão 1956: 356).



Mapa 1. Itinerários terrestres no Oeste (Fonte: Matos 1980).

Em 1845, o britânico Hardy Hislop propôs ao governo uma linha entre Lisboa e Sintra (tabela 1). Contudo, o projeto era apenas uma das ações especulativas que caracterizaram a *railway mania* de 1845-6 em Portugal (Vieira 1985). Em 1849, o engenheiro Albino de Figueiredo elaborou com os seus alunos da Escola Politécnica um projeto para um caminho de ferro entre aquelas duas cidades, que não foi além de um exercício prático de aprendizagem (AHM, Div 3/1/8/39).

Com o Fontismo, a ferrovia ocupou uma posição de desta-

que no programa de fomento (Justino 2016: 56-63). A linha de Sintra (com ramais para Colares e Cascais) foi das primeiras a ser apresentada ao governo, em 1854, pelo francês Claranges Lucotte. A proposta poderia ter criado um sistema de mobilidade completamente diferente na Estremadura, pois previa que a linha do Norte entroncasse na de Sintra. Contudo, quando o engenheiro francês Watier, contratado pelo governo para estudar a diretriz dos caminhos de ferro entre Lisboa, o Porto e a fronteira, considerou tal ideia a “obra mais desgraçadamente concebida” (Watier 1860: 111; cf. Pezerat 1867), o fracasso do projeto ficou selado (Pereira 2012: 201-2; Pinheiro 2008: 66-7).

Entretanto, em 1859, o governo adjudicou a linha Porto-Lisboa à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses (CR), que seguiu uma diretriz pelo vale do Tejo até ao Entroncamento e depois Coimbra e Porto. Este caminho de ferro viria a tornar-se o mais movimentado do país, usufruindo ainda de vários ramais rodoviários que prolongavam a sua área de ação (Alegria 1990: 123, 129, 244-55, 335 e 358-9). Contudo, deixou a longa distância importantes cidades do Oeste como Sintra, a Figueira, Leiria ou as Caldas, que pouco colhiam daquela infraestrutura (mapa 4).

Assim, continuaram a aparecer várias propostas, sobretudo para assentar uma via-férrea entre Lisboa e Sintra: em 1861, do conde de Farrobo, do conde de Sobral e de Frederico Silva Pereira (Loureiro 1904-9, 1: 230-1); e entre 1862 e 1863, de Notman & Clear, Landin, J. D. Powles, Debrousse e novamente Lucotte. Em 1864, Morris & Bevan, Rocca, Piombino & C.<sup>a</sup> sugeriram planos mais ambiciosos que avançavam pela Estremadura até Mafra, Torres Vedras, Caldas e Leiria (AHMOP, COPM, liv. 19, 1864: 361-6)<sup>2</sup>. O COPM (Conselho de Obras Públicas e Minas) mostrava-se favorável ao investimento, mas não reconhecia mérito às propostas, exceto à de Debrousse (AHMOP, COPM, liv. 15, 1862: 27v e ss; liv. 17, 1863: 82-4v). Este projeto chegou ao parlamento e às comissões, mas quando foi apresentado aos deputados, já o país era governado pelas *economias* do Partido Reformista, cuja maioria recusou a garantia de juro solicitada<sup>3</sup>.

Em 1867, Pezerat, um engenheiro francês, formado em Paris e radicado em Lisboa (França 1977), forneceu uma opinião informada sobre o assunto, sugerindo uma linha pelo vale de Alcântara até Mafra, Torres, Caldas, Leiria e Pombal, que respondia às necessidades agrícolas, mineiras, industriais

<sup>2</sup> Na sequência destas propostas, os deputados Mazzioti e Ferreri apresentaram uma proposta de lei, argumentando com o potencial turístico e vinícola da região. Contudo, o diploma não foi discutido. *Diário de Lisboa (DL)*, sessão de 16.4.1864 e 30.5.1864: 1180 e 1762.

<sup>3</sup> Ver *DL*, sessão de 2.6.1863: 1715-6. *Diário da Camara dos Deputados (DCD)*, 20.8.1869: 1214-7. Sobre a política reformista, ver Pereira 2016: 259-64.

e militares da região, podendo ainda promover o turismo em Mafra e nas Caldas (Pezerat 1867). Contudo, diferentes propostas continuaram a afluir ao ministério.

Uma dessas foi apresentada em 1868 por Francisco Feijão para um *larmanjat*<sup>4</sup> entre Lisboa, Sintra e Oeiras, pedindo uma isenção de direitos alfandegários. O COPM mostrava-se entusiasmado com o novo sistema (AHMOP, *COPM*, liv. 27, 1868: 149v-53v), mas o governo reformista recusou conceder a isenção e o projeto abortou (Pereira 2012: 205). Isto não foi obstáculo para Saldanha, que obteve do governo<sup>5</sup> a mesma isenção para o seu projeto entre Lisboa, Alenquer, Sintra, Cascais, Torres Vedras e Leiria (COLP 1869: 365, 411 e 456; 1871: 210-1, 221-2, 229 e 285), o qual foi aprovado pela Junta Consultiva de Obras Públicas (JCOP), que substituíra, entretanto, o COPM (AHMOP, *COPM*, liv. 29, 1869: 278-80; liv. 30, 1869: 210v-1v). A influência de Saldanha conseguiu ainda vencer um protesto da CR, que reclamava que a concessão violava a sua zona de proteção<sup>6</sup>, além de ter invalidado as propostas do engenheiro Mendes Guerreiro para uma linha até Belém (Loureiro 1904-9, vol. 1: 244-7) e de Aimé Gamond para uma ferrovia ligando Lisboa a Cascais e Sintra (Gamond 1870; AHMOP, *COPM*, liv. 31, 1870: 135v-7v). Em 1872, Saldanha vendeu a concessão à *Lisbon Steam Tramways Company* (COLP 1872: 12-3), que continuou o projeto, cuja exploração se revelou dececionante, com descarrilamentos frequentes e uma manutenção demasiado onerosa, de modo que em 1875 o *larmanjat* foi suspenso (Almeida 2004).

À medida que o *larmanjat* se revelava impraticável, surgiram novas propostas, algumas circunscrevendo-se ao eixo Lisboa-Sintra, outras indo ao encontro das sugestões de Pezerat.

Daquelas, a primeira foi apresentada por Lucotte, em 1874, para uma linha passando por Santa Apolónia e Belém. Depois de parecer favorável da JCOP (AHMOP, *COPM*, liv. 36, 1874), o contrato foi aprovado pelo parlamento, uma vez que não onerava o Estado<sup>7</sup>. Contudo, o concessionário não apresentou o projeto definitivo e a concessão caducou em 1877 (Loureiro 1904-9, 1: 259-61).

<sup>4</sup> Um sistema no qual os comboios transitavam sobre um carril, apoiando-se em duas rodas laterais que circulavam sobre duas pranchas de madeira.

<sup>5</sup> Ver AHM, *Arquivo Particular Sá da Bandeira (APSB)*, Div. 3/18/1/3/182. Coleção Oficial de Legislação Portuguesa (COLP) 1869: 319.

<sup>6</sup> Ver AHM, *APSB*, Div. 3/18/1/3/182. A concessão da CR garantia-lhe uma zona de proteção de 40 km contra linhas paralelas, além do direito de opção sobre ramais.

<sup>7</sup> Ver *DCD*, 30.3.1875: 1064. *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino (DCDPR)*, 4.2.1876: 95-6. COLP 1876: 40 e ss.

A partir de 1874, surgem propostas mais ambiciosas. Luís Palmeirim obteve uma concessão para um caminho de ferro de bitola reduzida<sup>8</sup>, ligando S. Martinho do Porto a Santana, na linha do Norte (COLP 1874: 270-1). A JCOP aprovou os estudos de terreno entretanto feitos, mas a construção nunca se iniciou (Lopes 1875; AHMOP, *COPM*, liv. 35, 1874: 35-8; AHMOP, *COPM*, cx. 18, 1875, doc. 6455). Ao mesmo tempo, Ellicot e Kessler, concessionários da linha de bitola reduzida do Porto à Póvoa de Varzim, e um grupo liderado pelo conde de Penamacor, proprietário na Estremadura (Rodil 2007: 71), solicitaram a concessão de um caminho de ferro ligando Lisboa, pelo vale de Alcântara, a Sintra e Torres Vedras (COLP 1875: 235-6; AHMOP, *COPM*, cx. 19, 1875-6, doc. 6783).

Talvez por ter sido apresentada com uma memória assinada por um especialista em bitola estreita, o engenheiro Sárrea Prado (Pereira, Navarro 2018: 359), a proposta de Penamacor foi aceite, o que desde logo inviabilizou o projeto de Figueiredo Bastos para uma via-férrea entre Lisboa, Mafra e Alcobaça com dois ramais, pelo vale do Chelas até ao Tejo e por Sintra até ao mar (AHMOP, *COPM*, liv. 37-A, 1877). Todavia, a concessão motivou um protesto da CR, que arguia novamente a sua zona de exclusivo. Ainda que a diretriz pudesse ser considerada divergente, como alegava Martens Ferrão, procurador-geral da Coroa, Penamacor optou por alterar o projeto, afastando-o de Torres e aproximando-o das Caldas. Contudo, divergências com a JCOP levaram o conde a desistir do projeto em 1877 (Santos 1884, [Documentos pedidos pelos Pares]; AHMOP, *COPM*, liv. 38, 1877).

No ano seguinte, um grupo liderado por Isidoro Viana pediu uma garantia de juro de 5% para um projeto elaborado pelo engenheiro Joaquim de Matos com uma diretriz por Lisboa, Sintra, Torres e Pombal (na linha do Norte), com ramal para Cascais. A proposta mereceu a aprovação da JCOP, mas não do governo, acabando por ser abandonada (AHMOP, *COPM*, cx. 21, 1878, doc. 8025).

As movimentações para levar o comboio a Sintra motivaram a população de Cascais a solicitar igual melhoramento (Viegas 1940: 20), até porque desde 1870 que a vila competia como estância de lazer dos arredores de Lisboa (Ribeiro 2002: 23). Em 1879, um grupo de deputados liderado por Costa e Silva propôs ao parlamento a concessão de uma garantia de juro para uma linha de Lisboa a Sintra com ramal para Cascais. As comissões parlamentares aprovaram a ideia, mas a proposta nunca foi debatida (Santos 1884, [Parecer sobre um caminho de ferro de Lisboa a Sintra]; *DCD*, 17.5.1879: 1781).

---

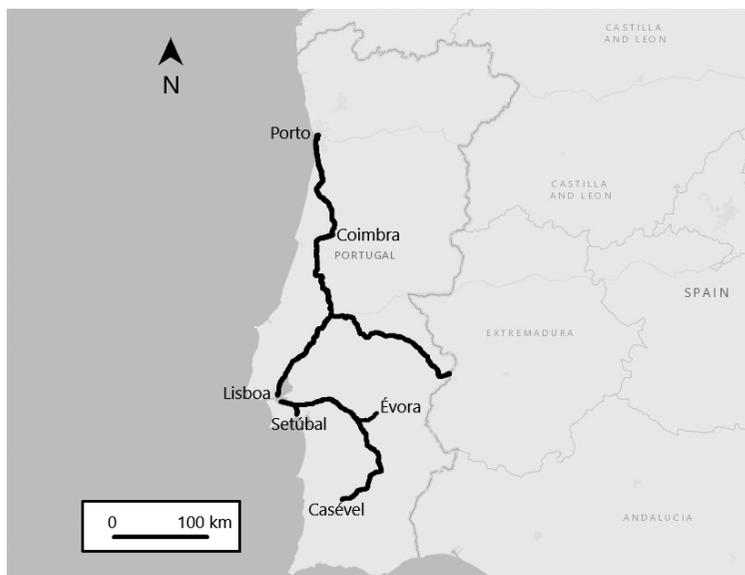
<sup>8</sup> A bitola é a distância entre carris. Portugal adotara a medida usada em Espanha (1,667 mm), mas, por esta altura, procurava alternativas técnicas mais baratas, com bitolas mais estreitas, para construir vias-férreas em terrenos mais acidentados e pobres (Pereira, Navarro 2018: 357-9).

Ano	Proponente	Diretriz
1845	Hardy Hislop	Lisboa-Sintra
1849	Albino de Figueiredo	
1854	Claranges Lucotte	Lisboa-Sintra-Cascais
1861	Conde de Farrobo	Lisboa-Sintra
1862	Notman & Clear	
1863	Debrousse	
1864	Claranges Lucotte	
	Morris & Bevan	Lisboa-Sintra-Mafra
	Rocca, Piombino & C. <sup>a</sup>	Lisboa-Sintra-Leiria-Coimbra
1868	Francisco Feijão	Lisboa-Sintra-Oeiras
1869-71	Duque de Saldanha	Lisboa-Sintra-Cascais/Leiria
1870	Mendes Guerreiro	Lisboa-Belém
	Aimé Gamond	Lisboa-Sintra-Cascais
1874	Luís Palmeirim	S. Martinho-Santana
	Ellicot & Kessler	Lisboa-Sintra-Torres Vedras
	Conde de Penamacor	
	Claranges Lucotte	Lisboa-Belém
1876	Figueiredo Bastos	Lisboa-Alcobaça c/ramais para Tejo e mar
1878	Isidoro Viana	Lisboa-Sintra-Cascais/Pombal
1879	Costa e Silva	Lisboa-Sintra-Cascais

**Tabela 1.** Lista de propostas apresentadas para a viação acelerada no Oeste (Fonte: elaboração própria a partir de fontes e bibliografia indicadas no texto).

A classe técnica nacional, reunida na Associação de Engenheiros Civis Portugueses, contribuiu também para a questão, durante a discussão sobre o plano de rede nacional (1876-9), que pretendia produzir um parecer técnico para a futura ampliação da malha férrea. Em relação ao Oeste, a maioria da Associação recomendava uma nova via que complementasse a ação da linha do Norte, partindo de Lisboa e terminando nas imediações de Pombal (Pereira 2012: 314 e mapas 30-30).

Até esta altura, a posição do governo era de expectativa, aguardando o aparecimento de investidores que não solicitassem nenhuns apoios públicos, muito à semelhança do que fazia pela mesma altura em relação aos caminhos de ferro ultramarinos (Pereira 2017: 141-60). O executivo tinha outras prioridades e limitações orçamentais. Nas décadas de 1850-60, a preferência fora ligar Lisboa a Espanha e ao Porto, obras que foram financiadas pelo Estado. Em 1863-4, a CR inaugurou as linhas do Leste e do Norte, o que limitou também a construção no Oeste em virtude da zona de exclusivo daquela firma. Pouco depois, o Estado resgatou a concessão de Sul e Sueste com um pagamento de 8,325 contos à concessionária (Pereira 2016: 264; Vieira 1983: 204-26). Em 1870 a rede estendia-se de Lisboa ao Porto, à fronteira e ao Alentejo (mapa 2).



Mapa 2. A rede ferroviária nacional em 1870 (Fonte: elaboração própria e sharemap.org).

O Oeste estava servido pela linha do Norte, mas o Minho, o Douro, Trás-os-Montes, as Beiras e o Algarve não tinham 1 km de ferrovia. Para alargar a malha, o Estado usou os seus recursos, quer para construir linhas (Minho, Douro e Algarve), quer para subsidiar a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta (CBA) (Alegria 1990: 264, 274 e 312-7).

Do lado dos investidores, o mais provável é que procurassem obter a concessão para depois fazer o seu trespasse – “um dos processos do curso que a moderna civilização nobilitou” (Cordeiro reimp. 1999: 53) – a quem oferecesse mais dinheiro. A proposta de Penamacor foi a exceção, uma vez que era um investidor com interesses na região, cujo projeto fora elaborado por um engenheiro conceituado. A preferência pelo vetor Lisboa-Sintra é notória, o que não surpreende, dado o seu papel de local de descanso da família real, da nobreza de corte e da burguesia endinheirada (Ribeiro 2002: 36). O relatório de Pezerat espoletou um interesse maior pelo resto da província, manifestado no *larmanjat* e nas outras propostas apresentadas, que elegiam quase sempre uma duplicação da linha do Norte, ao invés de ramificações da mesma. A preferência explica-se pela atração por uma ligação direta a Lisboa e também pelo facto de a construção de uma linha de 200-250 km movimentar mais dinheiro e gerar mais oportunidades de negócio do que ramais de 20-30 km (sobre os quais, aliás, a CR tinha opção).

### 3. O interesse da CR no Oeste: questões políticas e militares

Em 1880, a rede ferroviária nacional avançava em direção a todas as províncias (mapa 3), pelo que o governo pôde pensar em linhas de interesse secundário.



**Mapa 3.** A rede ferroviária nacional em 1880 - a linha da Beira Alta estava em construção (Fonte: elaboração própria e sharemap.org).

No Oeste, a questão estava dependente da CR. A predominância da firma fortaleceu-se em 1879, quando Martens Ferrão emitiu um parecer considerando uma linha de Lisboa pela Estremadura como um ramal da linha do Norte (Fino 1883-1903, vol. 1: 400-1), incluindo-se assim no seu direito de opção. O facto de o termo *ramal* não estar bem definido nem no contrato, nem na lei ferroviária de 1864, permitia interpretações mais fantasiosas (Pereira 2012: 330).

No mesmo ano, o governo do Partido Progressista encarregou o engenheiro Almeida Pinheiro do estudo de uma linha de Santa Apolónia a Pombal por Torres Vedras (AHMOP, COPM, cx. 26, 1883-4, doc. 10592). Pouco depois, o executivo adjudicou a obra sem concurso à CR, com uma garantia de rendimento de 6% sobre um capital de 30 contos/km. Depois de aprovado pela JCOP (AHMOP, COPM, cx. 23, 1880, doc. 8575), o contrato foi discutido no parlamento, uma vez que previa uma despesa pública.

Embora os argumentos esgrimidos fossem eminentemente técnicos e financeiros, revelaram também a luta partidária da época entre progressistas e

regeneradores. Se os primeiros aprovavam a proposta do governo, os segundos criticavam a despesa numa área já servida de ferrovias, os encargos financeiros, a diretriz da linha<sup>9</sup> e a incapacidade de Santa Apolónia para centralizar os acessos ferroviários a Lisboa (Pereira 2012, anexo 23). A oposição arguia ainda que com a nova obra a CR podia desviar tráfego da linha do Norte e adiar a duplicação da via a que estava obrigada contratualmente<sup>10</sup>. A maioria que o governo detinha na câmara dos deputados aprovou o contrato, mas nos Pares o governo estava em minoria, pelo que o diploma nunca foi levado à câmara alta, ficando sem efeito (Pereira 2012: 211).

No ano seguinte, o governo trouxe o projeto de novo ao legislativo, com algumas alterações: a linha começava em Alcântara, continuava até Pombal e incluía um ramal até Sintra. O apoio mantinha-se nos 6% de garantia, mas o desembolso efetivo era limitado a 3%. O projeto foi aprovado pelas comissões parlamentares, mas nunca foi posto a debate (Santos 1884, [parecer sobre a linha de Alcântara a Pombal]).

A possibilidade de um caminho de ferro cruzar as linhas de Torres, fez soar o alarme nas esferas militares, no entanto, o debate que se gerou não foi consensual, com alguns oficiais a censurar a linha, ao passo que outros a elogiavam (AHM, div. 3/20/25/29). A política partidária imiscuiu-se também na discussão, já que os militares que defendiam a diretriz eram progressistas, enquanto os seus detratores pertenciam aos regeneradores (Pereira 2012: 134).

Com estes de regresso ao poder, em 1881, o projeto voltou ao parlamento, devidamente modificado para se separar da versão anterior. A linha continuava a começar em Alcântara, bifurcando-se para Sintra e Torres, mas daqui seguia por Leiria e Figueira da Foz, ligando-se à linha do Norte em Alfarelos. A concessão foi também dividida em duas partes: a primeira incluía os troços a sul de Torres Vedras (inclusive) e um ramal para Merceana, sendo entregue à firma Burnay e nada custando ao Tesouro; a segunda abarcava as secções a norte de Torres, sendo adjudicada à CR, que usufruía adicionalmente de uma garantia de 5% sobre um capital de 30 contos/km (*DCD*, 10.3.1882: 168-72 e 660-70). Objeções do foro técnico, económico e militar foram precavidas com pareceres da JCOP (*AHMOP*, *COPM*, cx. 24, 1882, doc. 9733) e da Comissão de Defesa de Lisboa (*CDL*), o que não impediu uma acesa discussão no parlamento (*AHM*, Div. 3/20/38/4; Pereira 2012, anexo 23).

<sup>9</sup> Preferiam o término na Figueira e o entroncamento na linha do Norte em Soure (*AHMOP*, *COPM*, cx. 26 (1883-4), doc. 10592; Lopes 1888).

<sup>10</sup> A CR deveria duplicar a via na linha do Norte se o rendimento bruto atingisse os 5.83 contos/km. Em 1880, o rendimento bruto nas linhas do Norte e Leste era de 4.13 contos/km, vindo a crescer a uma média de 11% desde o início da operação (Pereira 2012, anexo 21).

Uma das críticas incidia sobre a presença de Burnay: uns censuravam a imprudência de quebrar uma linha contínua entre duas administrações, enquanto outros alertavam que um conluio com a CR podia desviar tráfego da linha do Norte. De facto, a entrada em cena de Burnay não passou de uma forma de dissimular a predominância da CR no negócio: em 1883, um ano depois de o contrato ter sido aprovado, o banqueiro trespassou a concessão à empresa, completando o logro (Pinheiro 1986: 492). No final, a CR manteve o monopólio dos acessos ferroviários a Lisboa e aumentou a sua zona de proteção na região, praticamente barrando a concessão de novas linhas.

A construção começou em setembro de 1883. Os projetos foram alterados de acordo com as indicações da JCOP e da CDL, por motivos militares (AHM, Div. 3/20/26/10; AHMOP, COPM, cx. 26, 1883-4, docs. 10592 e 11330; cx. 27, 1884, doc. 11677; cx. 28, 1885, doc. 12139; cx. 29, 1885, docs. 12446 e 12923; cx. 30, 1886, docs. 13481 e 13262; COLP 1883: 181-2 e 303; COLP 1884: 290, 386-8 e 441; COLP 1885: 572-3). Procurou-se tanto quanto possível dotar a linha das melhores condições de tração (baixas declividades e amplos raios de curva), em virtude da importância que lhe era dada em termos económicos e militares (COLP, 1884: 386-8). A obra sofreu um atraso após a CBA protestar uma violação da zona de exclusivo da linha que explorava entre a Pampilhosa e a Figueira (mapa 4). O conflito ficou sanado após a CR assumir o encargo de construir um ramal de ligação da linha do Norte ao centro de Coimbra, originalmente atribuído à CBA (Pereira 2012: 213).

A exploração começou em 1887, à medida que diversas secções das linhas iam sendo inauguradas: entre abril e maio foi aberto o troço entre Alcântara, Sintra e Torres Vedras; em junho, os carris chegavam às Caldas da Rainha e, no ano seguinte, em abril e julho, atingiam Leiria e a Figueira da Foz, respetivamente (Fino 1883-903, vol. 2: 180, 188, 214 e 243). A estação da Figueira foi partilhada entre a CR e a CBA, apesar das recomendações da JCOP para que se construísse uma gare exclusiva para cada via-férrea (AHMOP, COPM, cx. 35, 1888, doc. 15635). Desavenças entre a CR e o Estado atrasaram a ligação à linha do Norte, mas a estação de Alfarelos foi eventualmente ligada à linha do Oeste, em Lares, em novembro de 1890 e à Figueira da Foz em 1891, como se vê no mapa 4 (AHMOP, COPM, cx. 31, 1886, doc. 13851; cx. 32, 1887, doc. 14412; COLP 1888: 405; COLP 1890: 500). Quanto ao ramal de Merceana, foi abandonado, malgrado o *lobbying* feito pelo visconde de Chancelheiros, um proprietário local, no parlamento e o potencial para servir a zona vinhateira de Alenquer (Trigo 2003: 43; DCDPR, 5.8.1897: 148; 20.8.1897: 204; 24.8.1897: 239-40; 25.7.1897: 245-6; 10.2.1898: 77; 11.3.1898: 127-8; 26.4.1898: 245-6; 13.4.1899: 189-90).



Mapa 4. A rede ferroviária do Oeste (Fonte: elaboração própria e sharemap.org).

A abertura de um grande tronco central na Estremadura motivou o aparecimento de novos projetos que procuravam ramificá-lo a outras áreas da província. Em 1886, um grupo liderado por Manuel Iglésias propôs prolongar o caminho de ferro desde a estação de Valado até ao centro da Nazaré e operá-lo apenas na época balnear. O projeto foi aceite pela JCOP, mas os seus proponentes desistiram da ideia tempos depois (Loureiro 1904-9, vol. 2: 276; AHMOP, *COPM*, cx. 31, 1886, doc. 13904). Em Sintra, indagou-se junto da CR a possibilidade de estender a linha até Colares; em Queluz, foi Eurico Allen a propor um ramal até à Ericeira; ramais entre Leiria e a Batalha e entre Cantanhede e Mira foram também alvitrados (Pereira 2012: 215, nota 329), mas nenhum destas obras foi iniciada.

#### 4. Ramificações da linha do Oeste: linhas urbanas e ramal de Cascais

Efetivamente realizados foram dois novos sistemas ferroviários dentro de Lisboa e ligando a cidade aos seus arrabaldes em Cascais, ambos construídos pela CR, que praticamente tinha o monopólio da construção ferroviária na região e que assim conseguiu dominar por completo os acessos ferroviários à capital.

Um caminho de ferro que circundasse por completo Lisboa era alvitrado por

engenheiros e militares (Sá da Bandeira, Correia Pais, Morais Sarmiento, estudiosos do melhoramento do porto de Lisboa) desde a década de 1860, como um trunfo primordial para a defesa da cidade. A sua forma variava conforme o proponente, mas genericamente a linha deveria contornar totalmente Lisboa, tanto pelo Norte como pela marginal, podendo ou não incluir um ramal até ao centro da cidade (Pais, 1878; Pais 1882: 244 e ss. Sá da Bandeira 1867: 3; Sarmiento 1878)<sup>11</sup>. Na década de 1880, as secções *laterais* da linha de cintura (linha do Oeste e do Norte) estavam concluídas, restando fechar o sistema por norte e pela margem do Tejo.

A questão da parte norte da via-férrea foi resolvida em 1886, quando a CR obteve do governo, à laia do seu direito de opção, uma ligação entre as linhas do Norte e do Oeste (COLP, 1886: 347-9). Depois da JCOP e da Comissão Superior de Guerra aprovarem o projeto<sup>12</sup>, a construção decorreu até 1891, quando o troço foi inaugurado. Até 1893, a CR duplicou a via e instalou as concordâncias de Braço de Prata e Sete Rios (Silva, Ribeiro 2007-9, vol. 4: 137-9)<sup>13</sup>.

O troço marginal do caminho de ferro de cintura foi incluído nas obras do porto de Lisboa, onde deveria auxiliar a construção e sobretudo a operação portuária. Havia uma grande incerteza em relação aos pontos extremos da linha, havendo quem alvitrasse Santa Apolónia, a Praça do Comércio, a Alfândega ou o Cais do Sodré para ponto inicial e Pedrouços ou Alcântara como ponto término. Quando o governo adjudicou a empreitada do porto a Pierre Hersent, ficou definido que os comboios deveriam circular entre Santa Apolónia e Alcântara, ainda que o empreiteiro pretendesse estender a ferrovia até Cascais (Loureiro 1904-9, vol. 1: 264-89 e 365-452). Como seria de esperar, a CR reclamou, à luz dos seus contratos. O governo acedeu e, em 1887, concessionou a linha Alcântara-Cascais (com opção de um ramal até Sintra ou Cacém) à empresa, que ficava ainda com a operação do troço até Santa Apolónia. Em troca, a CR obrigou-se a retificar a margem do Tejo até Belém, a realizar algumas obras no porto e a construir e explorar uma nova linha desde Sete Rios ao Rossio, no coração de Lisboa, inaugurada em 1890 (COLP, 1887: 134-5, 179-82 e 901-10; Silva, Ribeiro 2007-9, vol. 4: 18 e 158-9).

Apesar de os negócios merecerem a aprovação da JCOP (AHMOP, COPM, cx. 32, 1887, docs. 14245e 14298), ambos foram muito contestados no parlamento, sobretudo pela voz da oposição dos Partidos Regenerador e

---

<sup>11</sup> Ver AHM, Div. 3/20/35/1. *Revista de Obras Publicas e Minas*, 16:181-4, 1-96 e 113-5; 185-8, 244-80 e 289-327.

<sup>12</sup> A JCOP ratificou os aspetos técnicos da linha enquanto a Comissão Superior de Guerra confirmou que a estação no Campo Pequeno cumpria os requisitos para o seu uso militar. AHM, Div. 3/20/27/17. AHMOP, COPM, cx. 30 (1886), doc. 13273; cx. 31 (1886), doc. 13740; cx. 32 (1887), doc. 14344; cx. 34 (1888), doc. 15131.

<sup>13</sup> A concordância é um pequeno triângulo ferroviário que permite que os entroncamentos entre linhas se façam nos dois sentidos.

Constituinte ao governo progressista. Os deputados oposicionistas duvidavam da legalidade do direito de preferência da CR e estavam certos do favor que o governo lhe fizera com as adjudicações diretas, uma vez que se tratava de um acordo para uma linha potencialmente muito lucrativa, que, além do mais, entregava terrenos conquistados ao Tejo à companhia e lhe garantia expropriações gratuitas no centro de Lisboa (*DCD*, 5.7.1887: 1590; 7.7.1887: 2510-4; 11.5.1888: 1560).

O argumento mais incisivo foi, porém, de jaez militar, uma vez que a empreitada da linha de Cascais exigia a destruição de vários fortes ao longo do seu caminho. Adicionalmente, um parecer negativo da CDL alertou que o projeto original deixava a linha depois de Cruz Quebrada completamente à mercê de um ataque por mar. Para a defender, a comissão recomendava assentar o caminho de ferro em túnel no Dafundo e entre Caxias e Paço de Arcos, protegê-lo com muros entre Carcavelos e Oeiras e erigir as obras de arte (pontes, túneis, viadutos) de forma a serem facilmente destruídas em caso de ataque (*AHM*, Div. 3/20/27/11). O governo e seus apoiantes, brandindo pareceres da JCOP (*AHMOP*, *COPM*, cx. 33, 1887, docs. 14659 e 14546; cx. 34, 1888, doc. 15392), retorquiam que a linha não usufruía de nenhum subsídio público para obras de grande envergadura e que era sobretudo de interesse turístico e recreativo. Assim, o ministro titular limitou-se a nomear dois oficiais de engenharia para monitorar a construção (*CNDF*, *DGCF-DFECF/8/0659*, 1) e a prometer adotar medidas defensivas em caso de invasão (*DCD*, 26.3.1888: 938-A; 4.4.1888: 987-9; *DCDPR*, 25.7.1887: 749; 9.1.1888: 9-11; 28.1.1888: 114-7; 30.1.1888: 125; 4.2.1888: 143-5; 7.2.1888: 175-7; 10.2.1888: 207-16; 17.2.1888: 231-9; 18.2.1888: 244-50; 20.2.1888: 299-313; 3.4.1888: 490-1; 11.4.1888: 550-1)<sup>14</sup>. Em consequência, na câmara alta do parlamento, D. Luís da Câmara Leme increpou durante semanas a decisão do governo, defendendo o alto valor estratégico da linha e ironizando que “se os hespanhoses desembarcassem em Cascaes para tomar Lisboa, bradavamos nós de cá: «espere lá sr. inimigo, até que nos ponhamos em condições de defeza este nosso caminho de ferro de recreio»” (*DCDPR*, 10.2.1888: 212).

Como era habitual, a contestação foi abafada pela maioria que o governo detinha no parlamento e a obra avançou, tendo em conta sobretudo o potencial turístico da linha. Em termos militares, apenas se teve em atenção o projeto da estação de Caxias e a colocação de câmaras de forninhos nas obras de arte para facilitar a sua destruição em caso de invasão (*AHMOP*, *COPM*, cx. 33, 1887, doc. 14659; *AHMOP*, *COPM*, cx. 34, 1888, doc. 15392; *CNDF*, *DGCF-DFECF/8/0659* e *DGCF-DFECF/8/0408*; *COLP* 1887: 452; *COLP* 1888: 137). Entre 1889 e 1891 a via-férrea entre Cascais e Alcântara-Mar estava

<sup>14</sup> Na realidade, a linha era demasiado curta para ser de utilidade em caso de conflito armado. Ver *AHM*, *FP* 25/3/306/5, Div. 3/5/9/36/58.

operacional<sup>15</sup>. Em 1895, a CR solicitou ao governo aproximar o caminho de ferro do centro de Lisboa, estendendo-o ao Cais do Sodré. O governo anuiu e no mesmo ano a extensão estava pronta (Calixto 1965). Do lado de Santa Apolónia, os carris chegaram a ser assentes até ao Terreiro do Trigo, mas a ligação nunca se concretizou (AHMOP, COPM, cx. 43, 1895, doc. 25164; cx. 46, 1899, doc. 29327; CNDE, DGCF-DFECF/8/0481 e 0485).

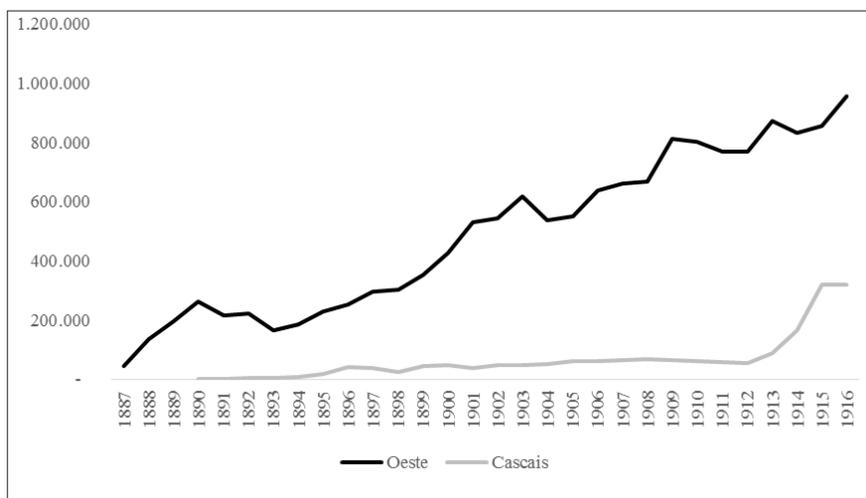
## 5. Circulação, apropriação e integração territorial do Oeste

Com estes caminhos de ferro em operação, a Estremadura começou a ser incorporada mais eficazmente no território nacional, muito à semelhança do acontecia noutras regiões do reino servidas de ferrovias. Os gráficos e parágrafos seguintes analisam a evolução dos números de transporte (passageiros e mercadorias) nas linhas do Oeste e de Cascais.



**Gráfico 1.** Transporte de passageiros nas linhas do Oeste e de Cascais (Fontes: elaboração própria a partir de *Elementos Estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal de 1877-1910*, 20-3 e 28-9; *Elementos Estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal de 1877-1916*, 20-3 e 28-9).

<sup>15</sup> Contratualmente, a linha devia ir diretamente à estação de Alcântara-Terra, na linha do Oeste. A solução de construir uma segunda estação em Alcântara-Mar devia ser temporária, mas acabou por se prolongar até aos nossos dias. Ver CNDE, DGCF-DFECF/8/0511, DGCF-DFECF/8/0487 e DGCF-DFECF/8/1498. Seguidamente a concessionária começou a operar um serviço turístico que conduzia os veraneantes diretamente desde o Rossio até às praias da linha. Ver AHMOP, COPM, cx. 36 (1891), docs. 20466 e 20602. CNDE, DGCF-DFECF/8/0477. COLP, 1891: 417.



**Gráfico 2.** Transporte de mercadorias nas linhas do Oeste e de Cascais (Fontes: as mesmas do gráfico 1).

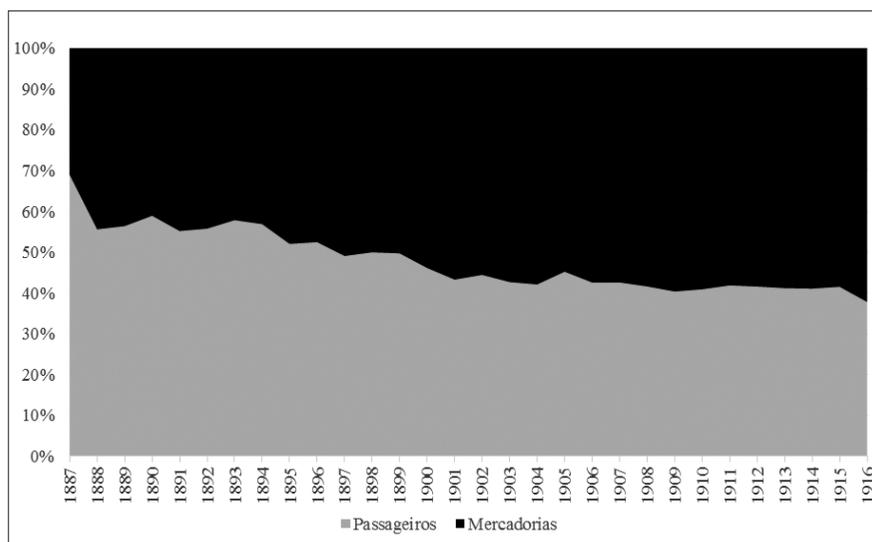
O tráfego refletiu-se positivamente na receita operacional líquida da CR (tabela 2), no entanto, uma vez que os custos da construção não são conhecidos, não é possível determinar se o resultado financeiro foi positivo ou negativo (mesmo com a garantia de juro da linha de Torres Vedras à Figueira da Foz, que estava indexada a um custo máximo de 30 contos/km). O mais provável é que tenha sido negativo, uma vez que a receita líquida quilométrica era relativamente baixa, oscilando entre médias de 1.43 e 1.57 contos/km para as linhas do Oeste e de Cascais, respetivamente. Por exemplo, a linha do Norte, como indiquei, a mais movimentada da rede, só registou lucro financeiro quando gerou um lucro quilométrico de 3.61 contos (Pereira 2012, anexo 21). O Estado saiu também prejudicado com a operação ferroviária (perto de 650 contos até 1916), em virtude da garantia de juro paga pela secção de Torres Vedras à Figueira da Foz, que cobriu a receita fiscal (impostos de trânsito, selo e assistência) cobrada pela Fazenda (tabela 2). Naturalmente, nestes cálculos falta levar em linha de conta um aumento da receita fiscal provocado pelo desenvolvimento económico possivelmente trazido sobre carris. Todavia, não dispomos de dados nem de estudos para verificar a grandeza deste impacto.

Ano	Oeste				Torres Vedras à Figueira da Foz				Cascais				Líquido para o Estado (1)+(5)-(4)	
	km explorados	Receita líquida		Receita fiscal (1)	km explorados	Receita líquida (2)	Garantia de juro (3)	Juro pago (4) = (3)-(2)	km explorados	Receita líquida		Receita fiscal (5)		
		Total	/km							Total	/km			
1887	106	131.4	1.2	10.7	40	14.5	60	45.5	-	-	-	-	-34.9	
1888	202	259.4	1.3	21	128	79	192	113	-	-	-	-	-92.1	
1889	235	290.3	1.2	24.7	161	138.2	241.5	103.3	5	1.6	0.3	0.8	-77.8	
1890	242	221.5	0.9	24	168	100.5	252	151.5	19	-3.1	-0.2	3	-124.5	
1891		209.6	0.9	24.6		97.4		154.6	24	3.6	0.2	4.1	-125.9	
1892		220.6	0.9	23.4		124.8		127.2		-0.9	-0.1	3.2	-100.5	
1893		212.3	0.9	23.6		119.3		132.7		11.5	0.5	3.2	-105.9	
1894		219.8	0.9	23.5		125.6		126.4	12.2	0.5	3.5	-99.4		
1895		250.9	1	25.7		136.9		115.2	25	6.3	0.3	4.6	-84.9	
1896		298.9	1.2	29.4		141.2		110.8	26	55.4	2.1	8.3	-73.1	
1897		321.2	1.3	34.6		147.4		104.6		68.7	2.6	10.3	-59.8	
1898		306	1.3	36		171		81		67.8	2.6	13.9	-31.1	
1899		343.2	1.4	38.9		184.1		67.9		79.9	3.1	18.5	-10.5	
1900		327.6	1.4	46.2		164.2		87.8		33.7	1.3	23.7	-17.9	
1901		355.9	1.5	49.5		177.5		74.5		50.5	1.9	24.2	-0.9	
1902		362.8	1.5	48.3		180.1		71.9		31.5	1.2	21.9	-1.8	
1903		399.6	1.7	51.6		189		63		34.7	1.3	23.2	11.7	
1904		423.8	1.8	54.2		205.3		46.7		17.8	0.7	22.5	30.1	
1905		396.3	1.6	54.9		173.1		78.9		45.4	1.7	25.6	1.6	
1906		438.9	1.8	57.3		199.6		52.4		30.6	1.2	23.3	28.2	
1907		433.6	1.8	56.7		205.3		46.7		45.9	1.8	23.3	33.4	
1908		448	1.9	58.5		202.2		49.8		50	1.9	24.4	33.1	
1909		512.5	2.1	61.8		226		26		74.9	2.9	26.5	62.3	
1910		472.3	1.95	62.9		204		48		71	2.7	27.1	42	
1911		436.4	1.80	63.2		180.2		71.8		54.3	2.1	28	19.4	
1912		407.1	1.68	74.1		181.5		70.5		61.9	2.4	30	33.6	
1913		470.6	1.94	77.5		202.7		49.3		32.6	1.3	29.3	57.6	
1914	418.1	1.73	74.3	204.3	47.7	57.2	2.2	29.3		55.9				
1915	406.2	1.68	86.6	233.6	18.4	102.3	3.9	33.9		102.1				
1916	194.5	0.80	103.3	-19.1	252	34.6	1.3	36.3		-112.4				
Total entregue pelo Estado													-642.5	

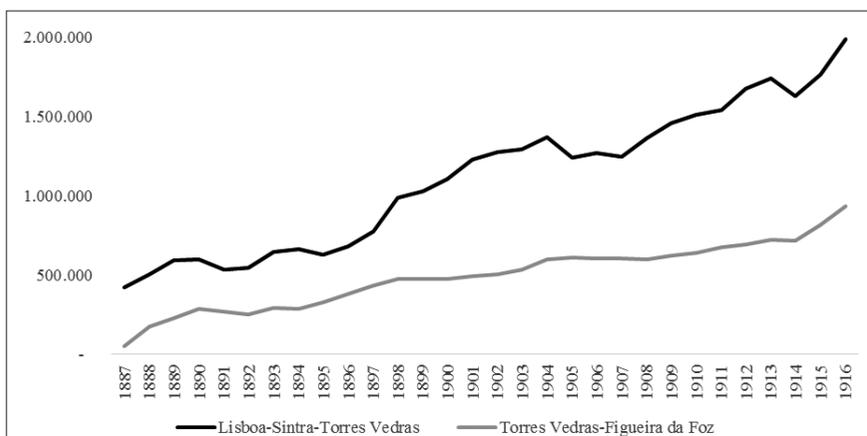
**Tabela 2.** Receita operacional e fiscal das linhas do Oeste e de Cascais (contos) (Fontes: ver as referidas no gráfico 1).

Quanto ao tráfego, como seria de esperar, a linha de Cascais especializou-se no transporte de passageiros (o transporte de mercadorias era ínfimo), sobretudo a partir de 1895 quando a via chegou ao Cais do Sodré e foi duplicada, o que permitiu multiplicar o número de viagens diárias por oito. Aquela fora aliás a principal motivação que subjazera a sua construção. A ferrovia fomentou o transporte suburbano, ligando a zona rural da periferia de Lisboa à capital, com intuitos turísticos (balnear e de saúde) e, portanto, sazonais. O caminho de ferro favoreceu ainda um processo de suburbanização de Lisboa, promovendo o crescimento demográfico nos concelhos por si atravessados e nos restantes municípios adjacentes, podendo-se assim inferir que uma parte do movimento de passageiros respeitava a fluxos pendulares casa-trabalho-casa (Paulino 2015: 88, 92-3, 97, 107 e 114). Deste modo, a ferrovia promoveu uma maior apropriação do território ribeirinho a Oeste de Lisboa e sua integração na área metropolitana da capital.

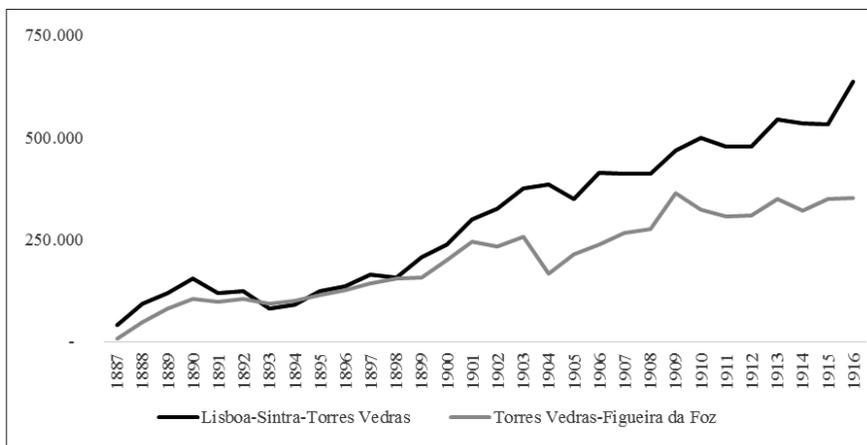
Quanto à linha do Oeste, as mercadorias tinham um peso maior, sendo aliás a principal fonte de receita operacional a partir de finais da década de 1890 (gráfico 3). A contabilidade da operação foi dividida em duas secções (norte e sul do Torres Vedras), refletindo a concessão dupla que foi realizada em 1881 (gráficos 4 e 5), o que permite analisar o impacto individual de cada troço.



**Gráfico 3.** Componentes da receita da linha do Oeste (Fontes: ver as referidas no gráfico 1).



**Gráfico 4.** Transporte de passageiros na linha do Oeste (Fontes: ver as referidas no gráfico 1).



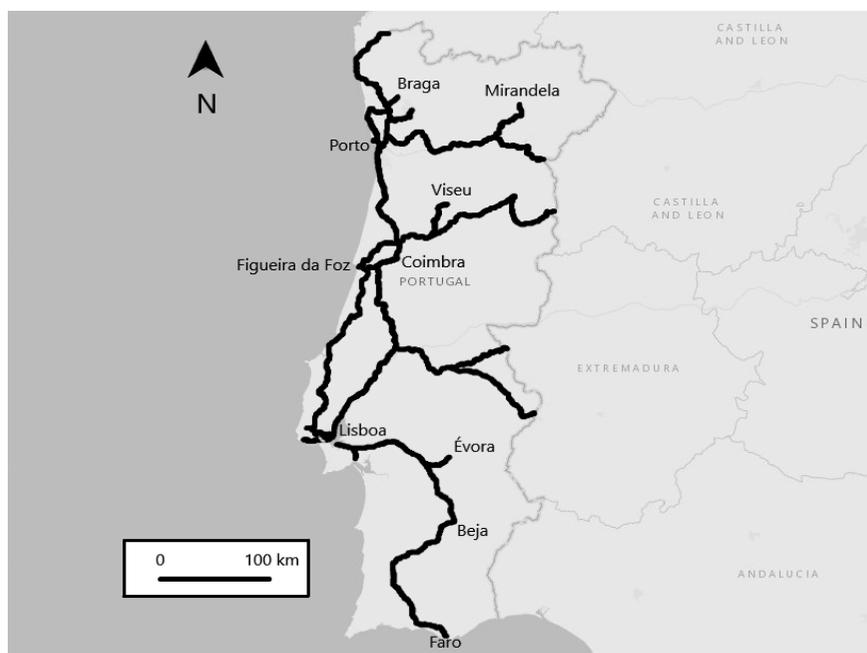
**Gráfico 5.** Transporte de mercadorias na linha do Oeste, em t (Fontes: ver as referidas no gráfico 1).

Como era expectável, a secção a sul de Torres Vedras, incluindo o ramal de Sintra, era a mais movimentada, tanto em termos de mercadorias, como em termos de passageiros. Embora as estatísticas referentes ao ramal de Sintra não estejam discriminadas, tudo indica que o caminho de ferro contribuiu para o crescimento da população, expansão e modernização urbanística da vila e seus arredores. O comboio foi paulatinamente substituindo os arcaicos veículos que faziam a ligação entre Lisboa e Sintra e, ao mesmo tempo, foi promovendo o comércio e o turismo, que passou a ser praticado por todos ao

invés de estar limitado às elites (Ribeiro 2002: 47, 50-3, 59, 62-6, 70, 73-177).

No resto da linha, a operação ferroviária trouxe efeitos semelhantes. Diversas zonas do Oeste tornaram-se centros abastecedores de vinho a Lisboa, enquanto outras beneficiaram de uma maior afluência de visitantes para desenvolver atividades turísticas como termas ou feiras (Trigo 2003: 46, 57-64, 77 e 88).

Por outro lado, e malgrado o poder de atração da capital, a Estremadura ficou também integrada mais eficientemente com as demais regiões do reino e até com o estrangeiro (mapa 5). Embora os dados disponíveis não permitam uma análise detalhada, a verdade é que a rede que servia a província entroncava na linha do Norte em Alfarelos, como vimos, e daqui ficava diretamente ligada a Coimbra, ao Porto e às províncias do Norte. Pelo caminho de ferro da Beira Alta, considerado à época a verdadeira ligação transibérica e que terminava na Figueira da Foz (Pereira 2011: 263), passaram a afluir a esta cidade milhares de turistas espanhóis que procuravam as praias locais e, a partir de 1895, o novíssimo Grande Casino Peninsular (Vaquinhas 2015: 5-6).



Mapa 5. A rede ferroviária nacional em 1890 (Fonte: elaboração própria e sharemap.org).

Assim, tal como aconteceu no vetor Lisboa-Cascais, o caminho de ferro fomentou a circulação de pessoas e bens na Estremadura, promovendo a integração desta região no conjunto nacional e, embora de forma limitada, ao contexto ibérico.

## 6. Conclusão

As linhas do Oeste, Sintra e Cascais, que, com a linha do Norte, formaram o essencial da rede ferroviária que serviu (e ainda serve) a Estremadura, constituem um bom exemplo do papel do caminho de ferro como instrumento de apropriação territorial, promotor de um uso continuado e repetitivo de uma determinada região, neste caso a província estremenha.

Depois de um processo de especulação, combate político-partidário, estudo e análise, que gizou no mapa os vetores de integração que o caminho de ferro devia desempenhar na região, aquelas ferrovias foram efetivamente construídas e substituíram no transporte a longa distância os arcaicos veículos que calcorreavam estradas sinuosas, acelerando e aumentando o volume de transporte de pessoas e bens. A sua ação foi particularmente visível em torno de Lisboa, nos eixos em direção a Sintra e Cascais, os quais cresceram demograficamente e modernizaram-se urbanisticamente, acabando mais intimamente integrados na área metropolitana da capital. No Oeste, os estudos e estatísticas disponíveis não permitem tirar conclusões tão assertivas, mas tudo indica que o caminho de ferro operou iguais transformações.

Além do transporte de passageiros e mercadorias e da integração fomentada por estes fluxos, o caminho de ferro transportava também militares e agentes do Estado. Aliás, os contratos de concessão estipulavam que este serviço deveria ser feito de forma gratuita ou a preços reduzidos. Ainda que as preocupações militares dos oficiais portugueses tenham sido genericamente rechaçadas e embora não possamos medir numericamente aquele fluxo, ele contribuiu para alargar a autoridade do Estado e assim promover uma integração administrativa do Oeste no território nacional.

Uma última palavra para o comportamento financeiro da operação e para a intervenção do Estado no sector. Como vimos, o Tesouro perdeu cerca de 650 contos no negócio (que também não rendeu um lucro extraordinário à CR). No entanto, há que ter em conta que o êxito de um investimento público não se mede apenas pelo sucesso da concessionária que o opera: no caso da rede do Oeste, o investimento, além de ter promovido o turismo e a viticultura, contribuiu para integrar a Estremadura mais eficazmente no conjunto nacional.

## Fontes

### Manuscritas

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, *Conselho de Obras Públicas e Minas* (AHMOP, COPM).

Arquivo Histórico Militar (AHM), Div 3.

Centro Nacional de Documentação Ferroviária (CNDF), documentação diversa.

### Publicadas

CORDEIRO, Joaquim António da Silva (reimp. 1999). *A crise em seus aspectos morais*. Lisboa: Cosmos.

DINIS, Pedro Guilherme dos Santos comp. (1915-9). *Compilação de diversos documentos relativos à Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes*. Lisboa: IN.

FINO, Gaspar Candido da Graça Corrêa, comp. (1883-1903). *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro*. Lisboa: IN.

GAMOND, M. A. Thomé de (1870). *Mémoire sur le projet agrandissement de la ville de Lisbonne*. Paris: Dunod.

LOPES, Pedro Inácio (1875). “Projecto de caminho de ferro de via reduzida entre a Ponte de Sant’anna e o porto de S. Martinho”, *Revista de Obras Publicas e Minas* (ROPM), 6:68-9, 301-33 e 345-71.

LOPES, Pedro Inácio (1888). “Influência da construção dos caminhos-de-ferro em Lisboa”, *ROPM*, 19:223-4, 269-80.

LOUREIRO, Adolpho (1904-9). *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: IN.

PAIS, Miguel Carlos Correia (1878). “Memoria sobre a rede geral dos caminhos de ferro considerados debaixo do ponto de vista estratégico”, *ROPM*, 9:102-3, 280-8.

PAIS, Miguel Carlos Correia (1882). *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*. Lisboa: Tipografia Universal.

PEZERAT, Pedro José (1867). *Memoria sobre dokas commerciaes, bairros maritimos, porto militar sobre a margem direita do Tejo, e caminho de ferro commercial, estrategico e testa dos caminhos de ferro europeus*. Lisboa: IN.

SÁ DA BANDEIRA, Marquês (1867). *Notas sobre o plano de defesa de Lisboa*. Lisboa: IN.

SANTOS, Clemente José dos, comp. (1884). *Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884*. Lisboa: IN.

SARMENTO, Júlio Ernesto de Moraes (1878), “Memoria sobre a rede geral dos caminhos de ferro considerados debaixo do ponto de vista estratégico”, *Revista Militar*, 30:8, 252-4.

WATIER, F. (1860). “Relatorio do engenheiro francez monsieur Watier sobre a construcção dos caminhos de ferro em Portugal (tradução)”, *Boletim do Ministerio das Obras Publicas*, 1, 76-131.

## Bibliografia

- ABRAGÃO, Frederico de Quadros, comp. (1956). *Cem anos de caminho de ferro na literatura portuguesa*. Lisboa: CP.
- ADAS, Michael (1989). *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca: Cornell U. Press.
- AGUILAR, Manuel Busquets (1961). “A Linha Férrea de Cascais”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 74:1770, 255-6.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990). *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Lisboa: CEG.
- ALMEIDA, Jaime Fragoso de (2004). *O incrível comboio Larmanjat*. Lisboa: Medialivros.
- CALIXTO, Vaco (1965). “As três inaugurações da linha de Cascais”, *Boletim da CP*, 37:433, 15-6.
- FRANÇA, José Augusto (1977). “Pierre-Joseph Pezerat (1801-1872). Le dernier architecte néoclassique à Lisbonne”, *Bulletin de la Société de l’Histoire de l’Art Français*, 1977, 225-35.
- GAIO, Eduardo Frutuoso (1957). *Apontamentos da história dos caminhos de ferro em Portugal*. Sintra: Sintra Gráfica.
- HOBBSAWM, Eric John (2006). *The age of capital (1848-1875)*. Londres: Abacus.
- HUGHES, Thomas Parke (1983). *Networks of Power. Electrification in Western Society, 1880-1930*. Baltimore: The Johns Hopkins U. Press.
- JUSTINO, David (2016). *Fontismo: Liberalismo numa Sociedade Iliberal*. Lisboa: D. Quixote.
- KÄRRHOLM, Mattias (2012). *Retailising Space. Architecture, Retail and the Territorialisation of Public Space*. Burlington: Ashgate.
- MACEDO, Marta Coelho de (2009). *Projectar e construir a Nação: engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*. Coimbra: diss. dout. U. Coimbra.
- MATOS, Ana Cardoso de (2009). “Asserting the Portuguese Civil Engineering Identity: the Role Played by the École des Ponts et Chaussées”, in MATOS, A. C. et al. (eds.), *The Quest for a Professional Identity: Engineers Between Training and Action*. Lisboa: Colibri, 177-208.
- MATOS, Artur Teodoro de (1980). *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: diss. dout. U. Açores.
- PAULINO, Joana Vieira (2015). *A linha de Cascais: construção e modernização. Reflexos no turismo e no processo de suburbanização da cidade de Lisboa*. Lisboa: diss. mest. U. NOVA de Lisboa.

- PEREIRA, Hugo Silveira (2012). *A política ferroviária nacional (1845-1899)*. Porto: diss. dout. U. Porto.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2016). “«A marcha imoderada de um falso progresso»: o reformismo, uma impossível alternativa ao fontismo?”, *História. Revista da FLUP (HRFLUP)*, 4:6, 251-68.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2017). “Especulação, Tecnodiplomacia e os caminhos-de-ferro coloniais entre 1857 e 1881”, *HRFLUP*, 4:7(1), 137-62.
- PEREIRA, Hugo Silveira, NAVARRO, Bruno José (2018). “The implementation and development of narrow-gauge railways in Portugal as a case of knowledge transfer (c. 1850–c. 1910)”, *The Journal of Transport History*, 39:3, 355-80.
- PINHEIRO, Magda (1986). *Chemins de fer, structure financière de l’État et dependance extérieure au Portugal: 1850-1890*. Paris: diss. dout. U. Paris.
- PINHEIRO, Magda (2004). “The French Investors in Portuguese Railways from 1855 to 1884: Three Cases”, *First International Conference of the AIHCF* ([www.docutren.com/HistoriaFerroviaria/Semmering2004/pdf/10.pdf](http://www.docutren.com/HistoriaFerroviaria/Semmering2004/pdf/10.pdf), consultado em 2018.9.30).
- PINHEIRO, Magda (2008). *Cidade e caminhos de ferro*. Lisboa: ISCTE.
- RABINOW, Paul (1986). *The Foucault Reader*. Reading: Penguin Books.
- RIBEIRO, Manuel Pedrosa (2002). *Sintra e o Caminho de Ferro. Transformações urbanísticas e de infra-estruturas (1850-1910)*. Lisboa: diss. mest. ISCTE.
- RODIL, João (2007). *Freguesia de São Martinho: História e Tradição*. São Martinho: Junta de Freguesia.
- SILVA, José Ribeiro da, RIBEIRO, Manuel (2007-9). *Os comboios em Portugal*. Lisboa: Terramar.
- SWARTZ, David (1997), *Culture and Power. The Sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: The U. Chicago Press.
- TRIGO, Jorge Manuel Cabrita (2003). *A importância dos caminhos-de-ferro no desenvolvimento da região Oeste (de 1880 a 2002). Contributo para um estudo*. Lisboa: diss. mest. U. Lisboa.
- VAQUINHAS, Irene (2015). *Saber Perdurar. Grandes linhas de evolução do Casino da Figueira (1884-1978)*. Figueira da Foz: Casino Figueira.
- VIEGAS, João da Cruz (1940). *Subsídios para a história do concelho de Cascais I: as Comunicações de Cascais para Lisboa. Terrestres, Ferroviárias, Marítimas, Postais, Telegráficas e Telefónicas*. Cascais: Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães.
- VIEIRA, António Lopes (1983). *The role of Britain and France in the finance of Portuguese railways, 1850-1890: a comparative study in speculation, corruption and inefficiency*. Leicester: diss. dout. U. Leicester.
- VIEIRA, António Lopes (1985). “Os caminhos de ferro antes dos caminhos de ferro: a especulação ferroviária em Portugal em 1845-46”, *Revista de História Económica e Social*, 15, 123-34.

VLEUTEN, Erik Van der (2006). “Understanding Network Societies. Two Decades of Large Technical System Studies”, in VLEUTEN, E. v. d., KAIJSER, A. (eds.), *Networking Europe. Transnational Infrastructures and the Shaping of Europe, 1850-2000*. Sagamore Beach: Science History Publications, 279-314.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Ferro e manganês do Cercal – Odemira: entre especulação e (des)ilusão (1870s-1912)

*Iron and manganese of Cercal – Odemira: between speculation and (dis)illusion (1870s-1912)*

**JOSÉ MANUEL BRANDÃO**

Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH  
jbrandao@fcsh.unl.pt

**JOSÉ M. LEAL DA SILVA**

Instituto de História Contemporânea da NOVA FCSH  
jmlealsilva@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 10/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 04/07/2019

**Resumo.** Na segunda metade do século XIX a procura e a alta de preços dos minérios de ferro e manganês no mercado britânico motivaram uma euforia mineira no Alentejo (sul de Portugal), com proliferação de concessões em concelhos como, entre outros, Santiago do Cacém (Cercal) e Odemira. Com minérios em geral pobres e sem transportes eficazes e baratos, a tentativa de valorização local da produção incluiu, na década de 1880, um malogrado ensaio de redução direta à boca da mina mantendo-se a intenção na década seguinte, explicitada num alvará de julho de 1892. Sem concretização e persistindo as limitações referidas, a ausência de procura levou ao definhamento da atividade extrativa na região.

**Palavras-chave.** minas; ferro; manganês; siderurgia; Cercal; Odemira.

**Abstract.** The rise in prices of the iron and manganese ores in the British market since the 1860s, triggered a real rush in several counties of the province of Alentejo, such as Santiago do Cacém (Cercal) and Odemira, with award of several concessions. With generally poor ores and lack of efficient and cheap transports, an iron-making attempt to increase profits by direct reduction was unsuccessfully carried at site, in the early 1880s. However, the intention of local iron making persisted, as it appears from a royal charter of July 1892 that was not materialized. Thus, the lack of demand for these ores compromised local mining activity, which gradually declined until the end of the century.

**Keywords.** mines; iron and manganese ores; iron making; Cercal; Odemira; Portugal.

## Introdução

Aos 29 de julho de 1892, um alvará régio autorizava um grupo de capitalistas a construir, na margem direita do rio Mira, um caminho de ferro “para ligar entre si e com os altos-fornos” várias minas de ferro manganífero.

Curioso se considera este licenciamento porque, além de surgir em tempos de bancarrota parcial e com o *boom* ferroviário praticamente terminado, as entrelinhas do diploma indiciavam um projeto (integrado) minero-siderúrgico, algo que a moldura legal portuguesa iria contemplar em legislação quase imediata, o que merece algum reparo. Até então, não obstante alguns projetos e de diversas vozes advogarem a instalação da siderurgia em Portugal, aproveitando os jazigos conhecidos (v. Rollo, 2005: 15-21), o país continuava rendido à importação de ferro bruto e em obra e a única experiência industrial concretizada com altos-fornos fora a da gorada *Iron and Coal Company* na Marinha Grande (1866), para fundir minérios de ferro do distrito de Leiria (v. Brandão & Callapez, 2017).

Considerando a pequena dimensão do mercado interno, porventura o maior dos constrangimentos ao robustecimento da indústria nacional, a reconhecida carência do país em carvão natural e a fraca capacidade de competição no mercado externo, a referência a altos-fornos naquele diploma, levanta interrogações: para servir o quê, quem, e em que condições? De facto, no baixo Mira sentira-se, desde uma vintena de anos antes, uma corrida ao registo de minas de ferro e ferro-manganês, motivada pela apetência do mercado britânico por estes produtos; no entanto, embora no alvará se refiram minas de um concessionário inglês (James Lloyd), pode questionar-se se a qualidade legal dos atos de aprovação publicados no jornal oficial daria respaldo a um genuíno desígnio de progresso industrial utilizando minérios locais, ou se não passaria de um expediente para garantir vantagens económicas, remetendo para as calendas a instalação efetiva da indústria siderúrgica.

Ao também autorizar o mesmo grupo a trabalhos de “desentulho” na foz do Mira para dar acesso a navios de grande calado, o referido alvará era hábil na abertura a qualquer dos paradigmas (siderurgia, com importação de carvão *vs.* exportação de minério), além de facilitar as muitas atividades em terra e mar a que o desassoreamento da barra interessaria.

Embora a produção historiográfica regional tenha vindo a incorporar tópicos relacionados com a atividade mineira no baixo Mira, não foram encontradas referências ao referido diploma. A literatura disponível balança entre os aspetos técnicos e científicos da geologia e da engenharia de minas, pontualmente com intuítos de divulgação (v. Oliveira & Oliveira 1996; Matos *et al.* 2013), ou aponta para questões relacionadas com o património cultural e a sociedade (e.g. Alves, 2000; Quaresma 2006, 2013, 2014). Assim, tendo por base a literatura cinzenta e científica, o presente texto procura contextualizar o mencionado alvará, bem como, justificar, pelo rigor das observações dos engenheiros do Estado no último quartel do século XIX, o fracasso atempadamente anunciado da corrida aos minérios locais e, conseqüentemente, do projeto siderúrgico.

## Antecedentes remotos e próximos

A faixa costeira com ca. de 50 x 10 km entre o Cercal do Alentejo e o sul de Odemira foi, desde tempos remotos, alvo de trabalhos de exploração de minérios de ferro e, possivelmente também, de cobre e prata, denunciados pela existência de escavações a céu aberto, galerias e escoriais atribuídos aos romanos, convicção propalada nos estudos técnicos do passado século (v. Almeida & Barros 1946; Almeida *et al.* 1946; Carvalho 1971). Estes vestígios têm sido objeto de estudos recentes nos domínios da arqueologia e da paleosiderurgia, que permitiram confirmar a presença da mineração e metalurgia romanas e alargar o horizonte cronológico destas práticas, da Idade do Ferro ao período islâmico e Baixa Idade Média (v. Grangé 2009; Vilhena & Grangé 2011). Uma atividade intensa que parece ter esmorecido nos séculos seguintes, a avaliar pela leitura das Memórias Paroquiais de 1758 transcritas por António Quaresma, como exemplifica a resposta de Fr. Bento Dias Barreto, pároco de Vila Nova de Milfontes: “(...) não há na dita serra [do Cercal] mina alguma de género algum de metais; nem materiais nem canteiras de pedras de qualidade alguma, mais do que pedras toscas e grosseiros penhascos que só poderiam servir desfeitas para paredes” (Quaresma 2006: 250-306).

A atividade mineira voltaria à região na segunda metade do século XIX, com a descoberta de novos e antigos jazigos de ferro e ferro manganésífero, animada pela exportação para o mercado externo, já que a expansão fontista da rede ferroviária, que poderia abrir às minas de ferro nacionais uma janela de oportunidades, e entusiasmou alguns capitalistas portugueses e estrangeiros, viria a falhar. Nem a expansão da rede foi acompanhada pelo crescimento de uma indústria de material ferroviário, nem tão-pouco a indústria metalúrgica existente foi protegida da concorrência estrangeira, favorecida pela isenção de direitos de importação e por pautas aduaneiras gravosas para a importação de ferro em bruto, situação denunciada pela Sociedade Promotora da Indústria e reiterada nas respostas ao Inquérito Industrial de 1881:

“(...) os direitos impostos sobre o ferro bruto (...) não se podem reputar proteção à lavra das nossas minas de ferro, porque todos sabem que não possuindo ainda carvão nosso, e havendo destruído as poucas florestas que tínhamos (...) não nos é possível dispensar o ferro estrangeiro” (Sociedade... 1849: 82).

A exploração de ferro em território nacional centrava-se então na mina dos Monges (Montemor-o-Novo) concessionada em 1867, onde se movimentavam capitais ingleses, estendendo-se depois a outros concelhos alentejanos e

chegando ao Cercal e Odemira no princípio dos anos 1870, quando começaram a ser explorados os minérios ferro-manganesíferos locais para responder à crescente procura estrangeira. Manuel Anduze, francês, descobridor de várias minas na região, ponderara a exportação, via-Marselha, de minérios para o Creusot, onde funcionavam desde finais de 1830 as fábricas de aço da *Schneider & Cie.*, mas o elevado custo dos transportes inviabilizara esta saída.

Embora visse na exportação uma oportunidade, João Ferreira Braga, engenheiro da Repartição de Minas, alvitava o estabelecimento de uma fundição em Setúbal, ou nas margens do Tejo, abastecida de carvão pelos navios que vinham buscar os minérios (Moura & Carvalho 1952: 79), o que não devia ser alheio à autorização concedida em 1 de fevereiro de 1872 ao súbdito britânico John Douthat, para construir, no Barreiro, um cais para navios de carga (fig. 1) e um ramal ferroviário ligando-o à linha do Sul e Sueste para saída dos minérios da mina dos Monges, então explorada pela firma *Cartaxo, Street & Co*<sup>1</sup>.

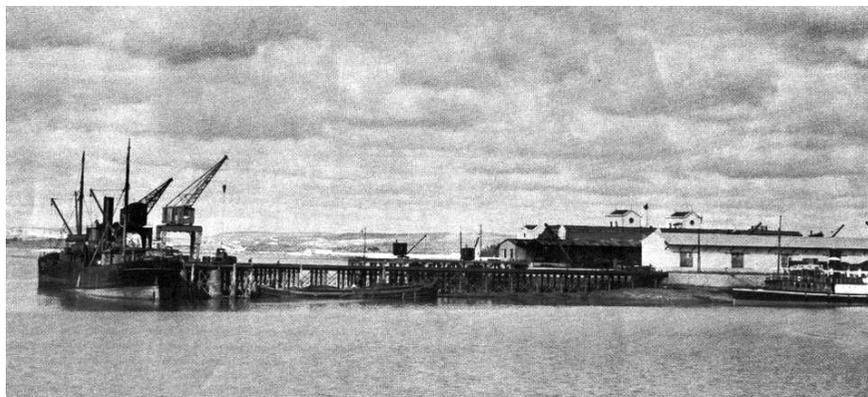


Fig. 1. Construído para escoar a produção da mina dos Monges, o desaparecido terminal minereleiro do Barreiro (Ponte dos Ingleses) serviu a outras cargas e descargas. Foi desativado para a realização do aterro em que assentou o terminal rodo-fluvio-ferroviário inaugurado em 1995. F. autor desconhecido, anos 1940. Cortesia do Arquivo Espaço Memória, CMB.

Tal alvitre ganhou pertinência quando a queda de preços do ferro no mercado britânico, provocada pela concorrência dos minérios de Bilbao, forçou os concessionários, aconselhados por Edmond Bartissol (1943 [1876]: 84)<sup>2</sup> - encorajado pelos resultados das análises dos minérios, que

<sup>1</sup> O ramal no Barreiro justificava-se pela deriva local que introduzia na linha do Sul e Sueste.

<sup>2</sup> Engenheiro de Ponts et Chaussées, Bartissol viria a ser conhecido em Portugal pelo seu papel na construção da linha da Beira Alta, de que foi diretor, e outros projetos ferroviários nomeadamente para uma travessia do Tejo (Escudier 1995: 232-237).

tinham revelado teores de ferro na ordem dos 60% - a encarar a instalação de altos-fornos naquela vila ribeirinha, importando o coque necessário ao seu funcionamento (Malheiro & Sequeira 1876: 7). Porém, os proprietários da mina dos Monges, além de se proporem construir um ramal de ligação da mina à linha do Sul e Sueste em Casa Branca<sup>3</sup>, tinham já equacionado a possibilidade de instalar essa indústria junto da mina e requerido isenção aduaneira e redução das tarifas de transporte para os equipamentos necessários.

Apreciada pela Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas (JCOPM) em fevereiro de 1876, aquela pretensão mereceu aprovação na generalidade (AITC, JCOPM, L. 9, atas 626 e 629); porém, pesasse embora a idoneidade e, certamente, o arcaboço financeiro dos requerentes encabeçados por James St. George, viscondes de Carnide e de Menezes e Eduardo Pinto Bastos (Ribeiro, 1876 *apud* Moura & Carvalho 1952: 57)<sup>4</sup>, o projeto não avançou.

O interesse pelos minérios de manganês entrou no Alentejo em finais da década de 1850; contudo, foi a marcada subida do preço destes minérios no mercado inglês entre 1870 e 1873, dada a sua aplicação no fabrico do aço<sup>5</sup>, que atraiu negociantes e “mineiros” portugueses e estrangeiros, alguns deles familiarizados já com este negócio. É então que disparam os registos de descoberta nas câmaras municipais dos principais concelhos da Faixa Piritosa, alguns dos quais requeridos por futuros candidatos aos direitos de mineração no Cercal e Odemira, onde se regista um verdadeiro *rush* mineiro que, no entanto, não se traduziu em idêntico número de direitos de descoberta e concessão (Brandão & L. da Silva, no prelo). Estas práticas que, em momentos de euforia mineira, afetou os processos iniciais dos atos de precedência formal previstos na lei (registo/manifesto) também, naturalmente, aqui proliferaram:

“(...) numerosos têm sido os pedidos de concessões, e bem poucos têm produzido mais de 1 000 toneladas de minério; contudo as suas explorações e lavras têm dado movimento e riqueza e demonstrado o modo irregular, incerto e contingente como se acha distribuído este minério à superfície” (AHGM, Braga 1871a).

<sup>3</sup> Esta ligação teria ainda de esperar alguns anos apesar de Bartissol, em representação dos concessionários, insistir na sua urgente aprovação (AITC, JCOPM, L. 10, atas 812 e 827, março de 1878).

<sup>4</sup> Não tendo sido encontrada documentação que o confirme, presume-se que este grupo de capitalistas possa ter sido o impulsor da The Monges Iron Company Limited, que não chegou a ter existência legal em Portugal.

<sup>5</sup> Avaliando o papel do manganês na siderurgia, Escard (1909: 99-100) classifica-o como necessário “metal presente” no processo industrial siderúrgico e, após explicar o seu papel, conclui que, podendo as siderurgias consumir quantidades maiores ou menores de manganês, esse consumo acabaria por ser “sempre elevado”.

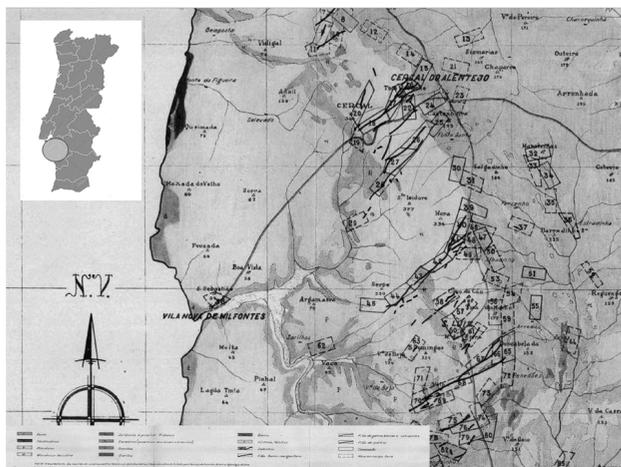
Um problema que parece ter persistido, como se retira das impressões arrasadoras de Ferreira Braga (AHGM, 1874c) de visita a concessões de S. Teotónio, onde havia cerca de trinta minas requeridas ou aguardando concessão, que não lhe parecia poder garantir uma exportação de minérios “em larga escala” dada a dispersão e reduzida dimensão dos jazigos, e o elevado teor de fósforo (indesejável na fundição). Mas ia mais longe ao acrescentar que nos anos anteriores se tinham “negociado na região muitos papelinhos” e trabalhado muito pouco nos jazigos, apesar do governo não levantar quaisquer obstáculos quanto às suas boas ou más condições económicas, atribuindo todas as concessões de ferro e manganês conformes com a lei, deixando à iniciativa privada o seu estudo e viabilização. “Se com a liberdade nada se conseguiu”, a lei de minas tinha disposições para fazê-las trabalhar ou declarar o seu abandono. Um ponto de situação (muito) crítico que deixava mesmo presumir práticas especulativas:

“Thomas Haffenden é decerto o concessionário que tem empregado maiores esforços para lavrar as suas minas em Odemira; porém todas as suas diligências têm sido chamar o capital inglês para o fim exclusivo da exportação dos minérios (...) tem cuidado de tudo menos de por meio de trabalhos inteligentes nas minas (...) pôr patentes para se medirem, e fáceis para se extraírem, os maciços descobertos por poços e galerias. Nos cinco últimos anos o pequeno capital não conseguiu se não o fazer conhecidos no estrangeiro estes jazigos de ferro notáveis pela abundância de manganês” (AHGM, Braga 1974b).

Apesar destes problemas iniciais, os jazigos da região deram origem a mais de uma centena de concessões<sup>6</sup>, das quais apenas uma parcela manteve lavras com alguma expressão, embora intermitentes (fig. 2).

---

<sup>6</sup> Gomes (1957) refere 128 minas abandonadas ou declaradas campo livre e 17 concessões com lavra suspensa, com o argumento, que vinha do tempo da sua concessão a Henry Burnay e Banco Burnay, de que os minérios eram muito ricos em manganês para serem considerados de ferro, mas não tanto para serem considerados de manganês.



**Fig. 2.** Extrato da Carta Geológica e Mineira do Cercal – Odemira, 1/100 000, evidenciando as concessões ativas (traço cheio) e em campo livre (tracejado). Serviço de Fomento Mineiro, 1957. Cortesia do LNEG.

## Visitas de reconhecimento

A inexistência de anteriores pesquisas que permitissem avaliar, com alguma segurança, as características e o comportamento dos jazigos em profundidade, *i.e.* o seu interesse económico, reflete-se na prudência com que os engenheiros da Repartição de Minas se expressam nos relatórios das visitas de reconhecimento. Na sua maioria estes limitam-se a confirmar as ocorrências e avaliar o capital necessário para iniciar a exploração, demarcando a área e recomendando a atribuição da concessão; porém, no seu conjunto permitem desenhar o quadro geológico das mineralizações, proporcionando uma visão realista da sua viabilidade industrial.

A maioria dos registos correspondia a impregnações superficiais e irregulares de óxidos de ferro e manganês nas rochas do Complexo Vulcano-Silicioso<sup>7</sup>, uma espécie de “tecido mineralizado”, resultado de infiltrações de águas ferríferas e manganíferas, apresentando-se umas vezes com teores de manganês na ordem dos 40 a 50% e 5 a 15% de ferro, outras com 30 a 40% de ferro e 10 a 20% de manganês (AHGM, Braga 1874a)<sup>8</sup>. Esta hipótese era também partilhada por Lourenço Malheiro (AHGM 1872) e por Pedro Sequeira (AHGM 1872), que falavam em “águas termais repuxantes” carregadas de carbonatos de ferro e manganês, circulando através dos planos de fraqueza dos xistos até à superfície, onde ocorriam as reações químicas que davam origem aos óxidos (fig. 3)<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Com o qual se relacionam as mineralizações da Faixa Piritosa Ibérica.

<sup>8</sup> Industrialmente, estes depósitos não podiam ser considerados como de manganês, por apresentarem um teor inferior a 50%, no entanto, em siderotecnica poderiam dar excelentes gusas.

<sup>9</sup> A relação destas ocorrências com fenómenos de hidrotermalismo foi mais tarde confirmada por outros autores (e.g. Gomes, 1957; Carvalho 1976b).



Fig. 3. Muro construído com blocos de minérios ferromanganesíferos, certamente provenientes de jazidas locais. Carrasqueira, F. dos autores, 2018.

Apesar destas ocorrências não ultrapassarem, em regra, meia dúzia de metros de profundidade, propiciavam uma lavra relativamente fácil a céu aberto e a sua exploração, tal como a maioria das minas de manganês alentejanas, pouco mais precisava do que “pólvora, força muscular e animal e alguma madeira” como recorda Paulo Guimarães (2001: 133), concluindo que a exploração do manganês, mesmo sem grandes recursos financeiros e técnicos, proporcionava lucros imediatos e um rápido retorno do capital investido.

Os mais importantes jazigos ferromanganesíferos correspondiam a filões de direção dominante NE-SW cortando as rochas xistosas do Carbónico Inferior, como são exemplo os da Serra do Rosalgar, Serra da Mina e Serra das Tulhas, cujos afloramentos definiam as cristas de vários cerros, o que favorecia a lavra, ao permitir, a partir dos vales, abrir galerias de rolagem e esgoto nas rochas encaixantes de menor dureza. Atingindo pontualmente possanças de mais de uma dezena de metros e 5 km de extensão, apresentavam uma mineralização de óxidos de ferro (hematite) e de manganês (pirolusite) dispersos na ganga de quartzo e barita (v. Almeida *et al.*1946; Carvalho 1976a; 1976b), associados a um cortejo mineral alargado detalhado em Neiva 1949, 1955 e Alves & Kampf 2017.

Em associação com a cobertura pliocénica, ocorriam ainda pequenas concentrações detríticas (grés) ferríferas ou manganesíferas resultantes da meteorização dos filões e impregnações, cuja espessura não ia, em geral, além de um metro, localmente referidas por *mineral ariusco*.

Em relatório conjunto, circunstanciado, de março de 1872, Pedro Sequeira e Lourenço Malheiro não hesitaram apontar os filões como principal base da indústria, sem descurar, porém, o interesse dos outros jazigos:

“( ... ) conquanto não tenham individualmente grande importância, podem pelo seu número contribuir eficazmente para o estabelecimento da indústria e os grés terão decerto uma pequeníssima importância. No entanto, a indústria a estabelecer-se só poderá viver pela reunião de todos estes elementos”.

Opinavam ainda estes técnicos, que a heterogeneidade de minérios com baixo valor de mercado poderia ser contrariada melhorando o processamento e promovendo a fundição à boca da mina usando combustível vegetal, operação que até exigiria um “menor sacrifício de capital”.

A “lavra de rapina” praticada nos primeiros anos, em que se atacavam apenas as partes ricas dos jazigos, foi sendo abandonada, substituída pelo rigor das artes de minas (Monteiro & Barata 1889: 47), o que não terá sido alheio à presença de concessionários melhor equipados em resposta a uma procura mais exigente. Os jazigos filonianos eram agora explorados por poços e galerias fazendo-se o esgoto por meio de cubas elevadas por sarilhos movidos a braço ou por malacates acionados por muares. As impregnações eram desmontadas a fogo obtendo-se grandes pedaços de minério e rocha partidos depois a martelo, por mulheres, para separar o estéril e os fragmentos crivados manualmente apartando as gangas, que ficavam à espera de lavagem, processo que não se deve ter generalizado como se retira das palavras de Roldan y Pego no final da centúria (AHGM, 1898a), ao referir que a preparação dos minérios era “muito primitiva” e não podia ser melhor por falta de água, pois os barrancos estavam secos grande parte do ano.

### “Transportar depressa e barato”

Em meados de 1872, Sequeira e Malheiro, tinham já traçado o diagnóstico da aventura mineira no Cercal – Odemira. Na sua ótica a “ideia” prevalente na região era a de “fazer exportação do minério para tratar em país estrangeiro”; porém, não obstante as boas condições de lavra e o baixo custo dos desmontes, o sucesso do empreendimento dependia tanto dos minérios, que teriam de ser vendáveis – e o preço de venda suficientemente compensador para cobrir os custos de extração, preparação e os fretes até ao destino –, como da existência de transportes eficazes, uma questão axial. “O preço do

minério é baixo; é preciso produzir muito e transportar depressa e barato”<sup>10</sup>.

A dispersão das concessões e o seu afastamento ao único eixo ferroviário do Alentejo dificultava a saída dos minérios pelas instalações portuárias de Setúbal ou Barreiro; por outro lado, a área mineira que compreendia principalmente as freguesias de Cercal, S. Luís, Odemira e S. Teotónio, carecia de um caminho de ferro com cerca de 60 km, ligando as minas a instalações portuárias (a melhorar) em Milfontes, obra essa só justificável se garantida uma produção mínima anual na ordem do meio milhão de toneladas, um juízo em linha com o que inicialmente afirmara Ferreira Braga: grandes investimentos em infraestruturas, só deviam ser encarados depois de reconhecida a importância dos jazigos e negociados contratos, já que obras de grande envergadura lhe não pareciam “estar em relação com as minas” (AHGM, Braga 1871b). Viria no entanto a sugerir a construção de um “americano” com 12 a 15 km servindo as minas de S. Luís, ligando-as ao pequeno porto de Casa Branca na margem direita do Mira, a ca. de 10 km da foz (AHGM, Braga 1872).

Daquele ponto o minério desceria em barcaças até Milfontes, alternativa mais barata do que o transporte terrestre, sendo baldeado para navios de grande tonelagem já fora da barra, enquanto o porto não permitisse a sua acostagem. Todavia, esta operação só poderia fazer-se em segurança no verão, quando o mar, sempre agitado naquela costa, o permitia, e que devia ser apoiada pela constituição de depósitos de minério em Milfontes e nos portos do rio, embora nestes, as cargas e descargas fossem efetuadas por meio de lanchas ou pranchas em função da morfologia, por inexistência de infraestruturas (Quaresma 2014: 281).

Ao tempo do projeto, para exportar os minérios de Odemira pela linha do Sul e Sueste, era preciso levá-los em carros de bois, e por cerca de 26 km de maus caminhos, até à estação mais próxima, S. Martinho das Amoreiras, que só foi aberta em 1888 ou, em alternativa, colocá-los por terra em Milfontes, uma distância sensivelmente idêntica; no entanto, como se retira dos valores do Quadro 1, apesar dos fretes até ao Mira serem elevados, o custo do transporte fluvial mostrava-se vantajoso.

Mesmo assim, o preço da tonelada colocada em Inglaterra era muito elevado, o que deve ter contribuído para que os ingleses preterissem os minérios portugueses face à oferta das minas biscainhas e à modificação dos processos siderúrgicos, exigindo na carga teores mais elevados em manganês (Cabral 1886: 32).

---

<sup>10</sup> Recorde-se que nem o Cercal nem Sines eram, à época, terminais ferroviários: a discutida ligação transversal a Sines só viria a ser concluída em meados dos anos 1930. Todavia, o porto de Sines chegou a ser encarado como possibilidade para escoamento dos minérios a transportar como lastro, nos navios que ali demandavam a cortiça, mas as dificuldades dos caminhos forçaram o abandono desta hipótese.

### Quadro 1. Formação do preço da tonelada dos minérios (cif. Inglaterra)

Operações	Custo em reis por tonelada (a)	Custo em reis por tonelada (b)
Desmonte, britagem, escolha, crivagem e gastos gerais	1 500	1 200
Transporte até Casa Branca em carros de bois (ca. de 10 km)	1 000	
Frete dos navios de Casa Branca a Milfontes (ca. 13 km) e para Inglaterra	4 000	
Cargas, descargas, seguros comissões, etc.	1 500	
Transporte da mina a S. Martinho das Amoreiras		2 500
Transporte de S. Martinho ao Barreiro (226 km a 10 rs/km/t)		2 260
Carga no Barreiro		500
Frete de Lisboa a Inglaterra		3 300
<i>Total</i>	8 000	9 560

Fontes: (a) Relatórios de Ferreira Braga, 1874 (a) e Roldan y Pego, 1898 (b).

### As obras que faleciam à barra do Mira

O Mira era navegável até cerca de 20 km da foz mantendo, ao longo desse trajeto, uma profundidade e largura suficientes para possibilitar a subida de iates até 200 toneladas (3 mastros). Uma viagem fácil com vento e maré favoráveis mas dificultada nos dias de calmaria, como refere Quaresma (2014: 255), em que os barcos tinham de ser rebocados a remos, ou puxados pela margem. Contudo, a barra, como referiria o capitão de engenharia Raimundo Valadas (1875: 474) “(...) é péssima e o canal que forma junto a Milfontes é estreitíssimo, de areia, variável por consequência, e onde o mar faz grande arrebentação, sendo por isso de difícil acesso aos navios”.

Este problema fora estudado pelo capitão de engenharia João Luís Lopes em 1852, antes, portanto, do estabelecimento da atividade mineira na região, que visava propor as obras que permitissem franquear a barra a navios de 400 toneladas que precisavam, carregados, de 4,7 m de prumada de água, quando aquela tinha apenas 3,5 m de fundura na maré baixa (Memória... 1860). Convictos da pertinência destas obras, Sequeira e Malheiro, no já aludido relatório conjunto, recomendavam que estas deviam centrar-se na regulação do movimento das águas do rio à entrada no oceano para impedir o assoreamento do canal e no aprofundamento deste, desmontando a rocha do leito.

Em março de 1872 entraram, quase em simultâneo, no Ministério das Obras Públicas duas propostas, uma assinada por John Douthat (já referido

para o Barreiro) e outra pelo já referido Thomas Haffenden, concessionário de várias minas na região<sup>11</sup>, solicitando autorização para a instalação de ligações ferroviárias à zona portuária e obras de melhoramento do porto e barra de Milfontes, a fim de facilitar o escoamento dos minérios<sup>12</sup>. As contrapartidas seriam concedidas nos impostos a cobrar sobre o movimento de navios, e na isenção de direitos alfandegários dos materiais e equipamentos para construção dos cais e do caminho de ferro de ligação às minas, e na importação do carvão necessário ao funcionamento das locomotivas (Loureiro 1909: 123).

Embora com algumas alterações, estes projetos mereceram aprovação dos técnicos do Estado, na presunção da qualidade e abundância dos minérios da região, e a recomendação de que fosse concedida liberdade aos requerentes, para fazerem as obras da forma mais económica.

A JCOPM não hesitou subscrever a perspectiva de um futuro promissor à região, garantindo facilidades para construção do cais e comboio mineiro, antecipando até a possibilidade dos concessionários reconhecerem a vantagem de converter ali mesmo o minério em ferro coado; o movimento portuário multiplicar-se-ia com os transportes de carvão para alimentar os fornos, que podia ser trazido como lastro nos navios que ali vinham buscar géneros agrícolas e cortiça. No entanto, a fim de evitar monopólios privados, a Junta defendia que deveria ser o Estado a assumir as obras, posição que não mereceu o aval de um dos seus vogais que considerava o projeto injustificável face a outras necessidades (Loureiro 1909: 125).

Apesar de Ferreira Braga ter reavivado a questão (AHGM 1974b), argumentando que a barra poderia melhorar-se “com pequena despesa” para vir a admitir vapores de 1 000 toneladas ou maiores, as obras, cujo abandono liminar veio a ser sugerido por Severiano Monteiro e Augusto Barata (1889: 42), por representarem uma despesa talvez não garantida pelo valor das minas, não se realizaram a tempo de acompanhar a movimentação mineira regional. O porto de Milfontes permanecia assoreado (Loureiro 1909: 119).

Fornecendo um trajeto natural e ímpar na costa alentejana para escala e recurso na cabotagem para o Algarve, abertura do *hinterland* a partir da costa e a já referida drenagem de produções locais (em especial cortiça), o benefi-

---

<sup>11</sup> A par do espanhol Guijarro Orta, de Manuel e Alfredo Anduze e de Alonso Gomes, Haffenden, foi um dos maiores titulares de direitos de mineração dentro e fora da região em apreço. Os seus trabalhos eram já conhecidos na província de Huelva, descobrindo e explorando diversas minas.

<sup>12</sup> Haffenden veria mais tarde aprovada pela Junta a sua pretensão de construir um cais e ponte de madeira em Porto Covo, frente à ilha do Pessegueiro, para carregar minério do Cercal (AITC, JCOPM, L. 8, ata 435).

cio portuário da foz do Mira terá, assim, ficado refém de um interesse mineiro sobrevalorizado, mas por ele próprio alegadamente condicionado.

Certo é que as dificuldades de embarque do rio Mira poderiam ter sido evitadas se tivesse sido construída a planeada linha férrea vinda de Lagos por Aljezur e Odemira até Alvalade, como comentou, Roldan y Pego (AHDGEG, 1898b), uma linha de via reduzida defendida pelo general Sousa Brandão.

## A persistente tentação siderúrgica

Segundo Neves Cabral (1886) e Rego Lima (1890), entre 1880 e 1882 terá sido estabelecida em Casa Branca, na margem do Mira, uma instalação siderúrgica experimental, para aproveitamento dos minérios de ferro locais fundidos com carvão de sobro e “cepa”. O processo adotado foi a redução direta desenvolvida pelo francês Adrien Chenot, distinguido com uma medalha de ouro na Exposição Universal de Paris em 1855 e então considerado a maior descoberta metalúrgica do século<sup>13</sup>.

O insucesso da experiência não parece ter surpreendido Rego Lima, que referia que a redução direta dos óxidos para obter “esponjas de ferro” enfermava de problemas já bem conhecidos dos metalurgistas: por um lado só era eficaz com minérios muito puros, por outro consumia grandes quantidades de carvão, matéria subsidiária essencial mas que certamente não abundaria por ali em condições económicas satisfatórias. O recurso ao processo Chenot, a que Lima (1890: 196) contrapunha a “fusão reductiva” em altos-fornos, parecia, de antemão, uma iniciativa pioneira, mas condenada ao fracasso.

O interesse pelo tratamento siderúrgico local dos minérios do Cercal – Odemira voltaria a ser colocado pelo grupo de capitalistas de que faziam parte Ignacio Emauz do Casal Ribeiro, James Lloyd, R. C. de Lezameta e José Maria do Nascimento, subscritores do pedido que deu origem ao referido alvará régio de julho de 1892 que, curiosamente, antecipou uma das linhas de força da legislação publicada em setembro seguinte.

De facto, a data de 30 de setembro de 1892 marca a publicação simultânea de três decretos de importante interesse para a atividade mineira. O primeiro, já atrás referido e que virá a ser regulamentado a 5 de julho de 1894, corresponde a uma revisão da lei de minas de 31 de dezembro de 1852, regulamentada a 9 de dezembro de 1853; o segundo abordou a questão da tributação mineira e, de forma clara, isentava de imposto industrial “por um largo

---

<sup>13</sup> Reapresentado em Londres em 1862, já pouca atenção mereceu (Percy 1865: 532).

período”, as oficinas de tratamento dos minérios de ferro, e libertando-os do imposto mineiro, se destinados à indústria siderúrgica nacional. O terceiro, visando dotar a indústria com medidas promocionais de alcance idêntico às que tinham já sido dedicadas à agricultura, autorizava o governo a conceder o direito exclusivo de fabricação, no país, de “novas indústrias” e de fazer o “tratamento completo, mecânico ou metalúrgico, de determinados minérios”. Um lote de disposições que, sem dúvida, refletia os problemas com que Pedro Sequeira (fig. 4), novo ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, se confrontara na sua atividade enquanto inspetor de minas, nomeadamente na região em apreço.



Fig. 4. Pedro Victor da Costa Sequeira. Rep. de *O Occidente*, 495, 1892.

tadas, *maxime* no que designava e definia por “tratamento completo”, também não excluía novas atividades industriais não ligadas às minas, pelo que de facto, e a julgar por pedidos e tramitações divulgados na folha oficial, veio animar o panorama industrial do país.

Tocava, assim, num problema existente e persistente no mundo mineiro e que, entre nós e ainda hoje, não está totalmente resolvido: o aproveitamento integrado dos recursos minerais. Embora, neste particular, poucos projetos tenham sucedido através do modelo proposto, a indústria mineira não lhe foi indiferente. Ora a indústria do ferro e os desenvolvimentos técnicos que conduziram ao aço, quer como material novo, versátil e promissor, quer como

Através deste último diploma criavam-se assim, com algumas precauções que incluía a definição de objetivos e a proposta de uma tramitação faseada que permitisse acautelar interesses existentes, as designadas “patentes de introdução de novas indústrias” (aqui abreviadas como PINI’s), que viriam a ser sucessivamente regulamentadas por decretos de 1 de fevereiro de 1893 e de 19 de junho de 1901. Se a conceção inicial destas patentes incluía certamente, e dava especial ênfase, à transformação de matérias-primas minerais, de produção nacional ou importa-

suporte de supremacias navais e bélicas, justificavam, à época, um permanente interesse quanto aos recursos mineiros que a tal pudessem ser chamados, fosse pela instituição de uma componente transformadora nacional, fosse para satisfação da procura externa. Não admira pois que a primeira relação de PINI's requeridas, a escassos cinco meses da sua instituição, contenha já três "propostas siderúrgicas", número que duplicaria nos anos subsequentes<sup>14</sup>.

Esta motivação endógena, um mercado exportador ainda favorável, mas de difícil acesso e uma sobrevalorização de potencialidades mineiras, mais evidente no caso de Odemira que no do Cercal, estariam na origem da euforia mineira perceptível no número de registos, éditos e concessões a ferro, a manganês e a ferro e manganês existentes, concessíveis esses que sempre receberam tratamento singular nos diplomas regulamentares das PINI's. Porém, com o decorrer do tempo, a incapacidade de levar avante solicitações integradas e o aparecimento de múltiplas possibilidades industriais alheias a uma génese mineira, essa forte ligação inicial foi-se esbatendo, deixando de ser prevalente, como já o regulamento de 1901 denota e os objetivos insistentemente não-mineiros dos sucessivos requerimentos para PINI's vieram demonstrar.

## Projeto(s) e desilusão

O aqui aludido alvará régio antecipava, a curtíssimo prazo, o cenário que os diplomas de 30 de setembro tornariam letra de lei, ao fazer da indústria do ferro uma exceção relativamente às restantes empresas metalúrgicas, consideradas estas como independentes das empresas mineiras e, por isso, sujeitas a diferentes tabelas do imposto industrial. Com este novo regime, o governo ambicionava favorecer e proteger a indústria siderúrgica, já que não faltavam jazigos deste metal no país e a sua importação continuasse a subir. Como referia Rego Lima (1894: 151), em Portugal só se obtinham produtos de ferro coado em segunda fusão, a partir de gusas importadas e sucatas.

Enquanto expressão de uma intenção industrial, o projeto de Ignacio Emauz e os outros capitalistas indiciava um elevado grau de confiança ao potencial mineiro do baixo Mira, esfumado nos anos seguintes por razões endógenas e pela quebra do interesse dos habituais compradores.

---

<sup>14</sup> Cf. mapa da Repartição dos Serviços Técnicos de minas e Indústria, secção da industria, DG nº 32, de 9/02/1893. As duas primeiras candidaturas foram apresentadas por Antoine Bracourt, concessionário das minas de carvão de Buarcos, que se propunha instalar no Cabo Mondego altos-fornos, laminadores e conversores para aço para processar os minérios de ferro da metade sul do país; a outra por Caetano Campos Andrade, em representação da mina dos Monges, que se propunha fazer o "tratamento completo dos minérios de ferro à boca da mina".

Os números do imposto mineiro nos anos seguintes (Quadro 2) espelham claramente a desilusão dos investidores, expressa no acentuado decréscimo do número de concessões atribuídas nas cinco freguesias do concelho de Odemira e nas três freguesias mais significativamente mineiras do concelho de Santiago do Cacém, quase totalmente adstritas a jazigos de ferro, de manganês e de ferro e manganês.

**Quadro 2.** Perfil anual do número de concessões de Fe, Mn e Fe-Mn

Período	Odemira: freguesias					
	RQ	SV	SL	ST	VM	Total
1892-1894	1	6	32	11	2	52
1895-1896	1	6	31	11	2	51
1897-1898	1	6	27	11	2	47
1899-1905	0	0	6	1	0	7
1906	0	0	0	0	0	0
1907-1911	0	0	8	1	0	9
1912	0	2	9	2	0	13

RQ = Relíquias; SV = Salvador; SL = S. Luís; ST = S. Teotónio; VM = Vila Nova de Milfontes

Período	Santiago do Cacém: freguesias e grupo com Mn, Fe				
	CC	GC	SF	SN	Total
1892-1894	20	-	1	8	29
1898	18	-	1	7	26
1899	5	-	0	0	5
1900-1904	5	15+8	0	0	28
1905-1912	5	-	0	0	5

CC = Cercal; GC = "Grupo Cercal"; SF = S. Francisco da Serra; SN = Sines (então fazendo parte do distrito de Lisboa)

**Fonte:** Mapas do imposto de minas: Diário do Governo.

No tocante à história mineira de Odemira e Cercal, os Quadros 2 e 3, este relativo aos concessionários, mostram a “queda na realidade” entre um número vasto de concessões atribuídas, na listagem fiscal do ano de 1892, mas de facto sem produção e levadas finalmente a processos de abandono (ainda que, umas ou outras, com períodos efémeros de sobrevivência legal através de concursos públicos para adjudicação).

O decréscimo do número de concessões revela o crescente desinteresse, pelas razões exógenas expostas e pela real inviabilidade destas. Há, no entanto, dois factos a registar: a sucessiva concentração, em qualquer dos concelhos, de um número menor de concessões (certamente as mais viáveis) num reduzido leque de concessionários finais e o aparecimento, também transitório, de um grupo homogéneo e nominado “Cercal”, como unidade fiscal, entregue a um único concessionário, o espanhol António Guijarro Orta<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Este grupo era, em tudo similar, ao Grupo de 21 concessões considerado unidade fiscal nominada “Felgar, Felgueiras e Moncorvo”, e que, conferido a um concessionário único francês em 1899 e por este transmitido à sociedade francesa Schneider, vigorou em Moncorvo praticamente no mesmo período temporal, num

**Quadro 3.** Concessionários e número de concessões de Fe, Mn e Fe-Mn, tributadas em Imposto de Minas entre 1892 e 1912

Odemira	
ANDUZE, Alfredo	16 (1892*-1897) mas 14 (1898 - 1899)
ANDUZE, Manuel	3 (1892*-1897)
CASAL, João Neto do	1 (1892* -1897)
CHAMIÇO, Francisco de Oliveira	1 (1892*-1899)
DICKINSON, Richard Elihu	1 (1892*-1899)
HAFFENDEN, Thomas	4 (1892*-1899)
HANNAN, Roberto	7 (1892*-1897) mas 6 (1898 - 1899)
LLOYD, James	8 (1892*-1897) mas 7 (1898 - 1899)
GUIJARRO ORTA, José e outros	1 (1892* - 1899)
PULIDO, Francisco Anastácio	1 (1892* - 1898)
SILVA, José Ferreira da	1 (1892* - 1897)
SOC.de Expl. de Minas em Portugal	6 (1892*- 1899)
WRIGHT, William Barton	1 (1892* - 1894)
ZARÇA, Manuel Luís	1 (1892* - 1898)
BARBOSA Jr, Francisco de Lança	1 (1898 - 1905)
GUIJARRO ORTA, António	1 (1898 - 1905)
XIMENEZ y XIMENEZ, Francisco	3 (1898-1899) mas 5 (1900 - 1905)
HOLLWAY, John	8 (1907)
MAUDET, Leon C.	1 (1907 - 1912*)
HENRY (e HENRIQUE) BURNAY & C <sup>a</sup>	8 (1908 -1912*)
HUMMEL, Wilhelm Wakonnig	4 (1912*)
Sem concessionários tributados	- (1906)

Santiago do Cacém: freguesias e Grupo c/ Mn e Fe <sup>[1]</sup>	
BLUM, Theodoro	1 (1892*-1897)
COMP <sup>a</sup> de Mineração Peninsular	1 (1892*-1898)
DOMINGUES, Manuel Vaz y	7 (1892*-1898), mas 5 (1899)
HAFFENDEN, Thomas	15 (1892*-1897), mas 14 (1898)
HANNAN, Robert	2 (1892*-1898)
LLOYD, James	1 (1892*-1898)
SOC.de Expl.de Minas em Portugal	1 (1892*-1897)
SUNDHEIM & DOETSCH	1 (1892*-1898)
DOMINGUES, Manuel Vaz e, Herds	5 (1900)
GUIJARRO ORTA, António	23 (1900-1904) [2]
BAPTISTA, António de Pádua e outros	5 (1901-1907)
HAFFENDEN, Charles Dalley	5 (1908)
ROBERTS, Alfred A.	5 (1909-1912*)

\* Significa, conforme o caso, a possibilidade desse concessionário ter titulado outras concessões antes ou depois do ano assinalado, mas em qualquer caso fora do período de estudo.

[1] Então ainda no distrito de Lisboa.

[2] Como “Grupo Cercal”, com minas nas freguesias de Cercal (15) e Sines (8).

**Fonte:** Mapas do Imposto de Minas, Diários do Governo.

arremedo do que viria a ser, embora com outras condicionantes, o modelo integrador de couto mineiro introduzido pela legislação de 1917.

Em 1892 a presença de concessionários estrangeiros é importante e, com muito limitadas exceções, todos os concessionários se apresentam como pessoas singulares. Num primeiro período, de 5 a 8 anos, e em ambos os concelhos o número de estabelecimentos mineiros parece aparentemente estável. Esta aparente estabilidade, já questionável pela praticamente ausência geral de valores registados para a componente variável do imposto de minas, diretamente relacionada com o valor à boca da mina do minério extraído (o que, mesmo considerando as hipóteses de isenção previstas na lei, acaba por revelar incontornável ausência de produção) rapidamente vai terminar com os processos de abandono denunciados para Santiago do Cacém nos Diários do Governo de 1898 e, especialmente, em 1899 quando é posta a concurso a adjudicação de 29 minas julgadas com alvará de abandono pelo Governo Civil de Lisboa.

Era já impossível recorrer ao anterior expediente de atribuir o estado de abandono das minas a “causas de força maior” como explicava Pedro Sequeira (AHDGEG 1880), por estas não terem acesso ao mercado nem meios para aproveitarem na localidade os seus produtos”. A justificação encontra-se, porventura, no comentário de Severiano Monteiro que, em 1897, refere estar a maioria das minas abandonadas, porque o processo legal não fora “devidamente conduzido”, o que indicia más práticas, ou em consequência do baixo valor dos minérios, que quase não cobria nem as despesas do desmonte (Monteiro, 1897).

No concelho de Odemira o último ano de Oitocentos leva a um processo ainda mais drástico: num único ato em 1899, sob judicatura do administrador do concelho, entram em processo de abandono 42 minas. De forma muito diferente do que se passou em Santiago do Cacém, o concelho de Odemira nunca se refará desta “hecatombe mineira”, o que de resto se compreende, pelo diferente potencial dos respetivos jazigos. A história se encarregará de acentuar essas diferenças pela participação significativa de minérios do Cercal (cerca de 10%) no leito de fusão do alto-forno solitário da Siderurgia Nacional (Pereira 2005: 184).

Com atos jurídico-mineiros subsequentes a novos processos de abandono, que se traduziram globalmente na redução do número de concessionários e numa concentração destes, ambas as localizações iriam sofrer outros impactos em 1905-1906<sup>16</sup>.

Fora atenções localizadas sobre os recursos ferríferos, exemplificadas na Lei de Minas de 1917, o Cercal mineiro voltaria a animar-se em 1959 com

---

<sup>16</sup> V. DG's n.º 49, de 1/03/1905, para Santiago de Cacém e 281, de 12/12/1905, para Odemira. Efêmeros sobressaltos posteriores não alteraram o panorama geral.

a instalação da Siderurgia Nacional no Seixal, que iria absorver a totalidade da produção dos filões reexplorados, até à desativação do alto-forno (2001), com encerramento definitivo dos trabalhos mineiros.

## Notas finais

No litoral alentejano, fechado em si próprio, afastadas as esperanças de manutenção dos elevados preços temporariamente inflacionados, animadas embora pelo traçado ferroviário da linha do vale do Sado, mas sem a realização de uma transversal (que só tardia e pouco convictamente a linha de Sines viria concretizar), e sem o estabelecimento de facilidades portuárias adequadas à exportação<sup>17</sup>, as manifestações iniciais de uma euforia mineira, já de si problemática no seu conteúdo, não encontrariam correspondente procura e acabariam por decair numa sucessão de abandonos.

Contudo, entre muitas razões passíveis de invocar para justificar o insucesso deste grande (mas disperso) esforço mineiro, avulta a inexistência, em Portugal, de instalações que permitissem, por dimensão, a inclusão e tratamento dos minérios existentes, mesmo pobres. Registe-se a tentativa inovadora de procurar contornar o fator “dimensão” pela via da redução direta do ferro, ensaiada por alguns concessionários de S. Luís, abandonada por limitações técnicas e logísticas ainda hoje existentes e que mantém a indústria siderúrgica num perfil conservador e em dimensão pouco compatível, então como agora, com a estreiteza do mercado nacional. Confirmava-se aqui, em certa medida, a ilação genérica de Paulo Guimarães (2001: 54), que partilhámos, ao referir que “não foi a ausência de minérios que atrofiou o crescimento industrial, mas a falta de indústria que impediu um maior aproveitamento dos nossos minérios”.

A questão de base fica (aparentemente) sem resposta: valeria a pena “manter uma vela acesa”, tentando amparar as minas, criando dimensão e colocando a produção resultante, ou a escolha acertada era mesmo não perder nem mais tempo nem mais dinheiro e abandonar os projetos, remetendo os minérios para a exportação enquanto existisse procura para eles?

---

<sup>17</sup> E que, novamente de forma tardia e fechada para o hinterland só Sines viria adequadamente resolver. Note-se a representação da Câmara Municipal de Odemira às Cortes, de 30/04/1903 defendendo uma aproximação do traçado ferroviário, de forma a corrigir o “erro” cometido aquando da construção da linha de Casével a Faro, que deveria ter ido por Odemira, “único traçado racional”.

## Fontes e bibliografia

### Fontes

#### *Manuscritos*

AITC – Arquivo de Infraestruturas, Transportes e Comunicações

*Consultas do Conselho de Obras Públicas e Minas*, Lv. 8, 9,10.

AHGM – Arquivo Histórico Geológico-Mineiro, LNEG. Repartição de minas, relatórios:

BRAGA, J.F. (1871a). *Estudos na Herdade dos Escudeiros e Cerro dos Carapetos*. DM05.65.

BRAGA, J. F. (1871b). *Relatório: mina de Fe-Mn da Herdade das Pedras Negras*. DM05.76.

BRAGA, J. F. (1872). *Relatório: mina de Fe-Mn do Moinho da Toca do Mocho*. DM05.15.

BRAGA, J.F. (1874a). *Relatório: mina de Fe-Mn da Herdade da Tanganheira*. DM05.101.

BRAGA, J. F. (1874b). *Relatório: mina de Fe-Mn do Vale de Bejinha*. DM05.102.

BRAGA, J. F. (1874c). *Relatório: mina de Fe-Mn da Cerca de António Vicente*. DM05.97.

MALHEIRO, L. (1872). *Relatório: mina de Fe-Mn do Cerro das Pedras*. DM06.37.

MALHEIRO, L.; Sequeira, P.V. (1872). *Relatório: minas de Fe-Mn de Santiago do Cacém e Odemira*. DM03.37.

*Memória acerca do projeto proposto pelo capitão do corpo de engenheiros João Luís Lopes para o melhoramento do porto e barra de V. N. de Milfontes*. 1860. CG08.06.

SEQUEIRA, P.V. (1872). *Relatório: mina de Fe-Mn de Córrego Queimado*. DM03.58.

LNEG / AHDGEG

MONTEIRO, Severiano (1897). *Parecer: mina de Fe-Mn das Pedras Negras*, Proc. 84.

ROLDAN Y PEGO (1898a). *Reconhecimento da mina de Fe-Mn do Cerro da Eira*, Proc. 151.

ROLDAN Y PEGO (1898b). *Relatório: mina de Fe-Mn dos Pegões*, Proc. 323.

SEQUEIRA, P.V. (1872). *Relatório: mina de Fe-Mn da herdade da Ataboeira*. DM03.58.

URMG - Unidade de Recursos Minerais e Geofísica, LNEG

GOMES, A. Rocha (1957). *Serviço de Fomento Mineiro. Jazigos ferro-manganíferos de Cercal - Odemira*. Dactil., 4 vols.

Periódicos

*Diário do Governo* – vários números, 1872 a 1912.

## Bibliografia

### Artigos e monografias

- ALMEIDA, J. Maria; BARROS João J. (1946). “Jazigos de ferro e manganês de Odemira e Cercal: mina da Serra das Tulhas”, *Relatórios do Serviço de Fomento Mineiro*, 13.
- ALMEIDA, J. Maria; SILVA, J. Martins; SANCHO, Joaquim; PEREIRA, Guilherme; BARROS, João J. (1946). “Jazigos de ferro e manganês do Alentejo: estudo das minas da Serra da Mina, Toca do Mocho, Serra do Lagar e Cerro do Pinheiro da Bela Vista”, *Relatórios do Serviço de Fomento Mineiro*, 12.
- ALVES, Helena (2000). “As minas do Cercal: da paisagem natural à paisagem industrial, cultural e identitária”, in *Actas del Primer Simposio sobre la Minería y la Metalurgia Antigua en el SW Europeo*. Serós: SEDPGYM, 389-394.
- ALVES, Pedro; KAMPF, Anthony (2017). “A mina de ferro e manganês da Herdade dos Pendões, Odemira”, *Revista Ibérica de Mineralogia*, 8, 17-62.
- BARTISSOL, Edmond (1943). “Rapport sur les gisements de minerai de fer magnétique de San Thiago (1876)”, in *Minas de ferro de Montemor-o-Novo, Relatórios do Serviço de Fomento Mineiro*, 3, 71-84.
- BRANDÃO, José M.; CALLAPEZ, Pedro M. (2017). “O projeto minero-siderúrgico da Portugal Iron & Coal Company na Marinha Grande, anos 1860”, *Arqueologia Industrial*, 7 (1-2), 3-24.
- BRANDÃO, José M.; SILVA, J. Leal da (no prelo). “O rush manganífero do Cercal – Odemira (Portugal) em finais do século XIX. Algumas considerações”, *Com. IV Congresso Int. sobre Património Industrial*. Aveiro, junho de 2018.
- CABRAL, J. Neves (1886). *Estatística Mineira (Ano de 1882)*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.
- CARVALHO, Delfim (1971). “Jazigos de ferro-manganês da região de Cercal – Odemira”, in CARVALHO, D.; GOINHAS, J. Goinhas; SHERMERHORN, L (coords.), *Principais jazigos minerais do Sul de Portugal*. Lisboa: Direção-Geral de Minas, 65-73.
- CARVALHO, Delfim (1976a). “Les gisements de fer du Portugal”, in ZITZMANN, A. (ed.), *Iron ore deposits of Europe and adjacent areas: Explanatory notes*. Hanover: Bundesanstalt, 1, 255-260.
- CARVALHO, Delfim (1976b). “Considerações sobre o vulcanismo da região de Cercal – Odemira: suas relações com a faixa piritosa”, *Comunicações Serviços Geológicos de Portugal*, 60, 215-238.
- ESCARD, Jean (1909). *Les Métaux Spéciaux Manganése, Chrome, Silicium, Tungsténe, Molybdéne, Vanadium et Leurs Composés Métallurgiques Industriels*. Paris: Dunod et Pinat, Édts.

- ESCUQUIER, Jean-Louis (1995). “Itinéraire d’un entrepreneur de travaux publics éclectique: Edmond Bartissol (1841-1916)”, *Histoire, économie et société*, 2, 229-251.
- GRANGÉ, Mathieu (2009). “Recherches en cours sur le district sidérurgique du littoral Alentejan (Odemira et Cercal) à l’époque Islamique”, in SILVA, I. Silva ; MADEIRA, J., FERREIRA, S. (coord.). *Atas do 1.º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emérico Nunes. 99-116.
- GUIMARÃES, Paulo (2001). *Indústria e conflito no meio rural. Os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Lisboa: Colibri.
- LIMA, J. Rego (1890). “Algumas palavras sobre as condições de adaptação da indústria siderúrgica em Portugal”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 21 (245-246), 188- 212.
- LIMA, J. Rego (1894). “Introdução de novas indústrias”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 25 (291-292), 126-174.
- LOUREIRO, Adolfo (1909). *Os portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes*. V. 4. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MALHEIRO, Lourenço; SEQUEIRA, Pedro V. (1876). *International Exhibition, 1876, Philadelphia. Portuguese Special Catalogue. Mining and Metallurgy*. Philadelphia.
- MATOS, João; ROSA, Carlos; PEREIRA, Zélia (2013). “Geologia e mineralizações da região de Odemira”, in PRISTA, P. (coord.). *Atas do Colóquio Ignorância e Esquecimento*. Câmara Municipal de Odemira, 261-285.
- MONTEIRO, Severiano; BARATA, J. Augusto (1889). *Catálogo descritivo da secção de minas: Exposição Nacional das Industrias Fabris*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MOURA, J. Costa; CARVALHO, J. Silva (1952). *Catálogo das minas de ferro do continente – II*. Lisboa: Relatórios do Serviço de Fomento Mineiro, 19.
- NEIVA, J. Coteló (1949). “Geologia dos minérios de ferro portugueses: seu interesse para a siderurgia”, *Memórias e Notícias*, 26.
- NEIVA, J. Coteló (1955). “Minerais ferro-manganésios de Portugal”, *Sep. Estudos Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 10 (1-2).
- OLIVEIRA, Tomás; OLIVEIRA, Victor (1996). “Síntese da Geologia da Faixa Piritosa em Portugal e das principais mineralizações associadas”, in M. Rego (coord.) *Mineração no Baixo Alentejo*. Câmara Municipal de Castro Verde, 8-27.
- PERCY, John (1865). *Traité complet de métallurgie*. Paris: Baudry et Cie. Éd.
- PEREIRA, J. Martins (2005). *Para a História da Indústria em Portugal, 1941-1965*. Lisboa: ICS.
- QUARESMA, António (2006). *Odemira histórica: estudos e documentos*. Odemira: Município de Odemira.
- QUARESMA, António (2013). *Cercal do Alentejo: notas para a sua história*. Cercal: Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo.

- QUARESMA, António (2014). *O rio Mira no sistema portuário do litoral alentejano (1851-1918)*. Lisboa: Âncora.
- ROLLO, Maria Fernanda (2005). “Memórias da vontade: da implantação da indústria siderúrgica e do desenvolvimento industrial do país”, in ROLLO, M. F. (coord), *Memórias da siderurgia: contribuições para a história da indústria siderúrgica em Portugal*. Lisboa: História – Publicações e Conteúdos Multimédia, 13-68.
- SILVA, C. Tavares; SOARES, Joaquina (1993). *Ilha do Pessegueiro: porto romano da costa alentejana*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- SOCIEDADE PROMOTORA DA INDUSTRIA NACIONAL (1850). *Exposição da industria em 1849: relatório geral do Jurado. Relação dos produtos*. Lisboa: Revista Universal Lisbonense.
- VALADAS, Raimundo (1875). “Memória sobre o reconhecimento dos rios, ribeiras, barra e terrenos marginais no litoral a partir de Vila Real St.º António, na foz do Guadiana até à ribeira de Melides, próximo à foz do Sado”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, (6/72), 453-469
- VILHENA, Jorge; GRANGÉ, Mathieu (2011). “Of Slags and Men. Iron mining and metallurgy in the Mira valley (Southwest Portugal) from Iron Age to the Middle Ages”, in MARTINS, C.; BETTENCOURT, A.; MARTINS; CARVALHO, J. (co-ords.), *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, 83-111.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Os socialistas perante o infanticídio e o aborto

## *The socialists, infanticide and abortion*

**BEATRIZ PERALTA GARCÍA**

Universidad de Oviedo  
bperalta@uniovi.es

Texto recebido em / Text submitted on: 19/07/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 27/03/2019

**Resumo.** O infanticídio e o aborto, enquanto delitos punidos pela lei, entraram na legislação portuguesa só com a promulgação do *Código Penal* em 1852, vigente até à reforma de 1982. O ingresso destes delitos nas normativas jurídicas representou uma profunda alteração conceptual do legislador relativamente à infância, uma vez que esta etapa da vida gozava de escassa consideração jurídica até essa altura, mas à qual os socialistas não foram alheios. A intelectualidade operária denunciou as condições laborais das crianças, mas também o recurso dos pais à morte dos filhos, fundamentalmente por motivos económicos. Neste artigo exploramos o quadro legislativo de Oitocentos no que diz respeito aos crimes de infanticídio e aborto, as circunstâncias da comissão do delito, e a leitura que deste tema se fazia nos meios operários socialistas.

**Palavras-chave.** Infanticídio, aborto, Partido Socialista Português, Ernesto da Silva, direito penal.

**Abstract.** Infanticide and abortion, as offenses punishable by law, entered into Portuguese law only with the enactment of the Penal Code in 1852, in force until the reform of 1982. The entry of these offenses into the legal regulations represented a profound conceptual change of the legislature with regard to childhood, since this stage of life enjoyed little legal consideration up to that point, but to which the socialists were not alien. Workers' 'intellectuality' denounced the working conditions of children, but also the parents' recourse to the death of their children, mainly for economic reasons. In this article we explore the legislative framework of the Eighth Centenary with regard to crimes of infanticide and abortion, the circumstances of the commission of the crime, and the reading of this theme in the socialist workers' means.

**Keywords.** Infanticide, abortion, Portuguese Socialist Party, Ernesto da Silva, criminal law.

O *sem-logar*, o miserável intruso, craneo quasi nú de pello, corrido da Vida a pontapés dos paes que não tinham pão a dar aos filhos, caminhava sempre. Afirmavam na Cidade phylosophicos ladrões ser de Malthus a justa sentença. E o homem de amanhã, o embrião assassinado á conta da Ordem esteiada em quartéis e sachristias, rebuçava-se de mais em mais no enxurro amigo serpeando em voltas de cascavel e lá ia olhos vitreos e bôca aberta na expressão, de um grande grito:  
– Vingae-me!... Vingae-me!... Nada fiz a ser intruso!... (Silva, 1901d).

## Introdução

Em 1915 Alonso Vasques relatava a história dos amores entre o rei D. Fernando I e D. Leonor Teles para se reportando à *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, recordar a morte de um filho do casal apenas quatro dias depois do seu nascimento em Elvas. Continuava o médico recordando as murmurações da Corte, onde se assegurava que em consequência de doença grave o rei havia tempos que não dormia com a rainha, e por isso atribuía-se a paternidade do filho a João Fernandes Andeiro, seu primeiro marido, com quem ela teria reatado relações. “Não seremos certamente nós que nos iremos pronunciar se D. Fernando foi ou não um rei infanticida”, dizia, conquanto que Fernão Lopes, continuava, apenas se teria limitado a recuperar o que era opinião na época. Seria este, sem dúvida, o primeiro caso conhecido de infanticídio na história de Portugal, como Alonso Vasques realça, mas visto não o podermos afirmar documentalmente, voltemos a nossa atenção àquilo que podemos testemunhar.

O aborto, definido no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* como a “expulsão do feto antes de terminar o período de gestação e de aquele ter razoáveis possibilidades de sobrevivência”, bem como o infanticídio, o “assassinio de uma criança, especialmente o que ocorre no acto do seu nascimento ou durante os oito dias subsequentes”, foram objeto de especial atenção, segundo a maioria dos estudiosos, a partir do século XVIII quando em harmonia com o movimento iluminista se verifica uma mudança face à consideração social da criança. No que diz respeito ao aborto, parece ter sido a divulgação da obra do cônego e inquisidor napolitano Francesco Emanuele Cangiamila intitulada *Embriologia sagrada ou tratado da obrigação que tem os parocos, confessores, medicos, cirurgiões, parteiras, e universalmente todas as pessoas, de cooperar para a salvação dos meninos, que ainda não tem nascido; dos que nascem, ao parecer, mortos; dos abortos, dos monstros, até dos nascidos de consorcio entre racional, e irracional* (Lisboa, 1791), a responsável pela adopção de alguns dos seus preceitos para a tipificação penal do crime como homicídio, tal como seria considerada na legislação portuguesa Oitocentista, como adiante veremos. O infanticídio virá a ser reconsiderado após a difusão pela Europa toda das obras do pedagogo suíço J. H. Pestalozzi (1746-1827), o qual, num trabalho publicado em 1783 sob o título *Sobre la legislación y el infanticidio*, afirmava ele não ser um facto normal mas a expressão de problemas de maior profundidade (Delgado, 1998: 162). Trata-se, certamente, de dois temas de extraordinária preocupação social ao longo das centúrias, com reflexo na legislação medieval e moderna portuguesa se bem que,

segundo Alonso Vasques, os crimes por infanticídio e aborto não tiveram tipificação penal específica nos códigos medievais nem nas posteriores *Ordenações Filipinas*, não existindo neles senão referências gerais ao homicídio (Vasques, 1915).

Será no século XIX que o novo Estado liberal providencie paulatinamente uma maior protecção à infância. Deste modo, o infanticídio entrará a formar parte da legislação portuguesa a partir da aprovação do *Código Penal Portuguez*, em 1852, o que denota, neste sentido, uma tomada de consciência do legislador perante a criança como sujeito jurídico, que deve ser protegida, inexistente até à data. A tipificação do delito por aborto, pelo seu lado, manteve-se até à aprovação do *Código Penal* de 1982. Durante os anos de vigência do regime autoritário do Estado Novo, a redacção Oitocentista só seria substancialmente alterada em 1954 (Decreto-Lei n.º 39688, de 5 de junho) e 1972 (Decreto-Lei n.º 184/72, de 31 de maio), mas no que diz respeito aos crimes de infanticídio e aborto apenas se foi modificada. O texto de 1982 considerou-os no Título I “Dos crimes contra as pessoas”, Capítulo I, “Dos crimes contra a vida”. O primeiro, restrito às mães, após o parto e considerando as circunstâncias especiais deste facto — “a sua influência perturbadora” —, punido com pena de prisão de um a cinco anos (art. 136.º) (*Código Penal*, 2015: 77). O segundo, no capítulo II dedicado aos “Crimes contra a vida intrauterina”, tipifica o delito sem consentimento da mulher com pena de prisão de dois a oito anos; com consentimento, três anos; e para a mulher, com ou sem auxílio, três anos (art. 140.º), sendo agravado nos limites aplicados em um terço se se verificar resultado de morte “ou ofensa à integridade física grave da mulher”, e se ela se dedicar ao facto ou o realizar com “intenção lucrativa” (art. 141.º). Em 1984 a Lei n.º 6/84 de 11 de maio veio avançar na despenalização do aborto permitindo a interrupção da gravidez nos casos de perigo para a mulher, perigo de lesão grave e duradoura para a saúde física da mulher, em caso de má formação do feto, ou quando a gravidez resultasse de uma violação. A Lei n.º 90/97 de 30 de julho de 1997 permitiu o alargamento do prazo para as situações de má formação fetal e violação (Monteiro, 2012: 586-605; Santos, 2004). Este quadro legal só foi alterado com a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril de 2007, incorporando ao texto penal o conceito de “Interrupção da gravidez não punível” (art. 142.º) que, de facto, esvazia de conteúdo os artigos precedentes no caso de interrupção voluntária da mulher a partir dos 16 anos, protegendo por sua vez os facultativos.

O objetivo deste trabalho é abordar a leitura que a intelectualidade socialista dos fins do século XIX fazia em relação à infância e aos problemas que lhe diziam respeito, entre eles, aqueles que supunham a sua rejeição

com resultado de morte, para pulsarmos a sua tomada de posição face a este problema. Para a realização deste estudo basear-nos-emos em dois conjuntos de fontes, ambas as duas da autoria de um dos vultos mais destacados do Partido Socialista Português, Ernesto da Silva (1868-1903): de um lado, os artigos que publicou nos jornais operários e republicanos entre 1892 e 1903; de outro, os vários contos e peças de teatro escritos pelo mesmo autor em idêntico período cronológico. Combinam-se, deste modo, dois pontos de vista: um, principalmente teórico; outro, prático exemplificado a partir da descrição de situações concretas tomadas da vida quotidiana dos portugueses dos fins da centúria.

## O infanticídio e o aborto na legislação Oitocentista

Antes de analisar os textos de Ernesto da Silva, convém esclarecer o marco legislativo em que os crimes por aborto e infanticídio se inserem com o intuito de percebermos o horizonte sócio-jurídico que os sustenta. Projeta-se ele no processo de modernização do sistema judiciário desenvolvido já desde as Cortes Constituintes de 1821, o qual viria a se concretizar alguns anos depois, no domínio da punição dos delitos, na promulgação do primeiro *Código Penal* em 1852. Foi aprovado pelo governo do Duque de Saldanha por Decreto de 10 de dezembro desse ano e sancionado pelas Cortes através da Carta de Lei de 1 de junho de 1853, e tipificou, pela primeira vez na legislação portuguesa, os delitos de infanticídio e aborto entre os chamados “Dos crimes contra a segurança das pessoas”. Na secção 2.<sup>a</sup>, que abordava o “Homicídio voluntario e agravado pela qualidade das pessoas”, contemplava o “Infantecidio” no artigo 356.º, considerando que tal acontecia, sob o ponto de vista conceitual, se perpetrado aquando no momento do nascimento ou nos imediatos oito dias depois, punindo-o severamente, com pena de morte. O legislador considerava que existia aqui homicídio premeditado, sendo de aplicação o artigo 351.º que regulamentava o homicídio voluntário punindo-o com a pena de morte (*Código Penal Portuguez*, 1880: 74-76). Não obstante, compreendia o crime atuando em circunstâncias que tinham a ver com a reputação social da mulher, isto é, quando perpetrado por mulheres e avós maternos para o caso de ocultação da “deshonra”, reservando para eles apenas a “prisão maior temporária”. E em ambos os casos, se concorrerem “outras circunstancias agravantes”, observar-se-ão as “regras gerais”, especificava (*Código Penal Portuguez*, 1853: 94-97). O aborto, motivo único da secção 3.<sup>a</sup>, partia do suposto do abortamento usando de “violencias, ou bebidas, ou

medicamentos, ou qualquer outro meio”, condicionado ao não consentimento da mulher. Nesta situação, a pena imposta era de “prisão maior temporaria com trabalho”. O legislador teve em conta, para a apreciação do delito, o exposto no *Código Wisigothico*, Livro 6, Título 3, L. 2, que distinguia entre “formatum infantem” e “informem”, bem como o Título 3 do mesmo *Código*, no qual a tipificação das penas é extremamente dura (*Código Penal Portuguez*, 1881). A seguir, contemplava quatro casos: 1.º, se houver consentimento da mulher, com “prisão maior temporaria”; 2.º, para a mulher, se consentir, se usar de qualquer meio ou procurando o aborto nela propria, e se se verificar o facto, prisão maior temporária; 3.º, se for consequência de ocultamento de deshonra, em que a pena seria de “prisão correccional”; e 4.º, reservado para os profissionais facultativos: médicos, cirurgiões ou farmacêuticos, que “abusando da sua profissão” colaborassem na execução do facto sob qualquer forma, bem fosse “indicando, ou subministrando os meios”, eram indicadas as mesmas penas mas agravadas (art. 358.º, § 1-4). Este último aspeto foi objeto de regulamentação na Lei de 1 de julho de 1867, art. 8.º, e no Decreto de 3 de dezembro de 1868, art. 68.º, que estabelecia para “o facultativo ou pharmaceutico” uma pena de “dois a oito anos de prisão maior cellular” (*Código Penal Portuguez*, 1881).

Mas as críticas que o texto gerou pelo seu desajustamento perante as necessidades do tempo levaram à nomeação de uma comissão para a redação de um novo código. No relatório apresentado a 20 de outubro de 1861 pela comissão nomeada para a reforma do *Código Penal*, de que era Levy Maria Jordão seu relator, discutiu-se a “classificação geral das acções puniveis” e ofereceu uma divisão dos crimes e delitos inspirada no *Código Penal* da Baviera (1813), considerado o mais “lógico” neste sentido. Assim, fixou-a com base na “natureza dos direitos offendidos” em três grandes classes: “contra o direito individual, contra o direito social, e contra o direito das gentes”. Por sua vez, a primeira classe, dos crimes e delitos contra o direito individual, subdividiu-se em duas categorias: os que atacavam a personalidade física e moral do individuo, e os que diziam respeito à sua propriedade. A segunda, os crimes e delitos contra o direito social, foi dividida entre os que atacam a personalidade do Estado, os que ofendem a Constituição, o poder social, a ordem pública, a saúde pública, e os interesses morais e materiais da sociedade. Finalmente, a terceira, sobre o direito de gentes, foi dividida entre os que atentavam contra os direitos do homem protegidos pela Humanidade, e contra o direito de gentes. O contributo mais importante da comissão foi a ideia da abolição da pena de morte, partindo da publicidade para a execução da pena capital (art. 120.º), e no caso do infanticídio tipificou-o dentro dos crimes contra o

direito individual, e neles, contra a personalidade física e moral, bem como no capítulo I, contra a Existência. Homicídio, mas resolveu substituí-la por prisão maior celular e degredo (*Código Penal Portuguez*, 1861: 57-74, e 114-123; *Código Penal Portuguez*, 1864: 70-71).

Já no que diz respeito ao aborto, a que era dedicado o Capítulo II na íntegra, situado a seguir do dedicado ao homicídio — “porque está subordinado á mesma ordem de idéas que motivaram a classificação, porque é em todo o caso um attentado á existencia” (*Código Penal Portuguez*, 1861: 126) — é preciso sublinhar a incorporação da definição do delito nos termos seguintes: “a expulsão, por quaesquer meios provocada, do producto da concepção em qualquer epocha da gravidez”, segundo a redação do art. 191.º, que considerava a punição por “simples culpa”. As penas eram graduadas em dois supostos: se se cometer contra à vontade da mulher, com “prisão de 2.ª classe”, “e com a de 1.ª” se for habitual (art. 192.º). Para a mulher, sem ou com auxilio de outrem, “prisão de 2.ª classe” (art.º 193). O legislador atendia à circunstância do aborto da mulher se for solteira e se for tida “no publico como honesta” para ocultamento da deshonra, em que previa apenas “reclusão de 1.ª classe”, mas exceptuando a “gravidez notoria” e a “reincidencia”. Note-se, neste sentido, que nem todas as mulheres eram abrangidas neste suposto, ficando de fora aquelas que, na percepção pública, não fossem consideradas “honestas”, alusão clara às meretrizes. Por fim, não punia os partos prematuros “artificiais” nem o aborto “cirurgico”, considerando em tais casos a presença do facultativo “absolutamente indispensavel” (art. 192.º § unico). A argumentação que cimentou a regulamentação deste delito teve como pressuposto inicial a ideia da “vitabilidade” consubstanciada no facto de se considerar “um attentado á existencia”, como já dito, para além da questão da “viabilidade”, que tentava harmonizar o direito criminal com a lei civil. Esta protegia o feto no ventre materno, reconhecendo-lhe, por exemplo, o direito à herança dos bens que eventualmente lhe pertencerem do pai já falecido (art. 157, *Código Civil Portuguez*, 1868: 31). Assim, o relator considerava uma “inovação do projecto” o facto da lei não incriminar nem o “parto prematuro artificial, nem o abortamento chirurgico”, sempre que tais situações fossem resolvidas “pelos peritos”, ou seja, pelos médicos. A introdução deste princípio era, segundo Levy Maria Jordão, uma “necessidade” para “salvar a responsabilidade” dos profissionais em caso de perda simultânea de mãe e filho (*Código Penal Portuguez*, 1861: 127).

Embora esta reestruturação geral da organização do texto não fosse considerada na redação do novo *Código Penal*, finalmente vindo à luz pelo Decreto de 16 de setembro de 1886, manteve, no entanto, a proposta da

abolição da pena de morte. O livro segundo foi reservado para os “Crimes especiais”, e por sua vez dividido em crimes contra a religião, a segurança do Estado, a ordem e a tranquilidade pública, as pessoas, e a propriedade. Foi no Título IV que se recolheu o delito por infanticídio no art. 356.º, substituindo a pena capital por “prisão maior celular por oito anos”, seguida de “degrêdo por vinte anos com prisão no lugar de degrêdo até dois anos”. Aqui, o juiz podia comutá-la “por vinte e oito anos de prisão no lugar de degrêdo por oito a dez anos”. O parágrafo único, dedicado à punição da mulher e aos avós maternos, bem como o art. 357.º, relativo às circunstâncias agravantes, manteve-se na redação de 1852 (*Código Penal Portuguez*, 1892: 115-116). O aborto, objeto único da secção III do capítulo II. “Dos crimes contra a segurança das pessoas”, incorporou as penas propostas no relatório de Levy Maria Jordão da seguinte forma: no aborto sem consentimento da mulher usando de qualquer meio, a pena era de “prisão maior celular de dois a oito annos, ou, em alternativa, na pena de prisão maior temporaria” (art. 358.º). Manteve também os quatro supostos antes descritos, que na substanciação penal ficaram assim tipificados: 1.º, com consentimento da mulher, “dois a oito anos de prisão maior celular ou, em alternativa, com a de prisão maior temporaria”; 2.º, a mesma pena para a mulher usando de qualquer meio, ou se consentir o aborto nela própria, com facto consumado; 3.º, para “ocultar a sua deshonra”, “prisão coreccional”; e 4.º, para os facultativos, as mesmas penas agravadas.

## O infanticídio na perspectiva socialista

Tendo em atenção o marco legal descrito, abordemos a seguir a percepção que do aborto e do infanticídio tinha a intelectualidade socialista coeva. Como acontece ao estudarmos outros aspetos da sua ação política nos finais do século XIX, dispomos de poucos textos gerados pelos próprios militantes ou até enquanto agremiação partidária para compulsarmos a sua tomada de posição face a questões como as propostas. Pondo de lado o debate entorno à falta de conservação da sua documentação — elemento já apontado por César Nogueira em 1932 (Nogueira, 1932a: 523-524) —, outra das razões terá a ver, sem dúvida, com a negativa a participar em política, algo que o compositor tipógrafo e militante do Partido Socialista Português — isto é, a facção dirigida por Azedo Gneco — Ernesto da Silva (1868-1903) criticou acirradamente, pelo menos, desde 1894: “Frisou especialmente um ponto importante do parecer: o do operariado se fazer representar nas

vereações. É de grande valia este ponto. Evidencia que a solução económica é inseparável da solução política. Na municipalidade conjugam-se cabalmente estes dois princípios, e os operários vão-o percebendo claramente” (“O congresso nacional das associações de classe. 1.<sup>a</sup> sessão”). Em 1895, num artigo publicado sob o pseudónimo de “Babeuf” em setembro desse ano n’*O Operário de Coimbra*, onde colaborava, adiantava a proposta do Conselho Central do novo Partido Socialista Português de concorrer a eleições livres de carácter plebiscitário (Babeuf, 1895: 3; Nogueira, 1932b: 36-43). Poucos meses depois, em maio de 1896, ao analisar a proposta agora de novo vinda à luz — “isca” eleitoral, concluía — de uma nunca aprovada lei de protecção aos menores e às mulheres na indústria, considerava nada se progredir nesse aspeto “enquanto os operários não pensarem a sério na *vida política*, fazendo-se representar — a valer — no parlamento, camaras municipais e seus derivados” (Silva, 1896. Itálicos no original). Ainda muito interessados na consolidação das estruturas partidárias face às divisões internas no seio do socialismo português Oitocentista, bem como na melhoria das condições de vida do operariado, muitas outras questões ficaram de fora da luta política, entre as quais, aquelas que diziam respeito à organização do indivíduo na sociedade, acompanhando, de restos, o que era comum na época. Sob este ponto de vista, excepção feita à reclamação do direito ao ensino e à protecção no trabalho, a criança demorou a ser colocada como centro das preocupações dentro do movimento operário. Para salvar estas dificuldades no intuito da articulação da pesquisa, impõe-se não apenas o rastreio exaustivo das fontes tradicionais, como os jornais, mas de outras alternativas, como a literatura, para tentarmos perceber qual a leitura política que de tão controvertidas questões faziam os socialistas sob o ponto de vista doutrinário. Neste sentido, no presente texto auxiliar-nos-emos dos artigos, contos e as peças teatrais da autoria de Ernesto da Silva que abordam estes temas (Peralta García, 2017b e 2017a, respetivamente).

Para organizarmos o debate, começemos logo pelo início, ou seja, pelos progenitores. Quer nos jornais, quer nos contos, Ernesto da Silva denunciou as “ligações miseráveis” (Silva, 1895), isto é, as relações sentimentais extramaritais, sem distinção de sexo, ou aquelas que respondiam a situações de assédio sexual de que eram alvo as domésticas, as chamadas “verduras do menino”, desculpadas pela “mamã”, “tranquillizada pela hygiene do caso” (Ruy, 1894a)<sup>1</sup>, fruto das quais nasciam crianças que eram, em consequência, rejeitadas pelos pais. Mas não só. Outras respondiam a amores nascidos

---

<sup>1</sup> Ruy é Ernesto da Silva, sob pseudónimo.

“n’um banco do jardim Patriarchal, Botânico ou Estrella” cujos protagonistas eram “uma criada e um soldado” (Silva, 1896). Nos finais do século XIX e inícios do século XX calculava-se em 12% a percentagem das crianças nascidas ilegítimas, o que se tornava em fonte frequente de abandono, tendo igualmente aumentado o número de abortos a partir da década de 1880 (Apud Vaquinhas, 2011: 134 e 160). No conto *A criminosa*, publicado no verão de 1895, Ernesto da Silva desenvolveu o tema, já apontado alguns dias antes na imprensa periódica por ele próprio. Relata os amores de Germana, criada, e o 37 da 4ª, soldado, cujos encontros se realizam num jardim anónimo de Lisboa, ao amparo de olhares indiscretos, e apenas conhecidos do velho guarda que sospira “recordando paixões extintas”, e monologa: “Bons tempos, já não voltam!” (Ruy, 1895). Perante o abandono do amante, que se desentende da mulher e do filho, Germana resolve a morte da criança, que morre asfixiada (Silva, 1895). O *Código Penal* de 1886, na altura em vigor, punia o infanticídio com pena de prisão maior celular de dois a oito anos, ou, em alternativa, de prisão maior temporária, se o crime for cometido pela mãe para ocultamento da desonra, como já se viu. Ernesto da Silva ficcionou a aplicação da lei nestes casos, relatando um julgamento em que os juizes não duvidam em dar o crime por provado condenando à ré a “15 annos de degredo em Africa”, o que significa que lhe foi de aplicação o artigo 356.º que previa vinte annos de prisão maior celular por oito annos, seguida de degredo por vinte annos com prisão no lugar do degredo até dois annos. O juiz podia decretar não prisão, ou, em alternativa, a pena fixa de degredo por vinte e oito annos com prisão no lugar do degredo por oito a dez annos. Não lhe foi aplicado o atenuante já descrito constante no parágrafo único posterior e sim, talvez, o artigo 357.º, que previa a observação das regras gerais em caso de “circunstancias agravantes”. Quais poderiam ser, neste caso, as “circunstancias agravantes” para Germana? O que ao certo sabemos é que a nossa protagonista foi considerada por dois assistentes ao julgamento, o dr. Ferreira e o Tomás merceeiro, chamados irónicamente de “membros do jurado” por Ernesto da Silva, “o typo perfeito do criminoso nato descripto por Lombroso. O craneo achatado, a testa deprimida, os labios grossos”, facto pelo qual “para criminosas d’aquellas todo o castigo é pouco”, concluiu o Tomás (Ruy, 1895).

Sendo estes os factos, Ernesto da Silva reequacionou o problema salientando uma contradição e considerando um elemento não contemplado na aplicação do *Código Penal* pelos juizes. Primeiro, a falta de educação e meios de subsistência da mulher, que a tornavam vítima em exclusivo da sociedade; depois, o facto de não se considerar o papel dos homens, que os fazia não responsáveis puníveis. Obsérve-se, de restos, como na codificação dos delitos

eram apreciados os avós “maternos” para o caso de ocultamento da “desonra” da filha. A mensagem é, assim, clara: os filhos são da responsabilidade única das mulheres, não entrando em consideração para abrandamento da pena imposta pelo *Código Penal* quaisquer outras circunstâncias. E isto, apenas se fossem tidas como “honestas” sob o ponto vista moral. O conto, publicado em 1895, como se disse, aborda bem as causas deste tipo de infanticídio e as consequências dele decorrentes, mas também não pouco habituais eram outras situações de abandono, igualmente favoráveis à comissão do delito.

Foi o que aconteceu num caso real, que saltou aos jornais no verão de 1901. Joaquina Rosa, mulher pobre e costureira de profissão, com três filhos ao seu cargo fruto dos diferentes amantes que a abandonaram, perante a miséria extrema em que vivia, resolveu suicidar-se com o mais novo ao colo, no Tejo, matando primeiro os outros filhos que ficaram “lá em casa tombados no soalho lividos e mortos ao fogareiro assassino”, nas Picoas (Silva, 1901b). Tendo dado entrada no hospital, foi detida a seguir e enviada ao tribunal da Boa Hora, que não lhe permitiu fiança. Foi depois levada à prisão feminina do Aljube até se dar início ao julgamento, a realizar alguns meses depois, visto o crime ter acontecido em pleno verão. A imprensa fez do caso um seguimento exaustivo, que provocou um intenso debate na opinião pública. Esta reagiu com azedume, adjetivando à mulher de “mãe desnaturada” e “doida perigosa”, para além de enfatizar a ideia dos filhos serem de diferentes pais. Já nos meios republicanos e nos operários, especialmente, o caso serviu para denunciar o abandono da mulher, das crianças e a responsabilidade da sociedade perante estas situações.

Logo após o conhecimento do crime, Ernesto da Silva esforçou-se por fazer compreender à opinião pública os motivos que teriam levado Joaquina Rosa a agir de forma tão dramática. Para o conseguir, apresentou o ponto de vista da mulher. Vítima de exploração laboral — “Na vespera ainda um ultimo representante d’essa Sociedade lhe negara os miseros tostões que pobre ganhara costurando p’r’os filhos” —, e sem esperança nenhuma — “Deus é surdo aos desgraçados!” —, denunciava, a jovem obrou desesperada. Como mãe, continuava, observou a situação em que ficariam os filhos após a sua morte: “Se os deixasse orphãos não tardariam os juizes d’Ella, que hoje a indicam Infanticida, a empurra-los enfadados á volta das ruas p’ra não ouvirem o pedido lamuriento e importuno á esmola que não queriam dar” (Silva, 1901b). Dito com outras palavras: Ernesto da Silva revelava o abandono social e o desamparo infantil das crianças por falta dos progenitores, no caso que nos ocupa, por prisão da mãe.

Chegados a esta altura, refletiu sobre a responsabilidade da sociedade

perante a violência contra os filhos. Num artigo publicado um mês depois do crime entrou no debate em resposta às afirmações vertidas por Neno Vasco e em apoio de Maximo Brou, ambos os dois autores a discutirem o tema nas páginas dos jornais. Este último defendera Joaquina Rosa das acusações de tentativa de assassinio dos filhos com base, precisamente, no desamparo e na falta de oportunidades sociais que teriam por falta da progenitora. Por isso, dizia, eles acabariam por engrossar as filas daqueles que se revoltam contra o sistema (Brou, 1901). Neno Vasco, na sua crónica, afirmava que as crianças, nessas condições eram inúteis ao ponto de não servirem nem como revoltados, porque estes eram pessoas cultivadas como Kropotkine, Tolstoi ou Bakounine. O autor considerava o caso um simples crime e defendia o controlo da natalidade perante situações deste tipo (Vasco, 1902). Pelo seu lado, Ernesto da Silva chamava a atenção para uma discrepância inerente à forma de proceder da Sociedade. Se, por um lado, ela racionalizava que os filhos não eram propriedade dos pais, por outro procedia em desarmonia com este suposto não lhes garantindo educação, sustento ou amparo. Antes pelo contrário, esperava apenas obter aproveitamento deles chegado o momento. Por isso, julgava “hypocrita e abusivo” este hipotético direito da sociedade a reclamá-los sob sua protecção quando “os esquece, repudia e victima”. E em relação às afirmações de Neno Vasco, declarava-se contra o controlo da natalidade por apenas afetar à liberdade e aos direitos dos mais pobres:

“Não, mil vezes não, seria a mais vergonhosa das abdições, a mais flagrante das cobardias, a mais torpe das subserviencias; importaria reconhecer á injustiça humana direito a impôr a infecundidade do ventre materno sacrificado em holocausto a miseria negra pactuando com a theoria abominavel e scelerada de Malthus, que só aos ricos dá o direito á vida” (Silva, 1901c).

De facto, Ernesto da Silva não se enganava enquanto ao tratamento dado pelas instituições sociais às crianças desamparadas. Longe de prover à sua manutenção, educação e amparo, a resposta era bem a contrária. Num artigo publicado nos meados de agosto de 1901, também na sequência do crime de Joaquina Rosa, fazia-se eco, surpreendido e escandalizado, de uma notícia publicada no jornal republicano *Vanguarda*, de Lisboa. As crianças abandonadas eram consideradas criminais perigosos, detidas e metidas em calabouços, e marcadas com alcatrão na cabeça para numerar as vezes que tinham sido presas. E opunha, mais uma vez, a decisão de Joaquina Rosa de não querer deixar os filhos ao auxílio social:

“Por mim o julgo: — mais e muito mais eu queria ver meus filhos mortos que sabe-los nas mãos da Sociedade a contas com traços de alcatrão. Se

quando á noite os vejo tranquillos e conchegados no leito eu adivinhara um futuro assim..., palavras que pouparia trabalho aos caminhos de sabre que andam ahi a divertir-se nas lezirias da Lei” (Silva, 1901a).

Como era habitual dentro do movimento operário, atendendo aos princípios de solidariedade e benemerência, em situações de dificuldade correspondia aos próprios acudir às necessidades dos sócios através dos cofres das associações de classe e dos centros operários. Assim procedeu Ernesto da Silva em carta enviada ao diretor do jornal *O Mundo*, França Borges, requerendo também defensor legal para Joaquina Rosa:

“Do coração á bocca sobe-me a resposta: reunir esforços de defeza, constituir uma alma nobre em advogado d’uma grande desgraça e juntar, não esmolas, mas auxilios, que, no tribunal, traduzidos na voz de illustre figura de fôro, possa obrigar a justiça da nossa terra a ser ao menos uma vez digna d’um povo civilisado (...)” (“Joaquina Rosa, 1901”).

O pedido foi atendido e apenas três dias depois, a 6 de agosto de 1901, o jornal publicava nova carta de Ernesto da Silva em que anunciava que “dois meus amigos S. E. e F. F. julgaram dever enviar-me a quantia de 1\$000 réis de que fizeram depositario para os entregar á desventurada mãe, a titulo de auxilio que minorar possa a desgraçada situação da infeliz Rosa Joaquina”, para conhecimento do sucesso da empresa (“A favor de Joaquina Rosa”). Já no que diz respeito à busca do advogado, o caso atingiu os vultos mais respeitadas dos republicanos, entre eles, o advogado e jornalista José de Castro, futuro presidente interino do governo, no período de 17 de maio a 19 de junho de 1915. Tendo encontrado Ernesto da Silva na rua da Imprensa Nacional, foi felicitá-lo “pelo meu trabalho em prol da desventurada mae” após a publicação do artigo “Infanticida!” Segredou-lhe a seguir que “transportado de paixão contra a iniquidade da lei” correu ao juiz do processo para lhe pedir que o nomeasse a ele “advogado officioso (...) porquanto o pungia saber a desventurada talvez falha de toda a protecção”. Ernesto da Silva explicou-lhe então que no ánimo dos colaboradores e redatores do jornal *O Mundo* estava pedir o auxílio de Afonso Costa para defesa da mulher. O chefe republicano aplaudiu a proposta: “melhor não podiam fazer, Affonso Costa é de entre os velhos e novos advogados aquelle que melhor podia levantar os espiritos em questão de tal ordem”, disse-lhe. E, perante as dúvidas de Ernesto da Silva, temeroso de ter ofendido o espontâneo oferecimento do advogado, este ainda o sossegou: “Não, Ernesto, não deixe de escrever”. De facto, nalguns jornais foi publicada a notícia de o advogado ser, finalmente, José de Castro, por tê-lo impedido a Afonso Costa o Tribunal da Boa Hora. Ernesto da Silva, junto a colegas jornalistas como Costa Carneiro e Ribeiro de Azevedo, interessou-se

pela notícia, que todos entenderam falsa, verificando o contrário. *O Mundo* publicou as cartas pedindo a intervenção de Afonso Costa (“O caso Joaquina Rosa. Uma victoria da... Boa Hora”, 1901).

## O aborto na perspectiva de Ernesto da Silva

Em abril de 1929, S. da Costa-Sacadura, médico diretor da Enfermaria de Magalhães Coutinho, apresentou uma conferência na sessão da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa sob o expressivo título *O abôrto criminoso em Portugal*. Depois de atribuir o “definhamento” da raça ao decréscimo da natalidade, ao aumento da mortalidade e à diminuição da nupcialidade, apontava duas causas à despopulação do país: a “restrição voluntária” da gravidez, também chamada de “fraude conjugal”, e o aborto. O que mais escandalizava o ilustre médico era o facto de se verificar uma mudança nos costumes populacionais, pois se até aos inícios do século XX era um facto “vergonhoso” apenas praticado nas “camadas baixas”, já nos fins do anos vinte demonstrava-se um aumento nas camadas médias:

“Quando há cerca de 20 anos eu fazia serviço na enfermaria de Santa Mariana (...) eram raros os abôrtos; e quando surgia a suspeita de que um abôrto criminoso era a causa do internamento na enfermaria, raras vezes, e com dificuldade, se arrancava á internada a confissão do seu delicto. Hoje, acabaram-se os escrúpulos; a confissão é clara e imediata. O impudor das mulheres que praticam abôrtos, casadas ou solteiras, das mais diversas camadas sociais, é chocante pela naturalidade, pela tranquilidade da confissão que revela uma estranha baixa moral!”

E oferecia dados. Segundo números relativos ao Hospital de S. José para o decénio 1911-1920 os partos “normais” atingiram 8967, correspondendo 26 a falecimentos. Na rúbrica “acidentes da gravidez” contabilizavam-se um total de 4354, sendo 116 os falecimentos. Finalmente, as “septicémias puerperais” davam 939, com 410 falecimentos. Explicava que embora nos “acidentes da gravidez” pudessem ser contemplados outros casos, o “grosso” dos números correspondia aos abortos, bem como no caso das “septicémias puerperais”, as quais deviam entender-se como “complicações do abôrto provocado”. Mas, um olhar atento aos anos, por exemplo, dava dados “arripantes”: “em 1919, 625 partos normais, 627 acidentes da gravidez e 106 septicémias puerperais. Nestas condições uma mortalidade de 43,6%. Porque tão grande percentagem na mortalidade?” E a resposta: “o abôrto criminoso”, que levava às mulheres para os hospitais quando havia complicações, “tentando então os

cúmplices livrar-se da responsabilidade”. Outros dados mais precisos relativos ao número de abortos eram os fornecidos pela Enfermaria de Magalhães Coutinho, em Lisboa, que dirigia, contabilizando um total de 764 para o ano 1928 em mulheres de 13 a 45 anos de idade (Costa-Sacadura, 1929: 3, 8, 11 e ss).

Pondo de lado a leitura subjacente, a qual justifica uma determinada visão da mulher na sociedade, interessa-nos salientar a expansão do controlo da natalidade em todas as camadas sociais, com especial incidência nas famílias de classe média. Como explica a professora Irene Vaquinhas, trata-se de uma tendência constatada desde os meados do século XIX (Vaquinhas, 2011: 125 e ss) que virá articular futuramente um discurso contra a liberdade das mulheres, especialmente desde os setores mais conservadores. Mas não só. Também os socialistas se insurgiram contra o aborto — embora por motivos muito diferentes — e participaram da crítica à mulher burguesa. Ernesto da Silva abordou o tema em dois contos: *O aborto* (1894) e *O intruso* (1901), e no drama teatral *Em ruínas. Peça em 3 actos* (1903), que pode ser considerado uma versão fundida das narrativas anteriores. Note-se que *O intruso* foi publicado na *Revista Nova* a 20 de maio de 1901, apenas dois meses antes do surgimento do caso Joaquina Rosa. Estaria este caso na base da construção da posterior peça teatral que o autor não chegou a ver estreada? Inclina-mo-nos a pensar que não. A questão do aborto e do infanticídio é um dos temas fortes de Ernesto da Silva que ele não deixou de denunciar ao longo de toda a sua produção doutrinária e literária. A mais e mais, o enredo nada tem a ver com aqueles acontecimentos da vida real.

Com efeito. Nas três obras mencionadas o conflito é originado pela chegada de um novo membro à família, constituída pelos pais e três filhos. Atente-se aos títulos: a focalização narrativa desloca-se paulatinamente do elemento que gera a “discórdia” na estrutura familiar, o não-nado em *O aborto*, para a abordagem da alteração dela em *O intruso* e, por fim, confirmar a destruição da família em *Em ruínas*. Esta estrutura familiar também evolui desde uma contextualização operária nos contos, à classe média no drama, confirmando a apreciação do doutor Costa-Sacadura nos anos 20 do século XX do aborto ter-se alargado a todas as camadas sociais. Não entanto, a literatura oferece-nos uma perspectiva da realidade não considerada pelo médico. Esta diz respeito à tomada da decisão do aborto e as fatais consequências que dela se derivam. Nas três obras as mulheres valorizam o seu papel de mães e tentam resistir às pressões dos esposos. Não se verifica nelas a crítica realizada pelo autor no seu artigo “Infanticida!”, já citado, às “femeas de espirito culto”, que na viragem do século XIX para o XX ainda mantinham o costume de

criarem os filhos através das amas de leite. No drama *Em ruínas* o filho mais novo do casal formado por Leonor e Álvaro também é criado por uma ama, mas responde à incapacidade da mulher para o fazer. Segundo é apresentada a protagonista, estamos em presença de uma mulher enferma que adocece após os partos. Também significa um custo adicional à economia familiar. Segundo Ernesto da Silva, este desentendimento dos filhos recém-nascidos das mulheres de classe média ou alta apontava para questões de simples requinte sexual do amante (Silva, 1901b). Não é o caso das protagonistas, cuja aflição responde à reação dos esposos perante a nova gravidez. São eles os que propõem uma solução criminal contra a qual as mulheres reagem negativamente, desejando até que a criança nascesse morta. No obstante, são vencidas “na luta pela vida”. Dois são os argumentos expostos pelos maridos: por um lado, apelam para um sobreesforço económico com o qual mal conseguem prover às necessidades da família; por outro, expõem o egoísmo das mulheres, consequência do seu sentimentalismo e da sua irracionalidade. Opõem-se aqui dois padrões de género face à abordagem do problema: o raciocínio e o entendimento masculinos perante a insensatez e a imprudência femininas. Na peça *Em ruínas*, Leonor argumenta o produto do seu trabalho para o auxílio da economia familiar, mas só obtem o desprezo de Álvaro. Atente-se ao seguinte excerto, do diálogo entre os esposos:

“Leonor. – (*receosa*) Hei de receber dos bordados...

Álvaro. – (*com azedume*) Não viesses com o teu ganho.

Leonor. – (*receosa*) Sempre auxilia...

Álvaro. – (*impaciente*) Ao contrario, prejudica. A casa entregue a estranhos, os pequenos mal cuidados, economia nenhuma, ahi tens o beneficio da tua ajuda. Vem cá dizer-me o que é o trabalho das mulheres; o dos homens é uma miseria o que não será esse. No teu caso então é uma inutilidade; mais metade do ganho, ia jural-o, vae-se pela janella fóra em ordenado á mulher a dias e nos desperdicios que para ahi vejo” (Silva, 1903, acto II, scena II).

Para acabar por vencer a resistência das mulheres os esposos invocam o bem-estar dos filhos já nascidos. Daí o significativo título do conto *O intruso*. De facto, no drama *Em ruínas* o que garante a sobrevivência dos dois filhos anteriores foi a morte prematura de duas crianças gémeas. (Silva, 1903, acto I, scena II). As esposas suportam a pressão mas são vítimas da coerção dos maridos, os quais não duvidam em se auxiliarem das parteiras. Na sua conferência na Sociedade das Ciências Médicas, o médico Costa-Sacadura dedicava parte dela à descrição do seu trabalho. Considerava que o seu apoio aquando do parto era fundamental para as mulheres, mas lamentava a escassa “educação profissional” de que dispunham pela pouca atenção dada desde

as Faculdades de Medicina. Para além disso, animava os “professores de Obstetrícia” a tomarem a iniciativa na remodelação do ensino das parteiras. “Quando teremos uma Escola de Parteiras e uma Escola de Puericultura? Somos o único país europeu que não tem êstes dois estabelecimentos”, explicava (Costa-Sacadura, 1929: 16).

Mas as parteiras eram chamadas também, e assim o denunciava o médico, “fazedoras de Anjos” (Costa-Sacadura, 1929: 18). Nos contos e no drama Ernesto da Silva oferece uma descrição do modo de atuar. No enredo das obras os seus serviços são sempre procurados pelos esposos, como se viu, mas o que parece responder a uma realidade comum é o facto de atenderem nos domicílios particulares. Acudem acompanhadas dos maridos, enquanto as esposas esperam prostradas no leito, entre lágrimas. Embora se buscasse uma parteira reputada “habil”, “perita[s] em casos difíceis” (Silva, 1901d), a operação costumava não correr bem. No conto *O aborto* Elisa tem de ser atendida em duas ocasiões, mas em todos os casos adoecem irremediavelmente. A morte é antecedida por vários dias sob “febre intensa”, “vômitos”, dificuldade para respirar e fortes “dores” ao menor movimento do corpo: “Ora, é mecher-se, diz ella que parece tem punhaes no ventre todo” (Silva, 1903, acto III, scena V). Só então é que se procura ajuda especializada, como explicava o doutor Costa-Sacadura, que nem sempre era garantia de êxito. N’*O aborto* e em *Em ruínas* as mulheres morrem após vários dias de agonia.

## Conclusões

Segundo o exposto, a leitura que a intelectualidade socialista fazia da questão do infanticídio e do aborto era “fundamentalmente económica” (Silva, 1895). Para Ernesto da Silva ambos os crimes respondiam a uma falta de previdência da sociedade. Só a extrema miséria em que vivia a classe trabalhadora podia explicar — não justificar — eventuais situações de abandono, e até a rejeição com resultado de morte, das crianças. Abordando o tema, o autor descrevia circunstâncias aterradoras, em que estas eram esartejadas pela mãe e depois lançadas “em bocados pelo esgoto” (idem). Quer o infanticídio quer o aborto apareciam como uma solução desesperada das mães perante à sua incapacidade para garantirem a sobrevivência da família. A obrigação do sustento das crianças recaía em exclusivo sobre as mulheres, como o *Código Penal* reflectia. Porém, uma leitura crítica da tomada de posição da intelectualidade socialista perante factos como aquele

que teve por protagonista à costureira das Picoas, a Joaquina Rosa, indica uma denúncia da irresponsabilidade masculina nestes crimes. Mas contrariamente ao que caberia esperar, na documentação consultada existe uma defesa explícita do comprometimento da paternidade para os homens, se bem que sempre formando parte do núcleo familiar e não ponderando circunstâncias de afastamento dele: “Ha de aceitar-se a iniquidade social ainda no seus aspectos mais brutaes e ferozes, deixando que a Familia se elimine e a alma se afunde no desconforto do isolamento aniquilante porque a pobreza não consigna á mulher o direito de ser mãe e ao homem a felicidade de ser pae?” (Silva, 1901c). As palavras, porém, não são inocentes e se bem o autor fale do “direito” das mulheres à maternidade, implicando pela sua vez a asunção de uma responsabilidade objectiva, para os homens alude-se apenas à expressão de um sentimento perante o mesmo facto, sem determinação de obrigação alguma.

A pobreza é, pois, o elemento fulcral que condiciona o desenvolvimento das famílias operárias. A expansão das teorias neo-malthusianas tivera algum sucesso desde os meados do século XIX, e estão íntimamente relacionadas com a questão do aborto. Alguns membros da burguesia opinavam que era da incumbência dos próprios operários atender ao controlo da descendência. Veja-se, a título de exemplo, este diálogo tomado do texto dramático *A sopa*. (*Dialogo*), também da autoria de Ernesto da Silva, publicado em 1896 sob o pseudónimo de Ruy no jornal operário socialista *A Federação*:

“A Sr.<sup>a</sup> X: – Miseraveis sem terem pão, os filhos são aos montes...

A Duqueza: – (*piadosa*) Não pensam!

O Banqueiro: – Evitem-os!

Jornalista: – Assisadamente fala, amigo Ximenes; resolvida estava a *questão social*” (Ruy, 1896).

Deste modo, a limitação do número dos filhos nas famílias operárias ultrapassava o domínio do privado para se tornar uma questão pública, que dizia respeito ao conjunto da sociedade. Daí a censura de Karl Marx numa nota d’*O Capital*. Não obstante esta percepção do tema entre alguns setores da sociedade, a documentação teima em descrever uma realidade bem mais complexa. De facto, Ernesto da Silva foi muito mais além na análise dos motivos que estariam na base de tão perversos comportamentos. Junto ao argumento económico, descobria a pervivência de um duplo discurso moral que afetava singularmente às mulheres, como já se viu na análise da legislação Oitocentista entorno à penalização dos delitos. Em não poucas ocasiões as operárias, na indústria e no trabalho doméstico, eram vítimas de assedio sexual: “E os patrões viciosos e os *filhos familia* zeladores da honra das manas

e desrespeitadores da ignorancia das serviçaes?”, perguntava (Silva, 1895. Itálicos no original).

Para Ernesto da Silva e para os socialistas a solução ao infanticídio e ao aborto havia de ser a “transformação social”, que este considerava “indispensavel” e “fatal”, ou seja, inevitável (Silva, 1895). Entendia estarem gastas todas as soluções propostas para a conservação do “*statu quo* da burguezia triumphante”, motivo do triunfo da “*questão social*” (Silva, 1901c). A mudança social substanciava-se na construção do Estado providência, “por fórma a garantir a existencia a todos os seres — homens, mulheres e creanças —”, a qual devia vir acompanhada da regeneração da lei. Embora inequívocamente republicano, como demonstrou repetidamente em toda a sua obra, advertia que tal “não póde existir nem no Portugal monarchico nem na França republicana” (Silva, 1895).

## Bibliografia

- “A favor de Joaquina Rosa” (1901), in *O Mundo*, Lisboa, nº 322, 6 de agosto, 2.
- “Joaquina Rosa”, (1901) in *O Mundo*, Lisboa, nº 319, 3 de agosto, 2.
- “O caso Joaquina Rosa. Uma victoria da... Boa Hora” (1901), in *O Mundo*, Lisboa, nº 241, 25 de agosto, 1.
- “O congresso nacional das associações de classe. 1.<sup>a</sup> sessão” (1894), in *A Vanguarda*, Lisboa, nº 1028, 2 de maio, 2.
- BABEUF (1895). “Carta de Lisboa”, in *O Operario de Coimbra. Semanario de propaganda e defensor dos interesses collectivos e individuaes*, Coimbra, nº 1, 1<sup>o</sup> mez, 7 de setembro, 3.
- BROU, Maximo (1901). “Crimes Sociaes. Joaquina Rosa”, in *O Mundo, Lisboa*, nº 334, 18 de agosto, 1.
- Código Civil Portuguez* (1868). Lisboa, Imprensa Nacional, 2.<sup>a</sup> ed.
- Código Penal* (2015). Porto: Porto Editora, 5<sup>a</sup> ed..
- Código Penal Portuguez* (1853). Annotado pelo advogado Alipio Freire de Figueiredo Abreu Castello-Branco. Lisboa: Imprensa de Cobellos.
- Código Penal Portuguez* (1861). Tomo I. Relatorio da Comissão. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Código Penal Portuguez* (1864). Tomo I. Relatorio da Comissão. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Código Penal Portuguez* (1880). Nova Goa: Imprensa Nacional, 2<sup>a</sup> ed.
- Código Penal Portuguez* (1881). Precedido pelo decreto com força de lei de 10 de dezembro de 1852, seguido de um appendice e annotado por Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco. Coimbra: Imprensa da Universidade, 6<sup>a</sup> ed.

- Código Penal Portuguez* (1892). Nova publicação oficial ordenada por decreto de 16 de setembro de 1886, (Diário do Governo de 20 de setembro do mesmo ano). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2ª ed.
- COSTA-SACADURA, S. da (1939). *O abôrto criminoso em Portugal, conferência feita na sessão da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa de 30 de abril de 1929*. Lisboa: Tip. do Comércio.
- DELGADO, Buenaventura (1998). *Historia de la infancia*. Bracelona: Editorial Ariel.
- MONTEIRO, Rosa, (2012). “A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos”, in *Análise Social*, 204, XLVII (3.º): 586-605.
- NOGUEIRA, César (1932a). “A-propósito do aniversário do P.S.P.”, *Pensamento*, Porto, ed. do Grupo Pensamento, nn. 22-23, Janeiro-Fevereiro, 523-524.
- NOGUEIRA, César (1932b). *Resumo histórico dos Congressos e Conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Lisboa: Edição da Revista Pensamento.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz (2017a). “Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva”, in *Historia Social*, Valencia, 89: 53-71.
- PERALTA GARCÍA, Beatriz (2017b). “El Partido Socialista Portugués y la literatura de combate. La obra literaria de Ernesto da Silva”, in *Revista Historia Autónoma*, nº 11, septiembre, 89-107.
- RUY (1894a). “Á ceia. (Á redacção da “Voz do Operario”»). (Dialogo burguez)”, in *A Federação*, Lisboa, nº 40, 7 de outubro, 2-3.
- RUY (1894b). “O aborto”, in *A Federação*, Lisboa, nº 8, 25 de fevereiro, 2-3.
- RUY (1895). “A criminosa”, in *A Federação*, Lisboa, nº 83, 4 de agosto, 2-4.
- RUY (1896). “A sopa. (Dialogo)”, in *A Federação*, Lisboa, nº 113, 1 de março, 2-3.
- SANTOS, Aline Fernandes Seabra (2004). “A despenalização do aborto”. *Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Fotes de Informação Sociológica da licenciatura em Sociologia*, Coimbra.
- SILVA, Ernesto da (1895). “O abandono das creanças”, in *A Federação*, Lisboa, nº 81, 21 de julho, 2.
- SILVA, Ernesto da (1896), “Protecção aos menores”, in *A Vanguarda*, Lisboa, nº 1768, 18 de maio, 1.
- SILVA, Ernesto da (1901a), “A Ferra!” in *O Mundo*, Lisboa, nº 335, 19 de agosto, 2.
- SILVA, Ernesto da (1901b), “Infanticida!”, in *O Mundo*, Lisboa, nº 314, 29 de julho, 2-3.
- SILVA, Ernesto da (1901c), “Os filhos” in *O Mundo*, Lisboa, nº 342, 26 de agosto, 2.
- SILVA, Ernesto da (1901d). “O Intruso”, in *Revista Nova*, Lisboa, nº 3, 20 de maio, 78-82.
- SILVA, Ernesto da, (1903). *Em Ruínas. Peça em 3 actos*. Lisboa: Bibliotheca D’Educação Nova - Editora.
- VAQUINHAS, Irene (2011). “A família, essa «pátria em miniatura»”, in VAQUINHAS, Irene (Coord.), *História da vida privada em Portugal. A Época Contemporânea*.

Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

VASCO, Neno (1902). “Apontamentos. Os filhos de Joaquina Rosa”, in *O Mundo*, Lisboa, nº 340, 24 de agosto, 2.

VASQUES, Alonso (1915). “Contribuição para o estudo do abôrto e do infanticídio”, in NEVES, Azevedo, *Archivos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa*, Serie B, volume IV.



**CADERNO  
TEMÁTICO**

(Página deixada propositadamente em branco)

---

## Introdução

### Religiões e normatividades

Com o título em epígrafe, propôs-se um caderno temático para este volume, destinado a publicar estudos de história dedicados aos aspetos sociais, culturais, económicos, políticos, psicológicos, teológicos, históricos, jurídicos, entre outros, compreendidos no estudo da normatividade das várias religiões. Justifica-se, portanto, nesta secção, uma introdução que explicita esta opção e assinala os principais contributos.

Este caderno dedica-se à análise da normatividade religiosa que, por ser motivada pelas ocorrências visadas nas suas prescrições, é consequência das acções e das convicções gerais nela enunciadas e que, por isso, está sempre ligada a um contexto. Como elemento transmissor de imperatividade, ela é um paradigma de orientação de ações e uma estrutura racional de conformação que nem sempre atingiu os seus objetivos, pelo menos de forma absoluta. Mas esteve sempre presente, em todas sociedades e em todas as épocas históricas.

Propondo-se à análise destes pressupostos nas diversas latitudes da orbe, em diferentes sociedades e distintas cronologias, entre outros assuntos, este caderno abriu-se à discussão de: como surgiu e se (re)organizou a normatividade religiosa; a que objetivos se propôs e em que medida os atingiu; que padrões de ação evidenciou; e se convergiu, cooperou ou colidiu com outros sistemas normativos.

Com esse objectivo, fez-se um elenco de tópicos para enquadramento das propostas, incentivando o aparecimento de abordagens interdisciplinares, comparadas e conectadas, admitindo-se o recurso tanto a escalas micro como macro analíticas, designadamente sobre: 1) conceitos transversais aos vários sistemas normativos religiosos (Fé, Dogma, Fronteira, Liberdade e Alteridade, etc.); 2) as religiões, as igrejas e a multinormatividade; 3) a condição jurídica das populações indígenas; 4) a importância da normatividade religiosa na regulação das sociedades no Velho e no Novo Mundo; 5) O jus praedicandi, a Escola Ibérica da Paz e Direito no/do Novus Orbis; 6) historiografia e fontes do Direito Canónico; 7) formação, diversidade e variabilidade do saber jurisprudencial, a doutrina dos autores, as escolas, as correntes, as filosofias e as metodologias jurídicas; 8) os campos de conhecimento, áreas de atuação e trajectórias/carreiras dos juristas; 9) jurisdição eclesiástica e foros de justiça;

10) as leis criminais e a práxis jurídica; 11) os comportamentos desviantes/normativizados e o exercício da justiça.

Com o fecho deste caderno, composto por seis estudos, alguns dos referidos campos temáticos conheceram avanço e uma pluralidade de outros permaneceu por estudar. Andrea Maraschi escreveu o primeiro texto. Focado directamente na questão da normatividade religiosa analisou os traços de permanência e evolução da liturgia católica, relativa aos sacramentos da eucaristia e do baptismo, na Europa do século XIII, através da obra de Guillaume Durand. Cinco medievalistas redigiram o segundo texto. A partir de um inventário de obras normativas, examinaram o modo como a Ordem de Cister procurou uniformizar a vida das suas comunidades. Com um enfoque particular no abaciado de D. Frei Estêvão de Aguiar, esmiuçaram-se as tendências reformistas que durante o seu governo ficaram patentes nos escritos saídos do scriptorium do cenóbio alcobacence.

O conspecto analítico, jamais experimentado pela historiografia, sobre a criação do tribunal inquisitorial de Lisboa, é o terceiro contributo deste caderno. Da poderosa e enigmática instituição judicial eclesiástica, aqui estudada por Daniel Giebels, volta-se o caderno temático para o casuísmo do teólogo jesuíta Francisco Rodrigues. Neste texto, Rômulo Ehalt apresenta um olhar incisivo sobre a influência da teologia moral europeia nas missões jesuítas e, concretamente, o modo como o casuísmo/probabilismo favoreceram soluções para a conversão e manutenção da fé católica nos territórios da Ásia portuguesa. Segue-se uma incursão pelos códigos normativos que estruturavam a administração episcopal eborense no século XVI. Através da análise comparativa de três regimentos do Auditório Eclesiástico a autora deste artigo, Fátima Farrica, propõe-se a aferir as transformações operadas nas estruturas da justiça episcopal. Este caderno temático encerra com o contributo de Minfen Zhang, sobre os conhecimentos do budismo sínico do jesuíta Tomás Pereira. Aqui, reflecte-se sobre a percepção que o missionário português veiculou numa obra sobre os preceitos do budismo da China Qing, que redigiu para outros sacerdotes.

As contribuições que agora se publicam, bem como aquelas que soçobraram à análise fina dos revisores, são prova eloquente da pertinência e do recrudescimento do interesse que esta(s) temática(s) tem(têm) vindo a ter entre a comunidade académica internacional. Não obstante a sua pertinência e o inequívoco enriquecimento que dão a este volume, revelam um alinhamento com a tendência geral da historiografia em analisar as peças em detrimento do puzzle. Espera-se, portanto, que o mote lançado no caderno que integra este número constitua estímulo para futuras abordagens, que venham a desenvolver

campos que ainda esperam por uma atenção mais cuidada, se possível com o aparecimento de perspectivas comparativas e conectadas<sup>1</sup>.

O estudo da normatividade é intrínseco à análise de qualquer sociedade. Como diria Anzoátegui, a ideia de Direito prende-se com a ideia de justiça. Desde o mundo greco-romano até à centúria de Setecentos que se reverenciou a conceção forjada nas Partidas (código afonsino do século XIII), segundo a qual a justiça era o fundamento da ordem social, “a fonte de onde emanavam todos os direitos”<sup>2</sup>. Estudar, pois, a normatividade, implica considerar o processo de aprendizagem e aplicação do Direito. Que não estava, sublinhe-se, aprisionado a fórmulas e soluções imutáveis, mas desenvolvia-se, antes, como saber jurisprudencial, diverso e variável. Porventura mais do que estudar a normatividade, se imponha, portanto, estudar a multinormatividade, tendência que já se percebe na actividade científica de algumas das mais reputadas escolas internacionais de história do Direito<sup>3</sup>.

Da diversidade do saber jurisprudencial resultou, outrossim, a construção de um vasto leque de textos, discursos e doutrinas que permitem hoje entrar nesse mundo complexo do exercício da justiça. Talvez por se encontrarem maioritariamente redigidas em Latim, língua morta e por poucos estudada, grande parte dessas obras legais e jurisprudenciais permanece desconhecida. Será este outro dos campos a que é preciso dedicar atenção, no futuro. Tal como a cultura jurídica. Importará saber quem eram os juristas, inquirir sobre os âmbitos intelectuais e públicos em que se formavam e actuavam, examinar as correntes que habitavam o seu pensamento, averiguar que títulos integravam as suas bibliotecas, aferir o impacto do seu discurso jurídico e da jurisprudência no moldar do Direito<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Importa recuperar, neste contexto, a crítica de Heikki Pihlajamäki, que alerta para grande insuficiência de trabalhos comparativos sobre os sistemas normativos dos impérios europeus. Ver PIHLAJAMÄKI, Heikki (2015). “The westernization of Police Regulation: Spanish and British Colonial Laws Compared”, in DUVE, Thomas; PIHLAJAMÄKI, Heikki (eds.), *New Horizons in Spanish Colonial Law. Contributions to Transnational Early Modern Legal History*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 97-124.

<sup>2</sup> Ver ANZOÁTEGUI, Vitor Tau (2016). *El jurista en el nuevo mundo. Pensamiento. Doctrina. Mentalidad*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 2016, 30-31.

<sup>3</sup> Ver DUVE, Thomas (2017). Was ist Multinormativität? – Einführende Bemerkungen, in *Rechtsgeschichte Legal History*, 25: 88-101; DUVE, Thomas (2014). “European Legal History – concepts, methods, challenges”, in DUVE, Thomas (ed.), *Entanglements in Legal History: conceptual approaches*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 56-57.

<sup>4</sup> Dir-se-á, a talho de foice, que em Portugal essa escassez é bastante notória. Não obstante o apreciável labor de autores como Manuel Augusto Rodrigues, António Hespanha, Nuno Camarinhas, Pedro Calafate, Rafael Ruiz e Mariângela Violante, para citar apenas alguns, é parca a produção sobre os juristas portugueses. O mesmo se dirá em relação ao impacto que surtiu em Portugal e nos respectivos territórios ultramarinos, a actividade de estrangeiros como Martín de Azpilcueta Navarro, Afonso do Prado, Francisco de Monzón, Juan de Pedraza, João Peruchio Mongrovejo, Bartolomeu Filipe, Luís Alarcão, Alfonso Rodriguez de Guevara, Francisco Franco, Henrique Cuellar e Francisco Suárez, entre outros.

Bem conhecida nalgumas instituições judiciais eclesiásticas e totalmente ignota noutras, a praxis é mais um dos campos por arrotear. Nem sempre a prática correspondia à norma, pelo que importará saber se era raro ou costumeiro o recurso dos juristas à dissimulação para moderar o rigor de certas normas, bem como se procuravam (e com que frequência) soluções flexíveis e adaptáveis às idiosincrasias das sociedades e das populações.

Em boa verdade, muitos outros aspetos continuam à espera de novas abordagens. Elencaram-se, aqui, alguns dos que se afiguram mais significativos, que não depreciam, dir-se-á uma vez mais, o caderno temático agora apresentado. O leitor tem em mãos um conjunto de artigos originais que passaram, com lustro, pelo crivo apertado de reputados especialistas, de onde se infere a sua qualidade. Aí se abordam aspetos da normatividade religiosa sob os mais variados ângulos, relativos às mais diversas épocas históricas e com recurso a distintas abordagens teórico-metodológicas. Utilizam-se diversas fontes e compulsam-se documentos originais depositados em vários arquivos. Apesar da amplitude geográfica verifica-se uma certa harmonia entre as complexas articulações macro e micro. É, sob esse prisma, um caderno equilibrado e bastante bem conseguido. Agrada ao coordenador e agradecerá, como este crê, ao leitor.

JAIME RICARDO GOUVEIA  
CHSC - Universidade de Coimbra  
jaim.ricardo@gmail.com

# Wine, bread, and water, between doctrine and alternative. Norms and practical issues concerning the Eucharist and baptism in thirteenth-century Europe

ANDREA MARASCHI<sup>1</sup>

University of Bari  
andrea.maraschi@uniba.it

Texto recebido em / Text submitted on: 23/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2019

**Abstract.** Guillaume Durand's *Rationale divinarum officiorum* was a liturgical encyclopedia which soon became the most important work of its kind, and thus represents an invaluable resource for the study of various aspects of liturgy and ritual in late thirteenth-century Europe. This contribution focuses on norms featured in the *Rationale* regarding two Christian sacraments - the Eucharist and baptism - for they were held to originate from the same source (the wound on Christ's side caused by the spear thrown by a Roman soldier). Both of these sacraments required elements for the administration (wine, water, bread) which had to meet specific characteristics, and this generated several issues, mainly concerning their availability and other practical issues. This study analyzes such characteristics and occasional proposals to replace the aforementioned elements by contextualizing Guillaume's work within a wider intellectual and normative context, including Thomas Aquinas and earlier canon law. The intention is to show: 1) how fundamental a role normativity played in drawing the line between liturgy, heresy, and desecration; and 2) that normativity had to take practicality into account.

**Keywords.** Guillaume Durand; Eucharist; baptism; medieval canon law.

## 1. A key figure in canon law tradition: Guillaume Durand

Émile Durkheim said that there is no religion without ritual, because there cannot be religion without practice (Durkheim 1995: 33-35). At the same time, there cannot be religion without community, for "individuals derive their religious beliefs from the way in which the sacred force is created in ritual" (Barberis 2013: 217). In the words of Dutch linguist Jan Koster, "there is plenty of ritual without religion, but there is no religion without ritual" (Koster 2003: 222). Rituals elicit deep emotions in the

---

<sup>1</sup> Lecturer in Medieval History and in Economic and Social History of the Middle Ages at the University of Bari.

followers and engage them, generating what Durkheim called “collective effervescence”. This is true for all religions, and for Christianity *in primis*. First of all, because at the core of Christian faith and liturgy is an extremely thorny concept: God offers his body and his blood everyday, at Mass, for believers to eat and drink. The power of this concept is clearly double-edged and displayed its pros and cons since very early Christian times (Rordorf 1976; Kelly 2006: 211ff.; Bradshaw 2012). On the one hand, it conveniently annihilates the distance between followers and deity, and thus results remarkably appealing (McKenna 2009: 140; Astell 2006). The problem is that it literally throws said deity to the people, with all related issues – such as accusations of religious cannibalism (McGowan 1994; Grant 1981; Henrichs 1970; Rives 1995; Price 2003: 26, 31). Since the age of the Fathers, a number of treatises addressed this aspect of Christian faith and explained that this was no figure of speech, and that God was truly present in the elements of the bread and the wine (Brouard 2002; Snoek 1995; Kilmartin 2004; Maraschi 2017: 211; Izbicki 2015; Rubin 1991). But then, in turn, this implied that any malicious - or simply “superstitious” - follower could take advantage of the presence of God in the elements for magical purposes, for instance (Maraschi 2017). This represented a concrete danger, and several references can be found in penitentials, *exempla* and other Christian texts from all over medieval Europe.

The example of the eucharistic liturgy has the sole aim of introducing the matter of how critical normativity was in the establishment of the correct Christian doctrine, and in avoiding dangerous misuses of sacred elements of the liturgy<sup>2</sup>. Specifically, the present contribution focuses the attention on a key figure in the (re-)formulation of norms and prescriptions in the Western Christendom: that of Guillaume Durand. The Bishop of Mende, in Provence, was a civil and canon law scholar, and is best known among other things for the composition of the *Rationale divinorum officiorum*, or “Rationale for the Divine Offices”, which was brought to completion

---

<sup>2</sup> Starting from the twelfth century, the Church defined the seven sacraments and their respective rites and characteristics. The process was stimulated by Gratian’s invaluable effort, that is, the publication of the *Decretum* (ca. 1140). With the *Decretum*, canon law became a discipline in the schools of Bologna, Paris and more, even though it did not immediately answer to many contemporary problems of its time (Izbicki 2015: 1-20; Pennington and Müller 2008: 121-122; Levy 2012). A specific section of the *Decretum*, the *Tractatus de consecratione ecclesiae*, addressed the central rites performed in churches, including the Eucharist and baptism (Izbicki 2015: 2). A fundamental passage in the development of canon law after Gratian was represented by the Lateran councils, especially the fourth (1215), convoked by Innocent III. In the twelfth and thirteenth centuries, canon law’s main sources were papal decretal letters, later collected by Gregory IX in the *Liber extra* (1234) (*ibidem*).

in the years 1294-96. The *Rationale* was part of the genre of *Expositiones Missae* (Jungmann 1986; Reynolds 1986; Vogel 1986), that is, texts which explained the meaning of liturgical ceremonies. The tradition behind this genre began already in the fourth century and thrived in Carolingian times. Later, the *Expositiones Missae* were progressively incorporated into the canon law literature by the time of Guillaume Durand. French historian Charles Barthélemy, who translated the *Rationale* around the half of the nineteenth century, noted that it was a “useful and fundamental work for the understanding of all artistic and religious traditions of the Middle Ages” (*Rational ou Manuel des divins offices* 1854: viii)<sup>3</sup>, and held that the compilation represented “bread for all the people, from the child to the elderly, from the learned to the ignorant man” (ibidem). Durand’s liturgical encyclopedia was aimed precisely at helping Christians to grasp the very sense of ceremonies and rituals which were otherwise impenetrable.

The work is divided in eight books, each addressing different subjects concerning various aspects of liturgy: the characteristics of churches, liturgical art, the tasks of church ministers, the Divine Office, and so on. The *Rationale* was then meant to be a liturgical commentary which was aimed at defining and regulating a wide variety of aspects regarding worship, and thus joined a tradition of earlier similar works authored by intellectuals of the likes of Amalarius of Metz, Honorius of Autun, Hugh of St. Victor and others. As a matter of fact, Guillaume Durand is not an “original” source in the same sense as – for example – Burchard of Worms was when he wrote his famous penitential known as *Corrector*. He was not original because that was not his purpose: the *Rationale* had the precise intention of collecting, fixing, and explaining earlier norms (Thibodeau 2007: x). “I have industriously collected this work, like a honeybee”, Guillaume states at the end of his work,

“from various booklets and the commentaries of others, as well as from the things which the divine grace has suggested me. And, supported by the protection of God, I have offered this doctrine which contains a nectar, like a honeycomb, to those who are willing to indulge in the study of divine offices” (RDO 1995-2000, 140B, VIII, Ch. 14)<sup>4</sup>.

Guillaume’s plan was then to compile a *summa* of earlier liturgical

---

<sup>3</sup> Translation mine.

<sup>4</sup> Translation mine.

allegorical commentaries, for the benefit of all those who wanted to delve into the study of Christian ritual and worship. In doing this, it was so efficient that it “superseded all previous liturgical commentaries within only a few years of its publication” (Thibodeau 2007: xxii; Guyg 1997, 1998), and soon became one of the fundamental commentaries of this kind in Western Europe. This is proven, among other things, by the massive number of copies – both manuscripts and printed books – which were made of this work in the following centuries, not to mention its vernacular translations.

The reason why such a kind of treatise was of major importance in the Christian world was due to the complexity of Christian liturgy itself, which required careful and detailed explanations – whether more or less allegorical. As earlier noted, the eucharistic liturgy was undoubtedly the central ritual around which worship and prayer orbited, one which – as appealing as it looked – entailed a series of problems that could surface depending on the situation. Guillaume Durand featured numerous norms concerning the Eucharist and the symbolic and ritual role of food in the *Rationale*, simply because they had been a fundamental concern until his time and would continue to be so for a long time. It could not have been otherwise. The analysis of such rules can represent a fruitful approach if one is interested in the macro-theme of religious normativity, for they cast light on: 1) a wide variety of issues connected with the core rituals of Christianity, and 2) alternatives that were proposed by European bishops and priests depending on the social, cultural, and economic context within which they lived. Consequently, it also allows to study the Church’s answer to such alternatives, which could be either positive or – most frequently – negative, for several reasons.

The eucharistic liturgy, its origins, and its role in early Christian worship have been studied by many eminent scholars (Goguel 1910; Keating 1969; Rordorf 1976; Richardson 1979; Feeley-Harnik 1981; Smith 2003), but most notably by Andrew McGowan (McGowan 1994, 1995, 1999, 2010, 2014), who has highlighted key aspects of the problem with great attention to the relationship between the eucharistic meal and other convivial practices in the late Roman age. As for the symbolic meaning of food in Christian ritual and sacraments, historiographic tradition is extremely wide (see, e.g., Henisch 1976; Bynum 1987; Reynolds 1999; Montanari 1999: 77; 2012: 157). On the other hand, universal messages imply the use of universal symbols, and in Jewish-Christian tradition these symbols corresponded to the Mediterranean triad of grain, oil and wine (Maraschi 2011: 561) - examples are countless (e.g., *Sermones inediti* 1865, 6, 835).

The aim of the present contribution is to analyze the cases of two

sacraments, the Eucharist and baptism, for they traditionally presented problems concerning the material elements necessary for the performance (bread, wine, water), and were thus widely addressed by medieval works of canon law. The intention is to show how fundamental was for Christian theologians and scholars – and, consequently, in Guillaume Durand's *Rationale* - to precisely describe the characteristics that said elements needed to match for the administration to be valid, and in order to avoid heresy, desecration, or misuse.

## 2. The eucharistic liturgy: wine and bread

Given the considerable symbolic and practical importance of food in Christian liturgy and ritual, it is no wonder that it represented a critical element in a cornerstone of religious normativity such as that compiled by Guillaume Durand. Nor is surprising that a wide section of the *Rationale* is dedicated to the basic elements for the administration of sacraments and to the eucharistic species. A critical factor at the basis of the matter is John's description of the crucifixion of Christ (Izbicki 2015: 37-40), where it is said that when the Romans soldiers pierced Jesus' side with a spear, this brought "a sudden flow of blood and water" ("et continuo exivit sanguis et aqua"; Jn 19:34). Durand, quoting a passage from Pope Innocent III's *De celebratione Missarum*, hints at a key controversy concerning the second element - the water - which some theologians believed became "a humour which derives from water, that is, phlegm", instead (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 8). The issue was no triviality. In fact, Guillaume immediately explains that two liquids and two actual sacraments "flowed" from Christ's side: 1) blood, and the sacrament of the redemption in the blood; 2) water, and the sacrament of regeneration in the water. Indeed, "we do not baptize in phlegm, but in water", writes Guillaume (*ibidem*)<sup>5</sup>.

The Eucharist and baptism were then symbolically linked with each other, since the basic elements necessary for their administration derived from the very same source, from which they flowed simultaneously: the wound caused by the spear in Christ's side. Furthermore, water represented a critical factor in the transubstantiation process as well, namely when it was mixed in the chalice with the eucharistic wine, as was customary at the beginning of the ritual. Many centuries earlier, St. Ambrose had further justified the

---

<sup>5</sup> "...non enim baptizamur in flegmate sed in aqua..."

addition of water to the wine by referring to the Old Testament's scene where Moses strikes a rock with his rod and water flows from it (Wawrykow 2012: 68; Saxon 2012: 99). The image is reprised in a letter to the Corinthians: "et omnes eundem potum spiritalem biberunt bibebant autem de spiritali consequenti eos petra petra autem erat Christus" (1Cor10:4: "for they drank from the spiritual rock that accompanied them, and that rock was Christ"). In 1202, Pope Innocent III addressed the whole matter in his highly influential decretal *Cum Marthae* ("De aqua vino admixta in sacrificio Missae"<sup>6</sup>, DS 1957, 193-194), which obviously Guillaume knew and quoted (Levy 2012: 441). Innocent was aware that scholars had various opinions about the problem (DS 1957, 193-194), because it was not clearly explained in the Scriptures how the water could turn into the blood of Christ along with the wine. Among such opinions, Innocent held that the more probable was that "the water, together with the wine, is changed into the blood": a mediating explanation that clearly wanted to dodge complications.

A few years before Guillaume, the Doctor of the Church Thomas Aquinas had commented on these very key matters in his *Summa Theologiae* (*Summa Theologiae* 1906, q. 74, a. viii, 154), literally providing a summary of the fundamental positions around this and other issues. Some believed that the water did not change ("per se manet") when the wine was changed into blood; others held that, when the wine was turned into blood, the water was turned into the water "quae de latere Christi fluxit" (that is, in the water that flowed from Christ's side; *ibidem*). This nonetheless, Thomas endorses Innocent III's opinion.

The composition of the mix, that is, the balance between water and wine, was important too: "if one pours more water than wine in the chalice, the sacrament is invalid [*irritum*]", Guillaume states (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 8). This was a delicate aspect, for the Gospels seem to suggest that water and wine flowed from Christ's side in equal quantity (Grumett 2016: 64ff.; Izbicki 2015: 68). At the end of the thirteenth century, however, the official position of the Church remained that of Innocent III's decretal on the celebration of Mass. Priests who overlooked to add the water to the wine in the chalice may have been variously punished, depending on the cause: if they simply forgot to do it, it was considered a venial sin, but was deemed a mortal sin if the omission was due to negligence (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 8). In any case, the sacrament would result invalid.

Utmost care was to be dedicated to the bread, as well. "The bread itself,

---

<sup>6</sup> "On the water mixed with the wine in the sacrifice of the Mass".

which is made of wheat”, notes Guillaume on the basis of Innocent III’s decretal, “cannot be consecrated in the Eucharist, if a grain of barley or oat is accidentally mixed with it” (ibidem). Indeed, as shown for instance in *exempla* tradition, the very baking of the Host was an extremely delicate process in itself (Maraschi 2017: 216-217). On top of this, if there was little doubt about the symbolic importance of bread (it suffices to think of Christ’s allegory “ego sum panis vivus qui de caelo...”, Jn 6:51; RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 41, 4), the Gospels were rather clear about the type of cereal that was to be used to bake it. “As for the rest”, Guillaume writes, “the bread must be made of wheat, and the wine must be wine of the grape” (ibid., 6), to which he attaches the parallels which Jesus famously made between himself and both wheat and wine. As will be shown later, these food allegories were perfectly sensible in a Mediterranean context such as that of first-century Galilea, but not so much in the continental and northern parts of medieval Europe. Consequently, even if the ritual structures remained the same, some of the elements that were necessary for their performance represented a problem in geographical areas where they were not as common as around the Mediterranean basin. Again, the solution was not as simple as it could look at first sight: *panis triticeus* was considered by the Church the more common (*Summa Theologiae* 1906, q. 74, a. iii, 147), whereas other breads came into play “when this lacks” (ibidem). This idea reflects the reality of a good portion of the West (Maraschi 2019), but not necessarily of all areas of the West (as will be shown). “Some cereals resemble wheat, such as *far* and *spelta*”, writes Thomas, adding that in some regions these cereals did replace wheat for the use of the Eucharist (*Summa Theologiae* 1906, q. 74, a. iii, 147). Furthermore, different opinions within the Church suggested that barley bread was the actual matter of the sacrament (Rubin 1991: 39; 2012: 452-453), due to the fact that it was *asperior* (“more bitter”; *Summa Theologiae* 1906, q. 74, a. iii, 147), that is, less tasty, and that it was the kind of bread which Jesus famously multiplied in the Gospels (Jn 6). Nevertheless, the comparison which Christ himself made between him and a grain wheat (Jn 12:24) was embraced by the Church as the proof that only this cereal could be used for the making of the eucharistic bread.

Most importantly, the “recipes” and the proportions between “ingredients” could not be interpreted, as already stated by Cyprian, the Bishop of Carthage, in the early third century (*Epistulae* 1868, LXIII, 13, 711). Wine or water could not become the blood of Christ if not consecrated together in the chalice; likewise, simple flour alone could not become the body of Christ (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 8). Such alternative ways of celebrating the Eucharist were already known to Cyprian, and were

repeatedly mentioned and condemned throughout the Middle Ages (Carpin 1993: 35-37). Evidently, the issue was inherent in the liturgy, and was still common at the end of the thirteenth century (Walters et al. 2006: 135-136).

According to theologians, the water could not be consecrated without the wine, and the wine could not be transubstantiated without the water: this was due to the fact that both water and wine had flowed from Christ's side, as earlier observed (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 8). For the same reason, since Christ had clearly mentioned wheat and wine in his preaching, it was not possible to offer in sacrifice simple bunches of grapes or grains of wheat (ibid., Ch. 41, 6). This remark was fundamental. On the one hand, the Church opposed heretical positions (some of which had been already mentioned by Augustine and in councils many centuries earlier) that employed other elements as the *propria materia* of the sacrament: the flesh of animals, cheese and bread, infants' blood, etc. (*De haeresibus* 1865, 30-31; *Sacrosanta concilia* 1671-72, VI, 1135ff.; *Summa Theologiae* 1906, q. 74, a. v, 151; Maraschi and Tasca 2018: 58-59). The official position of the Church was instead that, in Mt 26, Christ institutes the sacrament under bread and wine.

On the other hand, however, a problem was represented by the fact that such elements were not necessarily accessible in the whole oecumene in the twelfth-thirteenth centuries (more on this later). This objection was taken into consideration by Thomas Aquinas (*Summa Theologiae* 1906, q. 74, a. v, 151), who dismissed the issue by noting that wheat and wine could be easily conveyed to lands where these products were lacking (Chazelle 2012: 212). Between the lines, the message was quite meaningful in terms of identity: the body and the blood of Christ corresponded not merely to primary elements, but to final identity-marking products, which were the results of identity-marking activities for Mediterranean civilizations - agriculture, baking, wine-making.

Other important norms (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 6, 7-10) concerned: 1) salt, which was not to be added to the bread, contrary to what "certain heretics do" by misinterpreting the Scriptures; 2) the shape of the bread, which was to be *in modum denarii*, that is, "in the shape of a coin"; 3) and fermentation (the Roman Church wanted the bread to be unleavened, unlike the Church of Constantinople; see Schabel 2011). Such matters had already been largely addressed in earlier canonical works, and with particular attention in the thirteenth century by Innocent III and Thomas Aquinas in the aforementioned sources.

Besides, the process of transubstantiation implied that once the elements had turned into the blood and the body of Christ, they could not mix with

simple wine. “If, after the consecration of the chalice, one pours more wine into the chalice, it will not turn into nor mix with the blood, but instead it will blend with the accidents of the original wine, which has become the body of Christ, and will surround the consecrated substance, without however wetting it” (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 8). In other words, the Christian ritual changed the nature of the eucharistic elements, marking a neat separation from their transubstantiated form and their original nature as foods. The latter, however – that is, their accidents – still behaved as one would have expected them to do: “Nevertheless,” Guillaume observes, “the accidents appear to modify what is added to them, which then is consecrated because, if one pours pure water into the chalice, it contracts the taste of wine” (ibidem). Indeed, as explained by Ambrose of Milan almost one thousand years earlier, the species became a different thing (i.e., the Body) after the blessing (*De mysteriis liber* 1845, ix, 405ff.).

The quality of the wine did not play any role in the process, technically speaking. Whether priests used new and sweet wine (*nouum uinum, mustum*) or vinegar (*acetum*), the purity of the sacrament was not affected. The justification for this was that baptism could be conferred with any kind of water, and thus any kind of wine should be fit as the matter of the Eucharist. This nonetheless, it was preferable to use *optimum uinum*, “the best wine” (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 10), maybe a subtle reference to the wine that Christ obtained from water in Cana (Jn 2:1-11). Other variations such as *mixtum* (“mixed”) or *coctum* (“cooked”) wine, rosé (*rosatum*) or spiced wine (*speciatum*) were to be avoided. Church authorities were doubtful about the use of vinegar, however (e.g., the Quinisext Council of 692: *Sacrosanta concilia* 1671-72, VI, 1153-1156), and the reason was associated with the Hippocratic and Galenic framework concerning the properties of foods. Indeed, according to the *Regimen*, wine was considered hot and dry (Jouanna 2012: 177), whereas Galen held that vinegar was hot and cold at the same time (Bacalexi and Katouzian-Safadi 2015: 1). “Wine is hot”, Guillaume confirms, while “vinegar is cold”, and for this reason it was believed that “it cannot be consecrated, as in the case of verjuice” (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 10). A further reason was linked with Aristotle’s observation that vinegar is obtained via a corruption of wine, but wine cannot be obtained from vinegar (*Metaphysics* 1998, viii, 5, 247): in fact, corrupted wines and corrupted breads could not be used for the Eucharist.

As earlier observed, however, fixing such strict rules for such a large territorial entity as medieval Christendom entailed that they could not be

complied by all church ministers at all times. In fact, requests to the papacy for alternatives and exemptions are not rare in the sources.

### 3. Alternative solutions and exemptions in non-Mediterranean landscapes

The problem was not limited to wine and to its different varieties. As has been seen, the eucharistic liturgy and the administration of other sacraments implied the use of “instruments” such as wine, bread, oil, water, which also needed to meet specific requirements. In a vast and heterogeneous milieu such as that of European Christendom in the Middle Ages, it is not surprising that not all of said conditions could be met, nor that some of the aforesaid “instruments” could be lacking at certain times of the year or under certain circumstances. Hagiographic tales are an extremely useful source of information, in this sense, for saints’ miracles were often aimed at replenishing the supplies of wine, beer, oil, bread, and other foods for monasteries and churches, and not rarely for the sake of administering the sacraments (Maraschi 2011; 2013). When miracles did not occur, however, it could happen that local bishops asked the Pope to have special permissions. For example, in 1206, the archbishop of Norway Tore Gudmundsson asked Pope Innocent III permission to administrate the holy baptism with saliva rather than water, for the latter was scarce, but to no avail (*Gesta Innocentii PP. III* 1855: 812-813). Not many years later, in 1241, Pope Gregory IX received a similar request again from Norway and did not give permission to replace water with *cervisia* (“beer”; *Diplomatarium Norvegicum* 1847-1995, I, dipl. 26).

It is not hard to understand why in marginal lands such as northern Europe an essentially Mediterranean cult could represent a problem, from the perspective of ritual practice. Not only *cervisia* and other drinks (such as mead and even crowberry wine; see *Páls saga biskups* 2002, 311) could be more accessible than water and common wine, but breads made with lesser cereals (e.g., rye or barley) were undoubtedly easier to procure and make rather than wheat bread for the eucharistic liturgy (*Diplomatarium Norvegicum* 1847-1995, I, dipl. 10). As said, however, such requests were hardly welcomed by the papacy: the Roman Church would generally reply that the eucharistic liturgy required *panis de frumento et vini de uvis* (and if these were not available locally, they had to be imported; *ibidem*). Unsurprisingly, Guillaume did not fail to address the issue, and - via Gratian - recalled a late-antique decree

attributed to Pope Julius I (337-352), who stated that “some, moved by schismatical ambition, against the divine orders and apostolical institution, do consecrate milk for wine in the divine mysteries; some serve to the people the sacrament of the body moistened in the blood, as a perfect communion; others offer in the sacrament of the Lord’s cup the juice of grapes squeezed...” (*Decretum* 1879, III, dist. II, c. vii).

On multiple occasions the Church reiterated the ban on replacements of this kind: for instance, the Third Council of Braga of 675 prohibited the use of grapes and milk as substitutes for the wine (*Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos* 1963, 372; see also Chazelle 2012: 212). Such deviations from the norm tell stories of adaptations, innovation for the sake of subversion or simply for need, and they indirectly explain why normativity was a major concern in Christian Europe. Doctrine and ritual had never been disputable, for – theoretically speaking – there was one correct doctrine and one correct form for rituals; the rest was the domain of heresy. On top of this, said requests ignited further theological discussion on their implications, and called for exemptions: “in case of necessity,” summarizes Guillaume, “[Pope Julius stated that] one can press a bunch of grapes and consecrate it, but he cannot communicate with a bunch that has not been pressed” (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 10). In other words, despite the Church considered emergency situations, it seems to have insisted on a fundamental continuity between the correct form of the ritual (based on wine) and its alternative, for what concerned both the nature (grapes) and the “phase” of the accident (liquid, juice).

Alternative forms of Eucharist and offerings in sacrifice to the Lord could consist of any kind of food and drink, on the other hand, and this represented a serious problem for the Roman Church. Guillaume condemns them by quoting another cornerstone of Christian religious normativity, Bishop Burchard of Worms (1000-1025). Burchard was the author of a fundamental collection of canon law known as *Decretum*, a seminal work before the later effort by Gratian around the half of the following century. In the fifth book of his collection, Burchard (*Decretorum libri viginti* 1880, V, vi, 754) reprises canon 3 of the fourth-century apostolic canons, and states that it was permitted to offer in sacrifice on the altar only wheat, grapes and broad beans (Rivard 2009: 52), alongside other essential elements for ritual such as oil and incense. More specifically, as Guillaume himself restates (*Decretorum libri viginti* 1880, viii, 754; RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 41, 6), it was not allowed to offer in sacrifice alternative foods and drinks such as honey, milk, cider (“sicera”; Archetti 2003: 307), legumes, birds or other animals.

## 4. Baptism

As has been shown in the case of thirteenth-century Norway, a specific problem was represented by baptism, which also was based on one of the liquids which flowed from Christ's side. According to the correct doctrine, the matter was as simple as it could get: "Baptism is administered in water, for this can be found in great abundance, and because we read that the Holy Spirit made it fertile in the beginning" (RDO 1995-2000, 140, VI, Ch. 83, 1). The first part of the sentence is no less important than the second one: water was largely available to priests and churches, which was hardly an irrelevant detail when one deals with the first fundamental step to become part of the Christian family. Baptism was to be administered with *uiua* and *pura* water, an absolutely necessary element. The reason for this had already been clarified by Augustine, who held that water was necessary in order to purify the baptized (*In Joannis evangelium tractatus CXXIV* 1841, 1511-12). He deduced it on the basis of Ephesians 5:25-26, where it is stated that the baptism of Christ coincided with a cleansing in the Word, and there could be no baptism without the Word or water (Duque 2013).

Thomas Aquinas provided a useful summary of objections to the idea that water was the *propria materia* of baptism. These proposed to replace water with, respectively, fire, wine, oil, blood, and common water (and thus not *exorcizata* or *benedicta* water, as in solemn baptism; *Summa Theologiae* 1906, q. 66, a. iii, 65). In Thomas' opinion, however, water is indeed the proper matter of the sacrament, because – first and foremost – baptism is a *regeneratio* unto spiritual life, that is, a new birth, and water is the source of life of all living beings (*ibidem*). Secondly, water has the ability to cleanse the baptized due to its moistness (*ibidem*). Interestingly, Thomas also mentions the same practical reason that Guillaume reprised: "potest enim ubique de facili haberi" ("it can be easily obtained everywhere"; *ibidem*).

Even though this is only the fourth of the four main reasons why water was considered essential in the administration of baptism, its mere pragmatic justification catches the eye. One should never underestimate the importance of practicality when it comes to liturgy (McGowan 2014: 146), nor the fact that practicality implies the need to provide alternative solutions. In fact, circumstances may have not always allowed to abide by the rule, as earlier observed about the request by the archbishop of Norway to replace water with saliva in 1206. Norms were indeed rather strict, but several alternatives were considered, nonetheless. Depending on the circumstances, priests could use water obtained from snow, ice, or "tears

of the earth” (ibidem), to which Pope Victor I (ca. 189-199) added the sea, rivers, lakes or fountains, with the clear intention of allowing everybody to be baptized “at any place and at any moment” (*Decretum* 1879, III, dist. II, c. xxii). This nevertheless, it was essential that the sacrament be administered with water: it was not allowed to baptize in *aqua condita* (“artificial water”) such as *ceruisia* (“beer”) and *medo* (“mead”), nor with any another kind of *liquor* such as wine or oil (RDO 1995-2000, 140, VI, Ch. 83, 2). “Wine and oil are not commonly used for washing”, Thomas explains, for a certain smell is contracted when something is washed with them (*Summa Theologiae* 1906, q. 66, a. iii, 65). This does not happen with water, and – not less importantly – “they are not so common and abundant as water is” (ibidem).

Yet, if water was added to these liquids, then its Divine essence would have prevailed, and the sacrament was valid. To demonstrate this point, Guillaume resorts to a strong, unsubtle example: the faithful do baptize in the sea, even though people urinate and spit into it daily (RDO 1995-2000, 140, VI, Ch. 83, 2). This very “cleansing” operation by the water’s Divine essence implied a contradiction, then. Its explanation is found in Thomas’ *Summa*: “*pura* and *simplex* water is not necessary for baptism” (*Summa Theologiae* 1906, q. 66, a. iv, 66), writes Thomas, because plain water is hardly available, and Aristotle explained that seawater – for instance – always retains a considerable portion of earth (*Meteorologica* 1952, II, iii, 147). For these reasons, liturgical norms could be adapted to certain circumstances. Just as the water that flowed from Christ’s body was not pure (for no pure water can exist inside one’s body; *Summa Theologiae* 1906, q. 66, a. iv, 66), baptism could actually be administered with alternative liquids.

The criterion by which the purity of water could be assessed was to verify with which bodies water had come into contact. According to Thomas, water could cease to be pure artificially or naturally, by either being mixed with another body, or by alteration (ibidem). But, since man cannot prevail over nature’s ability to give substantial form to things (“*formam substantialem*”; ibidem), water’s nature cannot be changed by man’s intervention. Consequently, many types of water can be used for baptism because they are considered pure, with the exception of mud and diluted wine: in these cases, respectively, earth and wine prevail over water, because they are bodies “whose compound is something other than water” (“*quod compositum magis sit aliud quam aqua*”; ibidem), and the species of water is destroyed. The species of water is not destroyed in the cases of seawater, meat broth (but only after straining plain water from it), lye, bathwater (that is, sulphur

water), and rain water (*ibid.*, 67): these could be used for the administration. The species phlegm, animal blood, wine, and any liquid extracted from plants could not be used (*ibidem*).

It is to be borne in mind that exemptions of these kinds could mirror actual practices, and cast light on the difficulties of performing Mediterranean rituals in non-Mediterranean areas or in areas where – for many reasons – the necessary elements for the administration of sacraments were not available. It is no wonder that solutions such as the administration of baptism with beer and mead were practiced in continental and northern areas of Europe, whence the need by the Church to repeatedly ban them. On the other hand, it has been argued that abundant availability of water was not to be taken for granted in the past (Montanari 2012: 137-138), and miracle tales from the aforesaid biblical scene of Moses to medieval hagiographic tradition suggest that the need to replace it with other liquids could well be a frequent necessity.

## 5. Incidents caused by external and internal causes

Any swerve from the straight path of doctrine put into question the entire administration of sacraments, and – in the specific case of the Eucharist – the process of transubstantiation. Sometimes, deviations from the rule were not even due to negligence or dissidence, but to accidental external causes which could come into play (Levy 2012: 406ff.). There were a number of variables to take into account, as seen in the case of baptismal water: the same concerned the Eucharist as well. Said incidents had long been taken into account by the Christian Church (Rubin 2012: 467-468), and can be seen as the sign that the oecumene was geographically spreading towards areas of the West characterized by more severe climatic conditions. In some churches, the wine could freeze in the chalice in wintertime: in that case, the priest was allowed to melt it with his warm breath or, if this was not enough, by taking the chalice close to a fire (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 11). Guillaume does not need to add that such operations would not threaten the species of the wine, nor that – presumably – this was an ordinary chore in places where winters could be particularly harsh. In the second half of the tenth century, Folcuin - the abbot of Lobbes, Belgium - told that one day a priest of his abbey tried to pour the wine into the chalice during Mass, “sed vinum ita congelatum erat” (*De gestis abbatum Laubiensium* 1853, 582). He had to ask an altar server to thaw it with fire, but the task was taking too long, and the priest was preaching at length. Then, he casually looked back at the

chalice, and found it full of liquid wine, ready for the eucharistic liturgy. It is a miracle, and miracles always mirror specific needs (Maraschi 2011; 2018: 42).

Little animals could likewise threaten to jeopardize the ritual: if a fly or a spider fell into the chalice before the wine had turned into the blood, the priest must throw the wine into the *piscina* (the basin near the altar used for washing holy vessels) and replace it with other wine and water (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 12). But if an insect had fallen into the chalice after the transubstantiation, it was to be carefully removed and placed in a second chalice, where it was to be washed with wine (*ibidem*). Then, “with the greatest care”, the priest had to purify the chalice and burn the insect in the *piscina*. Similar accidents were probably less rare than one might suppose, for they were also addressed in sermons. In an *exemplum* by Caesarius of Heisterbach (ca. 1180-ca. 1240), a wafer repeatedly leaps off the altar, refusing to be consecrated. The reason was that a little worm had mistakenly been cooked inside the bread, and the Host refused to house the body of Christ (Maraschi 2017: 216-217).

Causes of corruption may have also been “internal”: nausea was surely one of the most dangerous, for it inevitably coincided with the desecration of the body of Christ (*ibid.*: 214). In case a faithful vomited the *corpus Domini*, the puke was to be burnt in a similar fashion (i.e., in the *piscina*; RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 12). A compromise between both of said occurrences could be found either if only a part of an insect (“hostie particula”) had fallen in the chalice (and the priest presumably vomited it), or if the *corpus Domini* was vomited by a sick person. In these cases, “one shall pick it up with great care and mix it with wine in the chalice; if one cannot pick it up entirely and if he feels loathing when he does so, he shall regard it as a relic” (*ibidem*; Maraschi 2017: 214).

As said, norms and penalties for negligence concerning such specific aspects of the liturgy were much older than Guillaume’s times: according to Gratian, some of them even dated back to Pope Pius I (ca. 140-154) (*Decretum* 1879, III, dist. II, c. xxvii). Among them were those regarding the unfortunate case in which drops of the transubstantiated wine (i.e., the blood) fell from the chalice (McNeill and Gamer 1990: 355; Rubin 1991: 48). The traditional solution was to lick the drops from whatever surface they had dripped on: wood, stone, or earth (RDO 1995-2000, 140, IV, Ch. 42, 15). Then, the priest was to carefully scratch and wash the surface, and place the resulting powder with the relics. In this sense, it is not surprising that by the twelfth/thirteenth century the wine became exclusive of the priest during

the eucharistic liturgy, whereas the faithful were given the Host only: this solution was probably aimed at preventing as many occasions as possible in which the elements could be spilled or dropped (Maraschi 2017: 225, fn. 39; Rubin 1991: 48).

## 6. Concluding remarks: Christ's wound and its dangerous consequences

The above were the main norms, precautions, remedies, and alternatives regarding the ritual elements necessary for the eucharistic liturgy and baptism at the turn of the fourteenth century: collected, summarized and commented by Guillaume of Mende, one of the undisputed protagonists in the codification of canon law in medieval times. The importance of the *Rationale* does not only lie in the role it played among other similar compilations – which, as said, was paramount –, but in the fact that it casts further light on the delicate connection between rituality and normativity, rule and context, performance and environment. Not only it fixed in time the fundamental rules of Christian rituality which were still at the basis of the administration of sacraments in the thirteenth century; it also crystallized the fundamental idea that Christian religion was founded on practical ritual performances, which in turn could have desirable/undesirable effects on much less practical aspects of the liturgy, such as the very body of Christ or the validity itself of the sacraments. Strict norms were meant to avoid heresy, desecration, profanity, while penalties were aimed at punishing priests who were guilty of ignorance, negligence, or even of having schismatic plans.

Back to Durkheim, it is now clearer why Christian rituality needed to be rigorously regulated: this assured the correct execution of the rituals, and consequently let the community of the faithful experience the “sacred force” which the social anthropologist deemed essential for the formation of religious belief. Guillaume’s industrious work, which he himself compared to that of a honeybee, did not only produce a delicious nectar, then. It also showed how other “supernatural” delicacies such as bread and wine were to be treated, in order to gain the highest nutritional value from them: that of salvation. As has been seen, the sets of doctrinal and liturgical norms collected by Guillaume deeply benefited from Thomas Aquinas’ *Summa Theologiae* and - via Thomas - from that “pagan virtue” (Decosimo 2014) that was mainly associated with Aristotle’s invaluable contribution in many fields.

Potential problems were not merely linked with the source of both

sacraments, that is, Christ's wound. They actually stemmed from an essential characteristic of the Christian faith as a universal calling: an ambitious vocation that addressed all the West, and that exported even to nordic areas cults and rituals which had Mediterranean features. Guillaume stood out for his essential role in pinpointing norms, alternatives and exemptions in an ever-growing oecumene.

## Sources

- AQUINAS, Thomas (1906). *Summa Theologiae*. In *Opera omnia iussu impensaue Leonis XIII P. M. edita, t. 12: Tertia pars Summae theologiae*. Rome: Typographia Polyglotta.
- Aristotle (1952). *Meteorologica*. Trans. H. D. P. Lee. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Aristotle (1998). *Metaphysics*. Trans. H. Lawson-Tancred. London: Penguin.
- Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos* (1963). Ed. José Vives. Barcelona-Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Cyprian (1868). *Epistulae*. In *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* 3.2, ed. Wilhelm Hartel. Vienna: Gerold.
- DENZINGER, Heinrich Joseph Dominicus; RAHNER, Karl (1957). *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum* (DS). Barcelona, Friburg, Rome: Herder.
- Diplomatarium Norvegicum: Oldbreve til kundskab om Norges indre og ydre forholde, sprog, slaegter, saeder lovgivning og rettergang i middelalderen* (1847-1995). Ed. Christian C. A. Lange and Carl R. Unger, 22 vols. Oslo: P.T. Malling.
- LOBBES, Folcuin of (1853). *De gestis abbatum Laubiensium*. In *Patrologiae Cursus Completus, Series Latina CXXXVII*, ed. J.-P. Migne. Paris: Migne, 541-582.
- Gesta Innocentii PP. III ab auctore anonymo sed coaetaneo scripta* (1855). In *Patrologiae Cursus Completus, Series Latina CCXV*, ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Migne.
- Gratian (1879). *Decretum*. Ed. Emil Friedberg, *Corpus Iuris Canonici* 1. Leipzig: B. Tauchnitz.
- DURAND, Guillaume (1995-2000). *Rationale divinorum officiorum* (RDO). In DAVRIL, Anselme; THIBODEAU, Timothy M. (eds.), *Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis* 140, 140A, 140B. Turnhout: Brepols.
- DURAND, Guillaume (1854). *Rational ou Manuel des divins offices, par Guillaume Durand, évêque de Mende*, trans. Charles Barthélémy, 5 vols. Paris: Vivès.
- HIPPO, Augustine of (1841). In *Joannis evangelium tractatus CXXIV*. In *Patrologiae cursus completus. Series latina XXXV*, Jacques-Paul Migne. Paris: Migne, 1379-1976.

- HIPPO, Augustine of (1865). *De Haeresibus ad Quodvultdeum liber unus*. In *Patrologiae cursus completus. Series latina XLII*, ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Migne, 21-50.
- HIPPO, Augustine of (1865). *Sermones inediti*. In *Patrologiae cursus completus. Series latina XLVI*, ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Migne, 817-939.
- LABBE, Philip; COSSART, Gabriel, eds. (1671-72). *Sacrosanta concilia*, 16 vols. Paris: Societas typographica librorum ecclesiasticorum.
- MILAN, Ambrose of (1845). *De mysteriis liber*. In *Patrologiae cursus completus. Series latina XVI*, ed. J.-P. Migne. Paris: Vrayet, 389-410.
- Páls saga biskups (2002). In *Biskupa sögur II*, ed. Ásdís Egilsdóttir, Íslenzk fornrit 16. Reykjavík: Hið íslenzka fornritafélag, 295-332.
- PRÜM, Regino of (1840). *Libri duo de synodalibus causis et disciplinis ecclesiasticis*, ed. F.W.H. Wasserschleben. Leipzig: Engelmann.
- Synodus Diocesana Autissiodorensis a. 561-605* (1963). In *Corpus Christianorum Series Latina 148A*, ed. C. de Clercq. Turnhout: Brepols, 264-272.
- WORMS, Burchard of (1880). *Decretorum libri viginti*. In *Patrologiae cursus completus. Series latina CXL*, ed. Jacques-Paul Migne. Paris: Migne.
- \* All biblical quotations are from: *Biblia Sacra Vulgata. Editio Quinta*, eds. Robert Weber and Roger Gryson. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft (electronic version retrieved from The Scholarly Bible Portal of the German Bible Society, available online at <http://www.academic-bible.com/en/online-bibles/vulgate/>). Translated quotes are taken from NIV translation, © 1973, 1978, 1984, 2011 by Biblica, Inc.

## Studies

- ARCHETTI, Archetti, (2003). “De mensura potus. Il vino dei monaci nel Medioevo”, in *La civiltà del vino. Fonti, temi e produzioni vitivinicole dal Medioevo al Novecento*, Atti del convegno (Monticelli Brusati, Antica Fratta, 5-6 ottobre 2001). Brescia: Centro culturale artistico di Franciacorta e del Sebino, 205-326.
- ASTELL, Ann W. (2006). *Eating Beauty. The Eucharist and the Spiritual Arts of the Middle Ages*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- BACALEXI, Dina; MEHRNAZ Katouzian-Safadi (2015). “Two readings of Galen: Rhazes (9th-10th cent.) and Leonhart Fuchs (16th cent.)”. *International Conference Scientiae 2015: Disciplines of knowing in the Early Modern World*, May 2015, Toronto, Canada. <http://scientiae.co.uk/conferences/toronto-2015/>, halshs-01639756.
- BARBERIS, Daniela S. (2013). “Émile Durkheim”, in McGEE, R. Jon; WARMS, Richard L. (eds.), *Theory in Social and Cultural Anthropology: An Encyclopedia*. Los Angeles: SAGE, 214-218.

- BRADSHAW, Paul F. (2012). *Reconstructing Early Christian Worship*. London: Cromwell Press.
- BROUARD, Maurice, ed. (2002). *Eucharistia. Encyclopédie de l'Eucharistie*. Paris: Cerf.
- BYNUM, Caroline W. (1987). *Holy Feast and Holy Fast: The Religious Significance of Food to Medieval Women*. Berkeley, CA: University of California Press.
- CARPIN, Attilio (1993). *L'eucaristia in Isidoro di Siviglia*. Bologna: PDUL.
- CHAZELLE, Celia (2012). "The Eucharist in Early Medieval Europe", in LEVY, Ian Christopher; MACY, Gary; AUSDALL, Kristen Van (eds.), *A Companion to the Eucharist in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 205-249.
- DECOSIMO, David (2014). *Ethics as a Work of Charity: Thomas Aquinas and Pagan Virtue*. Stanford: Stanford University Press.
- DUQUE, Adriano (2013). "Baptizing Wine", *Mélanges de la Casa de Velázquez* 43, 2, 239-259.
- DURKHEIM, Émile (1995). *The Elementary Forms of Religious Life*, trans. Karen E. Fields. New York: The Free Press (orig. pub. Paris: 1912).
- FEELEY-HARNIK, Gillian (1981). *The Lord's Table: Eucharist and Passover in Early Christianity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- GOGUEL, Maurice (1910). *L'Eucharistie des origines à Justin Martyr*. Paris: Fischbacher.
- GRANT, Robert (1981). "Charges of 'Immorality' Against Various Groups in Antiquity", in BROECK, Roel van den; VERMASEREN, Maarten J. (ed.), *Studies in Gnosticism and Hellenistic Religions*. Leiden: Brill, 161–70.
- GRUMETT, David (2016). *Material Eucharist*. Oxford: Oxford University Press.
- GUYG, Richard F. (1997). "The Influence of Canon Law on Liturgical Exposition c. 1100-1300", *Sachs Erudiri* 37, 185-202.
- GUYG, Richard F. (1998). "Canon Law and Liturgical Exposition in Durand's *Rationale*", *BMCL*, NS 22, 41-52.
- HENISCH, Bridget Ann (1976). *Fast and Feast: Food in Medieval Society*. University Park: Pennsylvania State University Press.
- HENRICH, Albert (1970). "Pagan Ritual and the Alleged Crimes of Early Christians", *Kyriakon: Festschrift Johannes Quasten* 1, 18–35.
- JOUANNA, Jacques (2012). *Greek Medicine from Hippocrates to Galen*. Leiden: Brill.
- JUNGMANN, Joseph (1986). *The Mass of the Roman Rite: Its Origins and Development*, trans. Francis A. Brunner, 2 vols. Westminster, MD: Christian Classics (1<sup>st</sup> ed. 1951–1955).
- KEATING, J. F. (1969). *The Agape and the Eucharist in the Early Church*. New York: AMS.
- KELLY, J.N.D. (2006). *Early Christian Doctrines*. London: Continuum (orig. pub. 1958).
- KILMARTIN, Edward J. (2004) *The Eucharist in the West: History and Theology*. Collegeville, MN: Liturgical Press.
- IZBICKI, Thomas M. (2015). *The Eucharist in Medieval Canon Law*. Cambridge: Cambridge University Press.

- KOSTER, Jan (2003). "Ritual Performance and the Politics of Identity: On the Function and Uses of Ritual", *Journal of Historical Pragmatics* 4, 211-248.
- LEVY, Ian Christopher (2012). "The Eucharist and Canon Law in the High Middle Ages", in LEVY, Ian Christopher; MACY, Gary; AUSDALL, Kristen Van (eds.), *A Companion to the Eucharist in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 399- 445.
- MARASCHI, Andrea (2011). "I miracoli alimentari di San Colombano: l'originalità, la tradizione e la simbologia", *Studi Medievali*, 517-576.
- MARASCHI, Andrea (2013). "Cibo e miracoli nella letteratura agiografica altomedievale (Italia centrale, VI-VII sec.)", *Proposte e Ricerche* 71, 2, 145-167.
- MARASCHI, Andrea (2017). "Sympathy for the Lord: The Host and Elements of Sympathetic Magic in Late Medieval Exempla", *Journal of Medieval Religious Cultures*, 43, 2, 209-230.
- MARASCHI, Andrea (2018). "Hunger Games: Magic, Miracles and Rituals to Fight Famine in Medieval Scandinavia", *Arkiv för nordisk filologi* 133 (2018): 29-51.
- MARASCHI, Andrea (2019). "The Seed of Hope: Acorns from Famine Food to Delicacy in European History", in McWILLIAMS, Mark (ed.), *Proceedings of the Oxford Symposium of Food and Cookery 2018*. Totnes, Devon, UK, Prospect Books, 177-185.
- MARASCHI, Andrea; TASCA Francesca (2018). "Aux limites de l'hérésie et de la magie. L'ordalie du pain et du fromage", *Food&History* 16, 1: 49-67.
- McGOWAN, Andrew B. (1994). "Eating People: Accusations of Cannibalism against Christians in the Second Century", *Journal of Early Christian Studies* 2, 413-42.
- McGOWAN, Andrew B. (1995). "First Regarding the Cup...': Papias and the Diversity of Early Eucharistic Practice", *Journal of Theological Studies* 46, 551-55.
- McGOWAN, Andrew B. (1999). *Ascetic Eucharists. Food and Drink in Early Christian Ritual Meals*. Oxford: Clarendon Press.
- McGOWAN, Andrew B. (2010). "Rethinking Eucharistic Origins", *Pacifica* 23, 173-191.
- McGOWAN, Andrew B. (2014). *Ancient Christian Worship. Early Church Practices in Social, Historical, and Theological Perspective*. Grand Rapids, MI: Baker Academic.
- McKENNA, John H. (2009). *The Eucharistic Epiclesis. A Detailed History from the Patristic to the Modern Era*. Chicago, IL: Hillenbrand Books.
- McNEILL, John T.; GAMER, Helena M. (1990). *Medieval Handbooks of Penance. A Translation of the Principal Libri Poenitentiales and Selections From Related Documents*. New York: Columbia University Press.
- MONTANARI, Massimo (1999). "Food systems and models of civilization", in FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (eds.), *Food: A Culinary History from Antiquity to the Present*, trans. A. Sonnenfeld. New York-Chichester: Columbia University Press, 69-78.
- MONTANARI, Massimo (2012). *Gusti del Medioevo. I prodotti, la cucina, la tavola*. Roma-Bari: Laterza.

- PENNINGTON, Kenneth; MÜLLER, Wolfgang P. (2008). "The Decretists: The Italian School", in HARTMANN, W.; PENNINGTON, K. (eds.), *The History of Medieval Canon Law in the Classical Period, 1140-1234. From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 121-173.
- PRICE, Merrall L. (2003). *Consuming Passions: The Uses of Cannibalism in Late Medieval and Early Modern Europe*. New York: Routledge.
- REYNOLDS, Philip Lyndon (1999). *Food and the Body: Some Peculiar Questions in High Medieval Theology*. Leiden: Brill.
- REYNOLDS, Roger E. (1986). "Liturgy, Treatises on", in STRAYER, Joseph (ed.), *The Dictionary of the Middle Ages*, 7. New York: Scribner, 624–33.
- RICHARDSON, R. D. (1979). "A Further Inquiry into Eucharistic Origins", in LIETZMANN, Hans (ed.), *Mass and Lord's Supper*. Leiden: Brill, 219-702.
- RIVARD, Derek A. (2009). *Blessing the World: Ritual and Lay Piety in Medieval Religion*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press.
- RIVES, James B. "Human Sacrifice Among Pagans and Christians," *Journal of Roman Studies* 85 (1995), 65–85.
- RORDORF, Willy, ed. (1976). *L'Eucharistie des premiers Chrétiens*. Paris: Éditions Beauchesne.
- RUBIN, Miri (1991). *Corpus Christi: The Eucharist in Late Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RUBIN, Miri (2012). "Popular Attitudes to the Eucharist", in LEVY, Ian Christopher; MACY, Gary; VAN AUSDALL, Kristen (eds.), *A Companion to the Eucharist in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 447-468.
- SAXON, Elizabeth (2012). "Art and the Eucharist: Early Christian to ca. 800", in LEVY, Ian Christopher; MACY, Gary; AN AUSDALL, Kristen (eds.), *A Companion to the Eucharist in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 93-159.
- SCHABEL, Christopher (2011). "The Quarrel over Unleavened Bread in Western Theology, 1234-1439", in HINTERBERGER, Martin; SCHABEL, Christopher (eds.), *Greeks, Latins, and Intellectual History 1204-1500*. Leuven: Peeters, 85-127.
- SMITH, Dennis E. (2003). *From Symposium to Eucharist: The Banquet in the Early Christian World*. Minneapolis: Fortress.
- SNOEK, J. C. (1995). *Medieval Piety from Relics to the Eucharist: A Process of Mutual Interaction*. Leiden: Brill.
- THIBODEAU, Timothy M. (2007). *The Rationale Divinorum Officiorum of William Durand of Mende*. New York-Chichester: Columbia University Press.
- VOGEL, Cyrille (1986). *Medieval Liturgy: An Introduction to the Sources*, trans. and rev. W. G. Storey and N. K. Rasmussen. Washington, D.C.: The Pastoral Press.
- WALTERS, Barbara R., et al., eds. (2006). *The Feast of Corpus Christi*. University Park, PA: PSUP.

WAWRYKOW, Joseph (2012). “The Heritage of the Late Empire: Influential Theology”, in LEVY, Ian Christopher; MACY, Gary; VAN AUSSDALL, Kristen (eds.), *A Companion to the Eucharist in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 59- 91.

# Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar

*Normativity, unanimity and reform in the medieval codices of Alcobaça: from primitive times to the abaciado of Frei Estêvão de Aguiar*

**CATARINA FERNANDES BARREIRA<sup>1</sup>**

Instituto de Estudos Medievais, FCSH, Universidade Nova de Lisboa  
Centro de Estudos de História Religiosa, UCP  
cbarreira@fcsh.unl.pt

**JOÃO LUÍS FONTES<sup>2</sup>**

Instituto de Estudos Medievais, FCSH, Universidade Nova de Lisboa  
Centro de Estudos de História Religiosa, UCP  
joalfontes@hotmail.com

**PAULO CATARINO LOPES<sup>3</sup>**

Instituto de Estudos Medievais, FCSH, Universidade Nova de Lisboa  
peclopes@gmail.com

**LUÍS MIGUEL RÊPAS<sup>4</sup>**

Instituto de Estudos Medievais, FCSH, Universidade Nova de Lisboa  
Centro de História da Sociedade e da Cultura, UC  
lrepas@gmail.com

**MÁRIO FARELO<sup>5</sup>**

Instituto de Estudos Medievais, FCSH, Universidade Nova de Lisboa  
Centro de Estudos de História Religiosa, UCP  
mario.farelo4@gmail.com

<sup>1</sup> Investigadora integrada do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora Responsável no Projeto Horizontes cistercienses. Estudar e caracterizar um scriptorium medieval e a sua produção. Alcobaça. Identidades locais e uniformidade litúrgica em diálogo, com a referência PTDC/ART-HIS/29522/2017, financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0070]

<sup>2</sup> Professor Auxiliar de História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da mesma faculdade, membro da equipa do Projeto Horizontes cistercienses.

<sup>3</sup> Investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro da equipa do Projeto Horizontes cistercienses. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0015]

<sup>4</sup> Investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, membro da equipa do Projeto Horizontes cistercienses.

<sup>5</sup> Investigador contratado pelo projecto Horizontes cistercienses. Investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**Resumo.** A partir de um inventário dos textos de cariz normativo presentes entre os códices produzidos no *scriptorium* do mosteiro de Alcobaça durante os séculos medievais, pretende-se equacionar a sua importância e funcionalidade, tanto na consolidação de uma unanimidade que Cister procurava construir e afirmar em torno de um mesmo ideal de vida, fiel ao espírito original da Regra de São Bento, como na reforma que, desde as primeiras décadas do século XV, se procura introduzir no cenóbio alcobacense por via de abades fortemente marcados por experiências de renovação da vida religiosa e próximos da corte régia. Atender-se-á, de forma particular, ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar (1431-1446) e ao seu esforço de tradução dos textos normativos fundamentais da Ordem como caminho para uma proposta renovada de vivência do ideal cisterciense.

**Palavras-chave.** Normativa cisterciense; unanimidade; reforma da vida religiosa; mosteiro de Alcobaça; Frei Estêvão de Aguiar.

**Abstract.** From an inventory of normative texts included among the codices produced in the *scriptorium* of the monastery of Alcobaça during the Middle Ages, it is intended to equate its importance and functionality, both in the consolidation of a unanimity that Cîteaux sought to build and affirm around the same ideal of life, faithful to the original spirit of the Rule of Saint Benedict, as in the reform that, from the first decades of the 15th century, is introduced into Alcobaça monastery through abbots strongly marked by experiences of religious renewal and close to the royal court. Particular attention will be given to the government of abbot Estêvão of Aguiar (1431-1446) and his effort to translate the fundamental normative texts of the Order as a path to a renewed proposal of living the Cistercian ideal.

**Keywords.** Cistercian norms; unanimity; reform of religious life; monastery of Alcobaça; Abbot Estêvão of Aguiar.

## Considerações iniciais

De um modo geral, quando nos referimos ao contexto fundacional e às primeiras décadas da Ordem de Cister, é muito comum destacar-se a importância que a unanimidade e, indiretamente, a normatividade tiveram no contexto da Ordem. Mas, de que falamos quando nos referimos à norma(tiva) cisterciense? De que modo está ou não relacionada com a questão da unanimidade e uniformidade de práticas e costumes? Até que ponto ela se fez presente e determinou o quotidiano dos seus monges? Que textos se revelaram aqui fundamentais e que funcionalidades acabaram efectivamente por assumir nas estratégias de governo e na configuração da vida das suas comunidades com o ideal cisterciense? É esse o itinerário que aqui propomos, partindo da clarificação dos principais textos normativos emanados e

ratificados pela Ordem para o estudo da sua presença nos códices saídos do *scriptorium* medieval de Alcobaça e da sua particular funcionalidade, já em meados do século XV, como instrumento de reforma da vida da comunidade alcobacense, no âmbito do abaciado de D. Frei Estêvão de Aguiar.

## 1. Normatividade, unanimidade e observância nos primeiros tempos de Cister

Este tema tem atraído, desde há muito, a atenção dos eruditos e dos investigadores, pelo que a bibliografia sobre o mesmo é extensa. Destacamos apenas alguns trabalhos, por serem representativos da evolução da questão: o desenvolvido por Jean Baptiste Auberger em torno da questão da unanimidade que parece caracterizar os primeiros textos cistercienses (Auberger 1986); a edição dos textos primitivos em português por Aires A. Nascimento, que se tem dedicado, há mais de quatro décadas, ao estudo da biblioteca de Alcobaça (Nascimento 1999a); e, ainda, o trabalho de síntese, edição e datação dos referidos textos primitivos feito por Chrysogonus Waddell, que se constitui como um trabalho de referência (Waddell 1999). Por fim, devemos mencionar o colóquio internacional realizado em 1998 pelo CERCOR (Centre européen de recherches sur les congrégations et ordres religieux), em torno desta questão, e cujos textos foram publicados em 2000<sup>6</sup>.

Podemos dizer, a partir dos testemunhos que nos chegaram, que a normatividade assumiu, desde muito cedo, uma grande importância na estruturação e expansão do modelo monástico cisterciense, corporizada principalmente em textos de cariz legislativo. Situemo-nos nas primeiras décadas do século XII, naquilo que foi o “projecto monástico” dos primeiros monges de Cister (Nascimento 1999a: 5). Roberto de Molesme, acompanhado por um grupo de monges, fundou, em 1098, um mosteiro em Cîteaux, o *Novum Monasterium* (Lackner 1972; Pacaut 1993: 13-48). Roberto não era um monge qualquer, mas alguém com uma larga experiência na fundação de novas comunidades monásticas e na reforma de mosteiros já existentes, com um grande fascínio pelo eremitismo (Lackner 1972: 217 e ss; Burton e Kerr 2011: 17). Este grupo de monges escolheu, para modo de vida, a Regra de São Bento: era a regra que traziam de Molesme, mas que agora queriam viver de modo mais estrito e rigoroso (Lackner 1972: 274; Nascimento 1999a: 6; Burton e Kerr 2011: 15). Ou seja, não adoptaram um

<sup>6</sup> *Unanimité et diversité cisterciennes, filiations, réseaux, relectures du XIIe siècle au XVIIe siècle*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2000.

texto novo, mas pretendiam viver e aplicar de forma rigorosa os preceitos daquela regra monástica, próximos do espírito que a caracterizava no seu estado primitivo (Burton e Kerr 2011: 15). Talvez por este motivo, todos os textos normativos que os cistercienses vão produzir daqui em diante se relacionaram directamente com a vivência da Regra de São Bento, propondo um regresso ao essencial da vida monástica, entendida como um caminho ascético que o monge devia prosseguir na estabilidade do mosteiro, em comunidade, na obediência a um abade e segundo os ditames da Regra. Uma vida necessariamente pobre e austera, penitente, retirada, equilibrando a oração litúrgica com os tempos de trabalho, meditação e silêncio (Vauchez 1995: 99-102).

A narrativa fundacional dos primeiros monges, que inclui a memória dos documentos relativos às autorizações papais e a correspondência de legitimação, ficou cristalizada no *Exordium Paruum*, redigido, segundo Chrysogonus Waddell e Aires A. Nascimento, em torno de 1113 (Bouton e Van Damme 1985; Waddell 1999: 227 e 416; Nascimento 1999a: 21), um texto que conheceu posteriormente versões ampliadas e/ou revistas (*Exordium Cistercii*<sup>7</sup>, *Exordium Cisterciensis Cenobii* e *Exordium Magnum*<sup>8</sup>) (Bouton e Van Danme 1974). O *Exordium Paruum*, no ponto XV, continha orientações a observar pela comunidade, no cumprimento da observância da Regra de São Bento: entre outras, mencionava a questão da unanimidade, regras sobre o vestuário e a alimentação e também sobre a presença dos “monges conversos de barba” (Waddell 1999: 434 e ss; Waddell 2000; Nascimento 1999a: 41 e 42; Burton e Kerr 2011: 15 e 16).

Seguiu-se um período de expansão, com a fundação de novas abadias: La Ferté em 1113, Pontigny no ano seguinte, Morimond e Clairvaux em 1115; em 1118, Preuilly e no ano seguinte La Cour-Dieu, Bonneaux, Cadouin e Fontenay (Lekai 1978: 28; Hélias-Baron 2004). O número dos novos mosteiros não cessou de aumentar ao longo de toda a centúria (Pacaut 1993: 142 e ss; Burton e Kerr 2011: 23 e ss) e de se expandir para todos os territórios europeus, desde o Reino Unido à Polónia, à Hungria, à Suécia e à Grécia (Jamroziack 2013: 73 e ss). Foi neste período que os monges brancos produziram um conjunto de textos de carácter normativo e legislativo, de natureza diversa e cuja datação continua a suscitar alguma controvérsia<sup>9</sup>: a

<sup>7</sup> Este texto, ao que parece redigido pelo abade Estevão Harding, foi aprovado por vinte abades e continha uma versão abreviada da *Carta Caritatis*, a *Summa Cartae Caritatis* (McGuire 2013: 89). Segundo Waddell, a sua redação, tão elogiosa em relação a Estevão Harding, não pode ter sido escrita pelo mesmo, atribuindo-a antes ao abade Reynard, tal como a redação da *Summa Cartae Caritatis* (Waddell 1999: 161 e 166).

<sup>8</sup> Redigido entre 1206 e 1221 por Conrado de Eberbach (King 2013: 38).

<sup>9</sup> Sobre a datação dos documentos primitivos, quer Jean Lefèvre, entre 1940 e 1950, quer mais recente, em 2000,

*Carta Caritatis* (Mahn 1951: 60 e ss), os *Ecclesiastica Officia* (Choisselet e Vernet 1989) e o *Usus Conversorum* (Waddell 2000).

A *Carta Caritatis*, redigida cerca de 1119 e confirmada por Calisto II, em Dezembro desse ano, por meio da bula *Ad hoc in Apostolicae*<sup>10</sup>, é o texto que, a partir das propostas da Regra de São Bento e da sua interpretação, regulamenta e organiza a vida cisterciense (Bouton e Van Danme 1974: 14 e ss). Aí se insiste, entre outros aspectos, no propósito da “uniformidade de princípios e de prática de vida monástica”, consagrando como instrumentos reguladores a visita abacial e, como veremos, o Capítulo Geral (Nascimento 1999a: 65). À semelhança dos outros textos primitivos, a *Carta Caritatis* também conheceu rearranjos e versões posteriores<sup>11</sup> (Bouton e Van Danme 1974: 14 e ss; Burton e Kerr 2011: 29 e ss). A referida bula de Calisto II de 1119, dirigida a Estêvão e aos monges do mosteiro de Cîteaux, coloca em evidência a questão da normatividade presente na *Carta Caritatis*: “fixastes, efectivamente, alguns capítulos respeitantes à observância da Regra de São Bento e à de algumas outras práticas consideradas necessárias ao vosso regime e fundação e para observância da vida monástica...” (Nascimento 1999a: 133). Também Eugénio III, quando confirma a aprovação da *Carta Caritatis*, em 1152, exalta as práticas litúrgicas dos cistercienses, a sua observância e o uso dos mesmos livros no ofício divino (Lackner 1971: 12).

Os *Ecclesiastica Officia*<sup>12</sup> ou *Liber Usuum* são, em contexto cisterciense, o equivalente ao *Costumeiro*, um texto que atende a tradições anteriores (*Consuetudines* cartusianas), mas cuja organização do conteúdo foi pensada e debatida no interior da Ordem (Lackner 1971: 26). Os *Ecclesiastica Officia* regulamentam a prática litúrgica ao longo do ano, definindo, por exemplo, os dias em que os monges laboram e não laboram; ou o que fazer na Vigília da Páscoa, ou sob que ordem se dizem as colectas para a comemoração dos defuntos (Lackner 1971: 26 e ss; Waddell 1999: 23). Os *Ecclesiastica* também funcionam como um instrumento de uniformidade em relação à liturgia praticada nas comunidades cistercienses.

---

Constance Berman, colocaram em causa as cronologias, por motivos distintos, lançando a hipótese de os textos serem mais recentes, fruto de rearranjos posteriores. Para Constance Berman, não há Ordem cisterciense antes da morte de Bernardo de Clairvaux (Berman 2010: 46 e ss). Esta tese já foi refutada, com bons argumentos, nomeadamente por Chrysogonus Waddell (Waddell 1999).

<sup>10</sup> É nesta bula papal que, pela primeira vez, alguém se dirige ao grupo de monges como *cistercienses*, usando os termos *ordini vestro e Cisterciensis monasterii* em vez de *Novum Monasterium*, como até então (McGuire 2013: 88).

<sup>11</sup> As várias “versões” ou redações posteriores da *Carta Caritatis unanimitatis* (1114) são, segundo Aires Nascimento: a *Summa Cartae Caritatis* (antes de 1130), que está contida no *Exordium Cistercii*; a *Carta Caritatis prior* (1151/2); e a *Carta Caritatis Posterior* (1175) (Nascimento 1999: 17, 63 e ss).

<sup>12</sup> A edição de referência é a de Choisselet e Vernet 1989.

Por fim, a questão dos costumes dos conversos: estes tinham como missão principal ajudar os monges, partilhando com estes os bens espirituais e temporais, tal como as responsabilidades daí decorrentes. Podiam usar barba e o seu hábito era mais escuro do que o dos monges, tendo instalações separadas das dos monges (Nascimento 1999a: 90). Segundo Aires A. Nascimento, Cister admite oficialmente conversos a partir de 1120, consagrando uma prática seguramente anterior – aliás, já referida pelo *Exordium Paruum* c. 1113 –, o que faz com que seja necessário, mais uma vez, criar um conjunto de regras e orientações para os mesmos, para regulamentar o seu comportamento. Estas vão ser cristalizadas no texto *Usus Conversorum* que, à semelhança dos textos anteriores, também conheceu várias versões ou recensões (Nascimento 1999a: 89; Waddell 2000 e France 2013: 84 e 85)..

É neste contexto que, perante o número crescente de mosteiros fundados e a expansão geográfica dos mesmos, surgiu a necessidade de instituir uma reunião anual dos mosteiros, que já aparece regulamentada na *Carta Caritatis* e na *Summa Cartae Caritatis*: o Capítulo Geral, de onde saíam orientações diversas para serem cumpridas por todas as casas cistercienses e as sanções a impor às abadias e aos abades que não cumprissem as normas em vigor (McGuire 2013: 90 e ss; Burton e Kerr 2011: 88 e ss). Segundo Maria Alegria Marques,

“o Capítulo de Cister apresentava-se como uma verdadeira assembleia supra-nacional, experiência primordial de um regime parlamentar, a haver nos reinos em afirmação. Exigindo a participação dos abades de todas as casas cistercienses, tinha o direito de legislar, fosse na inovação de normas, fosse na sua modificação e interpretação. Detinha também poderes administrativos e judiciais, relativamente a qualquer questão e lugar, a qualquer norma e a qualquer membro.” (Marques 2016: 140)

Desta reunião anual, realizada no mosteiro de Cîteaux, em Setembro, resultaram textos escritos, uma ponte entre a normativa do passado (porque tinham em conta as decisões dos Capítulos Gerais anteriores) e o projecto futuro, porque o Capítulo Geral implementava normas que deviam entrar em vigor daí em diante (Mahn 1951: 173 e ss). Estes textos são os *Statuta*<sup>13</sup>: decisões oficiais do Capítulo Geral cisterciense, agora fixadas por escrito

---

<sup>13</sup> A edição de referência, desde os primeiros *Statuta* até 1200 é a de Waddell 2002; a edição de referência do século XII ao século XVIII é a de Canivez 1933.

(Waddell 2002: 14)<sup>14</sup>. Estas decisões diziam também respeito a questões de âmbito litúrgico, nomeadamente quanto à introdução de festividades no calendário da Ordem e ao modo como deviam ser celebradas.

Mas também se designam por *Statuta* os seguintes:

(1) As coleções resultantes de apontamentos individuais ou notas pessoais redigidos no âmbito dos Capítulos Gerais, uns apresentados de forma sistemática, outros não.

(2) Os textos oficiais do Capítulo Geral que foram modificados através de correções dos copistas, o que deu origem a textos com algumas diferenças, umas pequenas e que não alteram o seu significado, outras mais complexas (Waddell 2002: 19).

(3) Por fim, *Statuta* são também os textos que resultaram de um trabalho posterior de revisão e atualização, organizados de forma sistemática.

Mas a questão é bem mais complexa, como vamos ver em seguida. Waddell também distingue entre *Statuta* e as colecções de *Statuta* recolhidas no Capítulo Geral sob a forma de *Instituta Generalis Capituli apud Cistercium*. Ao longo dos séculos XII e XIII, esta compilação codificada da legislação saída dos Capítulos Gerais foi sendo objecto de revisões, alterações e sistematizações, o que produziu um conjunto de textos com diferenças que testemunham os seus diferentes estádios de edição (Waddell 2002: 300 e ss). Cerca de 1134/6, os 27 estatutos que inicialmente constituíam os *Instituta* tomaram o nome de *Capitula* (Waddell 1999: 168 e ss). O trabalho de revisão e sistematização continuou e, por volta de 1147/1152, os *Instituta* já totalizavam 87 estatutos de legislação cisterciense. Os *Instituta* continuaram a ser copiados e compilados na centúria seguinte, tomando agora o nome de *Distinctiones* ou Codificações, para se distinguirem das colecções anteriores de estatutos do Capítulo Geral que haviam ficado obsoletas (Waddell 1999: 318).

Estas Codificações são, como dissemos, compilações sistemáticas de *Statuta*: a Codificação mais antiga data de 1202 e deve-se a Arnaud Amaury, abade de Cîteaux, sob o nome *Libellus definitionum*. Dois anos depois, o Capítulo Geral determinou que todos os mosteiros tivessem um exemplar do *Libellus definitionum* (Lucet 1964). Este constituiu um trabalho extraordinário, mas cedo ficou desactualizado e foi necessário proceder a um

---

<sup>14</sup> Segundo Waddell, os *Statuta* mais antigos que nos chegaram datam de 1136/37 (Waddell 2002: 25). No entanto, os primeiros Capítulos Gerais devem ter ocorrido em período anterior, tal como aparecem mencionados na *Carta Caritatis*, embora talvez sem a regularidade anual e sem a necessidade de sistematização com que os conhecemos (Newman 2013: 27). Brian P. McGuire coloca mesmo a hipótese de o primeiro Capítulo Geral se ter realizado em 1119 (McGuire 2013: 88).

trabalho de revisão, de modo a integrar a nova legislação, através da nomeação de uma comissão especial pelo Capítulo Geral, o que aconteceu em 1220, 1237 e 1257, datas em que se aprovaram novas Codificações, num esforço de sistematização notável (Lucet 1977: 3 e ss)<sup>15</sup>.

Com vista à implementação e cumprimento da normativa cisterciense, a Ordem criou um outro instrumento particularmente eficaz: a visitação anual, estabelecida na versão primitiva da *Carta Caritatis* e que estruturava as relações entre abadias mãe e filhas. Modificada pela *Carta Caritatis Posterior*, dará origem, cerca de 1180, a um texto mais complexo e detalhado, a *Forma Visitationis* (Burton e Kerr 2011: 91 e ss). Claro que a fundação de novas casas não passou exclusivamente pelo processo de afiliação, mas também através de incorporação, e que o processo de integração de mosteiros na Ordem foi bem mais complexo, nomeadamente em contexto feminino, de que são exemplo alguns mosteiros femininos portugueses, como o de Lorvão (Jamroziack 2013: 124 e ss; Freeman 2013: 101; Marques 1998: 77 a 82; Rêpas 2005: 57 e ss).

Uma questão importante é percebermos que, embora nos reiframos a este *corpus* documental como sendo constituído por textos diferentes e “autónomos”, eles foram transmitidos, isto é, copiados quase sempre em conjunto e agrupados sob a forma de um único códice. Dentro destes textos normativos, Waddell distingue, a partir dos códices subsistentes, quatro “conjuntos” ou recensões, para o século XII:

- R I (recensão mais antiga, anterior a 1134/36): não é recuperável, pois subsistem somente fragmentos, embora o seu conteúdo se infira pelas versões subsequentes.

- R II (cerca de 1134/36): inclui o *Exordium Cistercii*, a *Summa Carta Caritatis*, os *Capitula* (atribuída a redação destes dois primeiros textos ao abade Raynard, de acordo com Waddell 1999: 161 e 166) e os *Ecclesiastica Officia* (Waddell 1999: 22).

- R III (antes de 1152): inclui os textos *Exordium Parvum*, a *Carta Caritatis prior* (com a bula papal de 1119), os *Ecclesiastica Officia*, os *Instituta* (87 estatutos) e os *Usus Conversorum* (Waddell 1999: 22 e 23).

- R IV, datada de cerca de 1179/80. É uma versão ou rearranjo mais tardio, que inclui quase sempre os *Ecclesiastica Officia*, os *Instituta* (87 estatutos) e o *Usus Conversorum* (Waddell 1999: 24).

Desta breve síntese, relativa à questão da legislação e normatividade

---

<sup>15</sup> Em 1228, o grande tema do Capítulo Geral foi a visitação aos mosteiros femininos. O *Libellus* de 1237 reflectia este debate e incorporou legislação sobre as comunidades femininas, no capítulo XV (Lucet 1977). Em 1240, o Capítulo Geral impôs aos abades a leitura anual do *Libellus* de 1237 (Lucet 1977: 21), que sofreria novos desenvolvimentos no *Libellus* de 1257.

nos contextos cistercienses primitivos, podemos inferir que as (primeiras) comunidades cistercienses se preocuparam significativamente com questões de organização, quer da vida interna dos mosteiros, quer das relações institucionais e hierárquicas que estabeleceram entre si, quer ainda através da criação de instrumentos de vigilância no que diz respeito à aplicação da normativa. Há, de facto, um conjunto de padrões de comportamento e de organização para serem observados por todas as casas, cuja aplicação, no entanto, não foi tão rigorosa, sobretudo à medida que o número de casas foi aumentando e, em particular, as casas femininas foram sendo integradas na Ordem (Lucet 1977; Newman 2013: 33 e ss).

A evolução cultural, as mudanças sociais ocorridas no tecido europeu entre a segunda metade do século XII e os inícios do século XIII, o aparecimento da universidade e a adesão dos cistercienses aos estudos universitários (Obert-Picketty 1988, Obert-Picketty 1989 e Barreira 2016) mostram-nos uma Ordem que soube fortalecer-se e adaptar-se a novos contextos e exigências e, em simultâneo, logrou desenvolver uma identidade cultural única. Neste contexto, e desde os inícios, a questão da normatividade e da unanimidade colocou-se, como não podia deixar de ser, na prática litúrgica cisterciense, como já aqui referimos: nos *Statuta* previa-se que os mosteiros tivessem um conjunto preciso de livros litúrgicos, no qual se incluía a Regra de São Bento: “*Quos libros non liceat habere diversos. X. Missale, epistolare, textus, collectaneum, graduale, antiphonarium, regula, psalterium, lectionarium, kalendarium, ubique uniformiter habeantur*” (Canivez 1933: vol. 1, 13 e Waddell 2002: 513).

Foi nesta procura da uniformidade no que concerne às práticas litúrgicas que em Cîteaux se copiou, em torno de 1180/1183, um códice-modelo, que chegou até hoje (BM Dijon, ms 114) e que se pretendia que circulasse entre os mosteiros. As secções que o constituem são as seguintes: Breviário (é mais correcto chamar-se Leccionário para o ofício, organizado em três partes: Temporal, Santoral e Comum); Epistolário; Evangeliário; Missal (isto é, Sacramentário); Colectário; Calendário (Martirologio); Regra de São Bento e as *Consuetudines* (que incluíam os *Instituta*, os *Ecclesiastica Officia* e os *Usus Conversorum*). As secções finais, a saber, o Saltério, os Cânticos, o Himnário, o Antifonário e o Gradual, foram removidas do códice (Waddell 2000: 46). Muitos autores observam que o seu conteúdo muito rapidamente se tornou obsoleto, tendo em conta a quantidade de informação respeitante a celebrações litúrgicas que o Capítulo Geral produzia. Não nos parece que se tenha tornado obsoleto, porque as festividades mantinham-se: era antes necessário adicionar as novas comemorações.

A preocupação com a uniformidade na prática litúrgica produziu ainda um

outro tipo de código, cujo carácter legislativo estava próximo dos *Ecclesiastica Officia/Liber Usuum*. As razões da sua origem prendem-se, mais uma vez, com a quantidade de legislação saída dos Capítulos Gerais, tão significativa que fez com que fosse necessário criar mais um tipo de livro de apoio à prática litúrgica, que já se usava noutros contextos desde o século XII (Palazzo 1998: 223), nomeadamente junto do clero secular e suas igrejas: o Ordinário (Lebigue 2009: 9 e ss). É assim que nasce, no século XIII, o *Ordinário do Ofício Divino ao uso de Cister*, com o objetivo de organizar o ano litúrgico face ao aumento das festividades a inserir no Santoral e de harmonizar as sobreposições das festas de 12 lições do Santoral com as festas móveis. Munido de instruções mais detalhadas que as contidas nos *Ecclesiastica*, o *Ordinário* inclui também o *incipit* de algumas orações e, por exemplo, os procedimentos a desenvolver nas festividades que implicavam procissões, como o Domingo de Ramos ou a festa da Apresentação do Senhor (2 de Fevereiro). O seu carácter tão próximo da prática litúrgica dos mosteiros faziam-no ainda particularmente permeável às particularidades que, neste domínio, podiam diferenciar um cenóbio dos restantes, constituindo, assim, uma fonte particularmente importante para testar, ao nível litúrgico, a relação entre a uniformidade procurada pela Ordem e a influência de cultos e práticas de cariz mais local. Este texto foi usado e copiado pelas comunidades monásticas até, pelo menos, aos inícios do século XVI, o que também se verifica em Santa Maria de Alcobaça.

Deste modo, compreende-se como é que a questão litúrgica está directamente ligada à questão dos textos de carácter legislativo, nomeadamente nos primeiros séculos da ordem (Mahn 1951: 201 e ss). Vejamos agora como é que este conjunto complexo e diverso de textos normativos se encontra presente no labor do *scriptorium* alcobacense para, num segundo momento, analisarmos a sua funcionalidade em contextos de reforma da vida monástica.

## 2. A normativa cisterciense e o *scriptorium* de Alcobaça

Os códigos com origem nos *scriptoria* monásticos respondem, em larga medida e em primeiro lugar, aos interesses e às necessidades dos monges e da comunidade. Entre eles, como é conhecido, tinham particular importância os livros litúrgicos, essenciais ao desenrolar do culto, das horas celebradas no coro aos sacramentos, a começar pela eucaristia conventual, mas também toda uma plêiade de outras celebrações comunitárias. Nelas se refletia uma identidade litúrgica própria, específica a cada mosteiro, ainda que vigiada e controlada em ordem a não se quebrar a unanimidade que neste campo

Cister procurou zelosamente conservar. Mas, e sobre os textos normativos, que códices e/ou que textos copiou o *scriptorium* de Alcobaça e em que data?

Em primeiro lugar, tal como mencionámos atrás, e à semelhança de outros mosteiros, os textos normativos não foram copiados sozinhos, mas agregados com outros. Interessa-nos, pois, perceber, para o contexto alcobacense, o critério de agregação – que textos se copiam, sob que sequência – e como se transmitem, ou seja, se há cópias posteriores e em que língua são redigidas. Dois destes códices foram estudados por Chrysogonus Waddell na sua edição dos *Statuta*, o Alc. 185 e o Alc. 187 (Waddell 2002: 527 e 528; Waddell 1999: 48 e ss). Também Jean de la Croix Bouton e Jean Baptiste Van Damme mencionam o Alc. 187 na sua edição sobre os textos mais antigos da Ordem (Bouton e Van Damme 1974: 30). Os dados disponíveis foram sintetizados na Tabela 1:

**Tabela 1.** Códices normativos com origem no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça

Alc. 187 <sup>1</sup> (1231) Código em latim	Alc. 185 <sup>2</sup> (1ª metade séc. XIII) Código em latim	Alc. 281 <sup>3</sup> (2ª metade séc. XIII) Código em latim	Alc. 186 <sup>4</sup> (1396) Código em latim	Alc. 208 <sup>5</sup> (1415) Código em português	Alc. 218 <sup>6</sup> (1439/1440) Código em português	Alc. 278 <sup>7</sup> (1444) Código em português
Fl. 1 (código incompleto) tem o fim da Regra de S. Bento		Fl. 1 ao 15 Regra de S. Bento			Fl. 1 Prólogo Fl. 1v ao 8 Costumes de Cister	
Fl. 1 ao 37v <i>Ecclesiastica Officia</i> (versão 1180/84)	Fl. 4v ao 147v <i>Ecclesiastica Officia</i> (versão 1180/84)	Fl. 15 a 42 <i>Ecclesiastica Officia</i>	Fl. 13v ao 168v <i>Ecclesiastica Officia</i> (versão 1180/84)	Fl. 1v até 102 <i>Livro de Usos</i> (tradução portuguesa dos <i>Ecclesiastica Officia</i> )	Fl. 9 ao 85 <i>Compilações das Definições do Capítulo Geral de 1316 ou Definições velhas</i>	Fl. 1 a 96v <i>Livro de Usos</i> (ou a tradução para português dos <i>Ecclesiastica Officia</i> )
Fl. 37v ao 43 <i>Instituta</i> (83 capítulos)	Fl. 148 ao 163 <i>Instituta</i> (83 capítulos)		Fl. 168 a 174 Capitula Conversorum fratrum et novitiorum	Fl. 102 ao 109v Da comemoração de Santa Maria e outras indicações litúrgicas Fl. 109v ao 113 Das festas em que os conversos não trabalham e <i>Horas que os conversos devem dizer</i>	Fl. 85 ao 109 <i>Definições novas</i> (cerca de 1350). Colofon Fl. 110 Forma de visitar Fl. 115 Um relato Fl. 115v Tábua com os Estatutos do papa Bento (XII)	Fl. 96v ao 100v Da comemoração de Santa Maria e outras indicações litúrgicas Fl. 100v ao 102v Das festas em que os conversos não trabalham e <i>Horas que os conversos devem dizer</i>
Fl. 43 a 45v <i>Usus Conversorum</i>	Fl. 163v a 170 <i>Usus Conversorum</i>				Fl. 116 Letra apostólica	

Fl. 45v a 50 <i>Statuta</i> (1158 – 1186)	Fl. 171 a 172 <i>Forma visitacionis</i> (versão antiga)				Fl. 133v e 134 Letra apostólica so- bre a Ordem de Cristo;	
Fl. 50v a 68v Codificação de <i>Definições</i> de Arnaud Amaury, abade de Cîteaux (1202)	Fl. 172 a 185 <i>Statuta</i> (1158 – 1186)				Fl. 147v ao 152v Estatutos de Calatrava Colofon Fl. 153 Privilégios de Calatrava;	
Fl. 68 a 76v <i>Statuta</i> (1204 – 1231)					Fl. 156 Cartas sobre Odivelas (de 1295 e 1306).	
Fl. 77 a 78 <i>Carta Caritatis 2</i>					Fl. 163 ao 168 Método de falar por sinais.	
Fl. 78 a 81v <i>Exordium Parvuum</i>						
Fl. 81v a 83 <i>Carta Caritatis 1</i> (confirmação de Calisto II)						
Fl. 83v ao 117: adicionações posteriores.						

<sup>1</sup> Waddell 1999: 48 e ss; Waddell 2002: 527; Amos 1989: 71 a 73; Inventário 1930: 152 e 153.

<sup>2</sup> Waddell 2002: 528; Amos 1989: 67-69; Inventário 1930: 150 e 151.

<sup>3</sup> Amos 1989: 223; Inventário 1930: 252.

<sup>4</sup> Amos 1989: 69 e 70; Inventário 1930: 151.

<sup>5</sup> Amos 1989: 106; Inventário 1930: 171 e 172.

<sup>6</sup> Amos 1989: 121 ao 125; Inventário 1930: 181 e 182.

<sup>7</sup> Amos 1989: 219; Inventário 1930: 247 e 248.

Segundo Waddell, o Alc. 187 é “constituído por dois manuscritos originais distintos, ambos escritos pelo monge “Stephanus Martinus” em 1231” (Waddell 1999: 48 e ss; Waddell 2002: 527). Ainda segundo este especialista, o primeiro códice abria com a Regra de São Bento, da qual só nos chegou o fólio final, prosseguia com os *Ecclesiastica Officia* e terminava com a *Carta Caritatis posterior*. O segundo manuscrito tinha início com o *Exordium Parvum*, incluía a *Carta Caritatis* e terminava com a bula papal de 1119. Os outros textos foram agregados posteriormente. Para Waddell, este códice é uma fonte significativa para o estudo dos *Statuta*, aqui cristalizados sob a forma de 83 *Instituta*, que correspondem à “série” datável de 1147/52, seguramente anterior a 1180/4 (Waddell 2002: 527). E, por outro lado, as

variantes observáveis neste códice são comuns aos manuscritos com origem na Península Ibérica (Tarragona 162, Tarragona 88, Poblet EC 27 e Pamplona K), ou seja, mais próximas da linha de Morimond e menos da de Clairvaux (Waddell 1999: 49 e 50). Este códice constitui um importante testemunho da R III (Waddell 1999: 318 e ss), embora integre e atualize a legislação entretanto emanada dos Capítulos Gerais, como as Codificações de 1202 de Arnaud Amaury (*Libellus definitionum*) e os *Statuta* de 1204-1231. Ou seja, à data da cópia, este códice usou como modelo um exemplar da R III, mas não se limitou à mera cópia, atualizando o seu conteúdo com a legislação mais recente. Inclino-nos para a hipótese de que este códice possa ser mais recente que o Alc. 185, e que o seu modelo possa ter sido mesmo o Alc. 185, com o qual partilha alguns dos textos, com excepção da *Forma visitationis*. O Alc. 281 deve ter sido copiado pelo Alc. 187, por causa da Regra.

Podemos também perguntar porque é que não se fizeram mais exemplares, isto é, não se copiaram mais códices com o corpus de textos primitivos, como o Alc. 187, e por que razão prevaleceram os exemplares dos *Ecclesiastica Officia/Liber Usuum*. É possível que tal opção se deva à rápida desatualização da legislação do Alc. 187, ao contrário das orientações dos *Ecclesiastica*, consideradas ainda tão significativas que se verteram para português em 1415 e 1444.

No que concerne aos textos dos vários *Libellus definitionum*, de Alcobaça chegaram até nós um testemunho das Codificações de 1202 (Alc. 187), dois códices com as Codificações de 1289 (no Alc. 45 e no Alc. 46, este último incompleto) e, vertidas para português, as ditas *Definições velhas* (ou *Libelo antigo*) de 1316 (Lucet 1977), datadas nos códices, por lapso, de 1318 (Alc. 218 e Alc. 73) e as *Definições novas* (ou *Novellae definitiones*) de cerca de 1350 (também nos Alc. 218 e Alc. 73, como se infere da Tabela 3). Não chegaram até nós, ou ainda não conseguimos identificar em códices alcobacenses, os textos com as Codificações de 1237 e de 1257.

### 3. Estêvão de Aguiar e a reforma de Alcobaça

Não é nosso objectivo problematizar o percurso de D. Estêvão de Aguiar antes de ser nomeado abade de Alcobaça, em 1431, mas podemos referir as razões que estiveram subjacentes à sua escolha (Batteli 1938: 218-227; Batteli 1940: 149-163; Costa 1963: 59-164; Costa 1969; Costa 1986; Fernandes 1970; Gomes 2012: 137-149; Nunes 1963; Nascimento 2018: 169). No mosteiro, o início do século XV acontece em contexto de crise: diminuição do número de monges e de noviços, problemas disciplinares,

como o relaxamento dos costumes e o incumprimento da Regra, em simultâneo com inúmeros problemas financeiros resultantes de dívidas, escassez de doações, desconhecimento da real extensão do património fundiário expresso na inexistência de um sólido inventário das propriedades, terras devolutas, baixo número de contratos, bens vagos, em suma, má administração geral (Gonçalves, 1989: 23-350 e 445-485; Marques 1998: 181-198). O mosteiro estava a atravessar um período conturbado: Frei Fernando do Quental havia sido suspenso em 1427 e substituído por Frei Estêvão de Lima, nomeado como regedor do mosteiro (Gomes 2012: 137-149). A corte conhecia a crise vivida pela comunidade alcobacense e vê em Estêvão de Aguiar a pessoa indicada para a reformar (Fernandes 1970).

Assim, D. João I intercede junto do papa Eugénio IV, ele próprio oriundo dos círculos reformistas de Florença, com vista a conseguir a nomeação de Estêvão de Aguiar como abade do mosteiro de Alcobaça, o que vem a conseguir por bula de 29 de Outubro de 1431 (Nunes 1963). Neste ofício manteve-se durante cerca de 15 anos, até à sua morte (1431-1446), embora passasse a viver em Lisboa a partir do momento em que foi nomeado conselheiro do rei pelo infante D. Pedro, então regente<sup>16</sup> (Rau 1964: 143-150).

Era urgente a necessidade da visitação e de uma reforma interna da abadia e dos seus monges, conforme já alertava o Capítulo Geral de 1422 (Canivez 1936: vol. 4, 242 e 243; Gomes 2012: 137-149) e que o Capítulo Geral de 1427 reforçaria no contexto dos mosteiros ibéricos da Ordem (Canivez 1936: vol. 4, 319). Tal passava necessariamente pela busca do caminho primitivo, no cumprimento da Regra e da disciplina monástica. Tratava-se do regresso às origens, à espiritualidade que brotava do rigorismo que presidira à fundação da Ordem de Cister<sup>17</sup>. É por isso que durante o governo abacial de Frei Estêvão de Aguiar, ao longo de década e meia, se assiste a uma clara renovação nos domínios cultural e intelectual no seio da comunidade cisterciense de Alcobaça – iniciada, saliente-se, já durante o ministério de D. João de Dornelas, abade de 1381 a 1414 (Gomes 2009: 253-270).

Estêvão de Aguiar é um monge beneditino de carreira. Por natureza, espírito coerente, empreendedor e, muito provavelmente, na linha do seu

<sup>16</sup> Por carta de 9 de Janeiro de 1440.

<sup>17</sup> Encontramos aqui um entendimento de reforma partilhado por tantas outras ordens, desde finais do século XIV, traduzido no nascimento e expansão das diversas observâncias e no emergir de novos movimentos religiosos de cariz marcadamente rigorista, muitas vezes com uma atração particular pelo ermo e por uma pobreza voluntariamente assumida, com uma forte componente laical. Para um contexto geral, em termos portugueses: Rosa 2000: 492-505; Carvalho 2016.

mentor D. Gomes Eanes, assertivo e até autoritário. Para ele, homem de ação e de governo, a reforma devia respeitar a Regra e a mais pura tradição beneditinas. Isto faz de Estêvão de Aguiar um dos precursores em Portugal de um movimento de reforma religiosa que visava o rigor e a organização, e onde, conseqüentemente, o método, a perseverança e a obediência eram preceitos prioritários (Carvalho 2016; Fontes 1998).

Em Alcobaça, Estêvão de Aguiar tinha por objetivo a observância, a boa gestão e, muito especialmente – em absoluta interligação com as premissas anteriores porque delas dependente –, a vida contemplativa. Afinal, o fim último e a razão de ser da instituição enquanto *Domus Spiritualis*.

O seu desempenho foi realista, porque operacionalizava a reforma com ações concretas, fosse no *scriptorium*, fosse na administração temporal dos bens da comunidade monástica. À frente do mosteiro de Alcobaça, Estêvão de Aguiar pautou-se por uma atitude de correção e de reorganização, como o indica um amplo *corpus* documental, desde os diplomas da prática governativa do cenóbio – sobretudo os associados à gestão patrimonial e à defesa das prerrogativas e privilégios do mosteiro – aos tombo onde fez registar os bens da comunidade, mas também aos muitos textos, dos normativos aos de espiritualidade, que fez copiar para leitura e alimento espiritual dos seus monges.

Estêvão de Aguiar vai seguir o modelo adoptado por D. Gomes em Florença, nomeadamente como administrador temporal: centralização, obediência e fidelidade à figura do abade (Costa 1963; Nunes 1963). Formador de reformadores, Gomes Eanes teve em Estêvão de Aguiar um discípulo de eleição, ao ponto de não ser possível dissociar as ações reformistas levadas a cabo por este último em Portugal do tempo que passou em Itália sob a alçada do seu mentor – o rigor na gestão temporal e a relação com o livro constituem dois dos melhores exemplos.

Neste quadro, não é, pois, de estranhar que Estêvão de Aguiar prossiga uma política centralista em relação aos mosteiros subordinados a Alcobaça. À sua abadia garantirá uma boa administração (Gonçalves 1989: 23-350 e 445-485). Prova-o o cuidado e o critério nos registos contabilísticos – de que o *Tombo das Propriedades* e o *Livro da Fazenda* são os melhores exemplos –, a forma como tratou as dívidas e a multiplicidade de decretos régios relativos a Alcobaça no período do seu governo, nos quais são evidentes o favoritismo, a confiança e a liberdade de acção dada ao abade (Bragança 1981: 363-378; Carvalho 2016; Marques 1998: 181-198; Nascimento 1999b, 563-587; Rau 1964: 143-150).

Na esfera do cultural, como nos confirmam os inventários de Alcobaça,

Estêvão de Aguiar será o grande impulsionador do intenso trabalho de cópia e traslado de códices latinos registado pelo *scriptorium* do mosteiro (Cardeira 1990; Fernandes 1970), em ordem a proporcionar à comunidade um acesso mais abundante e fácil às fontes da espiritualidade cisterciense e monástica, com a valorização de autores como João Cassiano, Bernardo de Brihuega ou o mais recente Ludolfo de Saxónia (Nascimento 2018: 158, 168). À luz desta inquietação se compreende melhor a singular importância da compilação do códice Alc. 218, cujos textos inclusos, vertidos para linguagem, permitiam doravante à comunidade religiosa do convento o conhecimento efetivo das regras fundamentais que deviam guiar o seu quotidiano. O prólogo, da autoria do próprio Estêvão de Aguiar, que apresentaremos mais adiante, comprova esta iniciativa de pendor reformista.

Não ficam dúvidas sobre o tipo de vida que o abade desejava para os seus monges: elevação espiritual sempre acompanhada pela prática sincera da piedade e da devoção. A própria forma como gere a relação do cenóbio com o mundo exterior comprova este facto. Veja-se o número de leigos que funcionam como servidores do mosteiro, nomeadamente enquanto procuradores e oficiais do mesmo, garantindo a efetiva vivência da clausura e da estabilidade monásticas (Gonçalves 1988: 177-200).

Mas se, ao nível da administração temporal, Estêvão de Aguiar foi um fiel seguidor do *Abade de Florença*, já ao nível da cultura religiosa, expressa na formação eclesiástica dos monges e no incremento da produção do *scriptorium*, pode mesmo afirmar-se que ultrapassou o seu mentor. Neste ponto, não podemos esquecer que Estêvão de Aguiar foi criado em casa da infanta D. Isabel (1397-1471), filha de D. João I (r.1385-1433) e futura duquesa da Borgonha, a quem serviu como escudeiro, estando ela própria desde cedo envolvida e sendo apoiante dos movimentos e propostas associados à renovação da vida religiosa (Sommé 1998: 451-478). Foi, aliás, no ambiente da corte régia que estabeleceu os primeiros contactos com a formação humanista, onde a tradução de obras clássicas era ponto central, e estreitos os laços entre os ideais reformistas e uma apurada vertente cultural (Monteiro 1988: 89-103; Gomes 1995).

A corte constituía, a este nível, uma plataforma giratória frequentada por autores, tradutores e os mais diversos agentes defensores e promotores das ideias reformistas, desde logo o próprio rei, a rainha e os infantes, em especial D. Duarte, D. Pedro e D. Isabel (Wijsman 2010: 177-187; Hoorebeek, 2014). Era um ponto de encontro e difusão. Do seu seio irradiava uma mensagem, que devia, afinal, circular por todo o reino, com

vista à renovação da vida religiosa, tanto a dos leigos como dos clérigos e dos religiosos<sup>18</sup>. Por isso, no prólogo da crónica de D. João I, Fernão Lopes relembra como

“Elle [D. João I] fez a grandes leterados tirar em linguagem os auamgelhos e autos dos apóstolos e epistollas de Sam Paulo e outros spirituais liuros dos santos, por tall que aquelles que os ouuissent fossem mais deuotos açerca da lley de Deus.” (Lopes 1915: 115).

O abaciado de Estêvão de Aguiar em Alcobaça apenas vem confirmar algo que começou antes, inclusive com o seu mentor, D. Gomes Eanes, por duas vezes escolhido pela coroa para se deslocar da Itália a Portugal com intuítos reformadores, primeiro da Ordem beneditina, em 1424-1426, e, depois, das ordens monásticas em Portugal, em 1435-1436 – tratara-se, neste segundo caso, de um projecto de visitação geral e reforma de todo o clero de Portugal (Costa 1963).

Tais projectos haviam sido vividos num clima de aceso confronto entre a coroa e o clero nacional, que marca todo o século XV, associado também às intenções reformistas da realeza relativamente à vida religiosa do reino (Dias 1960: vol. 1; Marques 1994: 137-172; Rosa 2012: 23-30, 165-291; Ventura 1997). É convicto o empenho régio em renovar e alterar o problemático quadro então vigente, como, aliás, podemos verificar no *Leal Conselheiro*, onde D. Duarte preconiza a acção reformadora a partir de uma perspectiva essencialmente espiritual, ou seja, de renovação interior de todos os fiéis cristãos, leigos, religiosos e clérigos. Com efeito, a nova dinastia reclamava para si a *obrigação* da boa condução espiritual de *todos* os crentes. Apenas na aparência estamos perante um quadro contraditório, pois, se por um lado, a coroa desenvolve medidas legislativas tendentes a restringir as liberdades eclesíásticas – vejam-se as “Leis Jacobinas” de Dezembro de 1419<sup>19</sup> –, por outro, investe em iniciativas cujo propósito último é a correção da Igreja e dos seus membros – o que, em última análise,

<sup>18</sup> De alguma forma, a obra de D. João I e dos príncipes de Avis vem operacionalizar um entrecruzamento no mundo tardo-medieval entre a cultura clerical produzida em meio monástico, dominante durante séculos, e uma ascendente cultura laica localizada, sobretudo, num meio social bem definido: a corte régia. Processo que tem por pano de fundo a influência trazida pelos movimentos religiosos reformistas dos séculos XIV-XV oriundos da Europa Além-Pirenéus. Dito de outra forma, a religiosidade, a observância e a reforma surgem como conceitos-chave em todo este processo de renovação do quadro cultural português.

<sup>19</sup> Tratou-se da promulgação de quarenta ordenações respeitantes a questões de ordem jurisdicional (e não teológica ou disciplinar) entre a Igreja e o poder temporal. As “leis jacobinas”, que tanto descontentaram a clerezia nacional, constituíram um momento marcante nas relações, a partir daí muito tensas, entre a coroa e a Igreja portuguesa (Costa, 1977; Ventura 1997: 96; edição em Ventura 2012).

significa reconhecer a superior importância do universo eclesiástico, nos mais diversos níveis, para os destinos do reino.

Em todo este processo, sobressai a afeição e a preferência da família régia por Gomes Eanes e Estêvão de Aguiar, enquanto elementos reformadores e zelosos adeptos de uma espiritualidade observante. Verifica-se, pois, uma clara sintonia entre a coroa e Santa Maria de Alcobaça. Uma sintonia pautada pelo humanismo, pela dinamização da cultura do livro – todas as figuras de Avis aspiravam a criar bibliotecas significativas (Buescu 2011: 53-81) e muitas recorrem, aliás, a Alcobaça para o conseguir (Nascimento 1993; Fontes 2000: 59) –, pela moralidade e pela sincera religiosidade. Daí a importância atribuída ao tornar acessível a todos, leigos e religiosos, através do vernáculo, os textos capazes de suscitar uma renovação que, no essencial, nada mais era que um retorno a um ideário associado às origens das diversas ordens e do próprio Cristianismo.

#### 4. Normatividade e reforma no projeto de D. Estêvão

Os códices da livraria produzidos durante o seu abaciado foram já inventariados e estudados por Carlos Roma Fernandes (Fernandes, 1970). Por seu lado, Aires A. Nascimento, em diversos estudos, chamou já a atenção para a importância das traduções para vernáculo produzidas em Alcobaça, uma tendência que já vinha das décadas anteriores, mas que se acentua com Estêvão de Aguiar (Nascimento 2012a: 259; Nascimento 2018: 169). Apesar de nomeado abade em 1431, não se conhecem códices copiados por sua iniciativa antes de finais dessa década<sup>20</sup>. Entre 1439 e 1440, é copiado um importante códice, o já referido Alc. 218, a nosso ver paradigmático da intenção e da acção reformista de Frei Estêvão de Aguiar e cujo conteúdo deve ser articulado com os manuscritos anteriores. Logo no primeiro fólio temos a apresentação do livro e do seu conteúdo feita pelo próprio abade, um dado fundamental e revelador. Apresentando-se como “dom steuam d agyar per proujdencia de nosso senhor Jhesu Christo abbade do mosteiro de sancta maria d alcobaça da ordem de cister <do conselho d el rey e seu smoler moor><sup>21</sup>”, justifica e apresenta o conteúdo do códice:

---

<sup>20</sup> Desconhecemos até que ponto pode ter influído neste facto o incêndio que, em Junho de 1438, atingiu a câmara de D. Estêvão, e no qual arderam “as cousas do abade” (Gomes 2007: 39)

<sup>21</sup> Excerto emendado sobre linhas rasuradas.

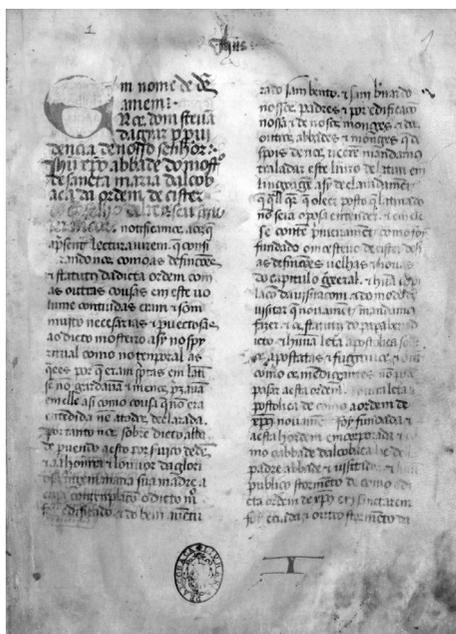


Fig 1. BNP, Alc. 218, fl. 1.

“consirando nos como as definições e statutos da dicta ordem com as outras cousas em este uolume contiudas eram e som mujto necessarias e prouctosas ao dicto mosteiro asy no spyritual como no tenporal as quaees porque eram spritas em latim se nom gardauam (...) mandamos traladar este liuro de latim em lingoagem asy declaradamente que quallquer que o lea posto que latinado nom seia o posa entender, e em ele se contem primeiramente como foy fundado o mosteiro de Cister, desi as definições uelhas e nouas do capítulo geeral, e hũa compilaçom da ujsitaçom e do modo de ujsitar que nouamente mandamos fazer, e os statutos do papa benedicto, e hũa letra apostolica sobre os apostatas e fugitiuos (...)” (fl.1).

O prólogo informa-nos ainda que o volume contém informações sobre a Ordem de Cristo e de Calatrava e orientações sobre “como deuem star no coro com cugulas quando pasarem per os moesteiros desta ordem. E outras coussas segundo per o dicto liuro se pode veer” (fl. 1v). O códice inclui os seguintes textos:

Tabela 2. Conteúdo do códice Alc. 218

	Conteúdo	Copista
1º caderno, 8 fls.	Prólogo: apresentação do livro pelo abade (fl.1 e fl.1v). Seguem-se os Costumes de Cister – é a tradução portuguesa dos 18 capítulos do <i>Exordium parvum</i> (fl. 1v até ao fl. 8).	Frei Bernardo
9 cadernos de 8 fls. (do 2º ao 10º); 11º caderno com 4 fls.	Fl. 9 Compilações das <i>Definições do Capítulo Geral</i> de 1316 (até ao fl. 85).	Frei Nicolau Vieira
12º e 13º cadernos com 8 fls. e o 14º caderno tem 9 fls.	Fl. 85 Começam as <i>Definições novas</i> (cerca de 1350). Colofon (fl. 109).	Frei Nicolau Vieira

15º caderno com 6 fls.	Fl. 110 Forma de visitação e do modo de visitar; Fl. 115 Um relato Fl. 115v Tábua com os Estatutos do papa Bento (XII)	Frei Nicolau Vieira Frei Bernardo
16º caderno com 8 fls.; 17º caderno com 10 fls.	Fl. 116 Início de letra apostólica em português ( <i>Fulgens sicut stella</i> ) Fl. 133v Letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;	Frei Bernardo
18º caderno com 8 fls,	Fl. 134 continuação da letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;	Frei Bernardo
19º caderno com 7 fls. 20º caderno com 4 fls.	Fl. 147v Estatutos de Calatrava até ao fl. 152v. Colofon (fl. 152v).	Frei Bernardo
21º caderno com 3 fls.	Fl. 153 Privilégios de Calatrava;	Frei Bernardo
22º caderno com 7 fls.	Fl. 156 Cartas sobre Odivelas (27 Fev. 1295; 14 Jul. 1306). Nota: Frei Bernardo me fez (fl. 162v)	Frei Bernardo
23º caderno, com 6fls.	Fl. 163 Método de falar por sinais, em português. O texto está incompleto (termina fl. 168).	Frei Bernardo

Atente-se, depois do prólogo, na designação de *Costumes de Cister* para referir a tradução, para português, do *Exordium Paruum*: como vimos atrás, a livraria tinha o texto disponível em latim no Alc. 187. Mas o interesse de Estêvão de Aguiar em mandar traduzir para português este texto está decerto relacionado com o propósito de reforma monástica, ao procurar disponibilizar, em vernáculo, a memória dos feitos protagonizados pelos primeiros monges cistercienses, guiados por Roberto de Molesme, na fundação de um mosteiro novo, orientado pelos princípios da verdadeira observância monástica. A narrativa fundacional propunha e atualizava, ao ser de novo copiada e traduzida, esse apelo ao regresso às origens, aos princípios da vida beneditina e da austeridade monástica.

Ao texto do *Exordium Paruum*, seguem-se as *Definições velhas e as novas*, já aqui tratadas e, no final do 14º caderno, um cólofon que vale a pena transcrever aqui:

“Forom acabadas de tra<s>ladar de latim em lingoagem as difiniçõoes suso scritas antiga<s> e nouas per steuam uasquez natural de Cooz antre os mais pequenos bacharel em lex, Ouujdor do honrrado padre e senhor dom steuam d agyar, abbade do mosteiro de sancta maria d alcobaça, que a dicta obra mandou fazer, aos .v. dias do mes de março do anno do senhor Jesu Christo de mjll e .iiij<sup>c</sup>. e xxxix.”

“As quaees stpreueeo per sua mão frey Nicolaaoo vieyra monje do dicto Mosteiro” (fl. 109).

Esta última frase, relativa ao copista, foi redigida numa letra distinta, o que nos faz pensar que corresponderá, talvez, a um segundo momento, em que se tornou importante identificar o autor da cópia. De seguida, o volume contém mais textos, em português, e novo colofon, no fim do 20º caderno:

“Forom acabadas de traladar de latim em lingoagem todas as cousas acima scpritas per o dicto steuam uaasquez ouujdor. A xxbj dias de março anno do nascimento de nosso senhor de [sic] Jesu Christo mj. iiii<sup>c</sup>. e quorenta. Qui scripsit scripbat senper cum domino ujuat. Amen.  
frey bernardo me fez” (fl. 152v).

Frei Bernardo terá sido responsável pela cópia de cerca de metade dos cadernos que constituem este códice. Através da análise da Tabela 2, nomeadamente na articulação entre o conteúdo do prólogo, os cadernos, os vários textos e os colofons, conseguimos perceber qual o projeto inicial do códice e o que foi sendo agregado ao mesmo, em várias fases e por mãos diferentes. Frei Nicolau Vieira, a partir das traduções de Estêvão Vasques, termina a sua tarefa de copiar as *Definições velhas e as novas* em Março de 1439 (texto sequencial). Sensivelmente um ano depois, Frei Bernardo, que igualmente copia pela tradução do ouvidor e bacharel Estêvão Vasques (Nascimento 2018: 108 e 291), termina a sua parte (textos até às orientações sobre Calatrava). Daqui se conclui que o caderno que contém o prólogo e o *Exordium Paruum* não tinha sido previsto quando o abade pensou na tradução e cópia das *Definições velhas e novas*, mas foi realizado em torno de 1440, quando Frei Bernardo copiou a segunda parte do códice. Assim, a partir dos testemunhos recolhidos nos colofons dos códices produzidos durante o abaciado de Estêvão de Aguiar, temos dois copistas a trabalhar neste período, Frei Nicolau Vieira e Frei Bernardo que, em pelo menos dois códices (Alc. 218 e Alc. 280, *Vidas e Paixões dos Apóstolos* de Bernardo de Brihuega, copiado entre 1442 e 1443), trabalham em equipa. Frei Bernardo será depois abade em São Paulo de Almaziva, de 26 de Agosto de 1448 a 12 de Fevereiro de 1478 (Santos 1998: 91 e 114). Frei Nicolau Vieira será abade em Alcoçaba entre 1461 e 1475. O seu abaciado termina com a “venda” do cargo a D. Jorge da Costa, tendo morrido um ano depois, no mosteiro de São Domingos, em Lisboa, como testemunha o Alc. 62 (Gonçalves 1989: 15-16).

Importa referir que se recupera e verte para português, numa versão abreviada, a *Forma Visitationis* do Alc. 185, o que, a par da tradução do *Exordium*, enfatiza o interesse de Estêvão de Aguiar em torno dos códices de

Alcobaça que continham os textos primitivos.

As cartas respeitantes ao Mosteiro de São Dinis de Odivelas e o texto sobre o método de falar por sinais também não faziam parte do projecto inicial (não aparecem mencionados no prólogo) e foram decerto copiados depois de realizada a segunda parte e do caderno com o prólogo e o *Exordium Paruum*.

O que une este *corpus* de textos tão variados? Cremos que o objectivo que está por detrás da sua organização e cópia é o de proporcionar aos religiosos do mosteiro um conjunto de textos normativos, de carácter reformista, acessíveis a todos, em particular aos não latinados, sobre as regras fundamentais que regiam a vida conventual, para que dos mesmos retirassem ensinamentos espirituais e temporais, bem como sobre um conjunto de questões em torno da gestão das duas milícias dependentes dos costumes de Cister, as ordens militares de Cristo e de Calatrava.

Quanto às cartas do mosteiro de Odivelas, trata-se da tradução para português de dois documentos de fundamental importância para essa comunidade. O primeiro, de 27 de Fevereiro de 1295, corresponde à carta de instituição daquela casa monástica<sup>22</sup>. Para além do seu óbvio interesse para as monjas de Odivelas, tal documento interessava ao mosteiro de Alcobaça por incluir um conjunto de normas fixadas por ordem de D. Dinis, o rei fundador, as quais versam, essencialmente, sobre a clausura das monjas. Estamos, portanto, perante uns estatutos definidos por vontade régia, que contaram com o consentimento e a autoridade do bispo de Lisboa e do seu cabido, com o acordo da abadessa de Odivelas e das suas donas e com a total anuência do abade de Alcobaça (à época D. Domingos), que rompiam com a prática verificada noutros mosteiros da mesma Ordem e que se integravam numa tendência legislativa cisterciense que se consolidou com a bula *Periculoso*, do Papa Bonifácio VIII, datada de 1298, a qual pretendia obrigar as monjas a uma vida de estrita clausura, interditando os contactos com o mundo e a entrada de pessoas estranhas à comunidade (com amplas restrições mesmo para os clérigos)<sup>23</sup>.

O segundo documento, de 14 de Julho de 1306, consiste numa reforma dos referidos estatutos, feita a pedido das monjas, as quais alegavam que as regras eram tão rígidas que se não conseguiam cumprir. Atendeu o rei às

<sup>22</sup> Da carta de fundação conservam-se três originais: ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 1, fl. 7; ANTT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 1, fl. 7; ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 20, n.º 2 e ANTT, Gavetas, Gaveta 1, m. 2, n.º 14. Encontra-se publicada por Brandão 1976: fls. 325v.º-327v.º, escritura XXX, a partir de uma cópia (ANTT, Estremadura, Livro 22, fl. 170).

<sup>23</sup> A bibliografia sobre o tema é vasta. Veja-se, por abordar a realidade dos reinos vizinhos, o estudo de Coelho 2013: 127-149, em especial a p. 134.

suas súplicas, alterando as ordenações feitas em 1295, mas sem nunca pôr em causa o essencial, ou seja, o rigoroso cumprimento da clausura<sup>24</sup>. Ora, o conhecimento desta normativa, específica para as monjas de Odivelas, e a conservação, por parte dos abades de Alcobaça, dos diplomas que a consagravam eram essenciais porquanto, *ab initio*, eram suas incumbências a visitação, a correcção e a reforma do mosteiro de Odivelas<sup>25</sup>:

E sobre esto porque por a malicia dalguuns visitadores que dalhures som enviados a visitar os mosteiros da Ordem de Cister a estas partes e se seguem infindos dapnos e perigoos aas pessoas e cousas desa Ordem, ese Senhor Rey, nos consentindo specialmente e consentimento dando, stabeleceu e ordenou que o dicto mosteiro, abbadesa e donas delle sejam sometidas pera sempre aa visitaçom, correççom e reformaçom do abbade d'Alcobaça soamente. (Alc. 218, fl. 158)

Ou seja, a inserção dos documentos de Odivelas no códice não é despicinda, tanto mais que se enquadra na sequência normativa composta pelas *Definições velhas* (Codificações de 1316), pelas *Definições novas* (Codificações de 1350) dedicando-se ambas, no artigo XV, às questões do monaquismo feminino, e pela *Forma de visitação e do modo de visitar* (Tabela 2)<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> ANTI, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Reais, m. 3, doc. 11 (original em latim), de 14 de Julho de 1306 (e não 14 de Julho de 1300, como, por lapso, refere Brandão 1976: fl. 322v.º); em BNP, Alc. 218, fls. 161-162, encontra-se a versão traduzida para português deste diploma, que foi publicada por Teixeira 2007: 349-352, e Vairo 2014: 406-409.

<sup>25</sup> Daí o mosteiro de Alcobaça conservar um exemplar original da carta de fundação (ANTI, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 20, n.º 2), de entre os três conhecidos, como se referiu atrás, em nota.

<sup>26</sup> Aliás, de estranhar é a não inclusão neste conjunto documental de outros diplomas afins: dois, com uma redacção muito semelhante, datados de 1 de Outubro de 1318, que D. Dinis mandou lavrar na sequência da sua decisão de se fazer sepultar na igreja do Mosteiro de Odivelas e pelos quais instituiu aí uma capela com cinco capelães, recrutados entre os monges de Alcobaça, que deviam cantar e dizer cinco missas diárias por sua alma, em memória e em honra das cinco chagas e da morte que Jesus Cristo recebeu para o salvar (a ele) e a todos os outros pecadores (de que o mosteiro de Alcobaça conservava vários exemplares: ANTI, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 27, doc. 1; ANTI, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª Incorporação, m. 20, doc. 465; ANTI, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Reais, m. 3, doc. 23 Incorporação, m. 20, doc. 465; ANTI, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Reais, m. 3, doc. 23; cf. Répas 2005: 75 e Répas 2008; capelães que Alcobaça proveu pelo menos até 1714, como se confirma no Formulário alcobacense de procurações, cartas, provisões e outros documentos administrativos, de Fr. José de Mendonça, Secretário de Fr. António do Quental, Geral da Congregação de Santa Maria de Alcobaça – Gomes 2001-2002: 536); outro, datado de 6 de Setembro de 1319, que consiste num compromisso feito pela abadessa Urraca Pais e pelas monjas de Odivelas (de nunca saírem do mosteiro, nem tirarem o pé pela porta da igreja, nem por outra porta, nem por qualquer outro lugar para fora

Depreende-se, pois, que o rigor da clausura das monjas e a questão da visitação aos mosteiros femininos estavam na agenda de D. Estêvão de Aguiar. Para além dos textos normativos aqui compilados, que o comprovam só por si, atente-se ainda nas anotações feitas nas margens do códice, que destacam sempre o mesmo assunto: a clausura (Alc. 218, fls. 157 e 158)<sup>27</sup>.

É que, desde 1220, os mosteiros femininos atraíam as atenções dos membros das comissões encarregues de rever os *Libellus definitionum*. E, por isso, a legislação respeitante aos mosteiros femininos e às monjas aparece, como mencionámos, sob o número XV, nas Codificações de 1237, de 1257, 1289, 1316 e seguintes. Ora, ao mandar traduzir para português as *Definições velhas* e as *Definições novas*, bem como os diplomas relativos aos estatutos do mosteiro de Odivelas, D. Estêvão de Aguiar está também a tornar acessível a legislação respeitante ao universo feminino da Ordem, nomeadamente a questão da responsabilidade da visitação dos mosteiros femininos. Lembremo-nos que, à data do seu abaciado, Alcobaça tinha responsabilidade de visitação sobre os cenóbios femininos de São Dinis de Odivelas, São Bento de Cástris (em Évora) e Santa Maria de Cós, sendo que as comunidades de São Mamede de Lorvão, São Pedro de Arouca, Santa Maria de Celas e Santa Maria de Almoester dependiam diretamente de Clairvaux.

Este códice marcou, de facto, uma época e, por esse motivo, o seu conteúdo será replicado, com maiores ou menores mudanças, em mais três outros códices posteriores.

---

do mosteiro e de não falarem na igreja nem noutro lugar do mosteiro com nenhum homem, salvo quando as houvessem de confessar ou de fazer outras coisas de que não se pudessem escusar, etc.), na sequência do qual pediram a D. Dinis (que fundou e dotou o cenóbio) e ao abade de Alcobaça (que era seu visitador) que nunca lhes pusessem grade, nem roda, nem outro maior encerramento de parede, nem de madeira por que deixassem de ir à igreja, onde haveria de estar o monumento funerário de D. Dinis, para fazerem sobre ele as suas orações e rogar a Deus por ele (ANTI, *Gavetas*, Gaveta 1, m. 1, n.º 10; ANTI, *Leitura Nova, Livro 11 da Estremadura*, fl. 282; ref. e publ., parcialmente, em Brandão 1976: V, fls. 222v.º-223); e, por fim, um terceiro, de 10 de Setembro de 1319, em que D. Dinis louvou e aceitou o compromisso que por elas fora feito e anuiu às suas súplicas ((ANTI, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 127v.º e ANTI, *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 1, fl. 31).

<sup>27</sup> A título de exemplo, a primeira destas anotações acompanha o início da frase «E porque, por ocasiom de vagar e descorrer fora dos proprios mosteiros aqueecerom virem muitos perigoos e infamias aas donas da dicta hordem, <esse m>esmo Rey, desciante sobre esto saudavelmente proveer quis e stabeleceo e ordenou de noso consentimento e auctoridade e do capitulo de Lixboa e de consentimento desa abbadesa e donas dese mosteiro, aprovando de todo em todo estas coussas o abbade d'Alcobaça, que nem abadesa nem as donas dese mosteiro saiam em algũa maneira aalem do circuito do dicto mosteiro, mais ençarradas dentro vivam e sejam pera sempre thiudas de conversar, nem esa abbadessa e donas ou cada hũa dellas comummmente ou departidamente ajam licença em contrairo dada per esa abbadesa ou per quaisquer outros mayores, nem convenha aalguum homem entrar na clastra e casas do dicto mosteiro» (Alc. 218, fl. 157).

**Tabela 3.** Conteúdo de três códices copiados pelo Alc. 218 no *scriptorium* de Alcobça

Alc. 218 <sup>1</sup> (1439/40) Códice em português	Alc. 73 <sup>2</sup> (1461/75) Códice em português	Alc. 223 <sup>3</sup> (1ª metade séc. XVI, talvez 1531) Códice em português	Alc. 298 <sup>4</sup> (meados séc. XVI) Códice em português
	Fl. 1 ao 78v Regra de S. Bento	Fl. 1 ao 47 Regra de S. Bento	
Fl. 1, apresentação do livro pelo abade e a tradução portuguesa dos 18 capítulos do <i>Exordium parvum</i> (Costumes de Cister)	Fl. 81 ao 94 Os 18 Capítulos do <i>Exordium parvum</i> (Costumes de Cister)	Fl. 48 ao 57 Os 18 Capítulos do <i>Exordium parvum</i> (Costumes de Cister)	Fl. 1 a 7 Os 18 Capítulos do <i>Exordium parvum</i> (Costumes de Cister)
Fl. 9 Compilações das definições do Capítulo Geral de 1316 ou <i>Definições velhas</i>	Fl. 94 ao 213v Compilações das definições do Capítulo Geral feito de 1316 ou <i>Definições velhas</i>	Fl. 57v ao 154 Compilações das definições do Capítulo Geral de 1316 ou <i>Definições velhas</i>	Fl. 7 a 64 Compilações das definições do Capítulo Geral de 1316 <i>Definições velhas</i>
Fl. 85 Começam as <i>Definições novas</i> (ca. 1350)	Fl. 214 ao 260 Começam as <i>Definições novas</i>	Fl. 154v ao 192v Começam as <i>Definições novas</i>	Fl. 65 a 86v Começam as <i>Definições novas</i>
Fl. 110 Forma de visitação e modo de visitar;	Fl. 260 ao 267v Forma de visitação e modo de visitar;	Fl. 192v ao 198 Forma de visitação e modo de visitar;	Fl. 86v ao 90 Forma de visitação e modo de visitar;
Fl. 115v Tábua com os Estatutos do papa Bento XII e em português <i>Fulgens sicut stella</i> .	Fl. 268 ao 302v Estatuto de Bento XII: <i>Fulgens sicut stella</i>	Fl. 198v ao 222v Estatuto de Bento XII: <i>Fulgens sicut stella</i>	Fl. 90 ao 105v Estatuto de Bento XII: <i>Fulgens sicut stella</i>
Fl. 133v letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;	Fl. 302v ao 328 Letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;	Fl. 222v ao 239v Letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;	Fl. 105v ao 118v Letra apostólica sobre a Ordem de Cristo;
Fl. 147v Estatutos de Calatrava	Fl. 328 ao 336 Estatutos de Calatrava	Fl. 239v ao 244v Estatutos de Calatrava	Fl. 118v a 123 Estatutos de Calatrava
Fl. 153 Privilégios de Calatrava;	Fl. 336 ao 340 Privilégios de Calatrava	Fl. 244v ao 247v Privilégios de Calatrava	Fl. 123v a 125 Privilégios de Calatrava
Fl. 156 Cartas sobre Odivelas	Fl. 340 ao 353 Cartas sobre Odivelas	Fl. 248 ao 260v Cartas sobre Odivelas	
Fl. 163 Método de falar por sinais, em português, incompleto		Fl. 261 a 270 Ordenações e definições de Paris de 1493	Fl. 125v ao 133v Ordenações e definições de Paris de 1493
		Fl. 270 a 272v Estatutos do Papa Bonifácio VIII sobre as monjas e a observância	Fl. 133v ao 136v Estatutos do Papa Bonifácio VIII sobre as monjas e a observância
		Fl. 273 a 291v Estatutos de D. Jorge de Melo para o Mosteiro cisterciense de Portalegre	
		Fl. 292v a 299v Método de falar por sinais	
		Fl. 300 a 430v Indicações Litúrgicas e Ordinário do Ofício Divino	
		Fl. 430v a 436v Indicações litúrgicas: sobre as estórias e quando se devem contar	

<sup>1</sup> Amos 1989: 121 ao 125; Inventário 1930: 181 e 182.

<sup>2</sup> Amos 1989: 104 ao 107; Inventário 1930: 68 a 69. Costa 2007: 25.

<sup>3</sup> Amos 1989: 132 ao 136; Inventário 1930: 187 ao 189. Costa 2007: 25.

<sup>4</sup> Amos 1989: 244 a 245; Inventário 1930: 270 a 271.

Como se percebe da Tabela 3, o conteúdo do Alc. 218 (por sua vez, herdeiro do conteúdo do Alc. 185 e do Alc. 187) foi copiado ainda no século XV e na centúria seguinte, com um intuito reformador. O Alc. 73 resultou da iniciativa directa de Nicolau Vieira, copista, como vimos, ao tempo de Estêvão de Aguiar (responsável por copiar parte do Alc. 218, como se observa na Tabela 2) e abade de Alcobaça no terceiro quartel do século XV, entre 1461 e 1475. Qual a sua intenção, porquê ter mais um códice com aquele conteúdo? Pensamos que a intenção foi a de preservar, para memória futura, o conteúdo do Alc. 218, um códice cujo conteúdo normativo era herdeiro dos testemunhos textuais mais antigos, do século XII, a que se juntava a Regra de São Bento, transcrita logo no início.

No que diz respeito aos dois códices do século XVI (Alc. 223 e Alc. 298) têm já como contexto o processo de mudança e reforma que conduziu os destinos de Alcobaça e dos outros mosteiros cistercienses portugueses até 1567, data da criação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça. E, em ambos os casos, mantém-se a ideia de preservar para memória futura os testemunhos normativos do passado, mas não sem antes se realizar um trabalho de actualização, inserindo a legislação entretanto produzida. É, de facto, um verdadeiro trabalho de edição no que concerne à transmissão textual da normativa em contexto cisterciense.

## Notas Finais

Em relação aos códices sobreviventes do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, podemos concluir que esta comunidade se interessou em copiar e conservar uma amostra representativa dos vários tipos de textos de cariz legislativo e normativo produzidos pela Ordem cisterciense.

A análise da presença dos textos normativos cistercienses entre os códices do *scriptorium* medieval de Alcobaça atesta a importância que os mesmos naturalmente assumiram na vida da comunidade e, de modo particular, nos projetos de reforma que nela se promoveram desde as primeiras décadas do século XV. O abaciado de D. Frei Estêvão de Aguiar revela-se, neste ponto, um momento particularmente rico e significativo, não só pelo número de códices e textos normativos copiados e traduzidos, como pela sua articulação com a cópia e tradução de outros textos de espiritualidade cisterciense e monástica e a produção de abundante documentação no âmbito da gestão do temporal. Este facto mostra a importância que os textos, em particular os normativos, assumem na estruturação da identidade da comunidade a reformar, facto que

encontramos noutros quadrantes, desde a observância franciscana (Carvalho 2018: 17-183) a projetos mais tardios, como os da reforma intentada por Frei João Álvares em Paço de Sousa (Fontes 1998) ou da comunidade dominicana de Jesus de Aveiro, estudada por Gilberto Moiteiro (Moiteiro 2013).

Por outro lado, a escolha dos textos cistercienses primitivos ilustra uma concepção de reforma que, no essencial, é vista como um regresso às origens, a uma fidelidade mais estreita e a uma observância mais rigorosa das normas e do seu espírito. Um espírito de vida pobre, austera e contemplativa, onde o monge se redescobre como penitente, longe do mundo, na procura incessante do rosto de Deus no seguimento de Cristo.

## Bibliografia

### Fontes manuscritas

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

*Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, fl. 127v.º

*Gavetas*, Gaveta 1, m. 1, n.º 10; m. 2, n.º 14

*Leitura Nova*, Livro 11 da Estremadura, fl. 282

*Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Reais, m. 3, doc. 11 e 23

*Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Documentos Particulares, m. 20, n.º 2; m. 27, doc. 1

*Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2.ª Incorporação, m. 20, doc. 465

*Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 1, fls. 7, 31

#### Biblioteca Nacional de Portugal

*Códices Alcobacenses* 45, 46, 62, 73, 185, 186, 187, 208, 218, 223, 278, 280, 281, 298.

### Fontes impressas

CANIVEZ, Josephus Maria (ed.) (1933). *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786*. Louvain: Bibliothèque de la Revue d'Histoire Ecclésiastique, vol. 1.

CANIVEZ, Josephus Maria (ed.) (1936). *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786*. Louvain: Bibliothèque de la Revue d'Histoire Ecclésiastique, vol. 4.

- CHOISSELET, Daniele e Vernet, Placide (1989). *Les Ecclesiastica officia cisterciens du XII<sup>e</sup> siècle*. Reiningue: Abbaye d'Oelenberg, Documentation Cistercienne, vol. 22.
- COSTA, Sara Figueiredo (2007). *A Regra de S. Bento em Português. Estudo e edição de dois manuscritos*. Lisboa: Edições Colibri/FCSH UNL.
- GOMES, Rita Costa (ed.) (2017). *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*. Firenze: Leo S. Olschki Editore.
- LOPES, Fernão (1915). *Primeira parte da crónica de D. João I*, Anselmo Braamcamp Freire (ed.). Lisboa: Arquivo Histórico Português.
- LUCET, Bernard (1964). *La codification cistercienne de 1202 et son évolution ultérieure*. Roma: Editiones Cistercienses.
- LUCET, Bernard (1977). *Les codifications cisterciennes de 1237 et de 1257*. Paris: CNRS.
- NASCIMENTO, Aires A. (Introdução, tradução e notas) (1999a). *Cister. Documentos primitivos*. Lisboa: Edições Colibri.
- WADDELL, Chrysogonus (1999). *Narrative and Legislative Texts from Early Cîteaux*. Cîteaux: Commentarii Cistercienses.
- WADDELL, Chrysogonus (2002). *Twelfth-century statutes from the Cistercian General Chapter*. Cîteaux: Commentarii Cistercienses.

## Estudos

- AMOS, Thomas (1988). *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon. I – Manuscripts 1-150*. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library.
- AMOS, Thomas (1989). *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon. II – Manuscripts 151-301*. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library.
- AUBERGER, Jean-Baptiste (1986). *L'Unanimité Cistercienne Primitive: Mythe Ou Réalité*. Achel: Cîteaux Commentarii Cistercienses, Editions Sine Parvulos.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (2016). “Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobaça”, *Lusitania Sacra*, 2<sup>a</sup> série, 33, 99-128.
- BATTELI, Guido (1938). “Due celebri monaci portoghesi in Firenze nella prima metà del Quattrocento. L'Abate Gomes e Velasco di Portogallo”, *Archivio Storico Italiano* 2, XCVI, 218-227.
- BATTELI, Guido (1940). “L' Abate Don Gomes Ferreira da Silva e i portoghesi a Firenze nella prima metà del Quattrocento”, in BARDI, G. (ed.), *Relazioni Storiche Fra l'Italia e il Portogallo*. Roma: Reale Accademia d'Italia, 149-163.
- BERMAN, Constance Hoffman (2010). *The Cistercian Evolution. The Invention of a Religious Order in Twelfth-Century Europe*. Philadelphia/Oxford: University of Pennsylvania Press.
- BOUTON, Jean de la Croix e Van Damme, Jean Baptiste (1974). *Le plus anciens*

- texts de Cîteaux. Sources, textes et notes historiques.* Achel/Cîteaux. Commentarii Cistercienses.
- BRAGANÇA, Joaquim O. (1981). “O Leal Conselheiro em Alcobaça”, *Didaskalia*, 11, 363-378.
- BRANDÃO, frei Francisco (1976). *Monarchia Lusitana. Parte Quinta*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BUESCU, Ana Isabel (2011). “Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas”, in BUESCU, Ana Isabel (ed.), *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 53-81.
- BURTON, Janet e KERR, Julie (2011). *The Cistercians in the Middle Ages*. Woodbridge: Boydell Press.
- CARDEIRA, Esperança Maria da Cruz Marreiros (1990). *Contributo para o estudo da norma ortográfica no Scriptorium de Alcobaça (1431-1446)*. Lisboa: Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (2016). *Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (2018). “Nobres Letras... Ferosos Volumes...” *Inventários de bibliotecas dos franciscanos observantes em Portugal no século XV. Os traços de união das reformas peninsulares. O “Floreto de Sant Francisco”*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- CARVALHO, Maria José Simões Pereira de (2006). *Documentação medieval do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: sécs. XIII-XVI: edição e estudo linguístico*. Coimbra: Tese de doutoramento em Letras, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- COELHO, Maria Filomena (2013). “Instituições, normas e monacato em Leão e Castela (séc. XIII)”, *Anos 90* (Online), 20, 127-149.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1963). “D. Gomes Eanes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, *Studia Monastica*, 5/1, 59-164.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1969). *Mestre André Dias de Escobar, figura ecuménica do século XV*. Braga: Editorial Franciscana.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1977). “Leis atentatórias das liberdades eclesiásticas e o papa Martinho V contrário aos Concílios Gerais”, *Biblioteca Pontificii Athenaei Antoniani*, 19, *Studia Historico-Ecclesiastica, Festgabe für Prof. Luchesius G. Spattling*, O. F. M., Roma, Pontificium Athenaeum Antonianum, 505-592.
- COSTA, António Domingues de Sousa (1986). *Bispos de Lamego e de Viseu no século XV: revisão crítica dos autores*. Braga: Editorial Franciscana.

- DIAS, José Sebastião da Silva (1960). *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Vol. 1. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos.
- FERNANDES, Carlos Roma (1970). *O scriptorium de Alcobaça no tempo de D. Estevão de Aguiar (1431-1446)*. Lisboa: Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FONTES, João Luís Inglês (1998). “Frei João Álvares e a tentativa de reforma do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa no século XV”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 10, 217-232.
- FONTES, João Luís Inglês (2000). *Percursos e memória: do Infante D. Fernando ao “Infante Santo”*. Cascais: Patrimonia.
- FRANCE, James (2013). “The Cistercian Community”, in Mette Birkedal Brunn (ed.), *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 80-86.
- FREEMAN, Elizabeth (2013). “Nuns”, in BRUNN, Mette Birkedal (ed.), *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 100-111.
- GOMES, Rita Costa (1995). *A Cortes dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Carnaxide: Difel.
- GOMES, Saul António (2001-2002). “Um Formulário Cisterciense de 1714: O Manuscrito Alcobacense da BNL CCCXLI/230”, *Revista Portuguesa da História*, 35, 517-591.
- GOMES, Saul António (2007). “Uma paisagem para a oração: o Mosteiro de Alcobaça em Quatrocentos”, in *Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, pp. 19-56.
- GOMES, Saul António (2009). “D. João Eanes de Dornelas, abade de Alcobaça (1381-1414)”, in *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 253-270.
- GOMES, Saul (2012). “Abbés et vie régulière dans l’abbaye d’Alcobaça (Portugal) au Moyen Age : un bilan”, in *Les personnes d’autorité en milieu régulière*. Saint Étienne: Publications de l’Université de Saint Etienne, 137-150.
- GONÇALVES, Iria (1988). “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”, in GONÇALVES, Iria, *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 177-200.
- GONÇALVES, Iria (1989). *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- HÉLIAS-BARON, Marlène (2004). “Chronologie des quatre premières filles de Cîteaux. La Ferté-sur-Grosne, Pontigny, Clairvaux et Morimond”, *Hypothèses*, 7, 181-194.
- HOOREBEECK, Cécile Van (2014). *Livres et lectures des fonctionnaires des ducs de Bourgogne (ca 1420-1520)*. Turnhout: Brepols.
- Inventário dos Códices Alcobacenses (1930-1978)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 6 vols.
- JAMROZIACK, Emilia (2013). *The Cistercian Order in Medieval Europe 1090-1500*. London: Routledge.
- KING, Peter (2013). “The Cistercian Order, 1200-1600”, in BRUNN, Mette Birkedal

- (ed.), *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 38-49.
- LACKNER, Bede (1971). "The Liturgy of Early Cîteaux", in *Studies in Medieval Cistercian History*. Shannon/Freland: Irish University Press, Cistercian Studies n° 13.
- LACKNER, Bede (1972). *Eleventh-century background of Cîteaux*. Washington: Cistercian Studies.
- LEBIGUE, Jean-Baptiste (2009). *Liturgical Documents: French Ordinals*. Kalamazoo (Michigan): Cistercian Publications.
- LEKAL, Louis (1978). "Ideals and reality in Early Cistercian History", in SOMMERFELT John R. (ed.), *Cistercian Ideals and reality*. Kalamazoo, Michigan: Cistercian Publications, 4-29.
- LUCET, Bernard (1965). "L'ère des grandes codifications cisterciennes (1202-1350)", in *Etudes d'histoire du droit canonique dédiées à G. Le Bras*. Paris: Sirey, 249-262.
- MAHN, Jean-Berthold (1951). *L'ordre Cistercien et son gouvernement. Des origines au milieu du XIII<sup>e</sup> siècle (1098-1265)*. Paris: Editions E. de Boccard.
- MARQUES, José (1994). "Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal no século XV", *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, 11, 137-172.
- MARQUES, Maria Alegria (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARQUES, Maria Alegria (2016). "Da pólis à cosmópolis: dos mosteiros cistercienses portugueses ao Capítulo geral de Cister", in SOARES, Carmen, FIALHO, Maria do Céu e FIGUEIRA, Thomas (eds.), *Pólis/Cosmópolis: identidades globais & locais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 135-148.
- McGUIRE, Brian Patrick (2013). "Constitutions and the General Chapter", in BRUNN, Mette Birkedal (ed.), *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 87-99.
- MOITEIRO, Gilberto Coralejo (2013). *As dominicanas de Aveiro (c. 1450-1525). Memória e identidade de uma comunidade textual*. Lisboa: Tese de Doutoramento em História apresentada à FCSH da UNL.
- MONTEIRO, João Gouveia (1988). "Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos Príncipes de Avis)", *Vértice*, 2<sup>a</sup> série, 5 (agosto de 1988), 89-103.
- NASCIMENTO, Aires A. (1999b). "A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxonia: obra de príncipes em 'serviço de Nosso Senhor e proveito comum", *Didaskalia*, 29, 563-587.
- NASCIMENTO, Aires A. (2012a). "As Livrarias dos Príncipes de Avis", in NASCIMENTO, Aires A., *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, 249-267.
- NASCIMENTO, Aires A. (2012b). "Percursos do livro na história da cultura portuguesa medieval", in NASCIMENTO, Aires A., *Ler contra o tempo. Condições dos textos na*

- cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, 269-317.
- NASCIMENTO, Aires A. (2018). *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. DGPC/Mosteiro de Alcobaça.
- NEWMAN, Martha (2013). "Foundation and twelfth century", in BRUNN, Mette Birkedal (ed.), *The Cistercian Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 25-37.
- NUNES, Eduardo Borges (1963). *Dom Frey Gomez: abade de Florença, 1420-1440*. Vol. 1. Braga: Edição do Autor - Livraria Editora Pax.
- OBERT-PIKETTY, Caroline (1988). "La promotion des études chez les cisterciens à travers le recrutement des étudiants du Collège Saint-bernard de Paris au Moyen Age", *Cîteaux*, 39, 65-78.
- OBERT-PIKETTY, Caroline (1989). "Les lectures et les œuvres des pensionnaires du Collège Saint Bernard", *Cîteaux*, 40, 245-291.
- PACAUT, Marcel (1993). *Les moines blancs. Histoire de l'Ordre de Cîteaux*. Paris: Fayard.
- PALAZZO, Eric (1998). *A History of Liturgical Books from the Beginning to the Thirteenth Century*. Collegeville, Minnesota: A Pueblo Book.
- RAU, Virgínia (1964). "O infante Dom Pedro e a regência do reino em 1439", *Revista da Faculdade de Letras*, III série, 8, 143-150.
- RÊPAS, Luís Miguel (2005). "Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores", in VIFORCOS MARINAS, Maria Isabel e SÁNCHEZ-BORDONA, Maria Dolores Campos (eds.), *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual. Nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidade de León, 51-78.
- RÊPAS, Luís Miguel (2008). "O Sagrado e Profano nos Mosteiros femininos cistercienses: espaços e ritos", in Carlos Guardado da Silva (ed.), *História do Sagrado e do Profano*. Lisboa: Edições Colibri/C.M. Torres Vedras/Inst. Alexandre Herculano, 43-56.
- RÊPAS, Luís Miguel (2019). "Uma comunidade cisterciense nas imediações de Lisboa: monjas e abadessas de Odivelas durante o período medieval", in FONTES, João Luís Inglês e OLIVEIRA, Luís Filipe (eds.), *Lisboa medieval: a cidade e o seu território*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais (no prelo).
- ROSA, Maria de Lurdes (2000). "A religião no século: vivências e devoções dos leigos", in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 423-510.
- ROSA, Maria de Lurdes (2012). *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1998). *Vida e morte de um mosteiro cisterciense. S. Paulo de Almaziva – séculos XIII – XVI*. Lisboa: Edições Colibri.

- SOMMÉ, Monique (1998). *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV<sup>e</sup> siècle*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion.
- TEIXEIRA, Francisco (2007). *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal, nos Séculos XIII e XIV*. Faro: Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- Unanimité et diversité cisterciennes, filiations, réseaux, relectures du XII<sup>e</sup> siècle au XVII<sup>e</sup> siècle*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2000.
- VAIRO, Giulia Rossi (2014). *D. Dinis del Portogallo e Isabel d'Aragona in vita e in morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*. Lisboa: Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- VAUCHEZ, André (1995). *A espiritualidade da Idade Média Ocidental (Séculos VIII-XIII)*. Lisboa: Ed. Estampa.
- VENTURA, Margarida Garcez (1997). *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri.
- VENTURA, Margarida Garcez (2012). “As «Leis Jacobinas». Estudo e transcrição”, *Medievalista* [Em linha], 12 (Julho - Dezembro 2012). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12\ventura1203.html>.
- WADDELL, Chrysogonus (2000). *Cistercian Lay Brothers: Twelfth-Century Usages with Related Texts*. Cîteaux: Commentarii Cistercienses.
- WIJSMAN, Hanno (2010). *Luxury Bound. Illustrated Manuscript Production and Noble and Princely Book Ownership in the Burgundian Netherlands (1400-1550)*. Turnhout: Brepols.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Quando foi criada a Inquisição de Lisboa? – explorando hipóteses

*When was the Inquisition of Lisbon created? - exploring hypotheses*

**DANIEL GIEBELS**

CHSC – U. Coimbra  
danielgiebels@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 01/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 16/01/2019

**Resumo.** Afirmam as memórias setecentistas que “a Inquisição de Lisboa foi erecta pelo Sereníssimo Cardeal Infante D. Henrique em julho de 1539”. Sem se ignorar uma anterior atividade inquisitorial naquela cidade, documentada desde meados de 1537, muitos estudos acabam por reiterar tal afirmação sem, no entanto, questioná-la. Este estudo propõe-se, finalmente, a fazê-lo! Através de uma leitura integral e extensiva dos documentos produzidos durante os primeiros anos de vida do tribunal, procurar-se-ão indícios que permitam formular teses sobre a data de criação deste tribunal, mostrando, em última análise, como estas se antagonizam e que fragilidades residem na sua fundamentação. Procurar-se-á ainda, numa perspetiva comparada, saber como esta questão foi colocada pelos estudos que se debruçaram sobre os restantes tribunais inquisitoriais portugueses e sobre os seus congéneres espanhóis.

**Palavras-chave.** Inquisição; Lisboa; Fundação; Século XVI.

**Abstract.** Some seventeenth-century documents from the Portuguese Inquisition claim that the Lisbon Inquisition was founded by Cardinal Henry in July 1539. Without ignoring an earlier inquisitorial activity of this court, documented since mid-1537, many studies reaffirm such a statement without, however, questioning it. This study proposes, finally, to do it! Through a comprehensive and extensive reading of the documents produced during the first years of the court's life, we will look for clues that allow us to formulate theses on a possible foundation, showing how these are contradicted and which weaknesses lie in their arguments. In a comparative perspective, it will be examined how this problem was approached by the studies on the other Portuguese and Spanish inquisitorial courts.

**Keywords.** Inquisition; Lisbon; Establishment; sixteenth century.

Em 1721, a Academia Real de História Portuguesa incumbiu o dominicano frei Pedro Monteiro, qualificador do Santo Ofício, de escrever as *Memórias para a História da Inquisição*. No âmbito deste trabalho, foram feitas várias listas de ministros e oficiais dos vários tribunais distritais, publicadas pelo referido grémio e, seguramente, relacionadas com outras idênticas que

se encontram nos fundos inquisitoriais, algumas destas da lavra de Manuel da Cunha Ribeiro, inquisidor e depois deputado do Conselho Geral do Santo Ofício durante o período em que se redigiram aquelas memórias. Nestas últimas listas afirma-se que “a Inquisição de Lisboa foi erecta pelo Serenissimo Cardeal Infante D. Henrique em julho de 1539” (ANTI, Cons. Geral, L. 249, fl. 1; L. 256, fl. 1). No entanto, esta asserção não é confirmada de forma explícita pelas fontes coevas à alegada criação, além de que a mesma parece ignorar uma atividade inquisitorial que incidiu exclusivamente sobre Lisboa desde meados de 1537.

Aquela tese vinculada por aquelas fontes foi sendo aceite pela historiografia, começando por Herculano. Baião, numa leitura mais minuciosa sobre a atividade inquisitorial em Lisboa, ainda constatou que João de Melo, único inquisidor à frente da mesa em Évora, teria passado a ouvir depoimentos em Lisboa a partir de 18 de dezembro de 1537. Todavia, acabou por transcrever as listas do frade dominicano onde se afirma que a posse de Melo como primeiro inquisidor lisboeta teria ocorrido a 16 de julho de 1539, o que deveria ter justificado, face à anterior constatação, uma conseqüente indagação. Evitou, talvez por alguma prudência, falar da criação do tribunal de Lisboa (Herculano s.d.: 426; Baião 1906: 89-92).

Ainda em 2000, Bethencourt afirmava que a ação da Inquisição teria sido alargada a Lisboa em 1539 (Bethencourt 2000: 45, 102). Posteriormente, Susana Bastos Mateus e Bruno Feitler chamaram a atenção para aquela incongruência, mas, tal como Baião, não a aprofundaram (Mateus 2010: 1-27; Feitler 2010: 923-924). Apenas em 2016 se procurou abordar esta questão de uma forma mais incisiva, recorrendo a uma leitura integral e extensiva de todos os documentos disponíveis para os primeiros anos de vida da Inquisição portuguesa (Giebels 2018: 71-92). Procurou-se um ato solene relacionado com a fundação do tribunal, ato que nunca se confirmaria, ou dados que sustentassem uma criação formal da Inquisição de Lisboa. Nesse sentido, avançaram-se com datas possíveis para a mesma, no fundo procurando situar no tempo o momento em que a mesa inquisitorial estabelecida naquela cidade se apresentou como tribunal distrital.

Serão essas hipóteses que aqui serão aventadas, revisitando documentação, reavaliando anteriores conclusões e, numa perspectiva comparada, procurando saber como esta problemática foi resolvida nos estudos sobre os outros tribunais portugueses, assim como aqueles que integraram a Inquisição espanhola, comparação justificada pela antecedência e proximidade desta última em relação aos primeiros, mas também por o caso espanhol demonstrar

como as fundações dos tribunais distritais teriam sido condicionadas por diferentes circunstâncias políticas, económicas e sociais inerentes aos locais a que se destinavam, inviabilizando a adoção de protocolos rígidos em torno da instituição destes.

### a) A fundação e arranque da Inquisição portuguesa em Évora

Os acontecimentos que se seguiram à entrada da bula *Cum ad nil magis* em Portugal, que introduzia a Inquisição no reino, são bem conhecidos. A epístola papal chegou a Évora em agosto de 1536 pelas mãos do embaixador português em Roma D. Henrique de Meneses, advento desde logo anunciado na praça daquela cidade por algumas pessoas que, numa ameaça velada, recomendavam os cristãos-novos para que, daí adiante, se comportassem como bons cristãos (ANTT, Inq. Lisboa, P. 12561, fl. 2v.). Porém, seria apenas em outubro que se haveriam de realizar os necessários protocolos. A 5 de outubro, o desembargador João Monteiro apresentou a bula a D. frei Diogo da Silva, bispo de Ceuta, confessor do rei e religioso da observância de São Francisco da Província da Piedade, tendo este, como seria costume, “tomada e acceptada a dita Bulla em suas mãos, e com todo devido acatamento e reverencia a beijou e pos sobre sua cabeça” (ANTT, Cons. Geral, L. 347, fl. 1-1v). Aceitaria novamente, com a mesma relutância que o fez em 1531, ser empossado inquisidor-mor. Coube a este, dois dias depois, apresentar a mesma bula ao cardeal infante D. Afonso, titular das mitras de Lisboa e de Évora, pedindo a este que “quisesse dar toda a ajuda” no cumprimento da bula e que os seus desembargadores “fossem presentes nos processos e negócios da dita Sancta Inquisição”, designadamente nos casos previstos, o que tudo o cardeal aceitou cumprir (ANTT, Cons. Geral, L. 347, fl. 6-6v). A 18 de outubro, o seu auditório episcopal em Lisboa instaurava um processo de luteranismo “antes de aver Inquisição” naquela cidade, processo que se haveria de estender até março de 1537 (ANTT, Inq. Lisboa, P. 3828, fl. 1). Encerrando estes atos, a bula foi finalmente publicada na Sé de Évora, a 22 de outubro de 1536, numa manhã de terça, cerimónia que contou com a presença de D. João III, dos referidos cardeal e inquisidor-mor, do cabido eborense, do clero e demais povo da cidade e seu termo, tendo o notário da Inquisição, Diogo Travassos, subido ao púlpito para apresentar a bula, uma carta monitória e um Édito da Graça, que determinava um prazo de 30 dias para que se denunciasses os delitos contemplados naquela carta (ANTT, Cons. Geral, L. 347, fl. 7-7v).

Cumprindo o disposto na bula, formou-se, pouco tempo depois, um Conselho da Inquisição com a incumbência de coadjuvar o inquisidor-mor, mesa que realizou a sua primeira audiência a 22 de novembro, provavelmente na sequência da publicação do novo Édito da Graça e do Monitório Geral de 18 de novembro. Este último teria sido elaborado, segundo Marcocci e Paiva, pelos deputados do conselho e por desembargadores do auditório eclesiástico lisboeta, como Jorge Temudo, provisor e vigário geral de Lisboa, responsável pelo processo eclesiástico atrás referido, e António Mota, figuras próximas dos teólogos da corte que tinham fornecido a argumentação necessária para o pedido da bula fundadora da Inquisição portuguesa e que acabariam por integrar o conselho do Santo Ofício quando este fora estabelecido em Lisboa (ANTT, Inq. Lisboa, P. 3919, fl.1; ANTT, Cons. Geral, L. 347, fls. 14v-18v; Marcocci; Paiva 2013: 24-25). Ainda no mesmo dia, e em sintonia com o arranque da atividade da mesa inquisitorial, o monarca enviou uma missiva a todos os detentores de títulos e de cargos civis para que esses ajudassem a Inquisição sempre que o inquisidor-mor ou demais inquisidores o requeressem (ANTT, Inq. Lisboa, L. 103, fls. 2-3v).

Segundo as listas setecentistas teriam feito parte daquele conselho, logo a partir de 10 de setembro, Gonçalo Pinheiro, Rui Lopes de Carvalho (ou Rodrigo de Carvalho), João de Melo e António Rodrigues, prior de Monsanto (ANTT, Cons. Geral, L. 258, fl. 125). Os três primeiros eram (desconhece-se se o último também o era) desembargadores ao serviço do cardeal infante D. Afonso, e a sua posse pode ser confirmada pelos registos da primeira audiência conhecida desta mesa, datada de 22 de novembro de 1536 (ANTT, Inq. Lisboa, P. 3919, fl.1; Paiva 2011: 24-26; Paiva 2007: 147, nota 72). António Rodrigues só surge num processo em janeiro de 1537 (ANTT, Inq. Lisboa, P.7805, fl.20). Jorge Coelho, secretário daquele conselho ao lado de Diogo de Travassos, seria, muito provavelmente, o mesmo que servia as mesmas funções na casa do infante D. Henrique, arcebispo de Braga e sucessor do então inquisidor-mor (Machado 1751-1759: 802-803). Seria João de Melo, no entanto, quem se haveria de destacar. A 15 de dezembro, apresentava-se como presidente daquela mesa e, a 3 de janeiro de 1537, viu os seus poderes reforçados, recebendo uma comissão de D. frei Diogo da Silva para o substituir nas funções de inquisidor-mor, tal como passaria a ser designado nos processos (ANTT, Inq. Lisboa, P. 3164, fl. 31-78v; P. 10 985, fl. 46-46v; L. 52, fl.1; Bethencourt 1996: 39-40). No dealbar de 1537, liderava já um auditório dotado de dois notários, um promotor, um alcaide e um meirinho, alguns destes servindo simultaneamente a justiça régia, como Aires Botelho, “meirinho da corte e da Santa Inquisição” (ANTT, Inq. Lisboa,

P. 4286, fl. 4-6, 20). Cumpria aos restantes conselheiros o despacho de apelos dos réus, reorganização que permitiria distinguir o conselho inicialmente instituído, também designado de “mesa maior” em 1538, de um tribunal que se ia afirmando (ANTT, Inq. Lisboa, P. 2725, fl. 23). Só o facto de João de Melo ter preeminência sobre os dois impediu que essa distinção fosse mais clara.

Todavia, a atividade inquisitorial conheceu várias limitações nestes primeiros anos. A bula fundadora obrigava a Inquisição, durante um triénio a contar do dia da sua publicação, a inquirir e proceder nos casos de heresia segundo a prática jurídica aplicada a crimes de homicídio e furto e outros crimes semelhantes, impondo a omissão dos nomes das testemunhas e das circunstâncias dos delitos, mas também determinava que, durante dez anos, os bens confiscados fossem entregues aos legítimos herdeiros dos condenados (Pereira 1984: 23-24). O auditório inquisitorial estaria ainda sob a constante vigilância do nuncio papal, Girolamo Capodiferro, este com poderes escorados nos breves *Cum nos te*, de 9 de janeiro de 1537, e *Superiori anno e Quoniam in negotio*, de 7 de fevereiro de 1537 (Corpo Dipl. Port, t.3: 348, 352-355). Cumpria-lhe fiscalizar o procedimento da mesa inquisitorial, sendo juiz de apelo, podendo avocar a si os processos que decorriam naquela mesa e despachá-los finalmente. Podia igualmente escolher advogados de defesa e interditar o ofício de determinados ministros e oficiais, e, em último caso, suspender o funcionamento do tribunal. Desde julho de 1537 que se conhecem intervenções deste legado papal (ANTT, Inq. Lisboa, P. 10 985, fls. 41-42).

## **b) A transferência da Inquisição de Évora para Lisboa em 1537**

Entre finais de agosto e inícios de setembro de 1537, o tribunal inquisitorial foi transferido para Lisboa, como se pode concluir dos locais onde seriam realizadas as audiências inquisitoriais. A 27 de agosto, Joana Lopes ainda abjurava em Évora perante a mesa, mas, a 3 de setembro, já se faziam audiências em Lisboa para o processo de Mor Gonçalves (ANTT – Inq. Lisboa, P. 10 985, fl. 46-47v e P. 2154, fl. 36). A Inquisição só voltaria a entrar em Évora em finais de 1541.

Dos nove meses em que funcionou naquela cidade alentejana, sobreviveram apenas 5 processos, envolvendo elementos da comunidade conversa por indícios de práticas de judaísmo e por impedirem o exercício do Tribunal. Haveriam, certamente, mais processos, pois Manuel Ramalho, um desses acusados, teria sido condenado por estorvar o cumprimento das penas

aplicadas entre janeiro e fevereiro de 1537, apesar de hoje não se conhecerem despachos anteriores a 23 de março de 1537 (ANTT, Inq. Lisboa, P.10 985, fl. 2 e P. 12 561). Provavelmente, aquelas penas teriam sido aplicadas aos reconciliados nos tempos de Graça do ano anterior.

Por outro lado, identificam-se outros 13 processos cujas culpas foram conhecidas quando o Tribunal ainda se encontrava em Évora, mas que os respetivos autos só se principiaram em Lisboa. Entre estes e os outros cinco que se referiu, todos resultantes de denúncias apresentadas na primeira morada do Tribunal, 13 envolveram residentes no bispado lisboeta e só 3 implicaram moradores de Évora. No único caderno de promotor disponível para esse período, pode-se ainda verificar que, até 22 de junho de 1537, registaram-se apenas denúncias contra residentes de Évora e de algumas praças portuguesas do Norte de África (ANTT, Inq. Lisboa, L. 52, 1-49v). Talvez devido à transferência para Lisboa, estas últimas ficariam sem seguimento na mesa inquisitorial, passando a ser mais fácil, para um auditório com recursos ainda bastante limitados, cumprir diligências sobre as culpas que se conheciam de lisboetas e, com isso, instaurar processos contra estes.

A substituição da diocese eborense pela lisboeta, enquanto espaço de atuação do tribunal, não parece ter sido contestada, apesar do claro incumprimento de uma disposição da bula fundadora. Segundo esta, os comissários inquisitoriais estariam impedidos de atuarem fora dos limites do bispado onde a bula havia de ser publicada, ou seja, tendo tal cerimónia decorrido em outubro de 1536 na Sé de Évora, seria, supostamente, a diocese eborense o primeiro distrito inquisitorial em Portugal (Pereira 1984: 26). Contudo, Lisboa vinha a assumir uma centralidade política no contexto do reino e do império, sobretudo com D. João III. A transferência da Inquisição para esta cidade acontece pouco tempo depois da deslocação da corte régia de Évora para Lisboa, ocorrida a 7 de agosto (Buescu 2005: 309). Aí encontraria, à frente da mitra, o cardeal infante D. Afonso, que já se teria comprometido a colaborar com o Santo Ofício. Os desembargadores do seu auditório lisboeta foram chamados a integrar o Conselho do Santo Ofício, perpetuando-se a influência do cardeal sobre o Tribunal da Fé (ANTT, Cons. Geral, L. 347, fl. 5v-6v). Do grupo inicial, mantinha-se apenas João de Melo, também este da casa do cardeal, continuando a substituir D. Diogo da Silva nas funções de inquisidor-mor, despachando muitas vezes sozinho os processos que o próprio acompanhava. O restante quadro humano foi sendo reforçado até finais de 1538, passando a ter três notários, dois promotores, três procuradores dos réus, um alcaide, um meirinho, um solicitador e um porteiro.

Os primeiros quatro meses depois do estabelecimento do tribunal em Lisboa foram dedicados a despachar processos iniciados em Évora. A atividade persecutória seria apenas retomada a 14 de dezembro de 1537, considerando o primeiro registo no caderno do promotor, tendo sido instaurado o primeiro processo a 4 de janeiro de 1538 (ANTT, Inq. Lisboa, L. 52; P. 4829). Talvez de forma a evitar novas transgressões aos termos da bula, a atividade inquisitorial manteve-se, no primeiro triênio, circunscrita à arquidiocese de Lisboa. Entre janeiro e abril de 1538, instauraram-se 8 novos processos, particularmente focados nos círculos messiânicos. A partir de maio, a repressão refreou, tendo sido suspensa entre outubro desse ano e fevereiro de 1539 na sequência de reiteradas queixas do núncio contra João de Melo, sobretudo desde maio de 1538, quando avocou a si o processo de uma mulher que acusava o inquisidor de lhe ter arrancado uma confissão através de insinuações e promessas, determinação que os conselheiros, “como filhos obedientes aos mandados apostólicos”, deveriam acatar. Todavia, este processo só transitaria para a câmara do núncio a 14 de novembro, apesar de D. Diogo da Silva, a partir de setembro, ter passado a despachar pessoalmente os processos em curso (ANTT, Inq. Lisboa, P. 5000, fls. 21v-23v). A 11 de novembro, possivelmente com o conhecimento desta tramitação, o inquisidor-mor voltou a passar nova comissão a João de Melo (Bethencourt 1996: 39-40).

Retomar-se-ia, em fevereiro de 1539, a investida contra o messianismo que ora parecia ressurgir em Lisboa, procedendo-se, inclusive, a uma devassa a uma biblioteca particular (ANTT, Inq. Lisboa, P. 7807; Marcocci; Paiva 2013: 52-53). Este retomar da atividade repressiva do tribunal coincide com a chegada do breve *Fidem catholicam*, que permitia aos inquisidores e mais oficiais do Tribunal da Fé, por um prazo de cinco anos, colherem os frutos dos seus benefícios eclesiásticos, isentando-os da obrigatoriedade de residência. Este breve fora recebido por João de Melo, e não D. Diogo da Silva, nos Paços Régios a 21 de março (Corpo Dipl. Port., t. IV, 8-10; ANTT, Cons. Geral, L. 347, 45v-48).

Aquela investida alimentaria a mesa inquisitorial nos meses subsequentes, mas, ainda naquele mês, João de Melo viu-se impedido pelo legado papal de condenar o alegado instigador daquele surto de messianismo, tendo o cardeal infante D. Afonso intercedido a favor do inquisidor (Marcocci; Paiva 2013: 34). Torna-se evidente a impotência do então inquisidor-mor perante a ingerência do núncio. Em abril de 1539, o monarca escreveu a D. Pedro de Mascarenhas, seu embaixador em Roma, participando-lhe que estava resolvido a nomear como inquisidor-mor o infante D. Henrique (Corpo Dipl. Port., t. IV, 23-25). A 3 de junho de 1539, D. Diogo da Silva apresentou

uma carta de renúncia, alegando a sua avançada idade (ANTT, Cons. Geral, L. 347, fl. 48v-49). Suceder-lhe-ia o referido infante, então arcebispo de Braga, tendo sido nomeado a 22 de junho de 1539 e tomado posse a 3 de julho (ANTT, Cons. Geral, L. 347, fl. 48v-50). Seria este quem, segundo as fontes setecentistas atrás citadas, haveria de fundar a Inquisição de Lisboa naquele último mês.

### **c) As fundações dos tribunais distritais portugueses e espanhóis**

Atendendo a estes precedentes, como pode ser entendida uma posterior fundação? Antes de se avançar para as teses que procuram responder a esta questão, importa, numa perspetiva comparada, saber como é que esta problemática se colocou nos casos da Inquisição espanhola, nomeadamente que critérios foram usados para identificar a data de criação dos respetivos tribunais distritais.

Quando a Inquisição foi introduzida em Portugal, em 1536, a sua congénere espanhola já seria dotada de uma vasta rede de tribunais distritais, experiência que não deve ser ignorada quando se analisa o estabelecimento dos tribunais portugueses. Teriam sido fundados, até aquele ano, dezoito auditórios inquisitoriais, embora uns acabassem por ser extintos ou realocizados, redundando em novas fundações. Todavia, nem sempre se consegue precisar qual seria a data destas fundações.

Nalguns casos, existem cédulas reais de fundação onde se ordenava à cidade a receção dos inquisidores e se definia a jurisdição do tribunal, como o caso de Cuenca e Sigüenza (Muñoz Solla 2010: 439-440, 1425). Noutros, a primeira referência à presença de um tribunal surge apenas com a entrada desses inquisidores, como no de Ciudad Real, ou com os primeiros indícios da atividade repressiva, como no de Saragoça (Muñoz Solla 2010: 335). Não consta que tenha havido uma cerimónia solene associada a estas fundações, tal como haveria de suceder, de forma aparentemente excecional, nos casos dos tribunais de México e Peru, em fevereiro de 1571 (Piazza 2010: 1037-1040; Millar Carvacho 2010: 906-907).

A definição de uma data de fundação, por parte dos historiadores, depende assim da informação disponível. Bethencourt já se tinha admirado com a escassez de documentos fundadores, concluindo daí que “a prática (...) modelou em parte o processo de fundação” (Bethencourt 1996: 17). Não obstante, há que considerar a hipótese de estes se terem perdido. O arranque da atividade repressiva pressupõe, naturalmente, que os

inquisidores já tivessem entrado na cidade com poderes escorados numa necessária comissão régia. Segundo Bethencourt, os monarcas espanhóis evitaram, numa primeira fase, estabelecer nessas comissões regras muito precisas quanto à atuação da Inquisição, dando espaço de manobra para relações informais que permitissem, mais facilmente, um diálogo com os poderes instituídos (Bethencourt 1996: 17). Essas comissões tornar-se-iam, muito certamente, insuficientes quando essas relações institucionais se aprofundavam, reclamando por novos documentos orientadores, documentos que as *Instrucciones generales* acabariam por dispensar.

Contudo, esta cadeia de acontecimentos nem sempre seria contínua, sobretudo quando as justiças locais se opunham à entrada da Inquisição ou, numa fase posterior, condicionavam o seu funcionamento. Em primeiro lugar, a transição de uma Inquisição medieval, tutelada pelo Papa, para uma Inquisição moderna, controlada pelo monarca, resultou em conflitos entre estes dois poderes, como parece ter sido o caso de Saragoça, embora a nomeação de um inquisidor geral pelo papa sob proposta régia, em 1483, viesse introduzir algum equilíbrio nessa relação (Prosperi 2010: 1717-1720). O poder de alguns prelados também dificultava a entrada da Inquisição em determinadas cidades, o que pode explicar que apenas em 1485 se tenha fixado um tribunal em Toledo, dois anos depois do mesmo ter sido estabelecido em Ciudad Real. Insinuava-se a resistência do arcebispo Alfonso Carillo (Muñoz Solla 2010: 335. Dedieu 2010: 1577-1578). Em Barcelona, o poder local obstava-se à presença de um tribunal que motivava a fuga de hebreus para França, situação análoga à de Sardenha (Parello 2010: 136; Pettorru 2010: 1379). O tribunal de Galiza foi apenas fundado em 1574 depois de várias tentativas desde 1520, tendo a sua atividade sido sempre condicionada pela elite local, pelo menos até que, no início do século XVII, aquela foi chamada a assumir cargos inquisitoriais (Dedieu 2010: 640). Como corolário dessa resistência do poder local, refira-se o assassinato de um dos primeiros inquisidores de Saragoça, Pedro de Arbués, tornado mártir depois disso (Bethencourt 1996: 20). Já a carta que nomeava os primeiros inquisidores de Sevilha seria bastante vaga na definição da tipologia de delitos e territórios que aqueles deveriam atuar, algo que se justificava pela necessidade de facilitar a transição de competências para estes e evitar resistências à sua atuação (Boeglin 2010: 1441-1442).

Por outro lado, conhecem-se cidades que já seriam visadas pela Inquisição espanhola antes de terem recebido um tribunal, como as Canárias que, antes de 1505, teria o seu prelado ao serviço do tribunal sevilhano (Campese Gallego 2010: 254-255). O tribunal de Valhadolid, por sua vez, estaria em

funcionamento desde 1488, mas Lea situa a sua fundação em 1485. No entanto, este seria, inicialmente, um tribunal itinerante. Em 1493, estaria estabelecido numa cidade a norte, Palencia, onde vigiava uma vasta região onde se incluía Valladolid, mas apenas em 1502 se haveria de fixar naquela última (Soyer 2010: 1639-1640).

Em qualquer um dos casos, os tribunais inquisitoriais espanhóis acabaram por se aproximar dos centros do poder. Lisboa afirmava-se, cada vez mais, como capital de um reino e de um vasto império, sendo natural que a Inquisição acabasse por aí se fixar.

Tal como se verifica geralmente no caso espanhol, os estabelecimentos dos tribunais distritais portugueses entre 1539 e 1542, nomeadamente os de Lisboa, Évora, Coimbra, Porto, Lamego e Tomar, não deixaram registos de cerimónias de entrada dos inquisidores, mas têm a particularidade de terem sido projetados quase em simultâneo, conhecendo-se uma carta régia dirigida a quem haveria de tutelar alguns desses tribunais, assim como umas instruções que, apoiadas na experiência da mesa lisboeta, iriam nortear o funcionamento daqueles auditórios.

A 30 de junho de 1541, D. João III terá enviado cartas aos bispos de São Tomé, do Porto e de Lamego, dando instruções para a instalação de um tribunal inquisitorial, respetivamente, em Coimbra, no Porto e em Lamego, processo que contou com o acompanhamento do experiente inquisidor de Lisboa, João de Melo (ANTT, Corpo Chronologico, parte 3.<sup>a</sup>, maço 15, doc. 54). Estes tribunais, aos quais ainda se juntaria o de Tomar em 1542, tiveram uma vida curta, sendo extintos entre 1543 e 1547, sobrando apenas os de Lisboa e Évora, este último também estabelecido com os primeiros.

A Inquisição de Coimbra não deixou indícios de uma eventual cerimónia de entrada do tribunal. Confiada a D. frei Bernardo da Cruz, bispo de São Tomé e reitor da Universidade estabelecida nessa cidade desde 1537, este tribunal iria encontrar uma diocese que fora sistematicamente visitada por D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra e um dos inquisidores da bula fundadora, tendo este atuado duramente contra a comunidade conversa. Frei Pedro Monteiro refere que, a 22 de setembro de 1541, o monarca pediu ao bispo de Coimbra que “em quanto se assim não asentava de todo [o tribunal inquisitorial de Coimbra], sobreestivesse neste bispado na execução de tudo o que tocar aos Christãos novos” (Mea 1997: 67). O novo tribunal daria assim continuidade a uma prévia atividade repressiva, tendo o seu distrito compreendido as dioceses de Coimbra e de Guarda. As mesmas fontes indicam ainda que frei Bernardo e D. Gomes Afonso, prior de Guimarães, teriam tomado posse como inquisidores a 15 de outubro, tendo ainda D.

Luís Pinheiro, bispo de Miranda, sido provido nas mesmas funções nesse mesmo ano. Segundo Mea, o Livro de Denúncias da Inquisição de Coimbra foi aberto a 19 de outubro, marcando o arranque da atividade do tribunal. Estas duas datas delimitam assim o período no qual se observou o efetivo estabelecimento da mesa de Coimbra.

A Inquisição do Porto, estudada por Elvira Mea e por Hermínia Vasconcelos Vilar, foi confiada ao bispo dessa cidade, D. frei Baltasar Limpo, um dos teólogos de corte que defendeu o estabelecimento da Inquisição em Portugal, tendo tomado posse a 13 de outubro de 1541 (Mea 1979: 215-227; Vilar 1987: 29-46). Baltasar estaria já em conflito com a comunidade conversa local em torno da ocupação da rua de S. Miguel. O tribunal portuense estenderia a sua jurisdição à diocese do Porto e à arquidiocese de Braga.

A Inquisição de Lamego, estudada por Manuela Freitas Ferreira, seria tutelada pelo bispo da mesma cidade, D. Agostinho Ribeiro, e teria jurisdição sobre as dioceses de Lamego e de Viseu, esta última governada pelo bispo D. Miguel da Silva, recolhido em Roma onde se empenhava na defesa dos cristãos-novos face aos abusos perpetrados pelos inquisidores (Ferreira 2012: 86). O tribunal terá sido recebido na cidade com jubilo, revelando as hostilidades de alguns cristãos-velhos contra a comunidade conversa. Herculano relata ainda como, numa certa manhã, apareceu afixado no pelourinho um texto, obra de algum poeta popular, em que delineava o modo como devia ser festejado o estabelecimento do novo tribunal. Dizia-se que os hebreus mais distintos da cidade seriam distribuídos em dois grupos, um dos instrumentistas e outro de dançarinos, qualificando-os de “cães” e “marranos”, assegurando a estes que haveriam de ser queimados no auto da fé que se haveria de realizar (Herculano sd: 125-126). Todavia, nada é avançado sobre uma efetiva cerimónia de entrada do tribunal na cidade.

A Inquisição de Évora teria tido como seu primeiro inquisidor Pedro Álvares de Paredes, desembargador da casa do cardeal infante, nomeado a 5 de setembro de 1541, o que leva Borges Coelho a afirmar que foi naquela data que o tribunal eborense assumiu a sua autonomia (Borges 1987: 20-21).

A Inquisição de Tomar fora criada mais tarde, possivelmente em 1542, conhecendo-se a atividade do inquisidor e prior do convento dessa localidade, Fr. António de Lisboa.

Em suma, os estabelecimentos dos tribunais inquisitoriais em finais de 1541 foram precedidos de instruções régias e foram confiados, nos casos de Lamego, Porto e Tomar, aos titulares das mitras dessas cidades, prelados alinhados com a política do Santo Ofício. No caso de Coimbra, esta responsabilidade recaía sobre outro bispo que, não o sendo de Coimbra,

encontrava na cadeira episcopal dessa sé um inquisidor da bula fundadora. Pedro Álvares de Paredes seria, por seu turno, desembargador de D. Henrique e Arcediago de Lavre da Sé de Évora. A entrada da Inquisição nessas cidades não encontrava, desta forma, uma resistência por parte da estrutura eclesiástica, nem mesmo da nobreza local, esta que, como atrás se referiu, estaria obrigada a apoiar o Santo Ofício por força da carta régia de novembro de 1536.

Finalmente, a afirmação das memórias setecentistas de que a fundação do tribunal de Lisboa terá ocorrido a julho de 1539 parece basear-se no provimento de João de Melo e Castro no dia 16 daquele mês como primeiro inquisidor daquela cidade, provimento apenas alegado pelas mesmas memórias, mas cuja validade se torna questionável (ANTT, Cons. Geral, L. 256, fl. 1-1v). Castro seria, como se viu, o único juiz do Tribunal da Fé, responsável pelas audiências e despachos, desde o dealbar do ano de 1537. Ocupava assim, havia quase três anos, as funções de conselheiro, deputado e inquisidor-mor por delegação. Acresce ainda que, em março de 1539, teria assinado como “inquisidor em Lisboa” (ANTT, Inq. Lisboa, P. 10829, fls. 25v-26). Como tal, estará o suposto provimento a ser confundido com uma ratificação dos poderes que aquele inquisidor já detinha, protocolo que, a posse do novo inquisidor-geral, D. Henrique, ocorrida a 3 de julho, poderia, eventualmente, obrigar? Sabe-se ainda que, a 26 de julho de 1539, aquele infante confiou os seus poderes àquele inquisidor, tal como o seu antecessor teria feito, ato que se confirma (por fontes coetâneas) quando, em Roma, em finais de 1539, os cardeais Monte e Giacobazzi expressaram o seu desagrado por o inquisidor-mor ter um “vis-imquisidor com suas vezes” (Corpo Dipl. Port., t. IV, p. 136; A comissão de 26 de julho é referida em Bethencourt 1996: 111). Poderá ter havido, na elaboração das listas setecentistas, uma confusão entre aquela comissão e o um eventual provimento de João de Melo como inquisidor, atendendo à semelhança dos dias (16 e 26)?

Na prática, nada na atividade inquisitorial insinuava uma alteração ao estatuto de um tribunal que já operava em Lisboa havia três anos. O quadro humano pouco se modificou em 1539, e apenas a nomeação de um carcereiro, em outubro desse ano, sugere uma maior autonomia do tribunal com a criação de cárceres próprios, já referidos em abril anterior, ainda que a dependência face ao aljube eclesiástico e à cadeia da corte perdurasse até 1549 (Posse do carcereiro em ANTT, Inq. Lisboa, L. 103, fls. 9-9v). Assistiu-se também à suspensão dos despachos inquisitoriais entre 14 de junho e inícios de 1540, justificada pelo processo de transição para um novo quadro jurídico que o término do primeiro triénio da atividade inquisitorial reclamava, e cujas

negociações, entre o monarca e o centro romano, acabariam emperradas pela controversa nomeação do infante D. Henrique para inquisidor-geral, do qual, em março de 1540, corria em Roma a suspeita de ser juiz da “vida e das roupas” dos cristãos-novos. Conhecem-se os esforços do cardeal Santiquattro e do embaixador D. Pedro de Mascarenhas em Roma para que se revissem estas matérias, aproveitando-se a ausência do Papa para “comprar o sono” a alguns letrados, enquanto se procurava afastar o núncio de Portugal (Corpo Dipl. Port., t. IV, 128-285). A 12 de outubro de 1539, a bula *Pastori Aeterni* visava proporcionar um novo quadro jurídico. Esta foi enviada a Capodiferro, mas nunca chegou a ser publicada em Portugal, por ser tida como desfavorável ao funcionamento da Inquisição (Azevedo 1989: 93-94).

Sem colocar de parte a tese de que o tribunal lisboeta fora criado em 1539, não se pode ignorar que aquelas circunstâncias políticas, condicionadoras da própria atividade inquisitorial, não seriam de todo propícias a uma reorganização institucional que a fundação de um tribunal distrital, eventualmente simbólica, poderia representar. A atribuição dessa fundação, *a posteriori*, a D. Henrique, responsável pelo estabelecimento e organização da Inquisição portuguesa, parece-se mais com uma conveniência histórica.

#### **d) A criação da mesa de Lisboa em 1540 “com a formalidade de tribunal”**

Além da ausência de fontes históricas que o corroborem, a tese na qual o tribunal de Lisboa fora criado em 1539 chega mesmo a ser contrariada por um manuscrito apenso a um processo de 1541, onde é referido que “se criou a Inquisição no ano de 1540 com formalidade de tribunal”, hipótese porventura mais válida do que a primeira, se a contemporaneidade entre os documentos se confirmasse, o que atribuiria ao manuscrito uma importante proximidade temporal ao evento em causa (ANTT, Inq. Lisboa, P. 17 982, fl. 19).

Importa, por isso, avaliar a validade desta fonte, até porque esta não apresenta uma data, resumindo-se a um texto escrito num pequeno fólio. Nesta lê-se: “foi creada a Mesa da Conciencia no ano de 1533, e sete anos depois se creou a Inquisição no ano de 1540 com formalidade de Tribunal, e, no ano seguinte de 1541, saiu a queimar a estátua do mestre Gabriel, requerente das causas, em 23 de outubro de 1541” (ANTT, Inq. Lisboa, P. 17 982, fl. 19). Se a condenação deste cristão-novo pode ser confirmada pelo respetivo processo, a imprecisão histórica relativa à Mesa da Consciência, cuja

criação teria antes ocorrido em 1532, exige algum cuidado no manuseamento desta fonte, sobretudo porque a tese de a Inquisição ter sido criada em 1540 relembra aquela, historicamente imprecisa, de um falso núncio responsável pela introdução da Inquisição em Portugal.

Saavedra, nome desse falso legado papal, teria chegado a Portugal em 1540 na companhia de dois jesuítas e teria convencido D. João III a introduzir o Santo Ofício no reino e a abrir os tribunais de Lisboa e de Coimbra, nomeando como inquisidores Pedro Álvares Bezerra, Alonso Vásquez e Luís de Cárdenas, anteriormente inquisidores em Sevilha e Llerena. Saavedra teria, alegadamente, assistido ao primeiro auto-da-fé em Lisboa, em setembro de 1540, mas consta que em janeiro do ano seguinte teria sido preso em Castela por esta burla, acabando por ser condenado às galés pela Inquisição espanhola e depois salvo desse destino pelo perdão outorgado por Paulo IV.

A lenda do falso núncio terá surgido em Castela, em meios populares, e surge em relatos como a *Viajem à Turquia*, escrito por um anónimo em 1557 (Marcocci; Soyer 2010: 1354-1355). Esta lenda voltou a ser citada na abertura do livro de listas de autos-da-fé do Tribunal da Fé que se realizaram até 1750, num texto sem autoria ou data, e sem qualquer nota que refutasse ou questionasse tal narrativa. Afirma-se aí que foi por “por astucias de Saavedra”, portador de falsas bulas, que se introduzira a Inquisição em Lisboa no reinado de D. João III. Segundo esta fonte, o Papa terá descoberto esta burla oito meses depois, tendo logo enviando o seu núncio, Aloisio Lipomano, o qual encontrou o tribunal “bem disposto e ordenado e favorecido por d’El Rei” (ANTT, Inq. Lisboa, Liv. 7, fl. 1). Relata-se depois, como se procurasse reconstituir uma linha cronológica, a nomeação de D. Henrique para inquisidor-geral, o estabelecimento do tribunal no Paço dos Estaus, e a celebração do auto-da-fé em setembro de 1540, o que sugere que a fundação seria anterior ao provimento do infante.

A referência a esta lenda do falso núncio, nada laudatório da história da fundação da Inquisição portuguesa, num livro da própria instituição, levanta várias questões sobre a autoria e os motivos por trás deste texto. Note-se que neste se chega a referir que João de Melo presidiu ao auto-da-fé “em forma de tribunal”, palavras que lembram aquelas, inscritas no manuscrito de 1541, que dizem que a Inquisição foi criada “com formalidade de tribunal”. As inexatidões históricas são, enfim, um traço comum entre os dois documentos, mas uma análise da escrita aponta para autores distintos.

Mas atente-se aos erros aí presentes. O tribunal esteve sediado no Paço dos Estaus, pelo menos, desde inícios de 1538, e não depois do provimento de D. Henrique, embora tivesse sido necessário recorrer, até ao final da década de

40, a outros espaços para a realização de audiências, como nas pousadas dos inquisidores, no Hospital de Todos os Santos ou em mosteiros. Finalmente, a chegada de Lipomano a Lisboa encontra-se documentada para a primavera de 1542, o que comprova a fragilidade desta narrativa (Barbosa 2000: 312).

Considere-se, mesmo assim, a hipótese de o tribunal de Lisboa ter sido criado em 1540. Existe, neste ano, uma aparente normalidade que não se encontra no anterior. Retomaram-se os despachos inquisitoriais, sob nova liderança, sobretudo depois de, em março, a posse de D. Henrique ter tido o tão necessário reconhecimento papal, com o breve *Ex Litteris*, de 10 de março de 1540 (Corpo Dipl. Port., t. IV, 284-285). No culminar do arranque desta atividade repressiva, celebrou-se, a 26 de setembro, o primeiro auto-da-fé em Portugal, de onde saíram 23 pessoas. A cerimónia teve lugar na Ribeira, frente aos paços régios, contando com a pregação do padre frei Francisco de Villa Franca, frade de Nossa Senhora da Graça da Ordem de Santo Agostinho, que estava em Lisboa com frei Luís de Montoia, vigário geral da mesma Ordem. Assistiram o rei, prelados e demais fidalgos de Lisboa, presidindo aos trabalhos o inquisidor João de Melo. Nessa ocasião, e segundo as fontes setecentistas, depois de se ter demonstrado ao monarca a necessidade de o Alentejo ter outro tribunal, D. João III assim “o ordenou na dita cidade de Évora” (ANTT, Cons. Geral, L. 435, fl. 5-5v). Assumia-se que a Inquisição de Lisboa seria um tribunal distrital, o que, de resto, se poderia asseverar pela proveniência dos réus, completamente circunscrita aos limites da arquidiocese lisboeta.

Finalmente, nos dois meses seguintes a este auto público, fizeram-se importantes esforços para alterar e regulamentar a orgânica do Santo Ofício. A 14 de outubro, outorgava-se a Diogo Ribeiro, um ano depois de ter sido provido carcereiro, uma carta regimental que regulava o seu ofício (ANTT, Inq. Lisboa, L. 103, fl. 8v). A 10 de novembro de 1540, depois de quase quatro anos em que o tribunal teve apenas João de Melo e Castro como juiz, foram empossados dois novos inquisidores, o dominicano Jorge de Santiago e o desembargador régio Jorge Rodrigues, que teria servido a câmara do nuncio Capodiferro (ANTT, Inq. Lisboa, L. 103, fl. 5v).

Ao contrário de Castro, estes não seriam conselheiros do Santo Ofício, pelo que os seus poderes estariam limitados ao exercício do cargo em que eram providos. Nesse sentido, as cartas de nomeação que hoje se preservam destes são o primeiro testemunho da criação do ofício de inquisidor em Portugal e de um tribunal distrital que se distinguiu, quanto ao estatuto e âmbito de intervenção, do Conselho do Santo Ofício. A relação intrainstitucional que aqui se instituiu prepararia a macroestrutura inquisitorial para que, um ano depois, fosse implantada uma rede de tribunais distritais que teria o Conselho como

última instância judicial. D. Henrique autorizava estes “seus comissários de Lisboa” a receberem, de qualquer parte do reino, independentemente de lhes ter sido atribuído um distrito, todas as denúncias e confissões de casos de heresia e outros delitos que, segundo a bula da Inquisição, pertencessem à sua jurisdição, podendo assim inquirir e proceder contra estes, mandando prender, movendo os processos, faculdades particularmente depositadas em Jorge Rodrigues, “ficando reservado pera nos as sentenças finais e assi as penitencias públicas, as quais sentenças e penitencias se não despacharão finalmente senam perante nos ou perante quem cometermos o despacho delas”. Aos inquisidores seria apenas permitido “sentenciar em despacho final as causas que não sejam de heresia e que pertençam à Inquisição” (ANTT, Inq. Lisboa, L. 103, fl. 5v). Aquelas que revelassem heresia seriam despachadas pelos conselheiros do Santo Ofício, como se confirma pela prática processual. E mesmo quando Santiago se juntava a Melo nesses despachos, a capacidade dos membros do tribunal lisboeta de influenciar qualquer determinação estaria certamente limitada face ao número elevado de conselheiros que compunham essa mesa, sobretudo entre 1541 e 1544, quando foram indigitados 15 letrados, nenhum deles vinculados à mesa de Lisboa (Giebels 2018: 93). Este último ano marca, enfim, o fim dessa distinção entre o conselho e o tribunal lisboeta, com um grupo restrito de inquisidores, deputados e conselheiros a servir ambos ou, melhor dizendo, uma Inquisição de Lisboa com poderes ampliados, depois de ter sido chamado a si todas as culpas e processos pendentes nos restantes tribunais, estes que, com a suspensão dos despachos inquisitoriais por imposição papal por breve de setembro de 1544, rapidamente acabariam por colapsar, salvando-se apenas o de Lisboa e o de Évora.

## Conclusão

Na ausência de um rito fundador, podem, consoante os critérios adotados, serem encontradas várias “fundações” da Inquisição de Lisboa, seja em 1539, 1540 ou mesmo 1537, ano do estabelecimento do tribunal naquela cidade. Ao contrário dos demais tribunais distritais, onde várias cartas régias encomendaram a sua criação a quem os haveria de tutelar, atribuindo um distrito bem circunscrito, a criação do tribunal de Lisboa confunde-se com o próprio estabelecimento da Inquisição portuguesa, pois foi apenas aquele auditório que existiu até setembro de 1541, não obstante ter sido constituído em Évora. Mais do que uma data específica, a “fundação” da Inquisição de Lisboa foi um longo processo que decorreu numa conjuntura adversa ao

funcionamento do Tribunal da Fé, obrigando a constantes reorganizações e mudanças de estratégias que apenas encontrariam uma rota firme quando o infante D. Henrique pegou no leme da máquina inquisitorial.

A afirmação da mesa de Lisboa enquanto tribunal distrital passou, enquanto não se estabelecessem outros tribunais, por tentar distingui-la do Conselho do Santo Ofício. Contudo, apenas depois da posse de dois novos conselheiros a 16 de junho de 1539, D. Rodrigo Pinheiro e frei João Soares, a distinção entre aquelas duas mesas se tornou mais clara, sobretudo pela importância que o primeiro foi assumindo, competindo com o próprio João de Melo nos despachos de processos, o que, associado à posse de vários conselheiros entre 1540 e 1544, levou a que a mesa lisboeta perdesse finalmente influência sobre o Conselho (ANTI, Inq. Lisboa, L. 330, doc. 19). O tribunal lisboeta passaria, desde novembro de 1540, a ter dois novos inquisidores, libertando João de Melo para as visitas inquisitoriais que se haveriam de realizar e para acompanhar a criação dos novos tribunais. As fronteiras do distrito deste tribunal passariam, depois disso, a ser partilhadas pelos novos tribunais. A gradual extinção destes entre 1543 e 1547, acabaria por inverter este processo, havendo novamente uma sobreposição entre a mesa do Conselho e a de Lisboa, sobretudo a partir de 1550, algo que se perpetuou praticamente até à criação “formal” do Conselho Geral do Santo Ofício em 1569 (Giebels 2018: 71-92).

## Fontes e bibliografia

### Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho Geral do Santo Ofício, Livros 249, 256, 347, 435.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Livros 7, 52, 103 e 330.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processos 2154, 2725, 3164, 3828, 3914, 4286, 4829, 5000, 7807, 10829, 10985, 12561, 17982.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Chronologico, parte 3ª, maço 15, doc. 54. *Corpo Diplomático Portuguez...* (1862-1910). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1862-1910, 15 tomos.

MACHADO, Diogo Barbosa (1741-1759). *Bibliotheca Lusitana historica...* Lisboa Occidental: António Isidoro da Fonseca, Tomo III.

## Bibliografia

- BAIÃO, António (1906). *A Inquisição em Portugal e no Brazil: subsídios para a sua história*. Lisboa: Of. Tip. – Calçada do Cabra 7.
- BARBOSA, David Sampaio Dias (2000). “Nunciatura de Lisboa”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores / CEHR-UCP, vol. 3, 312.
- BETHENCOURT, Francisco (2000). “A Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, 102.
- BETHENCOURT, Francisco (1996). *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália*. s.l.: Temas e Debates.
- BUESCU, Ana Isabel (2005). *D. João III*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BOEGLIN, M. (2010). “Siviglia”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 3, 1441-1442.
- CAMPESE GALLEGRO, F. (2010). “Canarie”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 1, 254-255.
- COELHO, António Borges (1987). *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho, Vol.1.
- DEDIEU, J.P. (2010). “Galizia”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 2, 640.
- DEDIEU, J.P. (2010). “Toledo”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 3, 1577-1578.
- FEITLER, Bruno (2010). “Lisbona”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 2, 923-924.
- FERREIRA, Maria Manuela de Sousa Vaquero Freitas (2012). *O Tribunal da Inquisição de Lamego - Contributo para o Estudo da Inquisição no Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento em Cultura Portuguesa, apresentada à Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- HERCULANO, Alexandre (sd). *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa / Belo Horizonte: Livraria Bertrand / Livraria Francisco Alves, Tomos II e III.
- MARCOCCI, Giuseppe (2011). “A fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar”. *Lusitania Sacra*. 23, 17-40.
- MARCOCCI, Giuseppe, Paiva, José Pedro (2013). *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- MARCOCCI, Giuseppe, Soyer, F. (2010). “Saavedra, Juan Pérez de”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 3, 1354-1355.
- MATEUS, Susana Bastos (2010). “Los orígenes inciertos de la Inquisición en Lisboa

- (1536-1548): Geografia penitencial y estrategias de defensa de los *Cristãos-novos*”, *Tiempos Modernos*, 20, 1-27.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1997). *A Inquisição de Coimbra no século XVI – A Instituições, os Homens e a Sociedade*. Porto: Fundação Engº António de Almeida.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1979). “A Inquisição do Porto”. *Sep. da Revista de História*, 11. Porto, 215-227.
- MILLAR CARVACHO, R. (2010). “Lima”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 2, 906-907.
- MUÑOZ SOLLA, R. (2010). “Ciudad Real”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 1, 335.
- MUÑOZ SOLLA, R. (2010). “Cuenca”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 1, 439-440.
- MUÑOZ SOLLA, R. (2010). “Sigüenza”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 3, 1425.
- GIEBELS, Daniel Norte (2018). *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)*. Lisboa: Gradiva.
- PAIVA, José Pedro (2011). *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PAIVA, José Pedro (2007). “Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso (1523-1540)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, 127-174.
- PARRELO, V. (2010). “Barcellona, età moderna”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 1, 136.
- PEREIRA, Isaías da Rosa (1984). *Documentos para a História da Inquisição em Portugal...* Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português.
- PETTORRU, M. G. (2010). “Sardegna”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 3, 1379.
- PIAZZA, R. (2010). “Messico”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 2, 1037-1040.
- PROSPERI, Adriano (2010). “Zaragoza”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 3, 1717-1720.
- SOYER, François (2010). “Valhadolid”, in PROSPERI, Adriano (coord.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Editione della Normale, vol. 3, 1639-1640.
- VILAR, Herminia Vasconcelos (1987). “A Inquisição do Porto: actuação e funcionamento (1541-1542)”, *Revista de História Económica e Social*, 21, 29-46.

(Página deixada propositadamente em branco)

# Casuística nos Trópicos: a pragmática teológico-moral de Francisco Rodrigues na Ásia portuguesa (séculos XVI e XVII)

*Casuistry in the Tropics: the moral-theological pragmatics of Francisco Rodrigues in Portuguese Asia (sixteenth and seventeenth centuries)*

**RÔMULO DA SILVA EHALT**

Universidade Sophia (Japão)<sup>1</sup>

romuloehalt@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 22/05/2019

**Resumo.** A partir da década de 1550 e especialmente a partir do fim do Concílio de Trento, os esforços de padronização litúrgica, doutrinária e dogmática da igreja foram sentidos no império português e nas suas franjas através de uma crescente preocupação com dilemas morais. A atuação de teólogos da Companhia de Jesus de Goa foi fundamental para a resolução destas questões na Ásia. Identificando limites da teologia moral europeia, o presente artigo analisa o legado de um destes teólogos, Francisco Rodrigues, localizando sua influência e alcance através da análise filológica dos seus escritos. Propõe-se a definição da casuística teológico-moral de Goa como categoria de classificação para este corpus textual, caracterizado pelo estabelecimento de uma teologia moral desatrelada do contexto europeu, visando a aplicação de soluções para os casos morais da região e o favorecimento da conversão e da manutenção da fé.

**Palavras-chave.** teologia moral, missões jesuítas, casuística moral, literatura pragmática, império asiático português.

**Abstract.** Starting in the 1550s, and especially after the Council of Trent, efforts to standardize liturgy, doctrine and dogma in the church were felt in the Portuguese empire and its neighboring areas through a growing concern with moral dilemmas. Theologians from the Society of Jesus in Goa had a central role in the resolution of these issues. Identifying the limits of European moral theology, this article analyses the legacy of one of these theologians, Francisco Rodrigues, establishing his influence and reach through a philological analysis of his writings. Thus, we propose the delimitation

---

<sup>1</sup> Japan Society for the Promotion of Science International Research Fellow. Agradeço os comentários atenciosos de Ângela Barreto Xavier (Universidade de Lisboa), Bruna Soalheiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Célia Cristina da Silva Tavares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ines G. Županov (Centre d'études de l'Inde et de l'Asie du Sud, Centre national de la recherche scientifique), Liam Matthew Brockey (Michigan State University) e Luisa Stella Coutinho (Max Planck Institute for European Legal History). Estendo meus agradecimentos ainda aos avaliadores por suas valiosas sugestões. Quaisquer erros e equívocos são de total responsabilidade do autor. A pesquisa resultante no presente artigo foi possível graças a financiamentos da Japan Society for the Promotion of Science (2011-2014 e 2019-2020).

of a moral-theological casuistry of Goa as a category for classifying this textual corpus, defined by a moral theology unlinked from the European context, offering solutions for the moral cases of the region and favoring conversion and the maintenance of converted individuals.

**Keywords.** moral theology, Jesuit missions, moral casuistry, pragmatic literature, Portuguese empire in Asia.

## Introdução

O século XVI foi uma época de intensas mudanças no modo como os homens percebiam a sua relação com Deus, sendo palco de reflexões que permitiram a emergência de novas elaborações teóricas visando responder às dificuldades morais encontradas no processo de expansão da fé cristã para além dos limites da Europa Ocidental. Estas dificuldades surgiam de dilemas morais, onde qualquer uma das soluções possíveis poderia gerar conflitos e possivelmente resultar em pecado. Na era moderna, teólogos dedicaram-se ao estudo destes dilemas através da casuística, identificando, discutindo e resolvendo os chamados casos de consciência (Tutino 2018: 9). Como aponta Wicki, estes casos envolviam temas como comércio, direitos de herança, matrimônios e outros, exigindo “*imediate e segura solução, [...] mas que pelas graves conseqüências não podiam nem deviam ser resolvidas por um simples missionário*” (Wicki 1961: 257-8).

Há tempos, as inovações teóricas e filosóficas da teologia moral em Portugal e na Espanha vêm sendo alvo de estudos.<sup>2</sup> Sua bibliografia é vasta, especialmente no que toca os estudos sobre a Escola de Salamanca e a Segunda Escolástica (Duve et al. 2014: 3-5). Recentemente, a área ganhou novo fôlego: na Alemanha, o projeto “*The School of Salamanca: A Digital Collection of Sources and a Dictionary of its Juridical-Political Language*”, do Max Planck Institute for European Legal History, visa reunir, ao longo de 18 anos, um banco de dados com fontes básicas e compilar um dicionário temático (id.). No mesmo instituto, o “*Knowledge of the pragmatici: Presence and Significance of Pragmatic Normative Literature in Ibero-America in the late 16th and early 17th Centuries*”, propôs a releitura e contextualização de escritos similares no contexto hispano-americano<sup>3</sup>. Em Portugal, destacou-

<sup>2</sup> Para uma visão geral do processo histórico da casuística moderna, veja Tau Anzoátegui 1992, Mayer Celis 2015, Maryks 2008, Prodi 1994, Prodi 2000.

<sup>3</sup> Concluído em 2018, seus resultados podem ser consultados no site [http://www.rg.mpg.de/research/knowledge\\_of\\_the\\_pragmatici?fbclid=IwAR2CoJJYmn\\_-dPC8v0zji53fOy6TTw29KJjqmK6ZYSDAq5XHYoPknhNN8PE](http://www.rg.mpg.de/research/knowledge_of_the_pragmatici?fbclid=IwAR2CoJJYmn_-dPC8v0zji53fOy6TTw29KJjqmK6ZYSDAq5XHYoPknhNN8PE) (consultado em 20 de novembro de 2018).

se a iniciativa “*De Restitutione: a Escola Ibérica da Paz e a Ideia de Justiça na Ocupação da América (século XVI)*”, dirigida por Pedro Calafate e Ramón Emílio Mandado Gutiérrez, que editou e traduziu para o português textos de teólogos deste período (Calafate e Mandado 2014; Calafate, Tarrío e Ventura 2015).

As questões aí suscitadas nos orientam a reavaliar outros autores que ainda não foram contemplados pelos investigadores. O presente texto visa chamar a atenção para um grupo específico: os teólogos jesuítas da Ásia. Inacianos como Francisco Rodrigues, António de Quadros, Lopo de Abreu e outros são conhecidos dos que se dedicam ao estudo das missões asiáticas. Mas é difícil afirmar que tais obras frequentam as listas de pensadores mais influentes da era moderna. Dando destaque às intensas trocas e à produção intelectual entre jesuítas da porção asiática das missões e das comunidades portuguesas da Ásia, minha intenção é mostrar que, longe de ser um centro de recepção passiva do pensamento europeu, Goa era um polo de saberes jesuíticos no Oriente. Neste sentido, o presente texto se inspira em recentes trabalhos sobre a produção intelectual na Ásia portuguesa (Marcocci 2013; Xavier e Županov 2015).

É claro que outras ordens religiosas, como agostinhos, franciscanos e dominicanos também compunham parte deste universo de teólogos centrado em Goa, como, por exemplo, o franciscano Paulo da Trindade ou mesmo o primeiro Arcebispo de Goa, D. Gaspar de Leão. Sua dispersão arquivística, contudo, dificulta o acesso a muitos de seus trabalhos. Por este motivo, faz-se necessário explicar que a proposta aqui apresentada se limita às atividades do universo inaciano, dada a ausência de conhecimentos e materiais para o estudo das atividades das outras ordens, o que prejudica o aprofundamento necessário para a integração destes em um universo mais geral de produção intelectual.

Assim sendo, este texto parte da análise de dois tipos básicos de fontes: os códices de resoluções e pareceres teológicos produzidos por jesuítas na Ásia e suas cartas. Com foco no caso dos missionários e superiores da Companhia de Jesus em Goa, responsáveis pela supervisão das missões do padroado português do Oriente, desde o leste africano até Japão, o objetivo aqui é propor algumas questões que possibilitam entender de maneira concreta o alcance, a influência e os usos da casuística teológica e moral produzida na capital do Estado da Índia sobre os casos encontrados nas comunidades portuguesas e de asiáticos convertidos em Goa, Malaca, Macau, Nagasaki e outros. Este corpus de saberes, produzidos para a aplicação pragmática da teologia moral nas missões jesuítas e nas fortalezas e portos portugueses do Oriente,

formou-se como um conjunto de análises marcado por forte pragmatismo teológico-moral. Tais saberes caracterizavam-se ainda pelo desligamento do contexto social europeu e um embasamento no entendimento acerca das novas sociedades cristãs da Ásia.

Considerando que a pesquisa aqui proposta apenas inicia-se em caráter de pós-doutoramento, este artigo limita-se à análise das bases desta casuística e do alcance e influência dos teólogos jesuítas de Goa. Para tanto, o artigo começa traçando um perfil dos mais relevantes autores da teologia moral europeia e sua relação com as missões e as comunidades portuguesas na Ásia. A seguir, apresentam-se linhas gerais da casuística de Goa e o que se pretende entender como pragmática teológico-moral, localizando a produção intelectual destes teólogos no contexto maior da história da teologia moral moderna. Por fim, busca-se compreender o alcance e influência destes autores na construção de um corpus de precedentes jurídicos e o papel exercido pelos próprios códigos como nodos de uma alargada rede de teólogos na Ásia que se apoiavam nestes precedentes através da análise filológica de algumas das contribuições de um dos teólogos mais influentes deste movimento – Francisco Rodrigues.

## Os limites da teologia moral europeia

A partir da metade do século XV, diversos autores, alavancados pela revolução de Gutenberg, se confirmaram como autoridades e intérpretes da aplicação prática do tomismo na era moderna: Antonino Pierozzi, Tomaso de Vio ou Caetano, Angelo Carleto, Silvestre Mazzolini ou Prierias, Francisco de Vitória, Domingo de Soto, Martin de Azpilcueta Navarro, Diego de Covarrubias y Leyva, entre outros. Como exemplo, vejamos quatro cuja influência foi fortemente sentida na Ásia: Caetano, Silvestre, Soto e Navarro.

Os dois primeiros foram autores italianos da tradição sumista da virada do século XV para o XVI. Caetano (1469-1534) foi autor da popular *Summula de Pecatis*, posteriormente conhecida como *Summa Caetana* (Volz 1908), tendo inclusive edições em português durante o século XVI<sup>4</sup>. Na Ásia, já desde 1550 o pensamento de Caetano guiava a resolução de casos: em carta a Loyola, ele era questionado por Lancillotto (*Documenta Indica* II: 2-3). E, em diversas ocasiões, aulas de casos de consciência eram ministradas usando-se a *Summa Caetana* (*Documenta Indica* III: 706; *Documenta Indica* VII: 681).

Silvestro Mazzolini, o Prierias, redigiu uma das mais marcantes obras

---

<sup>4</sup> Ver as edições de 1565 e 1566 digitalizadas pela Biblioteca Nacional de Portugal em <http://purl.pt/14237> e <http://purl.pt/15034>.

da época, a *Summa Summarum*, conhecida também como *Summa Silvestrina*, que teve quarenta edições durante o século XVI, e apresentava mais de 700 questões de teologia moral e lei canônica em ordem alfabética (Feci 2008). Silvestre realizou a proeza de sintetizar os saberes das principais sumas dos séculos anteriores no bojo da Reforma, e sua obra esteve, inclusive, na biblioteca levada por Melchior Nunes Barreto para o Japão em 1556 (López Gay 1960: 363).

Outro que também estava na mesma biblioteca foi Navarro, com oito exemplares levados para o Japão (López Gay 1960: 355). Martín de Azpilcueta Jaureguizar (1491-1586), o Doutor Navarro, estudou em Alcalá de Henares e obteve seu grau de *utriusque juris* em Toulouse. As obras de Navarro tiveram mais de 300 edições na França, Itália, Portugal, Espanha e Alemanha, sendo o *Enchiridion* ou *Manual de Confessores e Penitentes* (publicado pela primeira vez em 1552 em Portugal e baseado no manual que teria sido originalmente escrito pelo franciscano Rodrigo do Porto) o mais popular de seus trabalhos (Belda-Plans 2015: 3-21). Como ressalta Tutino, os trabalhos de Navarro foram marcos na história do pensamento religioso moderno. Sua obra determinou a confissão como um momento de interseção entre a lei, a moralidade e a teologia, e pôs em dúvida os ensinamentos de Agostinho, que defendia a necessidade de seguir a opção mais segura em casos dúbios – para o teólogo espanhol, esta deveria ser considerada apenas um conselho, e não um preceito (Tutino 2018: 27-9). O resultado foi uma flexibilização das soluções para questões duvidosas, sempre comuns na administração paroquial de asiáticos convertidos e de comunidades portuguesas.

Em meados do século XVI, o trabalho de Domingo de Soto surgiu como uma nova peça fundamental de referência e importante base da construção da teologia moral moderna. Soto havia sido discípulo de Francisco de Vitória, estudara em Alcalá de Henares e Paris, e assumira papel central na construção do pensamento da Universidade de Salamanca. Participou do Concílio de Trento e, através da leitura de autores como Aristóteles e Aquino, foi um dos responsáveis pela renovação da escolástica medieval. Sua influência se alargou com a publicação em 1557 do *De iustitia et iure*, que expôs de forma independente problemas relacionados à justiça, mostrando preocupação crescente com a aplicação prática da teologia moral e deixando para trás a tradição dos comentários tomasianos (Hill 2001: 271-4; Díaz 2003: 363-71; Alonso-Lasheras 2011: 33).

Foi, ao que parece, a partir da década de 1550 que estes autores se disseminaram e, com eles, os limites da teologia moral europeia foram sentidos na Ásia. Já em 1550, o jesuíta italiano Nicolao Lancilotto chegou a dizer que

as confissões dos asiáticos convertidos na Índia apresentavam os casos mais difíceis que ele jamais vira (“*li piú deficoltoſi caſi che ſi truovano, nella matéria delia confeſſione*”) (*Documenta Indica* II: 19). Em 1577, Alessandro Valignano, então visitador das missões jesuítas das Índias, escrevia a seus superiores em Roma sobre os desafios encontrados no uso de decisões propostas pela teologia moral europeia na Ásia. Em seu relatório aos superiores na Europa, ele reclamou que as resoluções enviadas de Roma eram muitas vezes inadequadas para as comunidades de cristãos asiáticos e portugueses, colocando o provincial da Índia em situações difíceis (*Documenta Indica* XIII: 59). Valignano insistiu durante anos na incapacidade da aplicação da teologia moral europeia como tal na Ásia. Analisando o caso do Japão, ele escreveu em 1583 que era impossível que as resoluções de Caetano, Navarro ou qualquer outro sumista da Europa servissem para orientar os padres no Oriente. Para ele, a experiência era crucial para que estes casos pudessem ser resolvidos. (Valignano e Alvarez-Taladriz 1954: 220-1). Em 1592, Valignano se viu frustrado com a incapacidade dos superiores em Roma de resolver casos do Japão como a confissão dos enfermos, os matrimônios, as usuras, os cativos, o culto dos ídolos e outros. O jesuíta chegou a escrever que, se Navarro mudou de opinião ao sair de Portugal e ir a Roma, qual não seria o impacto sobre o seu pensamento se fosse ao Japão. (Valignano e Alvarez-Taladriz s.d.: 497).

Para missionários como Valignano, o que diferenciava o conhecimento pragmático desenvolvido na Ásia era a experiência da terra. Os teólogos de Goa, Malaca, Macau, Manila e outros, ao contrário de seus companheiros na Europa, tinham contato com as questões suscitadas nas empreitadas jesuítas. Este entendimento levou os teólogos na Ásia a se aprofundar nos métodos e soluções práticas para as dificuldades vistas, em especial, nas confissões de conversos asiáticos e cristãos portugueses.

A importância dada à experiência também deve ser entendida como parte do âmago dos valores de fundação da Companhia. Harro Höpfl diz que a Companhia era viciada em regras, mas mais do que o seu cumprimento, valorizava-se a prudência para lidar com diferentes circunstâncias. Isto permitia que houvesse espaço para a reflexão, o discernimento, a cautela, o bom senso e a ponderação (Höpfl 2004: 34, 164-5). As Constituições repetem a importância da prudência inúmeras vezes, inclusive determinando esta como uma das qualidades necessárias aos novos membros da ordem (*Monumenta Ignatiana* série III, t. 2: 133). É esta prudência que será responsável pela valorização da experiência ao se refletir sobre os casos de consciência mais difíceis.

Por causa destas dificuldades, os teólogos dos grandes centros ultramarinos

dos impérios e seus arredores se faziam presenças necessárias e esperadas. Os casos desafiadores encontrados nas missões e nas comunidades portuguesas nem sempre podiam ser resolvidos localmente: havia os chamados “casos reservados”, cujas resoluções dependiam de bispos, por vezes arcebispos e até mesmo do papa. Com base nestes questionamentos, os teólogos de Goa reinterpretaram as soluções encontradas na teologia moral europeia e construíram um verdadeiro corpus textual de conhecimento pragmático.

## A definição do campo

As principais fontes para o estudo da casuística teológico-moral desenvolvida na era moderna no império asiático português e seus arredores são os manuscritos de pareceres e opiniões de teólogos e prelados locais encontrados em miscelâneas documentais. Jorge dos Santos Alves e Manuel Lobato chegaram a considerar estas fontes uma espécie de “vade mecum dos jesuítas” consultado por padres em agrupamentos afastados dos centros portugueses de poder judicial e político-administrativo quando precisavam exercer funções reguladoras destas comunidades portuguesas e das missões (Lobato 2002: 397). Ivo Carneiro de Sousa, em seu estudo sobre os escritos de Manuel de Carvalho – incluídos no mesmo código – atenta para a importância dada à experiência em detrimento de obras de autoridade, e conclui que estes não eram trabalhos eruditos, mas sim tratados apoiados na literatura penitencial e representativos das diversas faces dos jesuítas na Ásia, onde eram “mistura de autoridade religiosa e política, de missionário e jurisconsulto, de intelectual e consultor comercial.” (Sousa 1999: 158-60). Sobre a sua importância, Wicki diz acerca de um destes códigos que eles nos permitem completar “consideravelmente a nossa ciência do Oriente português da segunda metade do século XVI” (Wicki 1961: 263).

Esta experiência multifacetada dos jesuítas combina-se com os esforços que, desde os anos finais do Concílio de Trento e continuados pelo Primeiro Concílio de Goa, eram envidados para a padronização litúrgica, doutrinária e dogmática nas missões e nas comunidades portuguesas da Ásia. Como parte fundamental deste processo, os pareceres dos teólogos de Goa merecem papel de destaque.

Assim, esta produção intelectual localiza-se na interseção entre as ordens e objetivos das instâncias superiores da Companhia de Jesus na Europa e a teologia moral europeia, de um lado e, do outro, os anseios oriundos das dificuldades encontradas nas comunidades do Oriente sob

o jugo português e nas missões asiáticas – estas por sua vez localizadas em contextos plurilegalistas, onde diferentes normatividades coexistiam e competiam. Deste modo, estes códices podem ser entendidos como parte da chamada “*literatura pragmática*” que, como explica Otto Danwerth, aparece como conceito abrangente elaborado pela historiografia alemã do direito da segunda metade do século XIX (Danwerth 2016: 361-2).

Assim, os escritos dos teólogos de Goa aparecem como um conjunto de saberes casuísticos geograficamente centrado na capital do Estado da Índia e nas atividades da Sociedade de Jesus na Ásia. Tal como a teologia moral da Europa, este conjunto é caracterizado por uma preocupação com soluções imediatas para desafios morais e com o favorecimento da conversão e da manutenção da fé. Mas, no caso de Goa, a casuística de Rodrigues e demais jesuítas aparece como uma das referências para outros teólogos na Ásia que se debruçaram sobre os casos de consciência das missões e das comunidades ibéricas, sendo reproduzida em forma manuscrita. As resoluções por eles elaboradas eram os instrumentos responsáveis por permitir aos jesuítas o oferecimento dos sacramentos não somente em momentos cruciais da vida dos seus párocos (batismo e morte) mas também no seu cotidiano (confissão e comunhão), além de reger o estabelecimento de vínculos sociais (matrimônios e escravidão).

Devido aos limites deste artigo, analisam-se aqui os primeiros textos de uma figura central do início da teologia jesuíta de Goa: os escritos pragmáticos de Francisco Rodrigues. Seus pareceres tornaram-se ferramentas de estudo para outros teólogos que se debruçavam sobre questões igualmente complexas nas comunidades portuguesas e missões asiáticas.

Serão os escritos de Francisco Rodrigues que fornecerão as bases para a resolução das questões morais do padroado português no Oriente. A seção seguinte oferece a análise de algumas fontes tendo em mente a provincialização teórica da teologia moral da Europa e um foco maior na produção intelectual de Goa.

## O alcance de Goa

Em 1556, Francisco Rodrigues e Gonçalo da Silveira desembarcaram em Goa. Sua chegada foi celebrada pelos jesuítas na Ásia, fazendo com que o padre Melchior Nunes Barreto, que na época se encontrava em uma visitação no Japão, retornasse para encontra-los na Índia (*Monumenta Sinica* I: 313). Rodrigues era um experiente professor de casos de consciência em Coimbra.

No Oriente, foi reitor do Colégio de São Paulo de Goa, criado em 1548, e provincial da Índia, e sua mudança para Goa foi resultado de uma campanha pessoal que terminou com a obtenção de uma autorização do próprio Loyola (Sousa, 1710: 76). O primeiro geral da Companhia certamente seguiu as orientações de Miguel de Torres, visitador de Portugal, que escreveu para Loyola em 1555 dizendo que preferia Rodrigues na Índia “*á quantos podrían ynbiarse para aiudas de las ánimas en aquellas partes*” (*Monumenta Ignatiana* 10: 171). Gonçalo da Silveira, por sua vez, após um período marcado pelo conflito com os cristãos-novos de Cochim, acabou tendo sua presença na Índia abreviada em 1560, quando foi enviado pelo Provincial da Índia António de Quadros, para uma missão na África. Silveira acabou se tornando mártir no Monomotapa, assassinado a mando do próprio rei que havia batizado (Kendal 1912; Santos 2007, 92-130).

Quadros, aliás, foi outra figura fundamental da pragmática teológico-moral da Ásia. Eleito provincial da Índia em 1559, sua história acabou um tanto ofuscada pela figura de Rodrigues e a alargada influência dos escritos do reitor. Quadros chegou à Índia em 1555 e ensinou teologia por muitos anos no Colégio de São Paulo de Goa. Junto de Melchior Nunes Barreto, serviu como assistente do arcebispo de Goa, D. Jorge Themudo, à frente da Mesa da Consciência e Ordens de Goa, criada em 1570 e cujas atividades e história ainda continuam incertas. Ainda assim, mas ficou mais conhecido como provincial dos jesuítas, cargo que ocupou até a sua morte, em 1571 (Sousa 1710: 54-55; Marcocci 2012: 314-315).

Em Goa, Rodrigues tornou-se uma consultada autoridade da Companhia na Ásia. Os missionários do Japão, por exemplo, enviaram-lhe dúvidas sobre casos de consciência enfrentados pela missão já em 1559. Sabemos que Cosme de Torres, superior dos poucos jesuítas no Japão naquela altura, discutiu questões morais do trabalho missionário em uma série de cartas enviadas por volta de abril de 1559 e obteve de Rodrigues instruções variadas, ainda que se desconheça o teor destas trocas (*Documenta Indica* IV: 258, 388; *Documentos del Japón* II: 216). Uma segunda consulta seria feita anos mais tarde, entre os anos de 1563 e 1568, e cuja resposta, atribuída a Rodrigues e datada de 1570, conserva-se na Torre do Tombo (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 112-134; Wicki 1961: 160; Pinto e Pires 2005: 15).

As respostas de consultas deste gênero são peças fundamentais para entender a produção da casuística de Goa. São pareceres, resoluções, opiniões e consultas manuscritas comumente compiladas em miscelâneas teológicas. Até o presente, a pesquisa arquivística permitiu encontrarmos pareceres de Rodrigues e referências às resoluções elaboradas pela casuística de Goa

em coletâneas produzidas em grandes sociedades coloniais asiáticas, como Macau e Malaca, e até mesmo em Manila.

Na historiografia, a fonte mais conhecida parece ser o códice 805 dos Manuscritos da Livraria da Torre do Tombo, que reúne os comentários do padre Francisco Rodrigues (Wicki 1959: 37-75; Wicki 1961: 257-263; Sousa 1999: 129-197; Alves 2000: 173-186; Lobato 2002: 389-408; Pinto e Pires 2005: 9-60; Asami 2009: 69-137). Neste volume, conservam-se diversos manuscritos escritos entre os anos de 1560 e 1600. A presença do índice nos serve para confirmar, como aponta Wicki, que o códice se manteve relativamente intacto (Wicki 1961: 258). Enquanto alguns dos textos se encontram anônimos, identificam-se os seguintes autores: Fernando Pérez, teólogo espanhol e figura de destaque da Universidade de Évora; Luís Perestrela, professor em Bolonha e auxiliar do cardeal Paleoto para casos de consciência; Manuel Carvalho, que ocupou o cargo de Pai dos Cristãos em Vaipikotta, Cochim e Malaca; Alessandro Valignano, visitador das missões da Ásia; Gomes Vaz, reitor do colégio de Malaca que participou do 3º Concílio Provincial de Goa e, segundo Wicki, teria sido o responsável por levar o códice para Portugal; e, claro, Francisco Rodrigues e António de Quadros (Lobato 2002: 393-399, 403; Wicki 1961: 258-62).

Analisando os textos do códice 805, Rodrigues é claramente indicado como autor de cinco deles: a “*Resolução de alguns casos uersados na Jndia e suas partes pello padre fr[ancisc]o Rodrigues da Companhia de Jesu*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 33v-74), os “*Cazos diuersos e uarios que correm pelas p[ar]tes da india com suas resolluções pelo p[adr]e f[rancisc]o Rodrigues da Companhia de Jesu*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 96-106), as “*Rezoluções dos cazam[en]tos e Matrimonios tiradas de m[ui]tos doutores por o p[adr]e fr[ancisc]o Roiz*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 109-111v), a “*Materia resolutoria dos casamentos dos Jnfieis pello p[adr]e fr[ancisc]o Rodrigues da companhia de Jesus*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, 137-139v), e as “*Resoluções que sobre as aldeas e terras de Baçaim se tomarão pera os confessores saberem como se [h]ão de haver com os penitentes que os tiuerem pello p[adr]e fr[ancisc]o Rodrigues*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 173-185). De acordo com nota do fólho 112, sabemos que as *Rezoluções dos cazam[en]tos e Matrimonios* são a continuação da “*Materia resolutória dos casamentos do Jnfieis*”, texto iniciado no fólho 137 sobre os casamentos de infieis nas missões e nas comunidades portuguesas. Portanto temos, na prática, quatro textos de autoria de Francisco Rodrigues.

Ainda assim, a caligrafia consistente e a posição relativa de outros textos do códice nos permite atribuir a Rodrigues a autoria de outras cinco seções,

a saber: o “*treslado das prouizoos que os Uizoreis acostumaõ a pasar aos capitaes das fortalezas e Uiagens*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 75-95), a “*Rezolução en que se Mostra como hú relegiozo depois de ter feito uoto de pobreza pecca contra ella e querendo ou pos[s]uindo ou fazendo dalguã couza como prop[r]ia ou sem L[icen]ca de seu superior*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 106v-108v), a “*Re[s]posta de algûs Cazos q[ue] os padres de Iaapão Mandaram Perguntar*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 112-134, já positivamente identificado como escrito por Rodrigues em Pinto e Pires 2005), os “*Poderes do cardeal iffante como legado á Latere*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 135-137), e uma análise de seis casos das Ordenações Manuelinas (id., fl. 185v-187v). Admitindo a autoria de Rodrigues para estas seções, temos um total de nove textos do teólogo.

Mesmo assim, a maioria ou mesmo todos os textos anônimos do códice podem ter sido efetivamente escritos por Rodrigues ou ao menos atribuídos em algum momento à sua autoria. A capa do volume, feita a mão pelos responsáveis pela Livraria do Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, onde a obra esteve após chegar a Portugal, intitula o códice “[Co]mentários do p[adr]e fr[ancisc]o Ro[dr]i[gue]z da companhia de Jesu sobre os casos uersados na Jndia e suas partes com m[ui]tas outras resoluções mui importantes e necessarias aos confessores com seu jndex de todas as cousas [que] neste liuro se contem”. Mesmo um catálogo elaborado na segunda metade do século XVIII da mesma biblioteca se referiu a este volume como “*Comentarios Sobre os Cazos reservados na India, composição do P[adr]e Fran[cisc]o Ro[dr]i[gue]z da Comp[anhi]a denominada de Jesus*” (BNP, Res., Cód. 7409, f. 172v). Portanto, é de se admitir que o nome de Rodrigues foi associado aos textos anônimos do códice, o que nos indica outra problemática: mesmo que os textos atribuídos nominalmente a Rodrigues nos manuscritos não tenham sido realmente escritos por ele, o nome do reitor pode ter sido utilizado para prover de maior utilidade estas resoluções. Deste modo, a produção intelectual atribuída a Rodrigues extrapolou os limites dos textos verdadeiramente escritos pelo reitor.

Levando em conta que a datação de alguns dos outros textos do códice 805 mostram que estes foram escritos no derradeiro ano do século XVI, como o texto de Manuel de Carvalho sobre questões comerciais de Malaca (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 157v-171v), estas cópias dos textos de Rodrigues foram feitas em qualquer momento entre a sua elaboração, em meados da década de 1560, até o final do século. Contudo, não é possível afirmar com certeza o grau de fidelidade que estas cópias possuem com os comentários originais de Rodrigues.

Tal crítica é possível ao se comparar o teor deste códice com outros

textos atribuídos ao teólogo. O códice 49-VI-6, da coleção Jesuítas na Ásia da Biblioteca do Palácio da Ajuda, preserva um destes textos. Trata-se de uma cópia setecentista intitulada “*Libro Miscellaneo nunc in duas partes divisio*” que reuniu textos de diversas outras fontes, manuscritas em sua maioria. No códice, os amanuenses da biblioteca do colégio jesuíta de Macau copiaram o texto “*Perguntas feitas de Japam ao P[adre] Fran[cis]co Rodrigues, e ao P[adre] Ant[óni]o de Quadros Pr[ovinci]al da India toda, q[ue] era então huma So Prov[ínci]a*” (Ajuda, Jesuítas na Ásia, 49-VI-6, fl. 85v-89v; Ahn 2012: 20-41). São cinco perguntas, originalmente sem numeração, envolvendo o problema dos matrimônios no Japão. Em suma, temos as seguintes questões:

- 1) Que devem fazer os cristãos que se casaram ou se casam com infiéis?
- 2) O matrimônio dos japoneses deve ser considerado legítimo dado o costume do repúdio e a ausência de cerimônias?
- 3) O cristão cuja mulher não quer se converter nem viver com ele sem o persuadir a retroceder na fé está obrigado a abandonar a mulher e tomar outra?
- 4) O marido fiel que repudiou sua mulher infiel por adultério e tomou outra está em boa consciência?
- 5) O cristão que vive com mulher infiel que não quer se converter pode receber os sacramentos da confissão e da comunhão?

Comparando estas cinco perguntas com aquelas do texto “*Re[s]posta de algûs Cazos q[ue] os padres de Iaapão Mandaram Perguntar*” (ANTI, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 112-134), traçam-se alguns paralelos. Em primeiro lugar, a terceira pergunta do texto da Ajuda é a mesma do caso 16 do texto do Tombo; a quarta repete o perguntado no caso 20; e a última corresponde ao primeiro caso das perguntas do Japão do códice 805. As únicas que não aparecem no texto do Tombo são as perguntas de número um e dois da Ajuda, o que significa que o texto original das respostas de Rodrigues era maior do que a cópia do códice 805.

As respostas também dão a entender que a difusão dos manuscritos de Rodrigues no Oriente deu lugar a modificações no texto, talvez de acordo com a capacidade de cada copista ou os objetivos da elaboração da cópia. A maioria das respostas de Rodrigues são resumidas ou ligeiramente modificadas. A resposta à quarta pergunta do códice da Ajuda, por exemplo, reproduz apenas metade do parecer de Rodrigues ao caso 20 do texto do Tombo.

A leitura do texto do códice da Ajuda também deixa claro de que este texto se trata de uma revisão feita por António de Quadros às respostas dadas por Francisco Rodrigues na década de 1560. Ao que tudo indica, o provincial

da Índia revisara as outras respostas de Rodrigues à consulta dos padres do Japão, mas o resto dos seus comentários não foi copiado no século XVIII. Conclui-se apenas que as resoluções também eram submetidas ao crivo de jesuítas hierarquicamente superiores, como António de Quadros.

Os nomes de Quadros e Rodrigues figuram ainda em outro trecho do mesmo códice. Sob o título “*Quaesita cum suis Respo[n]sis circa Sacramentum Baptismi*” (Ajuda, Jesuítas na Ásia, 49-VI-6, fl. 98v-100), quatro perguntas no total são transcritas – as duas primeiras respondidas por Quadros e as outras por Rodrigues. São questionados os batismos de ladrões, de criados dos senhores não-convertidos e de templos do Japão, de crianças abandonadas para morrer, e de soldados que desconhecem suficientemente a doutrina.

Alguns exemplos concretos retirados dos textos acima descritos ilustram melhor a casuística de Goa. Quando perguntado pelos padres do Japão se poderiam administrar a confissão e a eucaristia aos que pouco sabiam da doutrina, Rodrigues começa lembrando que Aquino defende que os cristãos deveriam saber os artigos da fé. No entanto, com base em Guillaume Durand de Saint-Pourçain, Francisco de Vitória e “*outros mestres salmantinos*”, ele compara a situação dos conversos japoneses com os rústicos da Europa, para os quais a rudeza serviria de desculpa para não saberem a doutrina e ainda assim comungar e se confessarem<sup>5</sup>. Por fim, lembra que o próprio Paulo (Coríntios 3: 2) ensina que a doutrina deveria ser ensinada aos poucos, e a ignorância não seria impedimento para os sacramentos (ANTI, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl.113v-114; Pinto e Pires 2005: 35-36).

Em outros casos, quando estes se mostram sem precedentes, existe uma preferência por pragmático de absoluto, sem o recurso de autoridades. Por exemplo, quando perguntado sobre o batismo de crianças japonesas enjeitadas, Rodrigues sugere que se busquem cristãos para criar os jovens. Quando não se achassem cristãos dispostos a tal, e acreditando na possibilidade de alguns serem adotados por não-cristãos, o teólogo decide que os pequenos deveriam ser batizados e abandonados à própria sorte, concluindo que “*menos inconveniente he criarem os gentios alguns baptizados, q[ue] deixarem de Se Salvar, os q[ue] pello baptismo entrão no ceo*” (Ajuda, Jesuítas na Ásia, 49-VI-6, f. 99v-100). Este método de pragmatismo e favorecimento do bom senso em prol da manutenção dos asiáticos convertidos repete-se no trabalho de Rodrigues e repetir-se-ia nos textos de outros teólogos da Ásia portuguesa, e como disseram Pinto e Pires, tornando-se um aspecto fundamental para o

---

<sup>5</sup> Esta questão continuou sendo problemática em outros momentos das missões na Ásia. Em 1629, por exemplo, a falta de obrigatoriedade destes sacramentos na missão chinesa era fonte de grande preocupação para André Palmeiro, como mostrou Brockey 2014: 347-348.

progresso das missões (Pinto e Pires 2005: 22).

Os pareceres de Rodrigues também eram submetidos a debates internos no colégio jesuíta de Goa. Por exemplo, no códice 805 temos o texto “*Reuista dos casos dos contratos do pe fr[anciscano]co rr[o]drigues [sic] da Companhia pelos padres letrados della no colegio de goa e determinarão sobre elles o seguinte*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 188-189v). Neste texto, os padres do Colégio de Goa – possivelmente excluindo os coadjutores espirituais, de três votos, que não seriam considerados “letrados” – revisam nove dos pareceres de oferecidos por Rodrigues na “*Resolução de alguns casos uersados na India e suas partes pello padre fr[anciscano]co Rodrigues da Companhia de Jesu*” (ANTT, Mss. da Livraria, Cód. 805, fl. 33v-74).

Em outro texto dos jesuítas do colégio de Goa, as decisões de Rodrigues e Quadros aparecem como precedentes da pragmática teológico-moral. Trata-se do texto “*Cassos resueltos en Goa por los Padres de la Compañia cerca del ministerio de Japon*” (UST, APSR, Cons., 2, fl. 320v-327v). Elaborado na década de 1590 em resposta a desafios enfrentados na missão japonesa, encontra-se uma tradução em espanhol do original, provavelmente escrito em português. Esta tradução acha-se em uma miscelânea teológica dos arquivos dominicanos de Ávila, nas Filipinas, cujos textos remontam em sua maioria à primeira metade do século XVII. No final dos “*Cassos resueltos...*”, é reiterado que as opiniões ali expressas estariam de acordo com pareceres anteriores de Rodrigues e Quadros (UST, APSR, Cons., 2, fl. 327v).

A presença dos nomes dos jesuítas em um códice dominicano de Manila de decisões tomadas em Goa é significativa. Primeiro, mostra que as suas decisões eram referidas como exemplos precedentes de aplicação pragmática da teologia moral. Em segundo lugar, a pragmática construída em cima da fundação erigida pelos dois foi referenciada por teólogos até mesmo no império espanhol, ainda que na sua extremidade mais ocidental. Mas, mais do que isso, é uma evidência da circulação de saberes e conhecimentos pragmáticos entre diversos portos para além do império asiático português.

Uma leitura transversal da estrutura dos códices aqui comentados também mostra como estes volumes eram verdadeiros nodos de uma rede alargada de teólogos em diversos pontos da Ásia conectada à Europa. O códice do Tombo reúne escritos de Goa (Quadros e Rodrigues), Malaca (Gomes Vaz e Manuel de Carvalho), Évora (Pérez), Bolonha (Perestrello), entre outros. Por sua vez, o códice da Ajuda engloba, entre os seus diversos escritos, decisões tomadas em Goa (novamente, Quadros e Rodrigues), consultas feitas por padres do Japão a companheiros do colégio de Macau, perguntas enviadas pelos dominicanos Andres Lopes e Arcadio do Rozario

de Macau a Juan de Paz, teólogo de Manila etc. Além disso, o códice da Ajuda faz referências a títulos de outras fontes manuscritas que podem alargar o estudo aqui proposto: o “*Tractatus de Matrimonium Neophitorum, cum Resolutionibus multorum casuum Matrimonialium, tum Latine, tum Lusitanica scriptis*” (Ajuda, Jesuítas na Ásia, 49-VI-6, fl. 86), que conteria as respostas de Rodrigues e as réplicas de Quadros; o “*Responsiones ad Quaesita Japonica*” (Ajuda, Jesuítas na Ásia, 49-VI-6, fl. 89v); a suma de Lopo de Abreu (Ajuda, Jesuítas na Ásia, 49-VI-6, fl. 95), entre outros.

## Conclusão

Nos anos derradeiros do Concílio de Trento, a palavra de ordem dentro da igreja era a unidade. Ritos litúrgicos e a administração dos sacramentos tornaram-se centrais para o estabelecimento de um padrão único, ligado à própria identidade da igreja pós-reformista (O’Malley 2013: 66-71). Na Ásia, esse movimento levou à realização do Primeiro Concílio Provincial de Goa em 1567, cujo desafio era ainda maior: estabelecer critérios gerais para ritos e cerimônias nas inúmeras realidades vividas pelos padres nas missões e nas comunidades portuguesas asiáticas (Wicki 1981; Faria 2013; Xavier 2014). Ao mesmo tempo, as vicissitudes do trabalho missionário geraram numerosos obstáculos para este processo.

Neste contexto, foi fundamental a atuação de teólogos jesuítas como Francisco Rodrigues. Assumindo a difícil posição de intermediar os conflitos dogmáticos e doutrinários com as determinações da teologia moral europeia – além dos interesses e projetos geopolíticos dos superiores de Roma – o trabalho de Rodrigues gerou um corpus textual cujo alcance ainda foi pouco explorado pela historiografia.

Considerar a centralidade da sua atuação na construção de um conjunto de estratégias e saberes teológicos voltado para as missões e outras fontes que refletem estes saberes – manuais de confissão, por exemplo – nos permite abrir um leque maior de questões que escapam os limites deste artigo. Considerando as possibilidades para uma história legal dos impérios ibéricos na Ásia, pode-se pensar na legitimidade das práticas sociais, políticas e econômicas nas sociedades coloniais; nas identidades legais incorporadas ou criadas nos portos e fortalezas dentro e fora dos limites do Estado da Índia; ou nos conflitos entre diferentes normatividades intra- e extra-coloniais e seus reflexos nos casos de consciência. Pensando na hierarquia da Companhia de Jesus, podem-se analisar as negociações das resoluções dos casos e os conflitos gerados nestes processos

entre os padres consultantes e os teólogos consultados em Goa e outros centros, ou ainda a relação desta casuística com as tensões resultantes de fatores tais como as origens geográficas dos jesuítas (italianos contra portugueses, espanhóis contra italianos etc.). Aprofundando o entendimento da casuística em si, é preciso categorizar os casos analisados de acordo com seu tipo (casos reservados etc) e as consultas de acordo com os agentes envolvidos (aquelas vindas de missões, de portos sob jugo português etc). Pode-se ainda, através da inclusão de teólogos de outras ordens e da esquematização de seus trabalhos e dos processos de elaboração destes, aventar a possibilidade de se definir uma “escola de Goa”, com uma provincialização radical da teologia moral da Europa e a centralização da análise na Índia para se perceber formas originais de pensamento surgidas no contexto colonial. Por fim, o aprofundamento da análise da casuística colonial asiática pode permitir indagarmos os limites do probabilismo, cujo marco de formação foi o trabalho de Bartolomé de Medina em 1577 (Tutino 2018) – se muitas decisões tomadas na Ásia anteciparam a disseminação da nova doutrina, seria o probabilismo apenas uma manifestação de um movimento quinhentista maior, reflexo de um *zeitgeist* moderno onde se inclui a produção casuística aqui apresentada, marcado pelo pragmatismo e o relaxamento do rigorismo medieval? A localização, a contextualização e a esquematização das fontes se faz necessária para um maior aprofundamento do nosso entendimento acerca do peso e do alcance da Casuística de Goa.

## Referências

### Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, Códice 805.

Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, Jesuítas na Ásia, 49-VI-6.

Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Códice 7409. Francisco da Assunção (século XVIII), “Catalogo dos livros q[u]e se axam na Livraria do Conv[en]to de N[ossa] S[enho]ra da Graça de Lisboa” (<http://purl.pt/24993>, consultado em 2018.10.20).

Arquivo da Universidade de São Tomás, Manila, Filipinas, Archivo de la Provincia de Santo Rosario, Consultas, 2.

## Fontes Impressas

- Monumenta Ignatiana*, (1910). 10. Madrid: Gabrielis Lopez del Horno.
- Monumenta Ignatiana* (1936). Série III, tomo 2. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu.
- SOUSA, Francisco de (1710). *Oriente Conquistado a Jesu Christo pelos padres da Companhia de Jesu da Provincia de Goa, Segunda Parte*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes.
- VALIGNANO, Alessandro (1954). *Sumario de las Cosas de Japon (1583), Adiciones del Sumario de Japon*. Tomo I. Tóquio: Sophia University.
- WICKI, Josef (1948-1988). *Documenta Indica*. 18 vols. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu.
- WICKI, Josef (1982). *Dois Compêndios das Ordens dos Padres Gerais e Congregações Provinciais da Província dos Jesuítas de Goa, 1664*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- WITEK, John W., Sebes, Joseph S. (ed.) (2002). *Monumenta Sinica, I (1546-1562)*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu.

## Estudos

- AHN Jung Won (2012). *Kirishitan Jidai no Kon'in Mondai*. Tóquio: Kyōbunkan.
- ALONSO-LASHERAS, Diego (2011). *Luis de Molina's De Iustitia et Iure: Justice as Virtue in an Economic Context*. Leiden, Brill.
- ALVES, Jorge M. dos Santos (2000). “Injusto e contra o Concílio Goense – Liberdade contra o monopólio no comércio português no Mar da China (c. 1545-1570)”, in ALVES, Jorge dos Santos (coord.), *Portugal e a China. Conferências nos Encontros de História Luso-Chinesa*. Lisboa: Fundação Oriente, 173-186.
- ASAMI Masakazu (2009). *Kirishitan Jidai no Gūzō Sūhai*. Tóquio: Tōkyō Daigaku Shuppankai.
- BELDA Plans, Juan (2015). *Martín de Azpilcueta Jaureguizar, El Doctor Navarro [Barasoain (Navarra) 1492 – Roma 1585]*. Madrid: Biblioteca Virtual Ignacio Larramendi de Polígrafos.
- BROCKEY, Liam Matthew (2014). *The Visitor: André Palmeiro and the Jesuits in Asia*. Cambridge (EUA) e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.
- CALAFATE, Pedro (dir.); Tarrío, Ana Maria e Ventura, Ricardo (coord.) (2015). *A Escola Ibérica da Paz nas Universidades de Coimbra e Évora (século XVI)*. 2 volumes. Lisboa: Almedina.

- CALAFATE, Pedro; GUTIÉRREZ, Mandado; EMÍLIO, Ramón (dirs.) (2014). *Escola Ibérica da Paz: a consciência crítica da conquista e colonização da América, 1511-1694*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria.
- CURRAN, Charles E. (2013). *The development of moral theology: five strands*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- DANWERTH, Otto (2016), “La Circulación de Literatura Normativa Pragmática en Hispanoamérica (siglos XVI-XVII)”, in DUVE, Thomas (coord.), *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*. Berlim: Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano, 359-400.
- DÍAZ, Gonzalo (2013). *Hombres y Documentos de la Filosofía Española VII S-Z*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- DUVE, Thomas; LUTZ-BACHMANN, Matthias; CHRISTIANE, Birr; NIERDERBERGER, Andreas (2014). *The School of Salamanca: A Digital Collection of Sources and a Dictionary of its Juridical-Political Language*, Working Paper Series, (<http://salamanca.adwmainz.de>, consultado em 2018.11.11).
- FARIA, Patrícia Souza de (2013). “Os concílios provinciais de Goa: reflexões sobre o impacto da “Reforma Tridentina” no centro do império asiático português (1567-1606)”, *Topoi*, 14, 27, 218-238.
- FECI, Simona (2008), “Mazzolini, Silvestro”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, 72, (<http://www.treccani.it/enciclopedia/silvestro-mazzolini>, consultado em 2018.11.03).
- HILL, Benjamin (2001). “Domingo de Soto”, in LAGERLUND, Henrik (ed.), *Encyclopedia of Medieval Philosophy: Philosophy between 500 and 1500*. Londres e Nova Iorque: Springer, 271-274.
- HÖPFL, Harro (2004). *Jesuit Political Thought: The Society of Jesus and the State, c. 1540-1640*. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- KENDAL, J. (1912), “Ven. Goncalo da Silveira”, in *The Catholic Encyclopedia*. Nova Iorque: Robert Appleton Company, (<http://www.newadvent.org/cathen/13792b.htm>, consultado em 2018.11.21).
- LEHMKUHL, A. (1912), “Moral Theology”, in *The Catholic Encyclopedia*. Nova Iorque: Robert Appleton Company, (<http://www.newadvent.org/cathen/14601a.htm>, consultado em 2016.01.30).
- LOBATO, Manuel (2002), “Notas e Correções para uma Edição Crítica do Ms. da Livraria N. 805 (IAN/IT), a Propósito da Publicação de um Tratado do Pe. Manuel de Carvalho SJ”, *Anais de História de Além-Mar*, 3, 389-408.
- LÓPEZ Gay, Jesús (1960), “La primera biblioteca de los Jesuítas en Japón (1556). Su contenido y su Influencia”, *Monumenta Nipponica*, 15, 3/4, 350-379.
- MARCOCCI, Giuseppe (2012). *A Consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- MARCOCCI, Giuseppe (2013). *Pentirsi ai Tropici: Casi di coscienza e sacramenti nelle missioni portoghesi del '500*. Bologna: EDB.
- MARYKS, Robert A. (2008). *Saint Cicero and the Jesuits: The Influence of the Liberal Arts on the Adoption of Moral Probabilism*. Burlington, Roma: Ashgate e Institutum Historicum Societatis Iesu.
- MATOS, Manuel Cadafaz de (1993). “A produção tipográfica da Companhia de Jesus no Oriente entre os séculos XVI e XVII”, in *Congresso Internacional de História Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, Actas*, Volume II, África Oriental, Oriente e Brasil. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, e Fundação Evangelização e Culturas, 407-444.
- MAYER CELIS, Leticia (2015). *Rutas de incertidumbre. Ideas alternativas sobre la génesis de la probabilidad, siglos XVI y XVII*. Cidade do México: FCE.
- O'MALLEY, John O. (2013). *Trent: What Happened at the Council*. Cambridge e Londres: Harvard University Press.
- PINTO, Ana Fernandes Pinto, Pires, Silvana Remédio (2005). “The ‘Resposta que alguns Padres de Japão mandaram perguntar’: a clash of strategies?”, *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 10/11, 9-60.
- PRODI, Paolo (dir.) (1994). *Disciplina dell'anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra medioevo ed età moderna*. Bologna: Società editrice il Mulino.
- PRODI, Paolo (2000). *Una storia della giustizia. Dal pluralismo dei fori al moderno dualismo tra coscienza e diritto*. Bologna: Società editrice il Mulino.
- SANTOS, Robson Luiz Lima (2007). *Anti-Semitismo na Companhia de Jesus (1540-1593)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo.
- SOUSA, Ivo Carneiro de (1999). “Comércio oriental, fiscalidade e ética económica em Malaca: o tratado para a Resolução de alguns Casos versados nas partes da Índia do jesuíta Manuel de Carvalho (1600)”, in MARINHO, Maria de Fátima; SOUSA, Ivo Carneiro de; TAVARES, Pedro; SILVA, Lurdes Marques da (eds.), *Colecção Gâmica III – Miscelânea*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 129-197.
- TAU ANZOÁTEGUI, Victor (1992). *Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho.
- TUTINO, Stefania (2018). *Uncertainty in Post-Reformation Catholicism: A History of Probabilism*. Oxford: Oxford University Press.
- VOLZ, John (1908). “Tommaso de Vio Gaetani Cajetan”, in *The Catholic Encyclopedia*. Nova Iorque: Robert Appleton Company, (<http://www.newadvent.org/cathen/03145c.htm>, consultado em 2018.11.20).
- WICKI, Josef (1959). “Os percalços das aldeias e terras de Baçaim vistos e julgados

- pelo P. Francisco Rodrigues S.J. (por 1570)”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, 76, 37-75.
- WICKI, Josef (1961). “Problemas morais no Oriente Português do século XVI”, in *O Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e as Comemorações Henriquinas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 257-263.
- WICKI, Josef (1981), “Die Konzilien der Kirchenprovinz Goa (1567-1895)”, in *Annuario Historiae Conciliorum. Internationale Zeitschrift für Konziliengeschichtsforschung*, 13, 12, 155-269.
- XAVIER, Ângela Barreto (2014). “Gaspar de Leão e a Recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia”, in GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (eds.), *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 133-156.
- XAVIER, Ângela Barreto; ŽUPANOV, Ines G. (2015). *Catholic Orientalism: Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th centuries)*. New Delhi: Oxford University Press.

# Os regimentos dos tribunais episcopais de Évora no contexto político e religioso do século XVI<sup>1</sup>

*The regiments of the episcopal courts of Evora in the political and religious context of the sixteenth century*

**FÁTIMA FARRICA**

CIDEHUS - Universidade de Évora  
fatimafarrica@sapo.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 17/06/2019

**Resumo.** Para o conhecimento do processo de aplicação dos princípios tridentinos no caso português, importa analisar a sua repercussão na legislação episcopal da época e a estrutura da administração diocesana que então se desenhou. Este texto analisa a estrutura e os conteúdos dos regimentos dos tribunais episcopais de Évora de 1535 e de 1598, inserindo a produção destes documentos no contexto político e religioso da época. A partir deles, evidencia a extensão e a complexificação da administração central diocesana ao longo do século XVI e a maior exigência de produção de registos escritos, que potenciassem o controlo da informação sobre a comunidade dos crentes, leigos e eclesiásticos.

**Palavras chave.** Concílio de Trento, justiça episcopal, regimentos, Évora.

**Abstract.** For the knowledge of the process of application of the Tridentine principles in the Portuguese case, it is important to analyze its repercussion in the episcopal legislation of the time and the structure of the diocesan administration that was then designed. This text analyzes the structure and contents of the regiments of the episcopal courts of Évora of 1535 and 1598, inserting the production of these documents in the political and religious context of the time. From them, it shows the extension and the complexity of the central diocesan administration throughout the sixteenth century and the greater requirement for the production of written records that would strengthen the control of information about the community of believers, lay and ecclesiastical people.

**Keywords.** Council of Trent, episcopal justice, regiments, Évora.

Para o estudo da administração diocesana na Época Moderna a análise dos regimentos dos tribunais eclesiásticos é essencial, mas ainda insuficiente em Portugal. Corpo legislativo que estrutura e fundamenta a atuação da

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057 – POCI-01-0145-FEDER-007702.

justiça episcopal, além da relevância das regras emanadas, o contexto político e religioso da sua produção auxilia-nos na interpretação do seu conteúdo.

Este texto insere-se no âmbito da investigação em torno das estruturas e agentes do poder eclesiástico na Época Moderna, que por sua vez se integra numa linha de investigação mais alargada sobre o papel político e cultural da Igreja no quadro das sociedades católicas da mesma época. Aquela que debate no sentido de compreender os vínculos e articulações entre o poder régio e o poder eclesiástico no sentido do disciplinamento social (Oestreich 1982 e 1984; Prodi 1994) e no contexto daquilo que se convencionou chamar de confessionalização (Reinhard 1982; Schilling 1992) católica dos séculos XVI-XVIII, conceito ainda discutível (Paiva 2008/2009; Rodrigues 2017). Esta temática conta com uma longa tradição nas historiografias europeias, nomeadamente italiana (Ex.: Prodi 1960 e 1982; Zardin 1994; Donati 1997), e tem vindo a ser aprofundada pela historiografia ibérica nas últimas décadas, quer para o contexto peninsular espanhol (Ex.: García-Brazales 1983 e 1999; Candau Chacón 1988 e 1999; Perez Muñoz 1992; Benlloch Poveda 1996; Muñoz-Arraco 1996, Rico Callado 2014; de las Heras Santos 2015), quer para os espaços coloniais (Gouveia 2013 e 2015), bem como pela historiografia brasileira (Mendonça 2010; Britto 2015; Santos 2018). Em Portugal, a estrutura da administração episcopal também foi alvo de análise, mas o tema ainda é pouco estudado para a generalidade das dioceses e ainda não foi totalmente aprofundado em Évora. Isentamo-nos de traçar aqui um panorama bibliográfico detalhado sobre a matéria, mas devemos apontar que apenas José Pedro Paiva (Paiva 1991; 2000 a) e Jaime Gouveia (Gouveia 2009; 2010; 2018 a) abordaram de forma mais abrangente a administração diocesana, sobretudo no que respeita a Coimbra. E o próprio Paiva nota a escassez de investigação sobre o tema (Paiva 1991; 2000 a). Além de Coimbra, apenas o tribunal da relação de Braga (Soares 1988) e os auditórios do Funchal (Trindade e Teixeira 2003 a; Trindade e Teixeira 2003 b) e de Viseu (Nunes 2006; Paiva 2016) foram alvo de análise específica; e o tribunal de Évora de abordagem genérica (Paiva 2000 a) ou ainda não totalmente aprofundada, essencialmente dedicada aos principais agentes da administração central (Palomo 1995). Gouveia também abordou o tribunal episcopal de Portalegre (Gouveia 2018 b), mas não sob a perspetiva da organização da administração diocesana. Um aspeto que tem sido muito estudado no âmbito da história religiosa, na Época Moderna, e que é que é revelador da ação dos tribunais episcopais é o das visitas pastorais (Ex.: Carvalho, 1985 e 1988; Paiva e Carvalho, 1985 e 1989; Paiva 1991, 1993 e 2000 b; Luís 2011), mas ao analisar estas fontes e ao interpretar os dados de que são reveladoras é comum os autores não descreverem a orgânica dos tribunais onde a visita se insere.

A escassez de estudos sobre as instituições diocesanas está associada à insuficiência de investigação sobre o impacto de Trento em Portugal. Como afirma Paiva, ao nível do funcionamento institucional da Igreja o objetivo maior foi o robustecimento do poder papal, implicando a reestruturação das suas estruturas e atuação, bem como a criação de um episcopado forte, com jurisdição reforçada nas respetivas dioceses, juridicamente protegido, possuidor de mecanismos de vigilância eficazes e com capacidade de execução de penas (Paiva 2014: 17. É precisamente neste âmbito que este artigo se filia<sup>2</sup>.

Neste texto debruçamo-nos sobre os regimentos da justiça episcopal de Évora de 1535 (Reg. 1535) e de 1598 (Reg. 1598), contextualizando a sua produção em termos políticos e religiosos e trataremos a sua estrutura e os seus conteúdos. Uma abordagem específica a estes documentos é ainda necessária pois o regimento de 1535 nunca foi analisado particularmente - ainda que parcialmente abordado (Paiva, 2007) - e embora o regimento de 1598 já tenha servido de suporte para analisar a estrutura e os principais agentes da administração episcopal eborense (Palomo 1995; Paiva 2000 a), os dois documentos nunca foram tratados comparativamente e de forma a demonstrar como a administração diocesana eborense cresceu e se complexificou num período de mudanças na Igreja e crucial na modelagem da mentalidade e dos comportamentos sociais nos séculos seguintes. Entre um e outro ocorreu o acontecimento maior da cristandade europeia da Época Moderna, o Concílio de Trento, em cuja filosofia o primeiro destes documentos já se filiava e cujos decretos o segundo dos quais enformou.

## 1. Poder régio e eclesiástico

Os séculos XVI e XVII europeus são caracterizados pelos vínculos que existiam entre o poder político e as instituições e agentes do poder eclesiástico. Tal facto foi destacado na década de 80, pelos historiadores alemães Wolfgang Reinhard (Reinhard 1982) e Heinz Schilling (Schilling 1992) que elaboraram o conceito de confessionalização, propondo-o como paradigma de interpretação da história religiosa da Época Moderna que, face a uma visão equacionada em termos extremamente ou exclusivamente eclesiásticos, colocaria a análise dos processos e fenómenos de carácter religioso numa perspetiva relacional, ou seja, atenta aos contextos político, social e cultural nos quais tais fenómenos

---

<sup>2</sup> Integrado no projeto de doutoramento: *“Mecanismos de governo episcopal: estruturas administrativas e controlo da informação no Alentejo (séculos XVI-XVII)”*.

se inscreviam. Amplificavam assim a aplicação da ideia de disciplinamento social que tinha sido elaborada pela primeira vez por Gerhard Oestreich (Oestreich 1982 e 1984) e para quem o disciplinamento teria favorecido um desenvolvimento gradual de mudanças estruturais na própria sociedade e nas suas formas de organização política. Assim, durante muito tempo, a proposta de Oestreich esteve associada, fundamentalmente, aos processos de consolidação ou de reforço do poder das monarquias ocidentais da Época Moderna, restringindo-se deste modo ao campo da história política. Contudo, Reinhard e Schilling vieram depois sublinhar o papel desempenhado pelas diferentes confissões religiosas no referido processo de disciplinamento social (Palomo 2006: 11-12).

Federico Palomo afirma que, sem obviar a necessidade de introduzir alguns matizes, ambas as categorias historiográficas (disciplinamento social e confessionalização) permitem fornecer um quadro geral de interpretação e/ou constituem no mínimo, instrumentos profícuos para uma compreensão alargada dos processos e fenómenos de natureza religiosa e eclesial que tiveram lugar no Portugal dos séculos XVI e XVII (Palomo 2006: 10-11). O autor apresentou as bases sobre as quais assentou a confessionalização católica no Portugal Moderno, e nesse sentido o papel desempenhado pelo poder régio foi essencial. Desde os finais do século XV toda uma série de instrumentos foram sendo instituídos e, em boa medida, determinaram a capacidade de controlo da coroa sobre as estruturas da igreja, permitindo-lhe, ao mesmo tempo, delinear os fundamentos das suas relações com os diferentes elementos do poder religioso. Este tinha 3 principais instituições que o articulavam: poder episcopal, inquisição e ordens religiosas (Palomo 2006: 14).

A estratégia do poder régio esteve marcada pelo progressivo alargamento da sua intervenção nos assuntos eclesialísticos do reino. Tal estratégia visou, principalmente, o controlo sobre as hierarquias da igreja portuguesa e a redução de eventuais ingerências externas (Palomo 2006: 21). Isso não deixou de criar alguns desentendimentos, mas, apesar dos conflitos pontuais, a colaboração entre a coroa e a Igreja foi estreita ao longo do período moderno. E também é verdade que os apoios da Igreja portuguesa ao poder político se concretizaram em repetidas ocasiões. Acrescente-se a isto o envolvimento constante e de grande relevância que as elites eclesialísticas tiveram no governo da monarquia (Palomo 2006: 22). Entre elas encontra-se o exemplo maior, o Cardeal D. Henrique, irmão do rei D. João III e figura de topo na hierarquia eclesialística da época, mais tarde ele próprio regente e depois rei de Portugal, o que teve implicação clara na proximidade entre as esferas da Coroa e da Igreja. Como afirma José Pedro Paiva, no fundo a criação de estados

confessionais favoreceu o disciplinamento e “homogeneização” dos súbditos, constituindo-se, por essa via, um pilar da coesão social e da afirmação do poder político. Portugal não ficou à margem destas tendências (Paiva 2011: 261). Trata-se de um mecanismo fundamental, situado entre a ordem e o seu acatamento, uma condição prévia para que os indivíduos interiorizem uma obediência racional, pelo que constitui suporte indispensável para a génese do Estado Moderno (conceito discutível). Por isso, tanto Reinhard, primeiro, como Schilling, depois, insistiram na ideia de que é necessário enquadrar a disciplina eclesiástica e os programas de conformação religiosa e social das diversas organizações confessionais a partir do século XVI, no quadro geral e mais abrangente de racionalização dos processos e modernização dos poderes ocorrido na Europa Moderna (Paiva 2011: 265). Paiva chama, no entanto, à atenção para o facto de que estes processos também conheceram limites, pelo que a conceção de uma confessionalização hegemónica e triunfadora, muito difundida por algumas tendências historiográficas, comporta evidentes riscos. Não se pode sugerir que foi possível construir uma sociedade absolutamente homogénea, disciplinada e padronizada do ponto de vista confessional, onde tudo era determinado pelo poder superior da Igreja e do príncipe (Paiva 2011: 266).

O disciplinamento social, na esfera da atuação das instâncias do campo religioso, podia tentar impor-se quer por via da persuasão quer do castigo. No dizer de Paiva, “todo este programa teve a sua génese no disciplinamento dos crentes e por essa via se distendeu e enraizou na obediência dos vassalos” (Paiva, 2011: 266) A aliança e cooperação entre as entidades eclesiásticas que tinham competências nestes domínios era, por conseguinte, de todo o interesse para a monarquia. E foi esse enlace um dos esteios do sucesso da empresa (Paiva 2011: 267). Neste quadro do disciplinamento e da normalização dos comportamentos morais e religiosos das populações, as estruturas eclesiásticas, em particular os bispos e a inquisição, desenvolveram e utilizaram um conjunto de dispositivos de controlo e coerção tais como os tribunais eclesiásticos, as visitas pastorais e os registos paroquiais (Palomo 2006: 14).

Os tribunais episcopais regiam-se por códigos normativos próprios, os regimentos dos auditórios e dos tribunais da relação, elaborados pelos respetivos prelados, e que se podiam manter vigentes por um alargado período de tempo, durante os episcopados de diversos bispos. Além de outros aspetos, estes regimentos determinavam a composição dos tribunais e fixavam o perfil dos agentes que aí laboravam, a sua esfera de ação e as competências dos mesmos, bem como definiam certas questões de *praxis* a observar no governo da diocese (Gouveia 2015: 176). Todavia, os tribunais eclesiásticos

não tinham a possibilidade de dispor de meios coativos temporais, em caso de necessidade as medidas coercivas deviam ser requeridas ao braço secular por meio de pedido dirigido ao juiz territorialmente competente (Hespanha 1992: 44), o que, aliás, foi favorecido pela Coroa.

Deste quadro decorria que os bispos tinham uma competência vasta na disciplina da comunidade diocesana (Hespanha 1994: 335). E esse poder viu-se amplificado na segunda metade do século XVI. O papel que nesta época adquiriram os bispos como elementos fundamentais do processo de reforma da Igreja, endossado na própria legislação tridentina, deu lugar a toda uma série de iniciativas nas dioceses católicas que tinham como objetivo reforçar a autoridade dos ordinários. Esta afirmação da *potestade* episcopal permitia aos prelados diocesanos ter uma maior capacidade de intervenção e de disciplinamento da sociedade moderna, convertendo-se, assim, em instrumentos privilegiados na hora de materializar a política confessional dos príncipes católicos (Palomo 1995: 587).

No âmbito das reformas da Igreja Católica congeminadas no Concílio de Trento, para resolver a situação de crise que a afetou, confiaram-se aos bispos designios e prerrogativas que os transformaram no eixo nuclear de toda a renovação, contribuindo para um reforço substancial da sua autoridade e poder na esfera da vida diocesana (Paiva 2011: 420). Os bispos foram, assim, no dizer de José Pedro Paiva, os “baluartes da fé e da disciplina” (Paiva 2011). Nesta esfera do reforço da autoridade episcopal, sobretudo desde finais do século XVI, e tal como acontecia em outras dioceses da Europa Católica, os prelados portugueses empreenderam uma série de iniciativas orientadoras para a organização das respetivas cúrias episcopais. Pretendiam, deste modo, recuperar e consolidar as suas competências jurisdicionais e económicas, exercer um controlo mais eficaz sobre a administração e a justiça diocesanas e alargar assim a capacidade de ação e de governo sobre as populações e sobre a vida religiosos dos bispados (Palomo 2006: 34).

## 2. Os prelados e a produção e difusão de textos normativos

Entre 1535 e 1598 a diocese de Évora possuiu como prelados algumas das maiores figuras da época: o Cardeal Infante D. Afonso, o Cardeal Infante D. Henrique, D. João de Melo e Castro, o Cardeal Infante D. Henrique (segunda vez), e D. Teotónio de Bragança.

As Constituições de Évora de 1534, resultaram do sínodo convocado por D. Afonso, num caso especial em matéria de reforma pastoral (Pinho 2006:

35), muito anterior a Trento, a que se acrescentou a redação do regimento do auditório de 1535. Segundo José Pedro Paiva as novas Constituições e o Regimento do Auditório espelham o compromisso do bispo com a preservação da justiça e constituem a mais importante obra de D. Afonso nesta matéria. Tratou-se de dotar a diocese de instrumentos normativos que pudessem enquadrar melhor o exercício da justiça episcopal, ao mesmo tempo que denunciam uma estrutura orgânica para a praticar já relativamente complexa e que se pretendia bem regulamentada. (Paiva 2007: 147).

O Cardeal Infante D. Henrique era figura central no contexto sócio religioso português quinhentista, com um carácter impressivo na sua ascensão na hierarquia eclesiástica, tendo-se constituído como arcebispo das mais importantes dioceses do reino, cardeal, legado *a latere*, inquisidor e mesmo candidato à tiara papal por três vezes (Polónia 2005 a e 2005 b). Todavia, o espaço que maior atenção dele recebeu foi a diocese de Évora, até pela extensão temporal em que aí exerceu, tendo tido entre os vários bispos seus auxiliares D. João de Melo e Castro e D. Teotónio de Bragança (Polónia 2006: 48-49). Foram várias as medidas tomadas por D. Henrique na diocese eborense e para Polónia parece possível aferir nítidas alterações entre os contextos pré e pós tridentino na diocese de Évora, ambos coincidentes com as suas prelaturas (Polónia 2006: 61). Contudo, a sua atuação pastoral, inegavelmente ampla, incidiu prioritariamente sobre aspetos de reforma institucional. Intervenções diretas de mais notório impacto sobre o universo dos crentes e a prática religiosa quotidiana, decorrentes das deliberações tridentinas, devem-se à ação de D. João de Melo (Polónia 2006: 62). É convicção de Amélia Polónia que os episcopados de D. João de Melo e D. Teotónio de Bragança entroncam numa via de renovação pastoral aberta pelo Cardeal (Polónia 2006: 63-65).

D. João de Melo esteve presente no Concílio de Trento e foi escolhido por D. Henrique para o substituir quando este assumiu a regência do reino (Lavajo 2006: 72-73). O Concílio determinou que fosse realizado anualmente, em cada diocese, um sínodo diocesano e, de 3 em 3 anos, um sínodo provincial. Por isso, D. João de Melo realizou 3 sínodos diocesanos e 2 sínodos provinciais (Lavajo 2006: 78).

As Constituições de 1534, apesar de relativamente recentes, estavam ultrapassadas pela reforma Tridentina e, por isso, uma das suas primeiras medidas foi a realização do sínodo diocesano de 1565 para aprovação de novas Constituições (Lavajo 2006: 79). Porém, a estrutura e os conteúdos destas Constituições seguiram de tal maneira as do Cardeal D. Afonso que utilizaram os mesmos títulos e capítulos, a mesma ordem e, quase sempre,

a mesma expressão literária (Lavajo 2006: 83-84). No sínodo diocesano de 1567 foram aprovadas 13 Declarações que acrescentavam disposições às Constituições de 1565. O sínodo provincial de 1567 permitiu a discussão e aprovação da respetiva legislação: *Decretos do Concílio Provincial Eborense*, editados em 1568. Já o sínodo diocesano de 1569 serviu para rever as Constituições de 1565 e as 13 Declarações aprovadas no sínodo de 1567, e para redigir e aprovar 21 aditamentos, denominados *Determinações*. Relativamente ao sínodo provincial de 1574 só se conhece a convocatória, desconhecendo-se a produção de qualquer legislação (Lavajo 2006: 80-82). No que se refere aos regimentos dos oficiais da justiça eclesiástica, uma vez que o regimento de 1535 sofreu acrescentos em 1574, por D. João de Melo, e em 1577, pelo Cardeal D. Henrique, consideramos que continuou sempre a ser usado ao longo do século XVI.

Todo este elenco de medidas, mostra como os esforços de D. João Melo para a implementação das diretrizes tridentinas na diocese de Évora foram elevados e como foi extensa a sua produção legislativa. Porém, seria só mais tarde, na prelatura de D. Teotónio de Bragança, que um novo regimento do auditório seria publicado, em 1598. Aquele tinha sido feito coadjutor do Cardeal Infante D. Henrique e quando o Cardeal ascendeu ao trono, no final de 1578, cedeu o lugar a D. Teotónio. Como refere Federico Palomo, na sua prelatura deram-se importantes passos na defesa da autoridade episcopal e na reorganização das estruturas administrativas e judiciais do arcebispado eborense (Palomo 1995: 592). E Paiva também refere como D. Teotónio foi protagonista de uma profunda ação reformadora (Paiva 2010: 9). Palomo entende mesmo que o Regimento de 1598 é uma das peças legislativas mais importantes do arcebispado de Évora, para o período moderno, junto com as Constituições de D. João de Melo. A sua importância encontra-se no facto de estarmos perante a ordenação de uma parte considerável da estrutura administrativa e de governo da igreja eborense, e a reorganização desta estrutura no sentido de uma maior centralização e de um maior controlo do espaço diocesano (Palomo 1994: 82).

### **3. Os regimentos dos tribunais episcopais de Évora de 1535 e de 1598**

Não sendo nosso objetivo analisar detalhadamente o conteúdo dos regimentos importa-nos sobretudo abordar aspetos formais e de estrutura e destacar o que, a partir da comparação entre ambos, nos mostra a extensão e a complexificação da máquina administrativa da diocese eborense ao longo do século XVI e como isso se filia nas determinações tridentinas.

O regimento de 1535 não possui um título identificativo, mas ao longo do texto é chamado de “regimento”. Como ficou explicitado no prólogo, os objetivos deste documento eram reduzir o tempo de resolução dos processos, permitir a atualização dos procedimentos que tinham sido superados pela evolução do tempo e prover no que estava em falta para a execução cabal da justiça eclesiástica (Reg. 1535, fl.1). O documento, manuscrito, possui 23 folhas, redigidas originalmente em 1535, com o corpo do regimento, e mais 9 folhas onde se fizeram mais registos ao longo do tempo, de diferentes mãos, como se pode ver no quadro 1.

**Quadro 1.** Composição do regimento do auditório eclesiástico de Évora, 1535

23 folhas redigidas originalmente em 1535 com o corpo original do regimento;
1 folha com a publicação do regimento em 1536;
1 folha com o registo de um alvará de 1537 que cria a obrigação do vigário geral fazer audiência aos presos pobres no aljube uma vez por semana e com a publicação do documento no mesmo ano;
2 folhas com a cópia de uma petição dos mordomos do hospital de Santo Espírito de Cabeço de Vide e com um alvará do bispo onde declara que não são isentos da jurisdição ordinária, datada de 1539;
3 folhas com acrescentos posteriores ao regimento, de 1574, pelo arcebispo D. João de Melo;
1 folha com a publicação desses acrescentos no mesmo ano e com uma provisão do cardeal Infante D. Henrique de 1547, relativa ao uso de armas e trajas desonestos pelos eclesiásticos;
1 folha com um segundo regimento de 1577, pelo cardeal D. Henrique e respetiva publicação de 1578.

O texto de 1535, além do termo de abertura e de encerramento, está dividido em nos 10 títulos identificados no quadro 2. De facto, o documento não comporta um, mas vários regimentos pois cada título, correspondente a cada um dos cargos da justiça episcopal, consiste no regimento desse oficial. Todavia, por ser mais prático, iremos designar a totalidade do documento no singular, por regimento.

**Quadro 2.** Títulos do regimento do auditório eclesiástico de Évora, 1535

1	Título do que pertence ao vigário geral
2	Dilações
3	Título do que pertence ao ofício do promotor
4	Título do que pertence ao ofício do meirinho
5	Título do que pertence ao ofício do solicitador
6	Título do que pertence ao ofício do contador
7	Título do que pertence ao ofício do distribuidor
8	Título do inquiridor
9	Título do aljubeiro
10	Título do que pertence ao ofício do porteiro

Naquele ano existiam, pelo menos, 15 ofícios da justiça episcopal eborense. O vigário geral, o promotor, o meirinho, o solicitador, o contador, o distribuidor, o inquiridor, o aljubeiro e o porteiro, identificados em títulos próprios do Regimento, e os desembargadores, os escrivães do Auditório, os procuradores, o escrivão da receita e o recebedor das penas, citados pontualmente ao longo do texto. E é ainda necessário notar que, embora nunca seja citado um chanceler, uma Chancelaria do bispo era uma existência medieval, pelo que este último cargo era uma realidade. No Regimento são ainda citados mais 2 ofícios cuja designação não permite perceber se correspondem a cargos diferentes ou a designações diversas de um mesmo ofício. Falamos do recebedor da Chancelaria, para o qual não é claro se corresponde a um cargo diferente do recebedor das penas; e do escrivão do registo que, eventualmente, poderia corresponder ao escrivão da receita. Portanto, se excluirmos os 2 últimos ofícios em dúvida, existiam efetivamente, pelo menos, 15 cargos distintos em 1535.

Todavia, o número de indivíduos que servia estes cargos era superior, pois, embora a maioria dos ofícios tivesse um único provido, alguns eram ocupados por quantidade variável de sujeitos. No final de 1535 são referidos 3 inquiridores (Reg. 1535, fl.20), e, no início de 1536, citam-se 6 escrivães do Auditório e é registada a existência de diversos procuradores, em número indeterminado (Reg. 1535, fl.24). E também não sabemos quantos poderiam ser os desembargadores. Se considerarmos os números de oficiais inquiridores e de oficiais escrivães do Auditório, e o número de 15 ofícios encontramos, pelo menos, 22 oficiais a servir na cúria episcopal.

Não iremos aqui introduzir listas detalhadas das funções de cada um destes oficiais, o que seria extenso e dispensável, mas consideramos necessário apresentar de forma genérica as funções básicas de cada um, como pode ser observado no quadro 4.

Pela leitura do texto é possível perceber que, além das funções referidas para cada oficial, eles teriam outras que, dado o seu conhecimento comum, não são citadas. Em alguns pontos o texto parece ter sido centrado apenas em aspetos para os quais subsistiam dúvidas que o documento pretende esclarecer. E uma preocupação subjacente é a de registar aquilo em que se está a introduzir inovação. Verificamos que alguns ofícios ganharam funções alargadas (vigário geral e solicitador) e que se torna proibido a acumulação de cargos. Por um lado, o bispo amplia os poderes do vigário geral dando-lhe poder para que, além do que tem geralmente em sua comissão, possa inquirir e punir os excessos dos súbditos do bispado, de qualquer qualidade e condição que sejam, e privá-los dos benefícios e administrações nos casos em que o

merecerem por direito (Reg. 1535, fl.12v). E, por outro, o solicitador passou a ter como função, aquando das visitas, requerer que lhe fossem mostradas em todas as igrejas do bispado as visitas anteriores, até 3 anos antecedentes, para verificar se as determinações episcopais estavam a ser cumpridas. Antes, este oficial chamava-se solicitador dos sacrilégios e agora, com o alargamento de funções, passou ser designado por solicitador da justiça (Reg. 1535, fl.17). O contador e o distribuidor exerciam, em acumulação, as funções de escrivães do auditório até 1535, mas essa prática passou a ser proibida porque era prejudicial para as partes e também para os outros escrivães. Os sujeitos que exerciam estes cargos eram obrigados a vendê-los dentro de 3 meses e se não o fizessem seriam privados dos ofícios pelo bispo, que neles iria prover quem desejasse (Reg. 1535, fl.19v e 20). Esta circunstância revela que alguns destes cargos podiam ser vendidos pelos detentores.

Num âmbito territorial periférico, o documento possui, incluído no regimento do vigário geral, um regimento dos vigários da vara (Reg. 1535, fl.7-7v), oficiais que existiam nas localidades sede de vigairaria, circunscrições territoriais em que se dividiam as dioceses (Rodrigues 2015) o que, juntamente com a descrição das suas funções nas Constituições de 1534, é um das fontes documentais mais antigas sobre esta figura judicial.

A primeira preocupação do bispo é a de estabelecer dias fixos e horário rigoroso para a realização das audiências. O vigário devia fazer cada semana 3 audiências, às segundas, às quartas e aos sábados, as quais começavam às 9h, desde o primeiro dia de outubro até à Páscoa, e, daí por diante, às 8h da manhã. E se houvesse algum impedimento e se não pudessem fazer todas as audiências deveriam existir pelo menos duas por semana (Reg. 1535, fl.1v). Este facto, juntamente com a ampliação de funções para alguns cargos e com a separação de alguns ofícios em pessoas diferentes, atesta a procura da melhoria da aplicação da justiça episcopal e o zelo de D. Afonso no aperfeiçoamento da justiça bastante antes de Trento. Veja-se ainda a importância que já então é dada às visitas das igrejas do bispado, pois um oficial passou a ter como função solicitar os registos das visitas anteriores.

Outro aspeto é a ordenação da feitura de alguns registos obrigatórios, o que determina a execução de livros específicos por alguns dos oficiais. Assim seria possível garantir o controlo da informação e, através dele, uma mais eficaz prática da justiça. O escrivão da receita das penas devia ter um livro onde lançava as receitas que o recebedor lhe indicava. Devia existir também um livro em que se escreveriam todos os feitos dos resíduos e os feitos matrimoniais e crimes, pelos escrivães dos feitos, com supervisão do vigário geral (Reg. 1535, fl.10). Os escrivães do auditório ficavam obrigados a

fazer livros de querelas e o distribuidor a ter um livro para distribuir os feitos e escrituras que existissem para distribuição pelos escrivães. Estes dois últimos com obrigação de serem criados no prazo de um mês (Reg. 1535, fl.12).

Em todo o documento está patente a preocupação pelo cumprimento de prazos, pela diminuição do tempo de dilação dos processos, pela clarificação de procedimentos e pelo aumento do registo escrito.

Pós Trento, em 1574, D. João de Melo fez alguns acrescentos porque algumas determinações do regimento tinham sido alteradas com a passagem do tempo e outras precisavam de ser esclarecidas (Reg. 1535, fl.29-31v). O bispo insiste, por exemplo, na necessidade que se faça o livro em que se escreveriam todos os feitos dos resíduos, matrimoniais e crimes pois era importante saber a dilação dos feitos sempre que necessário, o que parece indiciar que havia negligência neste aspeto. Manda que os inquiridores sirvam por distribuição, salvo indicação contrária do vigário ou do provisor. Repete que nem o distribuidor nem o contador podem ser escrivães, o que revela que a prática se repetira depois da ordem contrária em 1535. Manda guardar a provisão de D. Afonso para que o vigário geral, cada 2 meses, o mais tardar, vá ao aljube com seus escrivães e oficiais a fazer audiência às partes (quadro 1), o que significa que essa função devia estar a ser esquecida. No entanto, lembremos que essa provisão de D. Afonso ordenara que tal fosse feito semanalmente e agora o intervalo foi dilatado para 2 meses. Nesta época seria mais difícil ao vigário ter disponibilidade para a deslocação.

No texto adicionado em 1574 fala-se já no provisor, cargo que não existia em 1535, mas a provisão do cardeal D. Henrique, de 1547 permite recuar a existência deste oficial, que já nesse ano é citado e distinguido do que então servia de vigário geral (Reg. 1535, fl.32v).

No registo da publicação destes acrescentos, em 1574, identificam-se mais alguns cargos novos que não existiam em 1535 e que vemos depois integrados no regimento de 1598. Referem-se um escrivão da relação e auditório eclesiástico; um desembargador e juiz dos resíduos que acumulava com o cargo de vigário geral; e entre os 6 escrivães do auditório um era dos resíduos (Reg. 1535, fl.32). Os cargos da relação e dos resíduos seriam posteriores a 1540.

Em 1576 D. Henrique ordenou que se escrevesse mais uma folha denominada *Segundo Regimento* (Reg. 1535, fl.33-33v). Neste destaca-se a referência que é feita à vigairaria de Beja. Deduz-se que, pela extensão da diocese, já então, como depois se verifica em 1598, existia um vigário em Beja com funções semelhantes ao vigário geral da diocese sediado em Évora, o que fazia daquela cidade, e sua comarca, um desdobramento da

diocese, de modo a conseguir uma melhor aplicação da justiça episcopal, pelo menos teórica.

Evidencia-se também que o promotor da justiça é obrigado a ter um livro em que se assente os tempos em que se passam os monitórios e declaratórias contra os condenados em penas da justiça, para se saber a diligência que fazem os oficiais do arcebispado acerca da execução delas a se poder proceder contra eles sendo remissos e, por esta via, se executarem as penas. Resulta visível, desta obrigação, e de outras em textos antecedentes, que os registos escritos serviam não só para controlar o exercício da justiça episcopal como também a atuação dos seus próprios oficiais. Porém, contrariamente ao que tinha sido estabelecido em 1574, o cardeal determina agora que não haja distribuição de inquiridores porque isso retardava o despacho das partes. Consta-se assim, como os procedimentos podiam variar bastante ao longo do tempo.

O Regimento de 1598 é, em inúmeros aspetos, diferente do documento de 1535. Trata-se já de um documento impresso e que possui, grosso modo, 336 páginas de texto. É, portanto, muito mais extenso e muito mais detalhado do que o de 1535 e que nos mostra um grande cuidado em definir bem os procedimentos, em garantir que estão todos registados e um aperfeiçoamento nas ações da justiça eclesiástica.

Contrariamente ao documento de 1535, que não possui uma designação aglutinadora, o título do documento de 1598 é bem elucidativo do seu conteúdo: *Regimentos do auditorio ecclesiastico do Arcebispado d' Evora e da sua relação e consultas, e casa do despacho, e mais officiaes da justiça ecclesiastica, e a ordem que se tem nos exames, e em outras cousas que toção ao bom governo do dito Arcebispado, tirados dos antigos, e acrescentados, e mudados, conforme ao tempo, e da larga experiencia, que se teve, e ao sagrado Concílio Tridentino.*

Diversos aspetos ressaltam deste título. O primeiro é que, tal como no documento anterior, não se trata de um regimento apenas, mas de vários. E neste ponto destaque-se o facto de que em 1540 a diocese tinha passado a ter um tribunal da relação, o que justifica que, além do regimento do auditório, também aqui esteja contido um regimento da relação. No entanto, porque a estrutura da justiça cresceu e se complexificou ainda mais ao longo do século XVI aqui encontramos também o regimento da Mesa da Consulta, e o da Casa do Despacho, e ainda os regimentos de cada oficial da justiça episcopal. Além destes aspetos, refere-se que o texto em causa resulta da necessidade de atualização bem como das determinações do Concílio de Trento, que aqui é afirmado como decisivo para a reformulação de procedimentos e várias vezes citado ao longo do texto.

Os objetivos da produção deste novo texto também são indicados no

prólogo. Pretendia sanar as dúvidas existentes sobre os procedimentos da justiça, ordem do juízo e funções dos oficiais, decorrentes do facto de que para alguns casos não havia registo escrito e para outros o registo não era suficientemente esclarecedor ou não estava adequado às necessidades de então, o que fazia dilatar o prazo de resolução das questões e aumentar as despesas (Reg. 1598, fl.s/n).

São 41 os títulos numerados deste novo regimento e existem ainda dois títulos extra sem numeração, como apresentado no quadro 3. Este elenco é bastante elucidativo da extensão e da complexidade da administração diocesana eborense já no final do século XVI, onde encontramos uma série de novos ofícios, alguns dos quais já antes existentes, mas ainda não criados em 1535, ou que, se alguns já existiam, não são registados no documento do início do século, como podemos observar no quadro 4.

**Quadro 3.** Títulos do regimento do auditório e da relação eclesiástica de Évora, 1598

1	Do Presidente da Relação, e do que a seu ofício pertence
2	Do Chanceler, e do que a seu ofício pertence
3	Do Provisor, e do que a seu ofício pertence
4	Do Vigário geral
5	Do Juiz dos Resíduos, e do que a seu ofício pertence
6	Do Desembargador que há-de servir de juiz dos matrimónios, e do que a seu ofício pertence
7	Dos Desembargadores, e do que a seu ofício pertence
8	Da Relação
9	Da Mesa da Consulta
10	Da Casa do Despacho e do Regimento dela
11	Dos Visitadores, e do que a seu ofício pertence
12	Do Vigário da comarca de Beja, e do que a seu ofício pertence
13	Dos Arciprestes, e do que a seu ofício pertence
14	Dos Vigários da vara, e do que a seu ofício pertence
15	Do Promotor da justiça
16	Dos advogados do auditório
17	Do Escrivão da Câmara do Arcebispo
18	Do Secretário da Relação
19	Do Secretário da Consulta
20	Do Escrivão da Casa do Despacho
21	Do Escrivão da câmara do Arcebispado
22	Do Escrivão da Chancelaria
23	Do Escrivão dos Matrimónios
24	Dos Escrivães das visitações, e do que a seu ofício pertence
25	Dos Escrivães do Auditório
26	Dos Notários Apostólicos, e do que a seu ofício pertence
27	Do meirinho geral desta corte e dos mais da diocese
28	Do escrivão da vara e armas

29	Do Contador do auditório desta Corte, e de Beja, Aciprestados, e Vigairarias
30	Do Distribuidor
31	Dos Inquiridores
32	Do depositário eclesiástico, e do seu escrivão
33	Do Alcaide do aljube
34	Do porteiro da Relação, e Consulta
35	Do porteiro do Auditório
36	Do porteiro dos Resíduos
37	Do porteiro e Solicitador da casa do Despacho
38	Do Solicitador da Justiça, e Sacrilégios
39	Do Solicitador dos Resíduos
40	Do Solicitador dos presos pobres do aljube
41	Das Residências que se hão-de tomar aos oficiais
s/nº	Do escrivão do depositário eclesiástico, e dos frutos dos benefícios vagos, e das penas aplicadas para despesas da justiça
s/nº	Do ecónomo e depositário dos frutos dos benefícios vagos, e depósito eclesiástico, e das penas aplicadas para as despesas da justiça

**Quadro 4.** Síntese comparativa dos ofícios do centro da justiça episcopal eborense e das suas funções entre 1535 e 1598

1535		1598	
Oficiais	Funções	Oficiais	Funções
		Presidente da Relação	Presidia ao tribunal da Relação, à Mesa da Consulta e à Casa do Despacho, sempre que o arcebispo não estivesse presente.
Chanceler (1)		Chanceler	Verificação de toda a documentação que tivesse de passar pela chancelaria para ver se estava conforme ao que era estabelecido para que fosse selada e assinada.
		Provisor	Assessorar o bispo no governo espiritual da diocese.
Vigário geral	Era a segunda figura do bispado a seguir ao ordinário e tinha competências de âmbito temporal e espiritual. Era ele que exercia, na prática, a justiça eclesiástica, pelo que tinha como uma das duas funções principais presidir ao auditório episcopal, fazendo audiência para ouvir as partes e lhes dar despacho.	Vigário geral	O governo temporal, o exercício da justiça eclesiástica, pelo que presidia ao auditório eclesiástico, fazendo as audiências.

		Juiz dos resíduos	Presidia ao juízo dos resíduos.
		Juiz dos matrimónios	Presidia ao juízo dos matrimónios.
Desembargadores (2)		Desembargadores	Despachavam no tribunal da Relação. Um deles presidia o juízo dos resíduos e outro ao juízo dos matrimónios.
		Executor da Casa do Despacho	Promover a execução das penas dos culpados apurados em consequência das visitações, uma vez inquiridos os pecados e pronunciadas as devassas.
Promotor	Defender a jurisdição eclesiástica, não consentindo às justiças seculares e a quaisquer outras, assim apostólicas como ordinárias, ou das ordens, que se intromettessem a tomar conhecimento dos casos e pessoas que eram da jurisdição da Igreja e do bispo. Era ele que se devia encontrar com o promotor da justiça régia, quando necessário, e nas audiências tinha o primeiro lugar, falando antes dos outros oficiais.	Promotor da justiça	Advogado que promovia a justiça o que, entre outros aspetos, consistia em informar-se dos termos em que estavam os feitos e as diligências que neles se faziam, se as pessoas que haviam de ser presas o estavam, se se perguntavam as testemunhas e se executavam as sentenças.
Procuradores	Procuradores das partes em confronto nos auditórios.	Advogados do auditório	Procuradores das partes em confronto nos auditórios.
		Escrivão da câmara do arcebispo	Escrevia sob a alçada do arcebispo.
		Secretário da Relação	Escrevia sob a alçada do presidente da relação.
		Secretário da Consulta	Escrevia sob a alçada do presidente da relação.
		Escrivão ou secretário da Casa do Despacho	Escrevia sob a alçada do presidente da relação na presença do executor da casa do despacho.
		Escrivão da câmara do arcebispado	Escrevia sob a alçada do provisor.
		Escrivão da chancelaria	Escrevia sob a alçada do chanceler.
		Escrivão dos resíduos	Escrevia sob a alçada do juiz dos resíduos.

		Escrivão dos matrimónios	Escrevia sob a alçada do juiz dos matrimónios.
Escrivães do auditório	Escreviam sob a alçada do vigário geral.	Escrivães do auditório	Escreviam sob a alçada do vigário geral.
		Escrivão da vara e armas	Escrevia sob a alçada do meirinho geral.
		Escrivão do depósito eclesiástico	Escrevia sob a alçada do depositário eclesiástico.
Contador	Contava os feitos e fazia as contas das custas dos mesmos.	Contador do auditório	Contava os feitos da primeira e da segunda instância e contabilizava os salários dos oficiais. A ele pertenciam também as contas dos resíduos e dos testamentos.
Distribuidor	Distribuía os feitos e as escrituras, que fossem à distribuição, pelos escrivães.	Distribuidor	Distribuir os serviços de escrita pelos escrivães.
Inquiridor	Inquirir testemunhas.	Inquiridor	Inquirir testemunhas.
Solicitador da justiça	Solicitava nos feitos da justiça, sacrilégios e resíduos. A partir de 1535 passou a ter como função requerer que lhe fossem mostradas em todas as igrejas do bispado as visitas anteriores, até três anos antecedentes.	Solicitador da justiça e sacrilégios	Informar-se de todos os sacrilégios que se cometessem no arcebispado e dos pecados públicos que existissem na cidade. Citar culpados e chamar testemunhas.
		Solicitador dos Resíduos	Solicitar o cumprimento de testamentos.
		Solicitador dos presos pobres do aljube	Solicitar o livramento de presos.
		Depositário eclesiástico	Recebia os depósitos que no juízo se mandavam fazer, assim em dinheiro como em objetos de valor, e o dinheiro das penas aplicadas para as despesas da justiça. Tornou-se, a partir de 1599, depositário dos frutos e rendas dos benefícios vagos da diocese.
Meirinho	Prender os culpados sob a ordem do bispo, do vigário geral ou de outros oficiais.	Meirinho geral	Prender os culpados sob a ordem do bispo, do vigário geral ou de outros oficiais.
Aljubeiro	Responsável pela guardava dos presos no aljube.	Alcaide do aljube ou aljubeiro	Responsável pela guardava dos presos no aljube.

		Porteiro da relação e consulta	Abriu a casa da relação todos os dias, limpá-la e concertá-la e prover tudo o que fosse necessário para o seu funcionamento. Abriu também a casa da consulta e permanecer à porta enquanto durasse o funcionamento de ambas. Impor o silêncio durante o despacho e fechar a porta no final das sessões.
Porteiro	Citava as partes em Évora e numa légua ao redor.	Porteiro do auditório	Citar verbalmente e notificar as monitórias, cartas e sentenças do vigário geral e de outros julgadores em todas as partes na cidade e seu termo e fora do termo. Fazer pregões, acompanhar o vigário geral nas suas deslocações e distribuir os feitos pelos escrivães. Abriu a porta do auditório, prover no que fosse necessário e aí permanecer enquanto durasse a audiência.
		Porteiro dos resíduos	Fazer rol dos defuntos que falecessem na cidade e termo e citar, na cidade e termo, todos os testamenteiros ou herdeiros para que dessem conta dos testamentos diante do juiz dos resíduos. Fazer todas as notificações pertencentes ao juízo dos resíduos. Acompanhar o juiz quando fosse fazer as audiências, aí permanecer enquanto elas durassem e fazer pregões.
		Porteiro e solicitador da Casa do Despacho	Abriu a casa do despacho, limpá-la e prover o que fosse necessário. Ficar à porta, impor o silêncio e chamar testemunhas. Avisar previamente os tesoureiros das igrejas sobre a realização das visitas.
Notários? (3)		Notários apostólicos	Tratavam de questões relativas às bulas e aos breves que vinham de Roma.
Escrivão da receita	Registava as penas que eram recebidas e que lhe eram indicadas pelo recebedor das penas.		

Recebedor das penas	Recebia os valores correspondentes às penas estabelecidas no regimento do Auditório, assim como nas constituições ou outras quaisquer que pelo vigário ou por outros oficiais fossem estabelecidas.		
---------------------	---	--	--

(1) Na documentação consultada não há registo do cargo de chanceler em 1535 nem das suas funções, mas o ofício existia.

(2) Na documentação consultada os desembargadores são citados uma única vez em 1535, mas não se referem quaisquer funções.

(3) Na documentação consultada não há registo de notários em 1535, mas supomos que talvez eles fossem uma realidade.

Em 1598, e pelo menos desde 1547, é certo é que as funções nos domínios do temporal e do espiritual estavam já claramente separadas entre o vigário geral e o provisor, ao contrário do que acontecia em 1535 em que o vigário tinha funções nos dois âmbitos da jurisdição episcopal, o que demonstra que o espaço de atuação do prelado se amplificou, exigindo a duplicação de cargos para o desempenho de funções que antes estavam concentradas num só indivíduo. Mais antigo era o cargo de chanceler, pois embora ele nunca seja citado em 1535, a chancelaria do bispo tinha existência medieval.

Sabemos que o vigário da comarca de Beja já existia em 1576, e os cargos associados à relação eclesiástica, então citados, como os escrivães da relação, já deviam ter sido criados em 1540, quando a diocese se tornou metropolita.

Quanto aos títulos de visitadores, arceprestes, vigários da vara, advogados do auditório, escrivães das visitas e notários apostólicos, embora nenhum título lhe seja dedicado em 1535 estas funções já estavam adstritas a alguns indivíduos, mas a extensão e a relevância das suas atribuições não terão justificado que se lhe dedicassem capítulos próprios no documento então redigido. Só os vigários da vara já então viam as suas funções registadas, mas incluídos no título do vigário geral.

O regimento de 1598 tem ainda como novidade o título dedicado à forma como seriam tomadas as residências aos oficiais (Reg. 1598, fl.163), ação de fiscalização periódica da sua atuação, o que demonstra como a exigência sobre a atuação dos próprios oficiais era agora maior e muito mais controlada. Essa exigência é notada também ao longo do texto, nas referências constantes às penalizações que os oficiais teriam se incorressem em erros, faltas ou negligências no desempenho dos ofícios.

Como se verifica no quadro 4, se em 1535 existiam, pelo menos, 15 cargos diferentes no centro nevrálgico da administração diocesana, em 1598, ele era composto por 35 ofícios distintos, o que significa que em 63 anos o

seu número mais do que duplicou. E esse facto é explicado pela elevação da diocese a metrópole e pela realização do Concílio de Trento.

Tal como em 1535, embora maioritariamente exercidos por um só indivíduo, alguns ofícios tinham mais do que um provido, o que significa que o número de sujeitos que desempenhava funções na justiça episcopal era superior ao número de tipologias de cargos. Em 1598 eles eram desempenhados por um número de oficiais que andaria à volta da meia centena, provavelmente ultrapassando-a, uma vez que os desembargadores eram 5, os inquiridores 4, os advogados 6, os escrivães dos resíduos 2 e em número não determinado os escrivães do auditório e os notários apostólicos.

De entre os 5 desembargadores 2 ficavam individualmente responsáveis pelos cargos de juiz dos resíduos e de juiz dos casamentos (Reg. 1598, fls.37 e 43). Destaca-se a criação de cargos específicos no que toca a estas áreas quando, em 1535, os dois âmbitos estavam no vigário geral. A criação do juiz dos casamentos surge na linha das determinações tridentinas onde a Sessão XXIV foi, em parte, dedicada à doutrina do sacramento do matrimónio. No seguimento das mesmas recomendações, Sessão XXIV, Decreto sobre a Reforma (Bispos e Cardeais), Cap. III, foi também criada a Casa do Despacho, das visitações e devassas, dirigida pelo presidente da relação e onde atuava o executor da Casa do Despacho (Reg. 1598, fl.57). Complementarmente, encontramos neste regimento de 1598 um capítulo específico relativo aos visitadores (Reg. 1598, fl.63), o que demonstra a importância que as visitações adquiriram nesta época. Outro aspeto ao qual é dado muita relevância no regimento de 1598 são as *Diligências que se hão-de fazer quando se ordenarem de ordens sacras*, que se encontram incluídas no título do provisor (Reg. 1598, fl.14). O destaque dado ao procedimento para as ordenações e a minúcia com que é descrito filia-se na Sessão XXIII do Concílio, dedicado ao Sacramento da Ordem. Surge ainda a Mesa da Consulta que era uma junta consultiva para despacho de petições, resolução de dúvidas diversas, examinação e aprovação de religiosos, pregadores e confessores, provimento de capelas e ermidas, concessão de licenças várias e nela se escolhiam os vigários da vara e seus escrivães e meirinhos (Reg. 1598, fl.58).

Relativamente às funções de todos os oficiais agora citados, novos e pré-existentes, elas estão muito genericamente identificadas no quadro 4. As funções do presidente da relação de Évora não se limitavam a esse juízo, uma vez que era ele também que presidia à Mesa da Consulta e à Casa do Despacho, sempre que o arcebispo não estivesse presente (Reg. 1598, fl.1). E o chanceler, o provisor e o vigário geral também eram membros do tribunal da Relação e da Mesa da Consulta.

Algo que se destaca como sendo muito mais evidente no regimento de 1598 do que no de 1535 é a obrigatoriedade, estabelecida para diversos oficiais, da produção de determinados registos escritos. Além disso, são ainda estabelecidos prazos de conservação para alguma dessa documentação e são dadas indicações relativas aos cuidados de preservação. Verifica-se, assim, como a importância atribuída ao registo escrito e ao controlo da informação é muito maior, pois esse cuidado permitia aplicar mais eficazmente a justiça episcopal e controlar de forma mais incisiva a vida de clérigos e de leigos. Procedimento que seguia em linha com as determinações de Trento.

A obrigatoriedade é estabelecida sobretudo para os oficiais da escrita e também para o distribuidor. Por comparação com o documento de 1535, a diversidade de registos exigidos é agora maior, citando-se 23 tipologias de livros e cadernos diferentes, sendo que para alguns cargos são indicados vários livros, destacando-se o escrivão ou secretário da casa do despacho a quem são exigidas 7 tipologias distintas de livros. A panóplia de tipologias documentais citadas permite ainda verificar que a perda de documentação dos arquivos diocesanos foi maior do que se pode supor, pois vários desses livros não são hoje conhecidos nos arquivos que se encontram acessíveis.

## Conclusão

O século XVI foi um período de transformação profunda na Igreja europeia, no seio da qual o Concílio de Trento foi a pedra basilar. Em Portugal, tal como noutros países da Europa, foram acionadas medidas que pudessem colocar em prática as determinações tridentinas. Para essa renovação, a redefinição e a normalização de procedimentos era essencial, o que promoveu a elaboração de Constituições e regimentos dos auditórios eclesiais. Estes delinearão uma estrutura judicial episcopal mais articulada e um corpo de agentes mais especializados.

Em Évora, a elevação da diocese a arcebispado, em 1540, também foi fator determinante no crescimento e na complexificação da estrutura da justiça episcopal, sendo que o número de ofícios mais do que duplicou em apenas 63 anos. Um outro âmbito de notório aperfeiçoamento é o da amplificação e diversificação da obrigatoriedade dos registos escritos. Vemos, pois, que se verificou a reorganização e a reforma das estruturas administrativas e judiciais do arcebispado eborense ao longo do século XVI, o que começou ainda antes de Trento, e que as transformações que se desenvolveram desde a década de sessenta do século XVI acabaram por ter expressão normativa no Regimento

de 1598 de D. Teotónio de Bragança. Toda esta ação tinha como objetivo último alcançar o disciplinamento social, o que foi promovido de forma concertada pela Igreja e pela Coroa, no âmbito do que se convencionou chamar, já no século XX, de confessionalização católica.

## Fontes

Arquivo da Sé de Évora (ASE), Regimento do auditório eclesiástico de Évora (1535).  
PT/ASE/MESV/A/001/Lv001-1535

Arquivo da Sé de Évora (ASE), Regimentos do auditório eclesiástico do arcebispado de Évora e da sua relação e consultas e casa do despacho e mais oficiais da justiça eclesiástica ... (1598). Évora: Manuel de Lira.

## Bibliografia

BENLLOCH POVEDA, Antonio (1996). “Jurisdicción eclesiástica en la edad moderna: El proceso”, in MARTÍNEZ RUIZ, Enrique; PAZZIS Pi, Magdalena de (ed), *Instituciones de la España Moderna 1. Las jurisdicciones*. Madrid: Actas Editorial, 113-142.

BRITTO, Michelle Carolina de (2015). “A atuação do tribunal episcopal do bispado de São Paulo: delitos e justiça eclesiástica na colônia (1747-1822)”, in *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: s.n, 1-13.

CANDAU CHACÓN, Maria Luísa (1988), “Presencia y jurisdiccion eclesiasticas en la sierra. Aracena y sus aldeas a comienzo del siglo XVIII”, *Huelva en su Historia*, 2, 401-435.

CANDAU CHACÓN, Maria Luísa (1999). “La organización eclesiástica: Zufre”, in *Historia de la Provincia de Huelva, Huelva, Huelva Información*, vol. 2, 529-544.

CARVALHO, Joaquim Manuel costa Ramos de (1985). *As visitas pastorais e a sociedade de Antigo Regime: notas para o estudo de um mecanismo de normalização social*. Coimbra: J. M. C. R. Carvalho.

CARVALHO, Joaquim Manuel costa Ramos de (1988). “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas no Antigo Regime”, *Revista Portuguesa de História*, 24, 121-163.

DONATI, Claudio (1997). “Vescovi e diocesi d’Italia dall’età postridentina alla caduta dell’ antigo regime”, in ROSA, Mario (ed.), *Clero e società nell’Italia moderna*. Roma-Bari: Laterza.

- GARCÍA-BRAZALES, M. Gutiérrez (1983). “El Consejo de la Gobernación del Arzobispado de Toledo”, *Anales Toledanos*, XVI, 63-138.
- GARCÍA-BRAZALES, M. Gutiérrez (1999). “La Audiencia Arzobispal de Toledo”, in Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha (ed.), *La administración de justicia en la historia de España. Actas de las III Jornadas de Castilla-La Mancha sobre investigación en archivos*. Toledo: ANABAD de Castillala Mancha, 611-628.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2009). “Quod non est in actis, non est in mundo: mecanismos de disciplina interna e externa no Auditório Eclesiástico de Coimbra”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9, 179-204.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2010). “A configuração organizacional dos Auditórios Eclesiásticos: perfis, competências e funções dos oficiais da justiça. O caso de Coimbra”, *XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*,  
(<http://www.iseg.utl.pt/aphes/progdocs/JAIME%20RICARDO%20GOUVEIA.pdf>, consultado em 4 de novembro de 2014).
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2013). “Os Ladrões das Honras e a Repressão das Desonras: a ação do Juízo Eclesiástico no Atlântico Português (1640-1750)”, *Revista Ultramares*, 1, 4, 45-71.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2015). *A quarta porta do inferno: a vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Lisboa: Chiado Editora.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2018a). “Ecclesiastical Justice in the diocese of Coimbra in the 16<sup>th</sup> century: Organization, Structure and Jurisdiction”, *Ius Canonicum*, vol.58, nº115, 1-37.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2018 b). “O Tribunal Episcopal de Portalegre, 1780-1835”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXI, 61-102.
- HERAS SANTOS, José Luis de las (2015). “La Criminalidad femenina ante la justicia episcopal en la Salamanca del siglo XVII”, in BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e TORREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita, *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 85-109.
- HESPANHA, António Manuel (1992). *Poder e instituições no Antigo Regime: guia de estudo*. Lisboa: Cosmos.
- HESPANHA, António Manuel (1994). *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal, séc. XVII*. Coimbra: Almedina.
- LAVAJO, Joaquim Chorão (2006). “D. João de Melo e Castro e a reforma quinhentista da Igreja”, *Eborensia*, 38, 67-101.
- LUÍS, Maria dos Anjos dos Santos Fernandes (2011). “Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no século XVII”, *Lusitania Sacra*, 23, 169-187.

- MENDONÇA, Pollyanna Gouveia (2010). “Procedimentos judiciais diferenciados: tribunal episcopal e tribunal inquisitorial”, in Associação Nacional de História, XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 1-11
- MÚÑOZ ARRACO, José Manuel Pérez-Prendes (1996). “El Tribunal eclesiástico (sobre el aforamiento y la estructura de Curia diocesana de justicia)”, in Enrique MARTÍNEZ RUIZ, Martínez; PAZZIS Pi, Magdalena de (ed), *Instituciones de la España Moderna 1. Las jurisdicciones*. Madrid: Actas Editorial, 143-169.
- NUNES, João Rocha (2006). “Crime e Castigo: “Pecados Públicos” e Disciplinamento Social na Diocese de Viseu (1684-1689)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 6, 177-213.
- OESTREICH, Gerhard (1982). *Neostoicism and the Early Modern State*. New York: Cambridge University Press.
- OESTREICH, Gerhard (1984). “Problemas estruturais do absolutismo europeu”, in HESPANHA, A. M., Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 179-200.
- PAIVA, José Pedro (1991). “A administração diocesana e a presença da Igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Lusitania Sacra*, 3, 71-110.
- PAIVA, José Pedro (1993). Uma instrução aos visitantes do Bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal, *Revista de História das Ideias*, 15, 637-661.
- PAIVA, José Pedro (2000 a). “Dioceses e organização eclesiástica”, in João Francisco Marques e António Camões Gouveia (coord.), *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol.2, 187-199.
- PAIVA, José Pedro (2000 b). “As visitas pastorais”, in C.A.M. Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, 50-55.
- PAIVA, José Pedro (2007). “Um príncipe na Diocese de Évora: o governo episcopal do Cardeal Infante D. Afonso (1523-1540)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, 127-174.
- PAIVA, José Pedro (2008/2009). “O Estado na Igreja e a Igreja no Estado. Contaminações, dependências e dissidências entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)”, *Revista Portuguesa de História*, XL, 383-397.
- PAIVA, José Pedro (2010). “La reforma católica en Portugal en el periodo de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)”, *Tiempos Modernos*, 1, 20, 1-37.
- PAIVA, José Pedro (2011). *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PAIVA, José Pedro (2014). “A receção e aplicação do concílio de Trento e Portugal: novos problemas, novas perspetivas”, in PAIVA, J. P.; BARBOSA, D. S.;

- GOUVEIA, A. C. (eds.), *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 13-40.
- PAIVA, José Pedro (2016). “As estruturas do governo diocesano”, in PAIVA, José Pedro (coord.), *História da Diocese de Viseu*. Viseu. Coimbra: Diocese de Viseu. Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 2, 207-224.
- CARVALHO; Joaquim de; Paiva, José Pedro (1985). “Reportório das visitas pastorais da Diocese de Coimbra, séculos XVII, XVIII e XIX”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 7, 112-214.
- CARVALHO; Joaquim de; Paiva, José Pedro (1989), “A evolução das visitas pastorais na diocese de Coimbra nos sécs. XVII e XVIII”, *Ler História*, 15, 29-41.
- PALOMO, Federico (1994). “Exigências na formação do clero eborense em fins do século XVI: O Regimen ab examinadoribus de D. Teotónio de Bragança”, in Instituto Superior de Teologia (ed.), Congresso de História no IV centenário do Seminário de Évora: Actas. Évora: Instituto Superior de Teologia. Seminário Maior de Évora, 81-92
- PALOMO, Federico (1995). “La autoridad de los prelados posttridentinos y la sociedad moderna. El gobierno de Don Teotonio de Braganza en el arzobispado de Évora (1578-1602)”, *Hispania Sacra*, 47, 587-624.
- PALOMO, Federico (2006). *A contra-reforma em Portugal. 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PEREZ MUÑOZ, Isabel (1992). *Pecar, delinquir y castigar: El tribunal eclesiástico de Coria en los siglos XVI y XVII*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense.
- PINHO, Sebastião Tavares de (2006). “O Cardeal-Infante D. Afonso Prelado e Mecenas do Humanismo Português”, *Eborensia*, 38, 21-43.
- POLÓNIA, Amélia (2005 a). *O Cardeal Infante D. Henrique: arcebispo de Évora um prelado no limiar da viragem tridentina*. Porto: Fundação Eugénio de Almeida.
- POLÓNIA, Amélia (2005 b). *D. Henrique: o cardeal-rei*. Lisboa: Círculo de Leitores, Reis de Portugal, 17.
- POLÓNIA, Amélia (2006). “A diocese de Évora em contextos pré e pós-tridentinos: a actuação pastoral do cardeal-infante D. Henrique”, *Eborensia*, 38, 45-65.
- PRODI, Paolo (1960). “Lineamenti dell’organizzazione diocesana di Bologna durante l’episopato di Gabriele Paleotti (1566-1597)”, in BENZONI, G. e PREGARI, M., *Problemi di vita religiosa in Italia nel’500*. Pádua: Editrice Antenore.
- PRODI, Paolo (1982). “Tra centro y periferia: le istituzioni diocesane post-tridentine”, in *Cultura, religione e politica nell’età di Angelo Maria Querini*. Brescia: Morcelliana.
- PRODI, Paolo (1994). *Disciplina dell’anima, disciplina del corpo e disciplina della società tra medioevo ed età moderna*. Bolonia: Il Mulino.

- REINHARD, Wolfgang (1982). “Confessionalizzazione forzata? Prolegomeni ad una storia dell’età confessionale”, *Annali dell’Istituto storico italo-germanico in Trento*, 8, 13-37.
- RICO CALLADO, Francisco Luis (2014). “Los procedimientos gubernativos eclesiásticos en las diócesis castellanas en la Edad Moderna”, *Ius Canonicum*, 54, 45-85.
- RODRIGUES, Aldair Carlos (2015). “Clergy, Society, and Power Relations in Colonial Brazil: On the Vicar Forane (Vigário da vara), 1745-1800”, *e-JPH*, vol.13, nº 1, 40-67
- RODRIGUES, Rui Luís (2017). “Os processos de confessionalização e sua importância para a compreensão da história do Ocidente na primeira modernidade (1530-1650)”, *Revista Tempo*, 23, 1, 1-21.
- SANTOS, Gustavo (2018). “Práticas da justiça eclesiástica em Pernambuco no século XVIII: o caso do vigário geral Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXI, 79-104.
- SCHILLING, Heinz (1992). *Religion, Political Culture and the Emergence of Early Modern Society. Essays in German and Dutch History*. Leiden-Nova Iorque: Brill.
- SOARES, Franquelim Neiva (1988). “Mecanismos institucionais religiosos da arquidiocese de Braga durante o Antigo Regime”, in *Arqueologia do Estado: las Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: História & Crítica, vol. 2, 789-796.
- TRINDADE, Ana Cristina Machado; Teixeira, Dulce Manuela Maia Rodrigues (2003 a). *O auditório eclesiástico da Diocese do Funchal: regimento e espólio documental do século XVII*. Funchal: Instituto Superior de Administração e Línguas.
- TRINDADE, Cristina; Teixeira, Dulce Manuela (2003 b). “O Regimento dos Auditórios Eclesiásticos do bispado do Funchal (1589)”, *Lusitânia Sacra*, 15, 289-330.
- ZARDIN. Danilo (1994). “La struttura della curia arcivescovile al tempo di Carlo Borromeo”, *Studio borromaica*, 8, 123-152.

# Os Conhecimentos do Budismo Sínico do Jesuíta Português Tomás Pereira

*The understanding of Chinese Buddhism of the Portuguese Jesuit Tomás Pereira*

MINFEN ZHANG<sup>1</sup>

Shanghai International Studies University  
sofia@geosofia.com

Texto recebido em / Text submitted on: 04/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 17/03/2019

**Resumo.** O missionário jesuíta português Tomás Pereira entrou no império chinês durante o reinado de Kangxi (1662-1722) da dinastia Qing (1644-1912) com o fim de pregar a religião cristã. Viveu em Pequim durante 37 anos, dedicando quase toda a sua vida à causa cristã e à divulgação das ciências ocidentais na China. Como os seus predecessores Matteo Ricci e Álvaro Semedo, entre outros padres jesuítas, foi não só um missionário, mas também um observador, investigador e modelador da cultura chinesa. Como tal, é natural que tenha prestado um enorme interesse e atenção ao budismo, que foi introduzido na China durante as dinastias Han e já se tinha tornado uma das principais correntes religiosas da China. Pereira estudou e observou a cultura chinesa, tão heterogênea quanto o cristianismo, do ponto de vista de um sacerdote ocidental. O presente texto pretende fazer um estudo sobre a sua compreensão do budismo da China Qing baseando-se no seu *Tratado do Budismo Sínico*.

**Palavras-chave.** Tomás Pereira, conhecimentos budistas, China.

**Abstract.** Tomas Pereira, the Jesuit missionary of Portugal, entered the Chinese mainland during the reign of Emperor Kangxi in the Qing Dynasty. He lived in Beijing for 37 years and like his predecessors, Matteo Ricci, Alvaro Semedo and other Jesuits, he was not only a missionary, but also an observer, a researcher and a builder of Chinese Culture. Buddhism, introduced into China in the Han dynasties, had become one of the major sects in China, aroused his great attention. Pereira studied and observed the Chinese culture so heterogeneous as Christianity with vision of a Western missionary. This article intends to examine and discuss his understanding of Chinese Buddhism, based on the "Treatise of Chinese Buddhism" authored by Tomás Pereira.

**Keywords.** Tomás Pereira, Chinese Buddhism, Understanding.

Tomás Pereira (1646-1708), cujo nome chinês é Xu Risheng, foi um missionário português que veio para a China durante o reinado de Kangxi

<sup>1</sup> Professora associada no Departamento de Português da Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai. Shanghai International Studies University, School of European and Latin American Studies, Portuguese Department, Songjiang, Shanghai 201620, República Popular da China.

(1662-1722), da dinastia Qing (1644-1912). Viveu na China, principalmente em Pequim, durante 37 anos (1672-1708), tendo dedicado quase toda a sua vida à causa cristã e ao intercâmbio cultural sino-europeu. Foi não só um fiel missionário cristão, mas também um ilustre cientista, escritor, tradutor, músico e diplomata. Como professor particular do imperador Kangxi e músico da Corte de Pequim, ganhou elevado apreço e louvor do imperador pelo seu excelente talento musical, grande habilidade diplomática e nobre personalidade. Além disso foi, também, um escritor laborioso, deixando muitas cartas, diários, relatórios das atividades de divulgação da cristandade e obras em chinês, português e latim. Tomás Pereira usufruiu de uma rigorosa educação em ciências humanas e teologia e de uma boa formação linguística. Dominou bem, quer o idioma chinês quer a história e cultura sínicas tal como Matteo Ricci (1552-1610) e Álvaro Semedo (1585-1658), entre outros padres que missionaram na China durante as dinastias Ming e Qing.

No que respeita aos estudos sobre a presença dos jesuítas na China Ming/Qing, existem numerosas obras escritas quer pelos investigadores chineses, quer pelos ocidentais, destacando-se, no caso dos primeiros, Zhang Xiping com *Chuan Jiaoshi Hanxue Yanjiu (Estudo da Sinologia Missionária)* (2005) e *Mingqing Chuanjiaoshi Yu Ouzhou Hanxue (Jesuítas das Dinastias Ming e Qing e a Sinologia Europeia)* (2009). Quanto aos ocidentais, são bem conhecidos *East Meets West: The Jesuits in China, 1582-1773* (Ronan 1988); *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800* (Mungello 1999); *Journey to the East: the Jesuit mission to China, 1579-1724* (Brockey 2008); entre muitas outras obras, que abordam as atividades dos jesuítas no império chinês no período em apreço, mas referem pouco o padre Tomás Pereira. Felizmente publicaram-se recentemente trabalhos dedicados ao contributo de Tomás Pereira, como por exemplo, *In the Light and Shadow of an Emperor: Tomás Pereira, SJ (1645-1708)*, *the Kangxi Emperor and the Jesuit Mission in China* (Saldanha 2012); *Tomás Pereira (1646-1708) Um Jesuíta na China de Kangxi* (Barreto 2009) e *Tomás Pereira S. J. (1646-1708) Life, Work and World* (Barreto 2010). Porém, no meio académico chinês, entre os, não muitos, estudos sobre Tomás Pereira, todos focam apenas o seu contributo na música, na diplomacia, ou na divulgação da religião cristã na China, como *Ji Putaoya Yesu Huishi Xu Risheng (Sobre o Jesuíta Português Tomás Pereira)* (Yu 2009:90-94) e *Qingchu Gongting Putaoya Chuanjiaoshi Xu Risheng (Xu Risheng, o Jesuíta Português na Corte do Primeiro Período da Dinastia Qing)* (Wu 2008: 112-114). Merecem, também, referência alguns trabalhos de Wang Bing: *The Inscription on Tomás Pereira's Tombstone and the Edict of Toleration From the Emperor Kangxi* (Wang 2009: 73-86) e *Xu*

*Risheng he Xifang Yingyue Zhishi zai Zhongguo de Chuanbo* (Tomás Pereira e a Divulgação da Teoria Musical do Ocidente na China) (Wang 2003:71-90). Os investigadores ocidentais também se têm dedicado, principalmente, ao estudo do jesuíta como missionário, músico, diplomata e cientista. Vejam-se *The Jesuit and The Sino-russian Treaty of Nerchinsk (1689) The Diary of Thomas Pereira, S. J.* (Sebes 1961), *Um Músico Português do Século XVII na Corte de Pequim: o Padre Tomás Pereira* (Canhão 1988:34-45), *Making Clocks and Musicial Instruments: Tomás Pereira as an Artisan at the Court of Kangxi (1673-1708)* (Gomes & Pina 2016: 6-17). O seu contributo sinológico é quase esquecido pela comunidade académica. Só recentemente alguns investigadores começaram a prestar atenção ao trabalho de Tomás Pereira na história da descoberta do budismo, merecendo referência *The Fô and the Xekiâ: Tomás Pereira's Critical Description of Chinese Buddhism* (Magone in Saldanha & Wardega 2012:252-274), e *Jesuit Orientalism: Correspondence between Tomás Pereira and Fernão de Queiros* (Zupanov in Barreto 2010: 43-73).

Como observador e investigador da cultura chinesa, o modelador e relator da imagem sínica prestava, efetivamente, atenção às crenças e seitas do povo chinês, sobretudo ao budismo, introduzido na China durante as dinastias Han e “*integrado finalmente na cultura chinesa*” (Tang 1999:8). No entanto, o estudo sobre a divulgação do budismo sínico na Europa, no período das dinastias Ming e Qing, concentra-se principalmente na apresentação e análise da visão do budismo sínico de Matteo Ricci e no conflito entre o Cristianismo e o Budismo<sup>2</sup>, carecendo de estudos sistemáticos sobre os outros jesuítas presentes na China naquela mesma época. De modo idêntico, ao ser apresentada a transmissão do budismo sínico à Europa, o *Tratado* de Tomás Pereira foi ignorado. Em *Curious Land – Jusuit Accommodation and the Origins of Sinology* (1989), Mungello referiu a visão do budismo de Matteo Ricci, de Álvaro Semedo, de Gabriel de Magalhães (1610-1677), de Charles Le Gobien (1653-1708) e de outros jesuítas da época, sem referir Tomás Pereira, o que ocorre, também, noutros livros do mesmo género. O contributo de Tomás Pereira na divulgação do budismo sínico foi, pois, esquecido pelo meio académico, tal como afirmou Rui Magone, “*Despite its relatively great length and wealth of detail, some of which departs from other contemporary descriptions of Chinese Buddhism, Pereira’s account has received little attention from scholars*” (Magone in Saldanha & Wardega 2012:267).

O presente texto pretende analisar o conhecimento, detido por Tomás

---

<sup>2</sup> Veja-se por exemplo Lai 2008; Sun 1988:89-98.

Pereira sobre o budismo praticado na China Qing, tendo por base o seu *Tratado do Budismo Sínico*. A análise das fontes é feita por comparação com textos de outros jesuítas, o que permite, não só compreender a visão daqueles, mas também constatar a riqueza do conteúdo do *Tratado* de Pereira. No entanto, também se comparam as fontes com textos budistas clássicos tais como o *Dirhagama*, o *Madhyamagama*, o *Samyuktagama* e o *Ekottarikaga* (Dharmanandin (tra.) 1995) e com estudos contemporâneos tais como *Fojiao yu Zhongguo Wenhua (O Budismo e a Cultura Chinesa)* (Tang, 1999) e *Shijia Mouni Zhuan (Biografia de Xekia)* (Xinyun, 2015), entre outros.

## 1. Percurso de vida de Tomás Pereira

Tomás Pereira, jesuíta português que trabalhou na China durante a dinastia Qing onde “era conselheiro pessoal do imperador Kangxi, foi um reputado astrónomo e a primeira pessoa a divulgar na China as teorias e as práticas musicais do Ocidente” (Castro 2014:111).

Tomás Pereira nasceu e batizou-se aos 5 de novembro de 1646 (Barreto 2011:51) na Igreja de S. Martinho de Vale (Vila Nova de Famalicão), em Portugal, com o nome Sanctos, tendo mais tarde sido conhecido por Tomás Pereira, nome que terá adotado ao abraçar a vida religiosa (Marques et al. 2009:23). É provável que tenha feito os estudos primários na sua terra natal, embora se desconheça qualquer registo disso, e que tenha estudado no Colégio de São Paulo, em Braga, cidade onde se iniciou a mais antiga aula de música de Portugal, datada do século XVI. “Poderá ter sido neste ambiente, de tradição musical forte, que Tomás Pereira recebeu a sua primeira formação” (Marques et al. 2009:24). Ingressou na Companhia de Jesus em 1661, aos 15 anos<sup>3</sup> e, posteriormente, entrou para os estudos de ciências humanas e teológicas no Seminário de Coimbra. Em abril de 1666, juntamente com outros 13 jesuítas, partiu de Lisboa rumo à Índia, tendo chegado a Goa em outubro de 1666, e onde continuou os estudos. Em 1671, com 25 anos de idade, o já sacerdote, chegou a Macau, onde concluiu os cursos de Humanidades e de Teologia, obteve o grau de mestre em Arte no conhecido Colégio de São Paulo, e “terá sido escolhido para reitor do seminário, posição que acumularia com a de professor de Gramática” (Alvez 2009:61). Em outubro de 1672, recomendado pelo seu colega belga, Ferdinand Verbiest, Tomás Pereira foi convidado pelo imperador Kangxi para a Corte devido ao seu talento para a música e astronomia. O padre

---

<sup>3</sup> Alguns investigadores alegam que Tomás Pereira ingressou na Companhia de Jesus em 1663. Ver Castro 2014: 114.

conseguiu êxitos consideráveis na Corte, ganhando o apreço e respeito do Filho do Céu pelas suas multifacetadas capacidades. Foi professor de música do próprio imperador, músico da Corte de Pequim, construtor de instrumentos musicais, vice-diretor do Observatório Astronómico e diplomata, escolhido pelo imperador, para participar nas negociações do Tratado de Nerchinsk com o império russo. Escreveu várias obras, em chinês, para apresentar os seus conhecimentos musicais, como por exemplo *Lulu Zuanyao* (Introdução à Musicologia) e demonstrou os seus conhecimentos de técnica e de arquitetura na reconstrução de Nantang, conhecida como igreja dos portugueses, mandada construir, em 1650, pelo jesuíta alemão Adam Schall. Além de tudo o mais, foi, também, um missionário que dedicou toda a sua vida ao catolicismo.

As suas capacidades foram, também, reconhecidas pelo superior da Ordem jesuíta. Em 1687, foi nomeado vice visitador para a missão da vice província chinesa por Simão Martins, visitador das províncias Japão-China. Desempenhou o cargo de reitor do Colégio dos Jesuítas de Pequim entre 1688 a 1691 e mais tarde, foi nomeado vice provincial da Companhia de Jesus, na China. Em 1691, quando o governador de Zhejiang declarou o cristianismo como uma religião ilegal e proibiu a sua divulgação na China, Tomás Pereira apresentou, por várias vezes, memoriais ao imperador Kangxi pedindo tolerância para com o cristianismo. Os seus esforços foram recompensados pois, em 1692, o imperador despachou o *Édito de Tolerância*, que autorizava, os jesuítas a permanecerem na China e a desenvolverem as suas atividades, concretizando, assim, o sonho dos missionários de poderem pregar, livremente, o cristianismo no império chinês.

Em 25 de dezembro de 1708, este ilustre músico, diplomata, tradutor, astrónomo e sacerdote fiel que dedicou toda a vida à missão na China, onde viveu por mais de três décadas, faleceu em Pequim, com 62 anos de idade. O imperador Kangxi emitiu um Édito Imperial em sua homenagem, elogiando este reputado missionário português que tinha vindo de longe e tinha trabalhado na China por várias décadas. Tomás Pereira foi enterrado no cemitério de Chala, mas, infelizmente, o seu túmulo desapareceu, devido a várias mudanças. Na lápide do seu túmulo estava transcrito o Édito Imperial do imperador Kangxi:

Nós lembramo-nos, em jejum e abstinência, de ti, Xu Risheng, que vieste de longe e aqui trabalhaste por muitos anos. Foste um perito em música e no calendário, os instrumentos que construístes foram todos oportunos. Nada fizeste senão mostrar seres diligente e esforçar-se ao máximo no cumprimento das tuas tarefas. Por

natureza íntegro, sem adornos e sem falhas, tu devotavas-te do princípio ao fim e da manhã à tarde. Como a tua lealdade e sinceridade de coração eram de dia para dia mais reconhecidas, nós vínhamos há já longo tempo a expressar a nossa estima por ti...

Os louvores do próprio imperador demonstravam bem o alto apreço, a estima e o respeito pelas atividades desenvolvidas por Pereira, na China, durante mais de trinta anos. O célebre jesuíta português era digno do epitáfio do imperador, e nele a sua memória se perpetuava (Rodrigues 1990:18).

## 2. Os conhecimentos do budismo sínico

Segundo Tomás Pereira, os seus conhecimentos sobre o budismo sínico tiveram origem numa obra literária chinesa<sup>4</sup>, “*de hum Bonzo convertido a nossa Santa Fé, que fora Prelado entre eles*” (Pereira in Barreto v.2 2011:41). A obra, distribuída por três tomos, tinha sido “*impresa com grande autoridade, e estampada no Paço, com caracteres de maior grandeza, figuras, e estampas...*”. Pereira salienta ainda que a obra era “*feita com muyta autoridade, por uarios Bonzos uindos da India, e Kinas sábios*” (Pereira in Barreto v.2 2011:59). Embora escolhesse apenas capítulos, “*tomando o que pôde fazer ao intento, e deyxando o inutil*”, o jesuíta português afirma “*toda a fidelidade*” (Pereira in Barreto v.2 2011:42) da sua apresentação. Entretanto, na sua opinião, o conteúdo desta obra é falso, inventado pelo “Demonio”. Pereira sente muito que os chineses estivessem “*cegos e enganados*” por este “Fô” (Pereira in Barreto v.2 2011:41). Tendo vivido muitos anos na China, Pereira nota, corretamente, que o budismo introduzido na China a partir da Índia já se tinha sinicizado e que aspetos que os chineses referiam já tinham acabado na Índia. Na perspetiva de Pereira, os chineses escreveram o texto budista à maneira deles, pelo que havia acrescentado “*a maliçia*”. Na verdade, o budismo, introduzido na China entre as dinastias Han, contava com mais de mil anos de história quando Pereira chegou à China durante o reinado de Kangxi.

Os conflitos entre as ideias budistas e a cultura nativa chinesa ocasionaram uma mudança, nas primeiras, para se adaptarem às características chinesas. Pereira considera a China, “*como nação politica, não falta no principal, e comum*

---

<sup>4</sup> Tomás Pereira não referiu o título do livro com que preparou o seu Tratado. De acordo com o investigador Rui Magone, é muito provável que o livro utilizado por Tomás Pereira fosse *Shijia Rulai Yinghua Lu* (*Record of the Teaching of the Thus-come Sakyamuni Buddha*), cujo autor foi um monge budista da dinastia Ming (1638-1643) chamado Baocheng. Ver Magone 2012: 261.

*de hua historia bem tecida*”, e os chineses como “*gente tão entendida*”, pelo que sente muito que estes confiassem nos textos inventados pelo “Demonio” devido à “*falta da luz da uerdadeyra Fe*”, por isso, “*se uerifica com mais clareza o de Sam Paulo: Tradidit illos Deus in reprobum sensum*” [Entregou-os Deus aos sentimentos depravados] (Pereira in Barreto v.2 2011:42).

## 2.1. A vida de Fô: do nascimento à morte

Pereira confirma que o “Buddum de Ceylão” era o mesmo “Fô” da China, afirmando que “*o Buddum de Ceylão, o Fô da Kina, o Xaka de Japão, he o Xekia da India*” (Pereira in Barreto v.2 2011:60). Esclarece, corretamente, que “Fô” se chamava inicialmente, “Xekiâ”, que “*nação na India, no Reyno Gûçi Gûçilô, teue por Pay, Tsimfan*” (Pereira in Barreto v.2 2011:43).

O budismo sínico foi um tema que despertou o interesse dos jesuítas que estiveram no império chinês durante as dinastias Ming e Qing. Assim, descreveram as doutrinas budistas, a vida e os costumes dos bonzos, bem como os templos budistas, mas raramente abordaram a vida de Buda. Assim, por exemplo, Ricci fala muito sobre o budismo, mas não aborda o percurso de vida de Buda, enquanto Semedo escreve um pouco sobre a vida de Fô:

“...hijo de Maya, i de um sueño, por aver ella soñado, que concebía al tiempo de estar viendo un Elefante blanco. Dizen, que por màs limpieza le pario por un lado; pero muriose luego; i devia ser por la herida que se haria para parirle. El considerando ser causa desta desgracia con su colateral nacimiento, se resolvió a los diez i nueve años de su edad, en dexar el mundo, i hazer penitencia (como hizo) en el Monte nevado: aonde tuvo doze años quatro Maestros: i a los treinta estava muy docto en la ciência del primero principio. Tomò el nombre de Maestro Xekia, o Xeka: i por espacio de quarenta i nueve enseñò su doctrina...” (Semedo 1642:121)

Contrariamente aos textos dos seus contemporâneos, sobre o budismo chinês, o *Tratado do Budismo Sínico*, de Pereira, trata principalmente da vida de Buda, abarcando de forma muito detalhada o seu nascimento, crescimento, saída de casa para fazer penitência, pregação e morte, embora também aborde as doutrinas do budismo sínico.

Tal como Semedo, Pereira também refere que Maya, a mãe de Fô, ficou grávida depois de ter sonhado com um elefante branco:

“chegando o tempo da Incarnação: sendo ele Pagode, deço do Çeo, introduzindo-se pelo lado direyto da Princesa Moye sua May; que no mesmo tempo, como em sonho, o uio descer do Ceo, caualgado em hum elefante branco de seys dentes; ... Chegando o tempo do parto; que em seus e nossos computos foy antes de uerdadeyra Incarnação do Verbo diuino 1027 anos, reynando nesta Kina o Rey Cheo” (Pereira *in* Barreto v.2 2011:43).

Muito embora tenha transcrito o relatado tradicional Pereira, tal como Ricci, considera que a história do cristianismo era mais longa do que a do budismo, pelo que acredita que a datação do nascimento de Fô teria sido inventada pelos chineses, depois de terem notícia da Santa Lei. Pereira menciona várias vezes que o budismo tinha roubado as doutrinas cristãs e considera que a descrição da vida de Fô estava cheia de invenções, fingimentos e exageros. Assim, por exemplo: “*Em nacendo logo se poz em pê, uoltando-se sem ser ajudado, pera os quatro uentos; dando pera cada hua das quatro partes do mundo sete passos; de cujas pegadas sahirão logo rosas de golfão, misteriozas na Kina*”. O maior exagero é que, logo ao nascer, já sabia pronunciar para o mundo, “*No Çeo, e na terra Sô eu Sou o Superior; pelo que os Anjos, e Santos, e homens da terra me siruão; e uenerem*”. Pereira critica severamente o exagero e as invenções, à toa, dos chineses, que afirmavam que aquelas palavras teriam feito no mundo tal impressão que os rios na Kina, e os Paços reaes se abalarão”. Na opinião do jesuíta, tudo isso seria mentira, pelo que não poupa palavras para expressar a sua crítica ao ver que os chineses diziam que, quando Fô nasceu, “*lançara logo de si taes resplendores, que alumiará todo o mundo*” (Pereira *in* Barreto v.2 2011:43-44). No entanto, existem outros registos auspiciosos acerca do nascimento de Buda:

Os templos e jardins apresentam uma beleza solene; a água da fonte e da piscina está clara como um espelho; todos os países encontram-se sem fome e não há mais guerra no mundo; não existem mais conflitos e injustiças entre as pessoas; os países têm uma relação amistosa como vizinhos próximos e, as pessoas, como irmãos. Todo esse fenómeno feliz é para celebrar o nascimento do Príncipe (Xinyun 2015:29).

Segundo a descrição de Pereira, após o nascimento de Fô, o pai convidou adivinhos para predizerem a sorte do príncipe e esclarece que tal era uma “*superstição na Kina muyto usada*”. Todos diziam que o príncipe teria

felicidades infinitas. Segundo Smedo a mãe de Fô terá falecido logo depois do parto, enquanto segundo Pereira a mesma morreu de fraqueza sete dias depois do parto. De acordo com os livros sobre a vida de Buda a informação de Pereira parece ser a mais correta. Segundo Pereira, após a morte da mãe, Fô foi *“oferecido a Deos no Templo, todas as statuas dele, leuando-se de seus assentos, e inclinando a cabeça quando entroua, lhe renderão reuerença, saudando-o com poezias, ao modo Kinico”*.

O sacerdote português conclui que os chineses tinham copiado a história da infância de Jesus para afirmarem que Fô era muito inteligente desde pequeno, ultrapassando a sua sabedoria a dos seus professores *“Aos oytto anos de idade se lhe deu Mestre, a quem o rapaz fez logo taes perguntas, que o Mestre conhecendo-o superior, se confessou por discípulo. O mesmo lhe aconteceu com o Mestre da milícia, e artes liberaes”* (Pereira in Barreto v.2 2011:44). Efetivamente o Evangelho segundo S. Lucas refere situações idênticas relativamente a Jesus que, já em criança, era muito forte e inteligente: *“E o menino ia crescendo e fortalecendo-se, ficando cheio de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele”* (Lucas 2:40). O Filho Jesus, tendo começado a aprender os ensinamentos judaicos a partir de 8 anos de idade, revelou a sua inteligência ao colocar aos seus mestres judaicos, questões a que aqueles não souberam responder *“Todos os que o ouuiam ficavam maravilhados com a sua capacidade intelectual e com a maneira como comunicava as suas conclusões”* (Lucas 2:47).

Quanto a Buda, bastantes livros falam da sua inteligência e boa aparência.

O rei Tsimfan ficou extremamente contente ao constatar como o príncipe é inteligente. Contratou todos os eruditos conhecidos do país para ensiná-lo. Porém, alguns dias depois, todos se demitiram por reconhecerem a grande sabedoria do príncipe (Xinyun 2015:31).

O jesuíta português engana-se ao referir o casamento de Fô, dizendo que *“por ordem do Pay se casou com tres mulheres”*. De acordo com o registo do Lalitavistara (Anónimo), Fô Siddhârta só se casou com uma mulher, chamada Yasodharâ. Pereira comenta, em tom irónico, que *“huã sobejaua”, “uiuendo porem como se não fora casado”*. Ao referir que a mulher de Fô daria a luz, comenta, com palavras satíricas: *“se não quiserem dar outro Pay a este filho, he força confessarem faltar na continência...”*

Tal como já referido, Smedo afirma que Fô saiu de casa para fazer penitência por achar que sua mãe morrera ao dá-lo à luz. No entanto, Pereira considera que Fô queria deixar este mundo por não suportar a velhice e a morte. Segundo Pereira, a ideia de deixar o mundo ocorreu a Fo num passeio

“indo-se recrear a huã horta e considerando o trabalho dos hortelões, e lauradores” e tornou-se firme quando se encontrou com “um espirito transformando-se em figura de Bragmane...em figura de uelho, e em traje miseravel, lastimozo, e expressiuo de toda a miseria humana”. Outro espirito fingiu-se às portas da morte na rua por onde passava o príncipe e ainda um outro, fingiu-se de Bonzo, “dando-lhe muytos documentos, pera que deyxasse o mundo”. Fô resolveu, então, deixar esta vida mortal, dando ao pai quatro razões: “1. desejo não emulheçer. 2. Namora-me ser mancebo. 3. Não folgo de ter doenças. 4. Quero ser imortal” (Pereira in Barreto v.2 2011:45). Pereira considera a primeira razão igual à segunda e, também, que Fô deixou este mundo apenas com o objetivo de fugir a sofrimentos e à morte. No entanto, de acordo com os textos chineses, os desejos de Fô são: 1. não se envelhece; 2. não há sofrimentos causados por doença; 3. não existe o horror à morte; 4. nada se estraga nem se arruína (Xinyun 2015:56).

Com a ajuda dos anjos, Fô conseguiu sair do paço, chegou a um bosque e passou seis anos fazendo penitência, “não comendo mays que hum grão de gergilim, e outro mayor de trigo, cada dia; e com esta mortificação satisfez por seus peccados...tudo pera salvar os uiuentes” (Pereira in Barreto v.2 2011:47). No entanto, mais tarde, Fô ficou consciente de que fazer penitência não o poderia livrar dos sofrimentos mundanos, pelo que aceitou leite para recuperar as forças.

Apesar de o jesuíta ter enaltecido Fô por ter derrotado os demónios com as forças consideráveis, porém, ao mencionar que conseguia resistir à sedução dos diabos fêmeas, utiliza o seu tom irónico como de costume, dizendo que Fô “como se não fosse de carne”, porque “não seria pequeno ualor, resistir a muytas mulheres Diabos”. Depois de vencer todos os obstáculos e resistir a seduções, conseguiu o título de “Fô”. Na perspectiva de Pereira, a brilhante imagem de Fô teria sido criada por ele próprio dado ter sido ele mesmo que “fez huãs ladainhas de seus louvores, e boas obras nos seculos passados” (Pereira in Barreto v.2 2011:48). Contudo, os chineses também escreveram inúmeros ensaios e poemas para louvar o seu Pagode. No entanto, assumindo a superioridade cultural da Europa, o padre diz que “como he fingir a cada passo trouas, em louuor de Fô, no que consiste o sumo da sobedoria Kinica, acabando por onde os Europeos começão” (Pereira in Barreto v.2 2011:59).

Fô começou a divulgar as suas doutrinas, pregando os seus ensinamentos com o objetivo de cumprir o seu grande desejo de salvar os seres do mundo. Comparando os seus ensinamentos com o Sol que, com a sua luz, ilumina toda a gente, bem como todo o género de viventes, Fô sublinhou que todas as coisas e todas as pessoas eram iguais na religião porque “he como hum mar, em

*que entrando grandes, e pequenos rios, nenhum no mar se distingue*”. Ele disse aos seus discípulos que *“ignorantes, e sapientes; bonns, e maos; honrado, e plebeo, tudo uem a ser o mesmo, e sera a mesma couza”* (Pereira in Barreto v.2 2011:55).

Para Pereira, Fô decidiu morrer quando considerou já ter cumprido as suas tarefas, ou seja, difundido as suas doutrinas ao mundo e deixado numerosos discípulos e budistas piedosos. Na última hora, Fô disse aos seus discípulos que o corpo humano era o maior mal do mundo visto que toda a gente levava *“esta pinga”* sem se poder livrar dela. Para Pereira, aquele foi o último sermão e prenda que Fô deu aos seus discípulos, porém, é evidente não ser correto que Pereira afirmasse isso *“como nós o amor final, que no da Cea nos deyxou nosso Redemptor”* (Pereira in Barreto v.2 2011:57).

Segundo o texto de Pereira, chegando à última hora, Fô, com dores em todo o corpo, começou a meditar, por suspensão dos sentidos, até se tornar um ser quieto, sem alegrias nem dores. A sua morte foi solene e pacífica, tal como relata Pereira:

...debayxo das aruores pôlo com muyta gente, rodeado de oyto ordens de Dragões, (bons Anjos de guarda) aos quinze da segunda lua; em sua cama Real, inclinado sobre o lado direyto, cabeça pera o Norte, pes pera o Sul; rosto ao Occidente, e costas ao Oriente; correspondendo a cada parte destas duas aruores pôlo, no alto da noyte, faleçeo.

Ao ver que, com a morte de Fô, até as folhas das árvores se tornavam brancas e secas, e *“ouue-se logo terremoto em todo o orbe, perturbou-se o mar, secarão-se as fontes, e os rios”*, Pereira não contém o seu desprezo, exclamando que *“não sey como se atreuerão a publicar na Kina tantas falsidades...”*. Refere ainda as mentiras como *“ouue treuas por todo o mundo; porque o Sol, e a Lua não derão luz”*, mais uma vez, comenta de forma irónica que seria um milagre este do Sol que acompanhava a todos os que morreriam de noite. *“Tão bem forão taes os gritos, que os Anjos derão por sua morte, que forão ouuidos em todo o mundo”*, o que foi extremamente criticado por Pereira, que acha tudo isso falso, *“e poruentura acreçentado pelo Kinas, depouys que tiuerão noticia da morte de Christo”* (Pereira in Barreto v.2 2011:57-58).

Fô acreditava que seria imortal, toda a gente adoraria o seu corpo (em cinzas) e que o seu espírito ficaria sempre com todos, afirmando que *“quem as ue; me ue a mym”*. Em relação ao tratamento do corpo de Fô, Pereira não poupa palavras para criticar a contradição revelada na Escritura. Na primeira vez, Fô disse ao seu discípulo Onân para dividir o seu corpo, sem queimar,

em três partes, dando “*hua aos Anjos, outra aos Dragões, e outra aos Demonios*” (Pereira in Barreto v.2 2011:55), porém, na segunda vez, Fô pediu a Onân para queimar o seu corpo e dividir as cinzas em igualdade: “*recolhereys as cinzas em sete uasos preciosos; e dentro da cidade, nas quatro Ruas prinçipaes, fareys sete torres, com quatro portas cada hua, e nelas colocareys minhas relíquias, pera serem de todos os Espiritos ueneradas...*” (Pereira in Barreto v.2 2011:57).

## 2.2. As doutrinas budistas

Pereira apresenta o budismo sínico com base nos seus conhecimentos religiosos ocidentais. Visto que o cristianismo tem dez mandamentos, refere, também, dez mandamentos no budismo sínico: “1. Não matar couza de algum gênero. 2. Não furtar. 3. Não fornicar. 4. Não levantar falso. 5. Não beber uinho. 6. Não murmurar. 7. Não se louuar com prejuízo alheo. 8. Não ser auarento. 9. Não irar. 10. Não detrahir do Fô”. Como se sabe, de acordo com os textos budistas, os seguidores do budismo devem observar “os cinco preceitos e os dez bons”, sendo os primeiros: 1. abster-se de matar os seres vivos; 2. abster-se de roubar 3. abster-se de má conduta sexual; 4. abster-se de mentir; 5. abster-se de se intoxicar. Com base nestes cinco preceitos, desenvolveram-se os dez bons do budismo, a saber: 1. não matar; 2. não roubar; 3. não manter comportamentos sexuais impróprios; 4. não mentir nem falar com falsidade; 5. não fazer mexericos; 6. não caluniar os outros; 7. não dizer palavras lisonjeiras; 8. não ser ávido; 9. não se encolerizar; 10. não ter visões errôneas. Daquí se pode ver que o jesuíta português, ou não estudou profundamente as doutrinas do budismo sínico, ou deturpou, propositadamente, os ensinamentos budistas, nomeadamente o décimo, que evidencia, meramente, a sua própria perspectiva, com o objetivo de atacar o individualismo de Fô e desvalorizar a sua personalidade. Além disso, Pereira critica o budismo por não seguir o preceito de respeitar os pais, “*sendo este o primeyro direyto das gentes*”, e repreende Fô que “*consentio que seu Pay prostrado a seus pês, o adorasse como Pâgode, confessando-o por Senhor dos tres mil mundos*” (Pereira in Barreto v.2 2011:49). De facto, “*sramana*<sup>5</sup> não adora parentes próximos” é uma doutrina do budismo indiano. No entanto, depois de se introduzir na China, e de ter passado por encontros e conflitos com a cultura tradicional chinesa, o budismo acabou por se adaptar à cultura sínica e adotou a estratégia de combinação com o confucionismo, que se considerava como a ideologia predominante e ortodoxa da China. O budismo sinicizado adotou o conceito

---

<sup>5</sup> Designação geral dos budistas na Índia.

de piedade filial, fazendo com que este se tornasse um ensinamento muito importante do budismo.

O cristianismo é uma religião de um só Deus, proibindo estritamente a idolatria, pelo que esta constituía um dos temas mais criticados pelos jesuítas ocidentais que estavam na China na altura. O primeiro europeu que designou o budismo como uma religião idólatra foi Marco Polo, um mercador veneziano que esteve na China no século XIII. Segundo Marco Polo: *“Há um monte muito alto nesta ilha de Sião...e encontra-se o túmulo de Adão, o primeiro antepassado da humanidade, mas os idólatras disseram que o corpo enterrado no túmulo era o do seu fundador religioso Sakyamuini, que tem sido honrado como um grande santo”* (Polo 2008:232). Na opinião de Marco Polo, esta é a origem da idolatria budista e os budistas são idólatras. Como mercador, não era hostil nem desprezava o budismo, porém, acha que o cristianismo era superior ao budismo, afirmando que *“se o Papa mandar pessoas adequadas divulgarem o evangelho na China. Khan<sup>6</sup> converter-se-ia, certamente, ao cristianismo pois toda a gente sabe que ele tem uma boa impressão dos cristãos”* (Polo 2008:103). Marco Polo refere várias vezes que havia muitos budistas na China, que eram idólatras. Descreve de forma detalhada a idolatria dos chineses, que, para o efeito, construíram bastantes templos de acordo com os seus costumes, aos quais ofereceram um grande número de ídolos, de madeira, pedra ou barro, todos ricamente decorados e com uma camada dourada. Essas estátuas eram vívidas, com posturas diferentes, sendo algumas grandes e outras pequenas e requintadas (Polo 2008:68). É indubitável que a descrição da idolatria dos chineses impressionou bastante os europeus, inclusive os jesuítas que estiveram no império chinês mais tarde.

Encabeçados por Ricci, os jesuítas que entraram na China durante as dinastias Ming e Qing, esforçaram-se para aprender chinês e estudar a cultura ideológica sínica. Cientes de que o budismo, depois de se ter introduzido na China nas dinastias Han, já se tinha enraizado nas almas do povo e tornado parte importante da cultura e da ideologia chinesas, após os conflitos e fusões com o taoísmo e o confucionismo, atacaram e desprezaram o budismo, não só porque este constituía o maior obstáculo à missão católica, na China, mas também para defender a pureza religiosa do cristianismo. Jesus disse: *“Ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará um e amará o outro, ou será leal a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mãmon”*. (Mateus 6:24). O Velho Testamento da Bíblia regista bastantes casos de israelitas punidos por Deus por causa da idolatria. Ricci considera o budismo como uma “heresia”,

---

<sup>6</sup> Khan, também podendo ser designado simplesmente por “Han”, era o governante mais alto dos antigos povos nómades do norte da Ásia tais como Turkic, Qidan, Momgólia, entre outros.

pelo que adorar Buda constituía um crime e não traria benefício a ninguém. Na sua perspectiva, apenas se podia servir um Senhor, ou seja, Deus. Como tal diz: “*uma família só pode ter um chefe, será um crime ter dois; um Estado apenas tem um monarca, será um crime ter dois; o Universo só pode ter um senhor, será um crime muito grave se tiver dois*” (Ricci 2001:82)!

Pereira também critica de forma agressiva o conceito de idolatria do budismo, expresso de formas variadas tais como Fô “*considerar-se o Superior de todos*” ou, logo ao nascer, declarar ao mundo que ele era o Superior quer no céu quer na terra, pelo que todos tinham de o servir e venerar. Pereira descreve com detalhe a adoração dos seguidores budistas para com as coisas de Fô. Quando este fugiu do paço e chegou a um bosque, onde cortou os cabelos, “*os Anjos recolherão pero o çeo, pera os adorarem*” (Pereira in Barreto v.2 2011:46). Segundo Pereira, depois de ser santificado, Fô repartiu as suas relíquias e ofereceu-as aos seus seguidores que as adoravam. O relator critica o comportamento dos chineses, dizendo que o budismo era uma crença que incentivava a procura dos interesses pessoais. Assim, um rei que construiu uma estátua de Fô foi muito louvado pelo seu bom exemplo “*canonizando-o por isto entre os Santos e prometendo-lhe muytos bens*”, e todos imitavam este rei, começando a fazer estátuas ricamente decoradas para Fô, o que lhes trazia “*grandes bens temporaes, honras, e uida comprida*” (Pereira in Barreto v.2 2011:52). Pereira não poupa palavras para descrever a adoração dos budistas para com as relíquias de Fô, dizendo que construíram um grande número de torres para adorar as suas cinzas corporais. Baseando-se na sua formação católica, Pereira interpreta mal a Encarnação do budismo: “*como minha essência eterna está aligada a meu corpo material, terão mereçimentos infinitos. Daqui se uera quanto o Diabo barruntou o misterio da Incarnação*” (Pereira in Barreto v.2 2011:55).

A veneração dos budistas à imagem de Fô é, também, relatada, por Pereira:

...com huã prodigiosa transfiguração, reduzindo-se a seu verdadeyro ser, cheyo de admirauel resplandor; que sahindo de sua cabeça, se uia por todo o mundo; ficando o rosto como hum monte de perolas preciosas; e logo aparecerão çem mil imagens suas, e nação diante dele huã rosa de golfão, com mil folhas com mil resplendores; e em cada resplandor mil Pagodes; introduzindo com esta transfiguração sua adoração depoy da morte (Pereira in Barreto v.2 2011:51-52).

No entanto, os cristãos confiam em Deus e Jesus. A imagem de Deus está pendurada em todas as igrejas e os católicos adoram a Virgem Santa Maria,

isso não é uma “idolatria”? Os missionários jesuítas que entraram na China, levaram sempre o crucifixo e a imagem da Santa Maria para mostrar ao povo chinês e aos seus amigos oficiais. A segunda esposa do mandarim Yang Tingyun, “*q cÕ ele se ha de baptizar, e ja té lansado fora os pagodes, pondo em seo lugar e Imagem do Salvador, q todos os dias adora, correndo em outras couzas como seja fora Christã*” (Dias, BAJA, 49-v-5, fl.245). A adoração dos cristãos à imagem do seu Salvador e da Virgem Maria pode-se ver em muitos relatos dos padres da época.

Além de não poupar esforços para criticar o budismo como uma religião de idolatria e os budistas como idólatras, Pereira ataca ainda a doutrina de “reencarnação” do budismo. De facto, logo no início, Matteo Ricci e os outros jesuítas bons conhecedores da história e cultura chinesas, descobriram que existiam pontos semelhantes entre os ensinamentos budistas e cristãos, porém, negaram absolutamente essas semelhanças, e defenderam, unanimemente que o budismo “tinha roubado” as suas doutrinas ao cristianismo. Com um ponto de vista igual ao de Ricci e Semedo, Pereira também considera que a doutrina de encarnação do budismo tinha provindo do pensamento pitagórico, pois refere, em vários capítulos dos seus textos: “*traz a transmigração de Pitagoras, supondo ao Fô por muytos séculos antecedentes, e ora filho de hum Rey, hora Ermitão...*” (Pereira in Barreto v.2 2011:42). Na realidade, a crença na reencarnação da alma existe em várias religiões, não sendo uma doutrina exclusiva nem do budismo nem do catolicismo. A reencarnação da alma, no budismo, derivou da antiga religião védica da Índia, a qual se tornou parte dos princípios do budismo sínico quando o budismo indiano foi introduzido na China. Pereira notou que o budismo divulgava ao povo que todos podiam limpar as suas culpas anteriores através da “encarnação”. Segundo Pereira, o budismo difundia o princípio de “*chegar-se o bem para o bem, o mal para o mal*”, não sendo a encarnação dos seres controlada por Deus, mas pelo bem ou mal de cada um. “*...esta seyta supoem terem sido homens, convertidos em bons e maos espiritos, conforme suas obras...*” (Pereira in Barreto v.2 2011:43). Por exemplo, um filho de Bragmane tornou-se num peixe de cem cabeças por ter sido grosseiro, na escola. Segundo o mesmo sacerdote português, o budismo afirmava que “*a transmigração das almas*” ocorria não só aos seres humanos, mas também aos anjos e demónios, “*fingindo tãobem no çeo Anjos do ceo; na terra Anjos da terra, nos montes montanheseis; renaçendo como os homens, em todos estes lugares; e ficando, segundo os merecimentos, já homens, já Demonios, e Anjos*” (Pereira in Barreto v.2 2011:48). Na opinião de Pereira, este constituía o erro de todos os gentios orientais e se podia constatar esse erro em quase todos os escritos budistas.

O cristianismo define o mal da natureza humana como o pecado original, e com base nisso, forma-se o conceito de salvação. Apenas os homens vulgares que têm a crença em Deus e em seu filho Jesus Cristo podem ter a mercê de Deus, que é a única via para os seres humanos ascenderem ao céu após a morte. No entanto, o budismo sublinha a autossalvação, defendendo que terão bom destino desde que se eliminem os desejos materiais e tenham bondade através de prática e iluminação. Pereira não concorda com o princípio budista que defende que *“todos os seres podem ter o título de pagode”*. Notou que o budismo promovia a universalidade da natureza budista, isto é, cada pessoa, desde que proceda como Buda, estudando as doutrinas budistas, pode atingir a perfeição e ser “Fô”. Pereira deu um exemplo de que um irmão de Fô conseguiu consumada perfeição em 37 dias. Neste sentido, Pereira satiriza que na China havia numerosos “Fô” pois depois de ouvir que Sakyamuni conseguia a perfeição e se tornou “Fô” debaixo duma árvore, muitas pessoas foram debaixo daquela árvore, *“fingim se acquire a perfeição, e o título de pagode”* (Pereira in Barreto v.2 2011:47). Pereira diz que existiam vários pagodes na China, no entanto, Fô era o principal e tinha maior autoridade. Mas o cristianismo defende que apenas existe um Deus no Universo, isto é, Deus onipotente, sábio, único e superior, que cria e domina o mundo, portanto a natureza multi-divina do budismo também constitui um objeto da crítica de Pereira, que dizia ser a China um país com bastantes deuses tais como Deus no céu, Deus na terra, Deus nos montes, *“existindo ele em todas como a causa universal”* (Pereira in Barreto v.2 2011:49).

O jesuíta português também não concorda com a visão da morte defendida pelo budismo sínico. Fô disse aos Ermitães que *“ainda que uades renacer no ceo, tornareys a renacer na terra, sem euitar os nouos trabalhos desta uida”*. Na opinião de Fô, apenas os que se convertessem ao budismo poderiam livrar-se dos sofrimentos, salientando:

Se uos desfizerdes de uossos proprio ser, depondo todos os cuydados e pensamentos desta uida, cortareys a raiz da morte”, o que foi criticado por Pereira, indicando que *“não conseguem o fim de ficarem inmortaes; porque morrem como os mays; enganando porem o pouo rude...”* (Pereira in Barreto v.2 2011:46)

### 2.3. Casos prodigiosos e de edificação

Além de negar e criticar os ensinamentos budistas, Pereira também descreve de modo irónico e com desprezo os casos prodigiosos e exagerados

de Fô. Por exemplo, o Fô era “*de tão excelente frecheyro que por exercício desta arte, uarou com hua frecha sinco animaes imundos feytos de ferro, abrindo hum profundo posso aonde ele cahio, com outras semelhantes chimeras*” (Pereira in Barreto v.2 2011:44). Quando um rei embebedou 500 elefantes para investirem sobre Fô porque invejou a dignidade que este tinha ganho, Fô “*leuntando porem os sinco dedos da mão, produzio sinco leões, que bramindo fizerão ajoelhar os quinhentos elefantes, sem leuntarem mays cabeça*”. O texto, também regista várias críticas de Pereira aos fingimentos dos chineses, dizendo que “*finge o mesmo em aues; e tãobem em boys...fingindo que falauão, e pedião perdão ao Fô de seu atriuimento, e pecados*”. Pereira acha que os chineses inventavam “*quanto a humana iuenção pode fingir*”. Segundo Pereira, Fô tinha tanta magia que até podia ajudar a filha de um rei a obter beleza, pelo que o narrador comenta que isso abriu a porta para “*mays torpes invocações*” (Pereira in Barreto v.2 2011:52). Quando um dragão quis impedir a conversão ao budismo dum homem de nome, Fô “*fez pouco caso, oprimindo o Dragão debayxo de huã porçolana, em que pedia esmola*”, daí Pereira não poupa palavras para questionar, satirizando, se seria “*pequeno o Dragão, ou grande a porçolana, porque já tinha referido atrás que na “porçolana” apenas cabia o comer de um dia de Fô, ou seja, “hum grão de gergilim, e outro mayor de trigo*” (Pereira in Barreto v.2 2011:47-50).

Conta ainda outras coisas prodigiosas. Com a autoridade de Fô, os bonzos podiam passar o rio de graça, como “*os Faquires dos Muouros, e os Jogues dos Gentios que em toda a nauegação tem este priuilegio*”. Neste sentido, Pereira exclama que “*não foy menor prodigio fazer abrir as agoas de hum Rio, como suçedeo no Jordão, pera o passar sem paga, com hum exercito de discipulos, que o seguiuão; e de couzas semelhantes, nenhum pejo teue a malícia, em fingir, e escrever*” (Pereira in Barreto v.2 2011:50). No entanto, nos relatos, cartas, livros ou relatórios redigidos por Ricci e outros jesuítas do mesmo tempo, também se podem denotar muitos milagres e coisas prodigiosas ocorridas a pessoas batizadas, tais como recuperar de doença, ou desaparecerem os desastres. Matteo Ricci até disse que se Xu Guangqi conseguiu passar os exames imperiais e obter o grau de Jinshi <sup>7</sup>foi devido à mercê do Senhor, sendo a vontade de Deus (Ricci & Trigault 1983:360-361).

Pereira também descreve o papel de edificação do budismo. A doutrina budista defende a igualdade de todos, tal como comenta Pereira: “*... comparando-se com o Sol, que com sua luz alumiaua justos, e injustos; altos, e bayxos, sem excepção de pessoas; montes, e uales; no que ele o imitaua, alumiaando*

---

<sup>7</sup> Corresponde a “doutor” nas fontes jesuítas.

*com sua doutrina todo o genero de uiuentes, pera saluar a todos...*” (Pereira in Barreto v.2 2011:48) Um Bonzo desprezava e maltratava o seu criado e Fô repreendeu-o, dizendo-lhe que não devia ter distinção na religião pois a religião era como um mar, em que entravam grandes e pequenos rios e nenhum no mar se distinguia. Fô salientava a importância de rezar apesar de Pereira dizer que seria uma moléstia referir as rezas que Fô inventava. Um discípulo de Fô que sonhava que via o demónio, que lhe dizia que morreria em três dias, recorreu ao Fô, que o ensinou a rezar. No final, o discípulo foi salvo, dizendo ainda que *“esta mesmo reza o liurou em outras ocasiões; particularmente em hua furiosa tentação da carne...”*

Um diabo que se sustentava de carne humana apanhou um menino de cinco anos para comer. Ao saber disso, Fô não apenas persuadiu o diabo a desistir do seu intento, como também fez o diabo observar a sua doutrina e mandamentos. Um outro diabo fêmea, que tinha quinhentos diabinhos, também se sustentava de carne humana. A fim de dar-lhe uma lição, Fô apanhou o seu filho mais pequeno, que ela muito amava. O diabo fêmea procurou o filho por todo o lado, mas não conseguiu achá-lo, e perguntou a Fô por ele, que lhe disse: *“Vós tendes 500 filhos diabos, e matays-uos tanto com a perda de hum sô. Sem aduertir, que cada dia comeys os alheos, e unicos de suas Mãyes, sô a fim de uos sustentar?”* Compreendendo, o diabo fêmea foi convencido por Fô, prometeu não comer mais carne humana e aceitou a sua lei e os seus preceitos (Pereira in Barreto v.2 2011:53).

#### **2.4. A visão dos monges chineses**

Pereira notou, corretamente, que os monges chineses eram os frades budistas dos países vizinhos da China, dizendo que *“os Ganezes de Ceylão, os Talopoyos de Arração, Perû, Sião, e outros Reynos uizinhos, com os Lamazes da Tartaria, concordão com os Bonzos da Kina, e de Japão, no essencial de sua seyta, e profissão”* (Pereira in Barreto v.2 2011:60), Segundo o padre, os Ganeses de Sião e os bonzos do Japão gozavam numa posição social elevada, enquanto que os monges da China eram humildes e desprezados. De acordo com as instruções de Alexandre Valignani, o visitador da Companhia no Extremo Oriente, os primeiros jesuítas como Michael Ruggieri e Matteo Ricci entraram na China, vestindo-se como monges, com o objetivo de pregar a cristandade no império chinês. À medida que aprofundaram os seus conhecimentos da cultura chinesa, nomeadamente das crenças religiosas sínicas, os jesuítas europeus descobriram que, os monges, na realidade, se encontravam numa camada social muito inferior, sendo desvalorizados pela sociedade. Foi

Matteo Ricci quem primeiro notou que os monges eram das pessoas mais humildes, por um lado, devido à sua origem familiar, pois eram todos filhos de famílias muito pobres, tendo sido vendidos, ainda de tenra idade, pelos pais aos monges velhos para que pudessem herdar a sua causa; por outro lado, por que os mestres dos monges eram ignorantes, sem cultura, não sabiam ler nem conheciam os ritos sociais (Ricci & Trigault 1983:73). Os jesuítas como Álvaro Semedo e António de Gouveia que vieram para a China mais tarde também concordaram com Ricci. Para Gouveia: “*Como são todos estes de ordinario rudes, vulgo sem letras nem criação, com a vida ociosa largão a corrente aos vícios, desenfreado-se nelle(s) tanto, que desautorização e desacreditação muyto a Seyta pagodenta que profissão*” (Gouveia, v.1 1995:294). Neste aspeto, Pereira parece que ter tido uma opinião mais moderada, embora também tenha notado que os monges chineses não eram tão estimados como os do Japão, “*nem são letrados, mas gente despreziuel, e bayxa*”, adiantando que “*nenhum graue se faz Bonzo...como he barata a entrada...*” Na perspetiva de Pereira, os bonzos escolhiam essa profissão puramente para viver, tornando-se cada dia mais ociosos, encontrando-se, portanto, na camada social baixa, sendo humildes e desprezados.

Segundo Ricci, os monges construíam casas para alugar aos outros, tal como as estalagens da Europa. Pereira também regista que os templos budistas não se destinavam a práticas religiosas mas, como refere Ricci, eram alugados a outros a fim de cobrar aluguer o que, na sua opinião, constituía um dos motivos pelo qual os monges eram desprezados por todos. “*O mayor uso de seus conuentos, e Pagodes, he servir aos caminhantes de estalagem, que eles lhes alugão francamente; por paga, donde lhes resulta mayor desprezo*”. Pereira fica admirado por ainda haver pessoas que se faziam monges apesar de tal os colocar na camada social mais baixa e de lhes atribuírem “*nas historias muytas maldades e trapaças*”. A secularização é, de facto, um aspeto relevante do budismo sínico. Pereira refere que com o passar do tempo, a causa budista ia ganhando cada vez mais um tom utilitário. Os templos budistas serviam geralmente para interesses seculares, sendo alugados para alojamento de viajantes, ou para feiras comerciais temporárias. Por isso, os missionários consideraram que os templos budistas já não eram uma terra pura, mas suja, o que constituía uma degeneração que merecia desprezo. No entanto, na realidade, a secularização do budismo na China fortaleceu a conexão entre a religião e o povo, permitindo que o budismo sobrevivesse, se desenvolvesse e crescesse na China.

Embora Pereira não tivesse grande apreço pelos monges chineses, desprezando-os, até, pela sua baixa qualidade quer pessoal, quer académica, reconhece que “*nenhuã guerra nos fazem estes Bonzos*”, adiantando ainda

que “*rara uez disputam com os nossos, concedem quanto queremos*” (Pereira in Barreto v.2 2011:60). Na história chinesa, inclusive nas dinastias Ming e Qing, houve numerosos bonzos e leigos budistas eruditos que gozaram quer de fama quer de alta posição social como, por exemplo, os quatro grandes monges<sup>8</sup> que, nos finais da dinastia Ming, eram respeitados pela sua erudição e virtude moral. Contudo, a relação entre o budismo e o catolicismo não era tão pacífica quanto Pereira sugeria. Pelo contrário, a luta entre estas duas religiões diferentes era constante durante as dinastias Ming e Qing. De facto, os jesuítas europeus que conheciam muito bem a história e cultura chinesas já se tinham apercebido de que o budismo tinha uma longa história na China e penetrava na vida dos chineses. No fim do século III e no início do século IV, os ensinamentos budistas completamente sinicizados começaram a ser divulgados na camada social alta da China, aparecendo inicialmente “*a camada budista de Shi Da Fu<sup>9</sup> formada por elites intelectuais de monges*” (Zucher 2017:84-88). No século IV, o budismo já tinha penetrado na vida e pensamento dos *Shi Da Fu*, sendo “*os líderes da classe dos monges constituída por literatos, capazes de defender e promover os ensinamentos através de visões modificadas, geralmente aceitáveis e compreensíveis*” (Zucher 2017:404). Nas dinastias Ming e Qing, havia bastantes budistas que ocupavam cargos importantes como, por exemplo, Qu Taisu e Yang Tingyun, os bons amigos de Ricci, entre outros, que mais tarde se converteram ao cristianismo. Alguns imperadores chineses aceitaram o budismo, como o imperador Yongzheng e o imperador Kangxi da dinastia Qing. Segundo Gouveia, “*no princípio teve esta Seyta grande applauzo, assi porque o Emperador logo (a) abraçou, como por prometer premios na outra vida...*” (Gouveia, v.1 1995:293) Com a sinicização do budismo, os padres jesuítas notaram que o budismo, enraizado profundamente na cultura chinesa, era o maior rival do catolicismo e também o maior obstáculo à evangelização da China. Assim, desde Matteo Ricci, os jesuítas tentaram criticar o budismo e elevar o cristianismo, o que causou numerosos conflitos e lutas entre as duas religiões e resultou em muitas perseguições aos padres jesuítas, ameaçando mesmo a presença da religião cristã na China.

### 3. Considerações finais

Os missionários jesuítas que estavam na China nos finais da dinastia Ming raparam as barbas e a cabeça, vestiram-se com trajes de monges budistas,

<sup>8</sup> São Yunqi Zhuhong (1536-1615), Zibai Zhenke (1543-1603), Hanshan Deqing (1546-1623) e Ouyi Zhixu (1599-1655).

<sup>9</sup> Shi Da Fu, ou seja, mandarins letrados.

disfarçaram-se de monges e até divulgaram a doutrina cristã na China utilizando os termos budistas. No entanto, à medida que dispunham de conhecimentos mais profundos sobre a sociedade chinesa, nomeadamente depois de terem estudado a história e a cultura sínicas, descobriram que os monges se encontravam numa posição social muito inferior, sendo desprezados pelo povo chinês em geral, enquanto os letrados gozavam de respeito e honra pois pertenciam a uma classe social muito elevada. Como tal, após ter compreendido a realidade do Celeste Império, Matteo Ricci, o líder da Missão Jesuíta da China, na altura, adotou oportunamente a estratégia de adaptação cultural e missão acadêmica que consistia em falar chinês na vida quotidiana, viver de modo idêntico ao dos chineses, adotar um nome chinês, vestir-se como os letrados chineses, cumprimentar segundo o modo chinês, ler obras confucianas, aparecer em sociedade com a postura de “confucionista ocidental”. Relativamente à política missionária, procurou-se respeitar o pensamento confucionista dos letrados e, ao mesmo tempo, criticar e atacar o budismo, que se tinha arreigado, profundamente, na cultura tradicional chinesa e tornado parte orgânica da religião chinesa. Como seguidor e executor leal da política de Ricci, as ideias de Tomás Pereira sobre o budismo eram fortemente influenciadas por aquele. Assim, quer relativamente às doutrinas budistas, quer aos monges, Pereira tinha uma atitude crítica e depreciativa, por um lado devido ao objetivo de missão e, por outro, à consciência da superioridade da sua cultura europeia.

O *Tratado do Budismo* de Tomás Pereira não se destinava aos chineses, mas a leitores europeus, especialmente aos líderes superiores da Companhia de Jesus. Como tal tudo o que escreveu foi selecionado com muito cuidado e favorável à empresa missionária, tal como refere o próprio Pereira: “... *tiue por melhor, eleyção, e mays, ao intento, dar plena notiçia do que aquí crem os Bonzos do seu Fô*” (Pereira in Barreto v.2 2011:41). Sob a influência dos seus antecessores, como Ricci, assumiu uma atitude crítica e hostil ao budismo, motivo pela qual o seu texto apresenta um tom depreciativo, acentuado por palavras tais como “inventar, fingir, mentir” no sentido de atacar e criticar os autores dos textos budistas. Usou também, por várias vezes, um tom irónico como, por exemplo, ao referir que Fô deixou o pai dele “*confessando-o por Senhor dos três mil mundos*”, ao que Pereira acrescenta com ironia: “*tantos fingem*” (Pereira in Barreto v.2 2011:49). Na verdade, os “três mil mundos” não foram inventados pelos chineses, sendo um conceito trazido da Índia, tal como se pode ler em livros budistas como o *Dirhagama*, o *Madhyamagama* e o *Samyuktagama*. Ao falar das doutrinas budistas, não existentes na ideologia ocidental, referia-as usando palavras agressivas, tais como “fingir, mentir”,

etc., como no exemplo dos “três mil mundos” mencionado atrás. No entanto, caso descobrisse na doutrina budista um pensamento semelhante ao do cristianismo, envidaria esforços para negar a originalidade dos ensinamentos budistas, afirmando que o budismo “copiava e roubava” conceitos ocidentais, tais como “encarnação” e “trindade”, entre outros.

A descrição de Pereira sobre o budismo sínico é negativa e distorcida. Lendo os seus textos reconhece-se que os seus conhecimentos sobre o budismo sínico são vagos, preconceituosos e superficiais, mas a sua crítica e ataque à doutrina budista destina-se a defender a pureza do catolicismo e a desenvolver as atividades missionárias. Nota-se, também, que Pereira não estudou de forma minuciosa e profunda os livros budistas, nem compreendeu o pensamento e a essência do budismo sínico, tendo apenas conhecimentos vagos e ambíguos sobre as doutrinas budistas. O seu conhecimento do budismo está completamente balizado pela mentalidade ocidental, e condicionado pela matriz cristã. Tal como refere, logo no início do seu *Tratado*, Pereira teria tido como fonte dos seus conhecimentos um texto chinês escrito por um bonzo convertido ao cristianismo. Deste modo, a fonte do seu conhecimento já continha uma interpretação de matriz cristã a que se juntaram os conhecimentos sobre o budismo relatados pelos jesuítas que o precederam e os conteúdos do budismo apresentados por chineses já cristianizados.

No entanto, a sua apresentação da vida de Buda era basicamente correta e vívida. Além disso, Pereira foi um dos primeiros missionários europeus a apresentar pormenores da vida de Sakyamuni ao mundo ocidental, contribuindo de forma muito significativa na divulgação do pensamento religioso chinês, e enriquecendo o conhecimento e a compreensão dos europeus sobre a cultura religiosa chinesa.

## Bibliografia

ALVES, Jorge M. dos Santos (2009). “Na China do Imperador Kangxi”, in BARRETO, Luís Filipe (ed.), *Tomás Pereira (1646-1708), Um Jesuíta na China de Kangxi*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.& Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 61-71.

Anónimo, Lalitavistara,

<https://yuedu.baidu.com/ebook/0c1f48f289eb172ded63b76e?fr=aladdin&key=%E6%99%AE%E6%9B%9C%E7%BB%8F>.

BARRETO, Luís Filipe (2011). “Assento de Baptismo de Sanctos”, in BARRETO, Luís

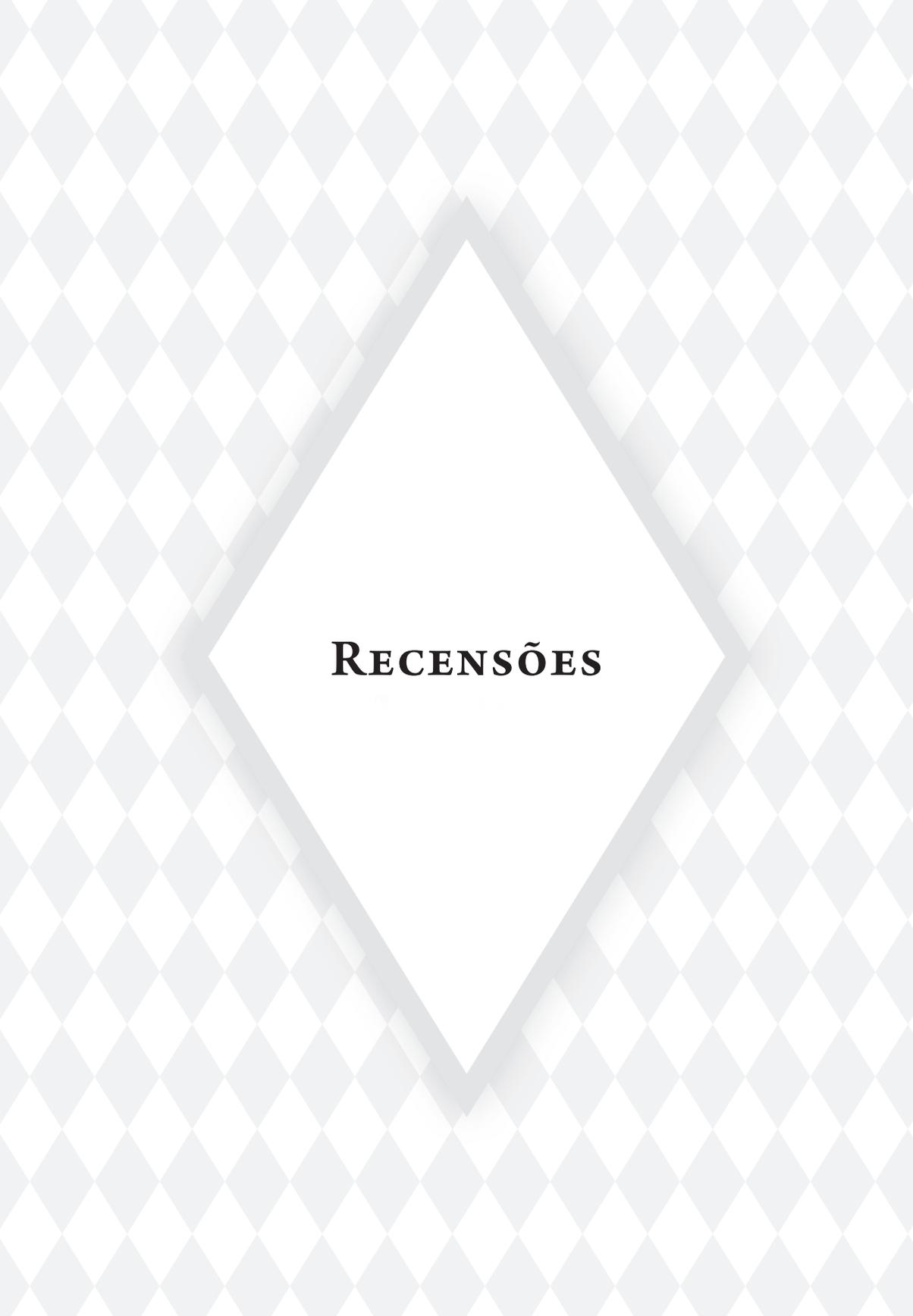
- Filipe Barreto (coord.), *Tomás Pereira Obras*. Vol. I. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.& Ministério da Educação e Ciência, 51.
- BARRETO, Luís Filipe (Coord.) (2009). *Tomás Pereira S. J. (1646-1708) Um Jesuíta na China de Kangxi*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.& Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- BARRETO, Luís Filipe (ed.) (2010). *Tomás Pereira S. J. (1646-1708) Life, Work and World*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- BROCKEY, Liam Matthew (2008). *Journey to the East: the Jesuit mission to China, 1579–1724*. Cambridge-Londres: Harvard University Press.
- CANHÃO, Joel (1988). “Um Músico Português do Século XVII na Corte de Pequim”, in *Revista de Cultura, Instituto Cultural de Macau*, n.º 4, 34-45.
- CASTRO, Joaquim Magalhães (2014). “Tomás Pereira: O Jesuíta do Imperador”, in CASTELO-BRANCO, Miguel (ed.), *Portugal-China: 500 anos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 111-115.
- DHARMANANDIN (trad.) (1995). *Dirhagama, Madhyamagama, Samyuktagama e Ekottarikaga*. Xangai: Editora das Obras Clássicas de Xangai.
- DIAS, Manoel, Junior. *Ánua de 1618*, BAJA, 49-v-5, fl.245.
- GOMES, Ana Cristina da Costa; Pina, Isabel (2016). “Making Clocks and Musical Instruments: Tomás Pereira as an Artisan at the Court of Kangxi (1673-1708)”, in *Revista de Cultura de Macau*, 51, 6-17.
- GOUVEIA, António de (1995). *Ásia Extrema*. Vol. I, Liv. 1. Lisboa: Fundação Oriente.
- LAI, Pinchao (2008). *Foye Duihua: Jindai Fojiao yu Jidujiao de Xiangyu (O Diálogo entre o Budismo e o Cristianismo: o Encontro do Budismo e o Cristianismo na Idade Moderna)*. Pequim: Editora da Cultura Religiosa.
- MAGONE, Rui (2012). “The Fô and the Xekiâ: Tomás Pereira’s Critical Description of Chinese Buddhism”, in SALDANHA, A. Vasconcelos; WARDEGA, António (eds.), *In the Light and Shadow of an Emperor: Tomás Pereira, S. J. (1645–1708), the Kangxi Emperor and the Jesuit Mission na China*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 252-274.
- MARQUES, João Francisco; GOMES, Ana Cristina Costa; PINA, Isabel (2009). “A Formação Humanista do Jesuíta Tomás Pereira”, in BARRETO, Luís Filipe (ed.), *Tomás Pereira (1646-1708), Um Jesuíta na China de Kangxi*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P.& Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 21-27.
- MUNGELLO, David E. (1989). *Curious Land – Jesuit Accommodation and the Origins of Sinology*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- MUNGELLO, David E. (1999). *The Great Encounter of China and West, 1500-1800*. Lanham-Nova Iorque-Boulder-Oxford: Rowman & Littlefield

Publishers.

- PEREIRA, Tomás (2011). “Tratado do Budismo Sínico”, in BARRETO, Luís Filipe (coord.), *Tomás Pereira Obras*. Vol. II. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I.P. & Ministério da Educação e Ciência, 40-61.
- POLO, Marco (2008). *A Viagem de Marco Polo*, Liang Shengzhi (tra.). Pequim: Editora Wenshi da China.
- RONAN, Charles E., S. J.; BONNIE, B. C. (dirs.) (1988). *East Meets West: The Jesuits in China, 1582-1773*. Chicago: Loyola University Press.
- RICCI, Matteo (2001). *Obras e Traduções de Chinês*, in WEUZHENG, Zhu (ed.), Xangai: Editora da Universidade Fudan.
- RICCI, Matteo; Nicolas Trigault (1983). *Entrata nella China de’ Padri della Compagnia del Gesù (1582-1610)*, HE Gaoji, WANG Zunzhong e LI Shen (tra.). Pequim: Companhia de Livros de Zhonghua.
- RODRIGUES, Francisco (1990). *Jesuitas Portugueses Astrónomos na China 1583-1805*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- SALDANHA, A. Vasconcelos de; WARDEGA, António (eds.) (2012). *In the Light and Shadow of an Emperor: Tomás Pereira, S. J. (1645–1708), the Kangxi Emperor and the Jesuit Mission in China*. Cambridge Scholars Publishing.
- SEBES, Joseph, S. J. (1961). *The Jesuit and The Sino-russian Treaty of Nerchinsk (1689) The Diary of Thomas Pereira, S. J.* Rome: Institutum Historicum S. I. Semedo, Álvaro (1642). *Império de la China i Cultura Evangelica en èl, por los religiosos de la Compañía de Jesus*. Madrid.
- SUN SHANGYANG (1998). “Li Madou dui Fojiao de Pipan Jiqi dui Yesuhui Zaihua Chuanjiao de Yingxiang (A Crítica do Budismo de Matteo Ricci e a sua Influência às Atividades Missionárias da Companhia de Jesus na China)”, in *Estudo das Religiões do Mundo*, 4, 89-98.
- TANG, Yijie (1999). *Fojiao yu Zhongguo Wenhua (O Budismo e a Cultura Chinesa)*. Pequim: Zongjiao Wenhua Chubanshe.
- WANG, Bing (2009). “The Inscription on Tomás Pereira’s Tombstone and the Edict of Toleration From the Emperor Kangxi”, in *Revista de Cultura de Macau*, 32, 73-86.
- WANG, Bing (2003). “Xu Risheng he Xifang Yingyue Zhishi zai Zhongguo de Chuanbo (Tomás Pereira e a Divulgação da Teoria Musical do Ocidente na China)”, in *Revista de Cultura de Macau*, 47, 71-90.
- WU, Yanling (2008). “Qingchu Gongting Putaoya Chuanjiaoshi Xu Risheng (Xu Risheng, o Jesuíta Português na Corte do Primeiro Período da Dinastia Qing)”, in *Ciências Sociais de Hubei*, 5, 112-114.
- XINGYUN, Dashi (2015). *Shijia Mouni Zhuan (Biografia de Xekia)*. Pequim: Editora Dongfang.
- YU, Sanle (2009). “Ji Putaoya Yesu Huishi Xu Risheng (Sobre o Jesuíta Português

- Tomás Pereira”, in *Ciências Sociais de Pequim*, 4, 90-94.
- ZHANG, Guogang (2001). *Mingqing Chuanjiao Shi Yu Ouzhou Hanxue (Os Jesuítas das Dinastias Ming e Qing e Sinologia Europeia)*. Pequim: Editora da Ciência Social da China.
- ZHANG, Xiping (2005). *Chuan Jiaoshi Hanxue Yanjiu (Estudo da Sinologia Missionária)*. Zhengzhou: Editora Daxiang.
- ZUPANOV, Inês G. (2010). “Jesuit Orientalism: Correspondence between Tomás Pereira and Fernão de Queiros”, in BARRETO, Luís Filipe (ed.), *Tomás Pereira S. J. (1646-1708). Life, Work and World*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 43-73.
- ZÜRCHER, Erik (2007). *The Buddhist Conquest of China*, versão chinesa tra. por Li Silong e Pei Yong. Nanquim: Editora Popular de Nanquim.

(Página deixada propositadamente em branco)



# **RECENSÕES**

(Página deixada propositadamente em branco)

**Silva, André Filipe Oliveira da (2016). *Físicos e cirurgiões medievais portugueses. Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Porto: CITCEM, 158 pp., ISBN 978-989-8351-64-7.**

Inserida no tema da História da Medicina, a obra em análise constitui uma novidade neste campo. Motivado pela “falta de estudos sobre os primeiros físicos e cirurgiões atuantes no território medieval português e, em segundo plano, sobre a atividade, médica e não só, de físicos portugueses fora do reino de Portugal” (p. 25), André Silva escolheu estudar na sua dissertação de mestrado – que deu origem ao livro agora recenseado –, precisamente, os profissionais da cura portugueses, entre 1192 e 1340. Os seus objetivos podem dividir-se em quatro principais: compreender o meio de (re)implantação da prática da medicina de cariz científico; conhecer os indivíduos que desempenhavam uma atividade médica ou que estavam ligados às ciências e artes da cura; analisar a sua aprendizagem; e, por fim, estudar o exercício da atividade médica.

Para cumprir os objetivos propostos logo na Introdução, a obra foi dividida em cinco capítulos, precedidos de uma “Apreciação crítica da bibliografia existente sobre o tema”. Ao longo de cerca de quatro páginas, André Silva fez o estado da arte da História da Medicina, em Portugal, começando pelos autores do século XIX, sobretudo médicos, e prosseguindo com uma referência aos estudos feitos por historiadores, embora pouco numerosos, e aos dedicados à evolução do pensamento médico. Este balanço é fundamental para compreendermos o contexto em que a obra está inserida e a sua utilidade para o desenvolvimento da História da Medicina.

O primeiro capítulo, intitulado “Da Antiguidade à Idade Média – o longo caminho das profissões médicas”, oferece-nos uma perspetiva de como evoluiu a medicina desde a Grécia Antiga até ao século XII, passando pelo Império Romano e pelo mundo árabe. É de salientar a inclusão de um breve subcapítulo, no qual o autor chama a atenção para a importância de alguns achados arqueológicos, que fazem remontar ao período romano a prática médica em território hoje português, não obstante o seu posterior quase desaparecimento durante vários séculos.

O capítulo 2 (“O meio: introdução da medicina no Portugal medieval (ca. 1150-1225)”) inicia a abordagem ao tema central da obra, cumprindo o primeiro objetivo do autor, o estudo do “meio sociocultural que acolheu o ressurgimento da medicina como ciência e profissão” (p. 43). Servindo-

se já das fontes e de bibliografia diversa, André Silva começou por analisar a diferença entre o *medicus* e o *physicus* medievais, de forma a determinar qual dos termos se impôs na realidade nacional, concluindo que o último se tornou mais frequente. Numa segunda parte, o autor focou a sua atenção na figura do *infirmarius*, enquanto precursor do médico e do físico, e na *domus infirmorum*, dependência monástica onde desempenhava as suas funções.

Segue-se, então, um dos mais importantes capítulos da obra, aquele que é dedicado aos indivíduos, nas suas múltiplas vertentes. Acima de tudo, o autor procedeu à identificação dos físicos e cirurgiões documentados em Portugal, entre 1192, data da primeira menção conhecida a um físico, e 1340, ano em que terminaram as cartas de licenciamento da atividade, iniciadas por ordem de D. Afonso IV. Ao todo, André Silva reuniu quase 80 homens, sobre os quais é possível tirar algumas conclusões relativas à sua origem social, contexto sociocultural onde exerciam a sua atividade e possíveis razões que os levaram a enveredar pela medicina. De entre estes, o autor destacou cinco “indivíduos excecionais” (Frei Gil de Santarém, Pedro Julião, João Rol, Gil de Leiria e Afonso Dinis), de quem traçou o perfil. O capítulo termina com uma incursão pelos judeus, muçulmanos e mulheres praticantes de medicina.

Conhecidos os indivíduos, André Silva procurou compreender onde e como aprenderam o seu ofício. Intitulado “O Saber”, o quarto capítulo inicia-se com um subcapítulo sobre a “aprendizagem e formação dos praticantes”, no qual é analisado o ensino médico medieval sob diferentes perspetivas. Começando com a pertinente questão “haveria ensino médico em Portugal antes da fundação da Universidade?” (p. 83), o autor abordou a aquisição de conhecimentos pelos médicos e físicos portugueses em três contextos diferentes, a saber, nas escolas estrangeiras, na Universidade de Lisboa-Coimbra e fora dos meios eruditos. Além disso, num último subcapítulo, analisou um dos principais instrumentos de aprendizagem, as obras médicas, tanto do ponto de vista da sua difusão e circulação, como da sua posse pelos profissionais da cura e outros indivíduos. Neste aspeto, é de grande interesse a descrição de algumas bibliotecas pessoais, nas quais figuravam alguns tratados médicos raros.

Por fim, o último capítulo, tal como o seu título indica, centra-se na prática médica. Primeiro, partindo de duas questões (“Uma prática hospitalar?” e “Uma prática itinerante?”), André Silva procurou compreender qual o meio privilegiado de atuação dos profissionais da cura medievais, concluindo que a sua maioria se fixava em determinada cidade ou região, enquanto outros assumiam as funções de físicos régios ou episcopais e um número quase nulo exerceria medicina em hospitais ou gafarias. O corpo da obra

encerra com um subcapítulo designado “a prática e as práticas”, no qual são descritos os instrumentos utilizados no desempenho da atividade médica; as circunstâncias de licenciamento da atividade; e outras atividades, entre as quais a alveitaria, espécie de “embrião” da medicina veterinária.

A obra é complementada com a lista cronológica dos 78 físicos, cirurgiões e outros indivíduos ligados à medicina recenseados. Para cada um, de acordo com o que as fontes e a bibliografia permitem, o autor elaborou uma pequena biografia, a que acrescentou as referências documentais e bibliográficas. Note-se que optou por se restringir à atividade médica dos biografados, remetendo para estudos mais completos que incluam outro tipo de informação a seu respeito, de modo a evitar a repetição e excesso de dados. Uma opção sensata, que agiliza a consulta das biografias. A pesquisa é ainda facilitada pela inclusão de um índice alfabético dos indivíduos identificados.

A leitura do estudo em apreço revela um sólido conhecimento das fontes e da bibliografia especializada. Conhecedor da produção científica dos autores mais antigos, muitos deles médicos, e dos mais recentes, André Silva conseguiu conjugar a informação recolhida em todos eles, de modo a justificar as suas afirmações e opções metodológicas. Este esforço é evidente na lista bibliográfica final, onde constam, ao lado de médicos portugueses de finais do século XIX e do século XX, alguns dos principais nomes da historiografia médica internacional do século XXI. Não obstante, devemos apontar a ausência de algumas obras de Carole Rawcliffe, uma das maiores especialistas em História da Medicina, e de alguns estudos sobre assistência hospitalar medieval, em Portugal, uma vez que é abordada a questão da presença ou não de médicos neste contexto. Além disso, no caso da tese de doutoramento de Saul Gomes, publicada há mais de uma década, o autor deveria ter optado por citar esta versão e não a policopiada. Estas pequenas notas não retiram, naturalmente, mérito à obra.

Em *Físicos e cirurgiões medievais portugueses* André Silva conseguiu reunir toda a informação pertinente a respeito destes profissionais, ainda que nem sempre as fontes respondam a todas as questões que lhes são colocadas. Bem fundamentada e com todas as hipóteses expostas e justificadas, esta obra veio renovar os estudos de História da Medicina portuguesa, juntando o nome do autor aos dos poucos historiadores que abordaram “diretamente temas de história médica medieval em Portugal” (p. 33).

ANA RITA ROCHA  
CHSC – Universidade de Coimbra  
anarita.srocha@gmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**GIEBELS, Daniel Norte (2018). *A Inquisição de Lisboa (1537-1579)*. Lisboa: Gradiva, 532 pp., ISBN 978-989-616-856-8.**

O livro em epígrafe resultou da dissertação que Daniel Giebels apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor em Altos Estudos em História, sendo portanto um trabalho académico, devidamente escrutinado por um júri internacional a que tive o prazer e a honra de pertencer, e que reconheceu o mérito dos resultados alcançados, agora disponibilizados ao grande público com a chancela da Editora Gradiva.

Corolário da seriedade de um percurso de onde se destaca a obtenção, em 2015, do 1.º Prémio Nacional de ensaio histórico António Rosa Mendes, este livro preenche uma das grandes lacunas da historiografia no campo de estudos sobre o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, em boa hora debelada. Trata-se, aqui, de inquirir sobre a génese, o estabelecimento, a organização e a acção do tribunal inquisitorial de Lisboa através de análises prosopográficas e micro-históricas em articulação com instrumentos da história socioeconómica, institucional e dos poderes, das ideias e das mentalidades, repisando os caminhos mais recentes e inovadores da História da Inquisição e utilizando ferramentas informáticas adequadas, como bases de dados em Excel e Access.

Dado a mitos e polémicas e, por isso, de abundante mas nem sempre fecunda produção, o campo de estudos em que insere o livro em apreço tem vindo a conhecer desenvolvimento notável nas últimas décadas, tendo inclusive possibilitado o aparecimento de uma magistral síntese da lavra de Giuseppe Marocci e José Pedro Paiva<sup>1</sup>. Sob a batuta deste último, decano da Universidade de Coimbra, têm nascido alguns dos trabalhos que de forma mais efectiva têm contribuído para a aludida renovação, de que é exemplo o livro de Daniel Giebels.

Todos os demais tribunais distritais, do reino e do império, tinham já sido alvo de estudo individualizado, exceptuando o de Lisboa que permaneceu, até então, campo por arrotear. No preenchimento dessa significativa lacuna se forja uma parte da singularidade desta obra, havendo ainda que atentar na originalidade do tipo de abordagem e das metodologias analíticas. Para estudar as primeiras quatro décadas de vida da *Mesa* lisbonense, Daniel Giebels propõe-se a ir além de uma análise evolutiva do tribunal, oferecendo uma visão panóptica e sistémica, assente pelo menos em cinco vectores, a saber: organização institucional (edificação da norma e costume nos diversos

<sup>1</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro (2013). *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 607pp.

planos de funcionamento do tribunal); dinâmicas internas (influência de cada indivíduo ou grupo na atividade institucional); espaços físicos (cultura material e vida quotidiana); actividade persecutória e judicial (índices repressivos e impacto social); e relação com outros poderes.

Na primeira parte analisam-se as causas e as consequências do estabelecimento da Inquisição em Portugal, com um enfoque profundo sobre as complexas relações entre a Coroa e o Papado, inserindo-as no contexto da reforma da cristandade provocada pela cisão luterana. Mostra-se, em detalhe, que a introdução desta nova instituição promoveu uma reorganização jurídica e social, e reconstituiu-se a forma como sob influência de D. Henrique se aprofundou a sua autonomia e se ampliou a sua jurisdição. Segue-se um foco sobre as dinâmicas de estabelecimento do tribunal de Lisboa, com a proposta de uma periodização assente em três tempos: 1537-1544, relativo à fundação propriamente dita; 1545-1564, correspondente à assunção por parte desta *Mesa* de uma centralidade na orgânica inquisitorial, assistindo-se à consolidação do seu corpo normativo e percebendo-se um primeiro pico repressivo; e 1565-1579, respeitante ao impacto da criação formal do Conselho Geral do Santo Ofício e à reorganização da rede de tribunais. Trata-se de uma parte decisiva desta obra, porquanto aí se demonstra: a precocidade do funcionamento do tribunal de Lisboa e a sua centralidade, como resultado da proximidade física com o Conselho Geral, com os seus ministros e com o inquisidor geral; e a maneira como se constituiu um modelo para os seus congéneres.

Ao estudo sistemático da edificação e estruturação da máquina inquisitorial lisbonense sucede-se um exame acerca de aspetos que, para outros tribunais, permanecem ainda hoje incógnitos. O quadro humano, desde logo. Identificam-se e quantificam-se os indivíduos ao longo do tempo, através de análises prosopográficas e biografias colectivas de onde avultam informações referentes às suas origens sociais, carreiras, formação, compensações financeiras, privilégios, mercês e esmolos. Seguidamente enceta-se uma incursão pelos espaços físicos: infraestruturas e implantação urbanística, espaços de audiência e arquivo, espaços de doutrinação e reclusão. A encerrar esta segunda parte do livro, uma inovadora reconstituição da vida económica do tribunal, perspectivada por fases, desde a edificação da tesouraria inquisitorial (1536-1554) à busca de novos modelos de financiamento (1554-1568), com análise aturada de balanços de receita e despesa, evolução dos saldos contabilísticos e medição do peso real das políticas e dos trâmites do confisco (1568-1579).

A derradeira e mais prolixa parte desta obra não fica a dever originalidade

às anteriores. O retrato do funcionamento deste tribunal é completado com o estudo dos mecanismos de vigilância (fontes de informação e visitas ao território, às livrarias e aos navios); do exercício da jurisdição no quadro da evolução da rede de tribunais; dos trâmites processuais; dos agentes da denúncia; da actividade repressiva; das penas cominadas e da sociologia dos sentenciados; e as relações com outros poderes.

Uma visão global, em suma, das primeiras décadas de funcionamento de um tribunal primaz ou, como perorara o autor, *uma oficina experimental* e o *epicentro da dinâmica de uma instituição* (p.498), com um alcance territorial que viria a ser vastíssimo, estendendo-se desde a diocese egitaniense às ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, fortalezas e entrepostos na costa noroeste e ocidental de África e capitánias do Brasil. Nesse olhar se sustenta de forma consistente a precedência e primazia que a Inquisição de Lisboa assumiu na estrutura inquisitorial.

Formulado um juízo apriorístico sobre os conteúdos abordados por este livro é chegado o momento de reconhecer que a leitura das suas 532 páginas revela uma investigação meticulosa e alicerçada, sobretudo, no levantamento exaustivo de 2715 processos inquisitoriais, instaurados no período compreendido entre 1537 e 1579. Aqui se demonstra um conhecimento aprofundado das fontes disponíveis para o tratamento do problema científico enunciado e o manuseamento selectivo e criterioso de uma bibliografia recente, especializada e não estritamente portuguesa. A metodologia científica escolhida é também adequada ao tema, tendo em conta o ângulo a partir do qual o autor se propôs a tratá-lo.

Em relação à forma cumpre dizer que a estrutura interna do texto é coerente e clara, e a arrumação temática mostra-se, no geral, bem delineada. Apenas dois reparos se farão no sentido de beneficiar uma futura edição que, por certo, o livro conhecerá. O primeiro diz respeito à deslocação de subcapítulos. Sendo *a evolução da rede dos tribunais*, tratada no 6.2 (p.256-265), um conspecto de cariz organizativo, poderá transitar para a segunda parte, que a isso se dedica. Igual asserção merecerá o capítulo décimo. Indiviso, de dimensão reduzida (p.464-485) e dedicado ao estudo das penas cominadas, terá mais cabimento no oitavo, onde se examina a actividade repressiva. O segundo tem a ver com os valorosos materiais que secundam as análises, proporcionando ao leitor uma compreensão mais cabal dos argumentos esgrimidos. Terá sido equívoca, creio, a opção pelo vocábulo “figura” para designar indistintamente ilustrações, quadros e gráficos. Acresce que o leitor é confrontado com dois subcapítulos, designadamente o 5.4 e o 6.2, que terminam abruptamente com gráficos, sem que o texto os disseque

como seria expectável.

Breve nota me merece também a bibliografia, já elogiada. Talvez o livro ganhasse em erudição se apresentasse um olhar mais problematizador em relação ao já produzido. Poder-se-ia, e no meu entender seria uma mais-valia, ir além da remissão para a síntese efectuada por Bruno Feitler nessa *opera magna* que é o *Dizionario Storico delle Inquisizione*<sup>2</sup>. Apreciável, mas entremente defasada.

A linha argumentativa desta obra é perspicaz e as interpretações propostas avultam de forma clarividente ao longo de toda a narrativa e inclusive, como seria de esperar, na conclusão. Há, no entanto, uma afirmação insuficientemente sustentada, de que darei conta, para correção futura. Diz-se, na transição da página 63 para a página 64, que *a derrogação da jurisdição episcopal sobre a heresia nunca se veio a concretizar*. Ora, como se sabe, houve um delito, a solicitação de penitentes, em relação ao qual a Inquisição obteve efetivamente jurisdição privativa, ainda que reconhecida apenas na aurora do século XVII<sup>3</sup>.

Os pormenores a que se acaba de aludir em nada desdouram este estudo, de elevado nível científico, dignificador da tradição científica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e merecedor de leitura atenta. Com uma linguagem clara e perceptível permite aos estudiosos do tema e ao leitor não académico perscrutar a história inaudita de uma das *Mesas* de uma poderosa instituição judicial eclesiástica que marcou indelevelmente o *Portugal moderno*. Nele se colhem excelentes reflexões, muitas novidades, conclusões sólidas e instigadoras, que auspiciam novas análises. É o que se espera de Daniel Giebles, investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura e, mais recentemente, investigador do Projeto Internacional ReligionAJE (*Religion, ecclesiastical administration and justice in the Portuguese Seaborn Empire, 1514-1750*).

JAIME RICARDO GOUVEIA  
CHSC-Universidade de Coimbra  
jaim.ricardo@gmail.com  
Orcid 0000-0002-2435-7384

<sup>2</sup> PROSPERI, Adriano (2010). *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 4 vols.

<sup>3</sup> GOUVEIA, Jaime (2011). *O Sagrado e o Profano em choque no confessionário. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição*. Portugal, 1551-1700. Coimbra: Palimage, pp.97-124.

Sá, Isabel dos Guimarães (2018). *O regresso dos mortos: os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 331 pp., ISBN 978-972-671-485-9.

A obra em epígrafe, *O regresso dos mortos: os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*, de Isabel dos Guimarães Sá, coloca no centro da sua análise uma instituição: a Misericórdia. Esta instituição era, simultaneamente, sinónimo de estatuto e/ou poder para alguns portugueses e de comunhão e/ou aceitação geral por parte de uma comunidade, contribuindo para a sua coesão.

Isabel dos Guimarães Sá doutorou-se, em 1992, no Instituto Universitário Europeu de Florença. Inicialmente, dedicou grande parte dos seus estudos às camadas mais desfavorecidas da sociedade moderna portuguesa. Entre os diversos livros publicados, destaque-se a obra *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, publicada em 1997. Desde então, avançou com estudos sobre a pobreza e a caridade associadas à instituição das Misericórdias. Recentemente, tem dedicado as suas pesquisas a percursos individuais, procurando reconstituir as suas famílias, as trajetórias (individuais e coletivas), o património, a cultura material e os rituais associados à sua morte, como acontece na presente obra.

Com a presente obra, Isabel dos Guimarães Sá contribui com grande pertinência para a compreensão da relação entre a Misericórdia-instituição e os agentes que gravitaram em seu redor. Sobretudo o modo como esta instituição permitiu “o regresso dos mortos”, que se encontravam em diferentes espaços do império português (Japão, Macau, Angola, Brasil, etc.) ou se relacionavam com os mesmos de alguma forma.

Através da recolha cuidada de um significativo grupo de casos individuais que testaram a favor da Misericórdia do Porto, nos séculos XVI-XVII, a autora procurou identificar repetições suscetíveis de constituir padrões de comportamento, entre os doadores que legaram uma maior pluralidade de documentação (inventários, partilhas, causas de justiça, etc.), destacando indivíduos, casos pontuais e famílias.

A presente obra divide-se em 10 capítulos, organizando-se tematicamente do geral para o particular, num estudo em que a autora não se focou na longa duração, mas num período relativamente curto de tempo. De leitura fácil e perceptível, tanto ao público académico, como a um público mais vasto, fornece *a priori* ferramentas ao leitor (capítulos 1 a 5) que o permitem entender com

maior inteligibilidade os assuntos posteriormente dissecados (capítulos 6 a 10).

Nos primeiros cinco capítulos da obra, explicita-se, de modo introdutório, o sistema e leis de transmissão de bens por herança nos séculos XVI e XVII, a tipologia de testamentos e regras para a sua elaboração, onde se destaca(m) a(s) Misericórdia(s) como representante(s) dos defuntos. Procura-se também introduzir o leitor no cenário de análise: a cidade do Porto, local de origem dos doadores que manifestaram vontade de ali voltar após a sua morte. Define-se, ainda neste âmbito, um esboço dos doadores da Misericórdia do Porto (sexo, estado civil, profissão e estatuto social), entre os quais, se destacam: o clero, as mulheres e os doadores relacionados com os espaços transoceânicos. Em seguida, é escrutinada a relação entre os doadores e a Misericórdia, como meio para a salvação eterna das suas almas, reconhecendo que os primeiros legavam à instituição bens, sob a forma de capital ou de propriedades que, por sua vez, a Misericórdia tratava de os converter em bens espirituais (rituais como a celebração de missas, ofícios, ações de caridade, entre outros). Ao finalizar esta parte, apresenta a abordagem metodológica e documental por que optou, a fim de reconstituir as trajetórias dos doadores. A autora contrariamente ao expectável estudo dos registos notariais que testemunham diretamente a morte de uma pessoa, focou-se no acervo documental da Misericórdia do Porto relacionada com os seus benfeitores. Dos testamentos resultavam outros tantos documentos: inventários de bens móveis e de raiz, leilões, autos de posse, cópias de correspondência, contratos, causas de justiça, etc. Consideramos que as sete páginas em que se explicam estas questões são fundamentais à compreensão da reconstituição das trajetórias dos doadores, que ocupam o centro da análise da obra daí em diante.

Por sua vez, na segunda parte da obra, faz-se uma análise entre o individual e o coletivo, agrupando indivíduos e famílias que adotaram a mesma linha de comportamento na hora da morte. Por um lado, temos doadores relacionados com o mundo ibérico e, por outro, doadores transoceânicos, que se dividiram em dois espaços principais: o Estado da Índia e o eixo atlântico. Veja-se o caso de Belchior Pais que partiu como escrivão da feitoria de Malaca, em 1535, mas que acabou por fazer fortuna como mercador. Faleceu na viagem de regresso ao reino, em 1543, na qual redigiu o seu testamento. A ele se deve o dinheiro que patrocinou o início das obras da sede da Misericórdia, a casa da confraria inaugurada em 1550 (Sá: 2018, 70 e 145). Ainda o caso de D. Lopo de Almeida, sobrinho-neto de D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra, eclesiástico riquíssimo que viveu grande parte da sua vida em Madrid, foi considerado um dos doadores mais relevantes da Misericórdia do Porto.

Graças a ele, foi construído o maior hospital da cidade nos inícios do século XVII (Sá: 2018, 121). Estas são apenas duas das várias histórias reconstituídas por Isabel dos Guimarães Sá que permitem compreender como um legado individual (bens móveis, imóveis e rituais) tinha impacto no quotidiano de populações, a curto e médio prazo, condicionando diretamente e de uma forma muito particular o seu desenvolvimento e bem-estar.

Para a análise coletiva, a autora destaca famílias de períodos coniventes, mas selecionando geografias diferentes. Atente-se ao caso dos Ferreiras, em que a autora principia pela análise do testamento e doações do capitão Diogo Ferreira, a que se segue o testamento do seu pai, Pantaleão Ferreira, mas também do seu irmão jesuíta, Paio. Trata-se de uma análise que, ao partir de um caso particular, reconstitui o percurso familiar dos seus diversos membros. O caso desta família dá conta das oportunidades que o império ultramarino poderia abrir aos diversos filhos (homens) de uma mesma família, indo mais além, na medida em que estes retornavam “mortos” ao seu local de origem, sob a forma de diversos bens, mas também o destino conventual das suas cinco filhas.

Em síntese, ao fazer convergir indivíduos, família(s) e patrimónios, enquanto principais eixos de investigação, a autora dá um significativo contributo ao estudo das transformações provocadas pela expansão oceânica no mundo dos portuenses dos séculos XVI e XVII. Assim, reconhece-se maior sentido ao título da obra, na medida em que o “regresso dos mortos” acontece quando os doadores da Misericórdia do Porto com a pretensão de assegurar a sua salvação, perpetuam o seu legado e estatuto na terra.

Conclui-se que, além de uma obra de grande pertinência, *O regresso dos mortos: os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*, de Isabel dos Guimarães Sá, possui elevada qualidade científica, ao cruzar diversas linhas de investigação, numa análise global e interconectada. Além disso, providencia um conjunto de ferramentas para uma abordagem que eleva o indivíduo em detrimento do anónimo global. Pelo que, deixa em aberto futuras perspetivas de investigação acerca de outras Misericórdias do território português, que na presente obra têm um paradigma metodológico e uma abordagem temática de referência à elaboração de outros estudos do género.

GABRIELA NÓBREGA  
CHSC – Universidade de Coimbra  
agabrielanobrega95@gmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**HESPAÑA, António Manuel (2019). *Filhos da Terra. Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 367 pp. ISBN: 978-989-671-476-5.**

Quão português é o mundo? Até que ponto podem ser considerados portugueses aqueles que foram recomeçar a vida nos confins da expansão, nas margens fluidas do império, nos recônditos de seus recônditos? De que modo e em que sentido se sentiam ou declaravam como portugueses os filhos e os filhos dos filhos, nascidos em outras terras e desvelando paisagens distintas, alimentados com outros temperos, educados em outras culturas, outras línguas, outras crenças e costumes? Como ecoou nas distâncias alcançadas pelas embarcações que singravam os mares carregando a bandeira lusa ou nos territórios conquistados pelas armas, diplomacia e negócios, pacificados (ou nem por isso), explorados e interiorizados, a não se sabe bem que custo, a identidade portuguesa? Eram outros, e o que os definiam, estes modos de ser português? O que era, nestas diversidades de tudo, o entender-se e o sentir-se filho de Portugal? Vivenciaram o mesmo drama, no ocaso deste império que aqui se apresenta em sua gestação, dos retornados no pós-25 de abril de 1974, com suas vidas empilhadas nos caixotes à beira-Tejo?...

Ser português, desde sempre, é sinônimo de ser múltiplo. Os muitos povos que passaram pela parte mais ocidental da Ibéria são prova desta *mélange*. À contrapelo, muito já se disse, por exemplo, sobre o fato de, na Modernidade, judeus e portugueses serem praticamente sinônimos. Os sefarditas de origem lusa ajudaram a espalhar pelo mundo uma nova forma de fazer comércio, uma estrutura intercontinental de redes de negócios e contatos, muitas vezes atuando como verdadeiros representantes dos interesses da Coroa. Malvistas no reino, importantes fora dele, tornaram-se fundamentais na construção do império, reinventando estratégias de conquista e controle, mas também vivenciando, fora do foco do império formal, um outro, nas margens, o tal “império na sombra” de que fala Hespanha, que ia muito além do âmbito das soberanias, das instituições, das jurisdições e do direito, das fronteiras e poderes estabelecidos, envolvendo processos mais difusos e invisíveis à historiografia tradicional: um império também “informal”, para muito além dos modelos tradicionais explicativos a que estamos acostumados, visto pelo olhar dos que estavam à margem dos sistemas sociais e políticos, analisando identidades mutáveis e imprecisas de estruturas idem, focando, mais do que as diferenças, os pontos e possibilidades de aproximação entre os mais diversos envolvidos. Um império, para além dos grandes personagens, moldado por

gente comum, de todos os matizes, originária de toda a parte, que arriscava a vida à procura de negócios e de melhores condições de vida, dos invisíveis ou marginalizados pelo sistema, dos que buscavam brechas para conseguir qualquer vantagem, qualquer espaço que lhes permitisse sobrevida naqueles *desmundos*...

Mas, o que era, enfim, serem portugueses longe de Portugal, espalhados por vontade própria, por imposições, pelo acaso ou necessidade, nas lides de África, Oriente e América? Como estes indivíduos mestiçados eram vistos fora da alçada mais direta da coroa? Como eram entendidos pelos demais portugueses e pelas populações nativas às quais buscavam (ou evitavam) integrarem-se? O que os fazia sentirem-se portugueses ou, por outro lado, o que achavam que lhes faltava para tal? Ao mesmo tempo assimilados e resistentes, traziam memórias, valores, elementos culturais e identitários que ora os aproximavam ora os distanciavam do centro do império. Algumas destas questões, quase nunca de fácil ou única resposta, estão entre as interrogativas feitas por António Manuel Hespanha em seu mais recente livro, *Filhos da Terra – Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*, publicado pela Editora Tinta-da-China em 2019.

Nome respeitado e reconhecido, há tempos, em Portugal e no exterior, Hespanha tem contribuído em variados campos do conhecimento, como o Direito, sua área original de formação, e a História, preocupado em compreender ideias e práticas políticas nos domínios portugueses antes dos tempos liberais. É o que se pode ver em livros clássicos como *As vésperas do Leviathan*<sup>1</sup>, *Imbecillitas*<sup>2</sup>, *Caleidoscópio do Antigo Regime*<sup>3</sup>, entre tantas outros. Suas obras analisam o Portugal do Antigo Regime, a Modernidade lusa em tempos de expansão e de estruturação, nuances, fissuras e amalgamações dos poderes e que regeram a formação do ao mesmo tempo vasto, descontinuado e capilar Império que permitiu diminuir distâncias, desvelar culturas e costumes, fazer ouvir o português em sotaques, palavras e expressões desconhecidas no continente.

*Filhos da Terra* é, em parte, fruto dos estudos anteriores de Hespanha. Antes de se esforçar por buscar novas fontes, esmerou-se em revisitá-las, procurando ler o que já se conhece a partir de outras perguntas, mirando nas entrelinhas, enxergando o que até então foi colocado um pouco à revelia pela historiografia. Um olhar menos preocupado com as interpretações

<sup>1</sup> HESPANHA, António Manuel (1994). *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – século XVII. Coimbra: Almedina.

<sup>2</sup> HESPANHA, Antonio Manuel (2010). *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume.

<sup>3</sup> HESPANHA, António Manuel (2012). *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda.

políticas ou jurídicas – embora estas não sejam de todo postas de lado – e mais interessado em desvelar uma história social, trazendo para o cerne da obra pessoas comuns, portugueses de origens e mestiçagens diversas, sujeitos de identidades camaleônicas, quase sempre silenciados pelas perspectivas de análise mais tradicionais. Filhos de Portugal, filhos da terra ou filhos de ambos? Talvez a conclusão mais imediata deste *Filhos da Terra* seja mostrar o óbvio que nos é lembrado sempre pela História: não há modelo único ou acabado de ser português. E Hespanha vai desafiando sua narrativa em profusão de exemplos e argumentos que montam, aos poucos, sua tese apresentada na obra dividida em sete capítulos.

O capítulo I, *O “império informal” dos portugueses*, dá enfoque às comunidades “portuguesas” para além do império colonial, alcançadas, quando muito, apenas indiretamente pela administração da coroa. Um império com gradações fluidas, moldado em redes de poder estabelecidas sob outras redes de tipos diversos, com porosidades e descontinuidades em suas formas de controle e organização. O capítulo mostra-se, ainda, espaço para discutir brevemente a historiografia sobre o Atlântico, que ganhou novo fôlego nos últimos anos ao superar o olhar eurocêntrico outrora dominante, ou seja, um olhar sobre o império não mais do centro, mas a partir de suas periferias.

No segundo capítulo, *Aspectos metodológicos de uma historiografia do “império informal”*, o autor desfila o modelo metodológico de análise, atentando para os cuidados necessários à mudança de perspectiva que propõe. Neste sentido, aborda modelos de colonização informal, bem como a ideia de “portuguesismo” no império sombra e a ideologia colonialista que diferenciava os portugueses “metropolitanos” daqueles vistos como os “indígenas”.

O capítulo III, *As “províncias” do império sombra*, percorre os espaços provinciais do “império sombra” – Guiné, América, Angola, Moçambique, Índia, o Sudeste Asiático, Indochina, Macau, Extremo Oriente – recheado de exemplos das especificidades vivenciadas pela presença portuguesa em regiões tão díspares quanto cheias de pontos em comum, buscando demonstrar as dificuldades encontradas, as levas de imigração impulsionadas por diferentes motivos, as soluções locais para problemas característicos raramente previstos para a realidade portuguesa, as estratégias de convívio, as mediações de conflitos e crises, os pragmatismos e legitimações frente às populações locais, a formação de identidades, a estruturação de comunidades e suas relações com outros grupos e com portugueses de outras partes. Tudo a dar conta de que problemas e trajetórias que ocorriam em espaços

totalmente distintos – Ceilão, Malaca, Goa, Rio da Prata, Molucas, Japão, Timor – encontravam soluções por vezes bastante particulares e mesmo comuns – império que se comunicava e criava, ao mesmo tempo, cores locais para sua sobrevivência.

A “*tribo portuguesa*”, tema do quarto capítulo, é momento em que o autor demonstra a dimensão demográfica deste império informal, dando números e nomes à presença lusa nos espaços para além da expansão oficial. Neste sentido, mostra como a mestiçagem foi aliada de primeira hora dos interesses portugueses, permitindo mesclas que tornavam a adaptação ao trópico mais facilitada. Construía novas relações de prestígio, inseriam-se socialmente e atuavam em diferentes funções, como soldados, intérpretes, comerciantes, médicos e cirurgiões, clérigos e missionários, tudo permitindo, pelas frestas do convívio, das relações e dos tratos, uma circularidade de experiências, que punham em contato a experiência portuguesa com outros mundos tão distintos.

*Dominar e administrar “a sombra”*, capítulo quinto, tem o propósito de compreender os processos de domínio e de administração de um império tão díspar, repleto de sutilezas e complexidades. Neste sentido, imposições e negociações apresentavam-se de acordo com as necessidades, combinando os valores da legislação portuguesa com os costumes da terra, não raro enfrentando os dilemas de poderes que se antagonizavam em foros distintos. Nem sempre os interesses diplomáticos, econômicos e religiosos estavam de acordo, gerando conflitos de interesse e busca por ações de informalidade. Estas, em muitas situações, permitiram que, a partir de baixo, em seus contorcionismos políticos, o império informal conseguisse sobreviver.

O capítulo VI, *Questões de identidade: diferenciação externa e homogeneidade interna*, trata das identidades e conflitualidades entre os membros do império – uma verdadeira constelação de diferentes, divididos internamente entre categoriais sociais, étnicas, de trabalho e hierarquias, e por vezes vistos, pelo olhar de fora, como uma sombra comum. O autor chama a atenção para a dificuldade em categorizar ou “classificar univocamente estas comunidades como ‘portuguesas’, receando, como aponta Sanjay Subrahmanyam, uma possível apropriação ilegítima da noção de ‘diáspora portuguesa’, pelo risco de resumir em uma única identidade portuguesa todas as demais que lhe compõem. O que se vê, antes, é uma diversidade de formas, identidades em gestação e mudança constante, conforme os espaços, as situações de poder, os interesses envolvidos, as inserções sociais e econômicas, as escalas e jogos de ascensão, as pressões internas e externas, a presença mais ou menos ameaçadora da Igreja, as distinções de cor, de liberdade ou escravidão, de

riqueza e profissão. Um caleidoscópio de possibilidades, que tornava cada experiência única e negociada...

O último capítulo, denominado *O universalismo dos portugueses*, convida-nos a repensar a imagem sobre a expansão, seguindo as novas reflexões da historiografia mais contemporânea, penetrando a epiderme do tema para além de visões simplificadas e descontextualizadas, que defendiam a ausência de preconceito racial ou um sistema escravista mais benéfico do que aqueles implementados por outros impérios. Não está nestas compreensões, por certo, o entendimento da complexidade e dimensão de um império que se estendeu no tempo, no espaço, nas relações e nas adaptabilidades e moldes que soube (ou não) construir, permitindo aos filhos da terra entenderem-se, independente da distância, fosse ela geográfica, social ou cultural, também como filhos de Portugal.

Se Fernando Pessoa já afirmava que minha pátria é a língua portuguesa, os filhos da Terra mostraram que ser, sentir-se e mostrar-se português ia muito mais além. Sinal de que ainda há muito a vasculhar sobre as diversificadas faces do império e de seus rebentos.

\*\*\*\*\*

Escrevo estas últimas linhas sob o impacto que tivemos hoje com a notícia do passamento do Professor Hespânia. Notícia sempre inesperada, que não gostamos de imaginar. Esta recensão foi terminada e enviada aos editores da revista exatos dez dias antes deste triste ocorrido. Impossível imaginar o que aconteceria em breve... Acabou por ganhar, assim, um certo tom de homenagem. Mas isso já o era – impossível escrever sobre a sua obra sem reverenciar sua importância para a historiografia e para todos nós, acostumados à astúcia de investigador e gentileza em partilhar conhecimentos. Para além, e é o que mais importa, ficou o exemplo do grande professor, do grande homem, do grande amigo de tantos de nós.

**ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS**

Universidade Federal de Viçosa – BRASIL  
angeloassis@uol.com.br

(Página deixada propositadamente em branco)

**David Wheat (2016), *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1540-1640*.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 332 pp., ISBN 978-1-4696-2341-2.

David Wheat concluiu o seu primeiro grau universitário (*Bachelor of Arts*) em Inglês, com menor em Espanhol, em 1999, no *Rhodes College*, em Memphis, Tennessee. Realizou os seus estudos de doutoramento em História na *Vanderbilt University*, sob a supervisão da Professora Jane Landers, que concluiu com o grau de *Ph.D. History* em 2009. Hoje é *Associate Professor de História*, em *Michigan State University*, com interesses na América Latina, Caraíbas, África e Mundo Ibérico.

O autor realizou pesquisas no *Archivo General de Indias* (Sevilha), no *Archivo Nacional de la Nación* (Bogotá), no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), na catedral de Havana, e *Archivo Nacional de Cuba*.

David Wheat foi o primeiro académico a documentar a migração desde 1570 a 1640 de escravos negros que, saindo da costa ocidental africana para as Caraíbas, provocou características sociológicas muito particulares na colonização das Caraíbas. A originalidade da abordagem de David Wheat mereceu um bom acolhimento e a atribuição, em 2017, dos seguintes prémios: o *Harriet Tubman Book Prize* do *Lapidus Center for the Historical Analysis of Transatlantic Slavery*, e o *James A. Rawley Prize* da *American Historical Association*.

O interesse especial desta obra consiste no facto de se centrar num período histórico que compreende a detenção das coroas ibéricas de Castela e Portugal pelo mesmo monarca da Casa de Habsburgo, período para o qual a documentação se encontra extremamente dispersa por numerosos arquivos, não só da Península Ibérica, mas de vários países, cujos territórios, nesta época, eram territórios ultramarinos da Coroa dos monarcas da Casa de Áustria.

Uma das contribuições desta obra foi documentar como, perante o declínio catastrófico da população autóctone, e com a fraca migração de população da Ibéria para as Caraíbas, a migração forçada de africanos subsaarianos, concretizou funções importantes nesta colonização. Neste âmbito, é importante sublinhar que esta obra contesta duas noções há muito repetidas na historiografia: (i) que os principais destinos para as colónias nas Caraíbas coincidiam com os locais de produção de açúcar; e (ii) que o tráfico de escravos para o continente americano estava subordinado principalmente à produção agrícola ou à indústria extrativa.

No primeiro capítulo, dedicado aos Rios da Guiné, a narrativa centra-se na geografia da costa ocidental africana, do Senegal até à Serra Leoa. Neste

capítulo foi feita uma análise de alguns reinos, e das muitas e variadas etnias de escravos identificadas no continente americano. Foi analisada a importância dos conflitos interétnicos no fornecimento de escravos africanos, e a importância do porto de Cacheu e das ilhas de Cabo Verde neste comércio.

O segundo capítulo, focado em Angola, é perfeitamente justificado pelo facto de, desde 1620, ser de Angola a origem maioritária dos africanos exportados para o continente americano. De Angola se descreve a origem dos escravos que foram desembarcados nas colónias espanholas. Alguns dados recolhidos em arquivos do continente americano complementam informações já conhecidas da elite comercial de Luanda. Uma nota de rodapé, a respeito dos filhos do capitão-mor João de Vitoria Pinto e de Isabel de Oliveira Corte Real, insere Duarte Mendes de Oliveira, o que é mera especulação, e não se encontra confirmado pela fonte evocada.

O terceiro capítulo desenrola-se em torno dos tangomãos e dos luso-africanos. Tangomão é um termo usado na aceção de mercador ibérico ou cabo-verdiano que passou mais de um ano em África, adquirindo um conhecimento profundo dos povos africanos, das suas línguas e práticas culturais. Este capítulo clarifica o estatuto dos portugueses no império castelhano da América, distinguindo os nativos do Reino dos Algarves, que eram equiparados aos castelhanos, dos restantes portugueses, tratados como estrangeiros.

No quarto capítulo, *nharas* eram as mulheres mercadoras da costa africana dos Rios da Guiné, e as *morenas horras* (morenas forras), mulheres de cor, que residiam nos portos das Caraíbas espanholas, assim designadas por fontes espanholas. Este capítulo contém várias histórias de *morenas horras*, residentes e proprietárias independentes nas Caraíbas. É particularmente relevante este capítulo por documentar o papel empreendedor destas mulheres no âmbito dos serviços de restauração e alojamento no século XVI e inícios do século XVII, algumas das quais detentoras de escravos e, eventualmente, de terra.

O quinto capítulo desenrola-se em torno dos camponeses negros. Refere-se que os migrantes ibéricos para as colónias castelhanas não queriam ocupar-se da agricultura, como era atividade preponderante na Península Ibérica, pelo que coube aos migrantes oriundos de África criar gado, aves e preparar áreas para cultivo, cortar madeira, e realizar as colheitas agrícolas de natureza alimentar.

O sexto capítulo aborda o tema da latinização dos escravos negros trazidos para as Caraíbas castelhanas. A aculturação, forçada a estes africanos, impunha-lhes um conhecimento de línguas faladas na Ibéria, uma familiarização e adoção das tradições católicas. Consoante o grau de aculturação, um africano era classificado como *bozal* (não aculturado) ou *ladino* (latinizado), de um extremo ao extremo oposto da escala. Na realidade, a maior latinização dos escravos

negros nas Caraíbas desempenhou um papel estrutural no apoio à colonização espanhola nas Caraíbas.

Na conclusão desta obra, o autor sublinhou o facto de, no final do século XVI, a população das colónias espanholas nas Caraíbas apresentar-se mais “uma sociedade de escravos” do que “uma sociedade com escravos”. Não obstante, o trabalho escravo e grandes empreendimentos de tráfego negreiro subsistiram nestas colónias. Antes de 1570 já os africanos tinham substituído a população ameríndia, como força de trabalho.

Tendo em conta o objetivo último de David Wheat, este livro apresenta-se bem estruturado, embora, em determinados capítulos, a minúcia se revele um tanto excessiva. Trata-se, sem dúvida, de uma notável contribuição para reconstituir o tráfego negreiro para o continente americano, no período de 1570 a 1640.

Teria sido enriquecedor se o autor tivesse mencionado que os primeiros escravos que chegaram às Caraíbas em 1502, e aos restantes destinos da América Espanhola, saíram de Espanha, e só a partir de 1518 é que passou a ser autorizado o envio direto de escravos, a partir de África ou de outros portos europeus, para a América espanhola. Durante a primeira metade do século XVI cerca de 32.400 escravos foram embarcados com destino ao Brasil, enquanto 31.700 escravos saíram de Espanha com destino às colónias espanholas na América. Destes 64.100 escravos 89% eram, de facto, originários da região subsaariana entre o rio Senegal e Serra Leoa.

No capítulo terceiro deste livro teria sido importante explicar que os grandes lucros gerados no comércio de escravos levaram, desde 1500, alguns europeus, uns cristãos e outros cristãos novos, de origem judaica, a fixarem-se em África, a quem foi dada a designação de “lançados”, ou “tangomãos”. A maior parte destes tangomãos casou com mulheres africanas, muitas das quais filhas de chefes locais, o que os tornou agentes privilegiados para o tráfico de escravos.

A referência de David Wheat de que, só uma década depois da fundação de Luanda, Angola começar a exportar largos números de escravos africanos, pode dar uma ideia errada acerca do comércio negreiro com origem em Luanda. Na verdade, quando Paulo Dias de Novais chegou à baía de Luanda, em 1575, já encontrou quarenta homens portugueses muito ricos, que se dedicavam ao comércio de escravos. São Paulo da Assunção de Luanda só seria fundada em 1576.

JORGE MANUEL BOAVIDA FERNANDES DINIZ

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

jmbfdiniz@gmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**FONTES, João Luís Inglês (dir.); GOUVEIA, António Camões, ANDRADE, Filomena, FARELO, Mário (coords.) *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, 919 pp. ISBN 978-972-24-1868-3.**

O interesse da historiografia portuguesa pela História da Igreja em Portugal, seus agentes e instituições diocesanas, para a reconstrução das dinâmicas religiosas das heterogêneas práticas e do enraizamento do cristianismo, e ainda dos processos de disciplinamento nas sociedades ao longo dos séculos, não constitui uma novidade no abrangente panorama literário lusófono do último quarto de século. Perseverar e prosseguir num caminho de investigação que atraiu durante anos numerosos investigadores, tem denso significado e constitui uma virtuosa prática epistemológica.

De facto, é no contexto do aniversário dos 300 anos da criação do instituto do Patriarcado que a obra *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dirigida por João Luís Inglês Fontes, foi pensada e realizada por uma consistente equipa, composta por 40 investigadores que coordenaram ou participaram em projetos similares ao longo destas últimas décadas.

A nova obra coletiva, publicada pela Livros Horizonte, sob o patrocínio do Patriarcado de Lisboa e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é o resultado de um projeto científico do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP) e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), mas insere-se num contexto historiográfico muito interessante e que só brevemente é possível evocar.

No início deste século o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* e a *História Religiosa de Portugal*, dirigido por Carlos Moreira Azevedo, editado pelo Círculo de Leitores de Lisboa, tem-se constituído como uma monumental colectânea, absolutamente valiosa no universo religioso português. Na prática, os 7 volumes são imprescindíveis para quantos estudam e tratam da extrema península europeia sul-occidental, bem como das suas extensões pluricontinentais.

Por outro lado, a magistral trilogia que compõe a *História da Diocese de Viseu séc.VI-1974*, coordenada cientificamente por José Pedro Paiva, e editada em 2016 numa fecunda parceria entre a Imprensa da Universidade de Coimbra e a Diocese de Viseu, cabe brilhantemente neste conceituado panorama historiográfico atento a medir o pulso do impacto do catolicismo na sociedade e na cultura portuguesa (cfr. NESTOLA (2018)).

Ora, a obra em análise constitui outro denso momento de reflexão

e de balanço na esteira desta articulada produção literária entre macro e microescala, bem como entre história global e conectada e/ou comparada, entre processos de recuperação da memória ou de celebrações comemorativas, num atualizado diálogo entre historiografia nacional e de outros países.

É importante também destacar o facto de a obra editada em 2018 se inserir no contexto não apenas literário mas também de outras iniciativas científicas que, ao longo de uma década foram promovidas pelo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) em associação a outras instituições e centros de investigação portuguesas que fizeram da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa um ativo laboratório científico. Refiro-me em particular aos *Seminários de História Religiosa Moderna* que, nos anos 2008-2018, foram organizados em parceria com outros centros portugueses como o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC), Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, e abrindo-se à colaboração de outros, designadamente o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora e o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto. (Cfr. [http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl\\_fac.asp?SSPAGEID=1005&lang=1&artigoID=152](http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?SSPAGEID=1005&lang=1&artigoID=152)).

Os temas tratados ao longo da década 2008-2018 foram selecionados cuidadosamente pelos experientes António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva (a partir de 2014 juntaram-se também Antónia Fialho Conde e Zulmira Santos), e desenvolvidos ao longo de 10 ciclos de conferências centradas sobre Clero, Inquisição, Cristianismo no Império português, Santidade, Confissão, Concílio de Trento, Clero regular, Educação e Religião na Época moderna.

Uma estrutura complexa esta, que conformou não apenas o panorama da História Religiosa portuguesa mas tornou-se ponto de referência para quantos abordam o impacto do cristianismo na Europa e outros continentes do orbe católico. De facto, para além do *selecto* núcleo de palestrantes portugueses os seminários abriram-se a outros excelentes investigadores e professores estrangeiros oriundos de Itália, Espanha, França e ainda do Brasil, convocados e convidados para dialogar sobre assuntos não apenas religiosos, mas também políticos, sociais, artísticos, antropológicos, arquivísticos e da biblioteconomia. Eixos epistemológicos cruzados com as principais temáticas desenvolvidas ao longo de múltiplas conferências, as quais tornaram-se também itinerantes iniciativas, consumadas não apenas em Lisboa mas também em outras cidades universitárias.

Nesta linha de persistente continuidade historiográfica, a obra centrada

sobre os bispos e os arcebispos de Lisboa deveria integrar o conjunto de livros de uma biblioteca ou de uma livraria, bem como caber entre os volumes que continuam a suscitar questões e divulgar saberes. O CHSC teve um papel capital nesta complexa estrutura, dinamizada não apenas por seus membros e investigadores, mas também contribuindo com a constante presença de jovens investigadores, doutorandos e pós-doutorados ao longo das palestras; contribuindo, ainda, na construção de textos que levantaram questões e difundiram consolidadas metodologias, experiências de investigação ou incipientes linhas de pesquisas. Para além da página internet que disponibilizou rapidamente os resumos das questões tratadas, números monográficos da revista *Lusitania Sacra*, bem como o livro *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares novos* (2014) são ineludíveis referências, que, de facto, se encontram ao longo do volume em apreço.

Também por isso o livro que aposta nas biografias de bispos e arcebispos de Lisboa reflete muitos dos compromissos desenvolvidos ao longo destes anos, e contribui de forma inequívoca para um desenho prosopográfico que retrata um corpo de pouco menos de 50 prelados. Homens que se sucederam na Igreja lisboeta a partir do final do século III até a primeira década do século XVIII. Uma organização episcopal que, na prática, se fecha pouco antes do ano de 1716 quando, com a criação do Patriarcado de Lisboa, se abriu uma nova era para a Igreja com uma ampla extensão territorial quer no centro metropolitano, quer nos espaços atlânticos. Ao longo de mais de 7 centúrias, este núcleo urbano revestiu preeminentes faces, às vezes em simultâneo, no âmbito político, territorial, militar, comercial, administrativo, social, litúrgico e religioso.

Numa dinâmica entre linguagem escrita e figurativa o resultado é um livro de 919 páginas, articulado em 5 grandes núcleos crono-temáticos: *Bispos de Lisboa, das origens à restauração da diocese* (pp.25-60); *Bispos de Lisboa, séculos XII-XIV* (pp. 85-430); *Arcebispos de Lisboa, séculos XIV-XVIII* (pp. 431-688); *A iconografia dos bispos e arcebispos de Lisboa* (pp.689-760); *Corpus iconográfico* (pp. 761-785). Aliás, conta com uma tripartição preliminar constituída por um *Prefácio* de D. Manuel Clemente; a *Apresentação* de Paulo de Oliveira Fontes; a *Introdução* dos coordenadores João Luís Inglês Fontes, António Camões Gouveia, Maria Filomena Andrade, Mário Farelo, e, finalmente, com o imprescindível quadro da *Bibliografia* (793-865), com o *Índice toponímico* (877-893) e o *onomástico* (895-919).

(Re)Considerando com aperfeiçoadas metodologias e recolha documental a lição da erudição histórica portuguesa, protagonizada entre os séculos XVII e XVIII por clérigos e congregações religiosas, como é o

caso da Academia Real de História, a escolha dos coordenadores é declarada desde logo: “A nossa opção radica na renovação que a própria história religiosa sofreu nas últimas décadas, também em Portugal, no seu próprio entendimento e no entendimento do religioso como perspectiva legítima de observação e compreensão das realidades da História” (p.19).

Na mesma linha metodológica enquadra-se outro esclarecimento, relativo à compreensão pluridimensional dos prelados, para ponderar: origens sociais, geográficas e familiares; percursos formativos; redes institucionais e/ou afetivas; conflitos com centros de poderes próximos ou longínquos como Roma ou Avinhão, a corte régia, o cabido catedralício, a Inquisição, centros monásticos ou conventuais; ação plurifacetada no plano pastoral, institucional e cultural, no campo artístico e suas dimensões materiais ou simbólicas. Não se optou, portanto, por uma abordagem apologética ou meramente descritiva, nem por uma reconstrução prosopográfica, mas antes “passou-se para uma compreensão integrada dos percursos dos dignitários eclesiásticos” (p. 20).

Para algumas épocas, não foi simples avançar com este projeto integrado perante sérias lacunas documentais: por um lado, trata-se do centro diocesano que sofreu diretamente da catástrofe sísmica do ano de 1755; por outro, não se dispõe de trabalhos de investigação recentes sobre núcleos importantes de acervos reunidos nos Archivio Segreto Vaticano e na Biblioteca Apostolica Vaticana. Também por estas auspiciosas e futuras pesquisas a desbravar, conforme declararam os coordenadores, este livro não pretende ser uma obra definitiva sobre os protagonistas de uma circunscrição importantíssima da hierarquia diocesana portuguesa e/ou península ibérica.

A galeria episcopal começa com a figura de Potâmio (meados do século IV), o único bispo conhecido durante a época romana, e finaliza com o arcebispo D. João de Sousa (1703-1710). Analogamente a outros eclesiásticos dos quais se dispõe de pouca documentação, Potâmio é retratado com muita prudência (António Montes Moreira, pp. 27-49), destacando a evolução doutrinal, inicialmente marcada por fortes traços arianos, no seio da ortodoxia, confirmada pela exegese aprofundada dos opúsculos potamianos entre escritos teológicos ou de natureza parenética. Mais sólida, dada a abundância documental, a fisionomia do prelado que conclui a série dos arcebispos do primeiro decénio do século XVIII: D. João de Sousa formou-se na Universidade de Coimbra, transitou nas fileiras da Inquisição, entre os cargos palatinos da corte régia, bem como entre outras dioceses antigas, finalizando o seu *cursus* em Lisboa (Maria Paula Marçal Lourenço, pp. 679-688). Características sociológicas comuns para com outros prelados dos séculos XVI-XVIII. Compulsando o volume, destaca a preponderância atribuída a dignitários que regeram esta circunscrição, com vocação portuária, em momentos cruciais

para o estatuto diocesano lisiponense, como a restauração da diocese em 1147 e a sua elevação a arcebispado em 1393, executando a Bula de Bonifácio IX, *In eminentissima dignitatem*.

Trata-se de momentos que identificam a evolução do bispado sob distintos eixos sociais, territoriais, políticos, económicos e jurisdicionais, marcando as relações com oligarquias locais, com o próprio cabido, com ordens religiosas e militares sediadas na cidade. Uma dinâmica que não descuidava a interação com os reis, mas também com os papas e com outros núcleos diocesanos de estatuto superior ou mais antigo como Braga, Compostela, Sevilha, até com as circunscrições que, com a remodelação territorial, recaíram sob a jurisdição da metrópole lisiponense. No período medieval, aliás, a configuração do episcopado caracterizou-se pela presença de estrangeiros, como é o caso do primeiro bispo, D. Gilberto de Hasting «de nação dos Anglos», eleito e consagrado no 1º novembro de 1147 (Maria João Branco, pp. 123-133), e sobremaneira a partir dos anos 40 do século XIV, com bispos de origem francesa de nomeação papal ou ligados a redes eclesíásticas que rodeavam o papado de Avinhão. Os séculos XII-XIII foram caracterizados pelas eleições episcopais contestadas, que determinaram a intervenção de Roma à qual recorriam os prelados cuja escolha era subvertida por causa de erros processuais em termos canónicos, ou como consequência de acusações de simonia.

Tais especificidades emergem nos densos textos que compõem o núcleo entre as pp. 87-328, sendo que as entradas onomásticas são introduzidas por enquadramentos de síntese. Estes problematizam e questionam cada período tratado, e fornecem elementos qualitativos ou quantitativos, de conjunto, que ajudam a interligar e contextualizar as biografias episcopais, a ação conciliar ou de governo, bem como refletir sobre as diferentes fontes que constroem a narrativa de cada personagem perfilada.

Análogos propósitos guiam as páginas sobre o arquiépiscopado da época moderna, e destacam nos verbetes onomásticos que compõem a galeria de 12 prelados, perfilados por um diversificado grupo de autores (pp. 553-688). A cada entrada corresponde, logo, uma pequena tábua cronológica com as etapas biográficas marcantes desde o nascimento à morte, bem como a reprodução de emblemáticos documentos de diferente natureza, referentes à personagem tratada. Tanto por este grupo como pelo anterior, a documentação foi encontrada em cerca de 40 instituições, entre arquivos, bibliotecas, museus e igrejas, tanto de Portugal como de outros países europeus (pp. 793-802). Tais testemunhos contribuem para interligar os indivíduos a gostos e tendências estéticas, culturais e de outra natureza, que fazem parte da lógica da distinção ou da auto-representação.

O papel régio na nomeação episcopal destaca-se evidentemente desde inícios da época moderna, seja durante a dinastia Avis, seja na época dos Filipes ou na sucessiva evolução política. As decisões dos monarcas enquadram-se no complexo sistema de relações pessoais, familiares, clientelares e de serviço: fatores calibrados pelo rei para recompensar lealdades ou desmorrionar camadas de poderes. Outra característica que distingue este grupo de arcebispos lisboetas é a origem geográfica nacional, conforme uma estreita aplicação do princípio do indigenato, fixado em 1581. Esta configuração sociogeográfica constitui outro sinal identitário com respeito aos grupos episcopais de centúrias anteriores, e que difere também em comparação a coevas dinâmicas eletivas desencadeadas para outras dioceses portuguesas de menor estatuto, pelas quais foram indigitados excecionalmente estrangeiros, com sólidas vinculações de confiança aos reis.

Dentro do articulado *corpus* episcopal da primeira metade do século XVII, ou seja, ao longo da integração de Portugal no governo dos Habsburgo, sobressai a figura de D. Rodrigo da Cunha (1635-1643) (Ana Isabel López-Salazar, pp. 649-660), um prelado invulgar se quisermos. Transitou entre 4 dioceses portuguesas, mostrando-se particularmente ativo no governo episcopal, na política e espaço cultural, e teve, ainda, um relevante papel de erudito historiador. Com a sua volumosa *História eclesiástica da Igreja de Lisboa*, editada após a sua morte, em 1643, recolheu um repositório incontornável sobre a circunscrição lisboeta, com irremediáveis lacunas documentais. O erudito texto do arcebispo-historiador, manuseado com o devido cuidado, constitui ainda hoje uma referência imprescindível para épocas mais antigas, carentes de informações. De facto, são numerosos os verbetes do grupo episcopal da época medieval e moderna que remetem a este autor, pois dá consistência a hipóteses, documenta momentos da vida dos dignitários, faculta elementos factuais dos biografados seja pelas cronologias e governo pastoral, seja pelos aspetos da esfragística e da tumularia, ou ainda das cerimónias litúrgicas por eles dinamizadas. Outra questão surge para o(s) juízo(s) que foram produzidos sobre a sua pessoa e a sua ativa participação durante o processo político que, dando fim à união das coroas de Portugal e de Espanha, instaurou a nova dinastia da Casa de Bragança. É uma questão colocada pela autora do verbete biográfico, mas que encontra em outro estudo, (PAIVA, (2017)), uma excelente e inovadora ligação para com este prelado, o qual se preparava para a fase final do seu percurso biológico desta forma: “Agora que Portugal tem rey que o governe, pay que o console, senhor que o defenda (...) Senhor, levai-me para vós”, retomando as palavras proferidas pelo arcebispo de Lisboa, herói da Restauração.

Elementos do perfil genealógico, político, pastoral e cultural de D. Rodrigo

da Cunha são ainda aprofundados com ulteriores dados sobre os seus gostos literários e o mecenado editorial (Fernanda Maria Guedes de Campos, pp. 713-733). Sem dúvida trata-se de uma figura chave entre os arcebispos do século XVII, mas também um ponto gravitacional entre o conjunto episcopal antigo e o moderno, que acompanha o leitor na última parte do volume, dedicada à iconografia.

Este núcleo, de facto, complementa a última secção, subdividida em 5 capítulos autónomos que aprofundam sintomáticos aspetos da auto-representação episcopal. A última secção, *Corpus iconográfico* constitui um quadro sinóptico de bispos e arcebispos aos quais são associados documentos visuais. Abre esta última parte a heráldica episcopal dos séculos XIV-XVII, uma ferramenta que juntamente à antroponímia constituem “instrumentos identitários inseparáveis um do outro em diversos sentidos” (Miguel Metelo de Seixas, pp. 691-701, 692). Este percurso considera casos específicos, como o invulgar exemplo de D. Gonçalo Pereira, prelado abundantemente tratado na primeira parte do volume (Maria Helena da Cruz Coelho, pp.261-276).

Outra relevante forma de autorrepresentação episcopal encontra-se no capítulo centrado sobre a iconografia sigilar medieval (Maria do Rosário Barbosa Morujão, pp. 691-711), ou seja, das formas e conteúdos dos selos usados pelos dignitários como garantia da autenticidade dos documentos por eles outorgados. O capítulo dedicado à encomenda artística é dedicado a exemplos da época medieval encontrados na Sé de Lisboa, ou em outros edifícios da cidade, alguns dos quais afetados por terremotos, como os de 1356 e 1755 (Paulo Almeida Fernandes, 735-744). Uma contribuição específica à tumularia medieval aparece noutra capítulo (Carla Varela Fernandes, Pedro Flor, pp. 745-760), que lembra sismos e outras causas de destruição, como incêndios, campanhas de restauro ou incúria dos monumentos arquitetónicos episcopais. Contrariando atitudes mais recentes, muitas vezes estes exemplos de tumularia episcopal representavam *locus mortis* escolhidos pelos bispos para eternizar a sua própria memória.

Também o *Corpus iconográfico*, a sinopse icónico-textual abordada na parte final do volume, contribui para emblematizar o papel do episcopado olisiponense ao longo de mais de 7 centúrias, bem como para refletir sobre a afirmação do atual Cardeal-Patriarca de Lisboa que destaca na contracapa do volume: “A vida não se resume na vida narrada. No entanto da narrativa tiram-se conclusões importantes”.

Elaborado sem anacronismos nem extrapolações, possivelmente algum acontecimento ficou de fora deste complexo conjunto de biografias. É uma hipótese que pode avançar-se seja na perspetiva de preparar a História da

Diocese de Lisboa, seja como “critica salutar” à qual também apelam os coordenadores (p. 24). É estranho, de facto, o pouco espaço que foi dedicado às «liturgias de poderes» ou outros eventos cerimoniais encenados pelos bispos neo-eleitos quer da época medieval quer, sobremaneira, da época moderna. Sobre este assunto a historiografia portuguesa abriu pistas pioneiras (PAIVA, (2006)), pois disponibilizou um manancial interpretativo também para estudos mais recentes sobre espaços negligenciados e pouco tratados da Europa, bem como dos dispersos e pluricontinentais territórios sob a influência da coroa portuguesa. Possivelmente também os bispos, e sobretudo os arcebispos de Lisboa, foram atores destas solenes encenações que envolviam a cidade com os seus monumentos e configurações sociais. A partir destes atos de manifestação e consagração da dignidade e poderes episcopais, será possível fornecer leituras interligadas do percurso biográfico dos prelados lisiponenses? É um desafio analítico sobre o qual vale a pena refletir e investir, revelador de momentos muito mais que efémeros ou simplesmente apoloéticos.

Num quadro normativo e do papel da Igreja na sociedade, o livro *Bispos e Arcebispos de Lisboa* contribui para uma melhor definição das suas estruturas e poderes, jurisdições, mecanismos de vigilância e de orientação em Portugal e seus territórios ultramarinos. São variáveis de um universo cultural, religioso e social que não foi apenas cristão, mas que através da religião e dos seus agentes encontra e encontrará um âmbito científico de profundo interesse entre variados públicos de leitores.

### **Bibliografia:**

- NESTOLA, Paola (2018). Recensão a Paiva, José Pedro, (Coord. Científica), História da Diocese de Viseu, *Via Spiritus*, 25, 213-220.
- PAIVA, José Pedro (2017), «“Agora que Portugal tem rey que o governe, pay que o console, senhor que o defenda (...) Senhor, levai-me para vós”. D. Rodrigo da Cunha e a Restauração de 1640», *Lusitania Sacra*, 36 (Julho-Dezembro), 135-157.
- PAIVA, José Pedro, (2006), “A Liturgy of Power: Solemn Episcopal Entrances in Early Modern Europe”. In SCHILLING, H; GYÖRGY, I. Tóth (eds.), *Cultural Exchange in Early Modern Europe, vol. I, Religion and Cultural Exchange in Europe, 1400 -1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 138-161.

PAOLA NESTOLA  
CHSC – Universidade de Coimbra  
nestolap@gmail.com

**CARVALHO, Mário Santiago de (2019). *O Curso Filosófico Jesuíta Conimbricense*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 177pp., ISBN 978-989-26-1543-1.**

O interessante livro de Carvalho explora a formação didática e pedagógica da filosofia no colégio jesuíta de Coimbra, no tempo da Contrarreforma. A historiografia filosófica cunhou-a «Curso Conimbricense» para se referir um conjunto de oito títulos sobre filosofia aristotélica, os *Comentarios a Aristóteles do Colegio Jesuíta Conimbricense* (CACJC) saídos dos prelos de Coimbra e de Lisboa entre 1592 e 1606. O autor alude à inovação, originalidade e atualidade de Aristóteles. O estudo parte do século XVI, quando D. Joao III entregou o Colégio Real das Artes (1547) ao provincial da Companhia de Jesus para ensinar e conferir graus.

No primeiro capítulo, o livro realça o eco “global” da Filosofia nacional, cujo propósito era resolver uma crise no corpo docente, acusado de erasmismo. A lecionação do curso dividia-se em duas vertentes: uma humanista e outra filosófica; esta última foi a explorada pelo autor. O curso era de quatro anos e nele glosavam-se os livros aristotélicos: *Lógica, Física, Metafísica, Ética e A Alma*. Neste paradigma didático houve alguns jesuítas que se notabilizaram. Manuel de Góis foi o principal obreiro e lecionou dois cursos completos de filosofia (1574-78 e 1578-82). São-lhe atribuídos os livros *Comentarios à Physica* (Coimbra 1592), *Meteororum* (Lisboa 1593), *Parva Naturalia* (Lisboa 1593), *Ethica* (Lisboa 1593), *De Caelo* (Lisboa 1593), *De Generatione et Corruptione* (Coimbra 1597) e *De Anima* (Coimbra 1598). Segue-se Sebastião do Couto, comentador de *Dialectica* (Coimbra 1606); leu Filosofia e Lógica no Colégio de Coimbra durante um curso completo (1597-1601). Baltasar Álvares é o terceiro nome dos CACJC, a ele se deve o apêndice ao *De Anima*, intitulado *Tratado da Alma Separada*; além de ter sido editor (1619-28) de Francisco Suárez, lecionou filosofia em Évora (1590), em Coimbra (1594-98) e Teologia (Évora, 1599-1602), disciplina na qual se doutorou. Em Évora, Álvares regeu as cátedras: *Tercia, Véspera e Prima*. Cosme de Magalhães, a quem se atribui a edição do volume *De Anima*, agregou neste um apêndice, *Tratamento de Alguns Problemas relativos aos Cinco Sentidos*. Magalhães lecionou *Escritura* em Coimbra (1601-05). Carvalho salienta o papel de quatro jesuítas anteriores aos CACJC, Pedro da Fonseca, Cristóvão Gil, Marcos Jorge e Pedro Gómez, que tiveram influências na didática e pedagogia como a impressão das lições, a metodologia de investigação, o trabalho de equipa, a disseminação e repercussão global das

suas obras, a concepção, exposição, modernidade e pragmatismo. Até meados do século XVII a produção coimbrã ultrapassou o ritmo de publicação europeu em um título por ano. Deste modo, Aristóteles chegou à China e às Índias Orientais e Ocidentais revelando a capacidade missionária dos jesuítas.

O segundo capítulo expõe a ciência filosófica de forma sistemática, dedutiva e disputacional. A Academia Conimbricense seguiu o método de ensinar *docendi rationem*, um regresso às fontes para explicar o pensamento aristotélico. Este, depurado de qualquer oposição à «respublica Christiana» combateria as ameaças da ciência provenientes do paganismo e do ateísmo. O programa do curso conimbricense expunha como gênero literário, o comentário e a *explanatio*, distinguia a disputa como meio de investigação e procura da verdade. A metodologia aplicada era a dialogante: questões, subdivididas em artigos e, por vezes, em secções. O método de ensinar da “escola” de Coimbra era similar ao das suas congêneres em Estrasburgo, Roma, Paris e Alcalá: utilizava o *modus parisiensis*, uma pedagogia centrada nas capacidades do estudante e num plano de estudos organizado. A Companhia de Jesus ambicionava, na sua iniciativa editorial, habilitar um manual filosófico para todo o mundo. O seu código pedagógico assentava na *Ratio Studiorum* (1599). O curso começava com a lógica, no segundo ano iniciava a física, a «filosofia natural», da qual faziam parte os livros *Physica*, *De Coelo*, *Meteororum*, *Parva Naturalia*, *De Generatione et Corruptione* e *De Anima*. A *Ethica* era abordada no penúltimo semestre. Os luteranos e os calvinistas preocupavam-se com as doutrinas teológicas e, assim, dedicavam-se a um saber orgânico ou enciclopédico. Em relação à teologia, Manuel de Góis glosou um dos principais *Proémios* dos CACJC, o da *Physica*; Sebastião do Couto explorou a *Dialectica*. A matemática era a chave da clareza, mas a metafísica apresentava-se como a chave da dignidade e é nesta dimensão autoritária que a teologia doutrinou os padres. A metodologia multiplicava questões e disputas, acolhia o probabilismo e a vivência da inquirição dialógica.

No capítulo três o enfoque recai na Ciência da Lógica. Carvalho citou o testemunho do provincial Miguel Torres (1574) realçando o peso da lógica: os estudantes saíam «buenos dialecticos, pero muy flacos en la philosophia que es lo principal». Os docentes quando confrontados com a pergunta, «o que significa pensar?» defendiam que a singularidade e a universalidade da ciência chegavam ao domínio da verdade. Couto fez a síntese das teorias agostiniana e tomista, defendia a capacidade do ser humano aprender desde que o método fosse adequado. O mestre devia recorrer a exemplos sensíveis, facilitar a produção de imagens para que o aluno alcançasse a inteligibilidade das coisas.

No capítulo quatro, o autor retrata a ciência da física e a metafísica, esta

era a ciência de maior nobreza. A física, na perspectiva ontológica de plenitude, tinha como tema capital o estudo do ente móvel, das causas e dos efeitos naturais, permitindo chegar às esferas celestes e ao próprio Deus. Iniciava-se física lendo *De Coelo* como meta para a educação dos costumes. Os três aspetos da contemplação eram a perfeição, a beleza do mundo, e a distinção, a variedade e a ordem das suas partes. O movimento circular ocupava o primeiro lugar, todos os seres regressam à fonte e causa que é Deus; cada ser indivisível forma a unidade de Deus; a perfeição do mundo pela ordem das partes (Universo) é também função de Deus. Assim, cristianizavam-se os textos de Aristóteles.

No quinto capítulo, Carvalho explica a ciência da alma, ou a invenção da antropologia. A «medicina da alma» articulava as problemáticas do *De Anima* e da *Ethica* ao serviço de uma antropologia do espírito, idealmente incarnado. São quatro os géneros de seres vivos na definição aristotélica de alma: vegetal, sentir, mover-se e pensar, mas só o último seria específico do ser humano. Discutia-se a localização da alma: ela era mais perfeita no corpo que fora dele; surge a antropologia da Ressurreição. A alma participa da razão e da inteligência, da imaterialidade e da inteligibilidade, da Verdade.

No sexto capítulo, o autor evidencia a ciência da ética (filosofia moral), a felicidade e a liberdade. Destacou Góis e as suas nove disputas sobre filosofia moral; esta incide nas ações humanas, a felicidade e a norma de uma vida reta. Os três principais objetivos da ética eram «ensinar a razão de viver honestamente», «instruir na proibidade dos costumes» e «conduzir ao estado feliz da vida». A ética era entendida como a «medicina da alma», um estilo de vida intelectual em consonância com a razão reta ou virtuosa.

No sétimo capítulo, Carvalho discorre sobre a ciência metafísica, teologia natural e «pneumatologia» (espiritualidade humana e a sua ligação com Deus). A metafísica deveria investigar as causas supremas como Deus e os princípios mais comuns. A fé no Deus bíblico que necessita da física, da metafísica, da teologia, da imortalidade da alma, assimilava as exigências de Trento.

No último capítulo, o autor apresentou resultados de investigação, considerou dois elementos fundamentais da espiritualidade inaciana: o princípio da ontologia da dádiva e a presença de Deus (Verdade e Bem). Elencou textos, manuscritos e impressos que tiveram importância na formação filosófica, doutrinária e missionária, abrindo pistas para futuras investigações.

É importante a leitura deste livro porque frisa temas de foro ético e deontológico na devoção moderna.

**ANA RUAS ALVES**

Agrupamento de Escolas de Ansião  
anaruasalves@gmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**O azeite e a oliveira ao longo do tempo: o Museu do Azeite (Bobadela, Oliveira do Hospital).** Arqueohoje, 2019, 104 pp. ISBN 9789895440719.

No passado dia 18 de maio – Dia Internacional dos Museus – foi apresentado o catálogo da exposição permanente do Museu do Azeite da Bobadela (c. Oliveira do Hospital). Esta edição levada a cabo pela Arqueohoje – empresa de gestão e promoção do Património Histórico Cultural e Arqueológico a quem coube dirigir o projeto deste Museu do Azeite – contou com uma comissão científica de arqueólogos e historiadores das Universidades de Coimbra e Lisboa que assinaram os textos, que cobrem uma cronologia que vai desde o Mundo Antigo até aos finais do século XX. A obra conta, ainda com um capítulo final dedicado à «Biodiversidade associada à oliveira», da autoria de Luís Farinha, biólogo e especialista em ilustração científica, que nos oferece «uma viagem por quatro séculos (séculos XVII, XVIII, XIX e XX) da iconografia da oliveira, em técnicas de gravura tão diversas como a xilogravura, a calcografia, a litografia e a cromolitografia».

Ao que à edição diz respeito, este livro apresenta-se, desde logo, como um objeto bonito, com uma paginação cuidada, onde a fotografia tem especial destaque, o que permite que as salas do Museu da Bobadela assumam um protagonismo merecido e vivam para além das paredes que materialmente as circunscrevem. Para que essa repercussão do Museu fora do Museu abranja um público mais numeroso e diversificado, lamenta-se o facto de esta edição não ser bilingue (português e inglês), ao contrário do que acontece com as legendas da exposição museológica em apreço.

Da autoria de Pedro Carvalho (U. Coimbra), arqueólogo especialista no período romano, os três primeiros capítulos proporcionam-nos uma perspetiva global da evolução da oliveira no mundo, desde os primeiros vestígios da sua implantação – *I. Origem do azeite e o azeite no mundo antigo* (p. 9-16) – até à sua exploração mais intensa, na Antiguidade Clássica, na Grécia e no Império Romano – *II. O azeite na Roma Antiga* (p. 17-30). Os conhecimentos resultantes da investigação em arqueologia são, aqui, articulados com a informação proveniente de textos antigos, de que se reproduzem alguns excertos da autoria, por exemplo, de Plínio, Estrabão e Varrão. Por outro lado, são especialmente didáticas, nesta parte do livro, as recriações e representações gráficas dos lagares romanos, bem como a completa cartografia que se apresenta. Por fim, neste bloco de capítulos, é

dado destaque à produção de azeite em Portugal, durante a romanização – *II.1. O azeite no Portugal Romano* (p. 31-36) – sobressaindo a Bobadela, como importante cidade romana peninsular e centro de consumo de azeite que intensificou a olivicultura na região que corresponde, atualmente, ao concelho de Oliveira do Hospital.

A obra prossegue com o contributo de Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), especialista em Idade Média, que, entre outras áreas de investigação, assinou obras essenciais e estruturantes do conhecimento sobre História Rural Portuguesa e da História da Alimentação, entre os séculos XII e XVI. Neste capítulo – *III. O azeite na Idade Média* (p. 37-44) –, o leitor percebe como a olivicultura, a produção e o consumo do azeite e a sua comercialização estão intimamente ligados com a identidade histórica portuguesa, desde logo pelas múltiplas utilizações deste óleo precioso. O azeite que normalmente associamos à cozinha, cumpria um papel fundamental na iluminação dos espaços domésticos e religiosos e era um dos produtos privilegiados para o pagamento das rendas, que resultavam da exploração agrícola, até aos finais do Antigo Regime.

O quarto capítulo – *O azeite na Época Moderna* – foi assinado pela historiadora Isabel Drumond Braga (U. Lisboa) e permite-nos compreender a evolução dessa centralidade do azeite, desde a agricultura, aos sectores de transformação alimentar e do comércio, no reino de Portugal, entre os séculos XVI e XIX. Para tal, a historiadora socorreu-se de um conjunto importante de fontes manuscritas e bibliográficas, que analisou criteriosamente.

O período que decorre entre o século XIX e os nossos dias ficou a cargo dos historiadores João Paulo Avelãs Nunes e Marcos Branco (U. Coimbra), especialistas em História Contemporânea e Arqueologia Industrial, que trilharam um percurso completo sobre a produção, o consumo, o transporte e a comercialização do azeite, numa época em que este perde a centralidade no âmbito da iluminação e o seu consumo alimentar decresce com a entrada, nos circuitos de distribuição, de outros óleos.

Ao longo desta obra, o lagar – equipamento de transformação, de maiores ou menores dimensões, que convocava a força e o trabalho, mais ou menos especializado, de vários homens, auxiliados por animais, e provia o sustento de várias famílias – assume um justo protagonismo. Nas últimas páginas desta exposição, é-nos dada a conhecer a evolução dos sistemas de prensagem da azeitona, ao longo do século XX, período em que devagar se abandona a pequena exploração e produção oleícola, à escala doméstica e local, em detrimento da gradual mecanização e automatização dos processos industriais neste sector.

Esta obra poderia ter assumido um formato diferente em que os autores redigissem artigos científicos sobre as suas épocas e os seus objetos de estudo. Se essa tivesse sido a opção desta edição, a comunidade científica e académica beneficiaria de uma compilação sobre a olivicultura – da pré-história aos nossos dias – que apoiaria o desenvolvimento de outras investigações no âmbito de diversos temas da arqueologia, da história económica e social e da arqueologia industrial. Nos nossos dias, alguns museus tomam essa opção no momento de produzirem os seus catálogos e assumem-se como mais uma entidade de produção e difusão de conhecimento científico, destinado a um público académico e mais especializado.

A obra *O azeite e a oliveira ao longo do tempo. O museu do azeite (Bobadela, Oliveira do Hospital)* resulta de uma opção diferente, em que os textos são apresentados de forma breve (sem lugar a notas de rodapé, por exemplo) e surgem emoldurados por uma iconografia, fotografia e cartografia profusa e apelativa. Ao optar por este formato, a coordenação compôs um livro de divulgação científica que alcança vários públicos – especializados e não especializados – que, por motivos diferentes, se interessem pelos temas visados. Deste modo, se cumpre, neste catálogo museológico, um dos maiores desígnios da comunidade científica nacional e internacional dos nossos dias – o da difusão transversal dos saberes. Nas palavras de Raquel Coimbra, museóloga responsável pela exposição do jovem museu da Bobadela, na introdução, este livro abrange «um amplo público com formações e interesses muito diversos» e, assim, arriscamo-nos a acrescentar, continua e expande a missão do equipamento museológico em si mesmo, o que só pode ser louvado como uma boa estratégia.

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS  
CHSC – Universidade de Coimbra  
melicampos@gmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**SOUSA, Jorge Pais de (2011). *O fascismo catedrático de Salazar: das origens na I Guerra Mundial à intervenção militar na Guerra Civil de Espanha 1914-1939*. 1ª. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Prefácio de Alberto de Bernardi, 561 pp., ISBN: 978-989-26-0020-8<sup>1</sup>.**

Esta obra surge como resultado de uma investigação, na qual são revisitadas as transformações políticas que se registaram ao longo de um quarto de século da história contemporânea portuguesa, contextualizada na conjuntura internacional da época. No essencial, este livro de Jorge Pais de Sousa, decorre da adaptação da sua Tese de Doutoramento de quase 1000 páginas, defendida em provas públicas, a 20 de abril de 2009, *GUERRA E NACIONALISMO. Na I República e no Estado Novo, entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939)*, Coimbra, FLUC, 2009. Procede a uma desconstrução analítica, histórica e conceptual da arqueologia do Estado Novo, analisando a dimensão da política externa e relacionando-a com os acontecimentos na “frente interna”, pretendendo mostrar que “o fascismo catedrático entendido como conceito político geral, é a categoria mais adequada para qualificar a ditadura académico-castrense de tipo soberano instaurada por Salazar em Portugal, através da Constituição que vigorou entre 1933 e 1974” (p. 467).

Segundo Alberto de Bernardi, especialista internacional em fascismo e antifascismo, trata-se de “um esforço louvável... que merece ser assinalado como um contributo significativo para o debate sobre fascismos europeus” (p.17). Acrescenta novos desenvolvimentos a esta questão, que aditam inovação a um tema que, nas palavras do prefaciador, “estava há muito *estagnado* e que agora conhece um novo desenvolvimento à luz de uma diferente perspetiva” (p.22). Defende um argumento - mostrar que a noção de fascismo de cátedra, entendida como categoria usada para qualificar politicamente o Estado Novo de Salazar, e utilizada para este efeito pela primeira vez por Miguel de Unamuno - é suscetível de ser fundamentada historicamente e, mesmo sendo objeto de refutação, alimenta o debate historiográfico e politológico em torno da natureza ideológica do Estado Novo e do Salazarismo.

É um trabalho científico original na área das Ciências Sociais e Humanas, que apresenta uma reflexão aprofundada sobre um tema sensível. Trata-

---

<sup>1</sup> Este texto é dedicado à memória de Jorge Pais de Sousa, falecido recentemente, e que foi um exemplo de rigor e verdadeiro espírito científico na investigação.

se, segundo o Autor, de “uma interpretação não canónica, e, neste sentido, heterodoxa, no que respeita à génese histórica e aos fundamentos políticos e ideológicos do Salazarismo e do Estado-Novo”. Este estudo encerra um ciclo de investigação que teve início com a publicação do livro *Bissaya Barreto: Ordem e Progresso*, que foi dissertação de Mestrado deste investigador, apresentada à Faculdade de Letras da UC e defendida no ano de 1998.

Esta recensão é baseada na leitura da obra, mas também em leituras de outras publicações de JPS, pois quase todas “gravitam” em torno desta. Também foram relevantes as entrevistas concedidas à Comunicação Social pelo Autor, na sequência da Apresentação Pública, no dia 9 de maio de 2012, no foyer do Teatro Académico Gil Vicente, em Coimbra. Salientamos ainda uma entrevista que entendemos realizar a JPS, com vista a um aprofundamento de questões que foram surgindo perante a leitura da obra e ao esclarecimento de fatores que influenciaram a perspetiva do Autor.

O tratamento da questão de fundo estrutura-se em 5 Capítulos, apresentados de forma detalhada no Sumário (pp. 9 a 11), complementados pela Introdução, onde é feita uma descrição circunstanciada do conteúdo de todas as secções do livro, incluindo uma antecipação do principal argumento que vai defender. Adianta, ainda, algumas das conclusões que vão ser obtidas. Termina com um ensaio conclusivo, que sintetiza os argumentos da sua tese, e abre novos horizontes a futuras investigações, nomeadamente no que respeita à figura incontornável de Afonso Costa, objeto de estudo do Pós-Doutoramento do Autor, interrompido pela sua morte precoce. Este “Ensaio conclusivo” deu, aliás, origem a uma comunicação/artigo do Autor, publicada na revista científica *Storicamente*, da Universidade de Bolonha.

JPS parte do pressuposto base de que a I Guerra Mundial foi a primeira guerra total que a humanidade conheceu, no sentido em que mobilizou toda a sociedade dos países beligerantes que nela estiveram envolvidos. Este pressuposto leva-o a analisar o desenvolvimento do fenómeno em termos institucionais e políticos na “frente externa”, mas depois, recua no tempo para analisar a guerra ideológica travada na “frente interna” portuguesa.

No primeiro capítulo: “A I Guerra Mundial e o isolamento político da republicana frente externa impõem a defesa das colónias africanas, perante os interesses dos imperialismos coroados (1914)” (pp. 23 – 58), é examinado o contexto histórico em que os governos da República Portuguesa enviaram, no Verão de 1914, as primeiras tropas expedicionárias para defender as fronteiras das colónias de Angola e Moçambique dos ataques das tropas alemãs, sendo focados: o primeiro conflito militar moderno na idade científico-técnica; a guerra como a continuação da política por outros meios; a transformação na

perceção da realidade política: a psicologia das multidões, a guerra psicológica e a propaganda; a política externa portuguesa até à I Guerra Mundial; a Espanha como ameaça externa à segurança da República e, finalmente, a ação do diplomata Sidónio Pais em Berlim.

Convém a este propósito recordar que a conjuntura política europeia no início do séc. XX era fortemente marcada por tensões de carácter nacionalista, o que confere a este livro contornos de grande atualidade se compararmos com os tempos que vivemos hoje. “A 18 de Junho de 1914...” (p.23), o assassinato do arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro do imperador da Áustria, em Sarajevo, determinou que um mês depois, a 28 de Julho, o império austro-húngaro tenha declarado guerra à Sérvia. O conflito balcânico foi o rastilho para uma guerra de dimensões inauditas, tanto no tempo como no espaço, “...a espiral e a vertigem da guerra desenrolaram-se num ápice de uma semana”. Factos do passado que continuam a influenciar o presente e devem fazer -nos refletir sobre o futuro.

O segundo capítulo: “A frente interna, o intervencionismo democrático na Flandres e a contramobilização sidonista (1915-1918)” (pp. 59-203), aborda as temáticas da guerra e do nacionalismo sob o ponto de vista da história cultural e intelectual, a que mais interessa ao Autor, mas também da história institucional e da história das ideias políticas. Analisa e identifica, no quadro da I Guerra Mundial, “os contornos que em Portugal assumiu, na “frente interna”, a guerra de carácter político-ideológico travada por catedráticos, militares, jornalistas e artistas”.

O terceiro capítulo: “A nova ordem internacional, a participação de Portugal na Conferência da Paz e na criação da Sociedades das Nações. Construção republicana da memória da Grande Guerra, face à instabilidade Governamental e à tentação golpista do exército (1919-1926)” (pp. 204-227) - versa as transformações externas que se seguiram à I Guerra Mundial, com a criação de uma nova ordem internacional, que se traduziu na criação da Sociedade das Nações, tendo Afonso Costa acabado por ser um dos seus fundadores. Por outro lado, analisa a conjuntura interna que se lhe seguiu com a criação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, do culto cívico do Soldado Desconhecido e da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, tal como, aliás, aconteceu em muitos dos antigos países beligerantes, onde a memória da guerra foi cultivada e potenciada politicamente. Disserta ainda sobre a tentativa de golpe de estado e o julgamento dos militares envolvidos no chamado “Golpe dos Generais” a 18 de abril de 1925.

Se os primeiros três capítulos constituem, como é reconhecido pelo Autor, uma análise sobre “as consequências políticas da participação de

Portugal na I Guerra Mundial visando mostrar como ela constituiu e originou, do ponto de vista da história das instituições e das ideias políticas, um momento de rutura e de transformação no seio da economia e da sociedade portuguesas da segunda década do séc. XX” (p. 229), o quarto capítulo: “A ontogénese do fascismo catedrático. A República nova e a “Fronda” ideológica travada pelos intelectuais modernistas e nacionalistas” (pp.229-305), recua cronologicamente e fala-nos, primeiro, da literatura de Memórias de Guerra que tem o seu expoente em Jaime Cortesão, mas é essencialmente dedicado à dimensão da guerra ideológica travada na frente interna pelos intelectuais *vanguardistas*, ligados à revista “Orpheu”, como foi o caso de Fernando Pessoa, Almada Negreiros e António Ferro. Foca a atenção no significado da afirmação futurista com a publicação da revista “*Portugal Futurista*”, exemplo do resultado da mobilização política e ideológica nacionalista da primeira geração de modernistas em vésperas do golpe de Estado protagonizado por Sidónio Pais, Militar, Professor Catedrático e Político, em 5 de dezembro de 1917. Por último, o seu olhar vai incidir no círculo restrito e seletivo da Universidade de Coimbra no sentido de perceber “o tipo de problemática intelectual versada pelo Padre Manuel Gonçalves Cerejeira e por António Oliveira Salazar que lhes permitiu aceder à cátedra e exercerem o seu magistério universitário”. Assuntos estes tratados nos subtemas: “O pensamento económico e financeiro de Salazar, enquanto catedrático especialista em economia de guerra; A influência política das “lições” de Salazar nos seus alunos civis e militares”.

O 5.º capítulo, a que o Autor deu como título “A afirmação do fascismo catedrático de Salazar, durante a ditadura militar e na construção do estado novo. A mobilização ideológica e a intervenção na guerra civil de Espanha (1926-1939)” (pp. 305-450) trata do contexto histórico em que Salazar soube projetar-se e criar os seus apoios políticos em plena Ditadura Militar. O protagonismo dos militares na vida política portuguesa decorreu da sua afirmação durante a I Guerra Mundial. A solução política salazarista passou pela Constituição corporativista de 1933, a primeira que houve no mundo enquanto tal e que vai modelar o denominado “Estado Novo” com todo um novo conjunto de instituições de enquadramento ideológico e de repressão como a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa, a PVDE, etc., que se afirmaram ainda mais com o estalar da Guerra Civil de Espanha em 18 de Julho de 1936, conflito no qual Portugal só esteve dissimuladamente envolvido, através de organizações para-militares, como a Legião. “Salazar temia que o triunfo coligado da esquerda republicana, socialista, comunista e anarquista, pusesse em causa a estabilidade do Estado Novo” (p. 393). JPS

acrescenta ainda várias outras razões de carácter interno ao longo de várias páginas.

Curiosamente, só neste 5.º e último capítulo entramos no tema: “O reconhecimento doutrinário e institucional da “Ditadura de Doutores””, reforçando o que pensamos sobre ser este, essencialmente, um livro sobre Afonso Costa, a I Guerra Mundial, a intervenção portuguesa e as suas consequências. É que, apesar de existirem alusões anteriores, no que respeita ao magistério universitário de Salazar, só na página 413, “a constituição de um movimento ditatorial de natureza dupla, académica e castrense, de sentido político único e antidemocrático” é abordado diretamente.

JPS considerou ainda a importância de introduzir imagens produzidas nesta época, pois facilmente enquadram o conhecimento da ambiência que a caracteriza, constituindo-se como parte da argumentação.

Concluindo, o livro de JPS é um livro fascinante, um olhar transversal à História Contemporânea de Portugal, de leitura muito acessível apesar da complexidade dos estudos que lhe subjazem e do que acresce em termos científicos ao controverso tema que aborda. É extraordinariamente original e inovador, tanto na abordagem, ao defender uma nova categoria politológica, como na própria informação, grande parte inédita. “O Estado Novo tem de ser encarado em todas as perspectivas possíveis, pensando, objectivamente, mais nos problemas que devem ser equacionados do que nas soluções explicativas fáceis.” “Se não for assim, deixar-nos-emos seduzir, de uma forma directa ou indirecta, pelo Salazarismo, sobretudo num tempo de crise da política, por que o mundo passa, e passa a política portuguesa do século XX. (JPS, em entrevista à Lusa, 9 maio de 2012)

Muitos parabéns Jorge, e até sempre.

“O homem morre mas a obra permanece”

OLINDA MARTINHO RIO

Investigadora em Estudos Europeus

FLUC / CHSC - UC

ommrio@hotmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**PIMENTEL, Irene Flunser, RAMALHO, Margarida de Magalhães (2016). *O comboio do Luxemburgo. Os refugiados judeus que Portugal não salvou em 1940*. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 382, ISBN: 978-989-626-778-0.**

Irene Flunser Pimentel é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, mestre em História Contemporânea e doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 2007, foi galardoada com o Prémio Pessoa pela obra *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto* (2006) e, nos últimos anos, publicou trabalhos historiográficos de valor incalculável para o estudo da presença de refugiados em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. É ainda autora e coautora de diversos livros e de artigos científicos. Margarida Magalhães Ramalho é licenciada em História, variante de História da Arte, pela Universidade de Lisboa, e desde 2000 que centra as suas investigações nas questões relativas aos refugiados da Segunda Guerra Mundial em Portugal. Foi comissária científica de várias exposições sobre o tema, em território nacional e no estrangeiro, sendo uma das responsáveis, juntamente com a Arquitecta Luísa Pacheco, pela materialização do Museu Vilar Formoso Fronteira da Paz (Almeida). Entre vários títulos, é autora de *Vilar Formoso Fronteira da Paz* (2014). São ambas investigadoras do Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL). Este livro de autoria conjunta – os dois primeiros e os dois últimos capítulos são da responsabilidade de Irene Pimentel e o terceiro capítulo ficou a cargo de Margarida Ramalho – é bastante inovador pois toca numa temática praticamente desconhecida e inexplorada da historiografia portuguesa do segundo quartel do século XX.

A obra encontra-se organizada em cinco capítulos, além do preâmbulo e da conclusão, contendo ainda fotografias e documentos históricos na parte central, uma lista de passageiros do terceiro transporte (elaborada a partir do cruzamento de dados de quatro listas distintas) e um capítulo de apêndices, no qual se transcrevem excertos de entrevistas a três sobreviventes realizadas pela USC Shoah Foundation, em 1995, e um outro testemunho dado por uma ex-refugiada no âmbito de uma palestra, no Luxemburgo, em 2013.

No 1 capítulo («A chegada de Hitler ao poder: Portugal e o Luxemburgo numa Europa de portas fechadas 1933-1939»), é traçado um quadro genérico da situação social e política na Europa desde a subida de Hitler ao poder na Alemanha, em janeiro de 1933, até ao início da Segunda Guerra

Mundial, em setembro de 1939. No período inicial do regime nazi, os judeus e os opositores políticos acreditavam que o radicalismo discursivo de Hitler não teria aceitação e, por isso, relativizaram a sua atuação. No entanto, rapidamente se aperceberam que estavam enganados. A partir de março de 1933, «os escritores, cientistas, filósofos e artistas opositores de Hitler e judeus foram perseguidos, sendo obrigados a procurar o exílio» (p. 22). Consequentemente, a Europa procurou fechar as suas portas ao crescente afluxo de refugiados: foi o que aconteceu no Portugal de Salazar, a partir de 1933, e no governo de Bech, no Luxemburgo, a partir do ano seguinte, com a restrição e o endurecimento da política de fronteiras. Todavia, o diálogo constante e fecundo entre as fontes e a bibliografia permitem à autora concluir que a situação dos refugiados europeus se complicaria a partir do ano de 1938, na sequência de acontecimentos como a «anexação» da Áustria, a Conferência de Evian e a *Kristallnacht*. Desta forma, e como refere Irene Pimentel, «a partir de 1938 e até à adoção da “Solução Final”, no termo de 1941, a política nazi contra os judeus incluía principalmente a discriminação, a retirada do espaço público, a arianização da sua propriedade e a expulsão dos judeus dos seus territórios, através do fomento da “emigração” forçada» (p. 53). O êxodo dos judeus e não-judeus para fora da Europa estava apenas a começar.

O capítulo seguinte (Capítulo 2), «A invasão e a ocupação do Luxemburgo, em 1940» analisa as invasões e ocupações alemãs dos principais países da Europa Setentrional (Noruega e Dinamarca) e Ocidental (Luxemburgo, Holanda, Bélgica e França), na primavera/verão de 1940. Como a obra se centra no caso particular de um transporte de refugiados luxemburgueses impedido de entrar pela fronteira de Vilar Formoso, em novembro de 1940, a invasão do Grão-Ducado do Luxemburgo e o conseqüente exílio do governo luxemburguês e da família grão-ducal são tópicos centrais. Não obstante, e compreendendo as alterações sociopolíticas resultantes da ocupação desse país pelas tropas alemãs, a autora não esquece a vaga de refugiados que chegou a Portugal, em grande parte devido à ação humanitária do cônsul português em Bordéus, Aristides de Sousa Mendes, que, desobedecendo a ordens diretas do governo português, concedeu vistos de trânsito portugueses a todos os que fugiam do regime nazi. Contrariamente a outros autores, Irene Pimentel tem a preocupação de examinar a sua repartição pelos diversos espaços de acolhimento – zonas de «residência fixa», como os casos das Caldas da Rainha e da Figueira da Foz - não limitando a sua análise à grande Lisboa.

A recolha documental e bibliográfica para a preparação do que veio a ser o *Museu Vilar Formoso Fronteira da Paz*, permitiu levantar o véu de uma

temática praticamente desconhecida da historiografia portuguesa: a recusa, por parte do Governo português, da entrada em Portugal de um comboio com 293 passageiros, a esmagadora maioria apátrida, vindos do Luxemburgo. Desde agosto de 1940 que a comunidade judaica luxemburguesa, face ao avanço nazi no Ocidente europeu e ao crescente antisemitismo, organizava transportes de judeus para o território português. Contudo, nada fazia prever o que aconteceria em novembro desse ano. À chegada à estação fronteiriça de Vilar Formoso, os refugiados que viajavam no terceiro transporte – conhecido por «comboio maldito»<sup>1</sup> - foram proibidos, pelas autoridades portuguesas, de entrar em Portugal ficando, desta forma, cerca de dez dias encerrados dentro das carruagens em condições sanitárias e alimentares deploráveis. Em «O terceiro transporte» (Capítulo 3), é possível compreender as razões para a recusa da entrada deste comboio em território português. Tendo por base a consulta de documentação nacional e internacional, Margarida Ramalho explica como o governo português chegou mesmo a equacionar a possibilidade de fixar estas pessoas no Luso, mas a demonstração de superioridade dos oficiais da Gestapo na fronteira (entraram fardados e armados em território neutro, violando assim as regras internacionais) e a origem duvidosa dos documentos trazidos por estes estrangeiros, impediram a sua concretização (p. 145-147). Desta forma, o comboio foi obrigado a regressar a França e os seus passageiros foram internados no campo de Mousserroles, perto de Baiona. Apesar de terem sido libertados meses depois, poucos foram os que conseguiram partir para outros países. A grande maioria acabou por permanecer na França de Vichy e teve como destino os campos de extermínio, nos quais poucos sobreviveriam.

As últimas duas partes da obra dedicam-se ao estudo e à análise da questão dos refugiados nos anos que se seguem. A autora já não analisa apenas o fenómeno de refúgio para Portugal, com todos os seus constrangimentos e impedimentos burocráticos, mas explica realidades como a guetização e a deportação dos judeus luxemburgueses, levadas a cabo pelo regime nazi e pelos seus colaboradores. Todos estes processos históricos culminariam, entre 1942 e 1945, nos «terríveis anos do Holocausto no Luxemburgo» (p. 231). Na conclusão, Irene Pimentel regressa ao tema central da obra e explica que o facto de os refugiados luxemburgueses «virem munidos de vistos fraudulentos, comprados em Antuérpia» (p. 275) colocou entraves à sua entrada em Portugal, tal como, criou dificuldades ao seu embarque para os EUA, pois as autoridades deste país temiam a infiltração dos serviços de

---

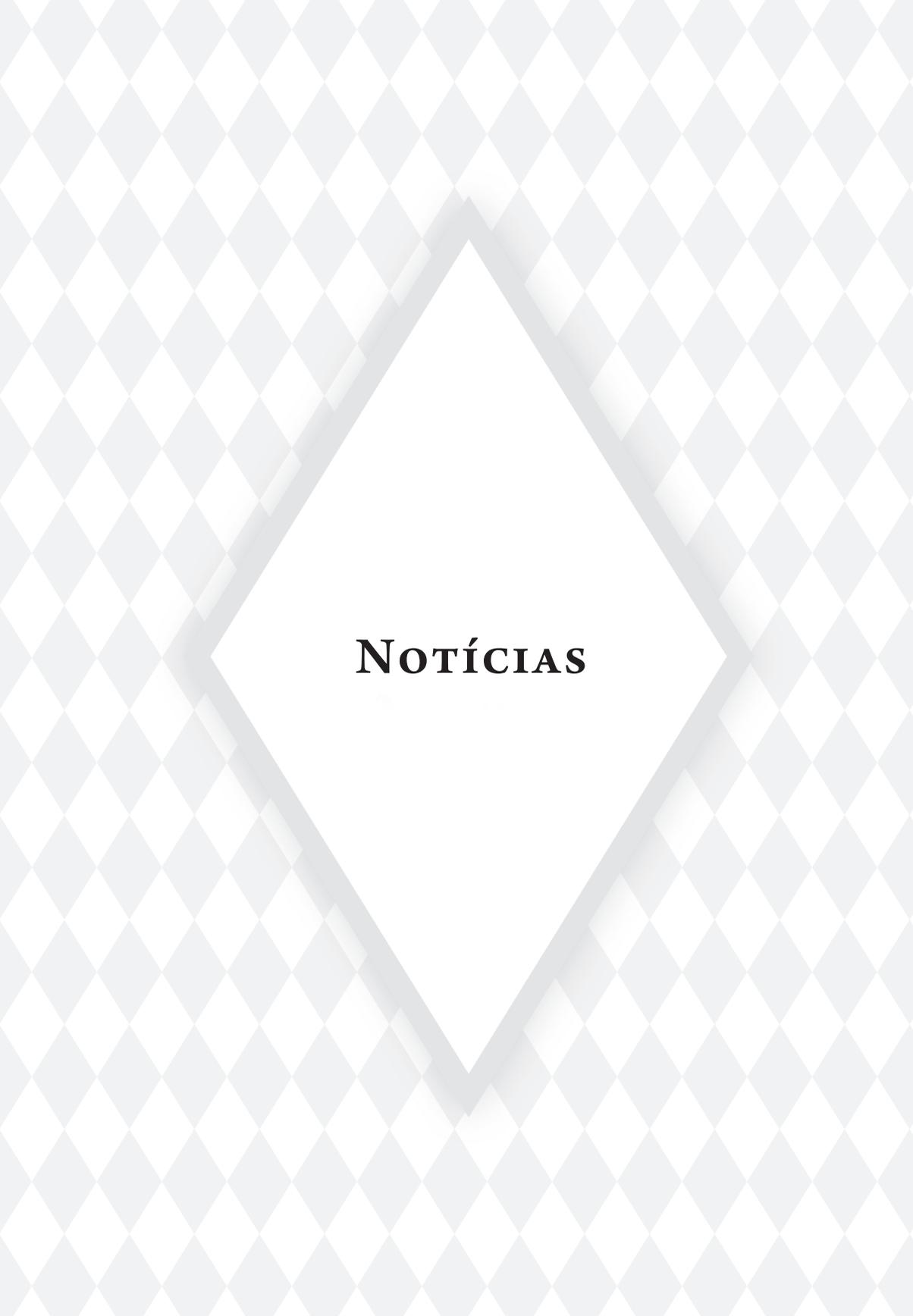
<sup>1</sup> RAMALHO, Margarida de Magalhães (2014). *Vilar Formoso Fronteira da Paz*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida, p. 97.

espionagem do Reich. Assim, aqueles que não tinham conseguido escapar, sobretudo através de Portugal, acabariam, em muitos casos, por ter um destino trágico.

Um dos grandes contributos desta obra, senão mesmo o maior, é a desmistificação da atitude de Salazar face à presença de refugiados em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. Contrariamente a algumas leituras desatentas ou até mesmo revisionistas, este trabalho procura mostrar como é falsa a ideia de que Salazar salvou todos os refugiados que procuraram abrigo em Portugal. Pelo contrário, o salazarismo causou transtornos e barreiras burocráticas a todos os que pretendiam usar este país do sudoeste atlântico como porta de saída da Europa ocupada. Importa ainda destacar o facto de este trabalho ter influenciado o planeamento e o percurso museológico do *Museu Vilar Formoso Fronteira da Paz* (Almeida), aberto ao público em 2017, e que possui seis núcleos expositivos dedicados à passagem de refugiados por Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. De realçar ainda que esta obra se encontra sustentada numa bibliografia diversificada e atualizada e num vasto leque de documentação, nacional e internacional, permitindo uma leitura agradável que prende o leitor do princípio ao fim. Trata-se de uma investigação séria e cuidada sobre um tema que é praticamente desconhecido da historiografia portuguesa e, por isso, apresenta documentação inédita bastante elucidativa e útil a todos os investigadores de História Contemporânea. No entanto, é uma obra recomendada a todo o tipo de leitores, muito bem estruturada, em termos organizativos e temáticos, de teor interpretativo e problematizador, correlacionando os acontecimentos de uma forma clara e esclarecedora, o que permite a leitores não académicos uma visão global e abrangente sobre este período da História de Portugal.

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA

CHSC-Universidade de Coimbra  
Bolseira de Doutoramento da Fundação  
para a Ciência e a Tecnologia  
(Referência SFRH/BD/143217/2019).  
carolinahenriques94@gmail.com



# NOTÍCIAS

(Página deixada propositadamente em branco)

## Mestrado em *Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade* (um curso pioneiro na FLUC)

Tendo o Curso de Mestrado, em *Alimentação: Fontes Cultura e Sociedade*, completado a 10.<sup>a</sup> edição no ano lectivo 2017-2018, pois foi criado em 2008-2009, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entendemos que este dado cronotópico merecia algumas reflexões. Pô-lo, talvez, nesses dois espelhos do tempo, de que já falava Salomão, o do passado e o do futuro, ainda que o Homem consiga ver mais facilmente o que foi do que aquilo que há-de ser ou fazer.

Vemos, então, no espelho do passado da Gastronomia, Albino Forjaz de Sampaio, da Academia das Ciências de Lisboa, que, em 1939, no livro *Volúpia. A nona Arte: a Gastronomia* escreveu, depois de citar, entre outros Brillat-Savarin: “São breves digressões à beira de um assunto bem interessante mas quase ainda não tratado. Porquê? Ignoro. Não há falta de tratadistas ilustres, nomes eminentes na sociedade, nas letras que se lhe dedicam. Entre nós os homens não estão acima nem abaixo do assunto, estão fora, nunca o cultivaram, parecia-lhes vergonhoso talvez. Parecia. Hoje não direi”. O optimismo de Forjaz Sampaio foi enorme comparado com a realidade que se seguiria, pelo menos, até finais do século XX, se pensarmos na entrada da Gastronomia na investigação científica, e princípios do século XXI, se considerarmos a sua elevação a matéria de estudo e formação graduada no Ensino Superior.

E no 1.<sup>o</sup> caso, a investigação ao serviço da Gastronomia, jamais poderemos esquecer Salvador Dias Arnaut e Giacinto Manuppella, autores da 1.<sup>a</sup> edição, em 1967, do *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Ao primeiro, coube fazer aquela que é ainda hoje a melhor síntese da alimentação na Idade Média, no reino de Portugal, enquanto o segundo se encarregou da transcrição integral do manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Nápoles. A edição foi da responsabilidade da própria Universidade. Que sinal importante dava a nossa Academia! No entanto, esta obra não foi suficiente para congraçar o interesse e a valorização socio-cultural pela Gastronomia havia tanto tempo desejada.

Teremos de esperar pelas últimas décadas do século XX para assistirmos à publicação de dissertações de mestrado sobre a matéria em apreço. Estávamos em 1992, e Carlos Veloso faz editar, em Coimbra, *A Alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros* (prefácio de Salvador Dias Arnaut), no âmbito do Mestrado em *História Moderna*. Por sua

vez, em Lisboa, no ano 1997, Inês de Ornellas e Castro dá à estampa *Apicius. De Re Coquinaria*. Diga-se que inclui a transcrição integral do único tratado latino de cultura, que se conhece, com um estudo inovador e rigoroso.

Os semeadores e a sementeira, ainda que lentamente, iam progredindo. 1987 é a data da edição do livro *A Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues (o mais antigo livro de receitas impresso, em 1680), da autoria de Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria. A segunda autora tinha, aliás, com Paulino Mota Tavares, nome incontornável da promoção e investigação da Gastronomia portuguesa, organizado as primeiras Jornadas de Gastronomia em Coimbra – *O amargo e o doce*, corria o ano 1982.

A nosso ver, os fins do século XX são decisivos para a tomada de consciência da necessidade imediata do estudo e do ensino da Gastronomia. Ignorar os exemplos inspiradores vindos das Universidades de Itália, Espanha, França, entre outras, era, sim, agora, uma humilhação para Portugal.

Emergem investigadores, hoje nomes consagrados na matéria. Paralelamente, fora dos meios académicos, assistimos ao movimento expansionista de feiras e festivais gastronómicos, confrarias, museus (pão, vinho, azeite, bacalhau, chocolate (Avianense- Viana do Castelo)), edição de revistas e livros de receitas, programas de televisão, seminários e exposições.

A Universidade de Coimbra, em particular a Faculdade de Letras, como que num acto de dívida, de obrigação, pela obra pioneira por ela editada, como acima referimos, apresenta a 20 de Maio de 2008, em conferência de imprensa, realizada na Quinta das Lágrimas, na Sala Jardim, o Curso de Mestrado em *Alimentação. Fontes, Cultura e Sociedade*, cuja responsável pela criação e coordenação científica – de 2008 a 2009 –, foi a autora deste texto, com o apoio de Carmen Soares, na qualidade de vice-coordenadora.

A matriz curricular era composta de sete seminários obrigatórios mais um de opção e visitas de estudo. Com a avaliação da A3ES, em 2014, o número de seminários é reduzido para seis, o de opção mantém-se, e são eliminadas as visitas de estudo.

A transdisciplinaridade é uma característica genética do curso. O estudo da Alimentação da Antiguidade à Época Contemporânea vertebra o curso, enquanto as múltiplas perspectivas do Património Alimentar são conferidas pelo estudo das relações com o Turismo, as Religiões, a Literatura, a Medicina. Pilar fundamental é o conhecimento e estudo de fontes documentais inéditas dos séculos XVI-XIX (quantas vezes lidas e transcritas no Arquivo da Universidade de Coimbra, na Torre do Tombo e em outros arquivos), tendo já dado origem a um número significativo de dissertações.

O corpo docente que aceitou, incondicionalmente, o magistério do curso,

sofreu, ao longo deste decénio, algumas alterações. Das origens, fizeram parte Maria Helena da Cruz Coelho (que viria a ser coordenadora científica de 2010 a 2015), Fernanda Cravidão, Abílio Hernandez, Rui Cascão, Carmen Soares, Ana Leonor Pereira, Albano Figueiredo, Paula Barata Dias e eu própria. Entretanto, por motivos de aposentação, ou outros, os quatro primeiros Colegas suspenderam as aulas e, por isso, contamos agora com Irene Vaquinhas, Norberto Santos e José Brandão.

No decénio em apreço, matricularam-se no Curso mais de uma centena de estudantes. Todos com uma extraordinária “fome e sede” de aprender.

Quantos mestres formámos até 2017-2018? Com muito orgulho dizemos quarenta. Há, sem dúvida, uma percentagem, com alguma expressão, daqueles que ainda não obtiveram o grau de mestre. Sabemos, porém, que este abandono, ou adiamento, está relacionado com os encargos profissionais e a pouca disponibilidade de tempo para investigar.

Quanto às temáticas, diga-se que são muito distintas. Da análise e estudo de fontes como a *Bíblia*, o *Livro da cozinha de D. Catarina de Áustria*, o *Livro de receitas e despesas do mosteiro do Espírito Santo de Santa Maria da Feira*, a revista *O Banquete*, as papéletas dos hospitais da Universidade de Coimbra, os Forais Manuelinos, até trabalhos monográficos dedicados às ervas aromáticas, ao vinho, ao pescado, sem esquecer os de grande envergadura como *O Portugal gastronómico. A gastronomia portuguesa e as cozinhas regionais* e outras.

Entretanto, que saibamos, já foram publicados, pelo menos, cinco: *Ao Sabor da Bíblia*, de Luís Lavrador, 2010; *Alimentação. Património Cultural Imaterial*, de Antero Costa, 2014; *A Alimentação em Loulé Medieval (1384-1488)*, de Luísa Martins, 2014; *Vinho, Genebra e Champanhe. Diz-me o que comes e dir-te-ei quem és*, de Shirley Bilro, 2015. Quanto ao livro *Comer como uma Rainha*, 2018, ainda que não seja a publicação da dissertação, com o mesmo título, Guida Cândido buscou nela inspiração e informação.

Refira-se, também, que Dina Ferreira de Sousa editou, em 2011, no âmbito do Mestrado em *Política Cultural Autárquica, A doçaria conventual de Coimbra* (prefácio de Maria Helena da Cruz Coelho).

Sublinhe-se, agora, que, na sequência auspiciosa do curso em epígrafe, assistimos à criação, em 2015, do curso de Doutoramento em *Patrimónios Alimentares: Culturas e Identidades*, na FLUC, e, em 2016, ao curso de Licenciatura em *Gastronomia* promovido, em parceria, pela Escola Superior de Educação de Coimbra, Escolas Superiores Agrária, Tecnologia e Gestão e de Tecnologias da Saúde, do Politécnico de Coimbra, da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra e do Turismo de Portugal.

E é tempo de olhar para o espelho do futuro. Que prioridades? Que

desafios? Que ameaças? Entendemos que o Mestrado deve procurar manter e reforçar os laços de parceria com aqueles que, afinal, com ele fizeram, de alguma maneira, este caminho – o Turismo Centro de Portugal, a Escola Superior de Educação de Coimbra, a Escola Superior Agrária, a Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, o Arquivo da Universidade de Coimbra – mas, entretanto, alargar essa dinâmica. Deve continuar a acolher todas as iniciativas importantes para os estudantes, nomeadamente do DIAITA – Património Alimentar da Lusofonia ou dos Centros de Investigação, como o Centro de História da Sociedade e da Cultura e o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Fortalecer os contactos socio-profissionais com os antigos estudantes. O curso é deles e para eles, sempre!

Há que inovar nos conteúdos, estimular o espírito crítico dos estudantes, tirar partido da heterogeneidade dos grupos de alunos.

Procurar financiamento para poder trazer especialistas, com olhares novos, em design de comida, fotografia dos alimentos, música e alimentação, enfim, nos novos conceitos de cozinha e de Gastronomia.

Prestigiemos, juntos, os Estudos Superiores em Coimbra para que possamos contribuir, cada vez mais, para a Gastronomia – uma das ciências emergentes no século XXI.

MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS

Directora do Mestrado em *Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade*

Professora Catedrática da FLUC

Investigadora do CHSC

mazevedo\_santos@yahoo.com

**70.<sup>a</sup> International Conference of the International Commission  
for the History of Representative and Parliamentary  
Institutions (ICHRPI), Faculdade de Direito da Universidade de Viena,  
10 a 13 de setembro de 2018**

A 70.<sup>a</sup> *International Conference of the International Commission for the History of Representative and Parliamentary Institutions* (ICHRPI) teve lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Viena (Juridicum), de 10 a 13 de setembro de 2018.

Os temas propostos para serem abordados pelos especialistas foram os seguintes:

1. *O Parlamentarismo e criação do Estado.*

Neste tema principal havia duas subdivisões, a saber:

- a) Parlamentarismo e criação do Estado em geral
  - b) Apogeu e declínio do conceito parlamentar de 1918 a 1938
2. *A qualidade da legislação (parlamentar)*

3. *Infraestrutura parlamentar: edifícios, gabinetes de apoio, técnica*

Estiveram inscritos 86 Investigadores dos mais diversos países (Alemanha, Austrália, Áustria, Brasil, Croácia, Escócia, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Rússia, Sérvia).

Portugal fez-se representar por Maria Helena da Cruz Coelho com a comunicação sobre *The Studium and the Cortes: state building in the Medieval Portugal* (secção 1a) e Maria Manuela Tavares Ribeiro com uma comunicação sobre *Nationalities and minorities in the speech of parliamentarians in the inter-war period* (secção 1b).

Nesta reunião científica foi apresentado o livro em honra de Maria Sofia Corciulo, anterior Presidente da ICHRPI, *Il Tempo e le Istituzioni. Scritti in onore di Maria Sofia Corciulo*.

No dia 10, após as sessões, os conferencistas foram recebidos no Parlamento de Viena pelo seu Presidente, tendo sido visitadas as instalações.

Como sempre, realizaram-se as seguintes reuniões: do Editorial Board (sobre a revista *Parliaments, Estates and Representation* e as publicações afectas à Comissão); da Direcção; da Assembleia Geral, com a presença de todos os membros que participaram na *Conference*. Nesta mesma Assembleia Geral foram já apresentadas as propostas dos novos Encontros Científicos da ICHRPI, para 2019, 2020 e 2021.

No dia 11 de Setembro os participantes tiveram o ensejo de visitar o

Parlamento Regional de Burgenland e a Câmara de Sopron (Hungria). No dia seguinte, para além das comunicações da *Conference*, teve lugar a visita guiada à Câmara de Viena.

Os trabalhos foram encerrados a 13 de Setembro de 2018 na referida Faculdade de Direito da Universidade de Viena (Juridicum).

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO / MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

Professoras Catedráticas da Faculdade de Letras  
da Universidade de Coimbra  
coelhomh@gmail.com / mtribeiro7@gmail.com

## 8th Atelier Héloïse: Universities funding and management (Lisbon, October 22-24, 2018)

No âmbito da rede internacional *Héloïse - European Network on Digital Academic History*, o Centro de História da Universidade de Lisboa organizou a oitava edição do *Atelier Héloïse*, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre os dias 22 e 24 de outubro de 2018. O workshop foi apoiado pelo projeto *Oeconomia Studii. Financiamento, gestão e recursos da universidade em Portugal* (REF: PTDC/EPHHIS/3154/2014), objeto de financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, resultante de um consórcio ibérico liderado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, enquanto instituição proponente, e contando com as parcerias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da Universidade de Évora e da Universidade da Cantábria, na qualidade de instituições participantes, por sua vez envolvendo três unidades de investigação: o Centro de História da Universidade de Lisboa, o Centro de História da Sociedade e da Cultura e o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades.

A reunião de Lisboa surgiu na sequência de uma série de eventos anteriores de carácter semelhante, tendo como ponto inaugural um encontro realizado na universidade de Poitiers, no ano de 2012, a convite dos promotores do projeto *Repertorium Academicum Pictaviense*, que juntou um conjunto de universitários envolvidos na produção de base de dados históricas sobre as universidades. Essa primeira reunião, marcada pela apresentação das várias equipas aí representadas e por uma discussão científica e técnica sobre eventuais modalidades de cooperação à escala europeia, originou o projeto Héloïse, pensado antes de mais como uma rede internacional, interligando pesquisas análogas e como espaço de debate de preocupações convergentes. Justamente sob essa égide – a promoção de encontros científicos dedicados à história social das universidades na Europa desde a Idade Média ao presente, vocacionados para a implementação de ferramentas e soluções técnicas capazes de promoverem uma efetiva colaboração na produção, armazenamento e fornecimento de dados e arquivos digitais, e face à conveniência de definir estratégias comuns – seguiram-se de forma sucessiva, a um ritmo assinalável, com uma periodicidade praticamente anual, os vários workshops da rede (sob a designação genérica de *Héloïse Ateliers*), efetuados nas universidades de Bolonha (2013), Lião (2014), Berna (também em 2014), Madrid (2015), Perugia (2016) e Utreque (2017). A rede inicial foi sendo progressivamente alargada com a entrada de várias equipas e projetos digitais

e, em 2017, consumou-se o ingresso da equipa portuguesa na organização, oficializado com o ingresso de um representante (Hermenegildo Fernandes, CH-ULisboa) e de um delegado (Armando Norte, CHSC-UC – CH-ULisboa) na respetiva Comissão Científica. Logo nessa ocasião foi proposta a realização do workshop de 2018 na Universidade de Lisboa, aprovada por unanimidade. Ficaram, assim, lançadas as bases do evento científico que decorreu em outubro de 2018, subordinado a um tópico específico: o financiamento universitário desde as origens à época contemporânea, ecoando as preocupações e a investigação em curso no projeto *Oeconomia Studii*. Sob esse *leitmotiv*, discutiram-se tópicos muito variados, relacionados com a economia e as finanças universitárias, desde a Idade Média até à atualidade, tendo por base informação económica e financeira recolhida por ferramentas digitais, tais como Bases de Dados, Sistemas de Informação Geográfica e repositórios institucionais de informação. Focaram-se, em particular, as fontes de financiamento universitário, os instrumentos de gestão e recursos das universidades, as políticas assistenciais e de bem-estar dirigidas a estudantes, a legislação económica e financeira universitária, a contratação de professores e de funcionários, os custos de admissão e despesas logísticas de escolares e as carreiras profissionais de graduados.

Na prática, as sessões de trabalho decorreram ao longo de três dias, dois dos quais foram especificamente subordinados à apresentação de comunicações, num encontro que contou com a presença de 35 investigadores, provenientes de 16 universidades de 7 países diferentes: Portugal (Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora e Universidade Católica Portuguesa), Espanha (Universidade Carlos III e Universidade de Salamanca), França (Universidade de Paris – Panteão Sorbonne, Universidade de Poitiers e Universidade de Lião), Itália (Universidade de Bolonha e Universidade de Perugia), Suíça (Universidade de Berna e Universidade de Lausanne), Alemanha (Universidade de Ciências Aplicadas de Leipzig, Universidade de Dusseldórfia e Biblioteca Herzog Augusto) e Inglaterra (Universidade de Londres Queen Mary). Foram ainda convidados expressamente alguns investigadores para estarem presentes na ocasião, como sucedeu com Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática Jubilada da Universidade de Coimbra, que apresentou a conferência de abertura, tendo por tema as finanças da universidade portuguesa. A reunião de Lisboa foi ainda aberta à participação de observadores externos oriundos de universidades estrangeiras.

As comunicações foram concentradas nos dois primeiros dias de trabalhos, organizadas em torno de seis painéis temáticos, que proporcionaram sempre

debates muito intervencionados, com resultados bastante profícuos. Os painéis tiveram a seguinte estrutura: os sistemas de assistência a escolares e práticas económicas (2 sessões), o financiamento das universidades italianas (1 sessão), a apresentação de bases de dados biográficas (1 sessão) e a apresentação de casos concretos de interoperabilidade entre sistemas digitais (2 sessões). O debate científico foi ainda complementado por uma exposição bibliográfica organizada em conjunto com a Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, centrada nas principais fontes e estudos existentes sobre a universidade portuguesa, intitulada *By the book. A written history of the Portuguese University*.

Por sua vez, a manhã do terceiro e último dia do evento foi dedicada à realização da reunião anual da Comissão Científica da rede Héloïse, na qual saiu reforçado o compromisso, assumido por todos os parceiros institucionais, no sentido de prosseguirem conjuntamente os principais objetivos preconizados – o estímulo do trabalho colaborativo e o esforço de integração das bases de dados em ferramentas digitais coletivas – duas medidas, de resto, alinhadas com o programa europeu em matéria de Ciência Aberta. Entre outras decisões importantes, ficou ainda decidido o local de realização da nona edição do ciclo de congressos, que decorrerá na Universidade de Leipzig de Ciências Aplicadas, no final de 2019.

Para o final do encontro de Lisboa ficou reservada a parte mais significativa do programa social: a visita a três locais simbólicos de funcionamento da universidade portuguesa na cidade em diferentes períodos – a Reitoria da atual Universidade de Lisboa, o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (a Antiga Escola Politécnica) e a Rua das Escolas Gerais, em Alfama, uma das localizações da universidade na época medieval.

HERMENEGILDO FERNANDES / ARMANDO NORTE  
(CH-ULisboa) / (CHSC-UC, CH-ULisboa)  
hermenegildo.f@letras.ulisboa.pt / armandonorte@gmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**Reunião de arranque do Projeto ReligionAJE:  
*Religião, administração e justiça eclesiástica no Império Português,  
1514-1750 – 9 e 10 de novembro de 2018***

Entre os dias 9 e 10 de novembro de 2018, decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a reunião de arranque do Projeto *Religião, administração e justiça eclesiástica no Império Português, 1514-1750, ReligionAJE* (PTDC/HAR-HIS/28719/2017). Coordenado por José Pedro Paiva (investigador responsável) e Jaime Gouveia (co-investigador responsável), e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, o projeto é composto por uma equipa de 19 investigadores, vinculados a diversas universidades da Europa e do Brasil.

Na sessão de abertura, que decorreu no dia 9 de novembro, entrevistaram José Pedro Paiva e de Irene Vaquinhas, coordenadora científica do Centro de História da Sociedade e da Cultura. Os trabalhos prosseguiram com uma intervenção do investigador responsável que apresentou as diretrizes de trabalho deste projeto internacional, as principais preocupações e focos de investigação, as categorias de análise, as linhas metodológicas e os resultados almejados. Em seguida, partiu-se para as apresentações dos planos de trabalhos dos investigadores da equipa, quando cada membro expôs as atividades de pesquisa, as linhas de investigação e as suas contribuições ao escopo do projeto. Por fim, as atividades deste dia encerraram com as intervenções de parte dos membros do Conselho Consultivo do projeto, a saber: Ângela Barreto Xavier, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Bruno Feitler, da Universidade Federal de São Paulo e Inês Zupanov, do Centre National de la Recherche Scientifique, que fizeram considerações sobre o projeto e sobre os planos de trabalhos apresentados ao longo do dia.

O segundo dia da reunião foi destinado ao planeamento das atividades do primeiro ano do projeto e foi agendada a Conferência Internacional *O governo dos bispos nas dioceses do império ultramarino português, da Ásia à América 1514-1750*, que acontecerá nos dias 24 e 25 de outubro de 2019, na Universidade Federal da Bahia, Salvador-Brasil.

Em paralelo, dentro das atividades da reunião de arranque, decorreu ainda o Workshop Internacional *Dinâmicas religiosas no império ultramarino português* que contou com três conferências. No dia 9 de novembro, Bruno Feitler apresentou a comunicação “O segredo da Inquisição de Goa: uma história custodial” e foi seguido pela exposição de Inês Zupanov, intitulada “Nested sovereignties and uncertain episcopal geolocations in South Asia

(16th-18th c.) or why Boxer's thesis is not so wrong". No sábado, 10 de novembro, o workshop internacional finalizou com a conferência de Giuseppe Marcocci, professor na University of Oxford/Exeter College, intitulada "A Igreja católica nos impérios ibéricos: 40 anos depois de "A Igreja militante e a expansão ibérica, 1440-1770" de C.R. Boxer".

A reunião de arranque do ReligionAJE foi fundamental para que os investigadores da equipa alinhavassem os objetivos do projeto, as linhas interpretativas e metodológicas, conhecessem as contribuições de todos os outros membros e arquitetassem os três anos de execução do projeto. O workshop foi igualmente proveitoso, com brilhantes intervenções, além de provocações que incitaram a reflexão de todos os membros da equipa.

EDIANA FERREIRA MENDES

Universidade Federal do Oeste da Bahia

edianamendes@gmail.com

**Palestra e visita guiada *Caminhos de oração, Caminhos de saber em Coimbra (séculos XII a XIX)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, dia 8 de março de 2019.**

In occasione della 21ª *Semana Cultural da Universidade de Coimbra*, la sala *D. João III* dell'Archivio dell'omonima istituzione accademica ha ospitato l'incontro *Caminhos de oração, Caminhos de saber em Coimbra (séculos XII a XIX)*. Il seminario, coordinato e condotto da Maria Amélia Álvaro de Campos (CHSC-UC), Sandra M. G. Pinto e Milton Pacheco (CHAM-FCSH/NOVA; CIEC-UC), ha avuto come obiettivo quello di far conoscere la storia delle processioni a Coimbra dal XII fino al XIX secolo, i suoi elementi, nonché di accompagnare i numerosi partecipanti in una visita finale nel centro storico della città ripercorrendone i principali itinerari.

Dopo aver dato testimonianza della pratica di processioni occasionali, cicliche o temporali attraverso una selezione di testamenti conimbricenses risalenti al XIV sec., Maria Amélia Álvaro de Campos ha ricostruito l'evoluzione del culto eucaristico nella cittadina. Già promosso a livello europeo con l'istituzione nel 1264 della festa del *Corpus Christi* da parte di Urbano IV, quest'ultima venne poi celebrata a Coimbra a partire dal 1386, su iniziativa di Vasco Martins, priore del Monastero di Santa Cruz. Da qui, la storia della progressiva formalizzazione del rituale processionale, che Maria Amélia Álvaro de Campos ha ripercorso a partire dal *Regimento da procissão do Corpo de Deus* del 1513, evidenziandone le differenze con le più comuni pratiche odierne; su tutte, la presenza del clero con l'ostia consacrata in coda alla processione e l'ubicazione in testa del tessuto sociale legato a mestieri più comuni.

Le manifatture artistiche dedicate al culto, alla celebrazione o alla conservazione dell'eucaristia, così come tutti quei paramenti sacri utilizzati durante il rituale eucaristico, sono state illustrate da Milton Pacheco, sulla base delle codificazioni presenti nei testi normativi omologati durante il Concilio di Trento (1545-1563). Con l'ausilio di una classificazione in paramenti destinati alla produzione, celebrazione, adorazione e processione dell'ostia consacrata, e in relazione ai diversi momenti o occasioni del trasporto dei sacri azzimi (processioni regolari, straordinarie o festive stabilite dal Calendario Liturgico), lo storico dell'arte è passato ad illustrare alcuni esempi di manifatture oggi conservate in diverse istituzioni museali del territorio. Particolare attenzione è stata riservata ai tabernacoli e custodie

dedicate alla conservazione e al trasporto delle ostie, come, ad esempio, i preziosi esemplari di officina conimbricense conservati al *Museo Nacional de Machado de Castro* e risalenti, rispettivamente, al 1527 e al sec. XVIII (rif. MNMC – O26 e MNMC – O272).

La terza ed ultima parte dell'incontro, coordinata dall'architetta Sandra M. G. Pinto, si è aperta con l'illustrazione di quelle misure logistiche che, già su iniziativa di Afonso V per la città di Lisbona (1474), erano state prese per garantire il transito tra le strade cittadine anche dei paramenti processionali più ingombranti, come alabarde e baldacchini. La lettura parziale della lettera del *licenciado* Bastião da Fonseca indirizzata a D. João III (1540) ha messo in luce anche per la città di Coimbra la messa in opera di tali pianificazioni urbanistiche, con la determinazione di un percorso eucaristico ottimale che, a partire dalla Sé Velha, si dipanava tra i principali luoghi di culto nel cuore della città: Corpo de Deus, Santa Cruz, São Domingos, Santa Justa, São Tiago, São Bartolomeu e São Cristovão. Una visita guidata, sempre coordinata dai tre studiosi sopra menzionati ed arricchita da spiegazioni storiche *in loco* relative alle varie 'stazioni' dell'itinerario processionale, ha suggellato questa gradita iniziativa di divulgazione storica ed artistica per conoscere meglio la città di Coimbra e le sue tradizioni centenarie.

MANUEL NEGRI  
USC / CHSC  
m.negri@usc.es

**Ciclo de conferências: “Beyond more than one culture and ecozone: caminhos abertos pela Igreja em Portugal, os espaços atlânticos e *vice-versa*, séc. XVI-XVIII”, XXI Semana Cultural da Universidade de Coimbra, 22 de março de 2019.**

O ciclo de conferências “Beyond more than one culture and ecozone: caminhos abertos pela Igreja em Portugal, os espaços atlânticos e *vice-versa*, séc. XVI-XVIII” foi uma iniciativa desenvolvida no âmbito da XXI Semana Cultural da Universidade de Coimbra, no ano de 2019 consagrada ao tema “Caminhos”. Coordenada por Paola Nestola e organizada no Arquivo da Universidade de Coimbra, na tarde do dia 22 de março de 2019, a iniciativa teve, também, o apoio do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) como Unidade de Investigação da FCT.

Este percurso interdisciplinar, centrado na Botânica, na História e na Arquivística, pretendeu refletir sobre caminhos de investigação como a cultura científica e as humanidades, isto é, maneiras de fazer ciência através desafios de investigação que nem sempre andam juntos. Tratou-se de uma iniciativa divulgativa interdisciplinar, aberta à sociedade e não apenas ao universo académico. A iniciativa era articulada nas conferências do experiente e conceituado botânico Prof. Dr. Jorge Paiva (Centro Ecologia Funcional, UC), *A Mata do Buçaco: um majestoso deserto*, da historiadora Dra. Paola Nestola (Centro de História da Sociedade e da Cultura, UC), «*Ingressus et itinerarium episcoporum*»: *textos e (con)textos* e pôde contar também com uma exposição documental, organizada pela Dra. Ana Maria Bandeira (Arquivo da Universidade de Coimbra), com o *placet* do Senhor Diretor do AUC, e a colaboração do pessoal da instituição.

As palestras e o momento expositivo foram introduzidos pelas palavras de boas vindas, de agradecimento e de enquadramento temático manifestadas pela Dra. Ana Maria Bandeira, Prof. Dra. Irene Vaquinhas e a Dra. Paola Nestola, respetivamente a representante do Arquivo da Universidade, a Coordenadora científica do CHSC, e a promotora da iniciativa cultural.

As conferências pretenderam avançar com percursos interdisciplinares, trilhando caminhos aparentemente inconciliáveis ou improvisados. Por exemplo, considerando que no século XVIII o naturalista sueco Carl von Linné (1707-1778) fixou na erudita e ecuménica língua latina a forma linguística para nomear os seres vivos da sua nomenclatura binominal, o ciclo de palestras juntou idiomas científicos com extensões pluricontinentais quer no presente, quer no passado, isto é o inglês, o português e o latim. Para além

das fronteiras linguísticas, o objetivo principal da iniciativa foi o de ultrapassar fronteiras naturalísticas, tentando conectar biomas diferentes, configurados por ecossistemas distintos, nomeadamente a floresta mediterrânica e a floresta tropical, e cruzando o bosque mediterrânico com o ecossistema das regiões próximas do Equador, caracterizadas pela selva tropical.

Para além desses ecossistemas terrestres, não foram negligenciados os líquidos, principalmente o bioma oceânico, oferecendo novas abordagens sobre as viagens efetuadas por eclesiásticos entre as margens atlânticas. O objetivo, portanto, não era apenas de fazer a história das plantas e da sua distribuição num contexto específico como é a Mata do Bussaco, constituída por espécies arbóreas endémicas e exóticas. Tão pouco se pretendia fazer a história institucional desta serra, próxima da cidade de Coimbra, e atribuída, no século XVII, pelo bispo D. João Manuel (1625-1632) aos carmelitas descalços. Juntamente a estes incontornáveis aspetos naturalísticos e institucionais, a iniciativa visou esclarecer o imaginário espiritual e contemplativo, a experiência quotidiana destes homens da Igreja, a saber, religiosos que viveram intensamente no território selvagem considerado um “deserto” eremítico.

Neste sentido, seguiu-se o itinerário transoceânico da espécie arbórea do *Cupressus Lusitanica Miller*, conhecido também como “cedro de São José”. A semente desta árvore não viajou da América central para a Península Ibérica espalhada pelo vento, ou graças à corrente de um curso de água: na realidade, a árvore exótica identificativa da Mata do Bussaco mudou-se para Portugal transportada por religiosos do século XVI, isto é, homens que materialmente disseminaram e transplantaram na floresta mediterrânica a nova espécie. Por sua parte, esta semente exótica encontrou no território próximo de Coimbra um habitat favorável ao seu desenvolvimento. Apesar da longevidade desta espécie arbórea, os efeitos da tempestade que, no passado outubro de 2018, atingiu Coimbra e seus arredores não pouparam o polivalente monumento do Bussaco, bem como a célebre árvore. Durante a palestra, a referência a estes fenómenos climáticos com efeitos devastadores contribuiu à sensibilização para um consciente compromisso ambiental.

Os carmelitas descalços foram os agentes principais da outra palestra, focada sobre o bispo de Olinda, D. Luís de Santa Teresa (1738-1754). Recrutado nesta ordem, com uma formação adquirida na Universidade de Coimbra, o religioso foi nomeado em 1738 bispo de Olinda, em Pernambuco. Na floresta eremítica do Bussaco, o carmelita teve um breve mas intenso período de permanência, entre os anos 1729-1730. Aos dados biográficos introdutórios sucedeu o ponto crucial da comunicação, a cerimónia de

entrada episcopal na cidade pernambucana, em agosto de 1739, bem como a atribulada travessia até as beiras atlânticas do prelado e da sua comitiva.

A exposição de documentos, oriundos de fundos e produzidos por instituições diferentes, custodiados no inesgotável Arquivo da Universidade de Coimbra contribuiu para integrar as palestras, ampliando as cronologias e as tipologias das fontes manuseadas nas investigações. De facto, projetando até ao final do século XIX o olhar sobre dinâmicas variadas ao redor e dentro do *arboretum*, foram visualizados aspetos tratados com diferentes enfoques. Também estas foram propostas analíticas que estimularam questões ou perguntas no público *selecto* e aberto ao debate.

São sinais importantes do empenho, do apoio material ou institucional que acompanharam de forma muito cordial a iniciativa, e que devemos destacar. Em qualidade de promotora desse ciclo de conferências, talvez não seja exagerado dizer que cresci cientificamente e nas melhores condições. Padrões nada convencionais, mas norteados pelo esforço, bem como pela excelência da investigação muitas vezes inspiradora e à qual manifestamos o nosso reconhecimento e consideração. Tivemos muito gosto e grande honra em (re)lançar a semente naturalística e pisar os pioneiros caminhos historiográficos desbravados por outros. Ora, com o mesmo sentir, fazemos votos que, em breve, se possa recolher muito bom fruto.

PAOLA NESTOLA  
CHSC – Universidade de Coimbra  
nestolap@gmail.com

(Página deixada propositadamente em branco)

**71.<sup>a</sup> Conferência Internacional da ICHRPI, Instituto de Estudos Andorrenhos (IEA) e ICHRPI, Centro de Congressos de Andorra a Velha, 16 a 18 de julho de 2019**

A 71.<sup>a</sup> Conferência Internacional da ICHRPI (Comissão Internacional da História dos Parlamentos e Assembleias de Estado) foi organizada pelo Conselho Geral do Principado de Andorra, Instituto de Estudos Andorrenhos (IEA) e ICHRPI. Teve lugar de 16 a 18 de Julho de 2019, no Centro de Congressos de Andorra a Velha, no âmbito do aniversário do Conselho da Terra, criado em 1419.

Participaram cerca de sete dezenas de conferencistas, membros da ICHRPI, provenientes de 19 países: Alemanha, Áustria, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Geórgia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República de S. Marino, Roménia, Sérvia, USA.

Iniciaram-se os trabalhos com uma Cerimónia de Abertura, que contou com a presença da Presidente do Parlamento de Andorra, da Mayor de Andorra a Velha, do Presidente da ICHRPI e do Director do Instituto de Estudos Andorrenhos.

Seguiu-se a Conferência de Abertura proferida por Joan Mass (Former general secretary for the episcopal co-prince).

As Conferências foram distribuídas por quatro sessões simultâneas nos dias 16, 17 e 18 de Julho, com as seguintes temáticas:

- 1– *Evolution of representative assemblies to democratic parliaments*
- 2– *Parliaments of small states / microstates*
- 3– *Forms of representation in representative and parliamentary assemblies*
- 4– *The internal organization of representative assemblies: committees, commissions, secretariats*

Houve sempre a oportunidade de frutuosa debates.

Participaram, como membros de Portugal da ICHRPI:

Maria Helena da Cruz Coelho, Investigadora Integrada do CHSC, que proferiu, na sessão 3, a conferência sobre *Les Cortes au Portugal durant le Moyen Âge: “débats régionaux”*. Igualmente presidiu à mesa redonda da mesma sessão no último dia do evento.

Maria Manuela Tavares Ribeiro, Investigadora Integrada do CEIS 20, que proferiu, na sessão 3, a Conferência sobre *Women in the European Parliament – women’s role*.

Maria Margarida Sobral Neto, por razões imperiosas, não pôde participar.

Nesta Conferência teve ainda lugar a reunião da Direcção, da Comissão Editorial da *Revista Parliaments, Estates & Representation* e da Assembleia Geral. Foi nesta Assembleia que se evocou, com um minuto de silêncio, a memória do Colega António Manuel Hespanha e o tributo que lhe é devido pela formação da Comissão Portuguesa da ICHRPI e a organização do Congresso em Lisboa, em 1992.

Durante a mesma viu-se reconduzida, por mais um quadriénio, a Direcção até então em exercício, presidida por Joseba Agirreazkuenaga.

Houve também durante o evento a oportunidade de visitar o actual Parlamento na companhia da sua Presidente, Roser Suñe, e o velho Parlamento de Andorra a Velha.

A Cerimónia de Encerramento ocorreu no mesmo Centro de Congressos com a presença do Presidente da ICHRPI e do Director do IEA.

No dia 18 foi proporcionado aos Congressistas um programa cultural de particular interesse com visitas a igrejas românicas dos séculos XI e XII com relevantes pinturas murais.

Sublinhe-se a excelente organização do Congresso, o acolhimento e apoio inexcedíveis concedidos aos participantes, o que muito estimulou este Encontro Científico e Cultural de importância internacional reconhecida e de salutar convivialidade.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO / MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

Professoras Catedráticas da Faculdade de Letras  
da Universidade de Coimbra  
coelhomh@gmail.com / mtribeiro7@gmail.com

Centro de História da Sociedade e da Cultura – 2018  
Breve descrição das atividades desenvolvidas

No início do ano de 2018, o CHSC prosseguiu as suas atividades no âmbito do projeto *O Saber Histórico na Construção dos Dinamismos Económicos, Sociais e Culturais no Mundo Contemporâneo*, o qual, devidamente reformulado, foi integrado no novo projeto estratégico enviado à FCT em janeiro do ano em análise, tendo em vista a preparação de uma nova avaliação internacional. Deste modo, apesar das alterações propostas, as atividades dos membros do Centro mantiveram-se enquadradas nos grupos de investigação pré-definidos, de acordo com as abordagens local/regional ou nacional/global das respetivas pesquisas, em diversos patamares cronológicos, ou focadas na historiografia e suas metodologias, e no estudo e edição de fontes históricas relevantes.

Como unidade de investigação, a primeira preocupação do CHSC foi apoiar, na medida do possível, a pesquisa dos seus membros, nacional e, sobretudo, internacionalmente, quer subvencionando a sua presença em congressos e outras iniciativas científicas, quer em arquivos cuja documentação se afigurasse como fundamental nos estudos em curso, fomentando complementarmente a internacionalização das suas investigações e a visibilidade da historiografia portuguesa, pelo que o site do CHSC passou a registar toda a sua atividade internacional, país por país. Como polo de investigação foram desenvolvidos ou acolhidos novos projetos financiados pela FCT, de que são representativos os dois que se mencionam: *ReligionAJE-Religion, ecclesiastical administration and justice in the Portuguese Seaborne Empire (1514-1750)* (PTDC/HAR-HIS/28719/2017) e *Regulamentation of master craftsmen in Portugal at the end of the Middle Ages: 14th and 15th centuries - MedCraft* (PTDC/HAR-HIS/31427/2017), este último em colaboração com várias unidades de I&D. Destaca-se ainda a inclusão do CHSC em redes internacionais de investigação.

De relevo foi também, ao nível do ensino, a contribuição para a formação avançada, tanto pela via da lecionação de seminários de mestrado e de doutoramento ou da orientação de dissertações de mestrado, de teses de doutoramento ou de trabalhos de pós-doutoramento, como pelo suporte dado pelo CHSC à presença de historiadores portugueses e estrangeiros em aulas abertas, conferências, ciclos de conferências, congressos e colóquios, nacionais ou internacionais, nos quais participaram igualmente jovens investigadores. Releve-se, neste particular, o aumento significativo de iniciativas de âmbito internacional, a exemplo das *II Journée d'Études - La vie communautaire et le*

*service à la communauté. L'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XIe au XVe siècle, do I Congresso Internacional de Heráldica e Sigilografia da Península Ibérica ou do II Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia.*

A divulgação da cultura científica na sociedade civil foi, no ano de 2018, muito valorizada pela via da formalização de protocolos com organismos produtores de eventos culturais, pelo reforço de parcerias com unidades de I&D nacionais e internacionais, com Universidades e com instituições privadas e públicas. Essa difusão cumpriu-se igualmente por via da escrita, em ligação com a publicação de obras de síntese dirigidas para um público mais alargado, tratando desde temas de âmbito mais local/regional até à divulgação da história ou produção historiográfica portuguesa no estrangeiro. No mesmo patamar de abertura à sociedade está, não apenas, a maior visibilidade das atividades do Centro por via do seu *site* mas, sobretudo, a colocação em livre acesso da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, e a disponibilização de obras e estudos de membros do Centro no repositório UC Digitalis. No final do ano de 2018, a RHSC passou a integrar os índices Scopus e Web of Science, este último nas categorias de Arts & Humanities, figurando também, na categoria de História, do prestigiado índice SJR (Scimago Journal & Country Rank), no quartil Q3, o que constitui uma posição de relevo e de grande responsabilidade.

O CHSC protagonizou o rejuvenescimento do corpo de Investigadores, Integrados e Colaboradores, alguns dos quais ingressaram no âmbito do Concurso Estímulo ao Emprego Científico, ao abrigo do Decreto-Lei 457/2016.

A investigação desenvolvida no Centro, por via das publicações a que deu origem, voltou a ser prestigiada no presente ano pelos prémios recebidos, cinco dos quais provenientes de diferentes instituições nacionais, com realce para a Academia Portuguesa da História (3), e um de âmbito internacional, atribuído por *The Journal of Ecclesiastical History*, publicado pela Cambridge University Press.

## INDICADORES DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

### CHSC

LIVROS	25
CAPÍTULOS DE LIVROS	63
ARTIGOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS	20
ARTIGOS EM REVISTAS NACIONAIS	23
ENTRADAS DE DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS	16
COMUNICAÇÕES EM ENCONTROS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS	92
COMUNICAÇÕES EM ENCONTROS CIENTÍFICOS NACIONAIS	104
RELATÓRIOS	5
ORGANIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS	77
FORMAÇÃO AVANÇADA (ORIENTAÇÃO /COORIENTAÇÃO) – DOUTORAMENTOS E PROVAS DE QUALIFICAÇÃO	9
FORMAÇÃO AVANÇADA (ORIENTAÇÃO /COORIENTAÇÃO) – MESTRADOS	23
FORMAÇÃO AVANÇADA (ORIENTAÇÃO /COORIENTAÇÃO) – PÓS-DOUTORAMENTOS / RELATÓRIOS	3
REDES DE INVESTIGAÇÃO	14
CORPO EDITORIAL DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	70
PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO	17
OUTROS – PREFÁCIOS/ RECENSÕES / APRESENTAÇÃO DE LIVROS	30
PARECERES / REFEREES / REVISÃO CIENTÍFICA	59
AVALIAÇÃO	31
PRÉMIOS / JÚRIS DE PRÉMIOS	5
OUTRAS COMUNICAÇÕES / ACTIVIDADES	60
TOTAL	763



**Provas de Qualificação, Teses de Doutorado  
e/ou 3º Ciclo e Dissertações / Relatórios de Mestrado  
e /ou de 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por Investigadores  
Integrados do CHSC em 2018-2019**

Esta rubrica tem por objetivo disponibilizar informação relativa a Provas de Qualificação, Teses de Doutorado e/ou de 3º Ciclo e Dissertações/Relatórios de Mestrado e/ou de 2º Ciclo orientadas ou coorientadas por Investigadores Integrados do Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentadas e aprovadas no período compreendido entre 1 de setembro de 2018 e 31 de julho de 2019.

As referências vão ordenadas, dentro de cada tipo de prova, pela data da sua realização.

***Teses de Doutorado (3º Ciclo) e Provas de Qualificação***

**Doutoramento (3º Ciclo) em: História**

Autor: Maria Bertolina Costa

Título: *'Liberdades Sertanias' no Maranhão. Da América Portuguesa à Balaiada (1838-1841)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 31 de outubro de 2018

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Ana Cristina Bartolomeu Araújo

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Doutoramento (3º Ciclo) em: História**

Autor: Libânia Arminda Henriques Gomes

Título: *Aspectos da vida privada e quotidiana da sociedade madeirense na primeira metade do Século XX (1900-1950)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 5 de fevereiro de 2019

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Rui Ferreira Cascão

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

### **Doutoramento (3º Ciclo) em: História**

Autor: Marcelo do Nascimento Gambi

Título: *O Processo Ocupacional da Comarca do Rio das Mortes: análises sociais e econômicas em um espaço em transformação (1740c. - 1808c.)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 26 de março de 2019

Orientador: Márcia Maria Menendes Motta

Instituição: Universidade Federal Fluminense / Brasil

### **Doutoramento (3º Ciclo) em: Ciência, Tecnologia e Educação**

Autor: José Ilton Pinheiro Jornada

Título: *A trajetória de Vicente Coelho de Seabra: política, ciência e sociedade no Império Português (1763-1804)*

Data das provas: 7 de junho de 2019

Instituição: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro / Brasil

Orientador: Renilda Barreto

Instituição: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro / Brasil

Coorientador: Maria Antônia Lopes

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

### **Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Eduardo Vieira Gonçalves

Título: *O Brasil em Portugal repercussões do Estado Novo brasileiro em Portugal (1937/1945)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 29 de janeiro de 2019

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

### **Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Paula França Teixeira

Título: *Palavras de resistência: a representação política das mulheres nos jornais do estado do Espírito Santo ao tempo da ditadura militar brasileira*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 29 de janeiro de 2019

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Ana Maria Colling  
Instituição: Universidade Federal de Grande Dourados / Brasil

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Carolina Henriques  
Título: *Escapando à guerra através de Portugal: refugiados nas zonas de “residência fixa” da Região Centro (1940-1946)*  
Especialidade: História Contemporânea  
Data das provas: 29 de janeiro de 2019  
Orientador: Irene Vaquinhas  
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Marcela Heráclio Bezerra  
Título: *As trabalhadoras rurais em movimento (s) – Pernambuco 1975-1988*  
Especialidade: História Contemporânea  
Data das provas: 29 de janeiro de 2019  
Orientador: Irene Vaquinhas  
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Coorientadora: Christine Paulette Yves Rufino Dabat  
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco / Brasil

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Cristiano Joaquim Moreira da Silva Cardoso  
Título: *Inquirições régias medievais. Administração do território e poderes em confronto no Entre o Sousa e o Douro*  
Especialidade: História da Idade Média  
Data das provas: 31 de janeiro de 2019  
Orientador: Maria Alegria Fernandes Marques  
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Guilherme Melo Morão Azevedo Marôco  
Título: *Ġarb al-Andalus al-Aqsā. Religião, Sociedade e Guerra nos Séculos VIII a XIII*  
Especialidade: História Militar  
Data das provas: 31 de janeiro de 2019  
Orientador: João Manuel Filipe de Gouveia Monteiro  
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Ana Caldeira Cabral Santiago de Faria

Título: *O Conselho Geral do Santo Ofício (1614-1705)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 1 de fevereiro de 2019

Orientador: José Pedro de Matos Paiva

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Nuno Filipe Poínhas Pires

Título: *Batalha de Aljubarrota - novos elementos interpretativos*

Especialidade: História, Especialidade de Arqueologia

Data das provas: 4 de fevereiro de 2019

Orientador: Rosa Varela Gomes

Instituição: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Coorientador: João Manuel Filipe de Gouveia Monteiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URL: <http://hdl.handle.net/10362/63267>

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: Patrimónios Alimentares: Culturas e Identidades**

Autor: Matusaila Aragão Macêdo

Título: *A arte na confeção do bolo do casamento no Estado de Pernambuco: um património histórico, cultural e identitário nos dias de hoje*

Data das provas: 4 de fevereiro de 2019

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Kadma Marques

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Brasil

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: José Vieira

Título: *Learned magic in Early Modern Portugal*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 7 de fevereiro de 2019

Orientador: José Pedro de Matos Paiva

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Luciano Augusto dos Santos Moreira

Título: *O padroado paroquial na diocese de Lamego: instituições, mecanismo, direitos e deveres (1520-1833)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 7 de fevereiro de 2019

Orientador: José Pedro de Matos Paiva

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Tamires Quesada Furtado

Título: *As Relações Acadêmicas Luso-Brasileiras: o caso das Associações dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra no Brasil (1947-1974)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 12 de fevereiro de 2019

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Maria Izilda Matos

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Brasil

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: História**

Autor: Rita do Vale Pinto Pedras

Título: *Rituais e festividades em Misericórdias do Noroeste português na Idade Moderna*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 12 de fevereiro de 2019

Orientador: Maria Antónia Lopes

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: Patrimónios Alimentares:  
Culturas e Identidades**

Autor: Elisabete Cristina Mateus de Sampaio

Título: *Turismo e património alimentar: rotas e circuitos turísticos da indústria conserveira de pescado em Portugal (Séculos XX e XXI)*

Data das provas: 18 de fevereiro de 2019

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Francisco Xavier Medina

Instituição: Universitat Oberta de Catalunya / Espanha

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: Patrimónios Alimentares: Culturas e Identidades**

Autor: Susana Maria Barata Pereira Gomes

Título: *Diplomacia à mesa: banquetes do Estado português no século XX. Os alimentos como estratégia política*

Data das provas: 18 de fevereiro de 2019

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: José Manuel Sobral

Instituição: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: Patrimónios Alimentares: Culturas e Identidades**

Autor: Aline Macedo Silva Araújo

Título: *Do pomar à mesa: as frutas como património alimentar português*

Data das provas: 14 de março de 2019

Orientador: Irene Vaquinhas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Maria Isabel Ribeiro Dinis

Instituição: Escola Superior Agrária de Coimbra

**Provas de Qualificação (3º Ciclo) em: Ciência da Informação**

Autor: Ana Filipa Amaral Pinto

Título: *'Networks are everywhere': um modelo para a integração de arquivos históricos das Misericórdias portuguesas em plataformas na Web*

Especialidade: Ciência da Informação

Data das provas: 4 de abril de 2019

Orientador: Cristina Freitas

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

## **Mestrado (e/ou de 2º Ciclo)**

### **2º Ciclo (Mestrado): 2º Ciclo em Património Cultural e Museologia**

Autor: Carlos Javier Balhico Gil

Título: *O espólio das Repúblicas Universitárias na Galeria Académica do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. Relatório de Estágio*

Data das provas: 26 de setembro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Vaquinhas

URI: <http://hdl.handle.net/10316/81907>

### **2º Ciclo (Mestrado): Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade**

Autor: Carla Susana Anjos Godinho

Título: *As plantas aromáticas na culinária dos séculos XVI e XVII. Um contributo para a história da alimentação*

Data das provas: 4 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria José Azevedo Santos

URI: <http://hdl.handle.net/10316/82438>

### **2º Ciclo (Mestrado): Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade**

Autor: José Manuel dos Santos Sousa

Título: *Alimentação na Cidade de Lisboa: Influências, Ingredientes e Rituais*

Data das provas: 10 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

### **2º Ciclo (Mestrado): Ensino de História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário**

Autor: Beatriz Pereira Ferreira

Título: *A utilização de dispositivos móveis na avaliação formativa. Desenvolvimento de competências para o novo milénio*

Especialidade: Ensino de História/Formação de professores

Data das provas: 16 de outubro de 2018

Orientador: Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Sara Dias Trindade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URI: <http://hdl.handle.net/10316/82819>

**2º Ciclo (Mestrado): Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade**

Autor: Carolina Carmona Dias

Título: *Slow Food no Brasil e a Valorização dos Biomas Brasileiros*

Data das provas: 17 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

URI: <http://hdl.handle.net/10316/81900>

**2º Ciclo (Mestrado): Política Cultural Autárquica**

Autor: Tiago André Simões

Título: *O Município de Condeixa-a-Nova: Contributos para a Criação do Arquivo Municipal*

Data das provas: 22 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Margarida Sobral Neto

URI: <http://hdl.handle.net/10316/82034>

**2º Ciclo (Mestrado): Política Cultural Autárquica**

Autor: Cláudia Filipa Gaspar Nunes

Título: *Práticas Culturais na Autarquia de Soure: Os Vinte Anos da Biblioteca Municipal de Soure*

Data das provas: 23 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Margarida Sobral Neto

URI: <http://hdl.handle.net/10316/82179>

**2º Ciclo (Mestrado): Ensino de História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário**

Autor: Cláudia Filipa Nicolau Carvalho

Título: *Dinastia Filipina: recursos e experiências de aprendizagem na aula de História*

Especialidade: Ensino de História/Formação de professores

Data das provas: 23 de outubro de 2018

Orientador: Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Sara Dias Trindade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URL: <http://hdl.handle.net/10316/82178>

**2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Mariana Ramos Fonseca

Título: *A Livraria de D. Francisco de Lemos. As leituras de um reitor ilustrado*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 24 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Ana Cristina Bartolomeu Araújo

**2º Ciclo (Mestrado): Ensino de História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário**

Autor: Edi Carreira Neves

Título: *A Reforma Protestante: entre o Cisma e o Diálogo Ecuménico. Abordagens Didáticas na Aula de História*

Especialidade: Ensino de História/Formação de professores

Data das provas: 26 de outubro de 2018

Orientador: Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Sara Dias Trindade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URI: <http://hdl.handle.net/10316/81906>

**2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Pedro Filipe Fernandes Sebastião

Título: *Os espingardeiros. Um corpo militar no alvor da Modernidade (1415-1495)*

Especialidade: História da Idade Média

Data das provas: 29 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Gouveia Monteiro

URI: <http://hdl.handle.net/10316/82563>

**2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Diogo Soares de Oliveira

Título: *(Re)criando Adão e Eva: Papéis de género na educação das crianças portuguesas (séc. XVIII)*

Especialidade: História da Idade Moderna

Data das provas: 29 de outubro de 2018

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes

URI: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/82027>

**2º Ciclo (Mestrado): Ensino de História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário**

Autor: Flávio Alexandre Nico Moura

Título: *Estudo de caso “A propaganda do Estado Novo”: uma abordagem do ensino/aprendizagem construtivista e cooperativista*

Especialidade: Ensino de História/Formação de professores

Data das provas: 30 de outubro de 2018

Orientador: Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Sara Dias Trindade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URI: <http://hdl.handle.net/10316/81905>

**2º Ciclo (Mestrado): Ensino de História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário**

Autor: Hélder Filipe da Silva Gomes Brandão

Título: *O Holocausto. Do antissemitismo ao plano racial nazi: uma experiência de aprendizagem*

Especialidade: Ensino de História/Formação de professores

Data das provas: 30 de outubro de 2018

Orientador: Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Sara Dias Trindade

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URI: <http://hdl.handle.net/10316/84445>

**2º Ciclo (Mestrado) - Turismo de Interior: Educação para a Sustentabilidade**

Autor: João Paulo dos Santos Freitas

Título: *Promover numa perspetiva turística as Termas de São Pedro do Sul*

Data das provas: 10 de janeiro de 2019

Instituição: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Orientador: Maria do Rosário Castiço Barbosa de Campos Coelho e Silva

**2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Ana Marcella de Carvalho

Título: *As mulheres na Universidade de Coimbra ao tempo da Primeira República (1910-1926)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 31 de janeiro de 2019

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Vaquinhas

URI: <http://hdl.handle.net/10316/86399>

**2º Ciclo (Mestrado): Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade**

Autor: Sónia Godinho

Título: *Os forais manuelinos do Distrito de Coimbra: contributo para a história da alimentação*

Data das provas: 31 de janeiro de 2019

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria José Azevedo Santos

**2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Ana Gabriela Nóbrega de Nóbrega

Título: *D. fr. Agostinho da Anunciação: um arcebispo-governador em Goa (1691-1713)*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 8 de fevereiro de 2019

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro de Matos Paiva

URI: <http://hdl.handle.net/10316/86777>

**2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Joana Filipa Pereira Costa

Título: *A primeira tentativa liberal. O processo eleitoral vintista de 1822*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 13 de fevereiro de 2019

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Ana Cristina Bartolomeu Araújo

URI: <http://hdl.handle.net/10316/86743>

**2º Ciclo (Mestrado): Mestrado Interuniversitário de História Militar**

Autor: Carla Margarida Figueiredo Rosa

Título: *A alma da batalha. A vivência da guerra no Portugal Medieval*

Especialidade: História Militar

Data das provas: 20 de fevereiro de 2019

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Manuel Filipe de Gouveia Monteiro

URI: <http://hdl.handle.net/10316/86687>

**2º Ciclo (Mestrado) - Turismo de Interior: Educação para a Sustentabilidade**

Autor: Matilde Alexandra Gomes Ferreira Coutinho

Título: *Propostas de novos serviços numa unidade hoteleira: o caso do Cooking and Nature –Emotional Hotel*

Data das provas: 12 de março de 2019

Instituição: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Orientador: Maria do Rosário Castiço Barbosa de Campos Coelho e Silva

**2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Alan Dutra Cardoso

Título: *A política das fronteiras sob a direção saquarema: Paulino de Souza e a diplomacia imperial (1849-1854)*

Data das provas: 15 de março de 2019

Orientador: Márcia Maria Menendez Motta

Instituição: Universidade Federal Fluminense / Brasil

**2º Ciclo (Mestrado): Ensino de História no 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário**

Autor: Ricardo Manuel Rodrigues dos Santos

Título: *A Batalha de Aljubarrota no Ensino da História. Novas interpretações e abordagens pedagógicas*

Especialidade: Ensino de História/Formação de professores

Data das provas: 12 de abril de 2019

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Ana Isabel Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coorientador: Sara Dias Trindade

## **2º Ciclo (Mestrado): História**

Autor: Zora Zanuzo

Título: *Martins Pena em cena: o estabelecimento da direção saquarema sob a ótica do teatrólogo (1838-1850)*

Data das provas: 26 de abril de 2019

Instituição: Universidade Federal Fluminense / Brasil

Orientador: Márcia Maria Menendez Motta

## **2º Ciclo (Mestrado): integrado em Ciências Policiais**

Autor: Salimo Assane

Título: *A Gestão da Identidade e Imagem na Polícia da República de Moçambique: a emergência de um novo paradigma*

Especialidade: Ciências Policiais

Data das provas: 17 de junho de 2019

Instituição: ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa

Orientador: Eurico José Gomes Dias

## **2º Ciclo (Mestrado) - Turismo de Interior: Educação para a Sustentabilidade**

Autor: Nilde de Jesus Afonso Grave

Título: *Realizações Culturais Autárquicas como veículo do Desenvolvimento Local: o caso do Festival AgitÁdega*

Data das provas: 17 de julho de 2019

Instituição: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Orientador: Maria do Rosário Castiço Barbosa de Campos Coelho e Silva

## Artigos

Le corpus des manuscrits et des chartes en écritures wisigothique et caroline en Espagne

JESÚS ALTURO I PERUCHO

A universidade medieval portuguesa e os problemas do seu financiamento (II): os conflitos entre studium e Igreja durante o século XIV

ANDRÉ DE OLIVEIRA LEITÃO

Agentes de povoamento e evangelização, mentores do crescimento paroquial, entre o Côa e o Távora - séculos XIII e XIV

LUCIANO MOREIRA

A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia

FERNANDO PESSANHA

Os estatutos universitários manuelinos (c. 1503) e a “arca” do estudo. Administração e finanças universitárias no reinado de D. Manuel I

ARMANDO NORTE

O abastecimento de carne e sal em Coimbra: os contratos de obrigação da câmara municipal (1641-1721)

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA

Parenética na Igreja do Loreto: os sermões em honra dos Sumos Pontífices (séculos XVII-XVIII)

ISABEL DRUMOND BRAGA

O Retábulo do Convento da Madre de Deus de Sá. Conjunto de Retábulo e Sacrário em Exposição - Museu de Aveiro, Santa Joana

MARIA DA LUZ NOLASCO CARDOSO

O sertão e os sertões na história luso-brasileira

RONALDO VAINFAS

Os caminhos de ferro do Oeste português: instrumentos de apropriação territorial

HUGO SILVEIRA PEREIRA I

Ferro e manganês do Cercal – Odemira: entre especulação e (des)ilusão (1870s-1912)

JOSÉ MANUEL BRANDÃO E JOSÉ M. LEAL DA SILVA

Os socialistas perante o infanticídio e o aborto

BEATRIZ PERALTA GARCÍA

Caderno temático

Introdução. Religiões e normatividades

JAIME RICARDO GOUVEIA

Wine, bread, and water, between doctrine and alternative. Norms and practical issues concerning the Eucharist and baptism in thirteenth-century Europe

ANDREA MARASCHI

Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estêvão de Aguiar

CATARINA FERNANDES BARREIRA, JOÃO LUÍS FONTES, PAULO CATARINO LOPES, LUÍS MIGUEL RÊPAS E MÁRIO FARELO

Quando foi criada a Inquisição de Lisboa? – explorando hipóteses

DANIEL GIEBELS

Casuística nos Trópicos: a pragmática teológico-moral de Francisco Rodrigues na Ásia portuguesa (séculos XVI e XVII)

RÓMULO DA SILVA EHALT

Os regimentos dos tribunais episcopais de Évora no contexto político e religioso do século XVI

FÁTIMA FARRICA

Os Conhecimentos do Budismo Sínico do Jesuíta Português Tomás Pereira

MINFEN ZHANG



CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA

